



CONINTER 4

Congresso Internacional
Interdisciplinar em Sociais
e Humanidades

Foz do Iguaçu PR: UNIOESTE, 8 a 11 de
dezembro de 2015, ISSN 2316-266X, n.4,
Volume 10

ESTUDOS DE GÊNERO, FEMINISMO E SEXUALIDADES

Coordenadores:

Luzinete Simões Minella

(Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina)

Felipe Bruno Martins Fernandes- UFBA

(Programa de pós-graduação de Estudos Interdisciplinares em mulheres gênero e feminismo)

O 4º Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (CONINTER), evento da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (ANINTER-SH), teve como tema

“FRONTEIRAS E INTEGRAÇÃO – ESTUDOS INTERDISCIPLINARES NA AMÉRICA LATINA”

Local: Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE), **Município de Foz do Iguaçu (PR)**, entre os dias 08 e 11 de dezembro de 2015.

Comissão Executiva

Alba Simon (UFF)
Fernando José Martins (UNIOESTE)
Fabio André Hahn (UNESPAR)
Renan Araújo (UNESPAR)
Samuel Klauck (UNIOESTE)
Wilson Madeira Filho (ANINTER)

Comissão Científica

Dione da Rocha Bandeira (Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville); Simonne Teixeira (Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense); Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes (Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville); Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas); Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília); Leonardo Barci Castriota (Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais); Fernando José Martins (Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná); Gaudêncio Frigotto (Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro); Eduardo Manuel Val (Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Estácio de Sá); Enzo Bello (Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense); Elisa Maria Andrade Brisola (Pós-graduação em Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e Formação da Universidade de Taubaté); Gilvan Luiz Hansen (Pós-graduação em Justiça Administrativa da Universidade Federal Fluminense); Napoleão Miranda (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Vera Teixeira Kauss (Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio); Ana Maria Motta Ribeiro (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito - UFF); Márcia Barros Ferreira Rodrigues (Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo); Alba Simon (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Annelise Fernandez (Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro); Luzinete Simões Minella (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina); Felipe Bruno Martins Fernandes (Programa de pós-graduação de Estudos Interdisciplinares em mulheres gênero e feminismo); Tânia Mara Pedroso Müller (Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-raciais no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca); Luiz Fernandes de Oliveira (Programa de Pós-Graduação em Educação, "Contextos Contemporâneos e Demandas Populares" da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro); Adriana Ribeiro Rice Geisler (Programa de Pós-graduação em Pesquisa Clínica em Doenças Infeciosas do

Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas da Fundação Oswaldo Cruz); Eder Fernandes (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Carlos Henrique Medeiros de Souza (Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense); Cleonice Puggian (Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio); Haydéa Maria Marino de Sant'Anna Reis (Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da universidade do Grande Rio); Edicléa Mascarenhas Fernandes (Programa de Pós-Graduação em Diversidade e da Universidade Federal Fluminense); Francisco Ramos de Farias (Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro); Leandro Garcia Pinho (Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense); Maria Thereza Azevedo (Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Mato Grosso); Gláucia Maria Costa Trinchão (Programa de Pós-graduação em Desenho, Cultura e Interatividade da Universidade Estadual de Feira de Santana); Marcus Fabiano Gonçalves (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Dostoiewski Mariatt de Oliveira Champangnatte Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio); José Carlos de Oliveira (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro); Wilson Madeira Filho (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Ana Keila Mosca Pínezi (Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC); Dario Paulo Barrera Rivera (Universidade Metodista de São Paulo); Diana de Souza Pinto (Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro); Jacqueline Pinheiro (Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio); Livia Alessandra Fialho da Costa (Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador); Fernando Gama de Miranda Netto (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Geraldo M. Timóteo (Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense); Luciene Rodrigues (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da Universidade de Montes Claros); Pedro Heitor Barros Geraldo (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito - UFF); Lenin Pires (Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense); Delton Meirelles (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Fernanda Duarte (Pós-Graduação em Direito da Universidade Estácio de Sá); Paulo Renato Silva (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA); Gerson Ledezma Meneses (Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea na América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA); Giane Lessa (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA); Johnny Octavio Obando Morán (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA); Senilde Alcantara Guanaes (Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea na América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA).

Comissão de Apoio

Marcelino Conti da Silva (UFF)
Sherazade Tammela Madeira (UFF)
Simone Brilhante de Mattos (UFF)
Patrícia Valente Canela (UFF)

Diagramação

Erick Brum (UNESA) e Marcelo Tammela Madeira (Anhanguera)

Revisão e Sistematização

Tauã Lima Verdán Rangel (UFF) e Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)

Apresentação e Sumário
Wilson Madeira Filho (ANINTER)
APRESENTAÇÃO

Este grupo de trabalho constitui um espaço para discussão dos resultados de pesquisas teóricas e empíricas fundamentadas em perspectivas interdisciplinares sobre relações de gênero, feminismos e sexualidades, a partir da análise das dinâmicas, sociabilidades, lugares, instâncias e significados em que elas se forjam e se transformam no espaço e no tempo, através das múltiplas interfaces e superposições dos marcadores de diferenças sociais, como classe, raça/etnia e idade/geração.

As relações sociais entre homens e mulheres, socialmente e culturalmente construídas, se consolidam no espaço e no tempo e se materializam na divisão social do trabalho, sendo consubstanciadas na divisão sexual do trabalho. Desta maneira, programas como o Pró-Equidade de Gênero e Raça constituem tentativas de promoverem a inclusão de sujeitos que sofrem os reflexos desse sistema desigual construído historicamente.

Desta forma, os dinâmicos processos de construção democrática permitem identificar ao longo da história, uma perspectiva de gênero diferenciada para homens e mulheres que se expressa em pelo menos dois níveis: na construção da cidadania e nas instituições democráticas do Estado. No primeiro nível, nós mulheres fomos excluídas do status de cidadania, e fomos consideradas “sujeitos políticos” somente após a conquista do voto, depois de muita luta do movimento sufragista. Ao termos a cidadania negada, nós mulheres nem sequer tivemos acesso aos direitos democráticos. Uma vez conseguido o status de cidadãs, a consolidação dos papéis de gênero atribuídos a homens e mulheres pela sociedade moderna, fez com que a nossa participação política, econômica e social se tornasse extremamente difícil, porque já se havia consolidado uma divisão sexual do trabalho que nos mantinha reclusas ao âmbito privado.

Wilson Madeira Filho
Presidente da ANINTER

SUMÁRIO

AVANÇOS E OBSTÁCULOS DA PRESENÇA DAS MULHERES NA POLÍTICA PARLAMENTAR NO BRASIL E NO MÉXICO. LOLATTO, Simone, LISBOA, Teresa Kleba	p. 01-19
DEMOCRACIA DE GÊNERO: É POSSÍVEL UM PACTO ENTRE AS MULHERES? LISBOA, Teresa Kleba	p. 20-30
SUFRÁGIO UNIVERSAL, PAPÉIS SEXUAIS E LINGUAGEM ARTÍSTICA MUSICAL: UMA REFLEXÃO SOBRE AS DEFINIÇÕES DE PAPEIS FEMININOS NA MPB. MANHÃES, Manuela Chagas; BARRETO, Ana Carolina Carvalho; VIEIRA, Tais Elaine do Nascimento	p. 31-44
NAS “ONDAS” DO FEMINISMO: MOVIMENTOS EM AVANÇO. OLIVEIRA, Catarina Nascimento de.	p. 45-59
REFLEXIONES SOBRE EL GÉNERO PARA UNA CULTURA DE LIBERACIÓN. SERRANO VECINO, Laura Marcela	p. 60-77
IDEAIS DE IGUALDADE E LIBERDADE NO MOVIMENTO FEMINISTA CONTEMPORÂNEO: REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA MARCHA DAS VADIAS DE FLORIANÓPOLIS/SC EM 2015. GUZZO, Morgani	p. 78-92
MULHERES ARTISTAS AO SUL DO RIO GRANDE DO SUL: O CASO DE SULESBOÇO HISTÓRICO DE UM CONTEXTO EDUCACIONAL. SILVA, Rebecca Corrêa e, PEDRO, Joana Maria	p. 93-10
UMA ANÁLISE DE GÊNERO E CLASSE NO MERCADO DE TRABALHO DA BAHIA, NA DÉCADA DE 1970. Sonia Maria de Souza Brito, Iole Macedo Vanin	p. 108-127
A REDE CONTRA A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA EM FLORIANÓPOLIS. MANFRINI, Daniele Beatriz, LISBOA, Teresa Kleba	p. 128-143
INTERRUPÇÃO DA GESTAÇÃO E VIOLÊNCIA SEXUAL: A EXPERIÊNCIA DE ATENDIMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL DO HU/UFSC. BAIGORRIA, Judizeli, OLIVEIRA, Maria do Rosário de Lima	p. 144-161
REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO CONTO “PARA QUE NINGUÉM A QUISESSE” DE MARINA COLASANTI. PAULINO, Simone Campos, KAUSS, Vera Lúcia Teixeira	p. 162-173
O CRIME DE ESTUPRO E SUAS SUBJETIVIDADES: ASPECTOS JURÍDICOS E SOCIAIS. Martinez, Theresa Raquel Bethônico Corrêa, Durães, Sarah Jane Alves	p. 174-188

HUMANIZAÇÃO DO PARTO E NASCIMENTO: GÊNERO, CONHECIMENTO E POLÍTICA. BATISTA, S. M. S. MARTINS, P.M., CEZAR, L.S	p. 189-205
MUNDO DIGITAL E FEMINISMOS DESCOLONIAISSOARES, Jessica Aparecida, WEBBER, Maria Aparecida	p. 206-218
AUTOEFICÁCIA EM ESCRITA DE REDAÇÃO E GÊNERO: UMA ANÁLISE COM PRÉ-VESTIBULANDOS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ. BRITO, Martha Caroline Duarte de	p. 219-236
POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO À DIVERSIDADE: O PROGRAMA PRÓ-EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA NAS EMPRESAS. DIAS, Erica da Cruz Novaes Gonçalves, MARQUES, Maria Inez Barboza	p. 237-250
DESAFIOS ATUAIS NA GARANTIA DA SAÚDE AS MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS. Chirlene Oliveira de Jesus Pereira, COAUTORA: SILVIA LÚCIA FERREIRA	p. 251-266
A HOMOSSEXUALIDADE EM <i>AQUELES DOIS</i>. OLIVEIRA, Raíza Brustolin, SAVIO, Thaynã Davilla.	p. 267-277
PARTO NO BRASIL: COLONIALIDADE, EUROCENTRISMO E RELAÇÕES DE PODER – FONSECA, Inara; LEITE, José	p. 278-290
UM ESTUDO SOBRE MULHERES COTISTAS NA UFABC – RAMOS, Jussara A. Fernandes; PINEZI, Ana Keila Mosca	p. 291-307
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE “MASCULINIDADES”: UM ESTUDO SOBRE SUA (RE)CONSTRUÇÃO ATRAVES DA INTERNET. ALVES, Franciele Koehler	p. 308-324
FEMINIZAÇÃO DA GRADUAÇÃO EM MEDICINA: INTERFERÊNCIAS REGIONAIS EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS - MINELLA, Luzinete Simões	p 325-351



AVANÇOS E OBSTÁCULOS DA PRESENÇA DAS MULHERES NA POLÍTICA PARLAMENTAR NO BRASIL E NO MÉXICO

LOLATTO, Simone

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH,
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC*
lolato1810@gmail.com

LISBOA, Teresa Kleba

*Professora Doutora, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências
Humanas – PPGICH, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC*
tkleba@gmail.com

1

Resumo: Este artigo se propõe refletir sobre a participação das mulheres na política a partir da experiência brasileira e mexicana. Dadas as diferenças e particularidades destes países, se analisará criticamente o desenvolvimento das leis de cotas de gênero como uma política de discriminação positiva que melhora o acesso das mulheres no campo político. Questões como o sistema político eleitoral, os debates em torno das alterações das leis eleitorais e as influências culturais são tidos como fatores determinantes para a maior ou menor presença das mulheres nos espaços da política no Brasil e no México. Além disso, serão discutidos os principais obstáculos para uma participação igualitária no espaço legislativo, contribuindo para o debate sobre os desafios da visibilidade das reivindicações feministas, o desenvolvimento de políticas públicas com equidade de gênero e, portanto, a expansão da cidadania das mulheres.

Palavras chave: Mulheres na política, cotas de gênero, espaços de poder.

Abstract: This article intends to reflect on the participation of women in politics from the Brazilian and Mexican experience. Considering the differences and peculiarities of these countries, critically analyzes the development of gender quotas as a policy of positive discrimination that improves women's access to the political arena. Issues such as the electoral political system, the discussions on the changes in the electoral laws and cultural influences are seen as determining factors for the greater or lesser presence of women in political spaces in Brazil and Mexico. As well carries out an evaluation of the main obstacles to equal participation in the legislative area, contributing to the debate on the challenges to visibilize the feminist demands, the development of public policies on gender equity and, therefore, the expansion of women's citizenship.

Keywords: Women in politics, gender quotas, places of power.

INTRODUÇÃO

Tanto o Brasil como o México possuem leis de cotas de gênero na política eleitoral, porém seus respectivos sistemas eleitorais guardam muitas diferenças no processo de eleição parlamentar. Ambos os países tem um sistema político multipartidarista e adotam o presidencialismo como regime de governo.



O México é um dos países da América Latina que teve um aumento significativo de mulheres eleitas para seu congresso nacional: em 15 anos passou de 14,2% para 36,8%, alcançando um dos maiores percentuais do mundo em participação feminina na política. Neste país o sufrágio universal foi conquistado em 1953 e, a primeira versão da lei de cotas de gênero em eleições foi aprovada em 1996. No Brasil, as mulheres obtiveram o direito legal de votar e ser eleitas em 1932, e a primeira versão da lei de cotas foi implantada em 1995. No entanto, a presença das mulheres na política brasileira é notadamente diferente da do México, pois em 15 anos aumentou tão somente de 7% para 9% de deputadas federais eleitas para a Assembleia Legislativa.

Sabe-se que o sufrágio ou as leis de cotas de gênero para disputar eleições por si mesmas não garantem uma maior participação das mulheres na política, mas constituem marcos legais importantes que devem ser problematizados em relação aos sistemas eleitorais e o contexto social, cultural e político de cada situação.

Diante destas considerações, propomos neste artigo: a) analisar criticamente as leis de cotas de gênero como uma política de discriminação positiva que melhora o acesso de mais mulheres no campo político, mas insuficiente por si mesma; b) pensar nas particularidades dos sistemas eleitorais e em que medida as estruturas dos partidos políticos nestes países incentiva as mulheres a ocupar espaços de direção e a serem candidatas nas eleições; c) avaliar os principais obstáculos para a participação igualitária de mulheres e homens nos espaços legislativos, assim como as possíveis alternativas que se tem conquistado para avançar o percentual de mulheres na política.

Buscaremos trazer elementos para o debate sobre os obstáculos, desafios e importância de termos mais mulheres assumindo cargos políticos, como um fator imprescindível para visibilizar as reivindicações feministas, incentivar a proposição de políticas públicas com equidade de gênero, valorizar e reconhecer as mulheres como cidadãs e sujeitos políticos.

1. BRASIL – O SUFRÁGIO, A LEI DE COTAS DE GÊNERO E SEU SISTEMA ELEITORAL.

No Brasil, como no México e muitos outros países, os movimentos de mulheres e feministas, nas primeiras décadas do século XX, tiveram como principais reivindicações o direito a educação e o direito de votar e ser eleita, o sufrágio universal.



As sufragistas brasileiras iniciaram essa luta em 1910, quando Leolinda Daltro funda o Partido Republicano Feminino, e as mulheres lutam pelo direito ao voto. Importante resultado dessas lutas foi a iniciativa do senador Justo Chermont, que em 1919 apresenta o primeiro projeto de lei a favor do sufrágio feminino. Porém, o direito ao voto no Brasil foi aprovado e regulamentado somente na Constituição de 1934, convertendo-se em direito universal¹.

Cinco décadas depois, durante o processo constituinte de 1988 foi criada a primeira Bancada Feminina na Câmara dos Deputados Federais, composta por 25 mulheres (nenhuma senadora havia sido eleita no período de 1982 até 1989), em conjunto com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Na década de 1990, esta Bancada Feminina converteu-se em importante instrumento para assegurar os direitos legais, conquistados pelas mulheres no espaço legislativo nacional. Em 1995, a referida Bancada juntamente com a articulação dos movimentos de mulheres aprovou a primeira lei de cotas de gênero nas disputas eleitorais.

Esta primeira versão brasileira da lei de cotas teve validade apenas no âmbito municipal, e nas eleições que ocorreram no ano seguinte foram eleitas 11,1% de mulheres para as câmaras de vereadores no país, e um total de 3,4% de prefeitas. A referida lei de cotas se destina, exclusivamente, para as disputas eleitorais nos parlamentos: Câmara dos Deputados Federais, Assembleias Legislativas Estaduais e Câmaras de Vereadores municipais, ficando de fora o Senado Federal.

O primeiro grande desafio da Lei de Cotas de 1995 (lei n. 9100/95) foi em relação a categoria “reservadas” utilizada na redação da Lei, quando deveria ser “preenchidas”, como se constata na Lei: “20% das vagas de candidaturas nas eleições dos partidos ou coligações devem ser ‘reservadas’ para as mulheres”. Esta lei se tornou inócua, diz Clara Araújo (1998), pois os partidos políticos não cumpriam com a cota mínima, da mesma forma não foi estabelecida nenhuma sanção por descumprimento. Os líderes partidários, em sua maioria homens, argumentavam que a cota fracassou “por culpa das mulheres” já que estas “não tinham nenhum interesse em disputar as eleições” e “não se apresentavam como candidatas” (1998:84-85).

Em 1997 uma nova Lei de Cotas (Lei n. 9504/97) foi aprovada, nesta versão se indicou que cada partido ou coligação deverá “reservar” um mínimo de 30% e um máximo de 70% das vagas

¹No entanto, o decreto 21.076 de 24 de fevereiro de 1932 que estabeleceu o voto secreto e o direito das mulheres de votar e serem votadas, restringia o direito as casadas com a permissão do marido, ou viúvas e solteiras proprietárias de bens. O voto só se tornou universal com a Constituição de 1934, sendo obrigatório apenas para os homens, e o voto só se tornou obrigatório também para as mulheres em 1946.



para cada sexo nas eleições para a Câmara dos Deputados Federais, assembleias legislativas estaduais e câmaras municipais de vereadores. Mais uma vez não houve nenhuma obrigação em cumprir com a norma, se manteve o termo “reserva”, e não foi aplicada medida punitiva para os partidos ou coligações que não cumpriram com a cota mínima. Os porta-vozes dos partidos políticos reiteravam seus argumentos para justificar a ausência de mulheres, atribuindo a elas a responsabilidade de tal ausência.

Somente em 2009, através de uma reforma política e a formação de uma comissão tripartite no Congresso Nacional foi possível estabelecer a obrigatoriedade no cumprimento da cota mínima com validade para a campanha eleitoral de 2012. Na Lei 12034/09 se modificou a expressão “reservará” por “preencherá” o mínimo de 30% e o máximo de 70% para cada sexo nas disputas eleitorais, de modo que o dispositivo se converteu em obrigatório. Caso o partido ou coligação não apresentasse o percentual mínimo requerido, os Tribunais Regionais Eleitorais (TRE) não aceitariam os registros das inscrições até que a cota mínima/máxima para cada sexo fosse cumprida. O risco que permanece neste contexto são as conhecidas candidatas “laranjas”, ou seja, solicita-se que as militantes (ou inscritas) do partido “emprestem” seus nomes para o registro da lista, mas na realidade não fazem campanha eleitoral para si, não é uma “candidata pra valer”.

Além do percentual obrigatório mínimo/máximo – de 30% e 70% - para cada sexo, a lei de cotas de 2009 também estabelece que os partidos políticos devam destinar 5% dos recursos do Fundo Partidário para a criação e manutenção de ações internas que promovam a participação política das mulheres. Se o partido não cumprir com esta determinação, no ano seguinte deverá pagar como multa 2,5% adicional do Fundo Partidário para essas ações e, pelo menos, 10% do tempo de sua propaganda gratuita.

Em 2010, pela primeira vez na história do país, uma mulher - Dilma Rousseff - foi eleita presidenta. Apesar de não ter militado em movimentos feministas, em seu discurso inaugural demonstrou compromisso para enfrentar as desigualdades de gênero na política. Assim expressou em 1º de janeiro de 2011, quando assumiu a presidência da República: “Venho abrir as portas para que muitas outras mulheres também possam no futuro ser presidentas; e assim – no dia de hoje – todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher. (...) Meu compromisso maior, reforço, é honrar as mulheres, proteger os mais debilitados e governar para todos!”.



Esse fato histórico - de ter uma mulher ocupando o espaço político mais importante do país, não refletiu no aumento do número de mulheres nos espaços legislativos. Nas primeiras eleições realizadas após o processo constitucional (1989) foram eleitas 29 deputadas federais e 02 senadoras; e nas eleições de 2014 se elegeram 51 deputadas federais (de 513, um total de 9,94% de mulheres) e 11 senadoras (81, para um total de 13,6% das mulheres no Senado). Conforme pesquisa realizada por José Eustaquio Alves (2012), a presença de mulheres nas câmaras municipais aumentou apenas 6% ao longo de 20 anos; em 2012 foram eleitas 7.634 (13,3%) de vereadoras em todo o Brasil.

Portanto, ainda que a quantidade de mulheres na política tenha aumentado, este crescimento não se aproxima da cota mínima de 30% nas disputas eleitorais. Da mesma forma, em relação a disputa eleitoral para a Câmara dos Deputados Federais em 2010, o número total de mulheres candidatas foi 19% (antes de entrar em vigor a obrigatoriedade do percentual mínimo de 30%), enquanto que em 2014 a cota alcançou 31% de candidaturas a deputadas federais. Este aumento de mais de 10% deveria assegurar um maior percentual de mulheres eleitas, no entanto, como já mencionado anteriormente, foram eleitas somente 9,94% de mulheres deputadas federais. Destaca-se que as mulheres brasileiras representam 51,5% da população e 52,13% do eleitorado. Constituem 41,9% da população economicamente ativa e são a principal fonte de renda de 38% dos lares do país².

Na publicação “Mais mulheres na política”, da Procuradoria Especial da Mulher no Senado (2015), verifica-se que as mulheres ocupam 24% dos parlamentos. Entre os 32 países pesquisados na América Latina, o Brasil ocupa o 29º lugar em participação feminina no parlamento, a frente somente de São Cristóvão e Neves (6,7%), Haiti (4,2%) e Belize (3,9%).

Considerando estes percentuais, perguntamos: porque no Brasil, um dos países precursores do voto feminino, tem se eleito tão poucas mulheres? O que é necessário para que a lei de cotas seja reconhecida e respeitada?

Para Clara Araújo, essa presença assimétrica na ocupação dos cargos políticos no Brasil deve ser problematizada a partir de uma multiplicidade de fatores: “implica dimensões analíticas diferenciadas, que vão desde os antecedentes comuns da exclusão histórica, passando por suas

²Conjunto de dados obtidos de Alves (2012), Procuradoria Especial da Mulher (2013) e Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFMEA), visitado em 29 de março de 2014, URL: http://www.cfmea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2844&Itemid=131



trajetórias sociais, marcadas pela condição de gênero e os aspectos relacionados com as condições sócio econômicas, até os aspectos do sistema político como a cultura política e os sistemas partidários e eleitorais” (2001: 239). Para a autora, as cotas são um dos principais sinalizadores dos compromissos partidários para as mulheres, pois se converteram “em uma estratégia privilegiada na luta das mulheres para sua inclusão nas esferas de poder, gerando importante impacto simbólico para contribuir em mudar certas percepções sobre o lugar das mulheres na política” (Araújo, 2001: 232).

Defende, ainda, que “a exclusão das mulheres da cena pública não é sinônimo de ausência da cena social. Ao contrário (...) há sua inclusão nessa cena como sustentáculo da política na esfera pública” (Araújo, 2012: 155). Para que os homens possam viver o espaço público da política e da cidadania seria essencial que as mulheres contribuíssem como parte da comunidade de pessoas com papéis e atributos próprios para elas, legitimando assim os lugares para homens e mulheres na sociedade: eles na vida pública, elas na vida privada.

Assim, a discussão das cotas, impulsionada internacionalmente na década de 1990, tem produzido uma reflexão sobre esses lugares histórica e culturalmente construídos, ocupados por homens/mulheres (público/privado).

Para Lucia Avelar se as mulheres, que constituem mais da metade da população, estão subrepresentadas em espaços de poder “então temos a injustiça da desigualdade política que tende a reproduzir a desigualdade social” (2013: 296). No entanto, o acesso as disputas eleitorais, no Brasil, só ocorre por meio de filiação partidária: “os partidos políticos são o veículo mais comum para a representação de opiniões, sendo elas definidas em princípios, ideais e valores (...)” (Avelar, 2013: 296).

Para esta autora, ainda “são os homens que controlam as posições chaves dentro dos partidos e nos espaços públicos de poder. Também controlam os recursos financeiros e o processo de eleição de candidatos; este é mais um dos fatores que interferem negativamente no êxito eleitoral das mulheres” (2012: 10).

Outra questão fundamental a ser considerada no debate sobre as cotas são os sistemas políticos e eleitorais de cada país. No Brasil vigora o Presidencialismo e o sistema de representação proporcional para o espaço legislativo³. No processo de eleições para o

³Constitucionalmente o Brasil é uma república democrática representativa presidencial federal, laica, de sistema multipartidário pluriforme, em que o/a presidente/a é tanto chefe de Estado como a cabeça do governo e exerce o poder executivo. O poder legislativo é concedido tanto para o governo como para o Congresso Nacional: a Câmara



legislativo, o sistema eleitoral brasileiro estabelece que os partidos/coligações apresentem uma lista aberta de candidaturas em que os votantes escolhem uma só pessoa e quem obtém mais votos é eleito/a, definidos por em uma proporção entre as diferentes coligações registradas. Araújo (1998: 88) avalia que o sistema de representação proporcional tem se demonstrado mais favorável para o êxito eleitoral das mulheres. Porém, a lista aberta é um obstáculo para elas e os resultados são mais favoráveis nos sistemas eleitorais que adotam a lista fechada, onde quem está votando escolhe um partido ou coligação e são eleitos os primeiros nomes da lista na quantidade proporcional com a maior votação obtida no conjunto de cada lista registrada.

Na lista aberta a disputa se dá entre pessoas do mesmo partido/coligação, ganha quem obtém mais votos. A estrutura financeira e a carreira política já estabelecida, com possíveis mandatos parlamentares anteriores, o tempo disponível, o conhecimento de como fazer campanha, o domínio da estrutura partidária e a influência na base partidária, são fatores cruciais na disputa entre pessoas de uma mesma coligação ou partido. Historicamente as mulheres tem menos experiência em disputa eleitoral e, portanto, são menos eleitas.

Enquanto que nas listas fechadas a disputa se dá entre os diferentes partidos/coligações que inscrevem um “time” de candidaturas que, para obter mais votos e eleger mais pessoas, todas fazem campanha para o partido/coligação, buscando o maior número de votos e, assim, maior será a probabilidade de se eleger também, o que gera um espírito coletivo e não uma disputa individual já que os votos irão para o “time”. Neste caso, potencialmente, serão eleitas as pessoas colocadas nas primeiras posições da lista fechada. De modo que onde acontecem eleições com lista fechadas e as mulheres obtém maior êxito eleitoral, se estabeleceu a alternância nas posições por gênero ou sexo na lista.

Marlise Matos (2011: 47) sustenta que

de Deputados e o Senado. O Judiciário é independente do executivo e do legislativo. O Brasil está dividido em 26 estados e um distrito federal. Tem dos tipos de unidades subnacionais: estados e municípios. Os estados são entidades com autonomia e independência financeira relativas e níveis de administração completos. Os governadores, deputados federais, estaduais e vereadores dos municípios são eleitos pelo voto direto da população. Diferente do nível federal, as legislaturas estaduais são unicamerais, ainda que as autoridades sejam decididas por eleições similares, via lista aberta onde o estado é considerado um distrito eleitoral. As eleições de nível estadual ocorrem ao mesmo tempo com aquelas para a Presidência e o Congresso Nacional, todas com mandato eletivo de 4 anos, com direito a reeleição. Os municípios são governados por um prefeito eleito e uma Câmara Municipal de Vereadores unicameral. Informações obtidas na URL:

<http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>



“a defesa pelas feministas de lista fechada se coloca na direção de uma maior democratização partidária. Contudo, como sabemos que os partidos também são instituições masculinas, só faz sentido a aprovação da lista fechada se vier acompanhada da alternância de sexo – e, de preferência, da observância de critérios étnicos-raciais. Do contrário, tais ‘minorias sociais’, mais uma vez ocuparão o final das listas e não conseguirão, uma vez mais, se eleger”.

A ineficácia da lei de cotas no Brasil, portanto, não pode ser avaliada a partir de um só fator, mas é fundamental considerar o contexto sócio histórico, bem como o sistema político e eleitoral adotado no país que, conjugados, dificultam o êxito eleitoral das mulheres.

MÉXICO – O SUFRÁGIO, A LEI DE COTAS DE GÊNERO E SEU SISTEMA ELEITORAL.

No México, a situação não foi diferente em relação a reivindicação do sufrágio universal. Nas primeiras décadas do século XIX as mexicanas pautavam o direito de estudar, votar e serem votadas. Já em 1887 foi criada uma sociedade literária de mulheres, chamada "Violetas Del Anáhuac", fundada por Laureana Wright y Mateana Murguía, que visava o direito ao acesso a educação para as mulheres, bem como a igualdade política e jurídica (Coutiño, 2013). Em 1915 conquistaram a educação secundária em classes mistas, no entanto, a educação superior se manteve restrita somente aos homens. Esta situação foi objeto de intensos debates até que em 1916, conseguiram o ingresso das mulheres ao nível superior (Coutiño, 2013: 25-26).

Ressalta-se que, neste país ocorreu uma revolução no início do século passado, e milhares de mulheres participaram ativamente da mesma, proporcionando todo tipo de apoio aos soldados, em geral seus maridos, pais ou irmãos, Houve casos em que mulheres comandaram agrupamentos compostos em sua totalidade por mulheres.

Uma das consequências da Revolução foi a aprovação da Constituição de 1917, na qual foi negado às mulheres o direito ao voto, com a justificativa de que seu papel na sociedade se limitava ao cuidado da casa e da família e, ainda que algumas tivessem “certa vocação excepcional para a política” a concessão deste direito implicava o risco de “romper com a unidade familiar” (Pablos, 2006).

O ano de 1916 foi emblemático: acontece o Primeiro Congresso Feminista em Yucatán, cujo principal ponto de pauta foi o direito das mulheres votarem. Neste Congresso se discutiram



outros temas, como o acesso das mulheres a educação, o pagamento das jornadas de trabalho e as responsabilidades com a família e a casa.⁴

Em resgate histórico sobre o processo de conquista do voto feminino no país, Enriqueta Tuñón Pablos (2006) e Gabriela Cano (2013) trazem dados significativos. Em 1934 foi criada a Frente de Mulheres Mexicanas que apoiou a campanha presidencial do General Lázaro Cárdenas, eleito em 1937. Uma vez eleito, enviou ao Congresso Nacional a iniciativa para reformar o artigo constitucional 34 que dizia respeito ao voto feminino. A mudança deste artigo foi aprovada, porém, nunca entrou em vigor. Mais tarde, em 1946 a Câmara dos Deputados aprovou uma emenda ao artigo 115 da Constituição, proposição feita pelo presidente do México, Miguel Alemán, em que se estabeleceu que nas eleições municipais do ano seguinte as mulheres participariam em igualdade de condições e, desde então, começaram a votar e ocupar cargos eletivos em diversas municipalidades.

Durante a campanha presidencial de Adolfo Ruiz Cortines, em 1952, as sufragistas obtiveram dele o compromisso de garantir o direito ao voto das mulheres, sem restrições em comparação aos homens. Uma vez eleito Ruiz Cortines cumpriu com o acordo e em 1953 o sufrágio foi ampliado a todas as mulheres mexicanas, em todas as disputas eleitorais. Assim, em 1955, elas votaram pela primeira vez para eleger deputados e em 1958 para eleger o novo presidente do país.

Para as mulheres, sem dúvida, o direito de votar e ser votada e o acesso a participação neste espaço de poder, foi fundamental, assim como o processo de democratização da sociedade. Apesar desse fato, Pablos argumenta que

“ao concordar com os direitos políticos para as mulheres se atraiu um maior número de votantes e, desta maneira, o governo criou uma plataforma de apoio para a legitimação de seu poder. As mulheres, agradecidas, poderiam se converter em considerável contingente eleitoral, o que era importante já que nas eleições de 1952 a oposição havia alcançado um percentual alto nas votações” (Pablos, 2006: 41).

Há uma controvérsia entre as analistas da conquista do sufrágio universal no México: um grupo considera que o direito ao voto feminino foi uma concessão do então presidente, outro afirma que foi uma conquista das lutas feministas. Cano (2013) pontua que o direito ao voto

⁴Este Congresso foi organizado e financiado pelo governo de Salvador Alvarado e se converteu em referência durante as décadas seguintes para debates de questões específicas em relação as mulheres.



“para as mulheres teve, sobretudo um peso simbólico, já que pouco mudou para a vida das maiorias femininas do país”, além disso, considera que o êxito eleitoral das mulheres foi lento. A legislatura de 1985-1988 teve 10,4% de mulheres como deputadas federais; avançaram gradualmente, em 1994-1997 foi para 14,1% e na atual legislatura, 2012-2015, chegou a 37%. Ao se analisarmos o aumento do número de mulheres na Câmara de Deputados do México observamos que coincide com a adoção das cotas de gênero e com reformas na legislação e sistema eleitoral do país.

A reforma eleitoral de 1996 trouxe avanços consideráveis como: o financiamento público dos partidos políticos, limitando-se o de tipo privado; fez com que os partidos políticos nacionais considerassem que “as candidaturas a deputados e senadores não excedessem a 70 por cento para um mesmo gênero” (Vidal, 2008: 66), determinação do Instituto Federal Eleitoral (IFE), em seu Código Federal de Instituições e Procedimentos Eleitorais (COFIPE).

Ainda não havia a obrigatoriedade de cumprir a cota de 70 por cento, tampouco se exigia que as mulheres fossem indicadas como titulares do mandato.⁵ Muitas eram apenas candidatas suplentes. Com esse entendimento se realiza uma nova mudança na lei de cotas em 2002, modificando os incisos A, B e C do artigo 175.

Conforme Fernanda Vidal, o inciso A determina que os partidos ou coligações “em nenhum caso incluirão mais de 70 por cento de candidatos titulares de um mesmo gênero” (2008: 68-69). No sistema eleitoral mexicano há listas fechadas de candidaturas proporcionais, de maneira que no artigo 115, inciso B, ficou estabelecido que as listas de representação proporcional “são formadas por segmentos de três candidaturas. Em cada um dos três primeiros segmentos de cada lista haverá uma candidatura de gênero distinta”. Antes desta reforma, as mulheres não tinham garantia de um bom lugar nas listas. E, na alteração do inciso C ficou determinado que o INE não aceitará o registro de lista de candidatos em caso de não cumprimento com os requisitos dos incisos A e B do artigo 115 do COFIPE.

Na sequência, a principal modificação na reforma eleitoral de 2007, foi em relação ao percentual da cota de gênero, que mudou para 60/40%. Todas as demais garantias de cumprimento obrigatório de cotas, alternância de gênero e sanção por não cumprimento foram mantidas, como nos mostra Josefina Hernández (2013).

⁵No México para cada candidatura tem uma pessoa titular e outra suplente, mecanismo inexistente no Brasil, onde somente tem as candidaturas chamadas “titulares”, sem a figura de suplente fixo para cada candidatura.



Com o passar do tempo, ativistas feministas constataram que havia um número significativo de candidatas "juanitas", ou seja, apareciam como titulares, mas seus suplentes eram homens. Sendo assim, depois de eleitas solicitavam licença para que os suplentes homens assumissem o seu lugar, evidenciando que eles eram os verdadeiros candidatos. Os movimentos de mulheres reivindicaram outra alteração na legislação com o objetivo de evitar mais essa estratégia criada pelos partidos.

Tal reivindicação teve êxito em 2011 com a revisão da legislação eleitoral, conhecida como "Juicio Ciudadano número 12624/2011" (Téllez, 2013: 60), que determina que as candidaturas de mulheres titulares, na lista fechada, devem ter como suplentes somente pessoas do mesmo gênero.

Em outubro de 2013 o México celebrou 60 anos do voto feminino e o presidente Enrique Peña Nieto anunciou que enviaria ao Congresso Nacional uma reforma do COFIPE para que a cota de gênero fosse alterada para 50% nas candidaturas da Câmara de Deputados, Senado e Assembleias Estaduais. De fato, em janeiro de 2014, tal proposição foi aprovada no Congresso Nacional, e nas eleições de 2015 já vigorou a paridade de gênero nas listas fechadas. Foram mantidos todos os avanços anteriores na legislação de cotas.

Desde a primeira versão da lei de cotas mexicana (em 1996) até 2012, o percentual de mulheres deputadas federais eleitas aumentou de 14 para 37%. Existem estudos comparativos de leis de cotas e suas aplicações que consideram as diferenças culturais no mundo e seus distintos graus de impacto no avanço das mulheres na política⁶.

Para María del Rosario Zúñiga as cotas de gênero representam um importante mecanismo para o avanço dos direitos das mulheres, são uma questão de democracia, incluindo a participação na relação com a representação descritiva⁷ e diz: "não há um desenho adotado universalmente pois este depende das características dos sistemas eleitorais de cada país" (Zúñiga, 2013: 133).

⁶ Entre eles temos os trabalhos de Nelida Archentie María Inés Tula (2008), e María del Rosario Varela Zúñiga (2013).

⁷ A representação descritiva se associa com a quantidade numérica, muito importante do ponto de vista da democracia de gênero, e a representação substantiva se relaciona com o comportamento legislativo de cada parlamentar, ver Palma, 2012.



Tal qual no Brasil, o presidencialismo é o regime político adotado no México⁸, mas há um sistema eleitoral bem diferenciado na integração do poder legislativo que é de tipo misto com dois princípios, como explica Esperanza Palma (2012: 129): o princípio de maioria relativa (que elege 60% dos deputados, ou seja 300) e o de princípio de representação proporcional (elege 40% dos deputados, perfazendo 200). Conta com listas fechadas e alternância de gênero, porém não há previsão de cotas no parlamento pelo princípio de maioria relativa e este é um dos desafios para melhorar a presença feminina na política mexicana.

As mulheres mexicanas compõem mais de 51% da população total do país e 52% do eleitorado, constituem 35% da força de trabalho, 25% delas são donas de casa e tem avançado no acesso a educação, no âmbito do trabalho remunerado e do espaço público em geral, segundo afirma Josefina Hernández (2013). Porém, mesmo considerando o progresso das mulheres mexicanas, persistem graves problemas, inclusive nos espaços de poder, onde se concentram as mais importantes decisões que repercutem no cotidiano da população.

Por exemplo, “a reprodução das estruturas que discriminam as mulheres está arraigada nos partidos políticos em que pese o fato delas constituírem a maioria da base militante dos partidos” (Tarrés, 2006: 428). A entrada das mulheres na política e o mecanismo das cotas de gênero, “geram tensões dentro dos partidos ao se enfrentar a resistência daqueles com maior trajetória e carreira política” (Palma, 2012: 127). Além disso, quando as mulheres exercem seus mandatos parlamentares tem dificuldades para presidir comissões, comitês e mesas diretoras dos espaços legislativos evidenciando que, no cenário mexicano,

“(…) a classe política que hoje aceita o pluralismo partidário e a competição eleitoral, não se diferencia da anterior, pois continua privilegiando a perpetuação de seus membros e reprodução de seus discursos, e mostra-se resistente para renovar seus quadros, diversificar sua agenda e integrar de forma igualitária os diferentes, como as mulheres” (Tarrés, 2008: 118).

⁸ A República Mexicana se integra por três poderes: executivo, legislativo e judiciário, formada por 31 estados livres e soberanos. O governo dos estados recai sobre um governador eleito por maioria relativa por um período de 6 anos sem possibilidade de reeleição. O poder legislativo é composto por um Congresso unicameral cuja composição determina a constituição de cada estado, mas deve incluir tanto representantes uninominais como plurinominais. Cada estado tem seu próprio código civil, penal e corpo jurídico. Os estados são independentes e autônomos. Os estados tem uma forma republicana de governo baseada em um sistema congressional de acordo ao estabelecido por suas respectivas constituições. Todos os estados tem municípios, a entidade política autônoma mais pequena do México e são governados por uma câmara de vereadores regida por um presidente, com o apoio de vereadores e representantes locais, chamados de “síndicos” no sistema eleitoral mexicano. Para mais informações ver URL: http://www.ine.mx/archivos3/portal/historico/contenido/COFIPE_promocion_voto/



Uma estratégia perversa utilizada pelos partidos políticos no México: uma vez que é obrigatório o cumprimento das cotas, estes inscrevem a maioria das candidaturas de mulheres em distritos eleitorais mais problemáticos ou como diz Palma “em distritos perdedores”. Neste sentido, argumenta que “colocar candidatas em distritos perdedores é indicativo de que o partido está discriminando-as, de maneira passiva ou ativa, ou seja, as excluem por contar com menos trajetória e visibilidade pública ou por serem mulheres” (Palma, 2012: 133). Assim a via eleitoral por distritos uninominaes não favorece as mulheres, pois os partidos tendem a inscreve-las nos distritos tidos como fracassados eleitoralmente ou como de grande dificuldade na disputa.

Outra questão apontada, pelas investigadoras mexicanas sobre o tema, é que os partidos valorizam a experiência política anterior ao incentivar ou destinar recursos financeiros às candidaturas em campanhas eleitorais. Segundo Palma (2012: 135) “os dados também mostram que em todos os partidos os homens deputados tem maior trajetória legislativa que as mulheres”. Tendo em conta esta questão, sem dúvida as mulheres são prejudicadas por suatardia entrada na política em comparação com os homens, assim como sua histórica sobrecarga nas tarefas domésticas e familiares.

Da mesma forma que no Brasil, as mulheres mexicanas continuam exigindo melhores condições e maior equidade nas eleições. Se é verdadeiro que “a representação política [...] se conquista, não se ganha” (Tarrés, 2006: 416), é necessário considerar uma série de fatores que ocorrem em distintos períodos históricos, inclusive o paradoxal progresso numérico das mulheres no âmbito legislativo mexicano eo pouco avanço nas condições de vida da população feminina em geral, como afirma Téllez:

“O incremento quantitativo não tem se traduzido em ações e propostas a favor dos principais problemas que afetam neste momento as mulheres nos casos mais graves, por exemplo: a violência, o tema concreto do feminicídio na Ciudad Juárez, [...] no Estado do México e no próprio Distrito Federal, e falta de reformas nos códigos penais em 17 estados em relação a despenalização do aborto”(Téllez, 2013: 59).

Apesar de que, por si só, a eleição de mais mulheres nos espaços de poder já representa um grande avanço do ponto de vista da democracia, é importante impulsionar ações dirigidas aos parlamentos para que debatam as demandas feministas, as discriminações e violências que ainda afetam a vida das mulheres em geral e individualmente.



No México é inegável o avanço, em termos de representação descritiva, das mulheres na política parlamentar em comparação com o Brasil. Certamente, o progresso constante na lei de cotas de gênero no México e os debates em torno das mudanças que aconteceram, contribuíram de modo decisivo para o êxito feminino e hoje em dia contam com 37% de das vagas na Câmara Federal e 33% no Senado, enquanto que no Brasil ocupam apenas 10% das cadeiras na Câmara Federal e 13% no Senado!

CONSIDERAÇÕES FINAIS - PRINCIPAIS OBSTÁCULOS E POSSÍVEIS ALTERNATIVAS

A adoção das cotas para garantir mais mulheres ocupando postos no sistema político é uma das ações afirmativas de grande importância para acelerar o processo de integração feminina na esfera partidária, porém, esta ação por si só, não tem tido um impacto eficaz. Entre os principais fatores que impedem e/ou limitam a maior participação das mulheres na política eleitoral podemos mencionar, preliminarmente: a) o sistema político eleitoral, com listas abertas de candidaturas, pouco favorável às mulheres; b) os partidos/coligações seguem indicando uma proporção de mulheres “laranjas” (ou “juanitas” no caso mexicano), apenas para cumprir a cota, sem condições reais de êxito eleitoral; c) os mesmos partidos políticos que cumprem a legislação eleitoral de cotas não priorizam as candidaturas femininas e não buscam sua viabilidade financeira e estrutural no processo de disputa eleitoral; d) aspectos sócio culturais, já que as mulheres enfrentam mais dificuldades na combinação de compromissos domésticos e familiares com as campanhas eleitorais, diferentemente do que ocorre com a maioria dos homens, dedicados exclusivamente a suas campanhas.

De acordo com Lucia Avelar, entre os obstáculos que as mulheres enfrentam, em diferentes países, nas disputas eleitorais ou para ascender aos espaços de poder e de tomada decisões políticas

vemos claramente uma resistência (...) que constitui, em termos eleitorais, uma representação não democrática. Essa resistência nos leva pensar no conjunto de regras e regulações do sistema eleitoral que preserva a continuidade das velhas elites ou de oligarquias partidárias. A entrada de outras candidaturas é vista como um conflito, uma competição entre grupos, uma a mais entre as que já existem internamente nos partidos” (Avelar, 2013: 300-301).



Ou seja, as estratégias que aceleram a entrada de mulheres no parlamento não acontecem automaticamente, requer um grande compromisso e se converte em uma necessidade coletiva que raramente conta com parceria masculina, já que há na política um número fixo de parlamentares e para que tenha mais mulheres na política, uma parte dos homens terá que sair da habitação historicamente tomada como sua propriedade.

No Brasil existe a possibilidade de uma reforma política que altere a lei eleitoral e entre as mudanças mais importantes estão: o financiamento público das campanhas eleitorais e o sistema de lista fechada com alternância de gênero. Essas alterações constituem modificações substanciais para potencializar o êxito eleitoral da mulher nos espaços legislativos brasileiros.

O baixo índice de participação das mulheres na política remete a uma leitura contextualizada pois, como se mencionou anteriormente, um traço comum chama a atenção: o protagonismo masculino como ponto central para o déficit eleitoral das mulheres, pois tanto no Brasil como no México priorizam-se (financeira e estruturalmente) as campanhas dos candidatos mais fortes, com maior potencial de eleição.

Outro forte obstáculo que se apresenta para as mulheres é a instituição familiar que solicita a dedicação feminina, condena e não perdoa as consequências de um possível "colapso" da família diante do fato das mulheres entrarem para o espaço político. As candidatas dificilmente podem contar com o esposo (ou companheiro) para compartilhar as tarefas domésticas, as compras de supermercado, a rotina das crianças, somada as atividades de campanha política, o que dificulta enormemente a dedicação exclusiva à disputa eleitoral. Ao contrário, quando a candidatura é do homem/pai/marido, a família toda participa da campanha e se empenha em seu sucesso eleitoral! Ele só precisa se preocupar com a campanha eleitoral.

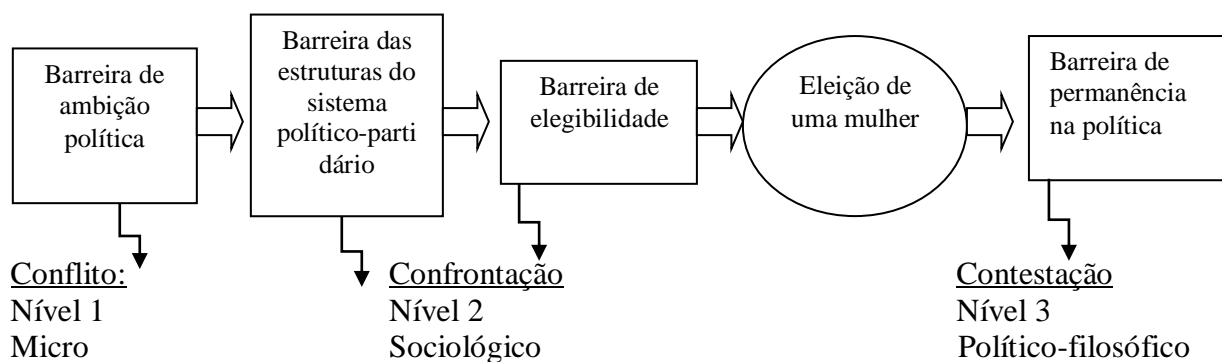
Segundo Celia Amorós há uma espécie de "pacto entre varões" e a base material do patriarcado⁹ ainda é válida, mesmo que academicamente nas últimas décadas tem se consolidado o uso da categoria de gênero como um conceito relacional. Esse pacto entre varões se compõem de um conjunto de relações de interdependência e solidariedade em certos contextos ou espaços. Além disso, os varões controlam a força de trabalho das mulheres (Amorós, 2008), interferindo em todas as suas esferas de atividade, inclusive na vida política e

⁹Amorós (2008) entende o patriarcado a partir de Heidi Hartmann “como um conjunto de relações sociais entre os homens que tem uma base material e que, além de ser hierárquica, estabelece e cria interdependência e solidariedade entre os homens que lhes permite dominar as mulheres”, neste sistema patriarcal as mulheres se veem excluídas do âmbito de poder de decisões do que também são parte.



nos possíveis êxitos eleitorais. O que falta na perspectiva de um horizonte político seria a concretização de um pacto entre as mulheres para que as candidaturas femininas recebam mais apoio e solidariedade, e que as mulheres votem em outras mulheres com toda confiança. O pacto teria continuidade quando as mulheres eleitas se comprometessem com a defesa e a promoção dos direitos das mulheres a fim de garantir ações políticas com equidade de gênero.

Diante dos obstáculos aqui apresentados, que inibem e dificultam a participação e permanência das mulheres na vida política eleitoral e partidário, Matos (2013: 327) apresenta um *esquema de causalidade de barreiras* na eleição de candidatas ao parlamento brasileiro que reproduzimos a seguir:



A análise deste *esquema de causalidades* diz que as dificuldades que enfrentamos mulheres para participar da política partidária e eleitoral, são parte de um complexo conjunto de obstáculos que atuam simultaneamente e entrelaçados. Está presente em três níveis principais: o primeiro nível (micro), abarca as condições subjetivas que constroem, ou não, a vontade e as condições de participar da cena política, assim como todos os determinantes da vida familiar e doméstica indo além do desejo individual; o segundo nível (sociológico), implica desde o conjunto de regras dos partidos políticos e dos sistemas eleitorais existentes até os problemas específicos das campanhas das mulheres e seu êxito/fracasso eleitoral como o financiamento e estruturação da campanha que o partido dedica a certas candidaturas, assim como o apoio da família com as tarefas domésticas para maximizar o tempo que a mulher dedica à sua campanha, entre muitos outros fatores. Por último, ao conseguir o sucesso eleitoral, a nova barreira que se impõem está no nível político-filosófico, onde acontecem as discussões sobre as decisões mais importantes no âmbito político formal, invariavelmente as mulheres acabam atuando em espaços “femininos” como a seguridade social, saúde, direitos humanos, educação, entre outros as vezes politicamente menos desejáveis.



Diante de um contexto tão adverso nos espaços de decisão política, os movimentos feministas têm obtido importantes vitórias no campo da participação das mulheres na vida pública e sua autonomia econômica, transformando o comportamento feminino ao longo do século XX, tanto assim que a grande revolução deste século, para Perry Anderson, é a do feminismo. Os movimentos feministas e de mulheres tem insistido em propostas de políticas públicas com equidade de gênero com vistas a interrupção dessa lógica estrutural que dificulta as mulheres assumirem cargos no poder. Tais políticas estão sendo propostas, criadas e implementadas a partir da perspectiva da intersectorialidade (diferentes áreas/setores) e interseccionalidade (ligada as diversas formas de opressão como o gênero, a raça/etnia, a classe, a geracional ou orientação sexual), como mostram algumas autoras que abordam este tema.

As ações encaminhadas para melhorar a eficácia das políticas públicas, para evitar e prevenir discriminações, como as políticas de ação afirmativa, as cotas de gênero obrigatórias ou de cadeiras para mulheres no parlamento, constituem importante estratégia que objetivam construir espaços de poder político e de tomada de decisões para que elas atuem em paridade com os homens e, assim seja possível melhorar a construção de novos padrões de comportamento, de reestruturação da assimilação cultural e valorização dos espaços públicos/privados longe da dicotomia, mas comuns a cidadania sem exceção.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, José Eustáquio Diniz (2012). **O avanço das mulheres nas eleições de 2012 e o déficit democrático de gênero**. Visitado em 23 de novembro de 2012, URL: http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=198600&id_secao=1

AMORÓS, Célia (2008), **Mujeres e imaginários de la globalizacion – reflexiones para una agenda teórica global del feminismo**. Rosário/Argentina: Homo Sapiens Ed., pp. 15-83.

ANZALDÚA, Gloria (1991) **To(o) Queerthe Writer: Loca, Escrita y Chicana**. In Betsy Warland (ed.). *Versions: Writing by Dykes, Queers and Lesbians*. Vancouver: Press Gang, pp. 249-263.

ARAÚJO, Clara (1998), **Mulheres e Representação Política: a experiência das cotas no Brasil**. In *Revista Estudos Feministas*, ano 6, n.1, pp. 71-91.

ARAÚJO, Clara (2001), **Potencialidades e Limites da Política de Cotas no Brasil**. In *Revista Estudos Feministas*, ano 9, núm. 1, pp. 231-252.



ARAÚJO, Clara (2012), **Cidadania democrática e inserção política das mulheres**. In *Revista Brasileira de Ciência Política*, núm. 9. Brasília, setembro-dezembro, pp. 147-168.

ARCHENTI, Nelida; TULA, María Inés (eds) (2008), **Mujeres y política en América Latina. Sistemas electorales y cuotas de género**. Buenos Aires: Heliasta.

AVELAR, Lúcia (2013), **Mulher e política em perspectiva**. In Gustavo Venturini e Tatau Godinho (orgs.). *Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado – uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, pp. 291-314.

CANO, Gabriela (2013), **Paradojas del sufragio femenino**. In *Revista Nexos*. Visitado em 16 de setembro de 2014, URL: <http://www.nexos.com.mx/?p=15503>

CFMEA (Centro Feminista de Estudios y Asesoría) (2014), **Datos estadísticos del resultado electoral de varias elecciones disponibles en el poder y política**. Visitado em 29 de março de 2014, URL: http://www.cfmea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2844&Itemid=131

COUTIÑO, Fabiola (2013), **Participación de las mujeres en México: de la Revolución al desarrollo de los derechos civiles y políticos**. In Maria Aidé Hernández García y Jesús Alberto Rodríguez Alonso (coords). *Entre guijarros: avances y retrocesos de la participación política de las mujeres en México*. México, Porrúa, 2013, pp. 13-31.

LISBOA, Teresa Kleba; LOLATTO, Simone (2013), **Políticas Públicas com Transversalidad de género: rescatando la interseccionalidad, la intersectorialidad y la interdisciplinarianidad en el Trabajo Social**. In *Cuadernos de Trabajo Social*, vol. 26-2, Espanha, pp. 409-419.

MATOS, Marlise (2011), **Despatriarcalizar nosso jogo democrático**. In *Revista Teoria e Debate*, núm. 91, visitado em 23 de março de 2014, pp. 43-48, URL: <http://www.teoriaedebate.org.br/sites/default/files/materia/pdf/43-marlise.pdf>

MATOS, Marlise (2013), **Mulheres em busca de cidadania política: paradoxos de uma incompletude**. In Gustavo Venturini e Tatau Godinho (orgs.). *Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado – uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, pp. 315-332.

NOBLEN, Dieter (1996), **La trilogía: sistema de gobierno, sistema electoral y sistema de partidos**. Conferência magistral apresentada en el marco de la III Conferencia de la Unión Interamericana de Organismos Electorales, 3 de julio de 1996, México, visitada em 15 de setembro de 2014, URL: <https://tecnologias-educativas.te.gob.mx/RevistaElectoral/content/pdf/a-1996-01-008-084.pdf>

PABLOS, Enriqueta Tuñón (2006), **La Incorporación de las Mujeres a la Vida Política Nacional**. In *Cámara de Diputados, Congreso de la Unión LIX Legislatura*. México, pp. 21-43.



PALMA, Esperanza (2012), **Candidaturas femeninas y reclutamiento legislativo en México: el impacto de las cuotas de género en la composición de la LXI legislatura.** In Estela Serret (coord.), *Democracia y Ciudadanía: perspectivas críticas feministas.* México, Suprema Corte de Justicia de la Nación, pp. 121-145.

PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER (2013), **Mais Mulher na Política – Mulher, tome partido!** Senado Federal Brasília/DF.

TARRÉS, MaríaLuisa (2006), **Participación política de las mujeres en el México contemporáneo, 1980-2000.** In Laura Randall (coord.). *Reinventar México: estructuras en proceso de cambio: perspectiva política, social y económica.* México: Siglo XXI, pp. 415-432.

TARRÉS, MaríaLuisa (2008), **¿Una ecuación injusta o un mal cálculo político? La movilización de las mexicanas por la democracia a fines del siglo XX y su magra representación en el sistema político.** In Mónica Cejas (coord.) *Igualdad de género y participación política – Chile, China, Egipto, Liberia, México y Sudáfrica.* México, El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África, pp. 93-120.

HERNÁNDEZ, Josefina (2013), **Los derechos de las mujeres, su status como ciudadanas y su representación legislativa.** In Maria Aidé Hernández García y Jesús Alberto Rodríguez Alonso (coords). *Entre guijarros: avances y retrocesos de la participación política de las mujeres en México.* México: Porrúa, pp. 51-70.

VIDAL, Fernanda (2008), **El papel de La mujer en La conformación del aparato gubernamental: una mirada a partir de las reformas electoral e sem materia de equidad de género.** In María Luisa González Marín y Patricia Rodríguez López. *Límites y desigualdades en el empoderamiento de las mujeres en el PAN, PRI y PRD.* México, Porrúa, pp. 63-76.

ZÚÑIGA, María Del Rosario Varela (2013), **A 10 años de la cuota de género en el estado de Coahuila: del desencanto a la incertidumbre pasando por la esperanza.** In Maria Aidé Hernández García y Jesús Alberto Rodríguez Alonso (coords). *Entre guijarros: avances y retrocesos de la participación política de las mujeres en México.* México, Porrúa, pp. 131-154.



DEMOCRACIA DE GÊNERO: É POSSÍVEL UM PACTO ENTRE AS MULHERES?

LISBOA, Teresa Kleba

*Professora Doutora, Coordenadora do Programa,, de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências
Humanas – PPGICH, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
tkleba@gmail.com*

20

A democracia não pode funcionar ao menos que haja 50% de mulheres em todos os postos de poder, em todas as partes...” (Berir Æs, 1990)

INTRODUÇÃO

Podemos falar em democracia diante das desigualdades de gênero que se expressam diariamente, nos diferentes espaços da sociedade, nos quais milhares de mulheres estão sujeitas à injustiças, práticas de exclusão, confinamento ao espaço doméstico, discriminação, violência de todos os tipos, silenciamento, invisibilidade e hierarquias nos espaços de poder?

Os dinâmicos processos de construção democrática permitem identificar ao longo da história, uma perspectiva de gênero diferenciada para homens e mulheres que se expressa em pelo menos dois níveis: na construção da cidadania e nas instituições democráticas do Estado. No primeiro nível, nós mulheres fomos excluídas do status de cidadania, e fomos consideradas “sujeitos políticos” somente após a conquista do voto, depois de muita luta do movimento sufragista. Ao termos a cidadania negada, nós mulheres nem sequer tivemos acesso aos direitos democráticos. Uma vez conseguido o status de cidadãs, a consolidação dos papéis de gênero atribuídos a homens e mulheres pela sociedade moderna, fez com que a nossa participação política, econômica e social se tornasse extremamente difícil, porque já se havia consolidado uma divisão sexual do trabalho que nos mantinha reclusas ao âmbito privado. Qualquer situação problemática que provinha desse espaço era excluída da agenda política.

A dimensão de gênero que permeou a construção da sociedade democrática decretou que a mulher é inferior, e privilegiou os homens reservando-lhes o espaço social onde atuam, ou seja, o âmbito público.

O segundo nível que demarca a diferença entre homens e mulheres, e que está aquém de configurar uma democracia de gênero, tanto pública como privada, é o pleno funcionamento das estruturas e instituições democráticas do Estado de direito. Ou seja, democracias



consolidadas e um Estado que garanta os direitos dos cidadãos constituem o pressuposto básico da democracia de gênero: a cidadania está associada à garantia dos direitos. Sem Estado, não há democracia; tampouco democracia entre os gêneros.

As “políticas públicas de gênero” em vigência nas últimas décadas tem apresentado um corte nitidamente assistencial: privilegiam o repasse de recursos sem tomar em conta as capacidades das pessoas e sua autonomia. Os programas assistenciais não buscam garantir os direitos dos cidadãos e as cidadanias. Não permitem assegurar as condições básicas de existência autônoma: a depender da vontade assistencial ou dos programas de “promoção” social, nem os homens nem as mulheres podem desenvolver suas capacidades na sociedade. Estes programas desvirtuam o conteúdo dos direitos sociais e na maioria das vezes se esquece que “as mulheres tenham “direito a”; a principal preocupação das técnicas e gestores é encontrar um “programa para” essa mulher.

Na medida em que as mulheres foram se conscientizando do seu lugar de submetimento na estrutura patriarcal, ocorreu uma revolta que inicialmente recebeu o nome de “sororidade”, ou “irmandade”. A raiz etimológica da palavra “Sor” definida oficialmente como “irmã”, quase sempre com conotação religiosa, fez com que essa nomenclatura fosse rechaçada nos espaços acadêmicos. Trazida para o debate, a ressignificação do termo “sororidade” o trouxe para a dimensão de grupo, mais ou menos organizado, com maior ou menos consciência de sua marginalidade ou de sua condição de desigual; mulheres unidas que lutam contra qualquer submetimento.

O feminismo dos anos 1970 insistiu na opressão comum sofrida por todas as mulheres, independente das diferenças de classe, raça/etnia, religião ou cultura. Nesse sentido foi se construindo uma consciência comum, sobre a necessidade de colocar-se uma do lado da outra (e não do outro) para modificar nossos postos delegados pelo domínio patriarcal. As Mulheres foram se dando conta que estavam “situadas” e “sitiadas” na inexistência do puro abstrato – que era o espaço privado. Tal pacto de exclusão (do âmbito cívico) e reclusão (no espaço doméstico e privado) teve que produzir uma indignação, seguida de reação por parte do sujeito (mulheres) que até então estava pactado como objeto. O antigo conceito de “sororidade” passa a ser “traduzido” e ressignificado pelas estudiosas do feminismo que propõe um “pacto entre as mulheres”, uma “aliança política” com o firme propósito de responder uma convicção: frear, diminuir ou impedir a desigualdade de gênero que rebaixa a mulher a um estado de inexistência e marginalidade. Perguntamo-nos: é possível construir alianças entre nós mulheres a partir de



uma posição política, a partir de uma forma diferente de fazer política, respeitando a Ética e os Direitos Humanos?

Para isso, consideramos necessário adotarmos uma “perspectiva de gênero”

A PERSPECTIVA DE GÊNERO COMO UM PROCESSO SÓCIO CULTURAL QUE MOBILIZA MULHERES DE TODO O MUNDO

Partindo de uma análise antropológica da cultura, Marcela Lagarde (1996), lembra que é importante reconhecer que todas as culturas elaboram cosmovisões sobre os gêneros. Neste sentido, cada sociedade, cada povo, cada grupo e todas as pessoas possuem uma particular concepção de gênero baseada, construída, forjada com base em sua própria cultura. Da mesma forma, continua a autora, cada etnia possui sua particular cosmovisão de gênero e a incorpora a sua identidade cultural, a sua etnicidade. Por esse motivo, para além de conter preconceitos, valores, interpretações, normas, deveres e proibições sobre a vida das mulheres e homens, para Lagarde (1996, p. 14), “a cosmovisão de gênero própria, particular é marcadamente etnocentrista”. Cada pessoa aprende a identificar-se com a cosmovisão de seu mundo e, como consequência, a cosmovisão de gênero é estruturante na formação de sua identidade.

É importante identificar, também, as diversas concepções de gênero que coexistem em cada sociedade, cada comunidade e em cada pessoa. É possível que uma pessoa, ao longo de sua vida modifique sua cosmovisão de gênero simplesmente porque, ao viver, muda a pessoa, muda a sociedade e com ela podem transformar-se seus valores, normas e maneiras de interpretar (julgar) os fatos.

O espaço da academia, da militância política, a participação em movimentos sociais e instâncias de políticas públicas têm possibilitado a mudança dessa cosmovisão na medida em que proporciona um olhar crítico sobre as questões de gênero, criando e evidenciando inclusive, o conceito de “perspectiva de gênero”.

Para Lagarde (1996), a perspectiva de gênero permite analisar e compreender as características que definem as mulheres e os homens de maneira específica, bem como suas semelhanças e diferenças. A perspectiva de gênero analisa as possibilidades vitais das mulheres e dos homens: o sentido de suas vidas, suas expectativas e oportunidades, as complexas e diversas relações sociais que ocorrem entre os gêneros, assim como os conflitos institucionais e cotidianos que devem enfrentar e a maneira que o fazem. Contabilizar os recursos e avaliar as



diferenças na capacidade de ação entre homens e mulheres para enfrentarem as dificuldades da vida e a realização de seus propósitos, é um dos objetivos desta proposta.

A análise de gênero, por sua vez, para Lagarde (1996, p. 16) “é delatora da ordem patriarcal, contem de maneira explícita uma crítica aos aspectos nocivos, destrutivos, opressivos e alienantes que se produzem na sociedade baseada na desigualdade, na injustiça e na hierarquização das pessoas, fundamentada no gênero”.

A adesão de mulheres à perspectiva d gênero tem ocorrido como um processo aberto de criação teórico metodológica, de construção de conhecimentos e práticas sociais e políticas. Década a década, ano após ano, mulheres de uma grande diversidade de países, culturas, instituições, organizações e movimentos tem se identificado entre si e contribuído para enfrentar problemas antes inimagináveis. Elas têm estabelecido redes de comunicação, aprendizagem e investigação e a partir destas, de participação pública e ação política.

A diversidade de mulheres e de problemáticas que lhe dizem respeito tem encontrado na perspectiva de gênero uma via para fazer avançar suas propostas; para tanto, tem criado mecanismos institucionais, redes, encontros, espaços, fóruns, congressos e assembleias.

Através destes encontros e comunicações, sobretudo mediante as produções de conhecimento que dali emerge, elas tem compartilhado descobertas, comparado e sistematizado experiências e pouco a pouco tecido consensos e alternativas. As teorias que convergem para uma perspectiva de gênero têm permitido uma construção das mulheres ao mesmo tempo, individual e coletiva, intelectual e empírica, pragmática e teórica, filosófica e, sobretudo política.

Atualmente, a perspectiva de gênero é um dos processos sócio culturais mais valiosos por sua capacidade de mobilizar e por seus frutos: mulheres de todo o mundo e de todas as condições sociais vivem uma experiência de identidade e política abarcadora – vide a Marcha Mundial de Mulheres - e contam com recursos de produção, difusão e execução “na prática” de alternativas concretas.

Por esse motivo, a perspectiva de gênero se baseia em outra lógica para analisar os temas comuns, implica em outros valores, em outro sentido ético, choca e se confronta com as convicções mais ancestrais das pessoas.

O Olhar através da perspectiva de gênero feminista nomeia de outras maneiras os fatos, explicita o que está oculto, visibiliza o que está escondido, vocifera o silenciado! Inclui o propósito de revolucionar a ordem dos poderes entre os gêneros e com isto, a vida cotidiana, as



relações, os papéis e os estatutos de mulheres e homens. Abrange, de maneira concomitante, provocar mudanças na sociedade, nas normas, nas crenças, nos valores e no próprio Estado, ocasionando mal estar nas pessoas mais rígidas e/ou resistentes (Lagarde, 1996).

Um Estado que incorpore a perspectiva de gênero, que garanta os direitos dos cidadãos constitui o pressuposto básico da democracia de gênero: a cidadania está associada à garantia dos direitos. Sem Estado, não há democracia; tampouco democracia entre os gêneros.

Democracia de Gênero – é necessário compartilhar espaços políticos

Partimos do pressuposto que a democracia de gênero é uma meta, uma utopia a ser alcançada, transformando as relações sociais de acordo aos princípios democráticos propostos em lei.

Para Judith Astelarra (2003), a democracia de gênero passa pela igualdade de oportunidades para homens e mulheres. Pela equiparação das mulheres com os homens nos espaços e atividades consideradas masculinas. Pela correção da ausência de mulheres nos âmbitos dos papéis sociais até então definidos como masculinos. Para a autora, as políticas de igualdade de oportunidades, ações afirmativas, têm produzido importantes mudanças na situação das mulheres, no acesso ao espaço público e cotas para os cargos políticos. Judith Astelarra entende que a proposta de uma democracia de gênero, não só deve buscar estabelecer as mudanças necessárias na situação desigual das mulheres, mas, principalmente, investir na construção de relações de reciprocidade com os homens: realizar ações conjuntas com os homens para as quais é necessário compartilhar espaços políticos; que as mulheres possam trazer seus problemas para o espaço público e coloca-los de igual para igual, na agenda política!

Célia Amorós (2007) afirma que “conceitualizar é politizar” e traz para análise o conceito de “Pactos entre Varões” como um pacto entre homens que compactuam para excluir as mulheres, para manter as mulheres fora da vida pública e caladas. Essa condição das mulheres estimula o sectarismo na medida em que passam a competir entre si, e qualquer sectarismo favorece o patriarcado!

Temos constatado, diariamente, que a política brasileira se reduz em sua essência em ser um amplo “pactos entre varões”. Dela, nós mulheres, não participamos, ou pelo menos não há registros de mulheres envolvidas nos principais escândalos ocorridos na política, entre os quais



destaco: “O Mensalão”¹, Operação “Lava Jato”², a vergonhosa postura do Presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha, que propôs uma série de ementas contra os direitos humanos: destituiu a comissão especial para acelerar aprovação do Estatuto da Família, que restringe o reconhecimento das famílias à união entre um homem e uma mulher, recentemente aprovado; foi denunciado na operação LavaJato no STF pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro (mais de 40 milhões de dólares) de propinas de contratos firmados entre a Petrobras e fornecedores; na CPI da Petrobras, em março de 2015, Cunha negou ter contas na Suíça. No entanto, autoridades suíças confirmaram contas em nome de Cunha e de sua esposa, equivalentes a R\$ 23,2 milhões³.

A lista de escândalos continua, e como afirma o senador Pedro Simon (PMDB-RS), há quase 30 anos no Congresso: “a atual legislatura é realmente uma das piores que passaram. A culpa disso é a impunidade. Ninguém é preso, ninguém é processado”⁴.

Analisando os casos de feminicídio ocorridos na Ciudad de Juarez (México), Rita Laura Segato (2018) denomina de “Segundo Estado”, a rede de poder composta pelos governos em nível local, estatal e nacional, que dominam as estruturas administrativas desta cidade, inclusive com sede local. A autora afirma que os feminicídios cometidos na Ciudad de Juarez não são “crimes comuns de gênero”, mas sim, “crimes corporativos”, crimes de um “Segundo Estado”, de um Estado paralelo, entendendo por corporação, o grupo ou rede que administra os recursos, direitos e deveres próprios de um Estado paralelo, estabelecido na região com tentáculos nas cabeças do país.

Para iluminar o conjunto de assassinatos na Ciudad Juárez o que emerge é a superposição precisa entre a “irmandade masculina” e a “irmandade mafiosa”. O que a autora denomina de “irmandade mafiosa” inclui tanto os narcotraficantes, jovens marginais que cometem violência contra as moças da cidade, como todo o grupo de “confrades”, muitos das classes privilegiadas que participam dos lucros e vantagens dos crimes da fronteira. Trata-se de

¹ Ocorreu em 2005 na Câmara Federal (Brasília) - Foi um esquema de corrupção de parlamentares, onde deputados que compunham a chamada "base aliada" recebiam, R\$ 30 mil mensais para votar de acordo com os interesses do governo Lula. Apenas três deputados foram cassados. A conta final foi estimada em R\$ 55 milhões.

<http://www.sitedecuriosidades.com/curiosidade/quais-os-piores-escandalos-da-politica-brasileira.html>

² As investigações da Operação Lava Jato, que desarticulou um mega esquema de corrupção na Petrobras, mostram que tanto a Polícia Federal (PF), quanto o Ministério Público Federal (MPF), conseguiram chegar a uma espécie de “espinha dorsal” de outros casos de corrupção em todo o Brasil. Para os investigadores, esta é a primeira vez que os elos entre diferentes esquemas são tão fortes.

³ <http://revistacult.uol.com.br/home/2015/10/eduardo-cunha-um-corrupto-contra-os-diretos-humanos/>

⁴ <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/MUL65275-5601,00.html>



uma rede que articula membros da elite econômica, da administração pública e da justiça local, estatal e federal e, como provam os vinte anos de impunidade, as forças da lei foram naturalizadas pelos que insistem em formar parte de uma articulação protética entre os poderes locais.

Em face desse lamentável diagnóstico, perguntamos: se nós mulheres nos uníssemos em pactos poderíamos minimizar esses escândalos e frear os assassinatos de mulheres, não só na Ciudad Juarez mas também no Brasil? Se houvesse mais mulheres assumindo cargos de poder existiria menos corrupção e mais ética na política?

É POSSÍVEL UM PACTO ENTRE AS MULHERES?

Para Marcela Lagarde (1996), todas as pessoas vivem imersas em relações de poder marcadas por seu gênero. As **relações intergenéricas** ocorrem entre pessoas de gêneros diferentes. Para além de suas vontades e de sua consciência, mulheres e homens estabelecem relações de poder em todos os âmbitos. A ordem de poder patriarcal não se esgota nas relações entre homens e mulheres. Há um conjunto de poderes intragenéricos exercido entre os homens e outro exercido entre as mulheres.

As **relações intragenéricas** são aquelas que ocorrem entre pessoas do mesmo gênero, entre mulheres por serem mulheres, e entre homens por serem homens. A semelhança de gênero nesta ordem não significa paridade. Pelo contrário, em cada categoria há hierarquias que enfrentam, antagonizam e localizam o domínio de mulheres sobre outras mulheres e de homens sobre outros homens.

Todavia, Lagarde (1996) esclarece que há mecanismos que lhes permitem identificar-se, aliar-se e desenvolverem um “poderio de gênero”. No caso das mulheres, as relações baseiam-se no estranhamento; ao contrário, nos homens sobrepõem-se uma básica identificação política. Para a autora, “os poderes intergenéricos e intragenéricos estão articulados entre si e formam uma complexa ordem política no mundo patriarcal.” (Lagarde, 1996, p.66)

Elena Simón Rodriguez (2002), por sua vez, afirma que é possível existir “pactos intergêneros”, ou seja, uma ação partilhada entre homens e mulheres, do qual surge a equidade de gênero, a solidariedade, a justiça distributiva de bens materiais ou não materiais (conhecimento, poder, amor, apoio); a confiança, segurança, responsabilidade mútua e compartilhada, o poder contar a/ao outro/a e saber que este/a pode contar comigo.



Conforme a autora, **o pacto intergêneros** baseia-se nos acordos advindos no âmbito da identidade de referência, como seres humanos: das mulheres com homens e dos homens com mulheres, para poder desconstruir mandatos patriarcais de gênero e a dominação masculina universal, substituindo-os pela construção de novas formas de relações, poder e convivência equitativa.

Para Rodriguez, o *pacto intergênero* deve vir acompanhado de mais dois pactos: *pacto intragênero* – entre mulheres, e entre homens; e *pacto intrapsíquico* – no âmbito da subjetividade, ou seja, de cada pessoa consigo mesma, desconstruindo estereótipos na construção permanente e livre da sua formação como sujeito individual.

Consideramos que as categorias “pactos entre as mulheres” (AMORÓS, 2007; KUBISSA, 1994), e “pactos intergêneros” (RODRIGUES, 2002) podem ser vistas como sinônimos de “aliança política”, entre todas as mulheres – de todas as classes raças, idades, orientação sexual entre outras interseccionalidades – bem como entre homens e mulheres com o firme propósito de responder uma convicção: frear, diminuir ou impedir a desigualdade de gênero e a violência.

Marcela Lagarde (1996) defende que um Desenvolvimento Humano Sustentável é impensável sem democracia, e esta se baseia em uma ampla participação social, reconhecida, capacitada e dotada de recursos econômicos e políticos da cidadania das pessoas - homens e mulheres – em suas diversidades e especificidades.

A “democracia genérica”, conceito utilizado por Lagarde (1996, p. 190), amplia a concepção de democracia ao centrá-la “entre os gêneros” e abranger a cultura como essencial para construí-la, ampliá-la e consolidá-la.

Para esta autora, a política é uma dimensão privilegiada para alcançar a democracia. Porém, não se trata de conceber a política como política pública, profissional e representativa. Trata-se de conceber a política como um espaço participativo, de legitimação de direitos, pactos e poderes, públicos e privados, institucionais, estatais, civis e comunitários.

Isso implica que as necessidades básicas das mulheres devem ser explicitadas, que as mulheres possam ser reconhecidas efetivamente como “sujeitos políticos”, assumir cargos de poder e transformar suas demandas em políticas públicas.

Sem dúvida, o espaço da democracia é o espaço dos direitos. Reconhecer esse fato é lembrar que as políticas neoliberais tem provocado resultados desastrosos no que se refere a diminuição dos postos de trabalho e dos apoios e recursos governamentais ou estatais. O



crescente afastamento do Estado na esfera do “Bem Estar Social” tem repercutido diretamente na transferência para o mundo privado, dos serviços de cuidado e atenção cotidiana, de saúde, educação e alimentação.

As mulheres que assumem cargos políticos nem sempre são identificadas com as questões de gênero, ou seja, são raras as que possuem uma “consciência feminista de gênero”. A falta de identificação com as questões de gênero faz com que a articulação com outras mulheres, a troca de saberes e experiências “intragênero” não seja prioritária. É lamentável constatar a falta de memória histórica de gênero, o desconhecimento de muitas mulheres sobre as lutas e conquistas alcançadas, e mais grave ainda, é triste averiguar que algumas mulheres fazem alianças com homens sem sequer consultar suas “congêneres”.

Essa realidade, para Lagarde (1996), configura uma das vias mais graves da desigualdade que é a falta de espaço e de oportunidades para que as mulheres possam estabelecer alianças de gênero – pactos entre mulheres, e forjar uma consciência coletiva. A condição política de pactante, para autora, só se alcança na dimensão coletiva, “se o seu suporte for uma aliança entre mulheres e homens; se o cimento para edifica-la for uma ética feminista pactada em um paradigma: a construção de normas de igualdade, equidade e justiça entre os gêneros” (Lagarde, 1996, p. 199).

A proposta feminista de democratização inclui democratizar o gênero feminino, as relações com o outro gênero no âmbito da sociedade e as relações de ambos gêneros com o Estado. A este conjunto chamamos “a construção de uma cidadania plena entre mulheres e homens” (Lagarde, 2015, p. 202).

REFLEXÕES PARA CONCLUIR

Os pactos entre mulheres demandam acima de tudo solidariedade, que para Ana Maria Martinez de Escalera (2013) se manifesta através de experiências conjuntas, tanto de apoio como de resistência, evidenciando que há várias maneiras de exercitar relações entre corpos (criativas, afetivas, sexuais, de cooperação, de divisão de tarefas), ou seja, é possível outra “humanidade”. A solidariedade entre mulheres ou entre homens e mulheres pode estender-se também, como uma experiência coletiva, um simplesmente “estarmos juntas/juntos”. A autora crê firmemente que “os coletivos de mulheres tem dado respostas simples a esta interrogação: estar juntas começa onde acaba o seguir suportando a dominação, aonde quer que esta se manifeste” (Escalera, 2013, s/p).



Os “pactos entre as mulheres” requerem uma centralidade ética e uma estética feminista como princípios; usar uma linguagem de respeito entre nós mesmas; não depreciar; considerar a estética de cada uma de nós como uma escolha de sujeitos livres, sem amarras nem tabus; não explorar pessoas – empresárias, empreendedoras, contratantes – não oprimir / não submeter as mulheres a nenhum tipo de violência nem humilhação. Respeitar as diferenças, de classe, raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero, geração, enfim, evitar competições e disputas entre nós mesmas pois estas acirram ainda mais a dominação masculina que se enriquece com as nossas desavenças!

Trabalhar por uma democracia de gênero exige passar do drama individual ao discurso público: “o pessoal é político”. Para poder construir um projeto democrático e plural, no qual a diferença sexual seja uma distinção pertinente dentro das relações sociais, necessitamos remontar a crise, recuperar a esperança e a credibilidade nas instituições; em outros termos, gerar um projeto que articule cidadania, autonomia e negociação.

Necessitamos de mais mulheres ocupando espaços de poder para que nossas reivindicações possam ser explicitadas, reconhecidas e contempladas no campo da política e para diminuir os índices de corrupção em nossa sociedade. Carecemos de apoio a mulheres que se disponibilizam a assumir cargos políticos: dos partidos políticos, encaminhando-as para cursos de capacitação propiciando o seu empoderamento; dos coletivos feministas e grupos de mulheres, que possam confiar mais em mulheres, votar mais em mulheres e participar como sujeitos nos processos democráticos que uma gestão implica; dos familiares e amigos, que possam propiciar tranquilidade no cotidiano da gestão dessas mulheres, na medida em que assumem as tarefas domésticas, compartilhem a dimensão do cuidado e coloquem em prática a verdadeira divisão sexual do trabalho em relação a casa, aos filhos, aos idosos e enfermos.

Para tanto, convidamos os homens e as mulheres para unirem-se a nós, estabelecermos pactos intergenéricos e intragenéricos visando uma sociedade mais justa, mais igualitária e com mais equidade de gênero na política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORÓS, Célia. La gran diferencia y sus pequeñas consecuencias... para las luchas de las mujeres. Universitat de Valencia, Instituto de la Mujer, Colección Feminismos, 2007.



- ASTELARRA, Judith. Democracia, Género y Sistema Político. In: MEENTZEN, Angela y GOMÁRIZ, Enrique. Democracia de género, una propuesta inclusiva. Fundación Heinrich Böll, Impreso en El Salvador por: Econoprint S.A, 2003, p. 26-39.
- BRAIDOTTI, Rose. Sujeitos Nômades, versión parcial del original en inglés de Alícia Bixio, Buenos Aires, Paidós, 2004.
- ESCALERA, Ana María Martínez de la. Consideraciones sobre política feminista. (impreso) FFyL, UNAM, 2013.
- FOX-GENOVESE, Elizabeth. Para além da irmandade. IN: Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, Nº 0, Volume 0, 1992.
- KUBISSA, Luisa Posada. Pactos entre Mujeres. In. AMORÓS, Célia (directora). 10 palavras clave sobre mujer. Estella (Navarra) Espanha, Editorial Verbo Divino, 1994, p. 331-365.
- LAGARDE, Marcela. Género y feminismo – desarrollo humano y democracia. Madrid (Espanha), Horas y Horas, 1996.
- _____ Claves feministas para mis socias de la vida. Buenos Aires, Batalla de ideas, 2015 (Coleção Feminismos Populares 1).
- _____ Chaves de identidade latino-americana no limiar do milênio. Centro de Documentação da Mulher. Buenos Aires, Argentina, 2005.
- RODRÍGUEZ Simón, E. Democracia Vital. Mulheres e homens para a cidadania plena. Edições Nancea, Madrid, 1999.
- SEGATO, Rita Laura. Que és um feminicídio? Notas para um debate emergente. In: BELAUSTEGUIGOITIA, Marisa e MELGAR, Lucia. Fronteras, violência, justicia: nuevos discursos. PUEG, UNAM, México, 2008.
- THITEUX-ALTSCHUL, Monique. Género y Corrupción – las mujeres en la democracia participativa. Buenos Ayres, Libros del Zorzal, 2010.



PAPÉIS SEXUAIS E LINGUAGEM ARTÍSTICA MUSICAL: UMA REFLEXÃO SOBRE AS DEFINIÇÕES DE PAPÉIS FEMININOS NA MPB

Manhães, Manuela Chagas
Instituição/Pós-Graduação: Doutoranda da UENF- PPGCL e UNESA
Bolsista UENF
manuelacmanhaes@hotmail.com

Barreto, Ana Carolina Carvalho
Instituição/Pós-Graduação: UENF PPGSP e UNESA
advogada.anacarolina@hotmail.com

Vieira, Tais Elaine do Nascimento
Instituição/Pós-Graduação: UNESA
taiselaine@bol.com.br

RESUMO

Pretende-se neste presente trabalho analisar a construção de diferentes personagens femininos na música popular brasileira. Tais construções são de suma importância para que possamos pensar e analisar as diferentes conotações que a mulher é representada na realidade social estando repletas de sentidos, significações e representações que transcendem a linguagem artística musical e tem se alicerçado no contexto sócio cultural da sociedade brasileira. Ora vistas como musas ora vistas como vilãs representam papéis sociais legítimos ou imorais, profanos ou sagrados, podendo estar presentes não só na veia criadora do letrista, traduzidas na música popular brasileira, mas também está implícito na constituição da própria atribuição dos papéis sociais. Estes personagens femininos hoje se tornam imagens que traduzem a forma que a mulher foi sendo constituída e se constituiu nas relações sociais em diferentes contextos sócio políticos históricos em que a práxis social favoreceu a mudança do rumo da história e do próprio movimento social sufragista que se tem a mulher como sujeito social que age no espaço público e reflete diferentes maneiras de se perceber a mulher entre o feminismo e sua feminilidade.

Palavras chave: mulher, linguagem artística, música popular brasileira

ABSTRACT

It is intended to present this work to analyze the different female characters built in poetadas lyrics of Brazilian popular music. These buildings are very important for us to think and analyze the different connotations that women are represented in the social reality being full of meanings, meanings and representations that transcend the musical language arts and has been grounded in socio-cultural context of Brazilian society. Now seen as muses now seen as villains represent legitimate social roles or immoral, profane or sacred, can be present not only in the creative Lyricist vein, but in its aspirations, ideologies and experienced in their different social dynamics, being tied to customs, habits values belonging to Brazilian culture being then translated in Brazilian popular music as a way a way to give visibility to what is implied in the constitution's own allocation of social roles. These female characters today become images that reflect the way the woman was being organized and constituted in social relations in different socio historical political in the social praxis favored changing the course of history and the social movement itself that has the woman as a social subject who acts in the social environment and reflects different ways of perceiving as a woman between women and their femininity.

Keywords: woman, language arts, popular Brazilian music



INTRODUÇÃO

Sabe-se que a linguagem é mediadora de todas as relações mantidas em nossas vidas por ser um meio de expressão e comunicação estabelecido pelas conjunturas sociais (estruturas internas), políticas (poder ideológico), históricas e culturais (identidade). Ela favorece para uma espécie de junção entre a experiência vivida e formulação de uma linguagem artística subjetiva com características históricas.

Neste contexto, a poesia e música são consideradas umas das grandes expressões de paradigmas, valores, construção de identidades, sentimentalidades, ou seja, estas são utilizadas como forma de comunicação contribuindo para a constituição da cultura e de seus elementos. Percebe-se que a arte poética musical, de forma geral, faz um grande bem para a sociedade, favorecendo a subjetividade humana. Esta é encontrada no cotidiano através de diversas formas de manifestações emotivas as quais utilizam a linguagem como instrumento de comunicação universal em sua função artística. O indivíduo utiliza-se da poesia e da música como ponte com as interações referentes às emoções humanas e princípios que regem a formação do pensamento e questões sociais.

Entre tais questões encontram-se as relações de gênero e as modificações de atribuições de papéis sociais sexuais ao longo da história, no desenrolar da dinâmica social. Ou seja, como forma de expressão social a música poetada tem sido uma das bases de formação social que traduz em sua métrica maneiras de se perceber a mulher em diferentes contextos, significações e representações sociais. É a partir deste fato que se pretende realizar as análises. Para isso, utiliza-se como instrumento de interpretação e análise as fundamentações teóricas sociológicas e antropológicas acerca do gênero e suas distintas definições que estão refletidas e manifestadas na música popular brasileira.

1.0. DESENVOLVIMENTO:

1.1. GÊNERO, MOVIMENTO SUFRAGISTA: EDIFICAÇÕES PARA A MUDANÇA REPRESENTATIVA DA MULHER NA SOCIEDADE

A discussão de gênero num primeiro momento designa homens e mulheres e suas diferenças a partir do aparato biológico, mas com o desenvolvimento da literatura feminista o



conceito de gênero foi se concretizando dentro do meio social referindo-se aos aspectos culturais, que fazem a atribuição de papéis sociais a partir do que se entende como homem e enquanto mulher. Isso significa dizer que há definições para ambos sexos, mas estas diferenças criadas ao longo da história formou uma hierarquia entre os sexos desde as diferenças biológicas, como também ao sentido do que é masculino e feminino legitimando as diferenças e disparidades entre homens e mulheres, constituindo e definindo uma forma de pensar patriarcal na qual as mulheres estariam nas relações de subordinação como dominadas e submissas, além determinadas ao espaço privado- doméstico sendo consideradas seres frágeis, limitadas socialmente, culturalmente tendo suas características de ser mulher expressas no que é ser feminina. Esperava-se, e ainda se espera condutas, falas, virtudes e afetividades que sejam correspondentes ao que sócio culturalmente é definido do que a mulher é na sociedade e em suas relações.

Neste aspecto ao se entender a questão de gênero como uma das temáticas de maior relevância na vida social atual não podemos deixar de fundamentar tal conceito mediante ao que velado na sociedade e concomitantemente revelado historicamente a partir do movimento sufragista em que se levantaram bandeiras, no qual o movimento feminista buscou a legitimação da mulher no espaço público, enquanto sujeito social que transita na sociedade em pé de igualdade com o homem. Esta luta permeia a história de longa data tendo diferentes momentos e conotações. Em cada qual se encontra uma singularidade, mas em todas elas se tem como objetivo norteador a vontade de se tornar mulher e se respeitada por isso, por ser mulher.

Suas contradições e conflitos são perceptíveis no meio social e são refletidas na forma de pensar, de agir e de se relacionar. Estão implícitas nos processos culturais que determinam ainda rótulos e estereótipos sobre a mulher. E como todos os homens e todas as mulheres perpassam por processo de socialização, sempre se espera que ambos os sujeitos estejam dentro de suas atribuições de masculinidade e de feminilidade, quando não logo é formado o estigma. A segunda pele é formada e vem se alastrando pela herança cultural.

Entretanto quando se pensa – dentro de um contexto histórico maior – sobre a mulher percebe-se que a mudança existe, mas ainda há muito que mudar. Por isso que a maneira em que os discursos são explicitados tornam-se de suma importância para o entendimento da continuidade ou mudança de tais atribuições assim como sua legitimação legal e cultural.



A linguagem em particular, a verbal artístico musical é um grande veículo de comunicação já que permite as interações sociais e tem acessibilidade a um público maior, além de ter formações de elementos culturais que expressam os diferentes códigos simbólicos sociais dos diferentes grupos sociais observados e expressos pelos indivíduos, e por isso quando se interpreta o discurso está na verdade entendendo os parâmetros da sociedade que podem determinar questões fundamentais que tragam a equidade entre os sexos ou a permitem a manutenção das suas diferenças na vida cotidiana a partir de suas representações e de suas significações no que tange ser mulher.

2.0 POESIA E MÚSICA: DUAS LINGUAGENS SUBJETIVAS NA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA

Nunez y Mendieta (1967) nos diz que o elemento crucial da arte deriva das interações humanas, que no tempo, criam uma série de conceitos, de ideias e de sentimentos coletivos nos quais o artista necessariamente se inspira, pois se dele se afasta, sua obra torna-se vazia de interesse e não pode despertar qualquer emoção, reflexão. Como consequência das interações humanas, os caminhos são infinitos, pois depende de como o artista trabalha determinado tema.

Dessa forma, a criação artística depende da captação do elemento social que sempre está em mudança e por isso não tem esgotamento, tornando-a sempre renovável e dinâmica. Isso se deve a mudança de ideias morais e de costumes da sociedade, de uma maneira geral, sendo a arte influenciada pela sociedade, produto da atividade humana. Logo, captar esse elemento e dar-lhe sentido por meio de expressão adequada para produzir a emoção estética e a sublimação do artista como porta voz da construção social a partir de seus valores, concepções representações em diferentes contextos sóciohistóricos.

Isso significa dizer que toda arte é condicionada pelo seu tempo e representa a humanidade em consonância com as ideias e aspirações, necessidades e as esperanças de uma situação histórica particular. Mas, por outro lado, a arte supera essa limitação e, de dentro do momento histórico, cria também um momento de humanidade que promete constância no desenvolvimento social.



Portanto, o fenômeno artístico é perceptível na verdadeira natureza da realidade: a arte é condição de um princípio ontológico do ser, é a chave que nos permite o acesso ao mundo; é o caminho mais original da compreensão da realidade. Na arte que encontra-se um processo interpretativo onde objetos apreendidos pelos sentidos e pela razão dão representação de acordo com os círculos de convivência social e seus parâmetros de atribuições de papéis sociais.

A poesia, a música e a literatura, por sua vez, podem então, serem consideradas como formas de liturgias que têm como instrumento a linguagem verbal que é repleta de símbolos e é obra coletiva, indubitavelmente social e com fins de transmitir, de comunicar alguma coisa aos demais.

É neste aspecto que Perrone (1988) expressa a importância da linguagem artística no cenário brasileiro a partir dos anos 60 e 70. Há presença de elementos literários na linguagem da canção brasileira contemporânea. A poesia, a canção e a poesia destinada à leitura possuem origens históricas comuns e mantêm afinidades, entre elas expressão da forma de pensar, valores intrínsecos no meio social e suas emoções, sensações e atribuições de papéis sociais.

Sant'Anna (1978) nos traz outro elemento estrutural para ser considerado quando se trata a poesia-canção brasileira: os recursos retóricos e as figuras de linguagem. Ele nos lembra que há muitas afinidades entre a poesia e a canção. Todos esses elementos favorecem ao desenvolvimento da sensibilidade e a acessibilidade para os diversos caminhos poéticos que os compositores, letristas ou poetas podem explorar na dimensão sonora e verbal.

Tal fato é visto por Augusto de Campos (in PERRONE: op. cit.) quando retrata a música popular brasileira dos anos 60 aos 80 chamando atenção para a criatividade e a linguagem utilizada, aplicando modelos literários para fazer suas análises e críticas. Contudo, não descarta a possibilidade de algumas letras resistirem como poesia independentemente de sua música. Comparando os músicos-poetas brasileiros contemporâneos aos trovadores que tão assiduamente estudou e traduziu, Campos sugere que a elaboração intrincada e os padrões rigorosos permitem que sejam tratadas como poesia. Ou seja, as letras de algumas canções brasileiras causam o efeito poético. A canção brasileira em meados e fins da década de 60 começa a cantar correspondendo a uma importante evolução poética da música popular brasileira que traduz as diferentes visões e identidades, além de trabalhem diferentes questões sociais, entre elas a de gênero.



3. COMPREENDENDO CONSTITUIÇÕES DE DIFERENTES PAPÉIS FEMININOS ATRAVÉS DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA

A naturalização dos papéis e das relações de gênero fazem parte de uma ideologia que tenta definir-se a partir das questões biológicas, de maneira que traz uma atribuição da essência masculina e feminina, como se homens e mulheres fossem desde ténue idade. Entretanto sabe-se que tais atribuições são determinações sociais que foram ao longo da história sendo construídas, modificadas por estarem dentro da dinâmica social, em particular, com o movimento do sufrágio universal. Ou seja, as pessoas vão aprendendo a serem homens e mulheres dentro de uma lógica cultural, histórica repleta de sentidos e significações que trazem definições de seus papéis, ações e maneiras de se perceberem enquanto seres sociais em diferentes relações sociais.

Esta questão social tem ganhado diferentes repercussões na linguagem artística, em particular, na música popular brasileira, demonstrando os diferentes papéis das mulheres a partir das construções poéticas musical de nossos compositores. É desta forma que percebemos que a mulher sempre fonte de inspiração tem sido constituída por diferentes prismas na música popular brasileira; Mas o que isso significa? Quem são estas mulheres? Veremos algumas músicas poetadas.

31. ENTRE O FEMINISMO E A FEMINILIDADE

Ao pensar nos conceitos de feminismo e feminilidade depara-se com um drama frequente hoje no tecido social: a mulher moderna se constitui de representações de papéis ainda cobrados na sociedade e pela sociedade. As representações destes papéis sexuais definidos como masculinos e femininos determinam funções, características, valores, ações e espaços. Transitar na modernidade tornou-se difícil e necessário. Não mais só musa, nem só amante, não mais só feminina, a mulher fonte de inspiração, desejo e especulações se o que faz é certo e errado, por instantes se perde diante da fluidez de sua identidade que está em constante



construção. Acaba por ser uma mistura de personagens. Ora renegando o sentido de ser mulher definido socialmente como frágil, bela, que segue a ditadura da beleza, sensível e feita apenas para amar e cuidar dos seus. Ela hoje se diferencia e refaz seu percurso dentro do feminismo, mesmo sem saber. Suas ações cotidianas sendo sujeito social que deseja, que quer, que renega o que antes fora definido para ela, favorece novas constituições do sentido de ser mulher.

Representando estas questões temos “Pagu” de Rita Lee em parceria com a compositora Zélia Duncan, música lançada no disco “3001” no ano 2000. Lidando com paradoxo e uma versão de quem foi Pagu – uma artista de vanguarda da sociedade brasileira – Rita Lee com toda sua ironia descreve esta mulher feminista que se firma na sociedade contemporânea.

Pagu (Rita Lee/ Zélia Duncan)

Mexo, remexo na inquisição

Só quem já morreu na fogueira sabe o que é ser carvão

Eu sou pau pra toda obra, Deus dá asas à minha cobra

Minha força não é bruta, não sou freira nem sou puta

Porque nem toda feiticeira é corcunda, nem toda brasileira é bunda

Meu peito não é de silicone, sou mais macho que muito homem

Nem toda feiticeira é corcunda, nem toda brasileira é bunda

Meu peito não é de silicone, sou mais macho que muito homem

Sou rainha do meu tanque, sou pagu indignada no palanque

Fama de porra-louca, tudo bem, minha mãe é Maria ninguém

Não sou atriz, modelo, dançarina

Meu buraco é mais em cima

Porque nem toda feiticeira é corcunda, nem toda brasileira é bunda

Meu peito não é de silicone, sou mais macho que muito homem

Nem toda feiticeira é corcunda, nem toda brasileira é bunda

Meu peito não é de silicone, sou mais macho que muito homem

Em sua composição Rita Lee, brinca na construção poética desde as questões dos contextos históricos quando retrata a Inquisição, a fogueira, que culpabilizava a mulher por ser quem é e os símbolos do masculino que são encontrados na mulher. Quem é a feiticeira, quem é



a dona de casa, quem é a puta, quem é a santa, quem é a porra louca, quem é esta rainha? Em todas elas encontra-se uma expressão comunicativa que afirma a mulher no feminismo, na formação de novas representações sociais sobre o sentido da mulher na modernidade que não mais é a fonte de inspiração pela beleza, fragilidade e docilidade, que ainda são referências para definir a mulher, mas por ser forte, por ser tudo aquilo que ela precisa ser para encarar as situações do cotidiano “mais macho que muito homem”. O sentido da representação masculina se contrapõe e paradoxalmente afirma o contexto atual que se tem a mulher dona de casa que é chefe de família, a mulher que enfeitiça pela sedução e pela inteligência, a mulher que desafia as construções de gênero tradicionais para uma nova forma de se ver e perceber: o feminino.

Bandeiras foram levantadas pelo movimento feminista e como a sociedade é construída pela dinâmica social continuamos a levantá-las, mas sobre novas vertentes. Entretanto a forma de pensar – os valores que definem os sexos pelas representações entre os gêneros – ainda está nos indivíduos que teimosamente e historicamente reproduzem no meio social e definem qual é o papel da mulher. Nestas confluências que a música transporta novas visões: podendo desconstruir antigos valores, traduzindo a riqueza que transita entre feminilidade e feminismo. E neste aspecto que a “Rainha do Rock”(Rita Lee) é formidável. Ela descreve e faz alusões em que independentemente do papel social que a mulher desempenhe, ela por si só é sujeito de sua vida, ela equipara-se a qualquer homem, enquanto sujeito social. E sem olhar para trás ou se importar com antigas convicções do que ela teria que ser para ser considerada a mulher, é que ela segue adiante; ela vai se redefinindo segundo suas necessidades, objetivos e vontades. Não se esconde e nem se retrai, simplesmente ela é, uma versão de vanguarda da nossa Pagu.

Em contrapartida para entender estas definições conceituais que se refletem no cotidiano das diferentes versões encontradas sobre a mulher tornam-se fundamental demonstrar as atribuições de representações sociais e sexuais pontuadas para e na feminilidade. É a partir deste referencial que se escolheu “Coragem Mulher” de Ivan Lins, lançada no álbum “Encuentro” em 1984. Ivan Lins pode ser considerado um trovador contemporâneo. Tem o perfil desenhado de um poeta que busca determinar a alma feminina e todas as suas dificuldades e desafios por ter esta alma feminina.

Coragem, Mulher (Ivan Lins)

Essa firmeza nos teus gestos delicados

Essa certeza desse olhar lacrimado



Haja virtude, haja fé, haja saúde
Pra te manter tão decidida assim
Que segurança pra dobrar tanta arrogância
Que petulância de ainda crer numa esperança
Quem é o guia que ilumina os teus dias?
E que te faz tão meiga e forte assim

Coragem, coragem, coragem, mulher
Coragem, coragem, coragem, mulher

Como te atreves a mostrar tanta decência?
De onde vem tanta ternura e paciência?
Qual teu segredo, teu mistério, teu bruxedo
pra te manter em pé até o fim?

Coragem, coragem, coragem, mulher
Coragem, coragem, coragem, mulher

Como te atreves a mostrar tanta decência?
De onde vem tanta ternura e paciência?
Qual teu segredo, teu mistério, teu bruxedo
pra te manter em pé até o fim?

Coragem, coragem, coragem, mulher
Coragem, coragem, coragem, mulher

O que é interessante nesta música poetada é o fato de Ivan Lins em um artesanato de palavras articular os adjetivos que são co-relacionados à figura feminina e entender como atribuições femininas: paciência, fé, ternura, esperança, decência, segurança, meiguice, gestos delicados e olhos lacrimejados, em outras palavras, a sensibilidade que só a mulher segundo as atribuições femininas pode ter. A alma feminina sempre repleta de atributos que determinam não só quem ela é em seu mundo, mas como ela é no mundo dos homens, o que se espera dela, de suas atitudes passam a ser descritos em cada verso a partir de uma dicotomia: firmeza,



certeza e virtude, petulância e segurança. Ou seja, para ser a mulher feminina não basta ser, tem que ter em sua formação as definições necessárias para se afirmar como tal, por isso essa firmeza nos teus gestos delicados, essa certeza desse olhar lacrimejado, haja virtude para manter tão decidida assim.

Quando adota outra postura ou tem outras características passa então a ser questionado que petulância seria esta, para e por que ser assim seria um segredo, um mistério ou estaria além das definições mundanas, por isso, o teu bruxedo. Diante do homem e de seu mundo o que a mulher precisa ter para ser como é, é coragem. Por tanto, a mulher que transita no meio social gera uma expectativa. Ser a mulher feminina, que faz o que é necessário para manter-se em pé, que seria ter paciência, esperança, saber ser meiga e forte. Sim uma força para sobreviver e definir-se como tala partir dos padrões culturais tendo comportamentos, pensamentos que estruturam a sua feminilidade requer sempre a coragem.

3.2. QUEM É ESTA MULHER: DONA

Nunca será fácil ser a mulher, a coragem é mais do que necessária, é a base para ser mulher. Diferentes papéis e definições formam os personagens encontrados na música popular brasileira, assim como na vida cotidiana. Como toda arte que faz a comunicação mediante a expressão que a linguagem é e representa, a linguagem artística musical poética é construída a partir das observações, das ideologias, dos paradigmas, dos costumes, dos valores, das sentimentalidades e das vivências. A arte é o que oxigena a sociedade e independentemente de sua função ela favorece a comunicação com os diferentes contextos e formações sociais, que estão refletidos nos sujeitos sociais e nas suas atribuições.

É neste sentido que se pensa “Dona” de Sá e Guarabira. Em “Dona” encontra-se esta multiplicidade de ser mulher. Talvez antes mesmos de ter estas redefinições da mulher moderna, encontra-se em “Dona”, inúmeros personagens femininos. Sua representação demonstra como a mulher, fonte de desejo, admiração e sublimação, transita entre os mundos: sagrado e profano, sujeito e objeto, musa e amante. Ora pousa ora plana, que alça voos, e por tal atitude passa a ser considerada dona: dona de seus passos, de seus desejos, de seus não, de seus sonhos.



Dona (Sá e Guarabira)

Dona desses traiçoeiros
Sonhos, sempre verdadeiros
Oh Dona desses animais
Dona dos seus ideais
Pelas ruas onde andas
Onde mandas todos nós
Somos sempre mensageiros
Esperando tua voz
Teus desejos, uma ordem
Nada é nunca, nunca é não
Por que tens essa certeza
Dentro do teu coração
Tã, tã, tã, batem na porta
Não precisa ver quem é
Pra sentir a impaciência
Do teu pulso de mulher
Um olhar me atira à cama
Um beijo me faz amar
Não levanto, não me escondo
Porque sei que és minha
Dona...
Dona desses traiçoeiros...
Sonhos sempre verdadeiros
Não há pedra em teu caminho
Não há ondas no teu mar
Não há vento ou tempestade
Que te impeçam de voar
Entre a cobra e o passarinho
Entre a pomba e o gavião
Ou teu ódio ou teu carinho
Nos carregam pela mão
É a moça da cantiga
A mulher da criação



Umás vezes nossa amiga
Outras nossa perdição
O poder que nos levanta
A força que nos faz cair
Qual de nós ainda não sabe
Que isso tudo te faz
Dona, Dona...

A dona da força, da canção, da perdição, da serenidade, da inspiração. Tantas numa só. Tantas atribuições a definem e a fazem persistir. Não há o que a impeça, não há quem a coloque numa dimensão menor que a faça sentir objeto. Uma mulher que está entre nós. Nós mesmas. Talvez nossas mães, nossas filhas, ou uma amiga, que admiramos por ter esta coragem, por ser aquela que sem perceber é a feminista de vanguarda como Pagu, como Chiquinha Gonzaga, como Dercy Gonçalves, como Zuzu Angel, como Dalva de Oliveira, como Rita Lee, como Marília Medalha, como Leila Diniz, entre tantas outras que se legitimaram no meio artístico, no meio político e social e que se tornaram referência para se perceber a mulher enquanto sujeito social. Tantos nomes conhecidos e quantos outros anônimos são a inspiração de nossos artistas. Quantos outros irão surgir para manter se viva a história que se repete nos nossos cotidianos.

É neste sentido que Dona seria uma parte de nós, mulheres modernas que estão buscando exorcizar seus medos para poderem viver plenamente em suas escolhas. Então que é esta mulher: eu, você? Uma junção de todas as mulheres que trocam passos consigo mesmas, que são invisíveis, mas reconhecidas pelo espelho? Que se vê, mas não se enxerga? Quem é esta mulher que busca ser aquela que quiser e para isso quebra paradigmas, quebra protocolos e é estigmatizada? Sim, é a dona, dona de si, dona de sua história e de suas identidades. E neste mundo, quem ainda percorre ao passado pra vê-la, cuidado que ela está aí, vivendo, sonhando e voando... e entre a musa e amante, a feminina e feminista ela se reconstrói, se redefine e segue adiante na vida social sendo a referência poética de personagens femininos na música popular brasileira.

3. CONCLUSÃO

Entendemos que a assim como a poesia erudita, a poesia musicalizada está repleta de fontes de inspiração para os nossos compositores da música popular brasileira. Por isso,



acreditamos que a música popular brasileira faz uma alusão as diferentes construções de realidades sociais em que são constituídas as representações das atribuições dos papéis sexuais socialmente e culturalmente definidos.

É nesta conjectura que entendemos as constituições dos papéis sexuais. Tais constituições se encontram, na verdade, nas interações sociais e são contempladas na linguagem artística musical poética. Considerando estes compositores como poetas da música popular brasileira, podemos perceber as diferentes representações da mulher em suas músicas poetadas, as quais vislumbramos as definições das identidades da mulher moderna que tem diferentes contextualizações e referências. Suas construções perpassam pela vida cotidiana, pelos valores, pelos paradigmas que rondam o meio social e definem diferentes maneiras de se perceber a mulher. Embora tenhamos estes diferentes personagens femininos, podemos dizer que em todos eles a mulher é sujeito social, embora tragam distintos significados e considerações do que define sua identidade e sentidos do que é ser mulher.

Assim, numa sociedade que perpassa por tantos movimentos e redefinições, as identidades são remodeladas, e a partir de tal fato que pensamos o feminino e mulher, o feminismo e a mulher, a musa e a mulher, a amante e a mulher. Hoje ser mulher que vive em nosso tempo, traz diferentes representações sociais. Suas máscaras sociais e seus significados ainda são definidos e questionados por tudo e por todos. São colocadas entre a sagrada e a profana, são elas as mulheres ainda objeto de inspiração na arte e que têm sido representadas como protagonistas com distintos sentidos, muito bem construídas por estes poetas da música popular brasileira (entre outros), que em diferentes contextos, construções e percepções as enaltecem por serem fonte de inspiração, desafio e reflexão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEGER, Peter L. &LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento.* 22ª. Edição. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

CALDAS, Waldenyr. *A cultura politico-musical brasileira.* SP: Musa Editora, 2005.



_____. *Iniciação à música popular brasileira*. 2ª. Edição. SP: Ática, 2001.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade: Estudos de Teoria e História Literária*. 8ª. Edição. SP: T. A. Queiroz, 2000.

COLI, Jorge. *O que é arte*. SP: Editora Brasiliense, 2013.

DAGHLIAN, Carlos (org). *Poesia e música*. SP: Editora Perspectiva, 1985.

FISCHER, Ernest. *A necessidade da arte*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 7ª Edição – RJ: DP & A, 2002.

_____. *A questão da identidade cultural*. 7ª. Edição. RJ: DP & A Editora, 2002.

MANGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária: enunciação, escritor e sociedade*. 2ª. edição. Coleção Leitura e Crítica. Tradução: Marina Appenzeller: revisão de tradução: Eduardo Brandão. SP: Martins Fonte, 2000.

MURARO, Rose Marie. *Feminismo e masculino: uma nova consciência para os encontros das diferenças*. RJ: Sextante, 2002.

MURIN, Edgar. *Cultura de massa no século XX*. Volume II: Necrose. Tradução: Agenor Soares Santos; RJ: Forense Universitária, 2002.

NUNEZ Y MENDIETA, Lucio. *Sociologia da arte*. In: Sociologia da arte, vol.: II. Organização: Gilbeto Velho, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

PERRONE, Charles A. *Letras e letras da música popular brasileira*; tradução: José Luiz Paulo machado. Rio de Janeiro: Elo, 1988.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Música Popular Brasileira*. Petrópolis: editora Vozes, 1978.

SANTA'ANNA, Romildo. “*As rimas da música popular brasileira e moderna poesia brasileira*”. Petrópolis: editora vozes, 1978.

SCOTT, J. História das mulheres. In: **BURKE**, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. SP: UNESP, 1992.

SHUSTERMAN, Richard. *Vivendo a arte: o pensamento pragmatista e a estética popular*. Tradução: Gisela Domshke; SP: Ed. 34, 1998.



NAS “ONDAS” DO FEMINISMO: MOVIMENTOS EM AVANÇO

OLIVEIRA, Catarina Nascimento de
*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/
Universidade Federal de Santa Catarina
catarinanoliveira1@gmail.com*

45

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender o pensamento político e as expressões das teorias feministas nos contextos brasileiro e latino-americano na contemporaneidade. Toma como direção, as contribuições de pensadoras feministas do Sul global, ao recuperar brevemente as “ondas do feminismo”, para posteriormente se deter na “suposta quarta onda” e seus desdobramentos de modo a subsidiar a reflexão que aponta uma nova perspectiva em direção dos estudos dos feminismos. Para abordar o assunto, os conteúdos referenciados por Marlise Matos constituem-se fecundos, por fornecer de modo atual e recorrente, elementos acerca da teoria política dos estudos de gênero e feministas de arcabouço teórico do Sul global (América Latina e Caribe) para o Brasil, o qual aponta para os reflexos dessa proposta, numa direção crítica e emancipatória ao processo de participação política e aos estudos de gênero na atualidade.

Palavras-Chave: Movimentos feministas. Participação política. Teorias feministas.

ABSTRACT

This study aims to understand the political thought and the expressions of feminist theories in the Brazilian and Latin American contexts in contemporary times. Takes as its direction, the contributions of feminists in the global South thinkers, to briefly retrieve the "wave of feminism", later to stop the supposed "fourth wave" and its consequences in order to subsidize the reflection aiming a new perspective towards the studies of feminisms. To address the issue, the contents referenced by Marlise Matos constitute fruitful for providing, current and recurrent way, elements about the political theory of gender studies and feminist theoretical framework of the global South (LAC) to Brazil, which points to the effects of this proposal, a critical and emancipatory direction to the process of political participation and gender studies today.

Keywords: Feminist movements. Political participation. Feminist theories.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo compreender o pensamento político e as expressões das teorias feministas nos contextos brasileiro e latino-americano na contemporaneidade. A discussão ora anunciada visa analisar, a “suposta quarta onda” do feminismo brasileiro, e seus desdobramentos de modo a subsidiar a reflexão que aponta uma nova



perspectiva em direção dos estudos dos feminismos, face ao processo de participação política das mulheres em diversas frentes, particularmente no trato da violência contra a mulher.

No limiar do século XXI, em meio às demandas e pesquisas no campo dos feminismos, o enfrentamento da violência contra o gênero feminino passou a receber maior atenção em estudos e debates acadêmicos, práticas políticas e operativas desenvolvidas por militantes de movimentos feministas, coletivos e grupos de mulheres, pesquisadoras/es de universidades. Por outro lado, membros da rede de atendimento e proteção como os organismos e os equipamentos sociais das políticas para as mulheres, da assistência social, da saúde, da segurança pública, além de órgãos do sistema sociojurídico, Conselhos Nacional, Estadual e Municipais de Direitos das Mulheres, Organismos de Políticas para as Mulheres e os entes federados, tem empenhado esforços no sentido de pensar e materializar ações relevantes, face à questão ser compreendida como uma violação aos direitos humanos da mulher.

A partir desses elementos aqui tomados apenas para situar uma dada pauta dos debates feministas, a razão nuclear que justifica eleger uma reflexão acerca da “quarta onda”, consiste numa tentativa de trazer as contribuições das teorias feministas do Sul global, que aponta uma nova perspectiva para os estudos dos feminismos.

Para subsidiar o assunto, as abordagens teóricas empreendidas por Matos (2010; 2014) constituem-se fecundas por fornecer, de modo atual e recorrente, elementos acerca da teoria política dos estudos de gênero e feministas de arcabouço teórico do Sul global (América Latina e Caribe) para o Brasil, o qual aponta para a “suposta quarta onda”.

Preliminarmente, cabe esclarecer que o termo Sul global, é aqui compreendido como uma categoria política, conforme assinala Mohanthy (apud Matos, 2010, p.77) ao considerar que as designações “Norte-Sul”, como categorias políticas, e não geográficas, evidenciarão as nações e as comunidades afluentes e privilegiadas do mundo transnacionalizado por oposição àquelas classificadas como econômica e politicamente marginalizadas. O Norte, compreendido como o espaço hegemônico do pensamento, seria aquele que produz para os olhares do ocidente a “boa” teoria, conforme expressa a autora que orienta o referido estudo.

Entretanto, também cabe considerar e incluir o limite geográfico, pois o Sul tem muito a dizer enquanto espaço de densidade demográfica, climática e composto por uma relação entre o local e os grupos constitutivos de um território que demarca múltiplas intercorrências generificadas dentro e fora das fronteiras que limitam ou ampliam os debates feministas.



Eleger como lugar para o debate o Sul global, constitui uma escolha que incide ainda em considerar uma região embalada por: manifestações políticas, disputas de fronteiras, ser uma rota de imigração, apresentar desigualdades sociais e econômicas, ter em sua trajetória política e cultural a colonização europeia e por conseguinte desencadear os conflitos étnico/raciais.

Dado esse preâmbulo, o presente estudo subdividido em dois tópicos, discorre inicialmente sobre as “ondas” do feminismo, seguido de reflexões acerca da “quarta onda” e os possíveis desdobramentos dessa proposta, numa direção crítica e emancipatória ao processo de participação política, como também aos estudos de gênero na atualidade.

FEMINISMO EM “ONDAS”: BREVE ABORDAGEM

A luta por igualdade e equidade entre homens e mulheres foi uma bandeira que por muito tempo acompanhou grupos e coletivos de mulheres e feministas na perspectiva de uma sociedade menos injusta. Ao recuperar a história, distintos momentos vão expressar o lugar ocupado pelas mulheres, particularmente em relação à participação política, sendo impelidas ao processo de mobilização para levar as demandas da vida privada para a vida pública, como uma reação diante do domínio da hierarquia masculina revelada em correlação de forças, poder e dominação.

Em diferentes contextos históricos do Brasil e da América Latina, os movimentos feministas e de mulheres, provocaram aquilo que a literatura classifica como “ondas” ou “fluxos”, cuja ressonância foi traduzida em três momentos (Pinto, 2003; Costa, 2005; Pedro, 2012):

A “primeira onda”, caracterizada pelo viés da luta de mulheres pelo sufrágio universal, conduziu representantes das classes média e alta, além de intelectuais a estudarem fora do país, em busca do direito e da igualdade política. Compreendido como *bem-comportado*, buscou o direito político ao voto (movimento sufragista), ainda nas primeiras décadas do século XX.

Já a “segunda onda” correspondeu a condutas de resistência e luta feministas ao regime militar, à hegemonia masculina, à violência sexual e ao direito ao prazer. Compreendida entre os anos 1970 aos anos 1980, teve como palco um movimento que questionava a condição de trabalho da mulher, o direito à saúde reprodutiva e ao corpo. Em



associações de bairros, vilas e periferias, as mulheres donas de casa, trabalhadoras se reuniam para debater sua condição e elaborar estratégias de luta, como apontado a seguir:

Práticas feministas ganharam intensidade quando desenvolvidas diretamente com grupos de mulheres que experimentavam pela primeira vez a possibilidade de olhar-se. Lembro-me dos “encontros de mulheres” que seguiram acontecendo pelos anos 1980 em que nas vilas e bairros de periferia as trabalhadoras e as donas de casa pobres eram chamadas a montar sua “plataforma”. A partir de seus relatos, em que não raro perguntavam “sempre foi assim?”, buscava-se não só desnaturalizar relações de desigualdade como a identidade entre as mulheres. Assaltava-nos uma alegria enorme ao verificar o enorme exército que estava ali para lutar (NEGRÃO, 2002, p.274).

Em meio a esse processo, cabe assinalar que particularmente o referido período foi emblemático para o feminismo, dada a transição do regime ditatorial para o regime democrático, o que expressou o caráter organizativo e de manifestação política empreendido pelas mulheres em prol de mudanças.

O final do século XX apresentou um cenário que levou as mulheres a um processo político e identitário de reação ao modelo patriarcal constituído histórica e culturalmente, de modo a eclodir manifestos contrários à invisibilidade, desigualdade e violência. Em 1975, a Organização das Nações Unidas declarou o Ano Internacional da Mulher, sendo considerado um marco histórico para as mulheres em escala mundial, pois o feminismo vivia a “segunda onda” tendo como palco a eminência da globalização, a metamorfose no mundo do trabalho, a ruptura de fronteiras, o avanço das redes, das conferências mundiais que inseriram as mulheres em agendas internacionais, segundo Negrão (2002).

Esse processo culminou na pluralidade do feminismo, pois temas tradicionais e novos mobilizaram as mulheres a ampliarem o debate acerca de questões históricas sobre a condição da mulher em relação aos marcadores de raça, etnia, sexo, classe, geração, como também remeterem novas pautas a partir das demandas dos novos lugares ocupados pelo feminismo.

O pensamento de Alvarez (apud Negrão, 2002, p.276), é compartilhado quando afirma que sem superespecialização em temas, não se é ouvida; sem reconhecimento por parte dos organismos internacionais, um movimento inexistente; sem estar em dia com as grandes “agendas”, não há movimento. Tal questão merece destaque, na medida em que o acesso ao conhecimento no mundo contemporâneo é mais que necessário, pois as articulações



potencializam os movimentos e possibilitam o acompanhamento sobre temas relevantes e de interesse aos grupos e coletivos de mulheres.

Nessa direção a “terceira onda”, classificada pelo *feminismo difuso*, demarcou a significativa participação das mulheres na cena pública pela redemocratização do país, além do processo de institucionalização e diferenças intragênero. Foi também a era de conquistar novos espaços de poder e de decisão como os conselhos, as delegacias e outras instituições.

Por outro lado, a última década do século XX, assinalou a reconfiguração o feminismo. As Conferências representaram o aparelhamento necessário e um espaço de debate útil, ainda que institucionalizado, para a elaboração de convenções, tratados, plataformas de ação e pactos entre nações de modo a garantir os direitos individuais e coletivos de mulheres no planeta, face às desigualdades e violências vividas. São exemplos desse processo a Conferência Mundial para a Mulher, em Beijing, na China (1995) e a III Conferência Mundial contra o Racismo, as Discriminações, a Xenofobia e outras Formas Correlatas de Intolerância, África do Sul (2001).

Os episódios acima citados demarcaram então essa “terceira onda” do feminismo, no qual os movimentos feministas e suas representantes passaram a assumir uma postura político-institucional, cuja agenda indicou a ruptura com as formas tradicionais de fazer política das mulheres, o que algumas autoras (Pinto, 2003; Negrão, 2002) classificam como um processo de onguização.

A profissionalização das feministas em espaços como Organizações Não Governamentais (ONGs), consultorias e instituições governamentais e internacionais, aliada a articulação e ações em redes especializadas em políticas sociais, ao tempo que provocaram um avanço significativo ao conferir credibilidade, mas trouxeram em contrapartida,

[...] uma “transnacionalização” dos discursos e a práticas – uma expansão dos discursos e da ação dos feminismos que extrapola fronteiras [...] Há um descentramento nas práticas feministas – diferente dos anos 1970 e 1980, quando se refere à organização política (horizontalidade, não delegação, não hierarquia), pois, para fazer-se representativo, é preciso hierarquizar sistemas organizativos. Mas há, por conseguinte, não só a perda gradativa dos movimentos sociais como referência das práticas e métodos feministas dos anos 1970 e 1980 na AL, mas também uma fragmentação – e relações desiguais de poder entre as mulheres (NEGRÃO, 2002, p. 276)

Essa lógica demarcada pelo neoliberalismo, provocou uma metamorfose sem precedentes dos movimentos sociais, na vida de trabalhadores/as, militantes, indivíduos e



atores/atrizes sociais. Face ao poderio econômico do mercado e ao recuo do Estado em relação a sua função social, a sociedade civil passou a assumir sobremaneira a responsabilidade dos governos, por meio das ONGs e nessa teia de relações, os movimentos feministas estiveram presentes, demarcando seu lugar no campo da política. Todavia, esse contexto sinalizou como assinalado por Pinto (2003), o afastamento entre o pensamento e o movimento feminista, dada a profissionalização e especialização cada vez maior de feministas nos espaços das ONGs em contraponto ao avanço e generalização do pensamento feminista:

Nesse contexto, as ONGs feministas, cada vez mais profissionalizadas, avançaram na introdução dos temas relativos ao gênero nas agendas nacional e internacional ao passo que relativizaram em parte sua função de criticar, pressionar e transformar esse mesmo Estado. As ONGs passaram a ter um papel importante no fornecimento das políticas sociais, enquanto o Estado passou por um esvaziamento da sua função social (MATOS, 2014, p.7).

A história brasileira e também latino-americana assinalou a participação e legitimidade política das mulheres em espaços de representação, tanto em cargos eletivos como na ocupação do aparelho estatal, além da inserção e profissionalização em ONGs, cujas demandas direcionavam ao enfrentamento dos marcadores que apontam as prevalências e lacunas imanentes ao feminismo, conforme destacado a seguir:

(...) o movimento feminista brasileiro não acontece isolado, alheio ao contexto mundial e, por isso, aqui, estabeleço laços e relações com o feminismo latinoamericano e com as novas dinâmicas hoje presentes em contextos mais amplos, supranacionais(COSTA, 2005, p. 10).

Face às questões econômicas, políticas, sociais e culturais de momentos distintos, o feminismo foi demarcando espaço, ao estabelecer relações estreitas com o movimento e a teoria feminista, de modo a alcançar conquistas importantes. A literatura revela as pressões organizadas como mecanismos adotados para superar as diferenças sexuais, de identidade, de raça/etnia, de classe e de gênero, compondo os cenários (Scott, 1989; Pinto, 2003; Costa, 2005; Lisboa, 2010; Souza-Lobo, 2011; Saffioti, 2013).

Mediante a dominação masculina na vida cotidiana e nas instituições, Saffioti (2004) compreende que feminismo empreendeu lutas questionando as relações de gênero de contorno preestabelecido e verticalizado entre o ser homem e o ser mulher, pela via do patriarcado. Em relação a participação política, Gohn(2010) vem assinalar que na história, muitas mulheres



marcaram presença na vida pública, na cena dos movimentos sociais e deram visibilidade por meio dos movimentos feministas, classificado como “novos” movimentos sociais.

A cultura patriarcal estabeleceu distintos papéis para homens e mulheres objetivados no âmbito das esferas pública e privada que impôs relações de dominação entre os gêneros e naturalização do poder masculino sobre o feminino. Para a mulher, o espaço privado esteve atrelado à sujeição, subordinação, discriminação e violência sufocadas por uma cultura machista de imposição das diferenças que por anos a fio manteve silenciada a realidade de tantas mulheres.

Todavia, desenhados os diversos tons da opressão entre os gêneros, a participação na vida política constituiu um caminho fundamental para mudar a vida das mulheres, no qual a ocupação em espaços de poder tradicionais e alternativos correspondeu um avanço e também uma conquista face às demandas e lutas travadas no tempo.

Nessa direção, concordamos com a autora, quando destaca:

O feminismo, enquanto movimento social, é um movimento essencialmente moderno, surge no contexto das idéias iluministas e das idéias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana e se espalha, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos. Nesse seu alvorecer, mobilizou mulheres de muitos países da Europa, dos Estados Unidos e, posteriormente, de alguns países da América Latina, tendo seu auge na luta sufragista (COSTA, 2005, p.10).

Os movimentos feministas, em contextos históricos distintos demarcaram questões de classe, de gênero, de raça/etnia, de geração e de nacionalidade, no qual a participação política da mulher na relação Estado e sociedade acompanham o tempo e delineiam suas faces. No Brasil e na América Latina, o feminismo tem evidenciado características marcantes que revelam um salto na trajetória política das mulheres que habitam na região, cujos desdobramentos, assim se constituem:

o que estamos assistindo agora (especialmente a partir dos anos 2000) é uma agenda de afirmação de complexidades teórico-práticas feministas que conteria esforços consistentes de: (a) destradicionalização social (afirmando uma dimensão societária); (b) de descolonização do saber (uma dimensão epistemológica), e; (c) de despatriarcalização/desracionalização/desheteronormatização, em distintos planos e diferentes graus, de algumas instâncias do Estado, em especial do Poder Executivo (uma dimensão política). Estas transformações estão em curso, assim como estão ocorrendo as muitas resistências conservadoras para



frear seus efeitos democratizadores e emancipatórios.(sic) (MATOS, 2014, p.3).

Nesse sentido, o processo pelo qual vivenciamos apresenta uma dinâmica social e política específicas, o que conduz à elaboração de teorias feministas a partir do local, de modo a compreender os novos formatos de participação política das mulheres, os contornos que molduram os feminismos do Sul global e as respostas que estes tem dado para além fronteiras.

A fim de discorrer sobre esse novo momento, compreendido como “quarta onda” do feminismo, pontuamos algumas indagações: O que vem revelar essa “quarta onda” para os feminismos da região do Sul global? Quais as contribuições e propósitos por ela manifestados numa perspectiva de caráter mais amplo, global?

Na sessão a seguir, algumas reflexões respaldadas em referências teóricas feministas serão utilizadas para subsidiar a compreensão sobre participação política e os estudos feministas na atualidade.

“QUARTA ONDA” DO FEMINISMO SOB O OLHAR DO SUL GLOBAL

O limiar do século XXI trouxe à cena mudanças estruturais e de conjuntura face ao momento de globalização pelo qual as nações empreenderam reações as mais diversas, culminando novos contornos de mobilização na arena pública.

Em se tratando das questões alusivas ao feminismo, a pluralidade constituiu e demarcou ainda mais os interesses, demandas e expressões dos movimentos feministas. Nessa teia, a reconstrução interdisciplinar de uma nova fase do feminismo passou a ganhar e ocupar espaços, apoiado em estratégias e mecanismos de ação inovadores e consonantes com as transformações vivenciadas no planeta.

Nessa direção, uma “suposta quarta onda” passou a ser apontada por Matos (2010), na perspectiva teórico-acadêmica, referente ao feminismo do Sul global (ancorado em teorias latino-americanas e brasileiras) para o Norte global (ancorado em teorias norte-americanas e anglo-saxã) e que será tomada como direção a nortear o estudo aqui proposto, pautado em teorias feministas de dimensões sócio-históricas e culturais brasileira e latino-americana.

A ideia de Matos (2010, 2014) consiste em trazer uma proposta teórica e uma “quarta onda” ou “fluxo horizontal do feminismo” como experiências inovadoras para os estudos e



teorias feministas, no sentido de contribuir para o campo crítico-emancipatório das diferenças sociais e políticas.

Para isso, a autora buscou um aprofundamento sobre as particularidades que o campo teórico apresenta, fazendo interconexões com os fenômenos de ordem global. Assim, recorreu às contribuições da teoria política feminista, seguindo trilhas conceituais de perspectiva norte-americana – amparada em Nancy Fraser; anglo-saxã – apoiada em Chandra Talpade Moranty, como também na contribuição latinoamericana de Sonia Alvarez, na tentativa de mostrar como cada uma reflete sobre a teoria feminista a partir do seu lugar. Além disso, também recorreu de forma mais pontual à dinâmica social e política dos contextos brasileiro e latinoamericano para explicar as mudanças dos feminismos e a sua propagação em âmbito continental por meio, segundo Matos (2010, p. 68), de circuitos de difusão feminista operados a partir das mais distintas correntes horizontais de feminismos (acadêmico, negro, lésbico, masculino etc).

Embora não façamos uma discussão sobre as teóricas supracitadas, dadas as limitações desse trabalho, vale situá-las ainda que de modo breve. Em relação ao pensamento de Fraser, filósofa americana dedicada à teoria da justiça social e do feminismo contemporâneo, seus estudos realçam de forma contundente a primazia do pensamento e do contexto hegemônico ocidental e um “distanciamento” em relação às agendas mais atuais do feminismo global, especialmente face às questões do sul. Como atenta Matos (2010), essa postura empreendida teoricamente, provocou profundo impacto sobre os estudos de gênero e feminismos na América Latina.

Já Mohanty, teórica feminista pós-colonial, assumiu uma postura contra-hegemônica diante do Norte global ao debruçar seu pensamento num confronto crítico ao projeto político imperialista norte-americano, trazendo como argumento a transnacionalização da solidariedade e a ruptura de fronteiras do pensamento feminista.

Por sua vez, o pensamento de Sonia Alvarez, professora da Universidade da Califórnia, vai na direção de tecer um olhar sobre as produções que a América Latina empreende acerca do feminismo e as particularidades locais.

Face aos desdobramentos teóricos e políticos do feminismo do Norte, um outro olhar é apontado por Matos para o contexto operado no Sul (Brasil/América Latina), cujos desdobramentos a impelem pensar e propor a “quarta onda”:

- 1) da institucionalização das demandas das mulheres e do feminismo por



intermédio da elaboração, implantação e tentativas de monitoramento e controle de políticas públicas para as mulheres que tenham claramente o recorte racial, sexual e etário, bem como a busca do poder político, inclusive o parlamentar; 2) da criação de novos mecanismos e órgãos executivos de coordenação e gestão de tais políticas no âmbito federal, estadual e municipal; 3) dos desdobramentos oriundos da institucionalização, com a criação de organizações não-governamentais (ONGs), fóruns e redes feministas e, em especial, sob a influência das inúmeras redes comunicativas do feminismo transnacional e da agenda internacional das mulheres; e, finalmente, e ainda mais importante, por meio de 4) um novo *frame* para a atuação do feminismo, desta vez numa perspectiva trans ou pós-nacional que deriva daí um esforço sistemático de atuação em duas frentes concomitantes: uma luta por radicalização anticapitalista, por meio do esforço de construção da articulação entre feminismos horizontais, e de uma luta radicalizada pelo encontro de feminismos no âmbito das articulações globais de países na moldura Sul-Sul (MATOS, 2010, p.69).

Se se fala de uma “quarta onda” do feminismo, no qual o Sul tem muito a dizer, estaríamos caindo na armadilha de reproduzir o discurso do Norte global, a postura ocidental e hegemônica ao referendarmos o nosso lugar com suas vicissitudes e diferenças numa tentativa de também torná-las hegemônicas, ou ousaríamos propor modos, formas singulares de fazer política agregando saberes, lugares, fronteiras, na construção de um mosaico de práticas ativistas, consagradas pela diversidade étnica/racial, sexual, geracional, de nacionalidade, de classe?

As reflexões feministas não são concordantes entre si, o que já referenda o feminismo da diferença e, por conseguinte, também necessário em razão de estabelecer formas dispares de pensar as questões sob olhares entrecruzados constituindo, assim um panorama não apenas complementar, mas útil em colaborar para a elaboração de teorias, a tomada de posições políticas, de modo a favorecer um mundo de novas possibilidades, a localização das abstrações, ressignificando o pensamento, os ativismos, as militâncias, o que do ponto de vista teórico-prático, servem de ferramentas para instrumentalizar atrizes e atores para a desconstrução de estereótipos, numa perspectiva inclusiva das diferenças.

Cabe considerar que as teorias quando formuladas desempenham um papel importante para a compreensão dos fenômenos e suas abstrações. No caso das teorias feministas, não se pode negar que historicamente o pensamento ocidental, eurocêntrico e colonial, influenciou sobremaneira a forma de pensar e agir de muitas ativistas e militantes de diferentes gerações, o que certamente lhes rendeu um direcionamento e postura políticas que contestou o sistema patriarcal e falocêntrico tradicional de sociedade. Além disso,



entendemos que as correntes feministas do Norte hegemônico orientaram expressivamente a forma de compreender, interpretar e construir saberes.

Todavia, sob pecha de seres colonizados, a legitimação teórica ao pensamento hegemônico do Norte anglo-saxônico e europeu, promovido através do constante diálogo literário, conduziu muitas feministas do Sul a valorizar e tomar como referência, figuras clássicas como Simone de Beauvoir (França) e Betty Friedan (Estados Unidos), enquanto representantes e vozes vorazes que alertavam e ecoavam aos quatro cantos sobre a condição e subjugação feminina e a contestação ao *status quo* das relações de gênero.

Se aquele momento de produção teórica sobre a condição da mulher reverberou nos movimentos de mulheres e feministas, o quadro ou *frame* agora ilustra o momento desse ser colonizado que instrumentalizado pelo passado, tem a possibilidade e busca a própria identidade e outras também, tomando os contornos próprios do lugar, tendo voz própria e liberdade para poder decidir e propor.

Em contexto pretérito, o iluminismo deu o tom para que o pensamento eurocêntrico prevalecesse de modo a influenciar os sujeitos colonizados. Na era da globalização, as teorias se ramificam e nessa direção os feminismos e suas teorias também. Enquanto a globalização traz impactos para a sociedade, esta é capaz de encontrar brechas para uma defensiva, e, de modo inteligível, agregar criticamente, criar estratégias diante das mudanças de diversas ordens.

De modo crítico, propositivo, reflexivo e criativo, os movimentos e o pensamento teórico feministas tem empreendido esforços, no sentido de problematizar novos conteúdos em meio aos desafios postos às questões de gênero, em que a expansão das agendas feministas e ativismos chegam na velocidade que acompanham o tempo presente: das articulações *on line*, às redes de informações.

Nessa direção, o investimento em capacitação é algo recorrente e tem sido utilizado pelos movimentos feministas, associações, cooperativas, coletivos e grupos de mulheres para a formação política e como mecanismo de fomento para instrumentalizar os membros à tomada de decisões em reuniões, debates, fóruns e plenárias próprios daquelas que participam ativamente das questões iminentes aos movimentos.

Como espaço de divulgação e ampliação dos estudos feministas, as instituições de ensino superior, por intermédio de núcleos, laboratórios e institutos de pesquisa, tem sido chamadas a participar dos debates teóricos e também do processo de qualificação através da



extensão, da pesquisa e do ensino, oferecendo cursos de curta duração, formação *stricto e latu sensu*, oficinas, minicursos e outras formas de acesso ao conhecimento, inerentes à academia.

Face às vicissitudes, os recursos utilizados dão a visibilidade necessária para aproximar temas da arena de gênero, possibilitar o acesso estreitando distâncias, denunciar o cerceamento imposto por padrões heteronormativos, as atitudes sexistas e discriminatórias. Nesse sentido, consideramos necessário o acesso ao conhecimento no mundo contemporâneo, na medida em que propiciam as articulações, potencializam os movimentos e possibilitam o acompanhamento sobre temas relevantes e de interesse aos feminismos, grupos e coletivos de mulheres.

Dadas as questões imanentes ao feminismo do Brasil e América Latina, cujos avanços e limites não se pode negar, o que se propõe como “quarta onda” a partir do contexto da região, seria apresentar o arcabouço de questões pelas quais tem enfrentado o feminismo, sobretudo, perpetrados no decurso do contexto neoliberal, e revelar que as experiências latinoamericana e brasileira tem sinalizado uma tendência à renovação, enfrentando e respondendo por meio do pensamento e das práticas dos movimentos, as ameaças impostas pelo capitalismo contemporâneo e pelo neoliberalismo, significando também um avanço em relação aos movimentos feministas do Norte global.

Nessa direção, a teórica sinaliza que a “quarta onda” do feminismo

[...] inicia sua configuração a partir desta terceira fase, indo na direção de consolidação a partir dos anos 2000, reforçando o caráter anti ou pós-neoliberal promovido pelos movimentos. Entendo que inaugura aqui um movimento de profunda reorganização do Estado que passa a se ocupar, na região, de modo mais efetivo, com perspectivas, desta vez multidimensionais, da justiça social (e não apenas no eixo da redistribuição econômica). A “quarta” onda traz também os desafios da horizontalização dos movimentos feministas e da construção coletiva do diálogo intercultural e intermovimentos (MATOS, 2010, p.81).

O período sinaliza um conjunto de mudanças que recaem em demandas para o feminismo, o que amplia e torna heterogênea as suas faces política e culturalmente. Na relação com o Estado, na arena do poder e dos partidos, nos espaços urbanos, rurais, das florestas e das águas, em sindicatos, na demarcação de raça/etnia, do corpo e do sexo, nas ruas, no espaço acadêmico, no ambiente das artes e tantos outros, a disseminação e pluralidade dos movimentos feministas e das produções do conhecimento passam a caracterizar a cena pública na região.

Por outro lado, levanta como proposta,



[...] uma teoria crítico-emancipatória feminista e de gênero, à luz da crítica epistêmica quando se pretende uma forma de teorização para além dos paradigmas dialéticos e binarizantes, bem como culturalmente reduzidos (principalmente ao Ocidente, neste caso). Tal proposta avança em direção a se pensar os eixos estruturadores da justiça social numa dimensão significativamente ampliada, inclusive numa perspectiva analítica que destaca a dimensão paradoxal e simultânea de repor igualdade e diferença num regime de complexidade, propondo realocar uma das principais contendas no feminismo latino-americano (e também nos feminismos de outras regiões). O sentido orientador da nova “onda”, também para os estudos e teorias feministas, está vinculado, em meu entender, a uma renovada ênfase em fronteiras interseccionais, transversais e transdisciplinares entre gênero, raça, sexualidade, classe e geração (MATOS, 2010, p.86).

Assim, propõe o diálogo entre os feminismos igualitários e da diferença, numa tentativa de avançar e romper as barreiras, de modo a unir o pensamento e o movimento, respeitadas as particularidades locais e transnacionais. Trazer à tona esse debate implica em grande desafio, mas também, uma reflexão nuclear para os estudos de gênero, em meio ao momento de efervescência porque passam as teorias e os feminismos na atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos empreendidos por Matos, tem debruçado um olhar entre o local e o global de forma a contribuir para a construção contínua do conhecimento político e acadêmico. Amparada em teóricas representantes do pensamento hegemônico, a pesquisadora brasileira ousa ao propor uma outra “onda” para os feminismos do Sul global ao tempo em que também sugere uma teoria de contornos pautados na justiça social.

Face ao *mix* de episódios que desenha(ram) as práticas feministas entre os séculos XX e XXI, o contexto contemporâneo vem sinalizar a diferença como uma categoria relevante para os estudos e teóricos do feminismo, pois se anteriormente o termo designava as desigualdades e marginalização entre mulheres e homens, o momento agora incide, conforme Matos (2010, p.87), na responsabilidade que qualquer instituição de direitos humanos teria de incorporar uma análise de gênero em suas práticas e análises teóricas.

Nessa direção incluímos também a diferença como a capacidade dos movimentos e pensamentos feministas adotarem atitudes avançadas no sentido de revelarem, a partir dos lugares, as novas formas de atuarem em prol de relações mais humanizadas, mais pactuadas,



mais respeitadas e potencialmente mais empoderadas, para os enfrentamentos que o contexto global na atualidade impõe.

Por essas e outras questões, discorrer o tema a partir desse lugar constitui, assim, um modo de subsidiar e contribuir para os estudos teóricos que estimulem o debate dentro e fora dos espaços acadêmicos, pois o Sul global além de produzir amplamente o conhecimento e sediar eventos de gênero importantes, mobiliza forças para manter e acompanhar a vanguarda dos feminismos, diante de um cenário que aponta e coloca grandes desafios.

Referências

- COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política”. In: Revista Gênero. v.5, n.2 p.9-35. 1º Sem 2005. Disponível em:<<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/01112009-115122costa.pdf>> Acesso em: 31 ago. 2015.
- GOHN, Maria da Glória. (2010) *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- LISBOA, Teresa Kleba. (2010) Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. In: *Revista Katálysis*, v. 13, n. 1. Florianópolis: Editora UFSC, jan./jun. 2010, p. 66-75.
- MATOS, Marlise.(2014) A Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. 38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 2014, Caxambu/MG, p.1-28.
- _____. (2010) Movimento e Teoria Feminista: É possível reconstruir a Teoria Feminista a partir do Sul Global? *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010. p. 67-92.
- NEGRÃO, Télia.(2002) Feminismo no plural. In: TIBURI, M.; MENEZES, M.M. de & EGGERT, E. *As mulheres e a filosofia*. São Leopoldo,RS: Editora Unisinos, 2002. p. 271-280.
- PEDRO, Joana Maria.(2012) O feminismo de "segunda onda". Corpo, Prazer e Trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, pp. 238-259.
- PINTO, Celi Regina.(2003) *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. (2013) *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular.



CONINTER 4

Congresso Internacional
Interdisciplinar em Sociais
e Humanidades

Foz do Iguaçu PR: UNIOESTE, 8 a 11 de
dezembro de 2015, ISSN 2316-266X, n.4

_____. (2004) *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perceus Abramo.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. (2011) *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2.ed. São Paulo: Fundação Perceus Abramo.



REFLEXIONES SOBRE EL GÉNERO PARA UNA CULTURA DE LIBERACIÓN

SERRANO VECINO, Laura Marcela

*Maestrante del programa en Estudios de Cultura Contemporánea, Universidad Federal de Mato Grosso
Bolsista CAPES, programa OEA-GCUB
lmserranov@unal.edu.co*

Resumen:

A partir de una reflexión teórica, el presente trabajo pretende ser un insumo para pensar la necesidad de incluir el género como una categoría fundante de las relaciones sociales y parte estructurante del proceso de modernidad, por tanto, del capitalismo y la colonización, así como de su transformación. A través de la articulación de autores latinoamericanos inscritos a la filosofía de la liberación como Aníbal Quijano y Enrique Dussel, con el pensamiento crítico de feministas latinoamericanas y Chicanas como María Lugones y Gloria Anzaldúa, se exponen tres dispositivos de género que operan como herramientas de colonización para el sostenimiento del capitalismo: el cuerpo como pecado, la división del trabajo productivo/reproductivo, y las tecnologías de producción de género, considerando de cada una sus matices particulares para Latinoamérica. Frente a ellas se presentan las propuestas desde las líneas de la teología, la política y la economía para la construcción de un nuevo principio de realidad, basado en la idea de autonomía.

Palabras Clave: Latinoamérica, género, colonialidad.

Abstract:

From a theoretical reflection, this article pretends to be a tool for thinking the need to including the gender studies as a basic category of social relations and a structuring fact of the process of modernity, therefore, of capitalism and colonization. Through the articulation of Latin American authors subscribed to the philosophy of liberation as Anibal Quijano and Enrique Dussel, with the critical ideas of Latin American and “chicanas” feminists like Maria Lugones and Gloria Anzaldúa, are presented three gender devices that operate as tools of colonization for the maintenance of capitalism. They are: the body as sin, the division of productive/reproductive work, and gender production technologies, considering their particular implications for Latin America. About each one of those, there will be exposed the proposals of transformation, considering the lines of theology, politics and economy, for the construction of a new reality principle, based on the idea of autonomy

INTRODUCCIÓN

La construcción de ciencias y saberes desde América Latina ha significado la configuración de un nuevo espacio de enunciación en el marco de la geopolítica del conocimiento que estructuralmente ha privilegiado las ideas provenientes de Europa como “centro”, a través de la eliminación e invisibilización de sujetos e ideas producidas en lugares “periféricos”, como África y Latinoamérica. A partir de este nuevo espacio, se ha formulado una epistemología alternativa que plantea una crítica a las formas históricas en que se ha concebido el desarrollo y la producción en diferentes dimensiones. Esto implica necesariamente, la conciliación de los postulados ontológicos y epistemológicos con ejercicios y acciones prácticas



para llevar a la construcción de un nuevo principio de realidad, fundado en la realización de un proyecto autóctono y autónomo que tenga como principal referente un ethos latinoamericano.

Esta construcción nace desde la experiencia histórica de opresión y dominación europea sobre el continente americano en todas las dimensiones. Su punto de partida es la crítica a la colonialidad como parte fundante de del proyecto de modernidad occidental, entendiendo que ella implica la continuidad de la etapa de colonialismo más allá de la violencia ejercida directamente, a partir de la dominación desde las estructuras simbólicas y la subjetividad de los individuos, lo que Enrique Dussel ha denominado “colonización del mundo de la vida” (Dussel, 1994)

Este mismo autor expone que América no fue descubierta por los colonizadores europeos, sino fue encubierta como parte de lo mismo. Es decir, que fue desconocida su existencia como “otro” para así justificar su dominación en función del desarrollo del capitalismo moderno, imponiendo violentamente un esquema particular de civilización (Dussel, 1994). Aníbal Quijano (1990) bajo el concepto de “colonización del poder” presenta la invención de la raza como el principal sostén de dicho sistema de dominación, pues esa idea generó una estructura de clasificación que organizó el ejercicio de poder en favor de un grupo social específico y a partir de allí, legitimó las formas de opresión sobre otros.

Esta categorización es a su vez estructurante de otras que fueron impuestas y sostenidas por medio de la violencia física y simbólica (y naturalizada hasta tal punto en que aún hoy es posible percibir su efecto). Ramón Grosfoguel (2006), emplea el término de heterarquías para describir en entrelazamiento de múltiples jerarquías, a partir de la raza como factor estructurante, para sostener funcionalmente el sistema mundo moderno/colonial capitalista/patriarcal.

Conceptualizo la colonialidad del poder como una imbricación o, para usar el concepto feminista del tercer mundo en EE.UU., una interseccionalidad de jerarquías globales, múltiples y heterogéneas (“heterarquías”) de formas de dominación y explotación sexuales, políticas, económicas, espirituales, lingüísticas y raciales, donde la jerarquía racial/étnica de la línea divisoria europeo/no europeo reconfigura de manera transversal todas las demás estructuras globales de poder (Grosfoguel, 2006)

Desde los estudios de género y el feminismo latinoamericano se ha expuesto el sistema de género binario, heteronormativo y patriarcal que está actualmente vigente en el orden de la sociedad latinoamericana occidentalizada, como parte de aquel patrón de poder mundial, pues dicho modo de organización ha funcionado como una de sus bases en la medida que ha garantizado la reproducción social del sistema.



El presente trabajo pretende mostrar en dos momentos la manera en que las autoras feministas y pensadores latinoamericanos han mostrado el lugar del sistema de género en el sistema de dominación eurocéntrico. En primer lugar se expondrá, siguiendo los planteamientos de María Lugones, la manera en que el sistema sexo-género fue impuesto violentamente en discordancia con las prácticas de las comunidades que habitaban América antes de su colonización. En segundo lugar, se describirán tres dispositivos que mantienen aún la dominación heteronormativa y patriarcal que, aunque funcionan de manera global para el sostenimiento del sistema-mundo, toman matices particulares en Latinoamérica; y asimismo, se presentarán las respuestas que desde el pensamiento decolonial se han dado a cada una de ellas, tanto en las consideraciones teóricas, como sus implicaciones prácticas. Estos dispositivos son: el cuerpo como pecado, la división del trabajo productivo y reproductivo, y las tecnologías de producción de género.

SOBRE LA COLONIALIDAD DE GÉNERO

La base de la organización social del género en el mundo occidental ha sido denominada por Gayle Rubin (1986) como sistema sexo-género, definido de manera general como un conjunto de disposiciones que confieren significaciones sociales a las características biológicas y fisiológicas, estableciendo un ordenamiento normativo limitado que designa funciones, posiciones y roles sociales, correspondientes a una identidad y una orientación sexual. Este establecimiento de diferencias se torna un régimen de desigualdad social a partir de las divisiones público/privado, productivo/reproductivo, fuerte/débil, entre otras, en el que los hombres heterosexuales ocupan una posición privilegiada, a partir de lo cual se genera una cadena de opresiones en el que las mujeres racializadas ocupan la base de la dominación.

Dicho sistema se impuso en Latinoamérica como parte los mecanismos coloniales de control del trabajo, recursos y productos, pues a partir de él, al igual que con la estructura racial impuesta, se generaron nuevas identidades que se asociaron a la naturaleza de los roles y lugares dentro de una estructura global de producción y sostenimiento del sistema-mundo moderno (Quijano, 2000). Esto se dio, en primer lugar, por una vía violenta con la apropiación de los cuerpos racializados y, en segundo lugar, a través de la construcción de interpretaciones



culturales objetivadas en instituciones, para la legitimación permanente de estas ideas por medio de símbolos, rituales y promoción de formas de pensar y vivir cotidianamente¹.

Reconociendo que en el proyecto de colonización existe una intersección entre raza y género en el marco de organización social, Enrique Dussel (1990) arguye que en Latinoamérica “la mujer es la primera oprimida, y esta opresión es mucho más profunda de lo que cree el varón que también está oprimido, y de lo que cree la mujer que es la oprimida de uno oprimido”. Pues, de acuerdo con María Lugones, las mujeres colonizadas eran vistas en términos de deficiencia por ser no-hombres, siendo así también no-humanos. Apunta que “los varones se convirtieron en no-humanos-por-no-ser-hombres y las hembras colonizadas se convirtieron en no-humanos-por-no-ser-no-hombres” (Lugones, 2011). Así, en los no-humanos, el sexo se encontraba sólo, es decir, fuera del marco sexo-género, reconociendo únicamente machos y hembras.

Las conductas de los colonizados y sus personalidades/almas eran juzgadas como bestiales y, por lo tanto, no generizadas, promiscuas, grotescamente sexuales y pecaminosas. Aunque en este tiempo la comprensión del sexo no era bimórfica, los animales se diferenciaban entre machos y hembras, siendo el macho la perfección, la hembra la inversión y deformación del macho. Los hermafroditas, los sodomitas, los viragos y los colonizados todos eran entendidos como aberraciones de la perfección masculina (Lugones, 2011)

Así, la existencia de muchos sujetos fue reducida únicamente en cuanto ser sexuado, sobre los cuales se impuso el sistema de género como base de las relaciones sociales que eran constitutivamente patriarcales². Sobre ello,

Allen razona que muchas comunidades tribales de Nativos Americanos eran matriarcales, reconocían positivamente tanto a la homosexualidad como al «tercer» género, y entendían al género en términos igualitarios, no en los términos de subordinación que el capitalismo eurocentrado les terminó por imponer. El trabajo de Gunn Allen nos permite ver que el alcance de las diferencias de género era mucho más abarcador y no se basaba en lo biológico. (Lugones, 2008)

Es entonces una necesidad de primer orden desnaturalizar este sistema de relaciones y entenderlo como un producto de la imposición colonial, a medida que se cuestiona de qué

¹ Pierre Bourdieu (La dominación masculina, 1998) reconoce que la fuerza y efectividad de la dominación masculina se encuentra precisamente en que prescinde de justificaciones, es decir, no tiene necesidad de ser argumentada de manera explícita, pues existe una constante ratificación del orden social basado en la razón androcéntrica y la división de estatutos sociales a hombres y mujeres constituidos.

² “El dimorfismo biológico, la doctomía hombre-mujer, el heterosexualismo y el patriarcado están inscriptos con mayúsculas y hegemónicamente en el significado mismo de género” (Lugones, 2008).



manera la división binaria y el régimen heteronormativo ha servido al sostenimiento del sistema de dominación capitalista eurocéntrico.

Siguiendo a Herbert Marcuse, Dussel (1990) toma la idea de totalidad para referirse a la dominación primaria del opresor sobre sí mismo y a partir de allí, sobre la otra parte de la sociedad. Puede hablarse entonces, en el marco del sistema-mundo, de una totalidad eurocéntrica, pero también androcéntrica y patriarcal, pues la primera esfera de poder se ubica en el hombre europeo como opresor y desde allí se ejerce la dominación sobre los hombres racializados y de ellos a su vez sobre las mujeres.

En la estructura heterárquica, el sistema totalitario se arraiga otorgando privilegios parciales a diferentes grupos sociales, sosteniendo las opresiones en la medida que limita y va eliminando posibilidades de transformación promoviendo la idea de que la desestabilización del sistema hará perder privilegios a todos los sectores y no solo a la burguesía dominante. Así, “el pasaje de la opresión a ser algo independiente del opresor le es totalmente insoportable a la totalidad, de tal manera que si intenta evadirse de la opresión el que domina lo calificará de ‘subversivo’ y lo reprimirá” (Dussel, 1990).

Audre Lorde (2004) ilustra esta idea,

A las mujeres blancas se les tiende la trampa de inducir las a unirse al opresor con el supuesto de compartir el poder. Posibilidad que les está vetada a las mujeres de Color. Las cuotas mínimas de participación que a veces se nos ofrecen no son una invitación a sumarnos al poder; la visible realidad de nuestra “otredad” racial así lo demuestra con palmaria claridad. Las mujeres blancas tienen a su disposición un abanico más amplio de supuestas alternativas y recompensas por identificarse con el poder patriarcal y sus armas.

En estos tiempos en que ERA se ha venido abajo, la economía pasa por estrecheces y el conservadurismo va en aumento, las mujeres blancas son más propensas que las mujeres Negras a caer en la peligrosa trampa de creer que si eres lo suficientemente buena, guapa y dulce, si enseñas a tus hijos buenos modales, detestas a quienes hay que detestar y te casas con un buen partido, se te permitirá coexistir en relativa paz con el patriarcado, al menos hasta que un hombre necesite tu puesto de trabajo o te cruces con el violador del barrio. Es cierto que, a no ser que se viva en las trincheras, resulta difícil recordar que la guerra contra la deshumanización nunca cesa.

[...]

El grupo de mujeres de Color es el peor remunerado de la población activa de Estados Unidos. Somos asimismo el objetivo número uno del abuso del aborto y la esterilización, tanto aquí como en el extranjero.

Así, lo que se manifiesta es la construcción de todo un sistema simbólico que mantiene y legitima constantemente las diferencias, arraigando su funcionamiento hasta en las estructuras



subjetivas de los individuos, naturalizando las interpretaciones culturales en el proceso intersubjetivo de significación de las características biológicas, pues “la vida humana es unitaria, corporal, cerebral y, por ello, el momento biológico es siempre subsumido desde el momento de la mente, espiritual, cultural, de las actividades superiores del cerebro” (Dussel, 2009). Para esto, diferentes mecanismos operan a través de diferentes esferas de desarrollo del mundo social.

SOBRE LOS MECANISMOS DE DOMINACIÓN Y LAS RESPUESTAS DESDE LATINOAMÉRICA

65

En América Latina, por su experiencia e historia se consolidan de manera particular tres dispositivos por medio de los cuales el sistema de relaciones sociales basada en el género le resultan funcional al capitalismo moderno. Estos son: (i) el cuerpo como pecado, (ii) la división del trabajo productivo y reproductivo y (iii) las tecnologías de producción del género.

El primero de ellos está directamente ligado a la religión, pero pasa también por mecanismos de control político. La iglesia católica ha sido una institución dominante en la vida de los pueblos colonizados en latinoamérica, presente en el ámbito social y espiritual, además del político y económico, lo cual se ha hecho evidente en la constitución confesional, explícita o no, de diferentes Estados Nacionales. Su poderosa influencia en las sociedades colonizadas se dio por medio de la “conquista espiritual” (Dussel, 1990), que supone el desarraigo violento de las creencias indígenas para la implantación de la religión de los colonizadores como parte del tejido de su sistema ideológico.

Todo el ‘mundo’ imaginario del indígena era ‘demoníaco’ y como tal debía ser destruido. Ese mundo del Otro era interpretado como lo negativo, pagano, satánico e intrínsecamente perverso. El método de la tabula rasa era el resultado coherente, la conclusión de un argumento: como la religión indígena es demoniaca y la europea divina, debe negarse totalmente la primera, y, simplemente, comenzarse de nuevo y radicalmente desde la segunda enseñanza religiosa (Dussel, 1990).

Desde su posición dominante, la iglesia católica promueve y sostiene ideas y prácticas convenientes al enraizamiento del sistema capitalista en la subjetividad misma de los individuos. En este sentido, ha establecido parametros morales, difundidos masivamente en el entretejido con otras instituciones como la familia y la escuela, que construyen una percepción sobre lo que está permitido y aquello que debe permanecer como tabú.

Marcuse (1969) se refiere a la moralidad como algo que no es primordialmente ideológico y podría representar un arma política. Sin embargo al estar inserta dentro de la lógica



del sistema moderno se adapta a sus necesidades, aplicándolo a las expresiones de principios éticos ajenos. Esto es ilustrado por este autor bajo la categoría de “obscenidad”

La obscenidad entraña un concepto moral en el arsenal verbal del sistema establecido, que violenta el término aplicándolo, no a las expresiones de su propia moralidad, sino a las de la ajena. No es obscena en realidad la fotografía de una mujer desnuda que muestra el vello de su pubis; sí lo es la de un general uniformado que ostenta medallas ganadas en una guerra de agresión; obsceno no es el ritual de los hippies, sino la declaración de un alto dignatario de la iglesia en el sentido de que la guerra es necesaria para la paz (Marcuse, 1969)

Bajo la categoría religiosa de “pecado” y su vinculación con un juicio ético social se crea una moral fundamentada no en el individuo ni la comunidad, sino en la arquitectura ideológica impuesta por la clase dominante. Dicha imposición de creencias institucionalizadas en la iglesia se da con el desplazamiento de la figura de dios y la ocupación de su lugar por el ego, pues con ello se subsume a la iglesia en una cultura que justifica la dominación y el proceso de colonización, haciendo del capitalismo un nuevo horizonte teológico y de la religión el fundamento de la ética.

Las prácticas promovidas por la iglesia católica a través de rituales y lenguajes repetidos sistemáticamente en diferentes ambientes, con la carga histórica que conllevan, forman una especie de habitus religioso latinoamericano³. Esto refleja un impacto directo sobre los cuerpos como uno de los principales elementos de control y juicio, teniendo esto una carga diferencial significativa en los cuerpos femeninos; pues mientras la figura de Dios como totalidad se presenta siempre masculina en referencias como “El todopoderoso” o “El señor”, y se le atribuyen características como fortaleza y bondad, el ideal de lo femenino se presenta en la figura de la virgen María, quien representa los valores esperados en una mujer: sumisión, sacrificio y castidad. Esto último dictamina explícitamente un principio de moral sexual femenina.

Marcuse expone que la moral de la sociedad burguesa se encuentra basada en la sexualidad y, por tanto, el debilitamiento de los canales de opresión en una de sus aristas tendrá consecuencias en la otra. Así, la liberación de los cuerpos femeninos, es decir el ejercicio de su autonomía, debilita también los canales de la moral social. Este es el motivo por el que se reprimen los cuerpos desnudos y el ejercicio de la libertad sexual, porque al no seguir el ideal de castidad impuesto transgreden el tabú, traspasan la barrera de lo permitido y muestra una

³El concepto de *Habitus* es tomado de la teoría social de Pierre Bourdieu, para referirse al sistema de disposiciones que manifiestan la incorporación de la cultura en los sujetos y se constituye en principio de las prácticas sociales.



alternativa a la moral impuesta. A esto, el sistema burgués responde con la vergüenza como mecanismo de ocultamiento.

Es necesario aquí anotar la paradoja entre el ocultamiento del cuerpo y su hipersexualización y comercialización. Esto deja ver la flexibilidad y conveniencia de la moral burguesa que permite la apropiación de los cuerpos por parte de otros, básicamente de los varones, pero condena los ejercicios de autodeterminación. Es decir, los cuerpos pueden ser utilizados y transgredir parcialmente la moral de la sociedad burguesa sin ser reprimidos, únicamente en la medida que esos usos continúan siendo funcionales al capitalismo y llevando en ellos la marca de la sociedad dominante.

Además de adoctrinar la corporalidad femenina, la iglesia excluye y condena aquellos cuerpos que no corresponden con lo que ella promulga como “natural”. La cultura occidental trata de eliminar esas diferencias a través del miedo, para lo cual crea estigmas sobre los cuerpos diferentes que llevan a que la idea de salir de la normatividad sea rechazada socialmente. Esto ocurre no solo en el caso de los cuerpos sexuados, sino también con aquellos cuerpos que son mutilados (incluso por la guerra que la burguesía promueve) o aquellos modificados voluntariamente (tatuajes, piercings, escarificaciones, etc.) cuando estas modificaciones no son para encajar en la estética de la clase dominante.

Esto ha tenido consecuencias incluso en el ámbito de las prácticas jurídicas y políticas, donde se presenta control del cuerpo a través de acciones constructivas y correctivas. Así, se ha visto cómo en diferentes contextos de países latinoamericanos los cuerpos no normativos de personas homosexuales, transexuales o travestidas, además de ser limitados para ejercer prácticas como el matrimonio o la adopción de menores, se ven sometidos para adaptarse al régimen por medio de la violencia institucional. Es recurrente el caso de asesinatos, golpizas o desapariciones de estas personas efectuadas incluso por miembros de instituciones oficiales como el ejército o por grupos paramilitares.

La mayoría de sociedades tratan de librarse de sus desviados. La mayoría de las culturas han quemado y golpeado a sus homosexuales y a otros que se han desviado de la normalidad sexual (Anzaldúa, 2004)

Para efectuar dichas las condenas, a través de la religión se crea un régimen idealista de recompensas y castigos que no se hace tangible en la vida material. Este régimen funciona a su vez como dispositivo para la mistificación del dolor y el sacrificio, mostrados por la iglesia católica como valores en sí mismos a través de los cuales es posible lograr la salvación. Allí radica la negación de la iglesia católica tradicional de la desigualdad como producto de



condiciones socio-históricas, pues con este postulado se mantiene la aceptación sumisa de la condición de dominación, atribuyendo esto a un destino individual y circunscrito al momento de la vida material, pero que tendrá una mayor recompensa espiritual, justificando así la desigualdad y el dolor que históricamente se le ha infligido al pueblo empobrecido y colonizado, un dolor que no permite desarrollar la vida digna.

En el transcurso de la década de 1970 y 1980 surgió en Latinoamérica la Teología de la Liberación (TL), una corriente aun de la iglesia católica, pero pensada desde sus condiciones de opresión. La TL se presenta como una alternativa a la interpretación de los postulados tradicionales para llevar a ejercer la religión no como instrumento de dominación, sino como la posibilidad de incentivar en los individuos la conciencia que se requiere para llevar a una revolución social. Aunque el surgimiento y auge de esta corriente se corresponde concretamente con un momento histórico de agitación social, deja un legado que aún es pertinente para anclarse en el proyecto de descolonización y liberación.

En referencia a la opresión de género, los postulados de la teología de la liberación se han constituido en pilares fundamentales para la construcción de una teología feminista en América Latina, que es principalmente la sublevación contra la interpretación de las categorías que impiden la autónoma en la vida de las mujeres.

Ivone Gebara⁴, exponente de la teología feminista, justifica la necesidad de desarrollar esta línea porque el clamor de la teología de la liberación por la justicia social no incluía de manera diferencial las cuestiones de igualdad y justicia de género en un momento que las demandas no eran muy visibles en el contexto social y menos aún en la marcada estructura patriarcal de la iglesia. Sin embargo, encuentran en común una perspectiva ética que desde el evangelio quiere impulsar una acción por los más oprimidos como necesidad para el proceso de salvación y la reconstrucción del mundo (Rosado-Nunes, 2006).

Esta corriente considera como uno de sus fundamentos la crítica sobre la visión y el manejo de los cuerpos desde la religión, pues considera que en ellos reside la posibilidad de autonomía efectiva. La visión negativa que existe sobre la corporalidad de las mujeres fuera de su destino aparentemente natural de parir hijos, reduce a las mujeres a vivir únicamente en función de su condición biológica individualizada y se torna en una obligación para ellas.

Portanto, é a partir dessa realidade biológica culturalizada que é nosso ser sexuado que a cultura e as diferentes instituições sociais não apenas consideram as mulheres como seres de segunda categoria, mas organizam a

⁴ Exponente de la Teología Feminista brasileira; filósofa, doctora en filosofía y ciencias religiosas de la Pontificia Universidad Católica de Sao Paulo, religiosa de la orden de las Hermanas de Nuestro Señor- Canónigas regulares de San Agustín.



política, a economia, as leis sociais, a religião de forma a sempre priorizar as iniciativas masculinas e os valores considerados masculinos⁵. (Rosado-Nunes, 2006)

La teología feminista como emanación de la teología de la liberación encuentra una pertinencia especial en el contexto latinoamericano. Por su premisa fundamental a favor de los más pobres no puede ignorar el fenómeno actual de feminización de la pobreza, sino que debe ponerse del lado de las mujeres para ayudar a promover la conciencia necesaria en favor de la igualdad de género y la justicia social, entendiendo esto en el marco amplio del sistema de colonialidad. Resulta una tarea difícil, pues la religión inmersa en el sistema capitalista ha disgregado más de lo que ha cohesionado, individualizando las mujeres y ubicándolas en lugares desfavorables dentro de las instituciones y los campos sociales.

El segundo dispositivo de funcionamiento de género para el capital, vinculado directamente con lo ya expuesto, es la división del trabajo productivo y reproductivo. Para esta consideración, es necesario ver la posición que ocupa Latinoamérica en la cadena de producción capitalista del sistema-mundo, la cual supone una estructura global formada por centro, semi-periferias y periferias entre las que existe una interdependencia (discurso que resulta útil para ocultar las relaciones de explotación que sostienen dicho sistema).

En esa esquematización de la producción capitalista global, América Latina ha ocupado el lugar de exportación de alimentos y materias primas, es decir que el foco de su funcionamiento se encuentra en el mercado exterior. De acuerdo con Osorio (2000), por esa modalidad de inserción en el sistema mundial, Latinoamérica no se vio en la necesidad de crear un mercado interno de fortalecimiento, lo cual prestó las condiciones de pauperización del trabajo en la medida que los sectores dominantes del capitalismo no debían preocuparse por proveer a los trabajadores las condiciones que les permitieran ser también los consumidores. Este panorama ha configurado una cultura de relacionamiento bajo determinados parámetros de alienación e individualidad, pues el fortalecimiento progresivo del capitalismo hace de la economía uno de los fundamentos y horizontes del ethos colectivo. Es decir, se hace del trabajo vivo la forma de hacer parte de instancias colectivas, de estar inmerso en la cultura.

Además de la división geopolítica del trabajo, existen también a nivel local particiones de tareas que van más allá de la pertenencia a una clase social. Entre estas se encuentra la división

⁵ Por tanto, es a partir de esa realidad biológica culturizada, que es nuestro ser sexuado, que la cultura y las diferentes instituciones sociales no sólo consideran a las mujeres como seres de segunda categoría, sino que organizan la política, la economía, las leyes sociales, la religión de forma que priorizan siempre las iniciativas masculinas y los valores considerados masculinos (mi traducción).



sexual del trabajo. A través de esta dinámica, sostenida en el sistema de género, se ha asignado a hombres y mujeres diferentes roles, ubicando a las mujeres en las esferas privadas o domésticas, es decir, excluyéndolas de la vida cultural colectiva y dejando a su cargo las labores de reproducción, siendo esto referido más allá de lo biológico, a la reproducción misma de la sociedad a partir de las tareas de cuidado y educación; mientras los hombres se ubican el ejercicio de las actividades y los espacios públicos, como la política, la economía, el derecho, etc. Lo cual les confiere directamente el poder sobre las decisiones colectivas.

Aun cuando se mantiene el papel de proveedor para los hombres y progresivamente se suman las mujeres a su espacio del mercado laboral, sigue existiendo una marcada diferencia en dos sentidos. Por un lado, aunque sea fuera de la casa, las actividades que ocupan las mujeres están directamente relacionadas con las mismas tareas de cuidado en la formación de la base social. Por otro lado, al insertarse en la vida pública, pero también mantener los roles tradicionales dentro del hogar, las mujeres viven en una dinámica de doble jornada entre el trabajo remunerado y no remunerado. Este último elemento es lo que garantiza la continuidad material e ideológica del sistema capitalista, pues permite la formación gratuita de mano de obra, manteniendo a las mujeres como las transmisoras primarias del régimen a través de la naturalización y mitificación de su rol de madres y cuidadoras. En palabras de Dussel (1990), allí es posible ver “cómo la mujer oprimida va a educar a su hijo varón como el señor que ella no fue y a su hija mujer como la oprimida que ella es”.

Aunque progresivamente se ha tratado de otorgar cierta paridad en el mercado laboral para romper con la discriminación de género a partir de algunos pronunciamientos sobre las responsabilidades compartidas en los hogares, en América Latina sigue presentándose una diferencia significativa en el tiempo que dedican hombres y mujeres a las labores remuneradas y no remuneradas. Si bien, hay un cierto desarrollo en las leyes sobre permisos paternales, no se aprecia una redistribución de la carga de tareas domésticas, así como tampoco se ha producido un aumento significativo en la provisión de servicios públicos en apoyo a estas tareas. (CEPAL, 2011)

Esto quiere decir que a pesar del aumento progresivo de las mujeres en la vida pública y económica de las naciones, persisten las brechas entre las posibilidades que se les presentan por la regulación del sistema de género, pues es la reproducción de la misma lógica en un espacio más amplio donde las mujeres se enfrentan aún a cuestionamientos por su condición, lo cual les representa inestabilidad laboral, además de ser orientadas hacia los trabajos y cargos con menor remuneración, insistiendo en mantener la dependencia femenina.



La completa igualdad y libertad económica y política para todos los individuos, independientemente del género, resulta imposible dentro del capitalismo moderno, pues con este sistema se mantienen y agudizan las diferencias y desigualdades para sostener el régimen de dominación por parte de la totalidad masculina, que inhibe a las mujeres la capacidad de decisión como un ejercicio de empoderamiento, de manera que la mujer se vuelve en sí misma una trabajadora doméstica. Así,

La liberación de la mujer supone que esta sepa discernir adecuadamente sus distintas funciones analógicamente diversas. Una función es ser la mujer de la pareja. Otra es ser la procreadora de su hijo. Otra es ser la educadora. Otra es ser una hermana entre los hermanos de la sociedad política. Y si cada una de estas funciones no se sabe discernir, se cometen errores tremendos. (Dussel, 1990)

Este proceso de diferenciación, significa el reconocimiento de las diferentes dimensiones de desarrollo de las mujeres, lo cual constituye el primer paso en la desmitificación y desnaturalización de su condición, para abrir posibilidades a otros modos de construcción de conductas y cuerpos. Dentro de esto, es un factor determinante el tercer dispositivo de los referidos, las tecnologías de construcción de género.

Esta categoría está relacionada con los discursos institucionalizados que generan efectos directamente sobre el cuerpo y los modos de vida. El género en sí mismo es un resultado de esto, pero la manera en que se configuran determinados modelos a partir de creaciones como el cine, la publicidad o la pornografía entre otras cosas, reafirma constantemente el sistema impuesto, creando nuevas producciones y efectos que se articulan bajo todo un despliegue tecnológico moderno.

A partir de las tecnologías que se producen actualmente a una velocidad acelerada se difunden modelos de ser hombre y de ser mujer que encasillan a los sujetos en estereotipos. América Latina entra en esta lógica desde la erotización e hipersexualización de los cuerpos femeninos y la impresión de masculinidades agresivas en los hombres con la explotación de la figura del macho latino. Esto propicia un tipo de conductas, lenguajes y procesos sociales apoyados en la maquinaria de construcción de individuos como la publicidad y la cirugía estética, poniendo en el centro de la discusión la esfera de la economía, a partir de la cual “el capitalismo premia la belleza femenina haciendo de ella una mercancía” (Marcuse, 1983).

Los efectos de esas tecnologías dominadas por las élites son visibles en las tasas de morbilidad por cirugías estéticas o trastornos alimenticios, pues se ha implantado en los



individuos la necesidad de hacer parte de una lógica que los valora de acuerdo con un paradigma de estética corporal, introyectando los juicios dominantes en las subjetividades individuales para hacer parecer las elecciones que son producto de reglamentos sociales del capitalismo, como escogencias personales y libres.

Un punto de discusión fundamental es la democratización de las herramientas tecnológicas, pues sobre ellas se ha ejercido un control hegemónico para mantener el statu-quo. La televisión, las grandes empresas publicitarias y la producción cinematográfica comercial se han encontrado en manos de las mismas élites económicas y políticas que trabajan para mantenerse en esa posición privilegiada, por lo que ha resultado un trabajo difícil visibilizar otras ideologías y formas de existencia que rompan con la dinámica colonial.

Entonces, no es la tecnología en sí misma, sino los usos que se hacen de ella lo que la forja como un instrumento de dominación a partir de la generación de códigos simbólicos de aprisionamiento subjetivo dentro del sistema de género.

¿Es preciso todavía declarar que el aparato de represión no es la tecnología, ni la máquina, sino la presencia, en ellas, de los amos que determinan su número, su duración, su poder, su lugar en la vida y la necesidad que uno experimenta de ellas? ¿Es preciso repetir todavía que la ciencia y la tecnología son los grandes vehículos de la liberación y que es sólo su empleo y su restricción en la sociedad represiva lo que los convierte en vehículos de la dominación? (Marcuse, 1969)

Es posible ver avances a partir del mayor acceso que actualmente se tiene a redes de información en internet, en las cuales se permite introducir nuevas ideas y visiones con alcances masivos. Esto otorga un papel determinante en el proceso de liberación en la medida que deja ver más allá de lo transmitido por los canales oficiales del sistema, dando alternativas para escuchar otras ideas y percibir otros sujetos como base del proceso de reconocimiento para resquebrajar el esquema totalitario.

Resulta imperativo pensar en la necesidad de actuar sobre aquellos paradigmas de estética corporal como ejercicio fundamental para la liberación de los individuos y sociedades colonizadas. Esto se plantea teniendo como base que la estandarización de belleza ha significado una limitación para la autonomía y el empoderamiento de las mujeres desde la percepción de sí mismas. En palabras de Britto Ruiz (2005), esto es “la educación y moldeamiento del cuerpo como una forma de control social al servicio de ciertos intereses hegemónicos dominantes”. En esto tienen una tarea fundamental los aparatos tecno-sociales, pues ellos deben ponerse al servicio de la una percepción que pase por nuevas sensibilidades.



CONSIDERACIONES

La consideración de los tres dispositivos expuestos bajo la mirada de un proyecto de liberación articulado consecuentemente a otras esferas como la política, la ética y la economía, entre otras, es imprescindible para iniciar el proceso de liberación de las mujeres latinoamericanas y consecuentemente, de los hombres, pues “La liberación de la mujer es la liberación también del hijo y del hermano (...) La liberación de la mujer, supone la liberación del hombre como especie” (Dussel, 1990).

Es necesario entonces desarrollar un proceso que contemple como fin último la construcción de un principio de realidad cuyas relaciones sociales no estén basadas en el género y las características biológicas no representen una clasificación jerárquica de los sujetos, de modo que las identidades y orientaciones sexuales se presenten como opción y no como norma. Para esto es necesario continuar desde diferentes sectores una lucha consciente por lograr el reconocimiento de quienes históricamente han ocupado el lugar de “los otros” invisibilizados, es decir las mujeres, y así lograr la equidad social como parte del camino orientado simultáneamente a la deconstrucción de aquellas mismas categorías binarias que legitiman la exclusión desde el régimen de la heteronormatividad.

Esto supone grandes retos bajo las condiciones actuales, en las que a través de fuertes maquinarias ideológicas el capitalismo bloquea constantemente la posibilidad de crítica colectiva mostrándose como un sistema en vías de perfeccionamiento constante, a pesar de su insostenibilidad e incapacidad de desarrollar la vida en armonía.

Así pues, se necesita actuar desde diferentes espacios para que estos sean dotados de una misión pedagógica que lleve por medio de procesos de crítica discursiva comunitaria al nacimiento de otra conciencia. Esto implica un ejercicio que va desde la subjetividad hacia el exterior, pues el cambio revolucionario consiste no sólo en liberarnos de las situaciones externas, sino de aquello del sistema que hemos interiorizado y se ha puesto de presente casi como nuestra realidad orgánica. De allí debe darse la emergencia de la voz ética de las víctimas para iniciar procesos de comunicación que llevan a manifestar una conciencia integral que además de romper con aquella opresión internalizada, se manifiesta hacia la totalidad. Esto nos deja con una especial tarea a las mujeres latinoamericanas.

Siempre que se plantea la necesidad de entablar una supuesta comunicación, quienes se benefician de nuestra opresión nos piden que comparemos con ellos nuestros conocimientos. Dicho de otro modo, enseñar a



los opresores cuáles son sus errores es responsabilidad de los oprimidos. Yo soy la responsable de educar a los profesores que desprecian la cultura de mis hijos en el colegio. Las personas Negras y del Tercer Mundo son responsables de educar a la gente blanca para que reconozca nuestra humanidad. De las mujeres se espera que eduquen a los hombres. De las lesbianas y los gays que eduquen al mundo heterosexual. Los opresores conservan su posición y eluden la responsabilidad de sus propios actos. (Lorde, 2004)

Esa voz colectiva lleva a los individuos a superar su condición de alienados al paso que sienten pertenencia con un grupo social que puede realizar transformaciones sociales efectivas por medio de la conformación de un nuevo ethos, es decir una nueva cultura que existe a partir de un despliegue ético que impulsa el objetivo de producción de la vida como horizonte de las actividades sociales y de las acciones de los individuos con el ambiente ecológico, material y humano.

A partir de aquel nuevo horizonte deben empezar a transformarse los aparatos de la estructura social para definir los contenidos políticos de la nueva ética, haciendo de la vida humana y sus posibilidades de reproducción digna el fin último de todas las instituciones. Se trata de un proceso que empieza desde la misma sociedad civil para luego reformular los aparatos ideológicos del sistema capitalista. “Pasando más allá de la igualdad de derechos, la liberación de la mujer daría un vuelco a la jerarquía establecida, lo cual llevaría a la construcción de una sociedad dirigida por un nuevo principio de la realidad” (Marcuse, 1983)

Hay que trabajar en numerosas dimensiones como el lenguaje, el derecho, la economía, etc., entendiendo que cada una de ellas ha mostrado grietas en las que es posible ubicarse. La ocupación del género, más allá de ser un procedimiento forzado, deja la posibilidad de existir en los márgenes. En tanto este es sólo una cita, una adquisición, es posible que no se lleve cabalmente de acuerdo con las expectativas sociales. Se ha hecho así evidente en la utilización de cuerpos y en las acciones con signos diferentes a aquello que debería representar. Es el espacio donde la mujer no ocupa el lugar de la ama de casa, el espacio donde las mujeres no aceptan sumisas las disposiciones de los hombres, el espacio donde los hombres no en sí mismos muestra de agresividad y dominación. Como punto de partida, debemos habitar aquellos espacios donde se da la libertad de actuación dentro de la matriz de poder colonial para empezar su fragmentación progresiva.

Es ahí donde aparecen otras denominaciones como los sujetos *queer*, que manifiestan con su misma presencia esa ruptura, pues plantean la cuestión de fuerza y de oposición, ya que permiten ver la diversidad a partir de la performatividad como acción. Además, han hecho de manera certera el ejercicio de terapia lingüística referido por Marcuse que consiste en liberar las



palabras, llevándolas de su significación al servicio del sistema, contra él; constituyéndose autónomamente mediante el apelativo que se suponía degradante acuñado por la clase dominante.

La tarea fundamental de ubicarse en las debilidades del sistema para encontrar allí los canales de ruptura con las lógicas del esquema de opresión que sostiene el capitalismo moderno y la colonización eurocéntrica, permitirá establecer desde la base los valores de liberación para forjar una relación de antítesis a la dominación y la agresión, características de la totalidad patriarcal. Esto, como un ejercicio de autodeterminación consciente, constituye un elemento fundamental para alcanzar la liberación latinoamericana, superando divisiones categóricas que imprimen siempre sobre la diferencia, la marca de la desigualdad.

BIBLIOGRAFÍA

- Anzaldúa, G. (2004). Los movimientos de rebeldía y las culturas que traicionan. En B. Hooks, A. Brah, C. Sandoval, G. Anzaldúa, A. Levins Morales, K.-K. Bahvnani, . . . C. Mohanty, *Otras inapropiables. Feminismos desde las fronteras* (págs. 71-80). Madrid: Traficantes de Sueños.
- Batthyány, K. (s.f.). Trabajo productivo y trabajo reproductivo: los cuidados y responsabilidades familiares como elemento central de su conciliación. Obtenido de <http://www.fder.edu.uy/espaciodetrabajo/jornadas/mesa4-2.pdf>
- Bourdieu, P. (1998). *La dominación Masculina*. Barcelona: Anagrama.
- Braidotti, R. (2004). Diferencia sexual, incardinamiento y devenir. En R. Braidotti, *Feminismo, diferencia sexual y subjetividad nomade* (págs. 151-186). Barcelona: Gedisa.



- Britto Ruiz, D. (2005). "Esa boba chica nice": cuerpos moldeados, mujeres sometidas. *Polis*.
- Butler, J. (1990). *Gender Trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge.
- Butler, J. (2002). Críticamente Subversiva. En R. M. Jimenez, *Sexualidades transgresoras. Una antología de estudios queer* (págs. 55-79). Barcelona: Icaria.
- CEPAL. (2011). *Boletín del observatorio de igualdad de género de América Latina y el Caribe No. 2*. División de Asuntos de Género, CEPAL. Obtenido de <http://www.cepal.org/cgi-bin/getprod.asp?xml=/mujer/noticias/paginas/6/43266/P43266.xml&xsl=/mujer/tpl/p18fst.xsl&base=/mujer/tpl/blanco.xslt>
- Dussel, E. (1990). *Liberación de la mujer y erótica latinoamericana*. Bogotá: Nueva América.
- Dussel, E. (1994). *1492: El encubrimiento del otro. Hacia el origen del mito de la modernidad*. La Paz: UMSA. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Plural Editores. Obtenido de <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/otros/20111218114130/1942.pdf>
- Dussel, E. (2009). *Política de la liberación. Vol. II arquitectónica*. Madrid: Trotta S.A.
- Grosfoguel, R. (2006). La descolonización de la economía política y los estudios poscoloniales: Transmodernidad, pensamiento fronteriza, colonialidad global. *Tabula Rasa*, 17-48. Obtenido de <http://www.afyl.org/descolonizacioneconomia.pdf>
- Lorde, A. (2004). Edad, raza, clase y sexo: las mujeres redefinen la diferencia. En A. Lorde, *La hermana, la extranjera*. Madrid: Horas y Horas.
- Lugones, M. (2008). Colonialidad y género. *Tabula Rasa Num. 9*, 73-101.
- Lugones, M. (Julio - Diciembre de 2011). Hacia un feminismo descolonial. *La manzana de la discordia*, 6(2), 105-119. Obtenido de <http://manzanadiscordia.univalle.edu.co/volumenes/articulos/V6N2/art10.pdf>
- Marcuse, H. (1969). *Un ensayo sobre la liberación*. México, D.F: Joaquin Mortiz.
- Marcuse, H. (1983). *Calas en nuestro tiempo*. Barcelona: Icaria.
- Osorio, J. (2000). El sistema-mundo y América Latina. Dilemas teóricos y metodológicos de la teoría social latinoamericana. *Veredas No. 1*, 13-28. Obtenido de http://148.206.107.15/biblioteca_digital/articulos/12-257-4034hqs.pdf
- Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. En E. L. (comp.),



La colonialidad del saber, eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, Argentina: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Obtenido de <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf>

Rosado-Nunes, M. (2006). Teologia feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara. *Revista de Estudos Feministas Vol. 14*. Obtenido de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2006000100016&script=sci_arttext

Rubin, G. (1986). El tráfico de mujeres: notas sobre la "economía política" del sexo". *Nueva Antropología*, 95-145.

Vargas Valente, V. (2008). *Feminismos en América Latina. Su aporte a la política y a la democracia*. Lima: Programa Democracia y Transformación Global.



IDEAIS DE IGUALDADE E LIBERDADE NO MOVIMENTO FEMINISTA CONTEMPORÂNEO: REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA MARCHA DAS VADIAS DE FLORIANÓPOLIS/SC EM 2015

GUZZO, Morgani

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre em Letras pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro/PR) e graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela mesma universidade. Bolsista CAPES.
morganiguzzo@gmail.com

78

RESUMO

Este artigo objetiva relacionar os conceitos de igualdade e liberdade da sociedade moderna com o movimento feminista, enfocando a forma como estes ideais foram considerados pelo feminismo até a contemporaneidade, quando algumas vertentes passam a coloca-los sob rasura. Leva-se em conta a abordagem teórica e filosófica a respeito dos conceitos de igualdade e liberdade e a perspectiva histórica sobre as ondas feministas e a forma como incorporaram esses ideais em sua ação política. A partir da descrição das atividades de construção da *Marcha das Vadias* de Florianópolis/SC, em 2015, uma manifestação feminista contemporânea construída de forma coletiva e autônoma, evidencia-se as críticas aos conceitos universais de igualdade e liberdade, suscitadas nas discussões pré-marcha, e a necessidade de incorporação do olhar interseccional no movimento feminista, demonstrando diferentes aspectos da opressão contra os múltiplos grupos que compõem a *Marcha das Vadias* na capital catarinense.

Palavras-chave: igualdade; liberdade; feminismo.

ABSTRACT

This paper aims to relate the concepts of equality and liberty of modern society with the women's movement, focusing on how these ideals were considered by feminism until contemporary times, when some strands start to put them under erasure. It takes into account the theoretical and philosophical approach about the concepts of equality and liberty, as well as the historical perspective on feminist waves and how they have incorporated these ideals in his political action. From the description of the construction activities of the feminist movement SlutWalk from Florianópolis/SC/Brazil, in 2015, is evident the criticism of universal concepts of equality and liberty, raised in the pre-march discussions and the need for incorporation of the intersectional look in the feminist movement, showing different aspects of oppression against the many groups that make up the Slutwalk in the capital city of Santa Catarina.

Key-words: equality; liberty; feminism.

1. IGUALDADE, LIBERDADE E O FEMINISMO

A historiografia a respeito do feminismo considera-o como um movimento social que tomou forma a partir da luta de mulheres por direitos. Considerando os diferentes contextos históricos, algumas historiadoras dividem o movimento em “ondas”, caracterizadas pelos tipos de reivindicações e palavras de ordem utilizadas pelas mulheres em cada contexto. Pedro (2005), em



um texto introdutório sobre o uso do conceito de gênero no movimento feminista, aponta para as formas como as perspectivas de igualdade e diferença foram empregadas por diferentes grupos feministas, visando explicar as razões da subordinação da mulher pelo homem e reivindicar direitos para as mulheres.

De acordo com a historiadora, o feminismo de “primeira onda”, que teria se desenvolvido no final do século XIX, tinha como principais reivindicações a conquista de direitos políticos – possibilidade da mulher votar e ser eleita - e direitos sociais e econômicos – como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade e herança (PEDRO, 2005). A luta das mulheres estava relacionada, portanto, à conquista de igualdade perante a lei e igualdade de direitos¹.

A igualdade é um ideal central para a sociedade moderna², considerada fundamental na instituição da doutrina dos direitos naturais³ da criação do Estado liberal e nas declarações de direitos, como a proclamada nos Estados Unidos da América do Norte (1776) e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, principal documento da Revolução Francesa (1789). Embora presente nos documentos desde o século XVIII, o ideal de igualdade não se concretiza na prática, conforme demonstrou Olympe de Gouges, dois anos após a Revolução Francesa, quando escreve e publica a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791), documento que questionava o caráter universal de igualdade da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789). Gouges (1791) argumentou que as ideias de igualdade e de liberdade que estavam sendo propostas para a sociedade francesa pós-Revolução eram restritas aos homens. Assim, reivindica às mulheres os espaços e o acesso igual aos direitos que, até então – e por muitas décadas ainda –, lhes foram negados. Por contestar tal declaração e reivindicar direitos para as mulheres, Gouges foi guilhotinada em 1793, sob a acusação de que era contra a revolução. Sua morte representou o silenciamento das lutas das mulheres no período e o quanto ideais revolucionários escritos no próprio documento, tais como a liberdade de expressão, só existiam no âmbito do discurso.

A historiadora Joan Scott (2005) pontua que, na Revolução Francesa, a igualdade foi anunciada como um princípio geral, mas a cidadania só foi concedida para aqueles que tinham determinada quantidade de propriedades e negada aos escravos e às mulheres. Diferenças de nascimento, posição, status social entre homens não eram levadas em consideração, mas

¹ Esses dois princípios fundamentais, enunciados em normas constitucionais, estão relacionadas à ideia de igualdade desenvolvida pelo Estado liberal praticamente desde a sua origem (BOBBIO, 1997).

² No modelo aristotélico de sociedade civil, a questão da igualdade não era uma problemática, já que na *polis* grega, a distinção entre cidadãos, mulheres e escravos era tida como “natural” e essencial para o bom funcionamento da política.

³ Sociedade contratualista, com base no modelo jusnaturalista desenvolvido por Hobbes. De acordo com este modelo, o estado natural do indivíduo é ser livre e igual; enquanto o estado civil (ou sociedade civil) é artificial e baseado em um contrato social entre seus indivíduos livres. (BOBBIO & BOVERO, 1979; BOBBIO, 1997).



diferenças de riqueza, cor e gênero sim. Após mais de duzentos anos desde o anúncio de que “todos os homens são criados iguais e imbuídos pelo criador com certos direitos inalienáveis”, em diferentes países e nações, os atributos especificados ou implícitos que formam o modelo para a igualdade têm sofrido transformações.

Há poucos lugares no mundo agora que proíbem a população de votar por motivos de raça ou sexo, embora haja ainda importantes diferenças no que concerne ao acesso à educação, ao trabalho ou a outros recursos sociais. E essas diferenças são o objeto de grandes debates políticos – debates amparados pela promessa universal da igualdade, uma igualdade que não conhece diferença, e por modelos historicamente específicos que em diferentes períodos levam em conta diferentes diferenças. (SCOTT, 2005, p. 17).

É evidente, portanto, que a invenção moderna da igualdade entre todas as pessoas não se realiza na prática. Apesar disso, é tendo a igualdade como horizonte que grupos e movimentos sociais lutam e é a partir desse ideal que o Estado justifica e fundamenta seu poder e sua atuação. Nesse debate, tornou-se importante considerar, ao invés da igualdade, os conceitos de diferença e de equidade, percebidos como centrais nas lutas identitárias contemporâneas, entre elas algumas vertentes do feminismo.

Após a conquista do voto universal pelas sufragistas e da luta por outros direitos relacionados à igualdade entre homens e mulheres do feminismo de primeira onda, o ideal de igualdade passou a ser problematizado, levando em conta que letra da lei não apagava ou resolvia todas as disparidades sociais de gênero, raça, classe, entre outros marcadores de diferença. O movimento feminista passa, portanto, a colocar em questão outro ideal fundamental da sociedade moderna: a liberdade.

A concepção de liberdade do liberalismo já foi tida como ponto central das reivindicações feministas. A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, na chamada “segunda onda”, emergiu a luta pelos direitos individuais: direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres (PEDRO, 2005). A palavra de ordem era “o privado é político”, isto é, as concepções sobre sexualidade, relações e violência conjugais, assim como a própria subjetividade, deveriam ser tratadas no âmbito público, sendo trazidas à tona politicamente.

A questão da liberdade sexual das mulheres (popularização da pílula anticoncepcional nos anos 1960) e o desenvolvimento dos estudos de gênero (1980) e das teorias *queer* (1990) tomaram forma, transformando as relações entre os âmbitos público e privado na sociedade. A liberdade de



expressão e a vivência de múltiplas sexualidades e identidades de gênero esteve aliada à formação de grupos identitários que passaram a lutar pela efetividade de seus direitos. As populações LGBTTTTs (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgênero e intersex), que ainda não têm seus direitos individuais garantidos pelo Estado, posicionam-se cada vez mais no âmbito da luta política e por representação⁴.

Embora importantes, as lutas por direitos fundamentadas na concepção do Estado-liberal⁵ (direito ao casamento civil, por exemplo) são questionados por algumas vertentes do feminismo, que consideram estas demandas “burguesas” e conservadoras. Assim, estas vertentes propõem que se coloque em xeque tanto os ideais de igualdade quanto de liberdade reivindicados pelas primeiras ondas do feminismo, buscando problematizar que conceitos de liberdade estão sendo empregados e que tipo de direitos estão sendo reivindicados.

Para compreender as diferentes concepções de igualdade e de liberdade na sociedade contemporânea, Norberto Bobbio (1997) argumenta que, tanto os “direitos do homem” quanto a ideia de liberdade individual se encontram alicerçadas em um conceito de Estado liberal-democrático⁶. No âmbito dos significados mais amplos, estendidos à esfera econômica (como ocorre nas doutrinas opostas do *liberismo* e do igualitarismo), igualdade e liberdade são valores antitéticos: não se pode realizar plenamente um sem limitar fortemente o outro. Assim, para o

⁴ Mencionamos aqui alguns direitos que são garantidos pelas constituições de países e por declarações de direitos, inclusive a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1949), mas que, na prática, são negados a esses grupos:

“Art. 12º: Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques a sua honra e reputação. Todo homem tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

Art. 16º: I) Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, tem o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e dissolução.

II) O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.

III) A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem o direito à proteção da sociedade e do Estado”. (Declaração Universal dos Direitos Humanos. ONU, 1949).

⁵ Não temos aqui o objetivo de trazer as questões da sexualidade enquadrada historicamente do âmbito do poder regulador dos corpos, como já o fez Foucault em vários de seus trabalhos. Também não abordaremos as lutas políticas contra a heterossexualidade compulsória e a patologização da homoafetividade (conceitos trabalhados por autoras e autores da teoria *queer*). Apenas cabe lembrar que o exercício teórico e político da sexualidade perpassa pelas noções do direito, da igualdade e da liberdade relacionados à estrutura do Estado, ao modelo econômico e à forma de organização da sociedade.

⁶ Segundo Bobbio (1997), a democracia moderna não só não é incompatível com o liberalismo, como pode ser considerada seu prosseguimento (BOBBIO, 1997, p. 37). Segundo ele, a concepção de Estado liberal, com poderes e funções limitadas (estado de direito e estado mínimo), está baseada na aliança entre a escola do direito natural (jusnaturalismo) e o contratualismo, para os quais o indivíduo é singular, com seus interesses e natureza anterior à sociedade, sendo a sociedade uma criação artificial. Nesse sentido, a ideia de liberdade é individual, liberdade em relação ao Estado, baseado na autonomia da pessoa humana e na teoria do progresso mediante o antagonismo. “Para o liberal, o fim principal é a expansão da personalidade individual, mesmo se o desenvolvimento da personalidade mais rica e dotada puder se afirmar em detrimento do desenvolvimento da personalidade mais pobre e menos dotada” (BOBBIO, 1997, p. 39).



liberal, para quem a primazia é o indivíduo e não a comunidade, o fim principal é a expansão da personalidade individual, enquanto para o igualitário o fim principal é o desenvolvimento da comunidade em seu conjunto, mesmo que ao custo de diminuir a esfera de liberdade dos singulares (BOBBIO, 1997, p. 39).

Na medida em que alguns grupos “minoritários”⁷ têm como enfoque reivindicar do Estado a garantia de seus direitos políticos, há aqueles que provocam o debate sobre os limites da atuação estatal. Dentro do próprio movimento feminista, há diferentes “campos discursivos de ação” Alvarez (2014), muitos deles questionando tanto a aliança entre os movimentos sociais e o Estado quanto as pautas que giram em torno de demandas por políticas públicas⁸.

Ao propor que se pense as diferentes vertentes feministas como “campos discursivos de ação”, ao invés da diferenciação do movimento a partir da definição de “ondas”, Alvarez (2014) reconhece que os movimentos feministas geralmente se expandem *para além da sociedade civil*, considerando que, ao mesmo tempo em que são organizados de forma independente do Estado, “[...] eles muitas vezes também se estendem “verticalmente”, para assim dizer, em direção à sociedade política, ao Estado, e outros públicos dominantes nacionais e transnacionais (ALVAREZ, 2014, p. 18). De acordo com a pesquisadora, reconhece-se, no Brasil a partir dos anos 1990, certa “institucionalização” do feminismo no contexto histórico de uma dupla transição para a democracia representativa de “baixa intensidade” e para um modelo econômico neoliberal⁹. Neste momento, “[...] muitas atoras se reposicionaram para *além da sociedade civil*, adentrando nas mais variadas instituições masculinistas” (ALVAREZ, 2014, p. 25, grifo da autora). Evidentemente, a inserção de algumas feministas no âmbito do Estado gerou críticas e diagnósticos de que o movimento estava despolitizado, cooptado e moribundo.

Endossando os argumentos contrários à ‘institucionalização’ do feminismo, Alvarez (2014) mostra como a apropriação da problemática de gênero pela agenda neoliberal provocou uma evidente distorção de suas principais demandas.

⁷ A concepção de grupos minoritários é definida por Scott (2005) como grupos que podem até ser maioria em número populacional, mas possuem menos direitos, encontram-se invisibilizados socialmente ou têm menor ou nenhuma representatividade política.

⁸ A crítica à aliança entre movimentos sociais e o Estado é feita por diversas vertentes feministas, principalmente aquelas ligadas ao anarquismo.

⁹ Apoiando-se no conceito de liberalismo do economista austríaco Friedrich von Hayek (1981), Bobbio (1997) concebe o neoliberalismo ou o “novo liberalismo” como uma “[...] teoria dos limites do poder do Estado, derivados na pressuposição de direitos ou interesses do indivíduo, precedentes à formação do poder político, entre os quais não pode estar ausente o direito de propriedade individual” (BOBBIO, 1997, p. 89).



A Agenda Neoliberal Anti-Pobreza, como sabemos, considerava que uma abordagem tecnocrática “com perspectiva de gênero” seria crucial para aumentar o “capital social” das mulheres, em particular das mulheres pobres e racializadas. E esse capital social feminino, por sua vez, passou a ser visto como essencial para integrar as mulheres a um “desenvolvimento de mercado” mais eficaz e eficiente (palavras-chaves do neoliberalismo nessa fase), inspirando políticas focadas para os grupos ditos “vulneráveis”. E é precisamente nessa conjuntura que o neoliberalismo passa a vestir uma cara (ou melhor, máscara) mais “humana,” multicultural e participativa, conclamando às “associações da sociedade civil” – incluindo algumas organizações feministas profissionalizadas – a serem “parceiras” no desenvolvimento e na governança. (ALVAREZ, 2014, p. 31).

Alvarez (2014) demonstra que a partir da década de 1990, no Brasil e em outros países latino-americanos, os setores institucionalizados do feminismo (ONGs e Estado) se consolidaram e se tornaram dominantes, quando não hegemônicos, ganhando acesso privilegiado ao microfone público e a muitos recursos econômicos e culturais, e assim exacerbando desigualdades já inscritas no campo do feminismo e gerando algumas novas. “As inequidades nas relações de poder, sempre presentes em qualquer formação política, a partir dali ficaram explícitas e mais agudas” (ALVAREZ, 2014, p. 31). Para a pesquisadora, a absorção do gênero pela Nova Agenda Anti-Pobreza neoliberal, juntamente com a institucionalização feminista que prevaleceu nesse momento, exacerbaram conflitos e tornaram mais agudas as desigualdades pré-existentes, gerando novos paradoxos que estimularam mudanças no campo feminista da região.

Como sabemos, as/os silenciadas/os e marginalizadas/os pelo neoliberalismo se rebelaram e ganharam maior destaque político a partir do final dos 1990 em toda a região latino-americana, elaborando um ataque cada vez mais vociferante, expressivo e contundente aos neoliberalismos global, regional e nacional. Essa crítica novamente se lançou às ruas e conquistou, ou pelo menos hegemonizou, algumas instituições políticas com a ascensão da chamada “maré rosa” na América Latina, a partir da eleição de Hugo Chávez, em 1998. Abrangeu crescentes setores da sociedade civil e da sociedade política, mas especialmente agregou muitas atoras e atores da “sociedade não cívica” que chamo de “outro” da sociedade civil neoliberal. (ALVAREZ, 2005, p. 32-33).

As manifestações e organizações desse “outro” demarcaram uma profunda mudança na trajetória do campo feminista latino-americano. Segundo Alvarez (2005), no Brasil, essa complexa formação política que é o feminismo atual continua se movendo e se remodelando em interação dinâmica com outros movimentos mais radicais e anticapitalistas.



Esses outros campos discursivos paralelos, por sua vez, se articularam com os feminismos através de um ‘retorno às ruas’ liderado por mulheres e homens atuantes nos movimentos autonomistas, anarquistas, neo-leninistas e trotskistas (de todas as colorações imagináveis), os quais têm múltiplos pontos de interseção e influência mútua, – mas uma relação nem sempre tranquila – com diversos setores do campo feminista atual, especialmente com os mais variados setores do chamado ‘feminismo jovem’. (ALVAREZ, 2005, p. 33).

É nesse contexto de interação entre diversos campos do feminismo e outras lutas - que levam em conta questões de classe, raça/etnia e sexualidades – que a *Marcha das Vadias* emerge e ganha uma dimensão importante para pensar o debate feminista contemporâneo e as formas de articulação não só entre atrizes, mas entre vários tipos de corpos gerificados, não-binários e *queer*. Para algumas expressões feministas contemporâneas, como a *Marcha das Vadias* de Florianópolis/SC, os ideais de igualdade e liberdade deixam de fazer sentido, já que coloca-se em pauta um projeto de sociedade alternativo ao capitalismo neoliberal, evidenciando as múltiplas opressões que não são solucionadas por meio de políticas públicas afirmativas, como algumas vertentes feministas acreditaram.

2. MARCHA DAS VADIAS: INTERSECCIONALIDADE, HORIZONTALIDADE E AUTONOMIA FEMINISTA

A *Marcha das Vadias* é uma manifestação que ocorreu pela primeira vez em 3 de abril de 2011, em Toronto, Canadá. O ato foi organizado após o policial Michael Sanguinetti dizer, em sua palestra sobre segurança ministrada em janeiro de 2011 na Universidade de York, que as mulheres deveriam evitar se vestirem como “vadias” (*sluts*, em inglês) se não quisessem sofrer assédio sexual no campus. A fala gerou revolta na universidade e um grupo formado inicialmente por cinco universitárias organizou a manifestação para expressar-se contrárias à linguagem de culpabilização da vítima utilizada pelos policiais e demais setores da sociedade. Identificou-se que, tanto nos atendimentos institucionais de casos de estupro e assédio sexual, quanto na compreensão de grande parte da sociedade, a vítima (geralmente uma mulher) é culpabilizada e responsabilizada pelo assédio sofrido, seja pelo modo como estava vestida, pelo horário em que circulava na rua, pela postura adotada ou, simplesmente, por andarem sozinhas.

Conforme a página oficial da *Marcha das Vadias* de Toronto (SWTO)¹⁰ a marcha começou a ser organizada seis semanas antes da sua realização e preocupou-se em entrar em

¹⁰ www.slutwalktoronto.com



contato com pessoas de diversas comunidades e populações, contatando várias organizações que poderiam colaborar com suas experiências. A manifestação envolveu o ato em si (em 3 de abril de 2011), mas também a criação e manutenção de um *website*, trabalho com mensagens em mídias sociais, entrevistas e o envio de um requerimento formal para a Polícia de Toronto, pedindo, entre outras coisas, a reestruturação do treinamento policial e educação, incluindo a linguagem não discriminatória, que aumente a compreensão de experiências de marginalização e opressão, e práticas e protocolos que dão suporte às vítimas e sobreviventes de violências sexuais¹¹.

A *SlutWalk Toronto* (SWTO) repercutiu em outras partes do mundo. No mesmo ano, a Marcha foi realizada em vários outros países, inclusive no Brasil, sendo São Paulo (4/6/2011), Brasília (18/6/2011), Curitiba (16/7/2011), algumas das cidades realizadas. Atualmente, ela é realizada todos os anos em mais de 200 cidades do mundo. Em comum entre todas as *Marcha(s) das Vadias* estão as palavras de ordem contra a culpabilização da vítima em casos de assédio e violência: “se ser livre é ser vadia, somos todas vadias”; “não ensine a mulher a não ser estuprada, ensine o homem a não estuprar”, entre outras. A estratégia de usar as ferramentas digitais e as redes sociais para divulgar as ações também é comum na organização das Marchas.

Pela repercussão alcançada e pelo peso polêmico da manifestação, que tem no nome o termo “vadia” e cujas manifestantes exibem corpos seminus, a *Marcha das Vadias* tem sido reconhecida como uma das principais manifestações feministas da atualidade, tornando-se foco de pesquisas acadêmicas. Devido às especificidades que a *Marcha* adquire em cada cidade onde é organizada, sua organização e o ato propriamente dito ganham tonalidades interseccionais, isto é, leva em conta em suas bandeiras/reivindicações o recorte de gênero, raça/etnia, classe, religião, geração, regionalidade, entre outros marcadores de diferença. De acordo com a definição de Kimberlé Crenshaw (2002),

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

¹¹ How. Disponível em: <<http://www.slutwalktoronto.com/about/how>> Acesso em 12 de agosto de 2015.



Por se tratar de uma organização coletiva horizontal, autônoma, não hierárquica, de caráter interseccional e diverso, a *Marcha das Vadias* incorpora demandas dos mais diferentes grupos sociais, entre eles, pautas das feministas negras, das lésbicas, das trans, dos gays e de diversos outros grupos que vêm na Marcha a possibilidade de dar visibilidade para suas demandas.

A organização da *Marcha das Vadias* é diferente em cada cidade onde ocorre, levando em conta as demandas locais e as especificidades dos grupos que a organizam. Devido ao seu caráter aberto, as reuniões de organização geralmente contam com a participação de outros coletivos ou movimentos sociais que, a partir dessa construção, ajudam a delimitar as pautas centrais e acabam por caracterizar a Marcha localmente, criando uma identidade para o coletivo da organização (embora isso nem sempre fique claro no dia da manifestação).

A organização da *Marcha das Vadias de Florianópolis*, por exemplo, é construída por um grupo de pessoas independentes, sem filiação partidária, mas relacionadas, em alguma medida, com coletivos ou movimentos sociais identitários ou de classe. Em 2015, a organização da marcha foi feita a partir da realização de diversas atividades pré-marcha que debateram os mais diversos assuntos, visando ampliar a problemática do feminismo e as questões de gênero e sexualidade com relação a outras pautas sociais importantes e urgentes.

Assim, foram organizados Círculos de Atividades Pré-Marcha, com rodas de conversa que ocorreram ao longo do ano em espaços como a ADEH (Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade), o Instituto Arco Íris, o varandão do CCE (Centro de Comunicação e Expressão) da UFSC, o Coreto da Praça XV e na Alesc (Assembleia Legislativa de Santa Catarina) durante a ocupação feita pelas professoras e professores municipais e estaduais em greve. A partir das temáticas desses debates, evidencia-se a preocupação com a inserção de várias vozes na construção da marcha, assim como a definição da posição política da Marcha diante dos assuntos. Vamos descrever brevemente cada um deles.

A primeira reunião da *Marcha das Vadias de Florianópolis* aconteceu em 11/04/2015, sendo marcada já para o dia 25/05 a primeira Roda de Conversa do ano, cuja temática foi “Feminismo e Anti-capitalismo”. As rodas de conversa funcionam de maneira horizontal. Dependendo do tema, são convidadas pessoas com experiência na área para mediar o debate e apresentar alguns dados e informações sobre o tema. Nesse dia, o debate foi mediado por uma das organizadoras da Marcha das Vadias de Florianópolis, que apresentou a concepção da Marcha diante do sistema capitalista. O debate girou em torno das opressões que este sistema impõe aos diferentes grupos sociais, sendo as mulheres negras e pobres as mais afetadas pela desigualdade



social, cerceamento de seus direitos básicos, como moradia, saneamento básico, educação, alimentação etc., além da ineficácia do acesso aos sistemas públicos de ensino, saúde, previdência social, entre outros. Além disso, o sistema capitalista é visto pela Marcha como uma das principais formas de manter o *status quo* e a opressão de gênero desde o patriarcado.

Nessa primeira atividade, a discussão em torno da dificuldade de acesso de determinados grupos aos direitos garantidos por lei torna evidente a falha institucional do princípio de igualdade da sociedade moderna. A crítica ao sistema capitalista e às políticas neoliberais realizada pela Marcha faz com que o grupo perceba a necessidade de lutar por algo que vá além da busca por serviços públicos ou políticas inclusivas. Na discussão sobre feminismo e anticapitalismo, torna-se clara a problematização dos ideais de liberdade e igualdade, tidos como inalcançáveis em uma sociedade estruturada pela lógica liberal.

A segunda Roda de Conversa aconteceu no dia 29/04/2015 e a temática foi “Feminismos”. A ideia foi debater sobre as diferentes concepções de movimentos feministas, assim como as suas principais lutas. A Marcha tem como proposta viabilizar um espaço onde os diversos feminismos possam discutir horizontalmente, buscando construir locais de diálogos entre as formas distintas de pensar e organizar o feminismo. Nesta atividade, as múltiplas vozes de mulheres feministas demonstraram que, mesmo que se lute por um mesmo projeto de sociedade, as opressões são vivenciadas de forma específica de acordo com cada grupo identitário. Mulheres negras são mais oprimidas na sociedade brasileira, por exemplo, do que as mulheres brancas; mulheres pobres têm menos acesso aos direitos e à liberdade do que as mulheres da classe média. Assim, princípios de igualdade e liberdade mais uma vez são relativizados nos múltiplos relatos das vivências das mulheres na cidade de Florianópolis.

No dia 05/05/2015 a reunião de organização da Marcha foi realizada na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, onde ocorria o *Ocupa Alesc*, um movimento de ocupação pelas/os professoras/es municipais e estaduais em greve. A *Marcha das Vadias* e as diversas participantes foram acolhidas pelas professoras e aproveitaram para endossar a luta pela melhoria das condições aos profissionais da educação do município e do estado. A Roda de Conversa seguinte foi realizada no dia 07/05/2015 na Alesc, com a temática relacionada à luta das professoras “Feminismo, Laicidade e Educação”. Neste dia, a programação foi ampliada como forma de apoiar o movimento das professoras: às 17h ocorreu um piquenique, sendo orientado às participantes que levassem algum alimento (de preferência vegetariano ou vegano); às 19h ocorreu o debate temático com dinâmica organizada pela professora Ana Rita; e, após o debate, houve oficina de cartazes e conversa para a organização do ato #ForaCunha, organizado por ocasião da vinda do Deputado



Federal e presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha para Florianópolis. A Roda contou com a participação do Coletivo Jornalismo Sem Machismo do Curso de Jornalismo da UFSC.

A atividade seguinte foi o Debate “Feminismo, Redução da Maioridade Penal e Descriminalização das Drogas”, realizado no dia 14/05/2015, na Ocupa Alesc. O debate contou com a contribuição de Nayara Aline Schmitt Azevedo (Assessora da advocacia da Infância e da Juventude e mestranda em Direito pelo PPGD/UFSC) que apresentou dados e algumas problemáticas sobre a possível aprovação da redução da maioridade penal de 18 para 16 anos no Brasil. A participação de mulheres negras de comunidades periféricas, que foram “conhecer o movimento”, emocionou algumas pessoas diante dos relatos de experiências com policiais e jovens negros nos “morros de Florianópolis”. Os princípios de igualdade e liberdade, mais uma vez, tornaram-se utópicos no relato das mulheres. O cerceamento das liberdades individuais nos morros devido à atuação truculenta dos policiais, baseada na ideia de que “menino preto e pobre é bandido”, torna claro o limite socialmente imposto na vida de jovens das periferias brasileiras. Da mesma forma como a liberdade desse grupo é cerceada pela constante desconfiança policial, tal desconfiança revela que, na prática, não há tratamento igualitário entre as pessoas. O preconceito e a exclusão social de jovens negros de periferia demonstra o abismo entre um projeto de sociedade igualitária e a realidade vivida pelos membros dessas comunidades.

A programação das atividades pré-marcha continuou com a reunião de construção da Marcha, realizada no dia 16/05/2015, no Coreto da Praça XV. Em seguida, no dia 26/05/2015 foi realizado o debate “Feminismo Negro”, com participação do Neab Udesc (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina) e do Grupo Negro 4P – Poder Para o Povo Preto da UFSC. O espaço se constituiu como um potente diálogo e fortalecimento da luta antissexista e antirracista, por meio de reflexões e discussões acerca da história das mulheres negras desde a diáspora africana até a conjuntura atual, tanto no campo dos feminismos quanto no movimento negro. Também foi debatido sobre a importância dos Yalorixás na história de resistência, o enfrentamento ao machismo e ao racismo, a importância da luta contra o genocídio dos jovens negros como pauta feminista, visibilidade, a importância dos espaços e práticas para o empoderamento das mulheres negras, a interseccionalidade das opressões de raça, gênero e classe, além da troca de experiências entre as e os participantes.

Outra atividade realizada foi uma Festa para arrecadar fundos para a confecção de cartazes, lambes e demais materiais de divulgação da Marcha. A Festa ocorreu no Centro Acadêmico de Biologia, no dia 29/05/2015 e arte e música feminista, além da venda de materiais da Marcha (zines, cartões e camisetas), cervejas e cachaças e comidas artesanais.



No dia 09/06/2015 foi realizada uma reunião de construção da Marcha no CEART da UDESC. Já no dia 13/06/2015 estava marcada mais uma Roda de Conversa sobre “Feminismo, Direito à Moradia e à Cidade”. Na descrição do evento na página do Facebook consta: “‘Cidade à venda’ dizem os muros. De fato, Florianópolis é uma cidade pra poucas pessoas, poucas têm de fato a possibilidade de circular e usufruir da cidade, morar e viver. O acesso à cidade tem gênero! O Direito à moradia e à cidade tem cor e tem classe!”¹² Devido ao falecimento de uma pessoa ligada ao Instituto Arco-Íris, local aonde iria acontecer a atividade, o debate foi remarcado para o dia 04/07/2015. Foram convidadas mulheres para falar sobre as pessoas em situação de rua e o direito à cidade, o Coletivo 4P para falar sobre a Mulher Negra e o direito à cidade, as moradoras da Ocupação Contestado, Sara Duarte e Monique Cavalcanti (professoras e artistas de rua do MAIS QUE DUAS Crew), Flávia Sortica Giacomini (Flavinha Manda Rima – Integrante da Frente Nacional de Mulheres no Hip Hop) e Janaína (Grupo de Hip Hop Palavra Feminina). Nesse debate em que discutiu-se a limitação de acesso à cidade e à moradia, ficou clara que a liberdade de circular e usufruir da cidade – utilização do transporte público, acesso à espaços públicos “privatizados”, possibilidade de circular nas ruas em segurança, entre outros aspectos – é limitada para determinados grupos. Novamente, a questão da interseccionalidade de gênero, raça e classe tornou-se fundamental para compreender a ausência da universalidade de direitos.

No dia 09/07/2015 ocorreu a Roda de Conversa “Veganismo, Feminismo e Anti-Racismo” com partilha de comidas veganas e oficina e confecção de zines sobre veganismo e receitas. Após esta atividade, foram realizadas reuniões para a construção da Marcha (24/09/2015), panfletagem e oficina de cartazes (01/08/2015) e um Bazar Feminista na Ponta do Coral (08/08/2015), antes da realização da *Marcha das Vadias* de Florianópolis, que ocorreu no dia 14/08/2015.

A descrição dessas atividades demonstra a preocupação da *Marcha das Vadias* em reconhecer os diversos debates que se inter-relacionam com o feminismo e a luta contra a violência contra a mulher, a cultura do estupro, o assédio sexual, a culpabilização da vítima, o machismo, o sexismo, a transfobia, a lesbofobia, a bifobia, a homofobia, o racismo, o classismo, o especismo, e outras formas de discriminação e opressão que existem na sociedade. Dessa forma, ao identificar-se como uma manifestação feminista, antirracista, anticapitalista, a *Marcha das Vadias* de Florianópolis visibiliza as múltiplas lutas que os feminismos contemporâneos pautam de diversas formas e em diferentes ambientes. Nessas discussões, os ideais de liberdade e igualdade previstos na Constituição brasileira e nas Declarações internacionais de direitos humanos são relativizados e

¹² Disponível em: <https://www.facebook.com/events/708176855995575/>. Acesso em 12/09/2015.



postos sob rasura. A crítica às políticas de inclusão baseadas nesses princípios torna clara a necessidade, de acordo com a Marcha, de políticas transformadoras e revolucionárias. A entrada dos grupos subalternizados no sistema é tida como insuficiente para a justiça social, já que não irá destruir com a estrutura de opressão que se constrói, também, simbolicamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de autonomia, horizontalidade, luta contra todos os tipos de opressão e a favor de uma militância que vá novamente às ruas, a partir da organização das pessoas por meio das redes sociais e dos veículos digitais alternativos são características que definem o feminismo da *Marcha das Vadias de Florianópolis*.

Não mais pautado pela concepção de igualdade, que enrijece e reifica a diferença sexual e se fixa na igualdade entre homens e mulheres, o feminismo contemporâneo construído na *Marcha das Vadias* contempla diversidades, identidades variadas para além dos binarismos de gênero e amplia a visibilidade de discriminações contra lésbicas, gays, trans, mulheres negras, pobres, com deficiência, moradoras das áreas rurais, das periferias e do centro das cidades. Assim, não há mais uma forma de exercer o feminismo politicamente baseado na ideia de igualdade, mas sim pautado pela ideia de diversidade e defesa dos direitos a partir da noção de proporcionalidade e equidade. Segundo Alvarez (2014), o atual momento do feminismo é caracterizado por teias e discursos articuladores que levam em conta outros debates, como as corporalidades, sexualidades, e identidades de gênero. A implosão da categoria “mulher” como sujeito privilegiado do feminismo torna possível a atuação e a inclusão de pautas de pessoas trans e debates específicos sobre os diversos níveis de opressão evidenciados pelos movimentos de mulheres negras.

Na ausência de uma concepção possível de igualdade e na crença de uma luta autônoma, sem a necessidade de disputa por espaços de poder estatais – e, por isso mesmo, contra o liberalismo e o capitalismo – a *Marcha das Vadias* evidencia a necessidade de se pensar novas formas de “vida política”, diferentes daquela que concebemos até então. É preciso desenvolver uma prática de liberdade que nos liberte da concepção de vida reduzida à sua propriedade individualizante. É possível – e necessário – libertar-se da ideia de individualidade. Segundo o antropólogo francês Louis Dumont (1992), a nossa percepção como indivíduos não é inata, mas apreendida: [...] ela nos é prescrita, imposta pela sociedade em que vivemos (DUMONT, 1992, p. 56). Como as ideias cardinais da nossa sociedade chamam-se igualdade e liberdade, esta sociedade nos prescreve a obrigação de sermos indivíduos livres.



Conforme Scott (2005), na medida em que a definição de indivíduo impossibilita que nos vejamos como membros de um grupo, é preciso reconhecer o paradoxo. Ela argumenta que indivíduos e grupos, que igualdade e diferença não são opostos, mas conceitos interdependentes que estão necessariamente em tensão e precisam ser relacionados contextualmente. Assim, as identidades coletivas são vistas como formas inescapáveis de organização social, inevitavelmente politizadas como um meio tanto de discriminação como de protesto contra a discriminação, e que elas são um meio através do qual e contra o qual as identidades individuais são articuladas. A dificuldade tem sido a de que a abstração do conceito de indivíduo mascara a particularidade da sua figuração. Somente aqueles que não se assemelham ao indivíduo normativo têm sido considerados diferentes. “A diferença tem sido representada como um traço fundamental ou natural de um grupo, enquanto a norma padronizada (o indivíduo homem branco) não é considerada como possuidora de traços coletivos” (SCOTT, 2005, p. 24).

Portanto, o feminismo que se consolida hoje a partir de uma ideia de descentramento e pluralidade pode ajudar a pensar essa problemática. Citando a *Marcha das Vadias* e outras manifestações contemporâneas, Alvarez (2014) argumenta:

As chamadas ‘feministas jovens’, então, são de fato atoras extremadamente heterogêneas, abarcando todas as pluralidades, contradições e conflitos que caracterizam o campo feminista mais amplo. Se o segundo momento desse campo foi marcado pela pluralização, como vimos acima, expressões feministas que se desenvolveram *para além* das intersecções ganham cada vez maior visibilidade nos interstícios dos feminismos descentrados dos anos 1990. Contudo, hoje vemos não só uma proliferação geométrica de atoras/es que se identificam com o campo feminista e nele disputam espaço e poder; também testemunhamos processos de *descentramento no interior desses feminismos plurais*. (ALVAREZ, 2005, p. 41)

A possibilidade de descentramento e de pluralidade possibilita pensar o feminismo para além da ideia de diferença (sexo-gênero binário) e para além das criticadas políticas de identidades, já cada pessoa reivindica múltiplas identidades ao mesmo tempo. Assim, ir contra a ideia de igualdade e de liberdade pensada pelo modelo liberal é compreender que grupos sociais têm demandas diferentes, devem ser tratados de maneiras diferentes, sem que tenham seus direitos limitados e sem que a concepção de liberdade individual seja tida como característica vital da sociedade contemporânea.

A partir da análise das temáticas trabalhadas ao longo do ano de 2015 nos eventos pré-marcha, torna-se evidente a problematização dos ideais de liberdade e igualdade da sociedade



moderna. As políticas afirmativas ou inclusivas do Estado são tidas pelas feministas da Marcha como necessárias, mas insuficientes. A lacuna entre o que diz a lei e a opressão simbólica que limita as liberdades e a efetivação da igualdade de direitos para muitos grupos sociais no Brasil torna clara a necessidade de transformação mais profunda nas estruturas sociais, enfocando mais o princípio de equidade e justiça. Por meio da defesa de uma luta autônoma, que não dependa do Estado e contrária à disputa de espaços de poder institucionalizados, a *Marcha das Vadias* evidencia a necessidade de atuação ativa dos grupos na vida política por meio da construção de espaços alternativos de empoderamento e fortalecimento das lutas dos grupos subalternizados. Vê-se como ideal a ideia de comunidade e diversidade, a possibilidade de justiça entre as múltiplas existências no interior de sociabilidades diversas.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu** (43), Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, janeiro-junho de 2014, pp.13-56
- ARENDRT, Hannah. *Que é liberdade? In: Entre o passado e o futuro*. S. Paulo, Perspectiva, 2000, pp.188-220.
- BOBBIO, Norberto e BOVERO, M. **Sociedade e Estado na Filosofia política moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Trad.port. Marco Aurélio Nogueira. S.Paulo: Brasiliense, 1997.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2002, vol. 10, n. 1, pp. 171-188.
- DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, 1789.
- DUMONT, Louis. **Homo Hierarchicus**. São Paulo: Edusp, 1992.
- FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos Pagu** (44): 2015: pp 199-228).
- GOUGES, Olympe de. *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã (1791)*. Trad. port. Selvino Assmann. **Interthesis**, Florianópolis, vol. 4, n. 1, 2007, 05 pp. Acessível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/911/10852>
- HAYEK, Friedrich von. *Liberalismo: os princípios de uma ordem social liberal*. In CRESPIGNY, Anthony de & CRONIN, Jeremy. **Ideologias Políticas**. Brasília: Editora da UNB, 1981.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o Debate: o uso da categoria gênero nos debates feministas. *História*, vol.24 n.1, Franca, 2005, p. 77-98.
- SCOTT, Joan. *O enigma da igualdade*. Trad. port. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol.13, n. 1, 2005, pp.1-20



MULHERES ARTISTAS AO SUL DO RIO GRANDE DO SUL ESBOÇO HISTÓRICO DE UM CONTEXTO EDUCACIONAL

SILVA, Rebecca Corrêa e

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Florianópolis (UFSC); bolsista CAPES.
rebeccasillva@yahoo.com.br*

PEDRO, Joana Maria

*Professora do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.
joana.maria.pedro@ufsc.br; joanamaria.pedro@gmail.com*

93

RESUMO

O artigo apresenta, através de uma revisão bibliográfica, a inserção das mulheres artistas no contexto histórico e social do Rio Grande do Sul (RS) especificamente nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, entre finais do século XIX e início do século XX. A partir da perspectiva interdisciplinar das relações de gênero, aplicada ao âmbito do ensino da Arte, daremos especial atenção às possibilidades de formação artística, destacando alguns dos espaços e equipamentos físicos de ensino, atentando para o universo simbólico-cultural de ser mulher artista. Conscientes de que a desigualdade no acesso à educação era uma das principais barreiras, partiremos do mapeamento e caracterização das formas e dos espaços de profissionalização disponíveis naquele período.

Palavras-chave: Gênero - Mulheres - Artes Plásticas – História – Educação

Woman artists at south of Rio Grande do Sul: historical draft of an educational context

ABSTRACT

This article presents, via a bibliographic revision, the inclusion of woman artists in the historical and social context of Rio Grande do Sul (RS), specifically in the cities of Pelotas e Porto Alegre, between at the end of nineteenth and the early of twentieth centuries. Through an interdisciplinary perspective of the gender relations, applied to the sphere of Art Education, we will give special attention to the possibilities of artistic training, highlighting some educational spaces and physical facilities, attempting to define the symbolic-cultural universe, what is to be a women artist. We were conscious of the inequality in accessing education was one of the main barriers, so we started by mapping and characterizing the outlines and places of professionalization available at that time.

Keywords : Gender – Woman – Plactical Arts – History – Education



INTRODUÇÃO

Mesmo após um século da abertura das portas da Academia às mulheres, e passados cerca de quarenta anos dos estudos revisionistas, as artistas seguem parcamente representadas pelas instituições museais, galerias de arte e bienais, somando-se a isto, e talvez como consequência, continuam praticamente ausentes da crítica e da história da arte, ao menos enquanto criadoras. Pouco destas mulheres nos chegou pela historiografia da arte ocidental, mas temos ainda menos informação sobre as artistas brasileiras antes do modernismo, e mais raramente fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo.

Esta narrativa da ausência das mulheres nas artes brasileiras já foi tema de alguns trabalhos historiográficos. A tese de Ana Paula Simioni (2008), por exemplo, mostra o apagamento das artistas pré-modernistas brasileiras. Esta autora pesquisou a contextualização histórica e social das mulheres artistas acadêmicas nos circuitos artísticos de São Paulo e Rio de Janeiro entre 1890 e 1922, abordando os estereótipos que foram sendo construídos sobre a arte produzida pelas mulheres. A autora constatou que dado a representatividade das mulheres de diferentes Estados do país nos salões de arte por ela estudados, a “compreensão das artistas em tais sistemas (regionais) é fundamental para a plena recuperação tanto do universo acadêmico brasileiro, como da história das mulheres no Brasil” (SIMIONI, 2008, p.304). Dentre estes casos, ela destaca a importância do Rio Grande do Sul, e em específico das cidades Pelotas e Porto Alegre, motivando o desejo de aprofundar o estudo sobre a história das primeiras mulheres artistas acadêmicas em solo gaúcho.

Sendo assim, o presente texto apresenta uma pesquisa inicial baseado na bibliografia existente, e procura apresentar as condições de formação e carreira das artistas acadêmicas do início do século XX no Rio Grande do Sul, observando como estas foram escritas pela crítica e lembradas pela história. Tendo em vista que uma das principais barreiras para a independência e profissionalização das mulheres fora a desigualdade no acesso à educação, a historiadora das mulheres Michelle Perrot (2008, p.159), dizia que “o direito ao saber, não somente à educação, mas à instrução [...] a mais compartilhada das reivindicações, porque é ela que comanda tudo: a emancipação, a promoção, o trabalho, a criação, o prazer.” Portanto, dentro do propósito de localizar as mulheres artistas no sistema das artes sul-riograndense, torna-se fundamental esboçar o contexto educacional do período. Antes de ir atrás dos motivos pelos quais as artistas foram inviabilizadas pela sociedade e invisibilizadas pela historiografia, acreditamos ser importante ir



nas bases que os constituíram, ou seja, investigar as condições de ensino e aprendizagem para as moças e os rapazes, entendendo que “são os processos que devemos ter sempre em mente. Devemos nos perguntar mais seguidamente como as coisas se passaram para descobrir por que elas se passaram.” (SCOTT, 1995, p.86).

O objetivo que se configura, neste momento, é apresentar por meio da bibliografia consultada o contexto do ensino da arte na educação básica e de nível superior disponíveis para as mulheres nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, durante o final do século XIX e início do século XX, destacando o universo simbólico de ser mulher artista naquele período. Para tanto, o texto se orienta pela investigação feminista e pelo uso da categoria gênero na história das mulheres, através de um estudo qualitativo se fundamenta no âmbito geral a partir da revisão bibliográfica da historiografia oficial sul-riograndense e em específico sobre o tema da educação através do estado da arte proveniente do levantamento dos trabalhos acadêmicos. É um trabalho que pensa além dos limites entre as disciplinas, traçando pontes ao articular os temas da história, da educação, da arte e do gênero para elaborar a discussão sobre a condição das mulheres artistas.

GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE

Utilizaremos a perspectiva de ‘gênero’, para pensar as mulheres em suas relações, com os homens e com outras mulheres. O gênero não é circunscrito ao sexo biológico, é pensado como um constructo social, de natureza híbrida e situada, se define nas relações de poder e no jogo das diferenças. Neste sentido a interdisciplinaridade do tipo conceitual, descrita por Héctor Leis (2011, p. 110), caracterizada pela “crítica explícita aos conteúdos das disciplinas”, atua como a vertente que melhor é aproveitada pelas ciências humanas, e especialmente pelos estudos de gênero. O gênero não é circunscrito ao sexo biológico, é pensado como um constructo social, de natureza híbrida e situada, se define nas relações de poder e no jogo das diferenças. É uma categoria que abarca ainda outros marcadores sociais da diferença como raça/etnia, nacionalidade, e classe, sem os quais veríamos apenas uma parcela da realidade. Do mesmo modo que apelamos à interdisciplinaridade para ampliar nosso olhar, a interseccionalidade permite atentar para muitos dos aspectos que ficariam esquecidos.

Conforme Patrícia Mattos (2011, p.02), o conceito de interseccionalidade¹ para o campo dos estudos feministas, pós-coloniais e da teoria *queer*, formulado pelas teóricas alemãs Nina Degele e

¹ Dentre as quatro categorias de diferenciação apresentadas por Degele e Winker: classe, gênero raça/etnia e corpo, a categoria “corpo” aqui não será utilizada por dois motivos: primeiro, porque se vincula à análise empírica da realidade



Gabriele Winker, contribui para a articulação da relação entre agência e estrutura, incluindo as instâncias das representações simbólicas na compreensão da “dinâmica da dominação social injusta”. Visto como uma abordagem que favorece “um diagnóstico mais preciso a respeito das causas e dos efeitos das desigualdades sociais em suas diversas matizes” (MATTOS, 2011, p.20), o conceito de interseccionalidade enriquece a investigação sobre a inserção desigual de moças e rapazes no sistema das artes, trazendo outras categorias para além do gênero que predeterminaram o acesso de uma parcela da população aos bancos escolares.

Tratando-se de uma pesquisa interdisciplinar de caráter histórico com uma perspectiva de gênero sobre a formação de mulheres artistas em um dado contexto político, social e cultural, devemos ter em mente que através da interseccionalidade “seja possível explicar como normas, valores, ideologias e discursos, assim como estruturas sociais e identidades influenciam-se mutuamente.” (MATTOS, 2011, p.03). Assim, torna-se importante destacar que as oportunidades de ascensão intelectual e artística (belas-artes) no Rio Grande do Sul, estado composto por um caldo cultural miscigenado formado pelos nativos indígenas, portugueses, africanos escravizados e imigrantes europeus (alemães, italianos e espanhóis), eram dadas principalmente às crianças brancas de camadas médias urbanas. Portanto as condicionantes de classe e raça/etnia somadas à categoria gênero influenciavam no modelo educacional vigente, ao mesmo tempo em que reforçavam os papéis socialmente aceitos de ser homem e de ser de mulher (LOURO, 2013, p. 444).

Ao tratar o gênero enquanto categoria de análise na história da educação das mulheres artistas, trazemos a reflexão de Joan Scott (1995, p.88) que busca “especificar como se deve pensar o efeito do gênero nas relações sociais e institucionais”, partindo do princípio de que “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” Acrescentamos que o termo “ ‘gênero’ [...] dá precisão à ideia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder; dá relevo ao aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, de que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois poderia existir através de um estudo que os considerasse totalmente em separado (...).” (PEDRO;SOIHET,2007, p.288), visto que um dá sentido ao outro enquanto se constroem mutuamente.

social, enquanto que nosso trabalho trata desta a partir de um viés histórico dado por fontes escritas. O outro aspecto, é que a categoria corpo está associada às demandas dos movimentos de mulheres e movimentos feministas que passariam a reivindicá-lo com mais força na chamada segunda onda, ao passo que esta pesquisa pretende investigar quais foram as imbricações do feminismo de primeira onda no Brasil relacionados à luta pelos direitos das mulheres no Rio Grande do Sul.



A categoria gênero aqui utilizada corresponde a três dos quatro aspectos inseparáveis das relações de gênero definidos por Joan Scott (1995, p. 86): 1) dos símbolos culturalmente construídos, destacando principalmente as expectativas dos papéis de homem e mulher artista no contexto histórico do RS; 2) dos conceitos normativos que interpretam os símbolos, que são desenvolvidos na formação do sistema de educação primária e do ensino da arte acadêmica; 3) do desafio da pesquisa histórica de observar a concepção política, as instituições, e a organização social, visto aqui brevemente pelos efeitos do positivismo no sistema educativo gaúcho².

RIO GRANDE DO SUL: PARADOXOS NA EDUCAÇÃO E NA ARTE

No Rio Grande do Sul de meados do século XIX até início do século XX, apesar da conjectura propícia a um pensamento racionalista e pragmático, vemos que a arte começa a ser mais do que um adorno a partir do enriquecimento das famílias e do surgimento das elites e das classes médias. Conforme Regina Zilberman (1991, p.39), “o Rio Grande do Sul, ainda que registre uma história marcada por conflitos e guerras, mostra-se zona culturalmente rica”. Sobre este ponto, Zilberman destaca que a cultura no final do século XIX era vista como um produto feminino e a vocação militar do Estado como uma característica masculina. Como destaca a historiadora Joana Pedro (2000, p.280) a presença dos homens nas guerras e nas atividades políticas possibilitou que as mulheres assumissem tarefas que iam além do que lhes era destinado pelas relações de gênero existentes. Mesmo as campanhas dos jornais porto-alegrenses da transição do século XIX para o XX, destinados a uma parcela privilegiada da população, reforçavam igualmente que os rapazes deveriam ser bem instruídos para exercerem suas funções como “pai, esposo e trabalhador”, o qual viveria ao lado de “uma mãe, esposa e dona de casa.” (PEDRO, 2000, p. 302). Estes padrões sociais serão transpostos nas diferenciações entre os sexos no âmbito da educação.

O investimento na cultura de matriz européia só passaria a existir dez anos após a chegada da Família Real, no ano de 1816 com a vinda da Missão Artística Francesa e a institucionalização do

² O quarto aspecto diz respeito à identidade subjetiva, que se coaduna com a perspectiva que conduz este trabalho, que diz respeito ao exame “das formas pelas quais as identidades genericadas são substantivamente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas.” (SCOTT, 1995, p.88), que segundo a autora, são melhor expressos através de biografias ou de tratamentos coletivos sobre um determinado grupo. Contudo, a fase inicial na qual se encontra esta pesquisa não permite que avancemos neste último aspecto, o que podemos é prever que são as próprias fontes (em qualidade e quantidade) que indicarão se o estudo irá abordar um grupo determinado de artistas atuantes em Pelotas e Porto Alegre no início do século XX ou se restringirá a algumas trajetórias de artistas específicas.



ensino da arte. A situação não foi diferente no Rio Grande do Sul, onde segundo Damasceno (1971, p.247) “os sucessivos governos [...] no curso do século XIX, tão vivamente empenhados todos eles no problema da instrução e da educação do povo, bem pouco fizeram em favor do ensino artístico, quer ao tempo do Império, quer após o advento da República.” Contudo, mesmo com todos os obstáculos para o florescimento de um sistema artístico, as particularidades geográficas e humanas favoreceram com que artistas profissionais estrangeiros (as) por lá passassem ou fixassem residência, oferecendo cursos de desenho e de pintura a crescente demanda de moças e rapazes. (DAMASCENO, 1971, p.254)

As escolas com o ensino da arte no currículo e os ateliês eram em sua maioria privados. De acordo com Dilza Gonçalves (2013, p.34) “A situação geral da educação no Brasil era precária, mas no continente de São Pedro estava muito aquém de outras províncias”. As primeiras escolas públicas se estabeleceram entre as décadas de 1820 e 1830, mas ainda de forma muito precária. Em 1846, o governo criou o Liceu D. Afonso em Porto Alegre, a primeira escola do Estado destinada a oferecer a disciplina de Desenho, contudo, devido a obstáculos materiais, a sua efetivação ocorreria somente em 1859, sendo que até esta data não existira na Província outro curso oficial com esta matéria. (DAMASCENO, 1971, p.248). O contexto tornara-se mais favorável em 1870, graças aos esforços dos membros³ da Sociedade Partenon Literário de Porto Alegre (1868 – 1879) “que participavam das campanhas a favor da instrução pública e da escolarização das mulheres (...) em “prol do reconhecimento do papel da mulher na sociedade” (ZILBERMAN, 1991 p. 40).

Dentro da proposta de melhorar a educação primária no RS, a Escola Normal⁴ foi criada em Porto Alegre somente no ano de 1869, recebendo a cadeira de Desenho dez anos depois. Servindo ao ideário da educação como uma solução para os problemas sociais, a Escola foi criada no intuito de formar profissionais qualificados (as), que iriam garantir uma instrução pública de qualidade (GONÇALVES, 2013, p.234). As mulheres participaram desde o primeiro ano de sua fundação, e como era uma escola mista, era comum haver estratégias para que moças e rapazes pouco se

³ Pode-se dizer que Luciana de Abreu foi uma das pioneiras no feminismo no RS, CPMO “membro ativo da Sociedade Partenon Literário durante a década de 70 e combatente em prol da escolarização e reconhecimento do papel da mulher na sociedade, conforme sugerem as conferências sobre ‘Educação das mães de família’ e ‘Emancipação da mulher’.” (ZILBERMAN, 1991 p. 40).

⁴ Em 1901, no lugar da Escola Normal foi instituído o Colégio Distrital, que teve curta duração. Em 1906, a estrutura da Escola sofreu modificação, o Colégio Distrital deu lugar à Escola Complementar, de nível secundário. Somente a partir de 1929, no governo de Getúlio Vargas, a escola voltou a se chamar Escola Normal, e tal como a escola primária, iria servir como Colégio de Aplicação para as alunas normalistas (GONÇALVES, 2013, p.267).



encontrassem, por exemplo frequentando aulas separadas por turnos, e mesmo os portões de entrada ficavam em diferentes posições do edifício.

O crescimento da capital e o aumento da demanda faz surgir uma profusão de colégios, e todos eles com o ensino do desenho. A partir de 1870 o ensino da arte passa a ser mais valorizado, acrescentando-se a alguns programas curriculares o ensino da pintura à óleo e da aquarela, técnicas privilegiadamente academicistas (DAMASCENO, 1971, p.256-257). No início do século XX os principais meios de instrução artística além do auto-didatismo e o aprendizado com a família, eram os estudos em ateliês, cursos em associações, ou cursos particulares, ministrados principalmente pelos(as) diversos(as) artistas estrangeiros que passaram e/ou permaneceram no Estado, ou por artistas locais que retornavam de estudos no Rio de Janeiro ou no exterior.

Convém destacar que o Estado usufruía de uma situação diferenciada, dada espacialmente pelo isolamento do Rio Grande do Sul, um campo ainda menos desenvolvido do que no sudeste do país, e que mantinha certa autonomia com relação aos rigorosos padrões da Escola Nacional de Belas- Artes do Rio de Janeiro. Sendo o Rio Grande do Sul local de “difícil trânsito e de domicílio ainda mais difícil” (DAMASCENO, 1971, p.263), a maioria dos (as) artistas via-se obrigada a trabalhar com encomendas de retratos, ornatos e monumentos ou dar lições de desenho e pintura. Portanto, até a criação do Instituto Livre de Belas-Artes de Porto Alegre, em 1908, o ensino da arte ocorria em ateliês particulares ou na casa dos (as) interessados(as).

A cidade de Pelotas mereceu o título de “Princesa do Sul” graças à prosperidade, notada principalmente entre 1860 e 1890 com o desenvolvimento da indústria saladeiril, levando ao crescimento de uma elite urbana, com dinheiro, posses, e com tempo livre, era natural que fosse desejosa por distinguir-se e refinar seus gostos através da cultura erudita. Havia um interesse geral pela cultura de matriz europeia, vista nos concertos do Conservatório de Música, e nas diversas companhias teatrais que vinham da Europa por Buenos Aires para se apresentar nos palcos do teatro Sete de Abril sem mesmo passar por Porto Alegre.

Num período no qual se consolidava a ideia de que a educação também é uma forma de distinção, as escolas particulares de Pelotas fizeram nome: “contratavam grandes professores, atraíam alunos de todo o Estado”, ainda assim “a elite pelotense preferia enviar seus filhos para estudar em Paris.” (URBIM, 1999, p.30). Alguns autores destacam que tal prática da elite pelotense, fez com que os estancieiros e os vizinhos da fronteira com o Uruguai e a Argentina, acostumados



com a rudeza que a vida no campo impunha, achassem graça das rendas, rapapés e modos refinados.

Foi nesta cidade, também conhecida por seu passado áureo como a “Atenas rio-grandense”, que artistas de renome fizeram carreira como mestres. João Fahrion ensinou pintura no Conservatório de Música; e o italiano Frederico Trebbi desde 1880 passou a lecionar em seu ateliê particular, e também em locais como a Academia de Comércio de Pelotas e no Ginásio Pelotense, sendo sua clientela maior formada por mulheres (SILVA e LORETO, 1996, p.30). Em seu livro sobre a história da arte em Pelotas, Silva e Loreto (1996, p.37), destacam que o espanhol Guilherme Litran, instalado na cidade desde 1879, juntamente com Trebbi, foi um dos primeiros artistas a ensinar o ofício de desenho e da pintura neoclássica, marcando a primeira fase da arte pelotense (SILVA e LORETO, 1996, p.40). Em 1880 o artista e professor Efísio Annedá chegou à Província passando por Rio Grande e estabelecendo-se em Pelotas, em 1882, já famoso, instalando-se em Porto Alegre, anunciava suas aulas nos jornais, sobre o título de “Artes Dedicadas ao Belo sexo e aos Cavalheiros” (DAMASCENO, 1971, p.218). Referindo-se a multiplicidade de técnicas dominadas por Annedá, Damasceno (1971, p.219) destaca algumas das ideias divulgadas pela imprensa porto-alegrense da década de 1880 sobre a educação da mulher, que segundo os jornalistas, “só se completará com a prática das artes em suas diferentes ramificações. Aprimorando o gosto de nossas espôsas e filhas, estamos concorrendo para a civilização da Pátria!”.

Não só em Pelotas e Porto Alegre, mas em todo o Rio Grande do Sul, a inclinação positivista da instrução pública, reservada principalmente às mulheres e aos homens de baixa renda, buscava a inclusão destes (as) no ensino elementar com vistas a serem inseridos (as) nos diversos ramos da pulsante indústria e comércio locais. No que tange a posição da arte dentro dos currículos, o desenho era matriz obrigatória, resguardadas algumas técnicas, era disciplina comum a ambos os sexos e classes. Contudo, os currículos de arte do período tinham diferentes objetivos para a formação nesta matéria, na qual os rapazes eram introduzidos nas artes manuais (de caráter mais utilitário), enquanto que as moças, diferentemente, cursavam disciplinas voltadas às habilidades das artes da agulha, que a seguir elas iriam, na segurança do lar, sonhar e bordar seus enxovais para o esperado casamento.

Sobre a atuação de Trebbi em Pelotas, Damasceno (1971, p.221) revela que seu método de ensino, diferente daquele lecionado nas escolas, enquadrava-se no ramo das belas-artes dentro dos moldes do academicismo, baseado na cópia e no estudo de modelos de gesso e de gravuras, mas



sempre que podia “encaminhava seus discípulos – os do sexo masculino, está claro! – para estas experiências (para estudos direto do natural) com êles excursionando e pintando.” O autor deixa claro nesta passagem a naturalização da desigualdade entre os sexos no ensino da arte que havia no período, acrescenta no parágrafo seguinte que um pintor importante que havia sido aluno de Trebbi dissera a uma escritora da cidade que as aulas ao ar livre ou com modelo vivo eram dadas quando os “discípulos atingiam certo grau de adiantamento, pintavam alguma coisa natural”, reforçando a concepção de que as mulheres eram sempre artistas “amadoras” (SIMIONI, 2008), por mais que se destacassem. Como a arte era vista mais como um refinamento do espírito do que uma profissão, não seria surpresa que a consolidação do campo artístico sul-rio-grandense possibilitasse a presença de mulheres nas escolas de arte desde as primeiras turmas de formação de artistas e exposições.

Uma prova do destaque que as mulheres tiveram na Exposição de 1881 em Porto Alegre, encontra-se no historiador Athos Damasceno (1971, p. 267), único autor de que temos conhecimento que aborda mais profundamente a questão das mulheres no campo artístico, presta especial atenção ao referir-se que estas “abriram uma fresta promissora de melhores dias no ainda espesso nevoeiro de nosso atraso artístico”. Ainda que as belas-artes fossem inicialmente tidas como inerentes ao “belo-sexo”, assim como outras profissões consideradas femininas, logo que a arte acadêmica passou a constituir um mercado e o artista passou a representar um signo de cultura e distinção, os homens foram tomando a frente -o espaço público- das aulas às viagens financiadas pelo Estado e aos melhores cargos nas escolas; enquanto que as mulheres eram cada vez menos encorajadas a estudar fora de casa e, por conseguinte, a atuar no espaço público como profissional da arte. Seu espaço e papéis eram muito bem definidos pelos discursos da imprensa e reforçados pela sociedade patriarcal, e no caso das mulheres de famílias abastadas, o trabalho fora visto como totalmente desnecessário, e seus dotes artísticos não serviriam para nada além de um verniz social para acompanhar o marido e entreter família e amigos com suas “artes delicadas”.

Segundo Pedro (2000 p. 291), com a Proclamação da República os novos modelos femininos passaram a ser mais reforçados, principalmente nas funções de esposa e mãe, vista como centro da família burguesa, como filha obediente, companheira do marido e educadora dos filhos. Era importante que a mulher fosse educada para contribuir para o desenvolvimento da nação. Diferentemente do resto do país onde predominava os ideais liberais, o RS mantinha ideário positivista de Augusto Comte, refletindo na educação das mulheres e o seu papel na família (PEDRO, 2000, p.298). Sobre isso, Berenice Corsetti (2004, p.01) escreve que “a influência do



positivismo como base de um pensamento educacional [...] marcou a história da educação no Rio Grande do Sul, no período de 1889 a 1930.” Dentro do objetivo do Rio Grande do Sul em se adequar ao projeto de modernização, a escola pública passou a utilizar o positivismo como matriz orientadora, partindo de pressupostos científicos racionalistas que entendia que a educação como instrumento servia para formar cidadãos. A dificuldade de afirmação da orientação positivista demonstrava o confronto entre a vontade política e a prática no cotidiano escolar, visto que os professores haviam sido formados dentro da pedagogia tradicional da Igreja católica que utiliza de métodos completamente diversos (CORSETTI, 2004, p.04). A partir da reforma da Instrução Primária em 1897 foram criadas Escolas Elementares e Colégios Distritais em diversas localidades, incluindo o Desenho nos currículos (DAMASCENO, 1971, p.253).

Em 1901, o jornal *A Reforma* exaltava a importância de se instruir as mulheres, mas alertava que a instrução demais poderia lhes dificultar o casamento, dizia ainda que “(...) a instrução poderia servir para facilitar a vida de casada, desde que fosse para ajudar a economizar” (GONÇALVES, 2013, p.201-202). No mesmo período, outro jornal, *A Federação*, conforme Gonçalves (2013, p. 210). “incentivava a instrução da mulher, mas que não chegasse ao ponto de competir com os homens.” Os próprios currículos evidenciavam em seus conteúdos o tipo de formação que esperavam, por exemplo, no ensino da geometria para os meninos e das artes da agulha e das lidas da casa para as meninas. Semelhante ao caso do restante do país, para Louro, (2013, p, 444), “Seria uma simplificação grosseira compreender a educação das meninas e dos meninos como processos únicos, de algum modo *universais* dentro daquela sociedade.” De acordo com Gonçalves (2013, p.183), a chegada dos republicanos ao governo, ampliou as escolas públicas mistas e femininas, as meninas foram inseridas na instrução elementar, contudo as alunas continuavam sendo minoria (GONÇALVES, 20013, p.145).

Fundado em 1908, o Instituto Livre de Belas Artes (ILBA-RS) de Porto Alegre⁵, foi o primeiro estabelecimento formal do ensino superior da arte da Província. Recebeu influência nos métodos, técnicas e estilos modelo da Academia francesa, e foi uma instituição que manteve estreito contato com a Escola Nacional de Belas Artes (1890) do Rio de Janeiro, antiga Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios (1816). Em sua tese sobre as origens do ILBA-RS, Simon (2002, p.75) declara que a instituição estava dentro de um projeto compensatório civilizatório regional republicano do governo do Estado. Simon (2002, p.77) destaca a frase de um intelectual publicada em um jornal de 1908, que representava bem a ideia da época “A arte é a expressão viva do

⁵ As Escolas Superiores Livres foram criadas pelo Decreto Federal n.1.232 de 02/01/1891.



pensamento científico da sociedade.” A cientificidade da arte e seu ensino pode ser vista no próprio método que impunha o estilo Neoclássico⁶, que envolvia principalmente o desenho, e a aprendizagem por meio da cópia e da repetição. O primeiro artigo do Estatuto da ILBA-RS, datado de 14.08.1908, já anuncia que “o ensino será feito mediante cursos systematizados, formando dous grupos ou secções distintas (...) a escultura, a architectura e as artes de aplicação industrial”. (SIMON, 2002, p.104). Nos primeiros anos de funcionamento da escola, aberta em 1910, o então diretor Olinto de Oliveira percebia o abandono dos alunos, principalmente do sexo masculino. Sobre isto, no relatório de 1912 trazia a ideia de que para aquela sociedade o estudo da arte era dispensável, não passando de um passatempo ou verniz social. Ainda conforme Simon (2002, p.105) Olinto segue dizendo assim:

(...) uma das razões deste fato é certamente serem as belas-artes, principalmente e entre nós, consideradas antes como prenda do que como profissão ou objecto de alta cultura, de parte que os rapazes quasi sempre cursando collegios ou já empregados desde cedo para o aprendizado de suas futuras profissões, não encontram o tempo necessário para estes estudos, considerados simples ornamento.

Ainda sobre a dificuldade de permanência dos alunos e alunas, Simon (2002, p.74) descreve que “o caminho do formando em Artes Plásticas de Porto Alegre era uma corrida de obstáculos que ele descobria um a um, ao se atrever enfrentar o caminho até o final.” E dentro disso, o autor enumera que os principais fatores seriam 1) a ausência de uma escola com formação superior anterior ao ILBA-RS; 2) A falta de bolsas; 3) poucas exposições anuais; 4) bancas anuais sem data marcada; 5) a prática de uma arte dentro de um conjunto muito rígido que não explorava a criação individual; e 6) desagradava aos alunos(as) a redução do ensino formal às técnicas com base no desenho (artístico; anatomia artística, e geométrico e técnico. Sem falar que até 1936 o espaço físico era uma única sala de aula, dividida entre as moças que estudavam no período diurno e os rapazes que estudavam no período noturno⁷. As aulas de modelo-vivo nu, base para o desenho da figura humana e aplicado aos retratos e pinturas históricas, iniciaram em 1918 e os alunos participavam mediante pagamento, vindo a ser regularizada na ILBA-RS em 1919, mesmo ano em que a gripe espanhola assolava o Rio Grande do Sul. Mesmo com a Semana de Arte Moderna de 1922, marco das vanguardas artísticas no e do Brasil, o modernismo tinha dificuldade em penetrar

⁶ Conforme Silva e Loreto (1996, p.19), “o neoclassicismo é um movimento racionalista, essencialmente normativo (...) apresenta princípios fixos, regras específicas para a criação artística (...)”

⁷ Simon (2002, p.193) descreve Eva Rubin como a “grande novidade” de 1920, pois teria sido a primeira mulher a se matricular no curso noturno, contudo, depois de dois anos transferiu-se para o período diurno.



na arte sul-riograndense, principalmente na pintura, que conforme Urbim (1999, p.293), “caracterizava-se pela preservação do sistema figurativo acadêmico, em que as formas obedeciam a um desenho rigoroso, revestido por pinceladas quase invisíveis, de cores sóbrias”, reflexo tanto da pedagogia dos professores como dos estatutos da ILBA-RS.

Segundo Amaral e Magalhães (2010, p.234), o acontecimento mais importante no ensino da arte em Pelotas até então se dera em 1927, quando para atender a demanda por aulas de desenho e pintura o Conservatório de Música de Pelotas passa a ser o Instituto de Belas Artes, seguindo os estatutos do Instituto de Belas Artes de Porto Alegre. Contudo, dez anos depois o Instituto viria a ser fechado em virtude da municipalização do Conservatório. A cidade veria efetivamente sua Escola de Belas-Artes apenas em 1949, através dos esforços de intelectuais e artistas, sobretudo pela fundadora D. Marina de Moraes Pires (AMARAL, MAGALHÃES, 2010, p.234).

Se a educação básica das mulheres era tida a modo de instrução, e a dos homens para prepara-los para o ensino superior ou o trabalho, e considerando que as famílias mais abastadas tinham mais chances de oferecer uma boa educação, nota-se que muitos homens e mulheres continuavam à margem. Com a maioria da população vivendo no meio rural, no início da República o analfabetismo ainda era um problema grave no Rio Grande do Sul, conforme o censo realizado no período havia 1.334.771 pessoas que não sabiam ler nem escrever para 747.942 alfabetizados. Passados dez anos, em 1920 o Estado contava com 3.244 escolas primárias frequentadas por 470.123 alunos (URBIM, 1999, p.287). O estudo publicado por Amaral e Oliveira (2010) dedicou-se a análise dos Relatórios de Intendência da educação em Pelotas entre 1910 e 1920, escritos por José Barboza Gonçalves (1892-1904) e Cypriano Corrêa Barcellos (1904 -1908 e 1912-1920), engenheiro responsável pela urbanização da cidade. De acordo com os dados de Oliveira e Tambará (2005), foram criadas dezessete escolas durante a intendência do Dr. Pedro Luis Osório (1920-1924), e doze escolas durante a gestão de Augusto Simões Lopes (1924-1928).

Num âmbito mais restrito, a pesquisa de Nelson Magalhães (1991, p.14-15) apresenta trechos dos relatórios sobre a intendência de Cypriano Barcellos até Augusto Simões Lopes, ou seja, de 1904 a 1928. Apesar de não haver menção da data exata dos fragmentos, o texto traz uma lista com uma amostra das escolas elementares que havia pelo município e pelo Estado, destacando as (os) diretores (as) e o número de alunos (as) discriminados (as) por sexo. Transpondo tais dados, de um universo de dezessete escolas temos apenas três dirigidas por homens, e sendo que duas destas



escolas eram exclusivas para o sexo masculino; e dentre o total de 887 alunos (as) destas escolas, sendo 458, pouco mais da metade, composta pelo sexo feminino.

A Revolução de 1930 e a entrada na Era Vargas sinalizam o surgimento de um novo ciclo, e a promoção de uma política educacional mais definida para o país com a criação do Ministério da Educação e Saúde (1930) e com a Reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior (1931). No ano seguinte as brasileiras conquistariam o direito ao voto, ainda que com restrições, previsto no novo Código Eleitoral e incorporado à Constituição em 1934.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratando-se de uma pesquisa que lida com áreas tradicionalmente interdisciplinares, como o gênero, a educação, a história, e a arte, buscamos trazer o pano de fundo cultural e político do Rio Grande do Sul durante a Primeira República, relacionado à esfera do ensino da arte para dar conta de retratar a condição das mulheres que almejavam ser artistas. A contradição que observamos reside na relação das mulheres com a arte e seu ensino, que é variável conforme o período político e histórico predominante. Até meados do século XIX, e com menos força até o final daquela centúria, a arte era vista como desnecessária, e associada ao artesanal ao utilitário, vista desde as artes da agulha até a aplicação na arquitetura.

A chamada arte erudita ganharia terreno no início do século XX, e com a gradativa expansão do ensino das artes as mulheres naturalmente seguiriam estudando e se profissionalizando. Todavia, a influência tanto do positivismo como do academicismo francês na construção dos parâmetros e códigos das belas-artes, conduziram à desvalorização da produção feminina, e abriram um campo de formação para os rapazes desejosos do prestígio social de viverem como artistas. As mulheres, mesmo sendo muitas vezes em maior número, e mesmo aquelas com obras premiadas dificilmente ascenderiam à condição de artistas profissionais. O mesmo se passava, e mais notadamente, com os docentes dos cursos de arte particulares ou públicos, do ensino primário, secundário ou superior, onde mesmo que fossem reconhecidas como excelentes professoras, naquele período as mulheres ainda não alcançavam as posições de seus colegas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Giana Lange do; MAGALHÃES, Clarice Rego. **A Escola de Belas Artes de Pelotas: aspectos de sua gênese e constituição**. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 14, n. 31 p. 219-253, Maio/Ago 2010.



AMARAL, Giana Lange do; OLIVEIRA, Maria Augusta. **Educação, Urbanização e Modernidade em Pelotas, na década de 1910**. IN: Anais do II Simpósio Nacional de Educação. Cascavel-PR, 2010.

CORSETTI, Berenice. **O Positivismo como base do pensamento educacional no Rio Grande do Sul (1889-1930)**. In: V ANPED SUL - Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2004, Curitiba PR. V ANPED SUL - Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul - ANAIS 2004. Curitiba PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2004. v. 1. p. 242-242.

106

DAMASCENO, Athos. **Artes Plásticas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1971.

GONÇALVES, Dilza Porto Gonçalves. **A instrução pública, a educação da mulher e a formação de professores nos jornais partidários de Porto Alegre/RS (1869-1937)**. Porto Alegre: PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2013

LEIS, Héctor R. **Especificidades e desafios da interdisciplinaridade nas ciências humanas**. Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação. IN: PHILIPPI Jr., Arlindo e SILVA NETO, Antonio J. (editores). *Inter-disciplinaridade em Ciência, Tecnologia e Inovação*. Barueri, S.P: Editora Manole, 201, pp. 106 – 122.

LOURO, Guracira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. (443-481). In: História das Mulheres no Brasil. Mary Del Priore (Org). São Paulo: Editora Contexto, 2013.

MAGALHÃES, Nelson Nobre. **Pelotas Memória**. Fascículo VII. Pelotas, 1991. (22p.)

MATTOS, Patrícia. **O conceito de interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero no Brasil**. In: XV congresso brasileiro de sociologia grupo de trabalho: novas sociologias: pesquisas interseccionais feministas, pós-coloniais e *Queer*, 2011. 23p.

OLIVEIRA, Maria Augusta; CALLEGARO, Elmoar A. **As políticas educacionais do governo de Augusto Simões Lopes e a instrução pública como marketing (Pelotas/1924-28)**. In: Anais da ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres do Sul**. In: DEL PRIORE, Mary (Org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.



SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, N.2, p.71-99. jul./dez. 1995.

SILVA, Ursula Rosa da & LORETO, Mari Lucie da Silva. **História da Arte em Pelotas.** Pelotas:EDUCAT/Editora da UCPEL,1996.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. **Profissão Artista: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras.** São Paulo(SP), Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2008

SIMON, Cirio. **Origens do Instituto de Artes da UFRGS – Etapas entre 1908 e 1962 – Contribuições na Constituição de Expressões de Autonomia no Sistema de Artes Visuais do Rio Grande do Sul.** 2002. 561 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. **A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero.** In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, n° 54, p. 281-300, 2007.

URBIM (Org.) **Rio Grande do Sul – um século de história.** Volume 1. Porto Alegre: Mercado Aberto,1999.

ZILBERMAN, Regina. **Mulheres sul-rio-grandenses: A voz por trás do gauchesco.** In: Mulheres no século XIX. Revista Travessia. Florianópolis, n.23, p. 37-53, 1991.



UMA ANÁLISE DE GÊNERO E CLASSE NO MERCADO DE TRABALHO DA BAHIA, NA DÉCADA DE 1970.

Sonia Maria de Souza Brito

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares em Mulheres, Gênero e
Feminismo da Universidade Federal da Bahia. Professora do Instituto Federal da Bahia.
soniasbrito@gmail.com.*

Iole Macedo Vanin

*Doutora em História pela Universidade Federal da Bahia; Professora do Departamento de Ciência
Política da UFBA. iolevanin2007@gmail.com*

108

RESUMO

A partir do estudo bibliográfico e das primeiras pesquisas oriundas do projeto de doutoramento intitulado *Formação técnica, profissão professora: expressões identitárias das estudantes da ETFBA, na década de 1970*, buscamos, nesse texto, refletir sobre o mercado de trabalho na Bahia, nesse período, tendo como parâmetro analítico as categorias de gênero, compreendida como as diferenças socialmente estabelecidas entre os sexos, que se refletem na divisão sexual do trabalho e em relações hierárquicas de poder, e de classe, enquanto produto das experiências coletivas, assentadas nas relações sociais de produção e reprodução. Classe e gênero aparecem, ainda, como categorias de análises para reflexão da forma como a formação e qualificação de mão de obra na Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA) serão definidas, naquele contexto, pela divisão social e sexual do trabalho.

Palavras-Chaves: Gênero e Classe. Mercado de Trabalho Baiano. Formação Feminina.

ABSTRACT

From the bibliographical study and the first research coming from the PhD project entitled *Technical training , teacher profession : identity expressions of the students ETFBA , in the 1970s* , we seek in this text to reflect concerning the labor market in Bahia, during this period, having as analytical parameter categories of gender, understood as the differences socially established between the sexes , which are reflected in the sexual division of labor and hierarchical power relations, and class , as a product of collective experiences , settled in the production and reproduction social relations. Class and gender also appear as categories of analysis for reflection on how the training and qualification work hand in Bahia Federal Technical School (ETFBA) will be defined in that context the social and sexual division of labor.

Key-words: Gender and class. Baiano labor market. Women's training.

INTRODUÇÃO

A década de 1970 apresenta-se como referência no estudo do tema gênero e mercado de trabalho, com o aumento do interesse de pesquisadoras, mobilizadas principalmente pelo movimento feminista, que utilizou o trabalho remunerado como uma estratégia para emancipação das mulheres e rompimento da condição de subordinação imposta pela família e



pelas atividades domésticas. Sob a inspiração da teoria marxista, as feministas da Segunda Onda, consideravam o trabalho remunerado como a via mais eficaz para conduzir a mulher à independência e apontavam “a mulher trabalhadora como a principal agente de transformação social contra a opressão sexista na sociedade de classe”. (PACHECO, In: COSTA e ALVES, 1997, p. 55)

Nesse período, o mundo do trabalho, no Brasil e na maioria das sociedades capitalistas, era marcado pela visível segmentação e hierarquização, em grande parte pelo critério do sexo, evidenciando profundas desigualdades entre homens e mulheres, enquanto trabalhadores. Desqualificado e desvalorizado, o trabalho feminino definia-se, no contexto da tradicional divisão social do trabalho, por atributos específicos que se convencionou designar como “naturais” das mulheres.

Assim, as sociedades marcadas pela estruturação da família burguesa de base patriarcal, como a nossa, atribuía - e ainda continua atribuindo - às mulheres as funções reprodutivas, principalmente ligadas às tarefas domésticas do cuidado com a casa e com os demais membros da família e às responsabilidades socializadoras. Esses atributos, associados “a persistência de uma identidade construída em torno do mundo doméstico”, dimensionam a função social do trabalho feminino e “condicionam a participação da mulher no mercado de trabalho a outros fatores além daqueles que se referem à sua qualificação e à oferta de emprego, como no caso dos homens” (Bruschini, 1996, p.88). Entre esses fatores prevalecem a situação conjugal e a existência e idade dos filhos.

Num mercado organizado para atender aqueles que apresentam inteira e total disponibilidade de tempo para o trabalho, baseado na noção de que todos os trabalhadores devem, querem e podem fazer do trabalho sua maior prioridade, os homens sempre estarão em vantagem em relação às mulheres, cujas atividades no trabalho produtivo deverão ser conciliadas com as demais atribuições, tradicionalmente, concebidas como femininas.

Nessa perspectiva, propomos, nesse texto, refletir sobre o mercado de trabalho na Bahia, na década de 1979, tendo como parâmetro analítico as categorias de gênero e classe. Identificamos *gênero* como base de compreensão das diferenças entre os sexos, estabelecidas socialmente, que fundamentam a divisão sexual do trabalho e as relações de poder hierarquizadas, e *classe* como resultado de experiências coletivas que se assentam nas relações sociais de produção e reprodução.



Na primeira parte, refletimos sobre bases teóricas da discussão apresentada sobre o mercado de trabalho na Bahia da década de 1970, (re)discutindo os conceitos de classe e gênero, e estabelecendo a rearticulação das duas categorias, no contexto da produção e reprodução da força de trabalho. Na segunda parte, caracterizamos o mercado de trabalho no Brasil, no período em questão, tendo por base a constituição do trabalho feminino e na sequência apresentamos uma análise específica sobre o mundo de trabalho na Bahia, na década de 1970, e do processo de formação na Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA), tendo como referencial analítico as categorias de Classe e Gênero. Concluimos apresentando rápidas considerações sobre a forma como, no período estudado, as mulheres baianas serão integradas ao mundo de trabalho reproduzindo os mesmos padrões de divisão social e sexual do trabalho, assim como de relações de classes que marcaram e definiram o processo de consolidação do capitalismo brasileiro.

1. (RE)VISITANDO OS CONCEITOS DE CLASSE E GÊNERO

A discussão sobre gênero e trabalho remete a uma evidente constatação de que discriminações em relação ao trabalho feminino sempre foi uma realidade social, “de sorte que homens e mulheres não participam do mundo do trabalho nas mesmas condições, ainda que membros de uma mesma classe ou categoria ocupacional.” (SARDENBERG, In: SARDEMBERG, FERREIRA e COSTA. 2004, p. 28). Embora se tenha imprimido historicamente, uma imagem de “coletividade homogênea” referente à noção de classe trabalhadora, esta sempre esteve associada à representação masculina, definindo-se sobre a base do operário, e pensada apenas em termos estruturais.

Historicamente, quando se estabelece “classe” como categoria remete-se à teoria elaborada por Marx, calcada na ideia de causalidade econômica e de uma visão dialética da história. Através do que chamou de materialismo histórico, Marx analisou a sociedade a partir de uma base material sobre a qual todas as coisas funcionam, buscando explicar economicamente e historicamente como se dava a “exploração do homem pelo homem”.

A teoria marxista identifica classe como o fundamento do sistema teórico que concebe a luta de classes como força motriz da história. Assim, para Marx, é no contexto da luta da classe operária contra o capital e a classe burguesa, que se estabelecem a condição e a consciência de classes. “Uma classe, em sua acepção plena, só vem a existir no momento histórico em que as classes começam a adquirir consciência de si próprias, como tal.” (HOBSBAWN, 1987, p.34)



Segundo essa concepção, há uma dialética permanente das forças socialmente dicotômicas como poderosos e fracos, opressores e oprimidos, que determina uma dinâmica social historicamente marcada pela luta de classes. Frederick Engels definiu classes como "os produtos das relações econômicas de sua época", completando a teoria de que a base da sociedade é a produção econômica, sobre a qual se ergue uma superestrutura - um estado - e as ideias econômicas, sociais, políticas, morais, filosóficas e artísticas. Assim, busca compreender os fenômenos sociais e políticos a partir das relações entre as classes sociais, situadas no processo produtivo.

Com base nessa concepção, as teóricas feministas radicais apontaram o patriarcado como explicação clássica da opressão a que as mulheres, historicamente, foram e são submetidas. Numa obra clássica do feminismo radical, Sulamith Firestone (1970), define patriarcado como um sistema sexual de poder, cujos fundamentos estão na biologia. Toma emprestado o método analítico de Marx para discutir a questão da opressão feminina, estabelecendo um paralelo entre "a dialética do sexo" e a dialética de classe e afirmando que as desigualdades sexuais constituem um sistema de classes, cujas origens estão nas próprias diferenças biológicas. Sugerindo o desenvolvimento de uma visão materialista da história baseada no sexo, a autora identifica essas diferenças como resultantes da família biológica, responsáveis por relações desiguais entre os sexos e por tornar a função reprodutiva da mulher base de sua opressão.

Firestone (1970), explica as desigualdades sexuais a partir do determinismo biológico, universalizando a questão da tirania masculina através da noção de que, embora sofra variações, todas as sociedades são marcadas por contingências biológicas, que geram distorções psicossociais explicativas da opressão das mulheres. Numa referência à luta de classes teorizada por Marx, a teórica propõe a eliminação das classes sexuais a partir da revolução das mulheres, que assumindo a propriedade dos próprios corpos controlariam a fertilidade e a capacidade reprodutiva.

Outra importante teórica do feminismo radical, Kate Millett (1975), busca explicações para a subordinação das mulheres nas relações de poder que se apresentam como construtos sociais e culturais e entende o patriarcado como uma instituição revestida de aspectos ideológicos e biológicos, que operacionaliza a divisão dos sexos e estabelece os princípios e valores que hierarquizam a sociedade a partir das diferenças sexuais. Identifica a família como o espaço da reprodução e como unidade básica do patriarcado, argumentando que ela formata a



sociedade e constrói uma rede ideológica do poder masculino, identificado por outras construções ideológicas como o chefe, o cabeça, o líder.

Nomeando de política sexual a lógica que estrutura as relações de poder e os dispositivos de controle que permeiam as relações entre os sexos, Millett tornou-se uma das primeiras teóricas a sistematizar o patriarcado a partir do viés político, demonstrando que o “sexo é uma categoria social impregnada de política” (MILLETT, 1975, p. 32) e que a dominação masculina se apresenta como o mais resistente tipo de segregação e a ideologia mais radicada em nossa cultura.

Nessa análise, é na articulação do patriarcado, enquanto sistema de dominação em que a sociedade e as relações sociais são organizadas com base na centralidade e supremacia do “sexo” masculino sobre o feminino, com as relações de classe do sistema capitalista, que se estabelecem as desigualdades entre os “sexos”, no contexto das relações sociais de produção de bens e reprodução da vida. Zillah Eisenstein (1980, p. 15), utiliza a expressão “patriarcado capitalista”, para evidenciar a existência de “uma relação dialética que se reforça mutuamente entre a estrutura de classes capitalista e a estruturação sexual hierarquizada”.

Estudos recentes, influenciados pelo debate teórico-metodológico trazido pelo historiador E. P. Thompson, que fornece uma concepção dinâmica das classes sociais, através das noções de processo, relação e experiência, vêm apontando para a incorporação de outras categorias analíticas que passam a ser articuladas à análise de classes.

Embora mantenha a concepção estruturante, a análise thompiana avança no sentido de pensar classe como “um fenômeno histórico”, ou como “uma relação e não uma coisa” (Thompson, 1987, p. 9), e permitiu alinharem-se à classe, categorias de ordem biocultural, como por exemplo, sexo, cor, idade, numa perspectiva teórico-metodológica que busca dar conta de dimensões que a classe, de base unicamente estrutural, não é capaz de abarcar. Também foram incorporadas à categoria de classes as chamadas categorias relacionais ou de experiências, que expressam outras formas de oposições e conflitos e que “significa a múltipla pertinência da classe, de sexo/gênero, de idade/geração e de raça/etnia, com a formação de subjetividade ou de identidades correspondentes”. (MOTA, 1999, p. 193)

Esse movimento se funda na constatação de que a concepção marxista de classe, traçada numa perspectiva única da produção de bens materiais e, portanto, destituída de uma análise acerca da reprodução social da vida, não consegue dar conta do lugar e papel das mulheres no processo produtivo. Ou ainda de que o pertencimento de classe para as mulheres é forjado tendo



o homem como referencial, o que legitima a opressão e a subordinação das mulheres, dentro do capitalismo. Segundo Hirata e Kergoat (1994, p. 94), “as mulheres em O *Capital* não tem existência como sexo social, mas fazem parte, com outras categorias sociais, do exercito de reserva industrial”.

Para essas autoras, coube ao movimento feminista, na década de 1970, atestar “a que ponto a exploração, conceito chave do marxismo e base da relação antagônica entre as classes, era fundamentalmente insuficiente para mostrar a opressão sofrida pela mulher quanto às relações homem/mulher no seio da sociedade”. (HIRATA; KERGOAT, 1994, p.94). Essa constatação implicou na compreensão de que não se pode constituir unidade, como se fez com a noção de “classe operária”, sem considerar o sexo, sob pena de se obter um conhecimento incompleto e, principalmente, falso do que é uma classe social. Para as autoras, “os atores individuais e coletivos são ao mesmo tempo produtos e produtores das relações sociais. No estudo desse duplo movimento as duas relações sociais, de sexo e de classe, devem estar integradas por causa de sua indissociabilidade e complementaridade”. (HIRATA; KERGOAT, 1994, p.96)

A reinterpretção do conceito de classes sociais, pelo feminismo, fundamentou-se na ideia, segundo as autoras, de que relações de classe e relações de sexo coexistem e são coextensivas aos dois gêneros e, por isso, devem ser analisadas conjuntamente. São relações estruturantes e não contingentes, porque todos os indivíduos são homens ou mulheres e tem uma situação de classe determinada. Elas, entretanto, se sobrepõem: as relações de classes são atravessadas pelo sexo e vice-versa, ou seja, relações de classe são sexistas, assim como relações de sexos são classistas. (HIRATA; KERGOAT, 1994).

Nesse contexto, o patriarcado, enquanto explicação da opressão histórica das mulheres apresentada pelas feministas radicais, passou a ser criticado pelas feministas da Terceira Onda. Num momento de grande ebulição epistemológica em torno das discussões sobre a opressão e subordinação feminina, essas teóricas apresentaram novas concepções, trazendo para o cerne das discussões sobre a opressão feminina a categoria de gênero.

Gênero se apresenta então, primeiro como um suplemento do conceito de sexo, numa perspectiva que apontava para uma complementaridade, presente, por exemplo, no *sistema de sexo/gênero* elaborado por Gayle Rubin, em 1975, no importante ensaio *Tráfico de mulheres: notas sobre economia política do sexo* e, depois, como uma categoria social, que faz referência,



de acordo com Joan Scott (1995, p. 75), “às origens exclusivamente sociais de identidades subjetivas de homens e mulheres”.

Concebendo gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”, Scott (1975, p. 68), oferece um conceito capaz de garantir a compreensão de que o lugar da mulher e do homem na vida social é demarcado pelo significado de suas atividades, num contexto de interação social concreta. Numa segunda formulação, apresenta, *gênero* como “uma forma primária de dar significado às relações de poder” ou como “um campo primário no interior do qual o poder é articulado”, afirmando que “o gênero não é o único campo, mas ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de tornar eficaz a significação do poder no ocidente”. (SCOTT, 1975, p. 68).

Entretanto, embora evidente que a concepção de patriarcado não dá conta de explicar todas as formas de desigualdades e de opressão feminina, algumas correntes feministas contemporâneas atribuem, cada vez mais, ao patriarcado a origem de vários fenômenos opressores como, por exemplo, a violência contra as mulheres. Articulados, capitalismo e patriarcado tem garantido a manutenção de duas formas de produzir e reproduzir a vida, a partir de relações de dominação e de expropriação, particularmente dos corpos e autonomia das mulheres. (SAFIOTI, 1979).

Numa discussão teórica sobre essas possibilidades, Lia Zanota Machado (2000, p. 3-4), embora se colocando na defesa expressa do conceito de gênero, é categórica ao assegurar que o uso desse conceito “não implica deixar de lado o de patriarcado”. Admite a existência de um “patriarcado contemporâneo”, embora modificado ao longo da história, na forma de um patriarcado moderno, mas chama a atenção da difícil tarefa de se remeter a uma ideia unitária ou totalizante de patriarcado, em contextos diversos como as sociedades ocidentais, a não ser para usar como referência à sempre presente dominação masculina.

No contexto dessa discussão, compreendemos como necessário pensar que, se o conceito de gênero apresenta maior possibilidade analítica que o de patriarcado, a centralidade que os estudos feministas, das últimas décadas, dedicaram ao gênero, compromete e dificulta uma análise mais abrangente sobre a opressão/subordinação das mulheres. Mais do que isso, utilizando os argumentos apresentados por Saffioti (2004), é possível concluir que um estudo sobre a inferioridade histórica das mulheres, a partir de um único viés analítico, o de gênero, pode acabar servindo aos interesses de quem submete e explora as mulheres, o patriarca. “Assim, se gênero é um conceito útil, rico e vasto, sua ambiguidade deveria ser entendida como



uma ferramenta para maquiagem exatamente aquilo que interessa ao feminismo: o patriarcado, como um fato inegável para o qual não cabem as imensas críticas que surgiram”. (SAFFIOTI, 2004, p. 136)

No entanto, também é evidente que, como categoria analítica e histórica, gênero construiu pressupostos teóricos elementares à crítica aos fatores ideológicos que condicionam e regulam a vida das mulheres, sendo por isto um importante vetor da constituição da identidade feminina.

Assim, retomamos a perspectiva, apresentada por algumas teóricas aqui citadas e outras que este texto não deu conta de abarcar, de utilizar metodologicamente o conceito de gênero, sem perder de vista que o conceito de patriarcado pode ser útil à compreensão dos fundamentos políticos e ideológicos da dominação/exploração masculina sobre as mulheres, em uma sociedade capitalista, assim como, das formas como se articulam e se reproduzem as assimetrias sociais entre os sexos. Nesta concepção de interdependência conceitual recuperamos o conceito de Ordem Patriarcal de Gênero, utilizado por Saffioti (2009) em sua defesa “em torno da recusa do uso exclusivo do conceito de gênero”, apresentando integralmente as razões que a autora apresenta nesta defesa.

- Como não se é a favor de jogar fora o bebê com a água do banho, defende-se:
- a utilidade do conceito de gênero, mesmo porque ele é muito mais amplo do que o de patriarcado, levando-se em conta os 250 mil anos, no mínimo, da humanidade;
 - o uso simultâneo dos conceitos de gênero e de patriarcado, já que um é genérico e o outro específico dos últimos seis ou sete milênios, o primeiro cobrindo toda a história e o segundo qualificando o primeiro – ordem patriarcal de gênero - ou, por economia, simplesmente a expressão patriarcado mitigado ou, ainda, meramente patriarcado;
 - a impossibilidade de aceitar, mantendo-se a coerência teórica, a redutora substituição de um conceito por outro, o que tem ocorrido nessa torrente bastante ideológica dos últimos dois decênios, quase três. (SAFFIOTI, 2009, p 33)

Seguindo o caminho apontado por Saffioti (1992), ao conceber *classe* sobre o ponto de vista das relações sociais de produção e reprodução e compreendendo que ela se constitui, em sua dimensão política, a partir da assimilação de interesses comuns, mas também de antagonismos em relação a outras classes, encontramos embasamento epistemológico para integrá-la à categoria de gênero e daí compreender em que bases se dão as condições sociais e históricas do universo de trabalho feminino.



Fundamentada no conceito de “formação de classes”, na perspectiva Thompsiana, Souza-Lobo (1991) busca, na renovação do paradigma clássico das classes sociais, um caminho de análise que, considerando as múltiplas expressões e dimensões das relações sociais, históricas, culturais e simbólicas da noção de gênero, encontra espaços de apreensão do lugar das mulheres na produção.

Nesse sentido, as relações entre os sexos atravessam e intervêm nas estruturas da sociedade, instituindo relações sociais de classes generificadas, num contexto marcado pela desigualdade na distribuição de encargos na produção social da vida, a partir de critérios sexista, classista entre outros. A intervenção conjugada dos dois sexos, o macho e a fêmea, determinam a produção da existência da vida, enquanto a dos dois gêneros, o masculino e o feminino, definem a produção social da existência. Essa dinâmica impõe uma realidade social marcada, dialeticamente, pela contribuição mútua na produção e reprodução da existência.

É fato que o sexo representa um atributo importante na definição das funções e atividades que os seres humanos desenvolvem no acesso ao mundo do trabalho. Daí porque, gênero representa uma categoria de análise fundamental na compreensão da forma como homens e mulheres são inseridos nas sociedades capitalistas, como trabalhadores e trabalhadoras.

2. TRABALHO FEMININO E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL, NA DÉCADA DE 1970.

A partir da década de 1970, o desenvolvimento da indústria moderna no Brasil permitiu a incorporação de maior número de trabalhadores urbanos, provocando transformações no quadro socioeconômico do país. Mas, ainda que essas transformações tenham atingido uma parcela da população feminina, a verdade é que este desenvolvimento esteve, em grande parte, associado à exclusão do trabalho feminino dos setores mais dinâmicos da produção.

Em que pese esta constatação, vários estudos vem comprovando que entre 1970 e 1980, a sociedade brasileira passou por mudanças importantes no que tange à participação das mulheres no processo produtivo. Seja como chefes, ou como provedoras complementares das famílias, as mulheres se inserem no mercado de trabalho, colocando em questão a tradicional concepção de que a elas caberiam, unicamente, as funções domésticas, não remuneradas.

Invisibilizadas em todo o processo necessário à renovação da força de trabalho e reprodução do capital, as mulheres brasileiras ampliarão sua participação no mercado de



trabalho, ao longo das décadas de 1960 e 70, submetidas a taxas elevadas de exploração, com baixas qualificações e salários.

No contexto da expansão industrial do país, o número de mulheres na população economicamente ativa aumenta, durante essas décadas, influenciado pela ampliação da oferta de trabalho em áreas de produção que demandavam aptidões culturalmente estabelecidas como femininas, trabalhadores com menor nível de qualificação técnica e de exigência salarial, como também pela redução dos salários que exigiu ampliação do número de familiares no mercado de trabalho¹.

Faz parte, também, das condições que favoreceram essa ampliação, a constituição, forjada pelo próprio capital, de uma sociedade de consumo. Alimentada pela construção de uma prática eficaz de propaganda mercadológica, que implicou na ampliação das exigências e necessidades dos grupos familiares, este novo perfil social forçou o ingresso de maior número de membros das famílias, principalmente as mulheres, no mundo do trabalho.

Entretanto, a intensificação da participação feminina no mercado de trabalho, nesse período, não vem acompanhada de melhoria na remuneração das mulheres. Alegando que elas possuíam níveis de escolarização e de qualificação mais baixos que os homens e que apresentavam menor estabilidade no emprego, os empresários pagavam pela mão de obra feminina, na década de 1970, igual ou inferior a 60%, da remuneração masculina. Utilizando dados da RAIS (1979) e do DIEESE (1975), Souza-Lobo (1991, p.21) desmente essas justificativas e aponta que grande parte das mulheres, com remuneração no mesmo nível que os homens, apresenta grau de escolarização e de permanência no emprego maiores que estes.

Outro elemento importante apresentado como fator de ampliação da utilização do trabalho de mulheres, a partir da década em questão, diz respeito ao fato de se atribuir a elas uma maior capacidade de aceitação das condições impostas pelo empregador, apontando para uma espécie de “passividade feminina”. Sobre essa questão, Souza-Lobo (1991) identifica suas causas no maior controle exercido, sobre elas, pelas empresas e considera que a divisão sexual e social do trabalho estrutura a produção, definindo desde os salários e escalas de funções, até o controle da mão de obra. Entretanto pondera que

¹ Gitahy et al, 1982, apud Castro, Guimarães, 1990



o capital não cria a subordinação das mulheres, porém a integra e reforça. Na verdade, as raízes da divisão sexual do trabalho devem ser procuradas na sociedade e na família, e para apreendê-las é necessário sair da fábrica e articular a análise das condições de trabalho com aquelas que prevalecem no mundo exterior à empresa. (SOUZA-LOBO, 1991, p.29)

O fato das mulheres terem sido, historicamente, designadas ao mundo privado e, conseqüentemente, ao trabalho doméstico impôs restrições ao acesso delas na esfera pública, ao mundo do trabalho. Assim, para fazerem parte da população economicamente ativa as mulheres tiveram que se adequar tanto as imposições demandadas pelo mercado, quanto às estabelecidas pelo modelo de família patriarcal na qual estavam socialmente inseridas.

Na década de 1970, apesar da crescente mobilização das mulheres brasileiras, atingidas pela Segunda Onda do movimento feminista em nível mundial, as ideologias de gênero, sustentadora de concepções patriarcais, que designam às mulheres a responsabilidade pelas atividades ligadas à reprodução, ainda apresentavam-se como forças limitadoras ao ingresso e permanência das mulheres no mercado de trabalho.

Por certo, as particularidades que marcam o trabalho das mulheres, ainda que desempenhando atividades e assumindo ocupações similares às dos homens, acabam por reproduzir desigualdades no mundo do trabalho, que demarcam condições de desvantagem para elas, no que diz respeito a cargos, salários e prestígio social.

Evidenciava-se, nesse contexto, uma divisão sexual desigual em termos de oportunidades de acesso, não só ao trabalho e aos recursos econômicos, como fonte de renda, crédito e capital, mas também a instrumentos que poderiam garantir superação dessa condição, como educação, qualificação, instâncias decisórias etc. A divisão sexual adquire formas conjunturais e históricas, se manifesta em diferentes estâncias da vida social e se estabelece como prática social, tornando-se um princípio organizador da desigualdade no trabalho (SOUZA-LOBO, 1991).

O acesso das mulheres ao mundo do trabalho, naquele contexto, ao contrário do que se podia esperar, não resultou, de imediato ou em médio prazo, em mudanças significativas no padrão tradicional de divisão das tarefas domésticas. As diferenças entre as práticas masculinas e femininas, no interior do grupo familiar, mantiveram regidas por referenciais simbólicos tradicionais. Segundo Guimarães (In: COSTA; ALVES, 1997, p. 49), essas práticas, socialmente construídas, “constituem representações associadas às relações de gênero e resultam em experiências desiguais entre homens e mulheres nos mesmos espaços sociais”.



Essa realidade, vivida pelas mulheres brasileiras em seu processo de inserção no mundo do trabalho industrial, ratifica a experiência feminina na elaboração e execução das atividades domésticas, contribuindo para a permanência das subjetividades que são responsáveis pelas desigualdades nas esferas pública e privada. Também demarca a persistência de aceções acerca do fazer feminino, que condicionam o acesso ou não, maior ou menor participação da mulher no mercado de trabalho e que não podem ser pensadas, unicamente, a partir do mundo da produção.

3. AS DIMENSÕES DE CLASSE E GÊNERO NUMA ANÁLISE SOBRE O MUNDO DO TRABALHO BAIANO E A FORMAÇÃO NA ETFBA, NA DÉCADA DE 1970.

Historicamente, Salvador apresentou crescimento ao longo do período colonial, motivado pelo seu papel de centro agroexportador e importador. “Como tal, Salvador era o eixo duma zona produtora rural povoada e que, durante longos períodos de sua história, produz um enorme excedente, dando-lhe o caráter de centro consumidor da classe latifundiária”. (JELIN. In: SOUZA; FARIA, 1980, p. 170). A partir do século XIX, a cidade passou por um processo de decadência econômica que só começou, efetivamente, a ser superada a partir da década de 1950, com a descoberta de petróleo em sua região metropolitana e a consequente instalação de refinarias e da indústria petroquímica.

Nesse contexto, Salvador passou a receber fortes correntes migratórias que lhe fez superar, na década de 1970, a cifra de um milhão e meio de habitantes e lhe garantiu um crescente processo de integração nas redes de comunicações, transportes, comércio e serviços. (JELIN. In: SOUZA; FARIA, 1980)

Essa década marca o início da fase da economia predominantemente industrial na Bahia, resultante, em grande parte, da fundação da Refinaria de Mataripe na década de 50, da formação de um complexo minero metalúrgico, na década de 60, da implantação do Centro Industrial de Aratu – CIA – em 1967 e da instalação do Complexo Petroquímico de Camaçari, em 1978. Esse processo transformou a Bahia numa das principais fornecedoras nacionais de matérias-primas e bens intermediários.

O desenvolvimento industrial na Bahia, assim como em outros estados do Nordeste, esteve atrelado ao projeto de integralização da industrialização encampado pelo Regime Militar, na década de 1970, quando se constituiu um mercado de trabalho que reproduziu, de forma ainda mais acentuada, as desigualdades que caracterizavam as áreas mais desenvolvidas



do país, tanto no campo da categoria de gênero, quanto da categoria de classe. O baixo índice de urbanização das cidades nordestinas, nesse período, impôs significativas diferenças no que diz respeito à força de trabalho masculina e feminina, entre Salvador e cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. As condições de vida e trabalho da população masculina e feminina apresentavam-se, também, mais precárias aqui do que nas cidades industriais do Sudeste.

Durante toda a década de 1970, a indústria petroquímica será o grande vetor de incorporação de mão de obra baiana, definindo o mercado de trabalho e o processo de qualificação na Bahia. Embora já fosse possível indicar a presença da mão de obra feminina, ela se mantinha em setores administrativos e laboratoriais e fora dos setores de operação e manutenção, estes marcados, predominantemente, pela força de trabalho masculina.

A partir de pesquisa realizada nessa década, Guimarães (1994) aponta que grande parte das mulheres que acessou ao trabalho industrial apresentava grandes dificuldades para manter-se no emprego, em função da difícil tarefa de ter que conciliar as exigências de um mercado altamente competitivo e seletivo e as tarefas mantidas na esfera privada, ou seja, as atividades domésticas. Esta realidade, embora não tenha impedido que as mulheres baianas ingressassem no mundo do trabalho, indicou um caminho que acabou por levá-las a trabalhos considerados “mais leves”, com menor exigência de qualificação e de baixa remuneração ou a atividades de alguns setores de serviços, como limpeza, alimentação, etc.

Com base em dados obtidos em censos demográficos entre as décadas de 1950 e 1980, Iracema Guimarães e Nadya Castro (1987, p. 9), verificaram que a mulher ampliou seu espaço no mercado de trabalho no estado da Bahia. “Assim, se em 50 constituía 2.9% da PEA não agrícola, em 60 alcança a casa dos 35%, estabilizando-se em 32% em 1970 e 1980.” Para as autoras, esse crescimento é acompanhado por uma redistribuição do trabalho feminino nas esferas das atividades de consumo e circulação².

Esses dados apontaram para uma tendência de participação dos sexos nas ocupações existentes na Bahia, na década de 1950, mas também nas novas oportunidades de empregos abertas no estado entre as décadas de 1960 e 1980. As autoras observam que do total dos novos empregados na Bahia, nesse período, as mulheres representavam a metade do número de

² No trabalho intitulado “O que é que a baiana faz? Os novos padrões da divisão sexual do trabalho nas atividades urbanas do Estado da Bahia”, Iracema B. Guimarães e Nadya A. Castro, identificam empiricamente três esferas básicas da atividade econômica da força de trabalho: a esfera da produção que envolve os campos da extração, produção e transformação das matérias primas e as esferas da circulação e do consumo, que compõem o que se convencionou chamar de setor terciário da vida econômico-social.



homens e estavam, em sua grande maioria, alocadas no setor de serviços, ao contrário dos homens, cuja maioria expressiva alocava-se na esfera da produção.

Também com base em dados obtidos em pesquisa, realizada no início da década de 1970, com uma amostra da população ativa, acima de 18 anos, da cidade de Salvador, Elizabeth Jelin, (In: SOUZA; FARIA, 1980), apresenta a situação de trabalho da população feminina. Confirmando a tendência nacional de predominância feminina nas atividades domésticas, embora também já fosse possível constatar presença de mulheres no processo de produção capitalista, a autora destaca que, nesse período, 63,3% das mulheres de 18 anos ou mais, não se ocupavam de forma remunerada, enquanto apenas 36,3% exerciam algum tipo de atividade remunerada.

Das mulheres soteropolitanas que trabalhavam remuneradamente, 16,8% estavam localizadas em serviços domésticos com remuneração; 39,6% trabalhavam na produção simples de mercadorias, como produtoras independentes, numa variedade de tarefas; 19,4% trabalhavam em empresas capitalistas privadas, concentradas em poucas categorias profissionais; e, por fim, 24,6% encontravam-se empregadas na burocracia pública, em sua imensa maioria burocratas, professoras e enfermeiras.

Essa pesquisa também demonstrou que, nesses dois últimos setores, predominavam mulheres jovens, o que, para a autora, podia ser explicado pelos requisitos educacionais dessas ocupações e do número de mulheres que abandonavam as funções por conta da maternidade. Uma exceção significativa, naquele contexto, é a função de professora, onde a mulher conseguia conciliar a tarefa docente com as necessidades de dona de casa, mantendo-se em atividades mesmo depois de se tornarem mães e durante um tempo maior de suas vidas.

O desenvolvimento de setores produtivos dinâmicos, como a metalurgia, a siderurgia e a química, na Bahia, nas décadas de 70 e 80, constituiu-se numa perspectiva de ascensão social para os trabalhadores por eles incorporados. Segundo Guimarães (In: COSTA; ALVES, 1997, p. 39), as indústrias do Polo Petroquímico de Camaçari (PPC), “ofereciam condições especiais e inovadoras que visavam estabilizar uma força de trabalho: exigia qualificação e treinamento contínuo, pagava salários considerados elevados e oferecia inúmeros benefícios aos trabalhadores e suas famílias”.

Esta ascensão social não se verificou da mesma forma entre os homens, tradicionalmente com maior nível de qualificação e destinados aos melhores postos oferecidos pelo mercado, e as mulheres que se inseriam no mundo do trabalho naquele contexto. As



chances de ascensão para as mulheres baianas ficavam limitadas por uma série de restrições, impostas pela dinâmica da própria indústria nascente, ou pelas dificuldades enfrentadas por elas para adquirirem a formação técnica industrial exigida pelo mercado.

No que diz respeito ao processo de qualificação da mão de obra no país, nessa etapa de expansão do capitalismo, a exigência por uma força de trabalho com níveis de escolarização mais elevados ficava restrita a poucas áreas de atividades e, em sua imensa maioria, destinada a ocupação de cargos e postos de trabalhos mais elevados da burocracia empresarial e/ou da esfera de gestão da produção. No modelo de desenvolvimento que se implantava, naquele contexto histórico, a produção industrial não demandava de uma ampla força de trabalho altamente qualificada para funcionar e se reproduzir de forma satisfatória, na perspectiva da acumulação de capitais. Isso determinava uma “seleção natural”, em termos de classe social e de gênero, da parcela da população que conseguia acessar os espaços de qualificação oferecidos pelo Estado.

No caso específico da Bahia, a qualificação demandada pelas empresas recém-instaladas em Salvador e em sua Região Metropolitana esteve, em grande parte, sob a responsabilidade da ETFBA. Como já visto o desenvolvimento industrial, associado ao processo de redefinição dos novos padrões de divisão internacional do trabalho, refletiu-se na reconfiguração do desenvolvimento econômico da Bahia, de forma mais intensa, a partir da implantação do Polo Petroquímico. Constituindo-se como marco do desenvolvimento industrial baiano, o Polo de Camaçari, apresentou desafios que, segundo FARTES (1994, p. 6), “parecem ter obrigado a ETFBA, notadamente a partir da segunda metade daquela década [1970], a se recompor para atender às exigências dos novos processos produtivos (...)”.³

Num período marcado por intervenções militares na Escola e por mudanças que visavam a formação de técnicos de nível médio, o aprimoramento e qualificação de mão de obra, a ETFBA buscou reestruturar-se de modo a atender as demandas econômicas da região, com a implantação de novos cursos tecnológicos, como foi o caso dos cursos de Instrumentação Industrial e Técnico de Eletrônica.

A partir de 1972, a Escola Técnica Federal da Bahia passou a oferecer o Curso de Instrumentação Industrial, visto que a implantação do Polo Petroquímico de Camaçari abriu espaço para absorção de instrumentistas. [...]. Ainda como reflexo da criação do Polo Petroquímico na Bahia, foi elaborado no ano de 1973 um projeto de Formação Profissional de Técnicos de Nível Médio para a

³ FARTES, Vera. L. Bueno. ; Modernização tecnológica e formação dos coletivos fabris. Cadernos do CRH (UFBA) , Salvador, v. 23, p. 63-75, 1994.



indústria do Complexo do Polo Petroquímico do Nordeste. [...]. As tendências produtivas da economia regional levaram a escola a oferecer à comunidade o curso de Técnico em Eletrônica, seguindo o enfoque curricular mais abrangente na área e mais adequado às novas realidades da tecnologia. (LESSA, 2002, ps. 42 e 47) ⁴

Estas transformações resultaram da implantação de um projeto de educação de base tecnicista, significativamente marcado pela expansão do ensino técnico-industrial, de modificações na estrutura político-administrativa no interior da ETFBA e de reorganização da sua dinâmica didático-pedagógica a partir de novos parâmetros. Visando a formação de possibilitaram

à Escola maiores iniciativas de integração com a comunidade empresarial, melhores expectativas de Estágio curricular, bem como a ampliação das possibilidades de discussão do currículo escolar, de envolvimento direto com o desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias dos processos produtivos e melhor compreensão dos perfis e tendências de mercados de trabalho. (LESSA, 2009) ⁵

Nesse contexto, a busca das mulheres baianas pela formação técnica resultou na crescente presença de estudantes do sexo feminino, em escolas marcadas como espaços masculinos, como a ETFBA, e no conseqüente aumento de mulheres qualificadas. Entretanto, muitas carreiras, inclusive algumas das pretendidas pelas estudantes da ETFBA, ainda eram consideradas masculinas. As empresas preferiam homens e quando apresentavam interesses em empregados do sexo feminino, ofereciam salários inferiores aos dos funcionários do sexo masculino.

Na década de 1970, essas mulheres tiveram que constituir estratégias para garantirem a qualificação que poderia lhes fazer acessar a postos de trabalho nas indústrias do CIA, do PPC ou de empresas estatais como a Petrobrás e a Eletrobrás. Entretanto, pesquisas realizadas na época, como as já citadas nesse texto, demonstram que o trabalho feminino nessas áreas de amplo agenciamento de mão de obra, representava uma minoria e, geralmente, alocado em serviços de menor representatividade econômica e social.

Para as estudantes da ETFBA naquele período, ouvidas no contexto inicial da pesquisa, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho em áreas profissionais ainda sobre o

⁴ LESSA, José Silva. CEFET-BA - uma resenha histórica: da escola do mingau ao complexo integrado de educação tecnológica. Salvador, CCS/CEFET-BA, 2002.

⁵ LESSA, José Silva. Escola Técnica Federal da Bahia – ETFBA – 1970/1980. Um período de grandes perspectivas e redefinições. 2009. Disponível em: http://secbahia.blogspot.com.br/2009/04/escola-tecnica-federal-da-bahia-etfba_25.html. Acesso em 27/11/2015.



domínio masculino, representavam barreiras que lhes pareceu intransponíveis. De acordo com seus relatos, os discursos discriminatórios como: “esta não é uma profissão para mulheres”⁶, ou “mulher não pode desempenhar essas funções”⁷ e os limites impostos pelo próprio mercado, como por exemplo, “a Petrobrás, que até o final da década de 1970, negava-se a aceitar estagiárias”⁸, levam-nas, quando formadas, a buscarem adaptar suas competências técnicas às necessidades oriundas de outras demandas. Assim, convidadas pela Instituição, se tornaram auxiliares de ensino da escola que acabava de lhes profissionalizar para o mercado de trabalho industrial.

Oriundas, em sua grande maioria, das camadas populares, essas mulheres encontraram nessa proposta de inserção profissional a possibilidade concreta de ascensão social. Esta realidade, analisada na especificidade do desenvolvimento baiano, permite entender como a ETFBA reproduziu as bases da sociedade capitalista, marcada pela divisão social e sexual do trabalho e os fundamentos de um modelo de desenvolvimento reprodutor das desigualdades em implantação no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o trabalho numa perspectiva de gênero, utilizando essa categoria como instrumento para a compreensão das relações sociais estabelecidas no contexto da divisão social do trabalho, é constituir fundamentos que tiram da invisibilidade o trabalho feminino e evidenciar a divisão sexual do trabalho, que caracteriza as sociedades capitalistas ao longo da história. É também, e acima de tudo, desconstruir o “mito da igualdade e equidade do sexo”, no mundo do trabalho, apontando as “desigualdades que desqualificam o trabalho feminino nas diferentes instâncias do mundo do trabalho, inclusive no que tange às instâncias das classes trabalhadoras e suas lutas sindicais”. (SARDENBERG. In: SARDEMBERG; FERREIRA; COSTA. 2004, p. 27).

Nessa perspectiva, o estudo apresentado nesse texto confirmou que, como parte integrante de uma região alijada do grande pool do desenvolvimento da indústria metal mecânica, ocorrido no país, particularmente na Região Sudeste, a partir da segunda metade do século XX, a Bahia acompanhou as características das demais regiões quanto à exclusão do

⁶ Narrativas de ex-estudantes da ETFBA, da década de 1970.

⁷ Idem

⁸ Dado apresentado por uma entrevistada e ainda não confirmado pela pesquisa.



trabalho feminino, nas escassas indústrias desse setor. Com isto, reproduz, aqui, a tendência nacional de limitação de utilização da mão de obra feminina na indústria moderna, ficando, em sua grande maioria, alocada nos setores de serviços e em atividades que exigiam menor grau de qualificação e demandavam menores remunerações.

Embora seja possível identificar uma presença crescente de mulheres baianas em busca de qualificação técnica industrial, na década de 1970, motivada pelo crescimento econômico da cidade de Salvador, sua Região Metropolitana e mesmo do interior do Estado, o que se constatou foi uma dificuldade imensa dessas mulheres acessarem o mercado de trabalho industrial.

Esta realidade foi particularmente vivenciada pelas estudantes da ETFBA, na década de 1970, que passaram em seus processos de formação por experiências discriminatórias, dentro e fora da ETFBA, levando-as a optarem pela carreira docente, dentro da própria instituição, e a abrir mão das profissões para as quais acabavam de se qualificar.

Entretanto, o crescente acesso das mulheres à profissionalização em áreas generificadas, naquele contexto, representa um elemento importante no processo de imposição da presença feminina em espaços antes restritos aos homens. Assim, embora se apresente como alguns passos num caminho que elas precisarão trilhar nas décadas posteriores, os anos de 1970 assumem significativo papel na construção histórica da formação feminina e no processo de visibilidade das mulheres brasileiras.

REFERÊNCIAS

- BRUSCHINI, Cristina. “Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: O trabalho da mulher no Brasil e nas Regiões Nordeste e Sudeste na década de oitenta”. IN: CFEMEA/ELAS, *Em busca da igualdade: Discriminação positiva, ações afirmativas*. Brasília: CFEMEA: São Paulo: ELAS, 1996.
- COSTA. Ana Alice Alcântara Costa. *As donas do poder*. Salvador: NIEM/UFBA – Assembleia Legislativa da Bahia, 1993.
- EISENSTEIN, Zillah R. “Hacia el desarrollo de una teoria de patriarcado capitalista y el feminismo socialista”. IN: _____(org.), *Patriarcado Capitalista y Feminismo Socialista*, Mexico, D.F: Siglo XXI, 1980, pp.15-47.
- FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo: um estudo da revolução feminista*. Coleção de Bolso. (Publicado originalmente em New York, por Bantam), 1970.
- GUIMARÃES, Iracema Brandão, CASTRO, Nádyá. O que que a baiana faz? *Caderno CRH*, Salvador, n. 5, 1987. (Centro de Recurso Humanos/UFBA)



_____. Famílias, relações de gênero e experiências feminina no trabalho. *Cadernos CRH*, Salvador, n.16, p.51-64, jan/jul, 1992.

_____. *Famílias, vida cotidiana e sociabilidade: uma abordagem sobre o mundo privado dos trabalhadores*. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado em Ciências sociais) Universidade de São Paulo.

_____. Desigualdades de classe e de gênero: mudanças e permanências. In: COSTA, Ana Alice A. e ALVES, Ivya I. (Org.) *Ritos, Mitos e Fatos: Mulher e gênero na Bahia*. Salvador: NEIM/UFBA, 1997.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Bontempo, 2002. (Coleção Mundo do Trabalho).

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, 1994.

HARAWAY, Donna. *Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra*. cadernos pagu (22) 2004: pp.201-246

HOBBSBAWM, Eric J. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do Operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *Mundos do trabalho: Novos Estudos Sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JELIN, Elizabete. A Baiana na força de trabalho: atividade doméstica, produção simples e trabalho assalariado em Salvador. In: DE SOUZA, Guaraci Adeodato A. e FARIA. *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis: Vozes, 1980.

MACHADO L. Z. *Perspectivas em confronto: Relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?* Série Antropologia. Brasília, 2000.

MILLET, Kate. “Teoria de la política sexual”. In; Política Sexual. México, DF, 1975 (Publicado originalmente em New York por Avon, em 1971.), pp.31 NICHOLSON, Linda. “Interpretando o gênero”. *Revista Estudos Feministas*, Vol. 8, No.2, 2000, pp:9-41

MOTTA, Alda Brito da. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. *Cadernos Pagu* (13) 1999, pp. 191-221.

PACHECO, Ana Claudia Lemos. Uma caracterização do trabalho feminino no Polo Petroquímico de Camaçari – Ba. In: COSTA, Ana Alice A. e ALVES, Ivya I. (Org.) *Ritos, Mitos e Fatos: Mulher e gênero na Bahia*. Salvador: NEIM/UFBA, 1997.

SAFFIOTI. Heleieth I. B. *A mulher nas sociedades de classes: mitos e realidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In. Costa, Albertina Oliveira, BRUSCHINI, Cristina (Orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

_____. *Gênero, patriarcado, violência*. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. *Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres*. Série Estudos e Ensaios / Ciências Sociais / FLACSO-Brasil - junho /2009



SARDENBERG, Cecília M. Bacelar (Org.) *A face feminina do complexo metal-mecânico: mulheres metalúrgicas no Norte e Nordeste*. Salvador: UFBA/FFCH/NEIM; REDOR, São Paulo, CNM/CUT, 2004. (Coleção Bahianas; 9)

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Vol. 20 (2), jul/dez. 1995.

_____. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária na Inglaterra*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.



A REDE CONTRA A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA EM FLORIANÓPOLIS

MANFRINI, Daniele Beatriz

Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - UFSC
danielebeatriz@hotmail.com

LISBOA, Teresa Kleba

Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - UFSC
tkleba@gmail.com

128

RESUMO

Este trabalho articula o conceito de redes utilizado por Marisa Napolini (2013), com as análises da pesquisa com mulheres e grupos que trabalham com humanização do parto e violência obstétrica em Florianópolis – Santa Catarina. Estes diferentes grupos, apesar das diferentes ações conjuntas que realizam, inclusive pelas redes sociais, não se reconhecem enquanto uma rede; porém, são as aproximações e afastamento deste conceito, que permitem nominar ela como uma rede contra a violência obstétrica. Trata-se de uma interpretação inicial dos dados da pesquisa, com reflexões em torno da articulação entre os diferentes coletivos e mulheres no combate a violência obstétrica em Florianópolis.

Palavras-chave: violência obstétrica. Redes.mulheres.

ABSTRACT

This paper articulates the concept of networks used by Marisa Napolini (2013) in her doctoral research with the analysis of the research with women and groups working with humanization of birth and obstetric violence in Florianopolis – Santa Catarina. These different groups, despite the different joint actions to perform, including through social networks, they do not recognize themselves as a network; but are the approaches and removal of this concept, which allow nominate her as a network against obstetric violence. I do not intend to exhaust the interpretation of research data, but start thinking about the links between the different groups and women in the fight against obstetric violence in Florianopolis.

Key-words: Obstetric violence.networks.women

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva estabelecer uma aproximação entre o conceito de redes, no sentido de horizontalidade, multi-lideranças e desejo de participação coletiva, utilizado por Marisa Napolini (2013) em sua pesquisa junto ao Projeto Madaglena - uma rede internacional de teatro feminista - com as similitudes percebidas na pesquisa com mulheres e



grupos ativistas em torno da humanização do parto e contra a violência obstétrica em Florianópolis.

Os diferentes grupos que se reúnem no combate à violência obstétrica e de incentivo ao parto humanizado em Florianópolis organizaram e participaram do 'Ato Nacional Somos Todxs Adelir'(Ato)¹, uma manifestação pública que ocorreu em frente a sede do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC) em 2014, que resultou em um Procedimento Preparatório² ainda em tramitação na 33ª Promotoria de Justiça da Capital. As pessoas e organizações que compareceram a este Ato, articularam-se pelas redes sociais para a realização deste evento, tendo alguma identificação com a causa: seja profissionalmente como doulas ou profissionais de saúde, seja pessoalmente por terem vivenciado um parto humanizado e/ou sofrido violência obstétrica.

Apesar de terem mantido contato e realizado atividades conjuntas, como as respostas solicitadas pelo Ministério Público, participação nos dias de ativismo contra a violência contra a mulher e outros eventos, não se reconhecem como uma rede e por vezes, afirmam que mantêm interesses diferenciados entre si. Contudo, estabelecem relações que ultrapassam a atuação enquanto grupo fechado ou isolado, mas sim, atuam em circulação e articulação, o que se aproxima do conceito de rede, pois não se reforça o caráter de um grupo em detrimento de outro, mas sim, o objetivo comum enquanto coletivo. Por isso, é possível identificá-la enquanto 'rede contra a violência obstétrica', a fim de estabelecer relações de aproximação ou afastamento entre esta e a rede que foi objeto de estudo de Napolini (2013).

As considerações deste trabalho são fruto das primeiras análises dos documentos que constam no Procedimento Preparatório originado no Ato e das entrevistas com as participantes e visam iniciar as reflexões em torno da articulação entre os diferentes coletivos e mulheres no combate a violência obstétrica em Florianópolis.

¹ Em alusão a situação sofrida por Adelir de Góes no estado do Rio Grande do Sul, em 2014, quando foi forçada a fazer uma cesárea por determinação judicial a pedido do Ministério Público daquele estado. Mais informações disponíveis em: <https://somostodxsadelir.wordpress.com/>

² Procedimento Preparatório é uma das modalidades de conjunto de documentos que tramitam extra-judicialmente e tem caráter de preparar para a instauração de alguma outra ação como Inquérito Civil ou Ação Civil Pública, esta em âmbito judicial. No Procedimento Preparatório, os Promotores tem a atribuição de a partir de representações ou denúncias recebidas, solicitar ou determinar que os órgãos públicos forneçam documentos ou informações, ouvir pessoas e realizar audiências ou reuniões.



1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Sobre direitos reprodutivos e violência obstétrica

A pesquisa “Nascer no Brasil: Inquérito Nacional sobre Parto e Nascimento”, é uma referência sobre as condições atuais dos partos e nascimentos no Brasil, realizada no período de fevereiro de 2011 a outubro de 2012, solicitada pelo Ministério da Saúde e coordenada pela Escola Nacional de Saúde Pública - Fundação Oswaldo Cruz e objetivou traçar um quadro dos nascimentos no Brasil contemporâneo. Foram entrevistadas 23.894 mulheres em Hospitais Públicos, Privados e Mistos. Os resultados desta pesquisa estão compilados em artigos nos Cadernos de Saúde Pública³, com diversas abordagens quanto à metodologia deste Inquérito e os resultados obtidos sob os diversos aspectos, que reforçam principalmente a necessidade de mudança da assistência ao parto, sobretudo diante das práticas desnecessárias, o excesso de cesáreas e diversas formas de violência obstétrica. No Sumário Executivo Temático da Pesquisa (2014) consta que a maioria das mulheres (52% das entrevistadas) tiveram o nascimento de seus filhos por cesariana, sendo que no setor privado este número sobe para 88%. Mesmo entre as gestantes que tiveram parto vaginal, verificou-se ser este um procedimento extremamente medicalizado, sendo que somente 5% das mulheres tiveram partos sem intervenções, muito inferior aos 40% do Reino Unido, como indica o artigo. Os resultados propõem refletir porque a escolha inicial das mulheres é pela via de parto vaginal, contudo, ocorrem tantas cesáreas; que em sua maioria não são baseadas em indicações efetivas de necessidade desta, mas sim por diversos fatores, a lógica mercantil, pela conveniência de médicos ou formação acadêmica retrógrada ou pela escolha – consciente ou não – das mulheres.

Em um dos artigos, João Paulo Souza e Cynthia Pileggi-Castro (2014) afirmam que a tecnologia desnecessária mais utilizada no parto atualmente no Brasil, é a cirurgia de cesariana, que pode representar um risco a mais ao binômio mulher-bebê em se tratando de

3 Dossiê disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2014001300001&lng=pt&nrm=iso&tlng=en.

Acesso em 08 de junho de 2015.



mortalidade materno-infantil,

Em muitos hospitais, o parto abdominal tornou-se a norma: o Brasil é hoje um dos países com maiores taxas de cesárea em todo o mundo. Mais do que apenas uma taxa sobre a via de parto, a alta taxa de cesáreas indica o grau de hipermedicalização da maternidade em que se situa o país. Esse é um problema complexo e multifatorial, cujas causas incluem, entre outras, o protagonismo dos obstetras na assistência ao parto, as armadilhas do sistema de saúde que tornam a cesárea mais conveniente para muitos profissionais de saúde e a percepção de considerável parcela da população sobre uma possível superioridade dessa via de parto. (2014, S12)

131

Para estes autores, os resultados da pesquisa Nascer no Brasil são um passo para que as mulheres reconquistem o seu protagonismo durante o parto e enfatizam a necessidade da inclusão da prevenção quaternária em saúde, que seria a aplicação do princípio de ‘primeiro não lesar’, referindo-se a evitar procedimentos desnecessários no parto.

Para Maria Luiza Gonzalez Riesco (2014, S35), *‘a cesariana se tornou a maneira de resolver rapidamente o parto, tanto em mulheres de baixo risco (45,5%) quanto para as demais (60,3%).’* Para as mulheres classificadas como de baixo risco, outras forma de abreviar o parto são intervenções que dão velocidade ao processo assistencial, dentre elas: infusão de ocitocina, na dilatação cervical e episiotomia, na expulsão fetal, que podem ou não serem efetivas ou serem consentidas pelas mulheres, mas servem ao seu objetivo de aceleração do trabalho de parto. A autora destaca ainda que, *‘Nas mulheres da pesquisa, o modo de produção em saúde no parto dominante é via modelo assistencial centrado no serviço e no profissional, não na mulher e no processo do parto.’* (RIESCO, 2014, S35) E ainda que *‘os dados sugerem a necessidade de mudanças rápidas na assistência ao parto no Brasil, sob a pena de se estabelecerem, a longo prazo, padrões irreversíveis de morbidade materna e neonatal, em consequência das intervenções desnecessárias.’* (RIESCO, 2014, S35)

Estela M. L. Aquino (2014, S1) afirma o modelo atual tecnocrático de assistência ao parto, caracterizado pela primazia da tecnologia sobre as relações humanas, *‘subjaz a ideia de passividade das mulheres, imobilizadas durante o parto, enquanto sofrem intervenções por profissionais desconhecidos para abreviar o tempo até o nascimento’*. O uso sem controle de procedimentos desnecessários segue a lógica mercantil e a formação majoritária médica, e assume expressão mais visível na crescente epidemia de cesáreas.

O modelo tecnocrático se manifesta distintamente no SUS e na assistência suplementar, acentuando desigualdades na qualidade do parto hospitalar que



atingiu cobertura universal. Nos serviços públicos, é frequente a desarticulação entre a atenção pré-natal e ao parto, a peregrinação em busca de internação, e o uso rotineiro de episiotomia e ocitocina. Nos serviços privados, a cesariana agendada previamente mesmo entre primíparas alcança a maioria dos partos. Em ambos os setores, não se garante o direito à informação nem se respeita a autonomia das mulheres, fere-se a integridade corporal e nega-se o direito previsto em lei ao acompanhante, tornando o parto solitário, inseguro e doloroso. (AQUINO, 2014, S1)

Para ela, os resultados da pesquisa Nascer no Brasil confirmam em âmbito nacional o panorama descrito em estudos locais, e já denunciado pelos movimentos de mulheres e de humanização do parto. Ela indica que as decisões políticas sobre a Atenção à Saúde da Mulher devem se pautar no feminismo, que

visa superar a perspectiva materno-infantil e incorporar a noção de mulher como sujeito, ultrapassar sua especificidade reprodutiva, e assumir abordagem ampliada de saúde. A humanização do parto se situa no marco mais geral dos direitos sexuais e reprodutivos, os quais incluem a garantia à maternidade segura, à contracepção e ao aborto. A saúde é central na agenda feminista, questionando-se a biomedicina, que fornece as bases para justificar relações hierárquicas de gênero. As lutas têm se concretizado na ocupação de instâncias de controle social e monitoramento de políticas públicas e na atuação militante em postos de gestão. (AQUINO, 2014, S2)

Por outro lado, ela aponta o crescimento de forças conservadoras e religiosas, no Legislativo e sobre o Governo, sendo que no âmbito da saúde,

a influência desses grupos tem resultado em recuo político e fortalecimento do chamado materno- infantilismo. A adoção da estratégia de Rede Cegonha representa simbólica e materialmente o encolhimento da agenda feminista e de construção do SUS, pois desvincula a atenção ao parto da Política Nacional de Assistência Integral à Saúde das Mulheres (PNAISM) e reforça o materno-infantilismo na definição de prioridades políticas. (AQUINO, 2014, S2)

Ela reforça que estão em disputa diferentes projetos de sociedade, quanto à construção do SUS e à equidade de gênero em saúde, mas que também neste cenário é que se inserem as oportunidades de mudança da atenção ao parto, que são substancialmente políticas, a partir dos direitos das mulheres ao seu corpo.

Suzanne Jacob Serruya (2014, S20) também indica que o princípio fundamental a ser debatido para a necessária mudança de modelo de atenção *'é o da autonomia da mulher, o pertencimento do parto e suas necessidades. É fundamental discutir do ponto de vista das mulheres o significado desse momento, dimensionando de maneira radical a questão do*



protagonismo no parto. O reconhecimento da violência obstétrica e a insatisfação com a assistência prestada ao parto são indicadores das mudanças desejadas – mesmo que muitas vezes, as mulheres nem falem sobre isto, pela naturalização das rotinas e a violência simbólica a que estão submetidas.

Percebe-se que pelo cunho dos artigos discutidos sobre a pesquisa, a perspectiva feminista em sua aplicação, reconhecendo nos resultados, a necessidade de ação política e coletiva em busca do protagonismo das mulheres sobre seu corpo. As nuances contemporâneas do tema apresentadas nos dados desta pesquisa, principalmente os altos índices de cesáreas desnecessárias e as diferentes formas de imposição de procedimentos, indicam que a temática ainda é contemporânea, destarte o percurso histórico de lutas e reivindicações perante os direitos sexuais e reprodutivos, que se tolhidos representam uma tipificação da violência de gênero, neste caso, a violência obstétrica.

De acordo com Luz (2014, 17), referenciando D'Gregório (2010) a violência obstétrica, enquanto um conceito internacional é definida como

qualquer ato ou intervenção direcionado à mulher grávida, parturiente ou puérpera (que deu à luz recentemente) ou ao seu bebê, praticado sem o consentimento explícito e informado da mulher e/ou em desrespeito a sua autonomia, integridade física e mental, aos seus sentimentos, opções e preferências.

Para a Associação Artemis (2015), violência obstétrica⁴,

é a imposição de intervenções danosas à integridade física e psicológica das mulheres nas instituições e por profissionais em que são atendidas, bem como o desrespeito a sua autonomia. Tais intervenções, praticadas de forma rotineira no momento do parto são consideradas, de acordo com as diretrizes da OMS, como um fator de risco tanto para a mulher como para o bebê. Crenças e preconceitos a respeito da sexualidade e saúde das mulheres presentes na sociedade patriarcal contribuem com a forma como são vistas e (des)tratadas por estes profissionais.

Ou seja, implica em agressões físicas, verbais ou emocionais por parte dos profissionais de saúde durante o atendimento à mulher ou ao casal.

⁴ Disponível em <http://artemis.org.br/category/violencia-obstetrica/> Acessado em 30 de janeiro de 2015.



Esta mesma Associação afirma que humanizar o parto é garantir às mulheres o direito a um atendimento focado em suas necessidades, onde mulher tem autonomia para decidir como quer parir e o direito de ser informada sobre os procedimentos a serem adotados.

A violência obstétrica é assim uma forma de violação aos direitos reprodutivos, em vista de que estes se referem a toda dimensão da reprodução, desde a concepção ao nascimento, mas deve estar também articulado aos direitos sexuais. Para Ávila (2003),

os direitos reprodutivos dizem respeito à igualdade e à liberdade na esfera da vida reprodutiva. Os direitos sexuais dizem respeito à igualdade e à liberdade no exercício da sexualidade. O que significa tratar sexualidade e reprodução como dimensões da cidadania e conseqüentemente da vida democrática. Ávila (2003, 466)

O conceito de direitos reprodutivos, sobretudo, é resultado da agenda de lutas feministas, pela emancipação da mulher, em que a reprodução deveria representar o resultado da capacidade de autodeterminação da mulher, ou seja, sua livre escolha quanto aos aspectos da maternidade, aborto e contracepção e que viriam a se concretizar por meio de mudança de paradigmas a que sempre estiveram submetidas as mulheres sobre o uso de seus corpos e por meio de direitos constituídos. Entretanto, a autora reforça que os direitos reprodutivos, embora relacionados à sexualidade, porque se inicia a concepção com uma relação sexual, deve ter seu exercício independente, senão, corre-se o risco de entendimento que a sexualidade tem o objetivo único de reprodução, argumento tão criticado e desconstruído pelo movimento feminista.

A violência obstétrica deve ser reconhecida, neste sentido de violação de direito reprodutivo, como uma expressão da violência de gênero, assim como as demais formas de violência contra a mulher. Para Lisboa (2014, 41), as diferentes modalidades de violência contra a mulher trazem implícita uma desigualdade de gênero e

em sendo a violência de gênero uma forma de afirmar o poder e o controle dos homens sobre as mulheres, Foucault (1988) nos adverte que onde há poder há resistência, o que remete ao apelo às mulheres sobreviventes da violência para produzir maneiras alternativas de poder e resistência, agindo como “sujeitos livres”, uma vez que o autor diferencia relações de poder e de dominação. Nesta, a capacidade de agir deixa de existir por se tratar de uma relação fixa e assimétrica, enquanto nas relações de poder as ações se voltam para o outro reconhecido como sujeito. (LISBOA, 2014, 41)

Por isso, propõe (LISBOA, 2014, 41) com base em Velázquez que a *‘Violência de*



gênero abarca todos os atos mediante os quais se discrimina, ignora, submete ou subordina as mulheres nos diferentes aspectos de sua existência. É todo ataque material ou simbólico que afeta sua liberdade, segurança, intimidade e integridade moral e/ou física'. Todas as formas de violência de gênero devem ser combatidas levando-se em consideração as intersecções de raça-etnia, classe social e outras dimensões dos diferentes grupos de mulheres em situação de violência.

1.2 As aproximações do conceito de rede em Naspolini (2013) e o ativismo contra Violência Obstétrica: será esta também uma rede?

Para Marisa Naspolini (2013), o conceito de redes é a confluência da participação de diversos atores sociais em determinado contexto e adquire sentido se disposto em horizontalidade, e com multi-lideranças, sendo fruto do desejo de participação coletiva. Tem como pressupostos a autonomia e empoderamento dos sujeitos.

A autora refere Deleuze, que trabalha o conceito de rede em um modelo rizomático x arborescente e Castells, para quem a rede é composta de nós interconectados, estabelecendo também uma relação entre centro e periferia. A rede assim, não teria centro, mas seria composta de uma cartografia de intervalos. Naspolini (2013) também destacou em seu trabalho os eventos (ou nós como ela identificou), como facilitadores de conexões e de ações (que seriam as linhas da rede) e por isso ela reconhece a potencialidade dos espaços intersticiais. E ainda, ela refere Pascual, para quem a rede é uma criação de espaços, reais e simbólicos, de intercâmbio, colaboração e cooperação entre mulheres.

Uma rede, segundo Naspolini (2013, 37) *'propõe-se ao diálogo e confronto construtivo, privilegiando uma visão cultural não hegemônica e apostando na integração das diferenças.'* Uma de suas principais características é a horizontalidade e um dos seus maiores desafios, a articulação das multi-lideranças. Estes dois pontos indicam uma relação de pares que privilegiam o equilíbrio e equidade, em detrimento da subordinação ou hierarquia.

Ela reforça que em rede, *'todos os integrantes são sujeitos autônomos que participam por motivação própria, não por obrigação ou hierarquia. O importante da rede é a distribuição de responsabilidades.'* (NASPOLINI, 2013, 38)



A idealização destas realizações em rede esbarra na personalidade e subjetividade das pessoas envolvidas, segundo a autora; o que também foi possível perceber no ativismo contra a violência obstétrica, quando algumas integrantes relataram a centralidade que uma delas tomou na elaboração de uma solicitação da Promotora de Justiça, no sentido de que, neste momento, ignorando as multi-lideranças, ela quis fazê-lo sozinha.

De acordo com LATOUR (2004), citado por Napolini (2013, 40), *'na abordagem da TAR (Teoria-Ator-Rede) os fluxos são enfatizados, assim como as mudanças e os movimentos provocados por eles, e o conceito de rede serve como uma abordagem de estudo do objeto (...) e não ser confundido com o próprio objeto a ser descrito.'* Ela prossegue destacando que para a TAR um dos conceitos fundamentais é o de rizoma, elaborado por Deleuze e Guatarri (1997), que diferente do modelo de raiz ou árvore, todos os pontos podem se conectar. Neste modelo, a rede atua com agenciamentos – ao invés de unidades - e linhas – ao invés de pontos fixos- que se estendem a todos os lados, sendo o nó o ponto que constitutivo. Os nós são assim, fundamentais porque não possuem hierarquias, sendo, para Napolini (2013) anárquicos ou ainda despóticos. A autora questiona-se inclusive, como articular horizontalidade em espaços que nem sempre envolvem decisões compartilhadas? e também, *'Seria o caso de falar em hierarquias móveis, mais do que na ausência de hierarquias?'* (NASPOLINI, 2013, 41)

Neste sentido, Napolini refere o filósofo Euclides Mance (2013, 41), para quem,

A ideia de rede que conecta grupos de um determinado movimento social, neste caso, mulheres praticantes de teatro, é a de que a articulação entre todos os movimentos deste tipo fortaleça cada movimento em particular pelos intercâmbios que passem a ocorrer entre eles e que tal fortalecimento venha a contribuir no surgimento de novos movimentos em outros lugares, passando a atuar em uma área muito maior do que a atingida pelo conjunto dos movimentos já organizados.

Quanto a isto, na rede contra a violência obstétrica, tal situação ainda não se concretizou, na medida em que a rede não está tão articulada quanto o Projeto Magdalena, ou melhor, está na etapa anterior à articulação que seria o conhecimento entre os grupos para agirem enquanto rede, para além da confluência de interesse que houve com o Ato. Assim, a fortalecer a rede e cada grupo em particular poderia ser um objetivo a ser vislumbrado na rede contra violência obstétrica, até porque, alguns grupos não reconhecem a importância da articulação ou pretendem manter-se à parte dela. Isso vai de encontro ao aspecto levantado por



Naspolini que a disposição em rede não implica uma operação em rede. Para esta autora, todavia, seria necessária a operação em rede para esta existir como tal.

Para Martinho, citado por ela (NASPOLINI, 2013, 42), *‘a horizontalidade é uma espécie de exigência de um sistema com alto grau de empoderamento dos atores e é também o resultado necessário de um sistema deste tipo (...) que não admite subordinação, mas tão somente cooperação e coordenação.’* A partir desta afirmação, enquanto a atuação conjunta – ou articulada dos grupos perante a violência obstétrica estiver subordinada à atuação da Promotora, não será uma atuação em rede. Destarte isto, há movimentação de alguns grupos com o desejo de articular-se aos demais por meio de eventos, tais como o Fórum da Rede Cegonha e as Conferências Livres da Mulher, citados por entrevistadas, que indicam que o Procedimento Preparatório deu o passo inicial para a movimentação em torno da questão para estes grupos, mas que o caminho a ser percorrido almeja-se ser maior e alcançar mais movimentos e pessoas, tal como a disposição do rizoma, abordada anteriormente.

As fissuras e contradições foram identificadas por Naspolini (2013) principalmente quando se afasta da teoria em direção à prática, segundo ela; em que a autorregulação torna-se um tema central. De acordo com Martinho, citado por ela (NASPOLINI, 2013, 43)

a potencialização da capacidade de intervenção desses atores sociais, assim como a promoção de suas ações, dependeria da transformação efetiva desses coletivos em redes. E uma rede, tecida a partir das intersecções de seus nós visíveis, ganha força e integridade justamente nos pontos onde aparentemente não há nada, nos espaços que se criam entre os pontos de coesão.

Neste aspecto a rede contra a violência obstétrica, por não atuar como rede, apesar de estar disposta como tal, não aproveita com tanta intensidade, a força e coesão.

As redes são compostas também de espaços intersticiais, em que estes são tão importantes quanto os nós, as linhas ou pontos de conexão. A autonomia dos espaços vazios é o que compõe a *‘malha de múltiplos fios, que pode se espalhar indefinidamente sem que nenhum de seus nós seja considerado principal ou central.’* (NASPOLINI, 2013, 38)

Os espaços intersticiais são por definição, uma cartografia de intervalos, conforme Naspolini (2013, 43), que propiciam *‘a ocupação de um lugar que não é preexistente ao indivíduo, ou seja, que passa a existir na medida em que é inventado por ele.’* Esta noção de espaços intersticiais, baseados na ideia de rede orgânica, de Fritjof Capra, é um aspecto nem sempre valorizado, quando se abordam sobre as redes e reconhece que entre os nós e as linhas,



há outros espaços a serem valorizados. Este interstício é um espaço que permite outras relações humanas.

Na rede contra a violência obstétrica, os espaços vazios são as possibilidades de conhecer-se, apoiar-se e empoderar-se, estendendo este apoio a outras pessoas e auxiliando no empoderamento delas. Assim, como na rede Magdalena, em que a ocupação dos espaços entre os fios é determinante para a criação de vínculos, na rede contra a violência obstétrica, isto também é valorizado.

Identificando que para as redes são importantes as conexões, Napolini (2013), refere que no caso do Projeto Magdalena os eventos são os facilitadores de novas conexões e ações. O alcance da rede seria medido assim pela capacidade de fazer e manter conexões e não somente pela quantidade de pontos existentes; ou seja, para ela, a potência está no espaço intersticial.

1.3 Contribuições ao debate sobre redes de movimentos sociais a partir de Ilse Scherer-Warren (2006)

Como contribuições à abordagem do tema de rede de movimentos sociais, Ilse Scherer-Warren (2006) afirma que ocorre um empoderamento dos movimentos sociais a partir de sua articulação em redes. Na classificação que ela estabelece entre as diversas formas de organização da sociedade civil, após o associativismo local, enquanto o primeiro nível, ela refere que,

Num segundo nível, encontram-se as formas de articulação inter-organizacionais, dentre as quais se destacam os fóruns da sociedade civil, as associações nacionais de ONGs e as redes de redes, que buscam se relacionar entre si para o empoderamento da sociedade civil, representando organizações e movimentos do associativismo local. É através dessas formas de mediação que se dá a interlocução e as parcerias mais institucionalizadas entre a sociedade civil e o Estado. Essas articulações também se tornaram possíveis porque há meios técnicos que as viabilizam: a Internet e os e-mails são práticas cotidianas das redes do novo milênio. Os encontros presenciais podem ser mais circunstanciais e espaçados, quando a comunicação cotidiana está garantida pelos meios virtuais. (SCHERER-WARREN, 2006, 111)

Ela ainda classifica um terceiro nível que seriam as mobilizações em esfera pública, por meio de manifestações no espaço público, que além de congregar os fóruns e participantes



de movimentos e organizações, também agrega simpatizantes, que identificados pelo tema, ‘engrossam o caldo’ dos eventos que buscam dar visibilidade ao tema em discussão.

A rede contra a violência obstétrica, pela descrição das entrevistadas sobre sua composição e tendo como ponto importante o Ato Nacional Somos Todxs Adelir, apesar de não ser um evento de grande participação popular como outras marchas e manifestações; apresentou esta mesma configuração referida por Scherer-Warren, de congregar diferentes grupos organizados ou simpatizantes que se uniram para este evento. Além disso, no caso do Ato, para algumas participantes, ele foi o ponto de partida para começar a se envolver mais com a temática; a qual já tinham uma identificação; até para atuação profissional e criação de grupos de discussão sobre a violência obstétrica visando alcançar outras pessoas.

Finalmente, como resultado de todo esse processo articulatório vai se constituindo o que denominamos, enquanto conceito teórico, de rede de movimento social. Esta pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. Em outras palavras, o Movimento Social, em sentido mais amplo, se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção e resulta das múltiplas articulações acima mencionadas. A ideia de rede de movimento social é, portanto, um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos. (SCHERER-WARREN, 2006, 113)

Diante disto, a autora se questiona se nas articulações em rede, de fato as relações de poder se diluem, ao que ela mesma responde, afirmando que permanecem nas redes alguns elos ou nós mais fortes e que eles são importantes para o empoderamento da rede, pois tem poder de mobilização e força política.

E para além do empoderamento da própria rede, Scheren-Warren considera três dimensões sociais para o alcance dos movimentos de base ou grupos excluídos, visando assim o empoderamento destes sujeitos,

o combate à exclusão em suas múltiplas faces e a respectiva luta por direitos (civis, políticos, socioeconômicos, culturais e ambientais); o reconhecimento da diversidade dos sujeitos sociais e do respectivo pluralismo das ideias; a promoção da democracia nos mecanismos de participação no interior das organizações e nos comitês da esfera pública, criando novas formas de governança. (SCHERER-WARREN, 2006, 123)



Para ela, no associativismo local é que *‘o empoderamento político e simbólico das organizações de base local se constrói e se reconstrói de forma mais efetiva.’* E nas redes de articulação é que *‘as organizações de base encontram um canal de representação (ainda que bastante informal) e de mediação política para as negociações com o Estado e o mercado.’* (SCHERER-WARREN, 2006, 124-125)

Por fim, Scheren-Warren, aponta que as redes de movimentos sociais,

possibilitam nesse contexto, a transposição de fronteiras territoriais, articulando as ações locais às regionais, nacionais e transnacionais; temporais, lutando pela indivisibilidade de direitos humanos de diversas gerações históricas de suas respectivas plataformas; sociais em seu sentido amplo, compreendendo o pluralismo de concepções de mundo dentro de determinados limites éticos, o respeito às diferenças e a radicalização da democracia através do aprofundamento da autonomia relativa da sociedade civil organizada.¹⁵ Essa é a nova utopia do ativismo: mudanças com engajamento com as causas sociais dos excluídos e discriminados e com defesa da democracia na diversidade. (SCHERER-WARREN, 127)

Vale destacar que o ativismo contra violência obstétrica em Florianópolis, que é o foco deste trabalho, é parte de uma articulação estadual e nacional; que inclusive motivou a realização do Ato, em vista de que ele ocorreu no mesmo dia em diversas cidades brasileiras. As entrevistadas mencionaram as influências que recebem de outros locais mais articulados em torno do tema, que inclusive as inspira a implementar em Florianópolis.

Não há de se esquecer também de algumas que se aproximaram do ativismo contra violência obstétrica a partir do Ato, mas que mantêm uma posição mais crítica a ele, observando principalmente o elemento de classe social, que identificam nele como sendo mais ligado a uma classe média e menos de alcance popular, sobretudo da rede pública de saúde. Estas oposições são importantes, sobretudo quando são expressas nesta articulação, porque oxigenam o debate e recordam de aspectos que não podem ser esquecidos nos debates contra a violência obstétrica.

2. A PROPÓSITO DE RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES

O Ato e o Procedimento Preparatório referidos neste trabalho são representativos de uma movimentação da sociedade civil, incluso os movimentos de mulheres e ao mesmo tempo, de uma resposta dos Ministérios Públicos perante o debate atual em torno da violência



obstétrica e humanização dos partos, em evidência esparsamente na grande mídia, mas significativamente maior nas redes sociais e na blogosfera brasileira (LUZ, 2014). A escolha de partir deste Procedimento Preparatório refere-se ao seu caráter representativo, como mencionado acima, e também pela sua abrangência, que apesar de tramitar na capital, pode ser estendido a todo estado, quando nele constam dados de outras cidades, o que permite à Promotoria de Justiça da capital, ampliar sua atuação para o âmbito estadual. Além disso, o Procedimento originado pelo Ato é fruto de uma ação coletiva reivindicando atuação do MPSC também em âmbito coletivo, na área da saúde, indistintamente entre o setor público e privado.

A chamada rede contra a violência obstétrica ainda não se reconhece enquanto tal, em vista de que não está tão articulada quanto o Projeto Magdalena – estudado por Napolini (2013), ou melhor, está na etapa anterior à articulação que seria o conhecimento entre os grupos para agirem enquanto rede. Neste sentido, na rede contra a violência obstétrica, apesar de não tão atuante enquanto tal, ou não se percebendo enquanto potência de articulação; as conexões ocorrem por meio do acompanhamento do Procedimento Preparatório junto ao MP e nos diversos eventos sobre o tema, mas sobretudo, pelas comunicações em grupos virtuais. Além disso, dessa potencialidade, nasceram, como descrito pelas entrevistadas, diversas outras atividades em torno do combate à violência obstétrica, como grupos de discussão e atuação profissional de algumas delas.

Assim, fortalecer a rede e cada grupo em particular seria um ideal a ser alcançado na rede contra violência obstétrica, até porque, alguns grupos não reconhecem a importância da articulação ou pretendem manter-se à parte dela. Isto tudo, para além das divergências e enfoques diferentes no combate a violência obstétrica, sendo possível identificar que algumas mulheres ou coletivos pretendem que este combate seja feito pelo incentivo ao parto humanizado como direito de todas, dirimindo a ocorrência das violências; outras pretendem que este combate seja de forma a revelar mais as situações de violência sofrida, para seu combate.

Diferente do percebido por Napolini (2013) em sua análise quanto à hierarquia, indicando que possivelmente no projeto Magdalena, essas hierarquias sejam móveis; na chamada rede contra a violência obstétrica, essa hierarquia parece não existir entre as entidades da sociedade civil representadas pelas mulheres participantes do Ato; porém, submetidas à



hierarquia representada no Procedimento Preparatório, pela Promotora de Justiça, a quem aguardam que tome providências e estabeleça parcerias.

Os desdobramentos da participação neste Ato, como relatado por algumas mulheres, vão além da tramitação de um Procedimento Preparatório, sobretudo a criação de um grupo e uma casa de acolhimento de mulheres com rodas de conversa e consultorias em gestação e maternidade, ampliação da temática para outras regiões do estado e mesmo envolvimento político e profissional.

Permanece ainda uma fissura entre dois grupos, que apesar de respeitarem-se, dizem claramente terem objetivos diferentes e que, portanto, a atuação conjunta, mesmo que em seguimento ao Ato está comprometida e cada qual, pretende trabalhar à sua maneira, contribuindo para a discussão e propagação do combate à violência obstétrica. Ou seja, para além das divergências e enfoques diferentes no combate a violência obstétrica, identifica-se que algumas mulheres ou coletivos pretendem que este combate seja feito pelo incentivo ao parto humanizado como direito de todas, dirimindo a ocorrência das violências; outras pretendem que este combate seja de forma a revelar mais as situações de violência sofrida, para seu combate.

Um dos elementos fundamentais do ativismo da rede contra a violência obstétrica e do Projeto Magdalena, são as articulações por meio da internet. No caso deste, ela é necessária porque as pessoas e coletivos estão localizados em diferentes países. Já no caso do ativismo contra a violência obstétrica de Florianópolis, mesmo morando na mesma cidade ou no entorno, a articulação maior ocorre também pela internet, seja pelas redes sociais ou aplicativos no celular. Isto, em grande parte, porque as ativistas são mães – e com isso, diversas atividades de cuidado e outros compromissos relacionados aos filhos – ou porque tem outra atividade profissional não ligada à saúde, ou especificamente ao parto. Por isso, mesmo em nível local, a internet serve como ferramenta importante para a composição das redes.

Por outro lado, como referido anteriormente, as ativistas parecem ainda não reconhecer as potencialidades da forma de organização e atuação em rede, apesar de algumas delas terem mencionado o fato de estarem pensando na criação de uma organização formal ou ao menos um grupo com identificação de nome, que seja ponto de referência e articulação com os demais, percebendo assim, a formação de uma rede. Contudo, mesmo com a possível criação



do grupo, outros podem também assumir outras atividades e frentes de discussão ou defesa de direitos, tal como a multi-liderança, abordada por Naspolini (2013).

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, supl. 2, 2003.

Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000800027&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 30 Jan. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2003000800027>.

CAMPOS, Carmen Hein de e OLIVEIRA, Guacira Cesar de. **Saúde Reprodutiva das Mulheres – direitos, políticas públicas e desafios**. Brasília: CFEMEA: IWHC, Fundação H.Boll, Fundação Ford, 2009. 124p

LISBOA, Teresa Kleba. Violência de Gênero, Políticas Públicas para o seu Enfrentamento e o Papel do Serviço Social. **Temporalis**, [S.l.], v. 1, n. 27, p. 33-56, ago. 2014. ISSN 2238-1856. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/6543/5839>>. Acesso em: 30 Jan. 2015.

LUZ, Lia Hecker. O renascimento do parto e a reinvenção da emancipação social na blogoesfera brasileira: contra o desperdício das experiências. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. UFRN: 2014.

NASPOLINI, Marisa de Souza. *Fronteiras em Movimento: Subjetividade nômade e espaços intersticiais no Projeto Magdalena*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teatro da UDESC. Florianópolis, 2013. Disponível em http://www.ceart.udesc.br/ppgt/teses/2013/marisa_de_souza_naspolini.PDF

OLIVEIRA, G.C. de. Parte I - Duas décadas de luta feminista anti-racista pelos direitos sexuais e reprodutivos. In: Campos, C.H. e Oliveira, G.C. de. (orgs.). *Saúde Reprodutiva das Mulheres – direitos, políticas públicas e desafios*. Brasília: CFEMEA: IWHC, Fundação H.Boll, Fundação Ford, 2009, p. 11-38.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, abr. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 ago. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922006000100007>.

VELÁZQUEZ, Susana. *Violências Cotidianas, Violência de Gênero: escutar, compreender, ajudar*. Buenos Aires: Paidós, 2006.



INTERRUPÇÃO DA GESTAÇÃO E VIOLÊNCIA SEXUAL: A EXPERIÊNCIA DE ATENDIMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL DO HU/UFSC

BAIGORRIA, Judizeli

*Assistente Social - Hospital Universitário - Universidade Federal de Santa Catarina
judizeli@yahoo.com.br*

OLIVEIRA, Maria do Rosário de Lima

*Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Assistente Social - Hospital
Universitário - Universidade Federal de Santa Catarina
marialimah@hotmail.com*

144

RESUMO

Nas relações de gênero, o uso da violência, dentre elas a sexual, evidencia as desigualdades existentes, na perspectiva do poder. A gestação indesejada através da violência é uma de suas consequências. O procedimento terapêutico de interrupção legal da gestação é previsto nos casos de violência sexual, em que a mulher pode recorrer à instituição hospitalar de referência para realizar o processo, a partir de critérios preestabelecidos. Apresenta-se a abordagem de Serviço Social do HU/UFSC. O Assistente Social é previsto como um dos profissionais de referência no Protocolo de atendimento a tais situações, em consonância com os princípios ético-políticos e na perspectiva da garantia dos direitos dos sujeitos. Os dados apresentados foram consultados via arquivo próprio do Serviço Social e pela Equipe Multiprofissional de Atenção às Vítimas de Violência Sexual do HU/UFSC.

Palavras-chave: violência sexual; interrupção de gestação; Serviço Social.

ABSTRACT

In gender relations, the use of violence, among them sexual, highlights the inequalities in the power. Unwanted pregnancy through violence is one of its consequences. The therapeutic procedure legal interruption of pregnancy is provided for in cases of sexual violence, where women can resort to the hospital of reference for carrying out the process, from pre-established criteria. It presents the approach of Social Service of HU / UFSC. The social worker is one of the professionals who work for the fulfillment of the protocol provided for such situations, in line with the ethical and political principles and in view of ensuring the rights of individuals. The data presented were consulted from of own file of Social Service and the Multidisciplinary Team of Attention to Victims of Sexual Violence in the HU / UFSC.

Keywords: sexual violence; pregnancy interruption; Social Work.

INTRODUÇÃO

No contexto das desigualdades baseadas nas relações de gênero, verifica-se como um de seus instrumentos afirmadores o uso da violência.

No recorte desse contexto, no que diz respeito à situação de violência sexual vivenciada pela mulher, adolescente e criança, soma-se ainda, a perspectiva de que esta deve suportar os atos violentos perpetrados contra ela, seja pelo companheiro, por parentes, por conhecidos ou não.



A violência sexual é uma das facetas da violência praticada frequentemente contra as mulheres, e que traz como uma de suas graves consequências uma gestação indesejada, visto que teve sua origem em um ato violento, sem o consentimento da mesma. No momento em que a mulher ainda está lidando com todas as sequelas de um ato criminoso contra sua vida, também terá que enfrentar um processo gestacional advindo desse ato. Diante de uma decisão em interromper essa gestação, as dúvidas e angústias, além da culpabilização apontada à mulher por tal decisão, ainda se fazem presentes no contexto das discussões sobre o tema, embora já existam legislações e protocolos que garantam tal possibilidade.

Verifica-se no cenário contemporâneo uma amplitude das discussões sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, englobando o direito à saúde sexual e reprodutiva. Isso inclui o acesso a serviços que garantam o direito ao abortamento previsto em lei, dentre outros casos, àqueles relacionados à violência sexual. Pode-se afirmar, com base nos avanços nas discussões, na Legislação brasileira e nas normativas do Ministério da Saúde, que a existência de serviços no âmbito da saúde no Brasil que oferecem estrutura para a prática do abortamento resultante de violência sexual já é uma realidade, considerando-se esta uma questão de saúde pública. Ainda é perceptível sua fase de organização de recursos materiais, humanos e articulação com os demais serviços existentes para o atendimento às mulheres e adolescentes.

Contudo, o que se observa no cotidiano é o constrangimento que envolve o enfrentamento da situação de violência sexual, aliado ao preconceito e à falta de informação por parte da mulher quanto aos direitos e serviços existentes. Essa condição ocasiona a falta de acesso à rede de atendimento para realizar a interrupção da gestação; proporciona também o aumento de risco à saúde, na medida em que a mulher chega a utilizar-se de meios precários para interromper o processo gestacional.

Mesmo assim, tem-se constatado a iniciativa das mulheres em buscar o atendimento na rede pública de saúde, relatando seu contexto de vida, a violência vivenciada, e solicitando providências a partir de sua decisão em realizar o abortamento.

No atendimento à saúde da mulher realizado no Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago – HU/UFSC, as situações de abortamento resultantes de violência sexual fazem parte da demanda atendida pela equipe multiprofissional. Destaca-se o papel do profissional do Serviço Social como um dos responsáveis pelo acolhimento, escuta qualificada, por orientações e informações sobre o processo que envolve o direito à interrupção em tal contexto.



O HU/UFSC é um hospital geral, localizado na cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, inaugurado em 1980. É uma das poucas instituições que até o momento caracteriza-se pelo atendimento “100% SUS”, ainda que recentemente (dezembro de 2015) tenha aderido à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que se propõe à gestão dos Hospitais Universitários. A existência do HU/UFSC deu-se da necessidade de ensino, pesquisa, extensão e assistência como campo para as profissões da área de saúde, prioritariamente a Medicina. Também realiza assistência nos três níveis de atenção em saúde: primário, secundário, terciário, sendo referência em diversas áreas e procedimentos específicos.

146

O principal fluxo de atendimento ocorre a partir da Unidade de Emergência; possui estrutura de atendimento ambulatorial em quatro áreas básicas: clínica médica, cirúrgica, pediatria e tocoginecologia; possui também o Centro Obstétrico e Unidade de Neonatologia, implantados no ano de 1995. Atua como referência estadual em patologias complexas, com destaque para a área do câncer e de cirurgias diversas de grande porte. Na perspectiva do atendimento humanizado, destacam-se o alcance de parcerias com Associações e entidades da sociedade civil, e a formulação do projeto de Lei que garante à mulher o direito ao acompanhante – projeto aprovado nacionalmente. A maternidade do HU também é referência na assistência obstétrica.

Dessa forma, o HU/UFSC é loco para apreensão de conhecimento das diversas profissões da saúde, dentre elas o Serviço Social. Isto tanto no campo da graduação (Estágios Supervisionados), como da pós-graduação (Residência Multiprofissional em Saúde – áreas de concentração em Urgência e Emergência, Alta Complexidade, Saúde da Mulher e da Criança; Mestrado Profissional em Saúde). Torna-se, assim, importante espaço para a formação e qualificação profissional, além da sua valorização na atenção gratuita, integral e de qualidade aos seus usuários.

Este artigo tem o intuito de relatar a experiência de atendimento realizado pelo Serviço Social no HU/UFSC, tendo o Assistente Social como profissional previsto no Protocolo de atendimento nos casos de interrupção legal da gestação resultante da violência sexual. Pretende-se indicar, de maneira sucinta, os aportes teóricos e institucionais e a realidade que envolve tal situação. Também busca apresentar as possibilidades de atuação do Assistente Social frente a esta problemática, baseada nos princípios éticos e de garantia de direitos; os instrumentais utilizados



para atendimento, e sua articulação com os demais profissionais de saúde e com a rede de atendimento nas diversas políticas públicas existentes.

1. VIOLÊNCIA SEXUAL E GESTAÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES

Dentro das discussões relacionadas ao conceito de violência, há uma premissa de que esta ocorre em uma relação de poder. A figura do “agressor” (autor da violência), naquele contexto, apresentará uma forma de ameaça, poder, para atingir um alvo, uma “vítima” (pessoa em situação de violência). Esta forma de agressão é, ainda, carregada de intencionalidade. As consequências para aqueles que a sofrem se ramificam de forma impactante nos aspectos físicos, psíquicos e nas dimensões pessoal, social, por um tempo indeterminado. Isto, de maneira concreta, pode se dar também através do processo gestacional advindo do ato de violência sexual sofrido pela mulher. Tais impactos também perpassam pela atuação dos profissionais de saúde frente aos casos de violência, sobretudo em casos de interrupção de gestação.

Destacam-se, neste capítulo, uma breve descrição sobre as mais recorrentes demandas das mulheres nestes casos, além do resgate histórico dos embates, discussões e conquistas institucionais relacionadas à problemática de gênero. Também se aponta a atuação do Assistente Social frente estas situações, considerando o potencial de alcance na perspectiva da equidade de gênero e direitos sexuais e reprodutivos.

1.1. Mapa da Violência 2015: Panorama atual da violência de gênero no Brasil

Os números dos casos de violência de gênero no Brasil têm crescido. Na verdade, acredita-se que não seria um aumento no número de casos, e sim uma maior visualização destes, a partir do conhecimento por parte das mulheres dos serviços especializados existentes. A Lei brasileira 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) determina que tais serviços se organizem no atendimento a este público, em termos de estrutura e formação de profissionais capacitados.

O Mapa da Violência no Brasil apresenta os dados referentes às formas de violência ocorridas contra as mulheres. A violência física é predominante, com 48,7%; a psicológica com 23%; e a violência sexual com 11,9%. Esta se apresenta em maior número contra crianças e adolescentes femininas, sendo 29% e 24,3% respectivamente. A violência sexual contra a jovem acontece em 6,2% dos casos, e na mulher adulta, em 4,3%, de acordo com o referido documento. As informações dizem respeito aos atendimentos via serviços prestados pelo SUS, colhidos com



base nas Fichas de Notificação do SINAN – Sistema Nacional de Informação de Agravos e Notificação – em 2014.

Com estes dados é possível aferir pelo menos duas realidades: a primeira, de que é possível observar o número significativo de casos envolvendo crianças, o que pode significar, para o seu autor, a possibilidade de não haver a gestação como prova de seu ato criminoso.

A outra realidade diz respeito à porcentagem de ocorrências registradas entre as mulheres jovens e adultas, a qual, de acordo com os dados, decresce em termos de números de ocorrência conforme o avanço da idade.

É possível problematizar tal evidência de dados, ao considerar o contexto social das relações de gênero, no qual se configura historicamente uma naturalização da violência sexual. Tal perspectiva é vivenciada nos dias atuais, em que há a culpabilização recorrente entre as mulheres adultas, e uma baixa procura pelos serviços de atendimento nas situações de violência, tanto pela falta de informação destas, ou mesmo pelo receio de possíveis constrangimentos, ou revitimização, além da preocupação com sigilo sobre sua situação.

Ainda sobre os dados constantes no Mapa da Violência, há uma prevalência do espaço doméstico como local onde ocorre o ato violento, com 71,9%. Em segundo, a rua com 15,9%.

Em relação aos encaminhamentos, os dados revelam a predominância daqueles que são realizados para Delegacias Genéricas, com 17,6%, contra 12,4% dos encaminhamentos à Delegacia da Mulher. Ainda não há Delegacias Especializadas na atenção às pessoas em situação de violência, levando-as ao atendimento nem sempre especializado e humanizado. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social aparece com 6,1% dos encaminhamentos. A existência dos Centros de Atendimento à Mulher, como o CREMV (Centro de Referência da Mulher em Situação de Violência) não é absoluta em todas as cidades brasileiras. Dessa forma, compreende-se que a atenção especializada à mulher ainda não abrange todos os municípios brasileiros, apesar da violência contra elas ter um caráter democrático, por atingir todos os territórios, todas as classes.

A respeito dos agressores/autores da violência contra adolescentes, jovens e adultas, o Mapa da Violência aponta para a predominância entre os cônjuges, irmãos e desconhecidos. Entre as adolescentes, há um pico no registro de atendimentos de violência às meninas com 14 anos, com 27,8 por 10 mil atendimentos, para 19,3 por 10 mil atendimentos às adolescentes com 17 anos. Isto denota que cada vez mais cedo as meninas estão inscritas em relações violentas



dentro de casa ou relacionamentos conjugais. Também se encontram mais expostas à violência no contexto da cidade. Tais dados podem ser conferidos conforme informações do Mapa da Violência (2015) a seguir:

Idade da mulher Agressor	Adolescente	Jovem	Adulta
Cônjuge	8,4%	29,7%	34,0%
Ex-cônjuge	2,3%	12,5%	11,2%
Namorado	9,7%	4,8%	2,9%
Ex-namorado	2,9%	3,7%	1,9%
Desconhecido	21,1%	11,2%	9,7%

*Fonte: Mapa da Violência, 2015.

No âmbito local, o Estado de Santa Catarina é o oitavo no ordenamento do número dos atendimentos femininos (16,4, por 10 mil) acima da média brasileira (14,2 por 10 mil), sendo o índice de vitimização feminina em 30,2% (Mapa da Violência, 2015). No referido ano, 4,7% das mulheres em Santa Catarina sofreram alguma violência.

1.2. Interrupção da gestação: aportes e conquistas

No cenário brasileiro, as reflexões sobre a interrupção da gestação por situação de violência sexual não são recentes. Consta no Código Penal Brasileiro de 1940 que o abortamento é permitido “no caso de gravidez resultante de estupro”¹, exigindo apenas o consentimento da mulher². Dessa forma, traz à tona a reflexão sobre a violência sexual contra a mulher.

Os debates ocorridos sobre a temática da saúde da mulher na perspectiva de gênero, relacionados à saúde sexual e reprodutiva, possuem como marco histórico as Conferências do Cairo e Beijing, ocorridas nos anos de 1994 e 1995. Dentre outros aspectos, trazem o entendimento de que o Estado deve se responsabilizar pela discussão, organização dos serviços e tratamento dos abortamentos, visto tratar-se de uma questão de saúde pública.

A legislação brasileira concernente vem ao encontro das orientações trazidas pelas Conferências. A Constituição Federal, Código Penal, Código Civil, bem como as Normativas do

¹Cf. Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940, artigo 128, inciso II do Código Penal brasileiro.

²(...) ou de seu representante legal, no caso de incapaz. (Cf. inciso II art.128 Código Penal).



Ministério da Saúde regularizadas a partir do ano de 1998 trazem conteúdos para compreensão e atendimento desses casos específicos. Com o avanço atual nessa reflexão, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PAISM³ formaliza a responsabilidade do Estado brasileiro em relação ao tratamento da saúde da mulher, para além do binômio “mamãe-bebê”, destacando, também, a questão da interrupção da gestação.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) preconiza que a interrupção da gestação/antecipação terapêutica do parto consiste em cessar o processo gestacional em período anterior a 22 semanas. Esse processo não ocasiona o nascimento, e sim, a retirada do feto, tornando inviável a vida extrauterina.

Já no Brasil, a Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento do Ministério da Saúde prevê que a interrupção ocorra até a 20^a semana gestacional - embora esteja preconizado pela OMS que o abortamento seja realizado até a 22^a semana. Considera-se a margem de erro possível no cálculo da idade gestacional, além do peso fetal, que deve ser menor que 500 gramas. Estes padrões são considerados como forma de atentar à possibilidade de risco à mulher.

O Código Penal brasileiro não refere sobre a necessidade de apresentação de quaisquer documentos de ordem policial ou judiciária para realização do abortamento resultante de violência sexual. Aponte-se também que os profissionais de saúde não pertencem aos serviços de Segurança Pública; portanto, não se deve entrar em mérito de comprovação, investigação, ou julgamento. Cabe à mulher total responsabilidade sobre seu relato, e à equipe de saúde o seu acolhimento, empoderamento, e apoio terapêutico integral em relação à sua decisão.

No entanto, mesmo existindo uma rede de serviços para atendimento da fase aguda da violência, não há uma busca por estes de acordo com a frequência das ocorrências. Isto pode se dar, dentre outras razões, pelo receio de uma possível revitimização, ou violência institucional – receber críticas ou atitudes dos profissionais de forma discriminatória pelo seu ato. Além disso, verifica-se uma falta de informação sobre os locais existentes para orientações ou atendimentos de emergência. Dessa maneira, as mulheres que identificam uma gestação advinda da violência sofrida anteriormente buscam orientações com amigos, familiares, quanto à possibilidade de interrupção da gestação; há aquelas que conseguem buscar o profissional de saúde. Também é

³ Política aprovada em sua primeira edição no ano de 2004, com o Plano de ação voltado para os anos 2004-2007.



comum a afirmação por parte delas de já terem buscado local ou medicamentos para tentativa da interrupção.

Em 2013, o SUS registrou 1.520 casos de interrupções legais da gestação em todo o país. Porém, não foi possível identificar o número exato da quantidade de procedimentos realizados em decorrência da violência sexual. Atualmente, 36 serviços públicos de saúde estão credenciados pelo SUS para realizar este tipo de procedimento. Segundo dados do SINAN, apresentados em pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2011, cerca de 7% dos casos de violência sexual tiveram como resultado uma gestação.

151

1.3. Interrupção de gestação: atenção no HU/UFSC

Na cidade de Florianópolis-SC, a discussão entre os profissionais das instituições que atendem pessoas em situação de violência sexual se intensificou ao final dos anos 1990. Com o objetivo da melhoria nos serviços e atenção integral a esses tipos de situações, foi montada uma comissão para organização e planejamento dos atendimentos a serem realizados. Nesse sentido, as instituições existentes no Município, como o HU, a UFSC, Hospital Infantil Joana de Gusmão, Hospital Nereu Ramos, Maternidade Carmela Dutra, os serviços de Segurança Pública, além da Secretaria Estadual de Saúde e Secretarias Municipais de Assistência Social e Saúde, Conselho Tutelar passaram a discutir a estratégia para organizar a rede de atuação. No ano 2000 implementou-se a Rede de Atenção Integral às Vítimas de Violência Sexual - RAIVVS⁴ -, tendo como uma de suas marcas a elaboração do Protocolo Municipal de Atendimento. O documento passou por uma revisão no ano de 2010, e em 2015 passou por novas alterações, revendo as atribuições das instituições signatárias. São realizadas reuniões mensais com representantes das referidas instituições. Em 2015 a rede passa a denominar-se Rede de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual – RAIVS.

Como uma das exigências do Protocolo Municipal, são realizadas capacitações internas dos profissionais das diferentes especialidades envolvidos nos atendimentos de violência, com incentivos de carreira. No HU/UFSC, a última ocorreu entre novembro e dezembro de 2015. Porém, apesar de ofertada fora do horário de trabalho de grande parte dos profissionais, a adesão

⁴ A rede é gerenciada pela Secretaria Municipal de Saúde, através da Diretoria de Atenção Primária – Gerência de Programas Estratégicos.



é baixa, o que pode refletir na qualidade dos atendimentos. Pretende-se desenvolver outras estratégias de alcance aos profissionais, como capacitação em horários de plantão, dentro das unidades que atendem violência sexual.

Como parte do Protocolo RAIVS, o HU/UFSC, além dos já vigentes atendimentos de emergência nas situações de violência aguda, iniciou no ano de 2005 a atenção em casos de interrupção de gestação por violência sexual, sendo a primeira instituição hospitalar no Estado de Santa Catarina a ofertar este tipo de serviço. Atualmente, outros locais no estado de Santa Catarina iniciaram a atenção para interrupção da gestação: Hospital Regional de São José Dr. Homero de Miranda Gomes, e Maternidade Darcy Vargas, em Joinville-SC.

O pioneirismo no atendimento realizado pelo HU/UFSC nos casos de interrupção legal da gestação garantiu a possibilidade de um aprofundamento no debate entre a equipe multiprofissional, o que gerou a elaboração de Protocolo interno e específico de atendimento. No ano de 2014, a equipe profissional de referência observou a necessidade de revisão do protocolo em vigência. Dessa forma, organizou-se uma comissão composta por parte destes profissionais, composta por uma Assistente Social, uma Enfermeira, um Médico Ginecologista e Obstetra, e uma Psicóloga. Nas reuniões, foram reavaliadas as orientações do Ministério da Saúde, na intersecção com o que está previsto no protocolo RAIVS e realidade da instituição.

Anterior à revisão do Protocolo interno por parte da equipe, considerava-se até a 12^a semana gestacional como critério para a sua interrupção. Com base no previsto pelo Ministério da Saúde, além da necessidade de atendimento ampliado às mulheres que procuram o serviço, passou a constar no Protocolo interno do HU/UFSC o atendimento para até 20 semanas gestacionais⁵ nos casos previstos em lei - nisto inclui o atendimento às mulheres em situação de violência sexual.

Para o atendimento nas Unidades Hospitalares em casos de interrupção da gestação por violência, não há necessidade de apresentação de quaisquer documentos de ordem policial ou judiciária. Porém, algumas mulheres ainda acreditam que é preciso expor tais documentos no estabelecimento de saúde, como forma de comprovação da violência sofrida, e para justificar a necessidade de realizar o abortamento.

⁵ Embora seja preconizado pela OMS que o abortamento seja considerado até 22 semanas (conforme já mencionado), considera-se o que segue determinado pelo Ministério da Saúde.



Em relação ao atendimento no HU/UFSC, após o acolhimento realizado à mulher pelo profissional de Serviço Social – em geral conjuntamente com o profissional de Psicologia, ou Enfermagem e Medicina – consulta-se o Prontuário Hospitalar da usuária, ou solicita-se sua abertura para efetuação do atendimento.

Após a escuta qualificada à mulher sobre a situação da violência, realiza-se o exame de ultrassom obstétrico para definição da idade gestacional. Salvo possível margem de erro, computada também com o último dia de menstruação, relaciona-se tal idade gestacional com a data relatada do fato.

Diante destes dados, compatíveis com a decisão da mulher, inicia-se a formalização documentada do tratamento, no qual a equipe de saúde e a mulher se responsabilizam pelo procedimento. Tal documentação inclui Termo de Relato Circunstanciado por parte da mulher; Parecer Técnico do Médico; Termo de Aprovação do Procedimento por parte dos profissionais; Termo de Responsabilidade por parte da mulher; Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por parte da mulher. Além disso, preenche-se a Notificação compulsória via Ficha de Notificação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação.

Formalizada também a internação, a mulher segue para os demais procedimentos de saúde que lhe são necessários. Prioriza-se que sua permanência ocorra na Unidade de Internação Ginecológica, a fim de evitar o contato com gestantes ou puérperas na Unidade de Alojamento Conjunto, e assim ocasionar uma revitimização. Tão logo possível, a mulher recebe alta hospitalar, com orientações para que retorne à consulta médico ambulatorial no HU/UFSC.

Dessa forma, tal atendimento à mulher busca, de acordo com aquilo que é previsto a partir de uma perspectiva de humanização, minorar os impactos causados pela situação de violência vivenciada, além de oferecer o suporte necessário para o enfrentamento dessa realidade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Pensar na problemática da interrupção da gestação por situação de violência sexual contra a mulher sugere, antes de tudo, resgatar as reflexões que envolvem as relações de gênero. Tal necessidade se dá pelo pressuposto de que essas relações estão imbuídas no contexto sociocultural no qual está envolvida a diferença entre mulher e homem; diferença esta que ancora características de desigualdade de importância social, cultural. Aqui, portanto, será feito um breve resgate do aporte teórico que aborda essa questão.



A diferença entre homens e mulheres já se encontra simbolizada historicamente desde aquilo que se constituiu enquanto significado dos corpos: o corpo do homem é visto como o lugar viril, do ataque, que possui o conteúdo da força, e que deve ser compensado pelo prazer. Já o corpo da mulher é considerado frágil, não se defende, e deve ser reservado e servir para o outro: para a procriação, a maternidade, para o cuidado, para fornecer o prazer. Seu corpo é, assim, *do outro* (Foucault, 1979). A mulher, nestes termos, possui papel subalterno e destituído de dignidade, identidade e importância cultural, sendo sua atuação na sociedade remetida ao plano biológico (Saffioti, 1987; Beauvoir, 1949 *apud* BRASIL, 2011), ligado à geração de outros seres, sendo essa sua função. E, vista dessa forma, pode ser utilizada e controlada, inclusive com o uso da *força*. Com esse estereótipo, e o papel sexual que deve desempenhar, a mulher, assim como um território, também passa a ser do seu conquistador (Schpun, 2004, p.22).

Aponta-se assim, a desigualdade que pode caracterizar tais relações. Considera-se que estas se dão numa perspectiva de poder de um sobre o outro, na concepção de que “(...), nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder” (Foucault, 1979, p.147). Visto de tal perspectiva, é possível visualizar o poder nas relações de gênero tal como se encontram ainda configuradas, pois “(...) na medida em que as relações de poder são uma relação desigual e relativamente estabilizada de forças, é evidente que isto implica um em cima e um embaixo, uma diferença em potencial” (idem, p.250).

Tem-se dessa forma que “(...) a desigualdade entre homens e mulheres é a chave da discriminação sexista e a origem de toda a violência de gênero” (Lisboa, 2014, p.39); violência que indica um contexto também de vulnerabilidade, conforme afirma Butler (2006). A autora ainda infere que, no momento em que as vidas não são consideradas em absoluto como tal, há uma desumanização destas; este nível dá lugar à violência física (idem, p.42).

Dessa forma, é possível considerar que a violência contra a mulher ocorre dentro da formação de uma sociedade patriarcal hierárquica, como “(...) uma ferramenta de poder e controle social para manter e perpetuar os interesses dos homens frente aos das mulheres” (Ferrer *apud* Lisboa, 2014, p.40). Nesse modo é que se configuram as relações de gênero como contexto que envolve o uso da violência. Nessas relações que envolvem o poder, tem-se o corpo como o lugar que denota as consequências destas.

A partir de tais reflexões, compreende-se a naturalização histórica da violência sexual contra a mulher, inclusive com a dificuldade de sua identificação até mesmo pelas próprias



mulheres. De um lado, aquelas que sofrem violência sexual no âmbito doméstico convivem com o constrangimento da exposição da vida conjugal “entre quatro paredes”, a partir da concepção imposta de que ela é “propriedade” do marido, e que deve estar disponível para ele. De outro lado, aquelas que sofrem violência sexual em espaço público, em geral por desconhecido, também carregam a culpabilização por este crime, diante da ideia de que teriam provocado tal impulso à violência do homem na rua, seja pela roupa que usam, comportamento, ou até mesmo o estado de vulnerabilidade em que se encontram naquele momento. Acrescente-se a tal contexto a responsabilização exclusiva à mulher sobre as consequências desse ato, considerando a ocorrência de uma gestação - nesse caso, não desejada, e nem ao menos consentida por ela.

A despeito do significado histórico da gestação, a maternidade foi vista como ideal da participação feminina na sociedade; uma contribuição da mulher, sendo esta, muitas vezes, independente da sua escolha. Neste contexto ocorriam várias gestações seguidas na mesma mulher, colocando sua saúde em risco a partir da mais tenra idade, quando eram introduzidas na instituição casamento. Assim, seu destino natural era o seu ingresso nas atividades domésticas e a responsabilidade da criação dos filhos (Toledo, 2003).

Atualmente compreende-se que a gestação e maternidade se encontram na acepção dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher, ou seja, devem ocorrer de acordo com sua escolha autônoma e de forma consentida, no contexto de uma relação sexual ou reprodução assistida. Desse modo, é possível afirmar que uma gestação advinda de uma violência (também no âmbito conjugal) é em si uma violência. Esta consideração é, inclusive, atualmente clarificada na Lei 12.845/2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral às pessoas em situação de violência sexual. Destaca-se, em seu artigo 2º, a ampliação da definição de violência sexual, considerada como “(...) qualquer forma de atividade sexual não consentida”, considerando que nesse ato está presente a violação de todos os aspectos que constituem a dignidade e os direitos da pessoa.

Como forma de garantir a efetividade desses direitos, é legitimada a criação dos serviços especializados na atenção às pessoas em situação de violência e para a interrupção de gestação (PNPM, 2013; PNAISM, 2004).

É nesse sentido que, como afirma Lisboa (2014, p.36), os estudos feministas contribuem para a publicização e evidência das diversas formas de violência exercida contra as mulheres, com sua caracterização e consequências que são vivenciadas.



3. RESULTADOS ALCANÇADOS

3.1. O diferencial da atuação do Serviço Social diante da demanda da violência sexual

O Assistente Social atuante no HU/UFSC, enquanto um dos profissionais que realizam atendimento ao público nos casos de interrupção da gestação, possui documentação específica elaborada para sistematização de tais atendimentos. Este material, além de presente no Prontuário da mulher, também se encontra em arquivo específico dos profissionais de Serviço Social.

Em relação à abordagem realizada pelo Assistente Social no HU/UFSC, a sua equipe de referência realiza o acolhimento à mulher na instituição hospitalar. Nesta ocasião, será proporcionado o acesso às primeiras informações quanto aos critérios do Ministério da Saúde e HU/UFSC, das implicações legais, além das orientações preliminares relacionadas ao atendimento dos demais profissionais, à internação e do procedimento de interrupção em si.

Assim sendo, com a escuta qualificada à mulher, objetiva-se refletir com ela quanto aos possíveis impactos da interrupção – ou não – da gestação no contexto conjugal, familiar, comunitário, do emprego, ou estudo. Faz-se necessário orientar quanto à sua responsabilidade em relação à interrupção, elucidando quaisquer receios sobre quebra de sigilo, ou possibilidade de investigação. Também se orienta quanto à opção em levar a gestação a termo, com realização de atendimento do pré-natal via HU/UFSC e de entrega, de forma legal, da criança para adoção após o nascimento.

Prezando pela autonomia da mulher, sugere-se que ela possa voltar em outro momento para dar continuidade ao processo, informando-a sobre os contatos e horários da equipe de Serviço Social de referência, a serem buscados a partir de sua efetiva decisão pela interrupção; também se obtém os contatos da mulher. Caso retorne ao serviço, dá-se sequência aos atendimentos, em conjunto com os demais profissionais.

Durante a internação, o Serviço Social prossegue com as orientações voltadas para o enfrentamento da situação e com os demais encaminhamentos relativos ao trabalho e estudos, caso necessário. Porém, ainda não é possível dar continuidade ao acompanhamento via ambulatório.

Frequentemente são realizados encaminhamentos ao Centro de Referência da Mulher em Situação de Violência e Conselho Tutelar. Também há a reflexão sobre a importância da



efetivação dos trâmites legais relativos à violência, como efetuação de Boletim de Ocorrência e ingresso com processo judicial.

3.2. Situações atendidas

Conforme levantamento de dados a partir de 2009 realizado pela Equipe Multiprofissional de Atenção às Vítimas de Violência Sexual do HU/UFSC, dos atendimentos de interrupção legal da gestação por violência sexual, tem-se a quantidade de mulheres que realizaram o procedimento: em 2009, foram cinco interrupções; em 2010, uma interrupção; em 2011, três interrupções; em 2012, foram realizadas quatro; em 2013, três interrupções; em 2014, sete interrupções; e em 2015, foram realizadas seis interrupções.

Porém, as informações mais detalhadas sobre a abordagem do Serviço Social/HU constam arquivadas em registro a partir de meados de 2012. Entre os anos de 2012 e 2015, houve um total de 26 mulheres atendidas; destas, 20 encontravam-se nos critérios estabelecidos pelo Protocolo para o procedimento de interrupção da gestação. As demais não deram continuidade por fatores como: período gestacional superior a 20 semanas; havia diferença considerável (geralmente superior a duas semanas ou até um mês) entre a data do ocorrido e período gestacional, não caracterizando gestação por situação de violência.

Dentre outras informações, consta nos registros no referido período dos 26 casos atendidos pelas Assistentes Sociais: a faixa etária das mulheres é entre 13 e 36 anos. Das circunstâncias da violência ou o local da abordagem, a maioria dos casos ocorreram em via pública (7), festa (7), residência (6). Do vínculo com o autor da violência, a maioria dos casos (14) possui autoria desconhecida. Sobre acompanhantes ou pessoas que sabem da violência, destaca-se: a mãe, irmãos. Em alguns casos, houve a citação de mais de um desses atores.

Apesar de nem todas as mulheres que buscaram o serviço de saúde terem procedido com a interrupção da gestação, todas elas receberam atendimento do profissional de Serviço Social, conforme previsto no Protocolo de atendimento do HU/UFSC. Isso significa que todas as mulheres atendidas passaram pela escuta qualificada, com reflexões, orientações e encaminhamentos, em um processo de empoderamento da mulher frente à situação vivenciada e a outras demandas que poderiam surgir durante o atendimento.

Assim, dentro dos limites e possibilidades concernentes ao Assistente Social no contexto de atendimento no serviço de saúde no HU/UFSC, identifica-se a oportunidade de garantir o



conhecimento à mulher sobre aspectos relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos. Além disso, há reflexão quanto aos fatores que envolvem as desigualdades de gênero e as possibilidades de busca por sua equidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como um dos lados invasivos da violência de gênero, a violência sexual tem se evidenciado no que diz respeito ao aumento no número de suas denúncias no país. Muitas destas situações e atendimentos nos serviços de saúde dão-se pela ampliação dos debates sobre a violência de gênero, sobretudo contra a mulher, nos últimos anos.

Para uma compreensão social e profissional da perspectiva de gênero, deve-se considerar que tal problemática encontra-se imbuída de historicidade. O cenário contemporâneo cultural destaca a desigualdade de gênero, a qual se manifesta predominantemente de forma naturalizada, nos diversos setores em que a sociedade se encontra presente e se relaciona.

A violência de gênero atualmente é considerada crime, com previsão de punição para aqueles que a cometem, de acordo com a Legislação em vigor que envolvem tal abordagem - destaque para a Lei Maria da Penha e a Lei 12.845 de 2013.

Na medida em que as mulheres obtêm informações sobre aquilo que lhes cabe enquanto direitos sexuais e reprodutivos, e especificamente, relativos ao processo de interrupção legal da gestação, encontram-se empoderadas a buscar um serviço de Saúde ou da Assistência Social, até mesmo da Segurança Pública, para atendimentos, tratamentos, orientações, bem como para dar início a procedimentos judiciais. Contudo, ainda é notório que cheguem a estes serviços um número muito menor de casos em comparação à realidade. Deve-se considerar, por exemplo, o fato de que mulheres esbarram em obstáculos como a violência institucional, composta de preconceitos e prejulgamentos em relação ao contexto que envolve a decisão da mulher pelo abortamento no caso de violência sexual. Tais situações são referidas pelas próprias mulheres, ou presenciadas por outros profissionais.

Também cabe ressaltar, diante dos dados gerais apresentados nos casos de atendimento realizado pelo Serviço Social do HU no ano de 2015, a não incidência de casos de violência sexual a partir do âmbito doméstico, e a minoria perpetrada por alguém conhecido. A princípio, tal dado pode indicar um não conhecimento, por parte desse público, sobre o oferecimento de cuidados de saúde para a violência sexual. Também, pode indicar a manutenção da situação de



forma velada dentro do âmbito conjugal, seja por uma não identificação da condição de pessoa em situação de violência, seja pelos aspectos socioculturais ou outros que impedem o rompimento de tal condição.

Dentro da concepção de atendimento na atenção integral à saúde da mulher em situação de violência sexual, cabe ao Assistente Social o acolhimento dessas demandas, articulação com equipe, visando também ao atendimento e acompanhamentos necessários após o procedimento. A abordagem deste profissional faz-se decisiva neste contexto, no qual o compreende enquanto articulador do processo de atendimento dos casos de violência sexual e de interrupção legal da gestação. Assim, o Assistente Social busca atuar na perspectiva da garantia de direitos sexuais e reprodutivos previstos nas normativas internacionais, com afeta relação aos princípios ético-políticos, norteadores da profissão.

159

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Atenção humanizada ao abortamento*. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Norma técnica. 2ªed. Brasília, 2011.

BRASIL. *Aspectos Jurídicos do Atendimento às Vítimas de Violência Sexual*. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. 2.ed. Brasília. 2010.

BRASIL. *Código Penal*. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm>. Acesso em 01 de Julho de 2015.

BRASIL. *Histórico; Apresentação*. Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago. Disponível em < http://www.hu.ufsc.br/?page_id=13 >. Acesso em 17 de Janeiro de 2016.

BRASIL. *Lei nº 12.845 de 1º de Agosto de 2013*. Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112845.htm> Acesso em 01 de Julho de 2015.

BRASIL. *Lei Maria da Penha*. Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006.

BRASIL. *Magnitude do aborto no Brasil: aspectos epidemiológicos e sócio-culturais*. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área técnica de Saúde da Mulher. Brasília, 2008.



BRASIL. *Pacto Nacional Pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres*. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Coleção Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Brasília, 2011.

BRASIL. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher*. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília, 2004.

BRASIL. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015*. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília. 2013.

BRASIL. *Portaria nº 104, de 25 de Janeiro de 2011*. Ministério da Saúde.

BRASIL. *Portaria MS/GM nº 1.271 de Junho de 2014*. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências.

BRASIL. *Portaria MS nº 1.508 de 1º de Setembro de 2005*. Ministério da Saúde. Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS. Brasília-DF, 2005. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1508_01_09_2005.html. Acesso em 01 de Julho de 2015.

BRASIL. *Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual 2012: norma técnica*. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. 3ª ed. Brasília-DF, 2012.

BRASIL. *Protocolo de interrupção legal da gestação*. Ministério da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago. Outubro de 2014.

BUTLER, Judith. *Deshacer el Género*. Paidós Iberica . Barcelona, Espanha, 4ª edição, 2006.

DIÁRIO CATARINENSE. *Definido: Conselho da UFSC Aprova Adesão do Hospital Universitário à EBSERH*. Disponível em: < <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2015/12/conselho-da-ufsc-aprova-adesao-do-hospital-universitario-a-ebserh-4920129.html> > Acesso em 17 de Janeiro de 2016.

FLORIANÓPOLIS. *Protocolo de atenção às vítimas de violência sexual do Município de Florianópolis*. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Saúde. Programa Saúde da Mulher. Tubarão: Ed. Copiart, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1979.



LISBOA. Teresa Kleba. *Violência de Gênero, Políticas Públicas para o seu enfrentamento e o Papel do Serviço Social*. Temporalis. Ano 14, n. 27. Brasília. Jan/Jun 2014. Pg. 33-56.

SCHPUN, Mônica Raisa (Org.). *Masculinidades*. Boitempo Editorial – São Paulo, Edunisc, 2004.

TOLEDO. Cecília. (2003). *Mulheres: o gênero dos une, a classe nos divide*. 2ª edição. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil*. 1ª ed. Brasília. 2015.



REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO CONTO “PARA QUE NINGUÉM A QUISESSE” DE MARINA COLASANTI

PAULINO, Simone Campos

Doutoranda do programa de pós-graduação em Humanidades, culturas e artes (UNIGRANRIO)

Simone.paulino@gmail.com

KAUSS, Vera Lúcia Teixeira

Professora do doutorado no programa de pós-graduação em Humanidades, culturas e artes (UNIGRANRIO)

Verakauss@gmail.com

162

RESUMO

O feminino é abordado de forma recorrente nas obras da autora ítalo-brasileira Marina Colasanti. A autora utiliza, em sua criação ficcional, personagens capazes de representar a mulher diante da sociedade patriarcal. Nesta esteira temos o conto “Para que ninguém a quisesse”, publicado em 1986 no livro *Contos de amor rasgados*. No conto supracitado, podemos vislumbrar as violências na relação masculino e feminino e a forma como esta tensão representa uma mudança completa na relação da personagem com o outro e consigo mesma. O artigo a ser apresentado, portanto, traça, através do conto de Marina Colasanti, os vários níveis de violência contra a mulher e, por meio de uma análise da própria narrativa, introduz uma reflexão sobre a violência de gênero.

Palavras-chaves: violência, Marina Colasanti, feminino

ABSTRACT

The female is approached recurrently in the works of Italian-Brazilian author Marina Colasanti . The author uses in his fictional creation, characters capable of representing the woman before the patriarchal society. On this track we have the story "Para que ninguém a quisesse" published in 1986 in the book *Contos de amor rasgados*. In the above story we can see violence in male and female relationship and how this tension is a complete change in the relationship of the character with each other and with herself. The paper to be presented thus traces , through the tale of Marina Colasanti , the various levels of violence against women and , by means of a narrative analysis introduces a reflection on gender violence .

Keywords: violence, Marina Colasanti , female

INTRODUÇÃO

Marina Colasanti é uma autora militante na causa feminista e utiliza suas obras como forma de dar voz a causa e criticar a sociedade patriarcal. A escritora trata do universo



feminino e, geralmente, questiona a submissão da mulher e, com frequência, recorre a metáforas para representar a sociedade contemporânea através da ficção.

A questão da violência contra mulher se revela em alguns de seus contos, porém não de maneira ordinária. A violência física, por exemplo, não é abordada na maioria de suas narrativas, antes vemos, com relevante importância, outros níveis de violência, como a simbólica e a psicológica.

O conto “Para que ninguém a quisesse”, apesar de curto, pois se trata de um miniconto, explora a questão da submissão do feminino e o poder da ideologia de uma sociedade machista; além da questão do desejo e sentimento de posse.

Annecy Tojeiro Giordani, em *Violências contra mulher*, explica que existe, na base das relações de gênero, um sistema semelhante ao escravagista, sendo o homem o dono de sua esposa. (2006) Desta forma, no século XVIII, ao homem era permitido espancar e até mesmo assassinar a mulher, caso esta maculasse sua honra.

Apesar de distante do século XVIII, a sociedade do século XX e XXI possui raízes profundamente fincadas na ideologia da sociedade patriarcal. Neste aspecto se apresenta o conto de Colasanti, publicado pela primeira vez em 1986, no qual a esposa da trama é posse de seu marido e se anula completamente diante dos desejos dele, chegando a uma morte simbólica. No conto “encontra-se o tema da violência contra as mulheres, em que o sexo feminino sempre se submete ao masculino. No entanto, não é uma violência física, mas sim ‘psicológica’” (ALVES & RONQUI, p. 130, 2009).

A esposa da trama é bonita e vaidosa, mas atrai a atenção de outros homens; o marido ciumento, portanto, trata de tirar dela qualquer beleza para que não fosse mais alvo do desejo alheio.

Porque os homens olhavam demais para a sua mulher, mandou que descesse a bainha dos vestidos e parasse de se pintar. Apesar disso, sua beleza chamava a atenção, e ele foi obrigado a exigir que eliminasse os decotes, jogasse fora os sapatos de saltos altos. Dos armários tirou as roupas de seda, da gaveta tirou todas as jóias. E vendo que, ainda assim, um ou outro olhar viril se acendia à passagem dela, pegou a tesoura e tosquiu-lhe os longos cabelos.

Agora podia viver descansado. Ninguém a olhava duas vezes, homem nenhum se interessava por ela. Esquiva-se como um gato, não mais atravessava praças. E evitava sair. Tão esquiva se fez, que ele foi deixando de ocupar-se dela, permitindo que fluísse em silêncio pelos cômodos, mimetizada com os móveis e as sombras. Uma fina saudade, porém, começou a alinhavar-se em seus dias. Não saudade da mulher. Mas do



desejo inflamado que tivera por ela. Então lhe trouxe um batom. No outro dia um corte de seda. À noite tirou do bolso uma rosa de cetim para enfeitar-lhe o que restava dos cabelos. Mas ela tinha desaprendido a gostar dessas coisas, nem pensava mais em lhe agradecer. Largou o tecido em uma gaveta, esqueceu o batom. E continuou andando pela casa de vestido de chita, enquanto a rosa desbotava sobre a cômoda (COLASANTI, 1999, p. 88-9).

Segundo Alves e Ronqui, o conto colasantiano “explora o ciúme e o sentimento de poder que o homem deseja ter sobre a mulher” (ALVES & RONQUI, 2009, p. 129). Ao lermos o conto de Marina Colasanti, enveredamos por uma trama na qual ocorre uma relação abusiva, em que o feminino existe a partir de sua relação com o masculino. O presente trabalho aborda, portanto, os diversos níveis de violência de gênero, sofrida pela personagem colasantiana no conto “Para que ninguém a quisesse”.

A SUBMISSÃO DA MULHER

“Porque os homens olhavam demais para a sua mulher, mandou que descesse a bainha dos vestidos e parasse de se pintar.” (COLASANTI, 1999, p. 88). A narrativa de “Para que ninguém a quisesse” já se inicia com um ato de ciúme do marido. A submissão da mulher fica implícita, uma vez que, através da narrativa, dá-se a entender que ela o obedece. Segundo Giordani “O binômio domínio/submissão prevaleceu muito tempo, sendo, o primeiro, prerrogativa do homem e, o segundo, destinado inteiramente à mulher” (GIORDANI, 2006, p.73). Desta forma a personagem da trama representa o papel que se esperava da mulher dentro da sociedade, sem qualquer iniciativa diante a vontade do marido. “O poder e a dominação estão em mãos masculinas, e as mulheres estão em posição de opressão e submissão” (GIORDANI, 2006, p. 111).

Podemos perceber, perante a narrativa, que no primeiro parágrafo não são citadas ações da personagem feminina, mas apenas ordens do marido: “Mandou”, “Exigiu”; e no fim do parágrafo a ação de tosquiar os cabelos da esposa. A escolha do verbo também merece atenção, uma vez que a autora não utilizou o verbo “cortar” - comum quando se trata de humanos – mas sim “tosquiar”, um verbo que, em geral, se aplica a animais. Desta forma, é reforçada a ideia de posse.

No segundo, e último, parágrafo do miniconto, temos ações representadas pela esposa que a comparam mais uma vez a um animal: “Esquiva-se como um gato” (COLASANTI, 1999, p. 88). Próximo ao desfecho, a personagem do conto é objetificada, perde por completo



suas características de indivíduo, ela “Tão esquiva se fez, que ele [marido] foi deixando de ocupar-se dela, permitindo que fluísse em silêncio pelos cômodos, mimetizada com os móveis e as sombras” (COLASANTI, 1999, p. 89). A personagem torna-se uma sombra, um objeto da casa. Ela não atrai mais qualquer olhar de desejo, nem mesmo do esposo. “A 'violência simbólica' de seu marido foi tão grande que a mulher não conseguia mais se 'recuperar', voltar a ter sua vaidade.” (ALVES & RONQUI, p. 131, 2009).

Existe um sentimento de inferioridade por parte da mulher na trama, entretanto, este sentimento se torna mais evidente no processo de anulação. A personagem está impregnada pela dominação simbólica, isto é, pela forma de dominação que naturaliza as relações de poder. Marcou-se, no corpo da esposa, deste conto, a visão do dominador, tornando mais difícil sair do estado de subjugado, pois ocorreu uma internalização de conceitos sexistas (Cf. BOURDIEU, 2010). Segundo Tavares & Nery,

As mulheres longe de serem cúmplices ou passivas em relação à violência que sofrem, são sujeitos inseridos em campos de força onde existem lutas simbólicas e que se encontram em forças desiguais de poder em relação ao homem, são subjugadas e sujeitas à dominação masculina.” (2012 p. 14)

Desta forma, a violência simbólica é vista no conto, pois,

as mulheres são violentadas simbolicamente por meio da inculcação de “esquemas de percepção” androcêntricos, limitando-a e aprisionando-a tanto física quanto simbolicamente ao inscrever nos corpos a maneira de agir, de se comportar e de se submeter ao modelo imposto culturalmente. (TAVARES & NERY, 2012, 14)

O conto nos apresenta uma relação de poder que foi construída através de um processo ideológico. Segundo Marilena Chauí; em dissonância com Tavares e Nery; afirma que,

as mulheres são “cúmplices” da violência e contribuem para perpetuar a reprodução de sua “dependência” porque são “instrumentos” da dominação masculina e da sociedade, desta forma, não é voluntária, como uma escolha sua, já que está historicamente inserida de forma inferior nas relações de poder. (CHAUÍ, apud TAVARES E NEY, 2012, p. 13)

A personagem do conto foi punida pelo esposo, pois chamava a atenção de outros homens de forma involuntária. Contudo, a esposa não questiona as atitudes do marido durante a narrativa; as ações da personagem feminina são de um animal e, depois, de um objeto que se mistura com as sombras dos móveis da casa; ela é um ser incapaz de ter voz. Segundo



Giordani, “Na dinâmica das relações de gênero, o poder sempre foi salientado enquanto forma de silenciamento, submissão e opressão das mulheres” (2006, p; 102).

Ao final da narrativa, o marido não mais se ocupa dela, pois está seguro do domínio que tem sobre a esposa. Todavia, a personagem feminina torna-se completamente indesejável, inclusive para o marido que passa a sentir saudades do desejo que tinha por ela e tenta fazê-la bonita novamente, mas a mulher se anula tão completamente que não recebe os presentes, prefere o vestido de chita.

“Mas ela tinha desaprendido a gostar dessas coisas, nem pensava mais em lhe agradar.” (Grifo nosso) (COLSANTI, 1999, p.88). A violência sofrida pela personagem a faz “desaprender” de gostar de si mesma, ademais destrói sua autoestima. Aniquila-se, através das ações abusivas do marido, o prazer e a vaidade da personagem feminina e, junto a isto, também vanece o desejo masculino.

A DOMINAÇÃO DO HOMEM

O conto “Para que ninguém a quisesse” possui um narrador heterodiegético, entretanto, existe uma perspectiva deste narrador que enfoca – falsamente – o personagem masculino. O título do conto, inclusive, revela a intenção do personagem masculino ao modificar a personagem feminina. O narrador, não obstante, lança luz sobre as ações do personagem masculino para ilustrar uma questão do feminino. Segundo Paulino,

Por haver uma ampla gama de mulheres protagonistas em seus contos, as representações femininas nas obras de Colasanti se mostram de diversas formas. Existem, claro, homens que protagonizam contos de Colasanti, mas é bem provável que, por conta do envolvimento da autora com a questão do gênero, as personagens femininas tenham mais força em suas narrativas. (2015, p. 62)

A maior parte das ações em “Para que ninguém a quisesse”, principalmente no início da narrativa, referem-se ao homem. No primeiro parágrafo, o marido é quem manda e exige que a mulher mude as vestimentas e não use maquiagem; é o marido que tem a ação de tosquiar os cabelos da mulher. As ações partem sempre do masculino, enquanto o feminino assume uma postura passiva. “Na sociedade ocidental, as ideologias de gênero estão embutidas em conceitos diversos (...) pares contraditórios e passíveis de exclusão com



diferenças fixas. Esse dualismo reforça a posição da mulher como passiva e do homem como ativo.” (GIORDANI, 2006, p. 108).

Devemos perceber que existe neste conto a premissa de que o masculino domina o feminino dentro da sociedade e que os ditames do patriarcado possuem papéis bem determinados aos homens e às mulheres. Ao nos atermos ao seguinte trecho: “Apesar disso, sua beleza chamava a atenção, e ele foi obrigado a exigir que eliminasse os decotes” (Grifo nosso) (COLASANTI, 1999, p. 88) percebemos que, segundo o que a sociedade estabelece, o marido tinha que tomar uma atitude para que a esposa não fosse cobiçada por outros homens. Justificava-se tal atitude, pois era preciso proteger o corpo feminino e a honra masculina.

Podemos afirmar que, de forma genérica, o conto trata sobre a submissão da mulher na sociedade patriarcal e que, pontualmente, aborda a violência e o ciúme. Não podemos minimizar, porém, a questão primordial do ciúme – que em muito se atrela ao sentimento de posse. Podemos definir, de forma lato, que ciúme é uma inquietação mental resultante do receio de se perder algo para um rival. Segundo Marina Colasanti, na obra *E por falar em amor*, publicada em 1985, “O ciúme masculino nunca é visto como ridículo, mas sim como essencialmente dramático. Pois, ao ter ciúme, um homem está defendendo um direito sagrado de posse, não apenas do corpo alheio, mas de sua própria honra que naquele corpo habita” (COLASANTI, apud ALVES & RONQUI, 2009, p. 130).

Apesar da esposa em nada corroborar para os anseios do marido e, ainda que não houvesse rivalidade real, o ciúme o fez condenar a esposa à anulação, de forma violenta. A violência é “um componente central na construção da identidade masculina, cujos atributos são a dureza, a força, a agressividade” (TELES & MELO, apud GIORDANI, 2006, p. 102). O personagem de Colasanti em nenhum momento questiona se a esposa tem desejos, mas de forma a preservar a própria honra, ele a transforma em um ser “sem vida”, que não mais desperte a atenção de ninguém.

O marido era obsessivo e dominador, desejava a esposa apenas para si, mas quando conseguiu tê-la, sem que ninguém mais a quisesse, ele mesmo não mais a desejava. No fim da narrativa, como salientamos no tópico anterior, o homem sente saudades do desejo que tinha. “Uma fina saudade, porém, começou a alinhar-se em seus dias. Não saudade da mulher. Mas do desejo inflamado que tivera por ela.” (COLASANTI, 1999, p. 89). Como descrito, ele não sentia saudades da esposa, mas do sentimento que ela era capaz de despertar. O marido tenta ressuscitar a mulher do começo da narrativa: “Então lhe trouxe um batom. No outro dia



um corte de seda. À noite tirou do bolso uma rosa de cetim para enfeitar-lhe o que restava dos cabelos.” (COLASANTI, 1999, p. 89). Entretanto nada é capaz de trazer de volta a esposa que despertava seu desejo, ela estava perdida para sempre.

VIOLÊNCIAS CONTRA A MULHER

A violência contra a mulher é um dos principais temas abordados em “Para que ninguém a quisesse”. Devemos, entretanto, compreender que a violência contra a mulher não se manifesta apenas de forma física, sendo este, o último estágio. A violência de gênero, citada no título deste artigo, deve se perceber como violência contra mulher, uma vez que “a violência de gênero deve ser entendida como uma relação de poder de dominação do homem e submissão da mulher” (TELES & MELO, apud GIORDANI, 2006, p. 150).

A violência contra a mulher pode se manifestar de diferentes formas: patrimonial, sexual, psicológica e física. A **violência patrimonial** ocorre quando existe o atentado ou a subtração do patrimônio da vítima; a **violência psicológica** (ou moral) é atribuída ao “uso de palavras de baixo calão; alegação do parceiro de que a mulher não faz nada direito” (GIORDANI, 2006, p. 153); a **violência sexual** é “a situação na qual a mulher é forçada a manter relações sexuais com outras pessoas dentro ou fora de casa ou presenciar relação sexual de outrem” (ibidem, p. 154); por fim, a **violência física** “compreende atitudes agressivas, como empurrões, tapas, mordidas, queimaduras, cortes, murros” (ibidem, p. 152).

Todas as violências supracitadas estão alicerçadas por uma cultura falocêntrica que naturaliza as relações de dominação do homem e submissão da mulher. Revela-se, portanto, como base de todas as violências baseadas no gênero, a violência simbólica.

Entendemos como violência simbólica, segundo Pierre Bourdieu, a forma de coação através de crenças fabricadas que conduz o indivíduo a comportar-se segundo os padrões estabelecidos pelo discurso dominante.

Ao refletirmos a questão da violência dentro do conto “Para que ninguém a quisesse”, devemos considerar que “até mesmo quando, aparentemente, submissas, as protagonistas dos contos de Colasanti estão sempre contestando os papéis sociais impostos através do gênero.” (PAULINO, 2015, p. 63). No conto analisado observamos uma denúncia à violência sofrida pela mulher no lar e podemos perceber que há uma evolução dos estágios desta violência. Segundo Leonore Walker, socióloga americana, a violência doméstica contra as mulheres é



uma espiral que se repete, aumentando a frequência e intensidade. (Cf. WALKER, apud TAVARES & NEVES, 2012, p. 11).

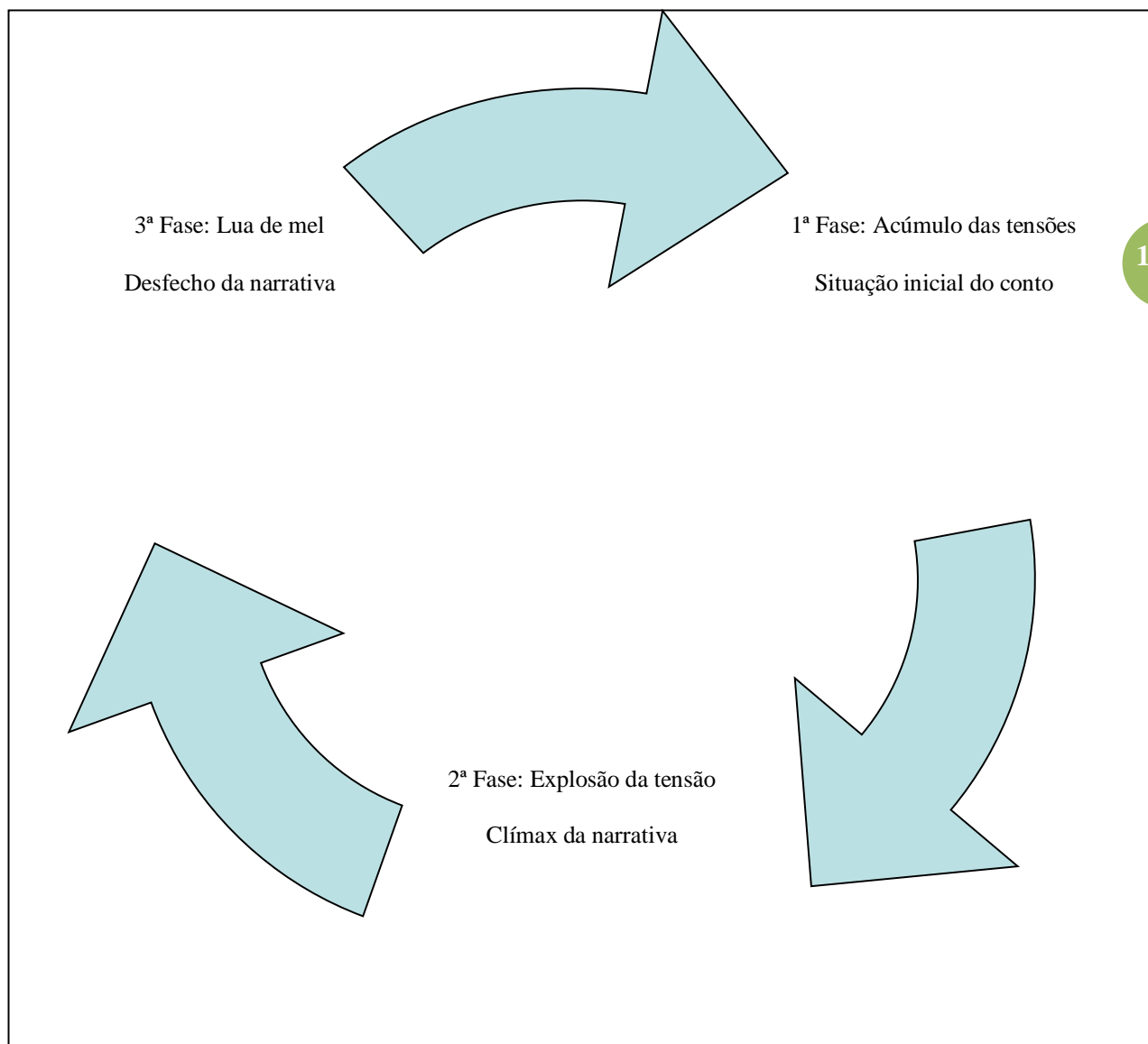
No conto em análise, em um primeiro momento, conduzido pelo ciúme, o homem ordena a mulher que mude suas vestimentas. Neste ponto percebemos a violência moral (psicológica), uma vez que o marido coage a esposa a uma mudança para que ela não mais seja desejada. Ainda na intenção de tirar a beleza da esposa, ele tira do armário dela todas as roupas finas, subtraindo seus pertences numa violência patrimonial. Neste primeiro trecho temos o que é indicado por Walker como **1ª fase**, também denominada como “acúmulo de tensões”. “Nesta fase inicia-se o estresse, com incidentes menores. É a fase das discussões, das demonstrações de ciúmes exagerados, destruições de objetos pessoais” (Ibidem, p. 11). Chegando a um dos últimos estágios da violência, o marido corta os longos cabelos da esposa, infringindo-lhe a violência física. Neste momento estamos no que a socióloga americana define como **2ª fase**, “explosão da tensão”, “Nesta fase, o acúmulo de tensão faz culminar com agressões físicas, espancamento, xingamentos, onde toda carga de estresse é descarregado.” (Ibidem, p. 13)

No último parágrafo do texto se apresenta a **3ª fase**, a chamada “lua de mel”. Neste momento o marido passa a comprar presentes para a esposa e demonstrar por ela afeto, exemplificando a 3ª fase que é quando “o agressor tem uma crise de arrependimento, passando a ter um comportamento amoroso e carinhoso, fase das promessas de que jamais o comportamento violento repetir-se-á.” (Ibidem, p. 13).

Observando a estrutura narrativa de um conto e a forma como a violência de gênero é construída na trama de “Para que ninguém a quisesse”, percebemos que a 1ª fase da violência se constrói na situação inicial do conto; a 2ª fase se apresenta no clímax; enquanto que a 3ª fase mostra-se no desfecho da narrativa. Desta forma, é possível formarmos a seguinte imagem:



Figura 1 - Diagrama da violência de gênero no conto “Para que ninguém a quisesse”



Fonte: autoras

No conto, a violência de gênero apresenta diversas manifestações: patrimonial, psicológica, física. A trama, apesar de ficcional, reflete sobre a situação de submissão da mulher e as violências que esta sofre.

Todas estas violências são apoiadas pela violência simbólica que naturaliza esta relação desigual entre homem e mulher. Segundo Nadine Gasman, porta-voz da ONU Mulheres no Brasil, “A violência contra mulher é uma construção social, resultado da desigualdade de forças nas relações de poder entre homens e mulheres. É criada nas relações sociais e reproduzida pela sociedade”.



No fim do conto, o homem deseja novamente a mulher que ele mesmo apagou, mas esta não mais existe. Através da metáfora, a autora utiliza o símbolo da rosa, intimamente ligado à feminilidade para demonstrar a morte do eu-feminino. “E continuou andando pela casa de vestido de chita, enquanto a rosa desbotava sobre a cômoda.” (COLASANTI, 1999, p. 89).

No conto, a morte é apenas simbólica. Trata-se da morte do indivíduo e da subjugação do gênero. Devemos ressaltar, porém, que as crenças arraigadas da sociedade patriarcal ainda matam mulheres em todo mundo, inclusive no Brasil. Segundo o Mapa da Violência, publicado em 2012, o Brasil é o 7º país com o maior índice de feminicídio. Em maior parte, as agressões ocorrem na esfera doméstica e o agressor, acima de 65% dos casos, teve alguma relação afetiva com a vítima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A autora Marina Colasanti utiliza seus contos como forma de denunciar as desigualdades de gênero no patriarcado e, principalmente, questionar o posicionamento da mulher dentro da sociedade, abordando temas que são caros à militância feminista.

A violência de gênero, ou violência contra mulher, é um dos principais temas abordados no conto “Para que ninguém a quisesse” da autora Marina Colasanti. O conto narra a história de um homem possessivo que, não aceitando que outros olhassem para sua esposa, tira dela tudo o que possa fazê-la ser bonita. Esta é a trama de uma ficção, porém poderia ser o estopim de um crime passionai. O conto “Para que ninguém a quisesse” nos apresenta dois personagens: um casal. O conflito gerador da narrativa é o ciúme do homem que o faz “mutilar” a mulher, tirando dela tudo que a possa tornar atraente e, desta forma, fazendo-a desaparecer como indivíduo.

Nesta narrativa, a autora, Marina Colasanti, é capaz de exemplificar todas as fases da violência contra mulher. Através de uma trama, aparentemente simples, apresenta-se uma relação abusiva entre o homem e sua esposa, relação esta que é embasada pela violência simbólica. O ciúme e a possessividade são abordados através das atitudes do personagem masculino, enquanto que a submissão se apresenta através da personagem feminina. Destarte fica claro o esquema dominação/submissão e a violência de gênero.



A personagem feminina da trama não tem voz ou vontade, todas as suas ações são determinadas pelo personagem masculino. A mulher, ao fim da trama, chega ao nível máximo da sujeição e se extingue como sujeito. De forma simbólica, a autora apresenta a destruição da mulher numa relação doentia, movida por atitudes abusivas. Quando a personagem não é mais capaz de voltar a ser quem era, há uma morte irreversível de seus desejos e de sua autoestima. A violência, principalmente psicológica, transformou-a para sempre. O conto, apesar de escrito no final da década de 80, já tratava da questão da violência de gênero e, principalmente, doméstica – antecipando debates fomentados por leis como a Maria da Penha (2006) ou a 13.104/15 (que classifica o feminicídio como crime hediondo) - tendo um olhar especial acerca do tema.

A narrativa reflete a situação da mulher na sociedade brasileira e, apesar da época em que foi escrita, ainda trata de um tema bastante atual, sendo capaz de salientar as relações desiguais estabelecidas dentro de uma sociedade androcêntrica e sexista, como a brasileira. A rosa e a mulher, no conto colasantiano, são duas faces de uma mesma personagem; ambas tem sua viçosidade sugada, quando o homem as domina e tira delas sua natureza. A mulher vítima da violência é a rosa que desbota.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Regina Célia dos Santos e RONQUI, Ângela Simone. A representação da violência contra a mulher em alguns contos de Marina Colasanti. *Ipotesi, Juiz de Fora*, v. 13, n. 2, p. 127, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *Dominação masculina*. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- COLASANTI, Marina. Para que ninguém a quisesse. In: _____. *Um espinho de marfim & outras histórias*. Porto Alegre: L&P, 1999.
- GIORDANI, Anecy Tojeiro. *Violências contra mulher*, São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2006.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Relatório Mundial sobre a Violência e a Saúde. Disponível em www.opas.org.br . Acesso em 29/07/2015.



PAULINO, Simone Campos. *Nos fios das narradoras: tramas e urdiduras do feminino nos contos de fadas nos contos de fadas de Angela Carter e Marina Colasanti*. Saarbrücken, Novas edições acadêmicas, 2015.

TAVARES, Ana Carolina Cerveira e NERY, Inez Sampaio. Violência doméstica conjugal contra as mulheres: uma reflexão acerca da dimensão simbólica proposta por Pierre Bourdieu

Disponível em

<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/download/125/60>

Acesso em 29/07/2015



O CRIME DE ESTUPRO E SUAS SUBJETIVIDADES: ASPECTOS JURÍDICOS E SOCIAIS¹

Martinez, Theresa Raquel Bethônico Corrêa

Socióloga e Advogada. Mestranda do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Social da universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

Responsável pelo Ambulatório de atendimento as vítimas de violência sexual do Hospital Universitário Clemente de Faria-HUCF
tete_bcorrea@yahoo.com.br

Durães, Sarah Jane Alves

Doutora em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002), realizou estância pós-doutoral na Universidade de Barcelona (2006). Atualmente é professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) da Universidade Estadual de Montes Claros/MG
sj-duraes@uol.com.br

174

Resumo

A proposta central desse artigo é discutir os reflexos sociais e jurídicos incidentes no crime de estupro, tanto sob o enfoque da vítima, quanto do agressor. Estudos demonstram que sua incidência é muito maior em mulheres, e por essa razão trata-se de crime cujas explicações perpassam sobremaneira a seara jurídica e adentram nas esferas sociológicas. O estupro, do ponto de vista da materialidade das provas é um dos mais complexos crimes do nosso ordenamento jurídico, já que em geral é um crime sem testemunhas e em muitos casos inexistente a prova material, isto é, laudos, perícias, ou qualquer outro meio de prova que possa servir de subsídio para o julgador formular suas convicções. Não obstante, mesmo quando se confirma a hipótese de ter ocorrido uma relação sexual, resta em alguns casos, a dúvida se ela foi ou não consentida. Para o desenvolvimento desse trabalho, utilizou-se como metodologia de análise dois casos, que embora hipotéticos e fictícios se assemelham substancialmente com a realidade dos atendimentos em nosso Hospital e se propõem a elucidar os aspectos sociais e jurídicos vivenciados empiricamente.

Palavras chave: estupro; mulheres, composto probatório

Abstract

The central purpose of this paper is to discuss the social and legal consequences incident in the crime of rape, both from the victim's perspective, as the aggressor. Studies show that the incidence is much higher in women, and for this reason it is a crime whose explanations excessively permeate the legal harvest and step into the sociological spheres. The rape of the evidence materiality of view is one of the most complex crimes of our legal system, as it is usually a crime without witnesses and in many cases nonexistent proof material, ie, reports, expert, or any other evidence that can serve as a basis for the judge to formulate their convictions. However, even when the hypothesis is confirmed to have intercourse took place, remains in some cases, it was doubtful whether or not spoiled. For the development of this work, it was used as an analytical methodology both cases, that although hypothetical and fictional resemble substantially with

¹ Agradeço a FAPEMIG (Fundação de Amparo a Pesquisa do estado Minas Gerais) pelo apoio financeiro dado por meio da participação coletiva em evento de caráter científico e tecnológico.



the reality of care in our hospital and set out to elucidate the social and legal aspects experienced empirically.

Keywords: rape; women, probationary compound

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende fazer uma análise acerca das questões subjetivas que envolvem o crime de estupro. A intenção é abordar os aspectos jurídicos e sociais, e, sobretudo indicar que, por se tratar de um crime que em sua grande maioria não tem testemunhas, a palavra da vítima em face da defesa do agressor tem um peso significativo quando ocorrem denúncias e processos judiciais.

Num primeiro aspecto, as questões subjetivas se referem à veracidade das informações prestadas pela vítima, em sua grande maioria mulheres. Estas, além de sofrerem os abusos, ao decidirem romper o silêncio, precisam enfrentar uma série de situações que envolvem perícias médicas, serviços hospitalares, delegacias de polícia, dentre outros. Entretanto, numa perspectiva inversa, do ponto de vista do acusado, em determinadas situações em que há subjetividade dos fatos narrados pela suposta vítima, este pode ser incriminado sem que lhe seja possível muitos recursos de defesa.

A proposta não é fazer juízos de valores, nem tampouco defender abusadores e colocar as vítimas de estupro numa posição de insegurança. Ao contrário, o que se almeja com esse trabalho é discutir as questões subjetivas que envolvem os crimes de estupro e seus reflexos sociais e jurídicos tanto do ponto de vista de quem sofre a agressão, como de quem supostamente agride. Para tanto, será utilizada como metodologia a análise de dois casos, que embora hipotéticos e fictícios, retratam as complexidades que decorrem de crimes dessa natureza, e desta forma buscam representar de forma conexa ampliando a compreensão e teorização da realidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Margarida, 25 anos, estudante universitária, conheceu Tício numa festa e após tomarem algumas bebidas, se beijaram e ficaram juntos a festa toda. Ao final, Tício se oferece para levar Margarida embora da festa e esta aceita prontamente. No caminho, o rapaz se desvia do destino combinado e para o carro numa rua deserta, obrigando Margarida a ter com eles relações sexuais, com uso de preservativo, usando de ameaças verbais e força física, porém sem deixar marcas



evidentes. Margarida tenta resistir e gritar, mas a rua esta deserta, mal iluminada e o crime ocorrem dentro do carro sem testemunhas. Ao terminar o ato os dois seguem em silêncio e Tício deixa Margarida numa avenida próxima de sua casa, exige que ela desça do carro lentamente e ande sem olhar pra trás. Margarida denuncia Tício a polícia que inicia as investigações contra o agressor.

Rosa, 28 anos, estudante universitária, conhece Mévio numa rede social por amigos em comum, e ambos combinam de se encontrar num bar da cidade. Após o encontro ao deixá-la na porta de sua casa a moça convida o rapaz para subir e os dois acabam se relacionando sexualmente. Entretanto, Rosa tinha um namorado que descobre a traição, e após ser questionada afirma que se encontrava embriagada, não se lembrando dos fatos ocorridos, e que Mévio a obrigou a ficar com ele, sob ameaças, denunciando inclusive o rapaz a Polícia que inicia as investigações. Rosa mora sozinha e o ato sexual não teve testemunhas.

Nas situações narradas, é possível perceber duas algumas características comuns: um casal e uma relação sexual sem testemunhas. O que difere, entretanto o primeiro caso, do segundo, refere-se exclusivamente a vontade ou não das mulheres em se relacionar sexualmente com os envolvidos.

Até os anos 2009, o crime de estupro era tipificado no Código Penal Brasileiro como crime contra os costumes, e essa conceituação se pautava numa perspectiva patriarcal e por vezes machista, difundida no Brasil, principalmente após os anos 1950.

Com os avanços dos movimentos feministas após esse período, a figura da mulher foi ganhando espaço e destaque, e os aspectos que envolvem a liberdade sexual feminina ganharam notoriedade.

Em 2009, com a promulgação da Lei nº. 12.015/09 o estupro passa a ser entendido como ofensa a dignidade da pessoa, em sua liberdade sexual, e não mais se relaciona tão somente aos costumes. Tal mudança, embora conceitual denota uma nova perspectiva nos paradigmas sociais vigentes ate então, já que a tipificação do crime passa a interpretar as relações sexuais não consentidas, não apenas sob a ótica de costumes, da honra, ou mesmo de uma obrigação conjugal da mulher perante o marido ou companheiro mas sim, como sendo um ato de escolha que envolve em todos os aspectos a dignidade, a liberdade sexual de homens e principalmente mulheres em se relacionar quando e com quem quiserem.

Sobre o assunto Guizela (2009) ressalta:

Entende-se por liberdade sexual a capacidade do sujeito, da mulher de –“ dispor livremente de seu próprio corpo na prática sexual, ou seja, a faculdade de se



comportar no plano sexual segundo seus próprios desejos, tanto no tocante à relação em si, como no concernente a escolha de seu parceiro (...) na capacidade de se negar a executar ou a tolerar a realização por parte de outro de atos de natureza sexual que não deseja suportar, opondo-se, ao constrangimento de que é objeto exercido pelo agente.

De acordo com a Norma Técnica do Ministério da Saúde² que regulamenta e orienta a conduta dos profissionais nos serviços hospitalares de referência para vítimas de violência sexual, a vigência da lei anterior tinha como preceito proteger os costumes estabelecer uma pauta de comportamento moral no âmbito da sexualidade. Pretendia com isso, criar um controle da expressão da sexualidade com embasamento nos critérios ditados por uma ideologia patriarcal de dominação.

É fato que hoje, a vigência da lei 12.015/09 não conseguiu romper completamente com esse modelo de patriarcado, em que impera a vontade do homem em detrimento dos desejos da mulher. Entretanto, é preciso reconhecer que houve avanços, uma vez que o bem tutelado pelo Estado passa a ser a dignidade, no seu âmago, e não mais apenas os costumes, como foi anteriormente por longos anos.

Do ponto de vista jurídico, a vigência da lei de 2009, também trouxe significativas mudanças. Isso porque, antes, a tipificação do estupro se restringia apenas à conjunção carnal (cópula pênis-vagina), sendo que outros atos como relações sexuais por via anal, oral, toques e outras atitudes lascivas eram compreendidas no rol de atos libidinosos, com pena inclusive abrandada.

Outra mudança ocorrida também faz menção a quem pode ser vítima de estupro. Tendo em vista o fato que as mulheres são as principais vítimas, o código Penal de 1940 reconhecidamente, contemplava apenas mulheres como possibilidade de estar no pólo passivo, ao afirmar, em seu artigo 213 que o estupro consistia e “constranger mulher, mediante violência ou grave ameaça a ter conjunção carnal”.

Com o advento da lei de 2009, a definição do referido artigo 213 do Código Penal passou a ser “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”.

Dessa forma houve uma ampliação do pólo passivo, que agora permite inclusive que homens possam ser vítimas de estupro, mas, sobretudo uma ampliação de quais atos podem ser

²Norma técnica Ministério da saúde – Aspectos jurídicos do atendimento as vitimas de violência sexual. Perguntas e repostas para profissionais da Saúde. Brasília/DF, 2011



considerados como estupro, contemplando, conforme já mencionado relações sexuais anais, orais, toques ou atos antes entendidos como apenas libidinosos.

Essa reinterpretação corrobora a ideia de liberdade sexual em sua completude, haja vista que um corpo, sendo de homem ou mulher só pode e deve ser tocado com objetivos que envolvam interesses sexuais se outra parte assim o desejar. Do contrário, é possível que haja enquadramento no crime de estupro.

A QUESTÃO PROBATÓRIA NOS CRIMES DE ESTUPRO

Dados recentes divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica aplicada (IPEA), de 2013 informam que por ano, no Brasil cerca de 527 mil mulheres são vítimas de estupro tentado ou consumado, mas que apenas 10% desses casos chegam ao conhecimento de autoridades policiais.

Dentre as muitas razões para que uma mulher não denuncie um crime dessa natureza, estão a vergonha de se expor, o medo do agressor, o preconceito, a dificuldade de acesso aos serviços responsáveis e a dificuldade na punição dos agressores, uma vez que em sua maioria se tratam de crimes sem testemunhas.

Se analisarmos situações hipotéticas citadas nesse trabalho, tanto Margarida (Caso 1) quanto Rosa (Caso 2) precisarão provar os fatos ocorridos uma vez, que se tratou de crimes ocorridos na ausência de qualquer testemunha.

Antes da lei de 2009, como o crime de estupro se referia apenas à conjunção carnal, o contexto probatório era adstrito a prova desse ato, de modo que se o laudo pericial indicasse ausência de conjunção carnal o ato era descaracterizado como crime.

No ordenamento jurídico brasileiro, imperam princípios específicos acerca das provas, e dentre eles destaca-se o princípio da verdade real, que esta restrita aos fatos e limites concedidos inseridos num processo judicial, e preza pelo respeito ao indivíduo que se encontra adstrito as provas, estando eles na condição de vítimas ou de acusados.

Num processo judicial, o composto probatório deve, em tese, ser permeado pela verdade dos fatos, já que também fazem parte dos princípios basilares do ordenamento a não culpabilidade, também conhecida pela presunção de inocência, ou seja, todos são inocentes até que se prove o contrário.

Assim, baseado nesses princípios, o Código de Processo Penal Brasileiro (CPP) estabelece que cabe ao autor da acusação provar os fatos alegados. Significa dizer, que cabe a



vítima provar, pelos meios de prova admitidos em juízo que sofreu um estupro, para que o autor do crime seja punido e responda criminalmente por seus atos.

De acordo com Segundo Tourinho Filho (2009, p. 469): "provar é, antes de mais nada, estabelecer a existência da verdade; e as provas são os meios pelos quais se procura estabelecê-la. Provar é, enfim, demonstrar a certeza do que se diz ou se alega. Entendem-se também por prova, de ordinário, os elementos produzidos pelas partes e pelo próprio juiz visando a estabelecer, dentro do processo, a verdade sobre certos fatos".

Todavia, surge uma questão importante: como constituir prova de um crime que muitas vezes não deixa marcas evidentes ou mesmo que não teve nenhum tipo de testemunhas, a exemplo dos casos narrados acima?

Via de regra, os crimes contra a dignidade, se provam por meio de um exame de corpo de delito, realizado geralmente no Instituto Médico Legal (IML) ou num hospital de referência para atendimentos de vítimas de violência, por médico ginecologista.

Entretanto, na prática, muitas vezes não é possível a esses profissionais aferirem as evidências de um ato sexual. Quando se trata de relações sexuais em que houve penetração e ejaculação, sem uso de preservativo, é possível colher material genético do agressor, e nos casos em que houve alguma laceração ou ainda quando se tratavam de vítimas virgens, e houve rompimento himenal recente esse diagnóstico é mais facilmente realizável, pois existem evidências físicas que podem ser discriminadas num auto de corpo de delito (ACD).

Entretanto, há casos em que as mulheres já não mais eram virgens, não houve laceração evidente, ou ainda outras sequelas que tenham deixado marcas, como por exemplo, aqueles casos em que o agressor tocou a vítima nas partes íntimas sem que ela permitisse.

Quando o crime de estupro ocorre com essas características, evidenciar a materialidade deste crime é algo praticamente impossível de ser feito.

Não obstante, há ainda um outro impasse. O fato de ser possível identificar que houve uma relação sexual, por meio de um laudo pericial, não garante que esta tenha sido forçada, sem o consentimento de uma das partes.

O CRIME DE ESTUPRO DO PONTO DE VISTA DO ACUSADO

Numa outra perspectiva, analisando a versão dos supostos abusadores ou acusados, o quesito prova pode ser incriminador. Isso porque, o alto poder valorativo das palavras da vítima nos crimes de estupro, quando esta se apresenta de forma inverídica, não havendo outras opções



de prova, enseja na chance de condenar um inocente, acusando-o de um crime que não cometeu, mas que em razão das circunstâncias muitas vezes não oferece condições de defesa.

Nesse sentido, Dias e Joaquim (2013, p. 291) afirmam:

A prova testemunhal, que não raramente substitui a ausência da pericial, também é escassa, tendo em vista que normalmente a ocorrência também não oferece este tipo probatório por ter ocorrido de maneira reservada. Nesses casos as declarações das partes são analisadas de forma individual e consideradas isoladamente das demais, podendo levar à sentenças incorretas. Em todos os casos, o judiciário encontra um grande impasse, pois ao poder basear-se apenas em dados subjetivos, pode não chegar ao que realmente ocorreu. Afinal, mesmo nos casos em que a vítima está disposta e denunciar seu agressor, sua palavra pode estar viciada, haja vista que ela está diretamente envolvida com a situação.

Citando como exemplo, ao refletir sobre o caso 2 do referido trabalho, Mévio, certamente terá grandes dificuldades em provar que a relação sexual com Rosa foi consentida, que o nível de embriaguez desta não afetou sua consciência a ponto de perdê-la, que nada foi feito sem o seu consentimento e desejo, e ainda, que a acusação sob ele advém da necessidade dela, de se explicar com o namorado, justificando o ocorrido. Tratam-se, pois, de questões cuja natureza é muito íntima, com alto grau de subjetividade no que tange às interpretações, o que denota considerável fragilidade em formular sua defesa. Esta muito provavelmente será pautada no histórico social e criminal de Mévio, ou melhor, não criminal, haja vista ele, em tese, não ser um criminoso.

Tal situação demonstra, conforme já mencionado, que a palavra da vítima tem alto valor probatório, e a contextualização dos fatos narrados, servirão de base para incriminar ou não o agressor. Fato é que a verdade real, muitas vezes não é alcançada num processo judicial, e nos crimes de estupro a ocorrência dessa realidade é ainda mais recorrente, tanto para as vítimas quanto para os acusados.

ASPECTOS SOCIAIS

Estudos relacionados a análises de processos de crimes de estupro realizados por Coulouris (2004) demonstram outro aspecto, de natureza sociológica, que precisa ser enfrentado. Refere-se especificamente a construção de estereótipos, tanto das vítimas quanto dos acusados. É sabido, conforme já mencionado que os magistrados julgam de acordo com as provas contidas no processo, a exemplo de laudos periciais, depoimento de testemunhas, não que necessariamente



tenham presenciado o fato, haja vista em sua grande parte não terem testemunha, mas pessoas que conhecem os envolvidos.

E desta forma, em muitos casos o que se observa é que os julgamentos são subjetivamente calcados em comportamentos das vítimas e dos acusados, corroborando a ideia de que as pré-noções e os pré- conceitos influem no desfecho desses crimes. A exemplo, citemos a situação hipotética dos casos narrados.

Se a vítima do caso 1, Margarida for uma garota de programa ou mulher cuja vida sexual é comprovadamente promíscua, existem grandes chances de acusado ser absolvido por falta de provas. E o inverso também se aplica. Sendo Tício um homem já com histórico de violência, ou mesmo sem antecedentes criminais, se enquadrando ao perfil do estereótipo de suspeitos de violência sexual, as chances de uma condenação se mostram bem maiores. Também é possível perceber pelos relatos que se tratando de agressor com bons antecedentes, pessoa idônea, com características de ser um “bom” homem, aquele acima de qualquer suspeita, as chances de ser absolvido aumentam bastante.

Sobre esse assunto Coulouris (2004) destaca:

De acordo com a escola positivista inspirada na defesa social, o julgamento de um crime deveria levar em conta a conduta do réu com o fim de determinar a sua periculosidade. A questão da honestidade passada ou presente era um elemento subjetivo fundamental apto a completar o conceito legal de estupro. Mas a honestidade das mulheres era relacionada a sua virtude moral no sentido sexual, enquanto no caso dos homens, a honestidade era medida pela sua relação com o trabalho. As mulheres de comportamentos considerados inadequados não mereceriam a proteção da justiça. Da mesma forma, estava praticamente excluída a possibilidade de condenar por estupro um “cidadão de bem”, educado segundo as regras e normas da elite. No nível do discurso jurídico não se entendia a separação entre trabalho e honestidade. Não estava em questão o que havia sido feito, mas a conduta total do indivíduo, aquilo que os acusados eram ou poderiam ser.

Essa realidade denota que os comportamentos dos envolvidos, as condutas e práticas sociais configuram-se enquanto fonte de embasamento para os julgadores, ainda que o ordenamento jurídico seja pautado nos princípios da racionalidade e imparcialidade que decorrem da premissa de liberalidade da justiça. Assim, o que se verifica de acordo com Coulouris (2004) é um deslocamento da observação dos fatos narrados num processo judicial em detrimento da observação dos envolvidos. Para Coulouris (2004), esse descolamento fundamenta-se:



no pensamento foucaultiano (1988) acerca das análises históricas da constituição de uma prática jurídica denominada como Direito ou Sistema de Justiça, em decorrência do funcionamento articulado de preceitos fundamentais do modelo- jurídico político – como a questão da soberania e da igualdade jurídica – a práticas de saber-poder. O resultado é uma prática jurídica que observa os comportamentos sociais dos indivíduos de forma a estabelecer partilhas, criar conceitos, classificar indivíduos e, assim, organizar de forma racional e positiva a sua produção da verdade jurídica, a verdade que toma a sua forma legítima, sob a forma de sentença. Podemos dizer que, nesse sentido, o sistema jurídico age de acordo com o que a sociedade espera dele, observando as pessoas que lhe cabe ouvir, examinar, julgar e condenar ou não à prisão. Ele não se atém somente aos fatos jurídicos, mas constrói todo um saber sobre os indivíduos, classificando-os em normais, pacíficos, honestos e sinceros, ou não.

Frisa-se ainda que o contexto descrito por Foucault foi historicamente vivenciado no Brasil, inclusive subsidiando a elaboração do Código Penal Brasileiro de 1940, no que diz respeito a elaboração e tipificação dos crimes sexuais, contra os costumes. Esteves (1989) e Caulfield (2000) apud Coulouris (2004) afirma que “nos casos de estupro, sedução e defloração, do fim do séc. XIX até meados do século XX, a associação entre conduta social e padrão de honestidade estava presente em todos os discursos jurídicos. Não bastava esclarecer a verdade e determinar o autor.”

Ela ainda afirma:

Ainda hoje, em nossas análises, foi possível verificar tendências próximas às verificadas no início do processo de normalização do Direito no Brasil. Hoje, como no final do século XIX e início do século XX, as mulheres são analisadas, observadas, em relação a sua vida sexual, enquanto os homens são julgados de acordo com a sua disposição para o trabalho. Também de acordo com a bibliografia sobre o assunto, percebemos que a justiça é mais resistente em acreditar na mulher quando o suspeito não se enquadra no “estereótipo do estuprador”. Entretanto, as denúncias contra homens com este perfil são minorias. A maioria dos casos encontrados refere-se a denúncias contra patrões, padrastos, primos, parentes, ex-maridos, etc., denúncias contra pessoas que comumente são descritas pelas testemunhas como: “cidadãos de bem”, pais de família, bons chefes ou excelentes trabalhadores.

Nesse sentido, o trecho narrado explicita que em muitas vezes, a construção dos estereótipos tanto de vítimas como de abusadores se concretiza com base em padrões de comportamento, de modo que nem sempre correspondem à realidade. O que impera em diversos processos judiciais não necessariamente condiz com o princípio da verdade real, na medida em que as provas dos crimes de estupro são muitas vezes viciadas, não evidenciam o que realmente



houve e o julgador acaba por estabelecer seus parâmetros de condenação e absolvição a outros quesitos, como os estereótipos, vida pregressa dos envolvidos dentre outros, contribuindo sobremaneira para um julgamento impreciso e muitas vezes, injusto.

Essa discussão remete inevitavelmente a concepção de violência de gênero, que muito embora não seja a discussão central desse trabalho, não poderia deixar de ser mencionada.

Os julgamentos pautados na formação desses estereótipos, principalmente, os que resultam na absolvição dos acusados ou ainda no arquivamento por falta de provas, de acordo com Coulouris (2004), resultam na reprodução de uma tendência, de um discurso difundido socialmente, no tocante ao poder exercido pelos homens sobre mulheres.

Para esse discurso, existe sempre uma justificativa. O abusador seria um doente, possuidor de desequilíbrio emocional, que foi provocado pela mulher, que por isso agiu por instinto, e desta forma direciona as investigações num sentido equivocado, mas não ingênuo. Transformar os atos do agressor numa patologia, deslocando suas ações para o campo na psicologia, do eu, daquele que responde as provocações, satisfaz sobremaneira aos anseios sociais ou aquilo que se espera de um homem. Ao invés disso, o que se deveria é tratá-lo como um criminoso, indivíduo cruel, que não é capaz de entender limites.

Um discurso que segundo Bandeira (1999), corrobora não somente para a violência sexual, mas também para a violência doméstica, violência física, e demais atos em que a mulher se encontra na condição subserviência, de vulnerabilidade em relação ao homem, banalizando todas as formas de violência e permitindo que esta se incorpore nas relações e práticas sociais entre homens e mulheres.

As concepções relacionadas aos estereótipos corroboram a complexidade do crime ora estudado, na medida em que o estupro traz em si conseqüências extremamente graves tanto para as vítimas, quanto para os estupradores.

Isso porque, dentro do ambiente do cárcere o crime de estupro e repugnado pelos próprios presos, que não raras às vezes submetem os acusados de estupro a situações vexatórias, de violência, que incluem estupros por outros presos, tortura e até mesmo a morte. Sobre esse assunto, Marques Junior (2009) ressalta, que “o modo como o condenado por estupro convive no cárcere e os resultados apontam que o agente pode sofrer grande pressão moral e física, sendo inclusive estupro mediante sexo anal (...) pelos demais detentos, sofrendo tatuagens em seu órgão genital e podendo em alguns casos até ser morto.

O autor destaca ainda que muitas vezes, a ofensa pode vir do próprio Estado, quando não consegue garantir a segurança necessária dentro do cárcere, pode ser representado pelo



judiciário, quando o juiz que decidiu erroneamente, ou simplesmente pelo fato de as circunstâncias levarem a condenar um inocente. “Para qualquer cidadão, ser preso injustamente causaria grande dano, mas para o réu por estupro a situação é ainda mais complicada. (JUNIOR, 2009)”.

O ESTUPRO DE VULNERÁVEL

No que tange as subjetividades dos crimes de estupro, o estupro de vulnerável traz em si uma das questões mais complexas tanto do ponto de vista jurídico, quanto social.

A definição de pessoa vulnerável no que diz respeito aos crimes de estupro foi estabelecida com a lei de nº. 12.015/2009, já que antes a expressão utilizada era presunção de violência. De acordo com o artigo 224 do Código Penal Brasileiro o conceito de violência presumida consistia em “presume-se violência se a vítima, a) não é menor de 14 anos; b) é alienada ou débil mental, e o agente conhecia esta circunstancia, ou c) não pode, por qualquer outra causa oferecer resistência”.

O rol taxativo definia que nos casos mencionados, o crime de estupro, seria agravado pela violência presumida se essas fossem uma das condições da vítima, o que as tornaria vulnerável, mais frágil, em relação ao acusado. Por essa razão, o crime se enquadrava naqueles em que a violência era presumida, ou seja, mesmo que a vítima consentisse, a condição de infantilidade, debilidade mental, ou impossibilidade de oferecer resistência, já era suficiente para determinar que esta pessoa teria sofrido um estupro.

Entretanto, ainda que o rol fosse taxativo, em processos judiciais o julgador muitas vezes se deparava com uma realidade que o confundia, ou que não consistia, na prática, com o que estava previsto em lei. Dessa forma, estabeleceu-se como critério a adoção de violência presumida absoluta e violência presumida relativa, a depender da situação em que o crime de estupro era praticado.

Para elucidar melhor, entendia-se que se as relações sexuais fossem consentidas, mesmo com menor de 14 anos, ou se esta já havia tido outras experiências sexuais anteriores ao crime, ou não era uma menina “ingênua”, ou ainda convivia com o acusado, na condição de namorado, companheiro ou mesmo marido, com o consentimento dos pais, não haveria a interpretação de violência presumida, e esta era considerada relativa, dadas as circunstâncias da vítima em relação ao acusado.



Do contrário, caso essas condições mencionadas não fossem provadas judicialmente, a presunção de violência seria do tipo absoluta e não poderia ser afastada pelo julgador, sendo este acusado julgado pelo crime de estupro.

Ora, as interpretações quanto a relatividade de presunção da condição da vítima eram extremamente subjetivas e em muitos casos favorecia erroneamente que os acusados não fossem condenados, causando verdadeira insegurança jurídica

Analisava-se se a vítima tinha vida sexual pregressa, ativa, se era ingênua (a concepção de ingenuidade é talvez o critério mais subjetivo, e ainda esdrúxulo, de todos os adotados), se vivia com o suposto abusador dentre outras situações que eram analisadas no caso concreto.

Enfim, observou que a lei não atendia os anseios sociais e nem tampouco a própria realidade encontrada nos processos judiciais. E não obstante, deslocava a presunção de violência para atitudes e comportamentos que eram de inteira responsabilidade da vítima como se tais circunstâncias pudessem de alguma maneira justificar o estupro sofrido.

Desta forma em 2009, a lei nº. 12.015/2009 extinguiu a concepção de violência presumida e trouxe a expressão vulnerabilidade, ou estupro de vulnerável através do artigo 217-A para definir as situações em que as vítimas se encontravam em condição de real vulnerabilidade. Definiu tal situação com base nas análises de cada caso concretamente, ao identificar, se as vítimas, tinham ou não capacidade de discernimento dos atos vividos, ouviam-se suas histórias de vida, e com base nisso, caracterizavam se eram ou não consideradas vulneráveis, ou seja, se eram capazes efetivamente de ter discernimento para consentir ou não a prática do ato sexual, e/ou se tinham condições pessoais de oferecer resistência. Caso essas condições fossem confirmadas, não haveria que se falar em vulnerabilidade.

Em linhas gerais, prevaleceu a concepção em que o rol de vulnerabilidade ainda é taxativo, entretanto, as condições de discernimento passaram a considerar o real entendimento da vítima para o consentimento do ato sexual. A adoção dessa escolha interpretativa pautava-se numa situação hermenêutica muito peculiar, e vivenciada empiricamente pelo julgador em cada caso.

O modelo de estado democrático brasileiro prevê a liberdade dos cidadãos para a escolha de suas ações, e isso inclui a liberdade sexual. Logo, interpretar que enfermos, débeis, ou menores de quatorze anos não poderiam ter relações sexuais seria lhes impedir de exercer o direito de liberdade, que é constitucionalmente garantido.

Não obstante, a realidade atual demonstra que os jovens estão iniciando a vida sexual mais cedo, e não são raras meninas e meninos que antes dos quatorze anos já tiveram relações



sexuais, sabem e entendem de sexo, de métodos contraceptivos e principalmente com as meninas, já possuem um corpo mais desenvolvido, com seios e formas mais delineadas. Assim, o que se percebe é que a concepção de vulnerabilidade trazida pelo legislador aproximou-se de certa forma mais do real, do que é visto e percebido principalmente nos serviços que atendem a essas jovens, cujos pais insistem em dizer que as filhas foram estupradas mesmo quando essas afirmam categoricamente que as relações sexuais foram consentidas.

Em geral, os supostos abusadores nesses casos são namorados, “ficantes”, e quando maiores praticam os atos sexuais com consentimento das menores, embora em muitos casos sem a ciência dos pais. Quando estes descobrem são vistos aos olhos da família como estupradores.

Talvez, analisando a situação sob esse ponto de vista, e com intuito de garantir que cada vez menos situações como essa ocorram, é que uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ)³, recente, definiu que, no que diz respeito ao critério idade, o crime de estupro não admite relativização. Ou seja, independente da menor de 14 anos ter consentido a relação sexual o simples ato de ela ser menor da faixa etária tipificada para caracterização do crime, já compreende este ato sexual como sendo crime de estupro e, portanto, o suposto abusador, passa a ser tido como criminoso.

É fato que existem críticas em relação a ambos os posicionamentos, e por ser uma decisão recente, é preciso verificar na prática, ao decorrer dos processos, sob qual teoria a conduta tipificada melhor se ajusta, e não somente, se os princípios basilares do direito estão sendo efetivamente garantidos, tais como ampla defesa, contraditório, e ainda aqueles pertinentes ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), já que a tutela das crianças e adolescentes se configura enquanto uma das mais importantes do nosso ordenamento jurídico.

O que se ressalta nesse tópico, é em consonância com a proposta de discussão desse trabalho, analisar que mais uma vez, o crime de estupro traz em seu cerne questões que por ora, são subjetivas e do ponto vista jurídico e social são capazes de incriminar mais facilmente um inocente, bem como permitir que não haja punição para um culpado.

CONSIDERAÇÕES

Em linhas gerais, o objetivo desse estudo é provocar uma reflexão acerca das complexidades do crime de estupro, seja na esfera judicial ou no âmbito social. Em termos

³ Decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) disponível em <http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/noticias/noticias/Para-o-STJ,-estupro-de-menor-de-14-anos-n%C3%A3o-admite-relativiza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 07 nov 2015



jurídicos, trazer as dificuldades que enfrentam vítimas, advogados, e julgadores em provar um crime que ocorre sem testemunhas, cuja prova da materialidade é insuficiente ou inexistente e que não raros, em face de dificuldade do composto probatório são julgados com base em modelos, conceitos e estereótipos tanto da vítima quanto do abusador, incorrendo, portanto, em insegurança jurídica.

Nos casos em que os julgamentos são feitos com base no testemunho da vítima, quando esta falta com a verdade, cabe ao julgador a difícil missão de aplicar a lei, e o sentimento de impunidade que em geral se observa em crimes nessa natureza favorece ao julgador por vezes, um pseudo entendimento do caso e como consequência, a acusação de um inocente.

Trata-se, como se pode ver de uma difícil missão do poder judiciário a solução de lides como essa. Nesse sentido, o que se vê como alternativa é que esses julgamentos sempre sejam acompanhados por uma equipe multidisciplinar, composta por psicólogos e assistentes sociais aptos para lidar com crimes dessa natureza, bem como com treinamento específico no sentido de ouvir os testemunhos e depoimentos pessoais e ser capaz de abstrair, em conjunto com as provas materiais disponíveis a situação mais próxima da verdade real.

É evidente que em alguns casos isso não será possível. Todavia, trata-se de zelo e cautela, não deixando apenas a cargo do magistrado a responsabilidade exclusiva por aferir as provas apresentadas.

Quanto aos aspectos sociais, o que se salienta são os reflexos trazidos pelo crime em si, bem como o julgamento podem incidir. Quanto ao primeiro, a necessidade de acompanhamento integral dos envolvidos, isto é, vítima e familiares, por uma rede de assistência com profissionais capazes de minimizar o sofrimento de quem foi abusado, com acompanhamento clínico e psicológico, respaldando tanto a saúde física quanto mental de todos os envolvidos (vítimas e familiares).

Quanto ao julgamento conforme já mencionado, os reflexos sociais decorrem da punição efetiva dos abusadores quando comprovado o crime, de forma eficiente, segura e rápida, respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, inclusive para não incorrer em julgamentos errôneos, motivados por anseios sociais, repercussão midiática, evitando assim a punição de inocentes.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Lourdes et al (Org.). Violência, gênero e crime no Distrito Federal. Brasília: UNB, 1999.

BRASIL. Lei nº 2.848, de 07 de Dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 07 dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18072.htm>. Acesso em: 03 Set 2015.

BRASIL. Lei nº 3.689, de 03 de Outubro de 1941. Código de Processo Penal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 03 out. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18072.htm>. Acesso em: 21 set. 2015.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: [s.n], 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 25 set 2015

BRASIL. Lei nº 12.015, de 07 de agosto de 2009. Altera o Título VI da parte especial do Decreto lei 2848 de 7 de dezembro de 1940 – Código penal, e o art. 1º da lei nº 8.072 de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da CF e revoga a lei nº. 2.252 de 1 d julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Brasília, DF: [s.n], 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm>. Acesso em: 25 set 2015

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Norma técnica: aspectos jurídicos dos atendimentos às vítimas de violência sexual – perguntas e respostas para profissionais da saúde. / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 2. ed. atual. e ampl., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2011.

COULOURIS, Daniella Georges. A construção da verdade nos casos de estupro. Publicado nos anais do XVII Encontro Regional de História ANPUH/SP realizado na UNICAMP entre 6 e 10 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/Casos%20de%20Estupro.pdf>. Acesso em: 22 set 2015

DIAS, Thaisa M. e JOAQUIM, Evandro Dias. O problema da prova nos crimes contra a dignidade sexual. Revista JurisFIB, Volume IV , Ano IV. Bauru – SP. Dezembro, 2013. Disponível em < <http://www.revistajurisfib.com.br/artigos/1395809029.pdf>>. Acesso em: 14 set 2015

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988

MARQUES Junior, Gessé. Estupro, uma interpretação sociológica da violência no cárcere. Curitiba: Juruá, 2009.

OLIVEIRA, Guizela De Jesus. Estupro Antes e Depois da lei 12.015/2009. Disponível em http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=3296. Acesso em: 05 out 2015.



HUMANIZAÇÃO DO PARTO E NASCIMENTO: GÊNERO, CONHECIMENTO E POLÍTICA

BATISTA, S. M. S.

Mestranda em Políticas Sociais da Universidade Estadual Norte Fluminense- RJ(UENF)
sheilasbatista@gmail.com

MARTINS, P.M.

Doutora do Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais-(UENF)
paula.mousinhomartins@gmail.com

CEZAR, L.S.

Doutora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais –(UENF)
lsagio@hotmail.com

189

RESUMO

Desde o século passado, ocorrem polêmicas na história da parturição no país, numa luta pelo espaço profissional, com a retirada do parto das mãos das parteiras, assumido por médicos, em instituições hospitalares. A presente comunicação reflete sobre as interferências externas (principalmente masculinas) na tomada de decisão sobre o parto, buscando entender como o corpo feminino foi sendo destituído de sua autonomia, capacidade e poder de decisão no momento de colocar no mundo outro ser. A partir de pesquisa qualitativa, pautada em método descritivo e bibliográfico, realizamos comparação das políticas públicas voltadas para o parto a partir dos modelos tecnocrático, humanístico e holístico (Davis- Floyd, 2001). Tendo como foco as mulheres parteiras e sua relação com o debate contemporâneo, na política de atenção ao parto e nascimento humanizado proposto pelo Ministério da Saúde através da Rede Cegonha.

Palavras Chave: Parteiras, Políticas Públicas, gênero

Abstract

Since the last century , there are controversies during labor history in the country, a struggle for professional space , with the removal of the birth of the hands of midwives , taken by doctors in hospitals . This communication reflects on the outside interference (mostly male) in decision making about childbirth , seeking to understand how the female body was being stripped of their autonomy , capacity and power to decide when to put the world another being. From qualitative research , based on descriptive and bibliographic method , we conducted comparison of public policies for the delivery from the technocratic and humanistic models (Davis- Floyd , 2001). Focusing on women midwives and its relation to the contemporary debate , the attention of policy delivery and humanized birth proposed by the Ministry of Health through the Stork Network .

Keywords : Midwives , Public Policy , gender



Introdução

O presente trabalho constitui parte da contribuição teórica da pesquisa de mestrado em Políticas Sociais na área de Política, Cultura E Conhecimento, na Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro(UENF), Rio de Janeiro.

O modo de vida, com a industrialização, foi modificando o cuidado com a saúde e, na medicina, foram criadas as especialidades, entre elas a obstetrícia, o que, certamente, influenciou no desaparecimento das parteiras. A mulher gestante passa, assim, a ser cuidada por médicos, como uma necessidade, justificada pelas elevadas taxas de mortalidade materna e perinatal¹.

Dessa maneira, o parto passa a ser vivenciado, por outros atores sociais, de maneira pública² e impessoal. As mulheres passaram a ser objeto de interesse médico, para realização de partos e cuidados ginecológicos. Nesse processo, as parteiras foram perdendo seu espaço, sobretudo, por terem sido consideradas responsáveis pelos óbitos maternos, embora, até hoje não se tenha comprovação científica de tal informação. (SEIBERT, 2005; ODENT, 2003; SILVA,2010; ROHDEN,2003).

Faz-se uma revisão bibliográfica, breve sobre história do nascimento no país, como foco o ato de partejar, desde o início da formação dos primeiros cursos de parteiras até a última política instituída pelo Ministério da Saúde, a Rede Cegonha. Relacionando os modelos de atenção referido pela antropóloga Davis- Floyd, tecnocrático, humanístico e holístico, com a política de atenção á saúde desde a institucionalização do cuidado e sua influencia e repercussão no cuidado a parturiente.

Algumas questões nos remete a reflexões: 1- Como as políticas de atenção a mulher grávida e parturiente se relacionam com os modelos de atenção a saúde? 2 – Como os princípios da política de Parto e Nascimento, da Rede Cegonha, instituído pelo Ministério da Saúde está estruturado dentro da lógica de humanização? E como a política de parto visualiza as parteiras no país?

¹ Perinatal- Período que compreende da 22ª semana de gestação ao 1º mês de nascimento.

² Segundo Rohden (2003,p224) A reprodução não se encontra somente ligado ao privado, mas no âmbito público, sendo de importância política para o país.



Se percebe **o apogeu e declínio da prática das parteiras** num relato histórico da presença destas no cuidado à mulher relacionados ao parto, e ainda que, os conflitos ocorridos entre Parteiras, Obstetizes, Enfermeiras e Médicos sempre foram alvo de disputa na arena do parto no país. E como refere o Ministério da Saúde (2010), estes conflitos persistem até hoje.

Com a lógica de higienização e da redução da mortalidade materna e infantil, o modelo hospitalar americanizado foi instituído nas diversas partes do país e permanecendo as parteiras apenas nas áreas de pouco acessibilidade do SUS e isoladas, garantindo práticas tradicionais.

Ao analisarmos **os modelos de atenção e a evolução dos cuidados à parturiente** descreve-se como cada modelo se inseri com a assistência ofertada às mulheres, com a presença marcante do modelo tecnocrático, mecanicista e como este se mantém resistente a introdução dos modelos humanizado e holístico.

No modelo tecnocrático existe uma ordem hierárquica nas organizações hospitalares com padronização dos atendimentos que seguem uma rotina das instituições, nem sempre com validação científica, em geral, os profissionais aprendem durante a academia e nos diversos cursos da área, a se manter emocionalmente longe do contato com sua “paciente” e a instituição perpetua esse modelo com intolerância para outras modalidades. (DAVIS-FLOYD, 2001).

No modelo humanizado, surge como paradigma da assistência aos usuários na saúde, contrabalanceando a tecno-medicina, mecanicista, positivista, que passa a dar importância ao usuário, enquanto ser que merece uma abordagem individualizada e valoriza a conexão corpo e mente, a relação do cuidado entre o profissional e os usuários, e ainda, sua relação com a família e os amigos.

Se o modelo humanizado já causa certo desconforto e resistência para os adeptos à assistência tecnocrática, o modelo holístico é concebido como algo empírico e que não contribui com a resolução dos processos patológicos. Na prática, este inclui uma variedade de terapias consideradas alternativas, como a nutricional, a cura chinesa, homeopática, entre outras práticas tradicionais. Práticas, estas que vem cada vez mais se confirmando nos cuidados das usuárias, implementadas nos domicílios, nas casas de parto e instituídas como práticas integrativas proposta pelo Ministério da Saúde para atenção básica do SUS.

A Humanização do parto foi sendo instituída com propostas pontuais e necessárias para alcance dos indicadores e da meta do milênio estipulados pela organização das nações



Unidas (ONU) para melhoria na qualidade da assistência e na redução da morte materna e infantil.

A Política de humanização da Rede Cegonha foi instituída pelo governo Federal no ano 2011, considerando que as proposições nas políticas para uma assistência a gestante e parturiente não foram suficientes para efetivar uma qualidade no atendimento e alcance da meta, ainda apresentando índice de morte materna e fetal, aquém do esperado, além das queixas frequentes de violência nas maternidades à mulher parturiente.

Esta política possui uma proposta técnica e financeira de ajustar uma série de mudanças no cuidado à gestação, parto, puerpério e a criança, indica articulação de atenção em rede de cuidados humanizados e seguros e regulação obstétrica, com pactuação regionalizada em cada Estado (SAÚDE, 2011).

2-FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1- Apogeu e declínio da prática das parteiras

O parto e nascimento são eventos considerados naturais e, na maioria das vezes, não apresentam riscos para a mulher e o bebê, sendo comemorado, na maioria das civilizações, como um fato marcante da vida. No passado representava um evento feminino, privado e íntimo, sendo o ato de partejar apoiado por outras mulheres da comunidade, as comadres, as aparadeiras, as parteiras. (Brenes, 1991; Ministério da saúde, 2010).

O Ministério da Saúde (2010) adota a denominação de parteira tradicional aquela mulher que presta assistência ao parto domiciliar e é reconhecida pela comunidade como parteira. Este termo valoriza os saberes empíricos e práticas tradicionais, caracterizando a formação e o conhecimento que as parteiras detém e que outrora eram utilizados no cuidar e no assistir as mulheres.

Brenes (1991), ao abordar a história da parturição no Brasil, relata que a faculdade de medicina foi inaugurada em 1808 no país, no Rio de Janeiro e na Bahia. Período em que a prática da obstetrícia já havia sido estruturada na Europa. A faculdade formava, também, parteiras neste período.

A prática em obstetrícia enfrentou grandes dificuldades, desde o século XIX, persistindo por muitos anos, com baixa procura de mulheres para as consultas obstétricas e para a prática do parto. Dois desafios se faziam presentes, um era trazer a mulher para a clínica, com



um “olhar sobre o corpo feminino e seus males”, e o outro era a falta de uma Maternidade, para a prática dos cursos de obstetrícia (BRENES, 1991).

O Curso de Parteiros permaneceu sem mudanças significativas na programação curricular até 1925, quando houve alterações que determinaram que os cursos fossem suprimidos e substituídos com vistas a formação de Enfermeiras especializadas para o trabalho em maternidades, anexas às Faculdades de Medicina. (Silva, 2010).

Na era Vargas, ocorre uma grande preocupação com o futuro da nação, com a formação de uma raça forte e saudável. Os médicos, então, encontram o momento propício para que pudessem colocar em prática algumas medidas em defesa do cuidado da maternidade e a infância. Caracterizou-se, assim, a primeira Política Pública voltada para a construção de condições na proteção desse grupo, com a criação do Departamento da Maternidade e Infância. Desta forma, a academia de medicina se alia ao Estado e, por Decreto-Lei, se faz valer de medidas higienistas, na atenção à mulher e à criança, e da prevalência do cuidado médico. Neste período, a faculdade de medicina, ligada a Universidade do Brasil, recebeu a incumbência de propor soluções para a elevada mortalidade materna no país, surgindo como proposta a criação de escolas de parteiras, em todo território nacional; e da construção de maternidades para as práticas das faculdades.(RODHEN, 2003).

Havia, no entanto, no decorrer dos anos denúncias da assistência prestada pelas parteiras, sendo apoiado pelos jornais da época, que eram enfáticos e agressivos contra essa assistência, acusando-as pelo elevado índice de mortalidade materna e infantil, e por serem sujas e aborteiras. As Enfermeiras vinculadas a congregações católicas (algumas freiras e outras leigas) e que possuíam poder nas instituições de ensino e nas associações de Enfermagem, também, se opunham a classe das parteiras diplomadas. (SILVA, 2010).

A política no país optou em reforçar a institucionalização hospitalar do parto após a década 60 e foi destituindo outros profissionais envolvidos com a prática do ato de parir, como, as parteiras e Enfermeiras Obstétricas, especialmente nos grandes centros.

1.2 - Os modelos de atenção ao parto e a evolução dos cuidados à parturiente

Apoiado por um cenário mundial favorável, o parto foi sendo institucionalizado e encarado a partir de um modelo tecnocrático, que se deu em meados do século XX, com uma série de avanços técnicos e tecnológicos. Assim ocorre uma valorização da autoridade do



médico, das instituições com suas tecnologias e dos profissionais.(ODENT, 2003; DAVIS - FLOYD, 2001).

No modelo tecnocrático, a mulher é dependente do atendimento da ciência médica e da instituição, e não tem autonomia ou responsabilidade no seu cuidado. E acaba por se sentir impotente diante das normas pré estabelecidas, seu corpo feminino necessita de controle masculino "para estar em ordem". "O parto hospitalar, é realizado por médico com o apoio de intenso aparato tecnológico e fármaco químico, nos moldes de linha de montagem taylorista", isto se tornou uma prática nesse modelo. (MAIA, 2010, p36).

O corpo da mulher é visto de forma fragmentada, com foco no seu útero, e a assistência também espelha essa ideia, com a mulher sendo deslocada dentro dos espaços físicos da maternidade de acordo com o período do parto. Primeiro passa por uma admissão com uma avaliação do estágio do parto, após permanece numa sala de pré-parto enquanto evolui sua dilatação, próximo ao período expulsivo, sai para sala de parto, andando ou numa maca por um corredor, e após o parto, para a sala de recuperação e posteriormente para enfermaria ou quarto (MAIA, 2010).

Odent (2003) descreve como essa lógica tecnocrática foi ocorrendo, o que ele chama de industrialização do parto. Cita o médico Joseph Delle, professor de obstetrícia, norte-americano, com um papel importante nessa industrialização, este se referia ao parto como um processo patológico e recomendava o uso de fórceps³ e a episiotomia⁴. Isso se tornou norma, na década de 1930, nos EUA, sendo a episiotomia realizada, rotineiramente, até hoje nos nossos hospitais.

Segundo Odent (2003), outra técnica que marcou a industrialização do parto, foi a generalização do uso da mistura de morfina e escopolamina, para realizar a sedação das parturientes e, numa segunda etapa, o uso de éter e clorofórmio, que propiciava um parto sem dor e possibilitava o uso de outras técnicas, atraindo mulheres para o chamado "sono do crepúsculo".

³ Fórceps – Instrumento, semelhante a uma “colher” utilizado para encaixar na cabeça do bebe e puxar , quando ele tem dificuldade de sair por vias normais.

⁴ Episiotomia – Corte do períneo (região entre a musculatura da vagina e ânus) para ampliar a passagem do bebe e evitar rasco irregular do tecido.



“Com o advento do ‘sono do crepúsculo’, os partos hospitalares se tornaram mais impessoais (...). O parto tornou-se uma linha de montagem. O conceito de obstetrícia profilática promovido por Joseph Delle, associado à popularidade do ‘sono do crepúsculo’, explica porque o parto industrializado já havia se consolidado antes da segunda guerra mundial, pelo menos nos EUA. (Odent, 2003, p.46).

Este mesmo autor, refere que os médicos obstetras não dominavam a prática cirúrgica da cesariana e, quando havia necessidade desse tipo de intervenção, chamavam um cirurgião. Sendo, assim, foi preciso treinar e formar médicos obstetras em práticas cirúrgicas, o que ocorreu a partir da década de 1960. Dessa forma, “as mulheres foram se convencendo de que dar a luz em um ambiente hospitalar, com salas cirúrgicas, era mais seguro”. (Odent, 2003)

Outros fatores que foram surgindo, após a década de 1970, favorecendo aos partos hospitalares, foi o surgimento dos monitores fetais eletrônicos nas salas de parto e, posteriormente, a anestesia peridural. Novamente, detecta-se a insuficiência de profissionais para se consolidar as propostas de mudança, como a de anestesistas treinados para atender nos hospitais, por 24hs diárias, o que foi minimamente resolvido, somente na década de 1990.

No entanto, com todo esse aparato, apenas as maternidades de grande porte podiam ter um serviço com a presença de obstetras, anestesistas e pediatras 24hs por dia. Sendo assim, foram necessários grandes investimentos para a construção de maternidades e, ainda, equipá-las, conforme os novos modelos propostos, o que se percebe ocorrer, até hoje, no país. (ODENT, 2003).

O parto normal, nesse processo de tecnocrático, também, passa a ser controlado por rotinas e protocolos, como palavras-chave, na ‘obstetrícia moderna:’

Na cabeça de muita gente, além do parto por cesariana, que pode ser planejado ou decidido durante o trabalho de parto, existe um parto ‘normal’ quase padronizado. No caso de um parto ‘normal’ a mulher recebe uma peridural e ocitocina intravenosa, enquanto o bebe é monitorado eletronicamente. É normal que um tubo seja inserido pela uretra para esvaziar a bexiga. Além das últimas contrações, a utilização de uma ventosa (ou de fórceps) é associado a uma episiotomia. No momento preciso em que o bebe nasce, administra-se uma droga para contrair o útero, permitindo a expulsão segura da placenta. **Na idade do parto industrializado a mãe não tem o que fazer. Ela é uma ‘paciente’ (grifo nosso) ”** Odent (2003, pag.49).

Assim, os protocolos são criados tendo como uma das finalidades facilitar o trabalho do médico, embora provoque engessamento do processo de trabalho e torne a assistência com uma



linha dura. Como exemplos, temos a norma de manter a mulher imobilizada e deitada para o trabalho de parto, o que fisiologicamente não justifica e não favorece o parto normal, mas propicia um controle sobre a paciente que não tem autonomia neste processo tecnocrático.(ODENT, 2003; MAIA, 2010).

Pode-se perceber que, nesse cenário, a política no país optou em reforçar sua institucionalização, destituindo não só as parteiras da sua prática, especialmente nos grandes centros, como também as mulheres, de sua capacidade de ter o controle sobre seu próprio corpo, sendo este, paulatinamente, delegado e controlado ao domínio científico e médico, com a idéia de corpo como máquina.

O modelo obstétrico tecnocrático propicia índices alarmantes de cesareana no Brasil com justificativas incoerentes, científicas para que o parto normal tenha índices aceitáveis. A proposta e o argumento de que a prática humanizada melhora os indicadores perinatais, acaba não sendo suficiente para convencer a organização hospitalar já instituída. Esta mudança é "bastante complexa e envolve tanto normas, valores e regras de natureza simbólica quanto interesses, experiência prática e nível de satisfação dos profissionais e dos pacientes" (MAIA, p. 165).

" Comprometido com outros valores como o ganho financeiro, a reificação da tecnologia dura, etc o hospital, mesmo que tenha condições facilitadoras da política de humanização, como estrutura física e recursos humanos disponíveis, pode não realizar a mudança no modelo de assistência ao parto." (MAIA, 2010, p 165,166).

Em contraposição o modelo humanístico relaciona o cuidado profissional com as necessidades individuais, buscando conectar corpo e mente, com um atendimento mais receptivo e individualizado. No caso das parturientes, a presença da família no parto e a valorização do contato com o bebe logo após o nascimento, tornam mais equilibradas e empáticas o atendimento à mulher.(DAVIS - FLOYD, 2001).

No modelo humanizado, o processo de cura se baseia no diagnóstico de fora para dentro como de dentro para fora; valoriza-se o equilíbrio entre as necessidades individuais com os da instituição; as informações devem ser compartilhadas e a tomada de decisão deve ser repartida entre usuário e o profissional; faz-se necessário uma estabilização entre o cuidado humano e entre a ciência e tecnologia, que deve ser utilizado com evidencias científicas e não somente como uma tradição médica com normas sem fundamentação; ocorre valorização dos



determinantes relacionados aos fatores socioculturais que interferem no processo saúde-doença; para tal, os espaços físicos passam a necessitar de adequação para se tornar menos hostil e menos mecanicista.

No campo do Parto Humanizado, particularmente entre a vertente alternativa e as feministas, há uma valorização de práticas consideradas holísticas, entendidas como opostas ao modelo tecnocrático e cartesiano a própria idéia de humanização aponta, nesta perspectiva alternativa, para noções que, segundo suas postulantes, estariam presentes nas práticas não-medicalizadas partilhadas por parteiras e por culturas pautadas por concepções de vida nem ocidentais nem racionalista (Tornisquit, 2004, p 205).

Outro modelo citado pela autora, é o holístico que credita influência do corpo e mente e perpassa por interferências com o mundo espiritual e metafísico, na cura do ser como um todo inteiro, no contexto da vida; o corpo como campo energético se beneficia do uso de técnicas que trabalham com a energia e em geral com o uso das mãos; existe uma corresponsabilidade do indivíduo com a sua saúde, que deve ser estimulado para manutenção a longo prazo. (Davis- Floyd, 2001).

O modelo tecnocrático de assistência ao parto nas instituições hospitalares "mantém um medo, tanto nas mulheres, quanto dos médicos do parto e do nascimento" (Maia, 2010, p 170), e no entanto, partos domiciliares, sem nenhum aparato tecnológico, sempre propiciou um ambiente de segurança e empoderamento do próprio parto, e da mulher.(MAIA, 2010; Gonçalves et al, 2014)".

A casa, ao ser incluída como **ambiente propício** para a realização de partos de baixo risco, tem grande **potencial de desmedicalização e alteração das relações de poder que incidem sobre a vida**. quando se considera a possibilidade de que um parto seja realizado em casa, **o saber médico e o hospital/maternidade são deslocados do lugar de centralidade para lugar de retaguarda (...)**A casa como ambiente de parto, mais que um hospital humanizado, **desloca** de forma intensa **o poder que o saber médico** passa a ter sobre o tempo de gestação e **sobre os procedimentos de intervenção no corpo da mulher..**"(Gonçalves et al , 2014, P 245).

1.3- Humanização do Parto e a Política de Rede Cegonha

Surge em contraposição ao modelo hospitalar, tecnocrático algumas proposições para humanizar a assistência prestada ao parto.

Assim, pode-se citar, na década de 50, o movimento do parto sem dor, na França, o método de Lamaze, também chamado de psicoprofilático. Esse ideário do parto sem dor não se



manteve, no entanto, alguns princípios, encontram-se presentes na discussão e implementação dos princípios da humanização. Nas décadas de 60 e 70 ocorre uma busca de um parto natural pelas feministas com uma assistência baseada em direitos, outros autores discutiram e demonstraram modelos possíveis como o parto ativo; o método Leboyer, nascer sorrindo, abordando a importância do ambiente silencioso no parto; o renascimento do parto de Michel Odent, na década de 80, o qual enfatiza a fisiologia hormonal e psicológica envolvida no parto. (Tornquist, 2004; Odent, 2003).

No Brasil, na década de 70, surgem experiências como os partos advindos das práticas de índios e parteiras, como o parto de cócoras, de Moisés Parcionick; o incentivo ao trabalho das parteiras tradicionais, de Galba de Araújo, em Fortaleza; o Instituto Aurora, no Rio de Janeiro, com práticas de ioga para o parto; e na década de 80 e 90 surgem as discussões com os grupos coletivos feministas e projetos como o grupo Curumim e do C.A.I.S.(Centro Ativo de Integração do Ser), em Pernambuco, que atuam defendendo um parto natural, participativo e as práticas tradicionais das parteiras; o projeto REHUNA (Rede de Humanização do parto e nascimento), fundada em 1993, congregando profissionais interessados em discutir o modelo predominante no país. (Diniz, 2005 ; Tornisque, 2004).

Em 1996, as práticas efetivas e seguras no parto normal foi publicada pela Organização Mundial da Saúde (WHO/OMS) descrevendo as boas práticas recomendáveis, orientando para o que deve e o que não deve ser feito no processo do parto. Esta classificação foi baseada em evidências científicas concluídas através de pesquisas feitas no mundo todo.(Diniz, 2005 ; Tornisque, 2004, OMS,1996)

Após 2000, o Ministério da Saúde implementou a Política de humanização da atenção à mulher na gestação e no parto, visando assistir às mulheres com dignidade e segurança. No decorrer dos anos seguintes publicou portarias ministeriais, manuais técnicos, discussões técnicas com profissionais e criou o Sistema Nacional de Informação da Assistência Pré-natal, Parto e Puerpério (SISPRENATAL), para cadastro e acompanhamento das gestantes e, simultaneamente, estimulou a municipalização e a regionalização das ações, melhorando, sem dúvida, a assistência a mulher gestante e parturiente.

Vale citar o manual "parto e nascimento domiciliar assistidos por parteiras tradicionais - o programa trabalhando com parteiras tradicionais e experiências exemplares" produzido pelo Ministério da Saúde abordando sobre parto domiciliar com parteiras e relatos dos treinamentos



ocorridos desde o ano 2000 até 2010, este, como parte do programa lançado no ano 2000 para humanização da assistência ao parto e nascimento. O manual consolida todas as capacitações acontecidas nos últimos 10 anos, totalizando: 1473 profissionais envolvidos e 1755 parteiras tradicionais atingidas no projeto.(Ministério da Saúde, 2010)

A Rede Cegonha, instituída com a portaria 1459/2011, preconiza formas diferenciadas de assistência às mulheres em trabalho de parto, entre elas, as casas de partos onde as parturientes são assistidas por Enfermeiras Obstétricas, numa proposta que valoriza o papel de protagonista da mulher diante de sua feminilidade e dos conhecimentos do seu corpo e a conquista da autonomia no seu trabalho de parto.

Fomenta uma rede que possa garantir acesso, acolhimento e resolutividade de um novo modelo de atenção, focando a mulher em trabalho de parto e à criança de zero aos vinte e quatro meses de idade, considerando a necessidade de reduzir a mortalidade materna e infantil, com ênfase no componente neonatal⁵ (artigo 3º, Saúde, 2011); e ainda, considerando o baixo índice de parto normais, com cesareanas desnecessárias, as quais ocasionam, partos prematuros e os partos normais traumáticos para as mulheres que ocorrem nas instituições.

Outras portarias publicadas propõem parâmetros e diretrizes para implementação da Rede Cegonha, numa lógica de organização do Sistema Único de Saúde (SUS), com estruturação da rede para acompanhamento de indicadores, bem como, viabilização de incentivos financeiros para ações municipais e regionais. Podemos citar: 1- Portaria SAS/MS no 650 de 5 de outubro de 2011, que "dispõe sobre os Planos de Ação Regional e Municipal da Rede Cegonha, que são os documentos orientadores para a execução das fases de implementação da rede, assim como, para o repasse dos recursos, o monitoramento e a avaliação da implementação da Rede Cegonha" (Art. 1º); 2- Portaria nº 904, de 29 de maio de 2013, vem estabelecer as "diretrizes para implantação e habilitação de Centro de Parto Normal (CPN), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), em conformidade com o Componente parto e nascimento da Rede Cegonha, e dispõe sobre os respectivos incentivos financeiros de investimento, custeio e custeio mensal."

⁵ O componente neonatal refere ao recém nascido nos primeiros 27 dias de vida. Há um índice maior de mortalidade infantil neste grupo etário. Pode estar associado a condições biológicas, bem como, assistência no pré-natal, parto e nascimento. A mortalidade infantil são óbitos ocorridos até 1 ano de idade.



Os centros de parto normal devem funcionar com o espaço PPP – Quarto destinado ao pré parto, parto e puerpério, possibilitando privacidade para parturiente e acompanhante, garantindo um parto integrado e humanizado e podem estar situados intra-hospitalar ou peri-hospitalar, numa distância até 200m. deste estabelecimento(Saúde, portaria11/2015, art. 2º). Esta portaria valoriza a importância da adequação da ambiência na atenção humanizada ao parto e nascimento.

Vale ressaltar artigo do caderno HUMANIZASUS, que aborda num dos capítulos "parto domiciliar como um dispositivo das práticas de saúde", este faz uma reflexão sobre essa assistência ainda pouco discutida no Brasil. (Ministério da Saúde, 2014). Refere sobre a OMS, a qual pondera que o ambiente ideal é aquele em que é viável e seguro para a mulher. No caso de uma gestante de baixo risco, esse local pode ser um centro de parto normal, uma maternidade de um hospital, ou ainda o seu próprio domicílio." Alguns Conselhos Regionais de Medicina censuram o parto normal em domicílio, e chegaram a solicitar punição para médicos que apoiaram na mídia o parto domiciliar e para os que estivessem realizando partos fora da instituição hospitalar, fato posteriormente suspenso após manifestação popular a favor do parto domiciliar e de liminar na justiça do Rio (GONÇALVES E ET AL, 2014).

Estas portarias fortalecem a elaboração do planejamento em saúde de acordo com os parâmetros municipais, regionais, estaduais e viabiliza adequação da atenção na rede do SUS, na medida que promove discussões nos conselhos municipais e cria os grupos técnicos regionais e municipais da rede cegonha.

3- RESULTADOS ALCANÇADOS

Percebe-se que existe uma dominação de gênero e de categoria profissional, dos médicos sobre as mulheres, a serem controladas por eles e com as parteiras perdendo seu espaço e papel social. Ao falar de dominação masculina, Bourdieu (2002, p 18) afirma que “A força de ordem masculina dispensa justificção” e parece estar na ordem natural das coisas, convive numa situação desigual de poder entre os sexos.

O ato de acompanhar a realização de partos deixou de ser visto como um “assistir ou esperar” o bebê nascer para se transformar em “fazer o parto” controlado por todo um aparato tecnológico em que a mulher não tem controle sobre seu corpo, como observa Carneiro(2015).



A pesquisa intitulada, "nascer no Brasil" da FIOCRUZ, demonstrou que os partos por cesarianas no país, atingem 52%, sendo que destes, 46% foram realizados na rede pública e 88% no setor suplementar, nos hospitais privados e conveniados. O recomendado, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), é um índice de 15%, estando o país muito aquém do esperado, detendo um dos maiores índices mundiais de nascimento por cesárea.

Os dados denotam como o modelo tecnocrático do parto se consolidou no país, de maneira medicalizada e trouxe um atendimento impessoal e agressivo para a mulher, que não se sente no direito de escolher a forma de dar a luz ou, quando escolhe, recebe forte influência do ambiente que se apresenta nas instituições hospitalares. Essa medicalização se tornou um dos desafios já reconhecidos pelo Ministério da Saúde que relata " Estudos já comprovaram que a violência institucional também exerce influência na escolha de grande parte das mulheres pela cesárea."(Ministério da Saúde, 2001, pag18).

A proposta e o argumento de que a prática humanizada melhora os resultados perinatais, acaba não sendo suficiente para convencer a organização hospitalar já instituída. Esta mudança é "bastante complexa e envolve tanto normas, valores e regras de natureza simbólica quanto interesses, experiência prática e nível de satisfação dos profissionais e dos pacientes" (MAIA, p. 165).

O ambiente para a mulher "dar luz" proposto pela rede cegonha para humanizar a assistência são os centros de parto normal e melhoria na ambiência hospitalar para adequar a princípios da parturiente e familiar.

A humanização do parto e nascimento apóia ações para parteiras que realizam parto domiciliar para populações rurais, ribeirinhas e de florestas, estas possuem como dificuldade o acesso à assistência em situações de risco. Para viabilização são realizadas capacitações e fornecidos materiais para as parteiras tradicionais pelo Ministério da Saúde e pelos governos locais dos Estados. Outro grupo que vem crescendo e ganhando repercussão na mídia, nos grupos sociais e nos jornais, são mulheres de classe média, que optam por realizar um parto domiciliar com Enfermeiras Obstétricas ou outro profissional, contratado para esta finalidade.(Gonçalves, et al, p. 241). No entanto, não existe políticas para partos domiciliares nas áreas urbanas e como local de escolha da mulher atendida pelo SUS.



Gonçalves et al (2014) cita pesquisas que apontam que partos domiciliares em pacientes de baixo risco não apresenta diferença nos indicadores de mortalidade materna e neonatal em relação ao risco hospitalar. Cita estudos de Jonge et al, realizados na Holanda, envolvendo mais de 500 mil partos em 2009 e um com mais de 679 mil partos de Van Der Kooy et al. em 2011, e cita Amorim (2012) num estudo em Florianópolis/SC por Koettker et al. (2012), com uma pesquisa de 100 partos domiciliares(PD) atendidos por enfermeira obstétrica em que confirma que partos domiciliares bem assistidos não apresenta risco.

OMS (1996) considera que o parto normal, de baixo risco, possa ser acompanhado por parteiras treinadas e capacitadas, fato também corroborado por Odent (2002) que acredita na necessidade de “mudanças radicais” para reintroduzir um grande número de “parteiras autênticas” no modelo atual.

Os centros ou também chamados casas de parto atendem partos de risco habitual, executados com Enfermeiros Obstétricos ou Obstetrix, da admissão até a alta e podem ter a parteira tradicional incluída no cuidado a mulher em regime de colaboração com o Enfermeiro Obstétrico, considerando a especificidade regional, cultural e o desejo da mulher.(BRASIL, PORT nº 904 , art. 3º §1º; art.10º § 7º).

“O conceito de casa de parto é uma ‘forma de voltarmos às raízes e é mais velho do que o conceito de parto domiciliar”. Essas casas são mais acolhedoras e lembram as antigas cabanas das sociedades tradicionais, onde as mulheres davam a luz. Elas surgiram na década de 1970, em países como Austrália e EUA. (ODENT, 2003).

No Brasil existem em torno de 27 centros ou casas de parto normal, registradas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES, 2015). Vale ressaltar, por sua importância dentro desse cenário, o Hospital Sofia Feldman, em Minas Gerais, e o Casa de Parto Sapobemba, em São Paulo, relatados como as primeiras experiências do gênero no país. O Estado do Rio de Janeiro possui apenas uma casa de parto, que se localiza na área urbana da capital.

A portaria rede cegonha propõem uma mudança no paradigma da assistência ao parto, com inserção do profissional Enfermeiro na assistência ao parto, já previsto no art. 11º, inciso Iº g,h,i e parágrafo único da legislação do exercício profissional lei nº 7498/86, que rege sobre o acompanhamento e execução de parto sem distócia pelo Enfermeiro Obstetra. No entanto com a



industrialização do parto tanto parteiras quanto Enfermeiras Obstétricas perderam o espaço para realização da arte de partejar. Esta portaria não só reafirma essa possibilidade na atuação do Enfermeiro, bem como, cria espaços para que isto ocorra com autonomia sem as disputas e ameaças que essa prática ocasiona.

A formação do Enfermeiro voltado para o processo fisiológico favorece a assistência, conforme refere MAIA (2010, p 71,72), "A própria forma como o profissional nomeia a sua assistência ao parto é um importante sinal dessa diferença: o médico 'faz' ou 'conduz' o parto, enquanto a Enfermeira o 'assiste' (neste caso, quem faz o parto é a parturiente)".

As casas de parto possibilitam que as mulheres gestantes tenham uma assistência mais humana e holística, em espaços próprios para realização dos partos, encaminhando para uma unidade hospitalar apenas os casos que necessitarem. Assim, possibilita a valorização do papel de protagonista da mulher diante de sua feminilidade e dos conhecimentos do seu corpo e a conquista da autonomia no seu trabalho de parto.

Sabe-se que mudar práticas, que garantam dignidade e respeito às usuárias que utilizam o sistema único de saúde, merece, além da sensibilização e envolvimento de todos, política pública efetiva e eficaz

O modelo holístico vem sendo ampliado por ações, discussões e reivindicações dos profissionais de saúde, do Estado e por grupos de mulheres que apoiados pela mídia e pelas redes sociais, e com apelo dos usuários, pelos seus direitos de humanização na assistência, vem conquistando espaço. Embora no cotidiano dos serviços de saúde exista a prevalência de uma prática ainda tecnocrática, limitando a expansão da humanização e do holismo.

3- CONCLUSÕES

No Brasil, o modelo de atenção ao parto ficou centrado no médico obstetra, para a grande maioria das mulheres grávidas, no entanto, em outros países, outros modelos foram adotados como Cuba, Austrália, Nova Zelândia, Países Baixos, entre outros, em que ocorrem várias combinações de cuidados, disponíveis com parteiras nas suas áreas, em que estas, acompanham o pré-natal, realizam o parto e os cuidados no pós parto, acompanhadas ou não de



supervisão médica ou do enfermeiro. Os partos podem ser realizados pelas parteiras ou enfermeiras no domicílio, nas casas de parto ou nas instituições hospitalares de acordo com a escolha das usuárias e com variações dos modelos de cada país (WHO, 1996; ODENT, 2002; SANDALL, 2013).

O que se observa nesses países é a “naturalização” do parto normal, quer seja na unidade hospitalar, nas casas de parto ou nos domicílios onde ocorrem os partos realizados por parteiras ou obstetrias, tendo a participação do médico obstetra, apenas nas situações em que se faz necessário.

Construir a interlocução com as parteiras constitui estratégia para entender seus saberes e fazeres tradicionais e, comparativamente, compreender o impacto e dilemas da construção e aplicação da atual Política Pública de Parto. Essa estratégia nos parece ser importante para a compreensão de como as políticas públicas podem participar dos processos de desvalorização e desuso de saberes, a partir de processos que denegriram o papel das parteiras tradicionais para a construção de um modelo tecnocrático que, sequer possibilita à mulher o protagonismo e o domínio sobre seu corpo, no momento importante do nascimento de sua criança e, ainda, continua colocando em risco um temor antigo da mulher, que é parir, morrer, ou ver seu filho nascer morto ou prejudicado pelo parto.

Apesar do modelo tecnocrático se manter institucionalizado com uma série de resistências a mudança, outras forças contrárias tem surgido e marcado presença para que a mudança aconteça de forma lenta mais já perceptível. O retorno da enfermagem exercendo a prática obstétrica nas casas de parto e nos domicílios, bem como a prática das parteiras tradicionais no norte e nordeste do país, amparados por política pública, pode fazer alguma mudança se houver persistência na implementação da política e apoio técnico e logístico a essas mulheres.

Pode-se inferir assim que, o modelo rede cegonha que se propõe traz essa lógica para um modelo de assistência humanizado e até holístico quando valoriza práticas tradicionais na atenção a essa mulher.

A compreensão das representações deste campo, e das arestas a serem aparadas, pode trazer importantes contribuições não só para os profissionais de saúde que necessitam refletir e mudar sua prática, mas também para as mulheres que anseiam por estratégias na construção de um atendimento humanizado no momento de dar à luz a um novo ser, e assim, uma nova sociedade.



Principais referências bibliográficas

- BORDIEU, P. – *A dominação masculina*, Bertrand Brasil, 2ª edição, Rio de Janeiro, (2002).
- BORGES, M. A.; Pinho, D.L.M., GUILHEN, D. *A construção do cuidado das parteiras tradicionais: um saber/fazer edificante*. Revista Brasileira de Enfermagem, maio-junho. V. 60. nº3. p. 317-322. Brasília. DF.(2007), Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672007000300013&script=sci_arttext
- BRASIL, Ministério da Saúde, *Portaria nº 1459, de 24 de junho de 2011*, institui, no âmbito do SUS- a Rede Cegonha, disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html, 01/03/2014
- _____, *Portaria SAS/MS nº 650 de 5 de outubro de 2011*; de 24 de junho de 2011, que instituiu, no âmbito do SUS, a Rede Cegonha.
- _____, *PORTARIA SAS/MS Nº PORTARIA Nº 11,(7 DE JANEIRO DE 2015)*, REDEFINE AS DIRETRIZES PARA IMPLANTAÇÃO E HABILITAÇÃO DE CENTRO DE PARTO NORMAL (CPN), NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), PARA O ATENDIMENTO À MULHER E AO RECÊM-NASCIDO NO MOMENTO DO PARTO E DO NASCIMENTO, EM CONFORMIDADE COM O COMPONENTE PARTO E NASCIMENTO DA REDE CEGONHA, E DISPÕE SOBRE OS RESPECTIVOS INCENTIVOS FINANCEIROS DE INVESTIMENTO, CUSTEIO E CUSTEIO MENSAL
- _____, *PORTARIA Nº 1459, DE 24 DE JUNHO DE 2011, INSTITUI, NO ÂMBITO DO SUS A REDE CEGONHA, DISPONÍVEL EM: [HTTP://BVSMS.SAUDE.GOV.BR/BVS/SAUDELEGIS/GM/2011/PRT1459_24_06_2011.HTML](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html), (01/03/2014);*
- BRENES, A.C.– *Historia da parturição no Brasil, sec. XIX*, Cad. Saúde Pública, vol.7, n.2, Rio de Janeiro, Apr./June, (1991) <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1991000200002>
- CARNEIRO, R. G. - *Cenas de parto e políticas do corpo*, Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ,(2015)
- CARNEIRO, R. G. - *Dilemas antropológicos de uma agenda de saúde pública: Programa Rede Cegonha, personalidade e pluralidade*, Interface (Botucatu) vol.17 n.44 Botucatu (Jan./Mar. 2013)
- DAVIS-FLOYD, Robbie. “*The technocratic, humanistic, and holistic paradigms of childbirth*”. in international journal of gynecology & obstetrics volume 75, suplemento 1, 01 de novembro de 2001. international conference on humanization of childbirth. fortaleza, brazil, 2-4 november 2000, pp. 5-23.
- GONÇALVES L., FERIGATO S; SOUZA T. P.; CUNHA G. T. - *parto domiciliar como um dispositivo de humanização das práticas de saúde no brasil*, cadernos do HUMANIZASUS- Ministerio da Saúde, (2014).
- LANSKY, S.; FRICHE,A.A.L.; SILVA, A.A.M.; CAMPOS, D.; BITTENCOURT, S.D.A.; CARVALHO, M.L.; FRIAS, P.G.; CAVALCANTE, R.S.; CUNHA, A.J.L.A. *Pesquisa Nascer no Brasil: perfil da mortalidade neonatal e avaliação da assistência à gestante ao recém-nascido*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 30 Sup:S192-S207, (2014.) <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00133213>
- LEAL, M.C.; outros. *Pesquisa Nascer no Brasil, Inquérito nacional sobre parto e nascimento*. Scielo. Cad. Saúde Pública. vol.30. supl.1. Rio de Janeiro. (2014). http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-311X20140013&lng=pt&nrm=iso
- MAIA, M. B. – *Humanização do parto, política publica, comportamento organizacional e ethos profissional*, Rio de Janeiro, FIOCRUZ, (2010)
- MAUSS, M. – *Sociologia e antropologia , capítulo- As técnicas do corpo-* pag 401 a 420, Cosac Naify, Sao Paulo,(2003)
- ODENT, M. - *O camponês e a parteira*. São Paulo: Editora Groud, (2003.)
- ROHDEN, F.. *A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro. Editora FIOCRUZ, Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC - Fundação Getulio Vargas. (2003).
- SANDALL, J. et al - *Midwife-led continuity models versus other models of care for childbearing women*, Editorial Group: [Cochrane Pregnancy and Childbirth Group](http://www.cochrane.org). Published Online: 21 AUG (2013), DOI: 10.1002/14651858.CD004667.pub3
- SAÚDE, Ministério. *Parto, Aborto e puerpério- Assistência Humanizada à mulher*. Secretaria de políticas de saúde. Área técnica de saúde da Mulher. Brasília, 2001.
- _____, *Parto e Nascimento Domiciliar Assistido por Parteiras: O programa trabalhando com parteiras tradicionais e experiências exemplares*. 1ª edição. Brasília. 2010. disponível em: <http://www2.hu.usp.br/wp-content/uploads/2012/10/Livro-101-Parto-e-nascimento.pdf>, 05/03/2014_
- _____, *Humanização do parto e do nascimento / Ministério da Saúde. Universidade Estadual do Ceará. – Brasília : Ministério da Saúde, Brasília (2014) – Cadernos HumanizaSUS ; v. 04*
- SEIBERT, S. L. et al - *Medicalização x humanização: o cuidado ao parto na história*. Ver. Enfermagem UERJ. (2005) 13:245-51. p.245
- SILVA, T. M. A.- *Curiosas, Obstetizas, Enfermeiras Obstétricas: a presença das parteiras na Saúde Pública brasileira, 1930-1972*. (2010).Tese de doutorado apresentada ao curso de pós-graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, Rio de Janeiro, disponível em: <http://pesquisa.bvs.br/brasil/resource/pt/his-31568>, 05/03/2014.
- SILVA, T.M.A.; FERREIRA, L.O.-*A higienização das parteiras curiosas: o serviço especial de saúde pública e a assistência materno-infantil (1940-1960)* /hist. ciênc. saúde-manguinhos;18(supl.1):95-112, dez. (2011).
- TORNQUIST, C. S. *Parto e poder: o movimento pela humanização do parto no Brasil*; Tese [Doutorado em Antropologia Social]. Florianópolis: UFSC, (2004). <http://www.tede.ufsc.br/teses/PASO0150.pdf>
- WHO-*Care in Normal Birth , practicalguide*, WHO/FRH/MSM/96.24, genebra,(1996)
http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/63167/1/WHO_FRH_MSM_96.24.pdf?ua=1



MUNDO DIGITAL E FEMINISMOS DESCOLONIAIS

SOARES, Jessica Aparecida

Feminista, Mestrando no Programa Sociedade, Cultura e Fronteiras da UNIOESTE

jessicasoares.jas@gmail.com

WEBBER, Maria Aparecida

Feminista, Graduada em Administração pela UNIOESTE

webber.cidamaria@hotmail.com

206

RESUMO:

Os estudos da colonialidade possibilitaram a abertura para a olhada crítica de diversas categorias de análise nas ciências sociais. O feminismo clássico está submetido a um processo de ser e saber hegemônico fortemente presente no âmbito acadêmico e, assim como outras temáticas, vem sofrendo críticas em sua estrutura conceitual para que novos agentes possam emergir, criando espaços para novas vozes (próprias) e promovendo assim uma frente de resistência decolonial. Por meio de revisão da literatura feminista decolonial e acompanhamento de uma página eletrônica, este trabalho pretende discutir como o empoderamento feminino parece ganhar ainda mais força quando as construções de gênero são questionadas junto a uma base reflexiva decolonial, promovendo uma abordagem holística do ser e do ser mulher. Os espaços de apresentação destas contestações são ilimitados com os recursos digitais disponíveis e a internet se apresenta como um espaço possível para a promoção destes debates de natureza múltipla. A escrita feminista neste contexto de produção atual amplia o circuito e o acesso às informações, contribuindo na formação de agências inovadoras.

Palavras-chave: Feminismo; Decolonialidade; Internet.

ABSTRACT: Colonial studies enabled a critical view of several analysis methods in Social Science. Classic feminism is under a process of hegemonic being and knowing highly present at the academic environment and, just like other subjects, it has been criticized in conceptual structure so that new agents could emerge, creating spaces to new voices and promoting thus a decolonial resistance. Through a review of decolonial feminist literature and following an internet website, the feminist empowerment seems to go stronger when there are doubts about gender construction along with decolonial reflexive base, promoting a holistic approach of the being and female being. The presentation spaces of these arguments are unlimited with the available media resources and the internet presents itself as a possible space to promote these multiple nature debates. The Feminist writing production under this context amplifies the circuit and information access contributing to innovative agencies.

Key-words: Feminism; Decoloniality; Internet.



INTRODUÇÃO

É consenso entre os defensores dos direitos humanos que o perfil da mulher já não está contemplado na história da Amélia¹, que não existe uma receita do que é a “mulher de verdade”².

Partindo desta premissa, é extremamente valorosa e pertinente a revisão da produção acadêmica e a celebração das conquistas das lutas sociais e legais destes grupos, como os defensores do feminismo ocidental, porém, há que se ressaltar que as categorias e valores não são singulares. Aplicado ao caso do feminismo, não existe a singularidade forjada pela classe moderna “Mulher”.

Ao universalizar as configurações e relações sociais dos grupos sociais incorre-se na construção de uma história e uma memória que possui endereço de residência epistemológica: a matriz européia.

Os espaços de produção e disseminação do conhecimento estão também muitas vezes permeados por relações coloniais de poder.

Uma alternativa de liberdade de expressão e maior flexibilidade na produção de conhecimento inclusivo é o mundo digital. Apesar de não ser uma realidade palpável para todos e todas, pensemos nos agentes com condição favorável de acesso aos meios de tecnologia que possibilitam o acesso à rede e mídias digitais.

Nas milhares de páginas disponíveis na rede mundial de computadores, internet, há muitos relatos, muitas vozes que querem e conseguem se fazer ouvidas.

Dentre as inúmeras possibilidades, uma página cativa por sua simplicidade e riqueza de informação: *La ciudad de las Diosas*. A página é de domínio chileno e foi criada em 2006. Segundo conta na página referida, este nome foi escolhido em referência à obra de Christine de Pinzan – *La ciudad de las damas* – ainda no Séc. XV, reivindicando diretos para uma “igualdade real”.

No intuito de seguir essa lógica da ampliação dos direitos e da participação da mulher nas sociedades diversas, em especial no contexto latino-americano, este artigo trará as vozes das feministas da academia através de sua produção crítica recente, das inúmeras vozes participantes do Blog exclusivamente pelo meio digital, e também as vozes das autoras que assinam o presente trabalho.

1 Referência à música “Ai que saudades da Amélia”, composição de Ataulfo Alves e Mário Lago.

2 Idem 2.



Cabe ressaltar que o Blog citado, *La ciudad de las Diosas*, não será objeto de processo de análise analítica enquanto modelo de comunicação, tendo sido abordado somente em relação ao conteúdo por ele apresentado, bem como em razão de sua proposta de criação.

1 AS TRAMAS DO UNIVERSALISMO EUROCÊNTRICO

A universalidade não é neutra, pois mostra seu posicionamento e sua visão de mundo no sentido de excluir as possibilidades e particularidades dos saberes e viveres periféricos. Retira-se o protagonismo e a voz dos grupos alheios aos padrões eurocêntricos. Os termos utilizados por Karina Bidaseca³ traduzem esta impotência de forma bastante pertinente.

A citada autora utiliza em seu artigo “*Mujeres blancas buscando salvar a mujeres color café – Desigualdad, Colonialismo Jurídico y Feminismo Pós-colonial*” (BIDASECA, 2011), uma teoria a que denomina “*Teoria de las voces*”, a partir da conceptualização de Aníbal Quijano⁴ sobre a colonialidade do poder.

As vozes trabalhadas pela autora na referida obra são diferenciadas em altas e baixas. A classe de mulheres brancas, o legalismo do sistema jurídico dos países modernos, o discurso oficial, podem ser enquadrados como as vozes consideradas altas.

As vozes das “*mujeres color café*” (BIDASECA, 2011,), dos grupos indígenas, dos pobres, dos homossexuais, dos transgêneros e dos indefinidos seriam as vozes consideradas baixas.

Analisando a correlação de forças destas duas categorias, evidencia-se que apesar de organizado e embasado inclusive pelo aparato estatal existente, a argumentação do grupo detentor da voz alta suprime, abafa, os discursos dos integrantes dos grupos das vozes baixas.

Nas temáticas relacionadas a tópicos que abrangem os Direitos Humanos, de uma forma geral, há contestações e movimentos de percepção de outras realidades, levando à produção de conhecimento que denuncia a colonialidade presente nos discursos de equidade, inclusive os concernentes ao gênero.

Como citado no artigo de Daniel Carneiro Leão Romaguera, João Paulo Allain Teixeira e Fernanda Frizzo Bragato:

3 Doutora em Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires – AR.

4 Aníbal Quijano produziu diversos trabalhos no grupo de pensadores latino-americanos do Projeto Modernidade/Colonialidade.



No mundo atual, a Humanidade nada tem de inerente ao Ser Humano, pois os Direitos Liberais que ao seu nascedouro foram opostos à opressão e dominação na Revolução Francesa vem a fazer parte do discurso triunfal da atualidade com o prenúncio dos Direitos Humanos. (ROMAGUEIRA, TEIXEIRA e BRAGATO, 2014, p. 05)

Uma alternativa ao pensamento hegemônico, onipotente e onipresente é o contra discurso descolonial. De forma sucinta, a descoloniada (decolonialidade) busca ponderar as relações Modernidade/Colonialidade.

Os estudos da colonialidade transbordam a ideia de dominação meramente político/econômica do colonialismo, permitindo uma crítica pontual e a desconstrução/construção de saberes e práticas que incluem a esfera do ser, do poder e do saber.

Nesta vertente, o gênero também é colocado em discussão, visto a construção das relações sociais permear as relações humanas na forma mais profunda

Acerca disso, Aníbal Quijano pontua:

Esse novo e radical dualismo não afetou somente as relações raciais de dominação, mas também a mais antiga, as relações sexuais de dominação. Daí em diante, o lugar das mulheres, muito em especial o das mulheres das raças inferiores, ficou estereotipado junto com o resto dos corpos, e quanto mais inferiores fossem suas raças, mais perto da natureza ou diretamente, como no caso das escravas negras, dentro da natureza. É provável, ainda que a questão fique por indagar, que a ideia de gênero se tenha elaborado depois do novo e radical dualismo como parte da perspectiva cognitiva eurocentrista. (QUIJANO, 2005, p. 11)

Por esta razão, um feminismo singular não oferece condições suficientes para tratamento da agência feminina no espaço mundial. As percepções, crenças, práticas e entendimentos são múltiplas, gerando a possibilidade da pluralidade dos movimentos feministas globais.

2 FEMINISMO DESCOLONIAL

As mulheres que permeiam as práticas do feminismo descolonial são representadas na figura forte e insurgente das canções de Ana Tijoux⁵, como na canção muito utilizada como bandeira de luta de grupos feministas latino-americanos:

5 Cantora franco-chilena Ana Tijoux ou Anita Tijoux.



*Mujer linda se pone de pie Y a romper las cadenas de la piel
No sumisa ni obediente
Mujer fuerte insurgente
Independiente y valiente
Romper las cadenas de lo indiferente
No pasiva ni oprimida
Mujer linda que das vida
Emancipada en autonomia
Antipatriarca y alegría
A liberar
(Trecho da música Antipatriarca)*

Elas são a Pagu⁶, que não precisa ter o peito de silicone para desbancar ninguém, que é “mais macho que muito homem”.

As autoras e militantes do feminismo com uma perspectiva descolonial abrem as portas para uma nova agência do feminino, não desvinculada de outros abismos existentes na construção e perpetuação das relações sociais modernas. Como apontado por María Lugones, a matriz é a mesma (LUGONES, 2008).

A citada autora afirma ainda que a matriz é mais complexa do que um evento isolado. Deve-se perceber a matriz moderna colonial racista de gênero.

Como bem escreve Chandra Talpade Mohanty:

cualquier discusión sobre la construcción intelectual y política de los “feminismos del tercer mundo” debe tratar dos proyectos simultáneos: la crítica interna de los feminismos hegemónicos de “Occidente”, y la formulación de intereses y estrategias feministas basados en la autonomía, geografía, historia y cultura. (MOHANTY, 2008, p. 113)

Trata-se de um processo de desconstrução dos pilares racistas machistas, centrados no patamar de desenvolvimento criado pela Europa e Estados Unidos da América - EUA. Ainda segundo Mohanty acerca dos elementos citados anteriormente de crítica hegemônica e desenvolvimento dos interesses feministas: “*El primero es un proyecto de desconstrucción y desmantelamiento; el segundo, de construcción y creación*” (MOHANTY, 2008, p. 116)

Frente aos argumentos e motivações apresentados, nota-se que ao trocar o uso de “pós” por “des” (de) ó possível a realocação do ser no espaço coletivo, pois assume-se uma postura muito mais alerta e coerente com as realidades do mundo em que vivemos. Assume-se o fato inegável de que a colonialidade não foi, ela continua sendo o molde das sociedades desiguais e discriminatórias dos países modernos latino-americanos.

As vozes⁷ se desprendem cada vez mais dos corpos moldados por já não suportar a justeza da roupa e a máscara da face. Estão por aí e são várias, mas mesmo as baixas, se unidas,

6 Referência à canção PAGU de Rita Lee.



são capazes de aumentar o nível de decibéis para que se transforme em uma produção audível, produzindo barulho na vida e na Academia.

Uma importante ativista e acadêmica, nascida em Santo Domingo – República Dominicana, Yuderkys Espinosa Miñoso, destaca de forma sucinta a diferença básica entre o feminismo “conhecido” e o feminismo decolonial:

El feminismo “conocido”, en el que muchas de nosotras hemos vivido y que hemos llevado a cabo, es un feminismo que fundamentalmente mira hacia el futuro pensando que siempre en toda sociedad anterior ha habido un patriarcado y que esto ha sido una situación peor para las mujeres, y que solo hacia adelante una puede encontrar un lugar mejor. El feminismo decolonial justamente, acogándose a otras epistemologías de las que bebemos que vienen no solo de las élites intelectuales asentadas en la academia o de gente que ha tenido acceso al saber reconocido, también se nutre de saberes populares, comunitarios, memorias de largo aliento, y de allí va construyendo una crítica a esa manera en que el feminismo ha planteado una emancipación de las mujeres o las sexualidades y géneros no binarios. Primero porque hace una revisión al mismo concepto de mujer en su pretensión de universalidad, y segundo porque tampoco cree en esa mirada lineal de la historia donde siempre todo pasado ha sido peor, o toda manera de organización social y de relaciones sociales que han excedido la modernidad se ven siempre como pasado o algo que habría que superar. (2009, p. 08)

211

Incluir epistemologias que não sejam exclusivamente produção das elites é a abertura para abarcar conhecimentos populares, comunitários, além de construir uma crítica ferrenha aos aparatos oficiais.

3 OS RECURSOS DA GRANDE REDE

Sem entrar nos detalhes pertinentes à área de Tecnologia da Informação, este trabalho pretende demonstrar como o mundo digital amplia as perspectivas de trabalho das ciências sociais também no campo das práticas e estudos do feminismo descolonial.

Através dos recursos oferecidos pelas mídias digitais e pela grande rede (*web*), diversos movimentos e indivíduos ganham visibilidade para expressar suas perspectivas acerca das temáticas feministas da sociedade atual.

Inúmeros grupos podem ser encontrados nos espaços de mídias sociais, como o facebook, blog, twitter, entre outros, fomentando a discussão local, regional, nacional e latino-

7 Referência às vozes de Karina Bidaseca *in* Mujeres blancas buscando salvar a mujeres color café – Desigualdad, Colonialismo Jurídico y Feminismo Pós-colonial.



americana. Além disso, servindo de espaço de compartilhamento de ações e meio de consolidação da participação daqueles atores

Certamente nem todas as discussões estão embasadas pela produção descolonial da academia. Muitas vezes inclusive há um *gap* de informação sobre as linhas teóricas que se apresentam nos meios formais de produção do conhecimento (Institutos, Universidades, Centros de Pesquisa, entre outros).

Poder-se-ia dizer ainda que, muitas vezes, estes atores são vítimas da exclusão do próprio sistema acadêmico, que em seu histórico privilegiou as elites e as vozes altas da sociedade.

O que se entende, porém, é que a contribuição das manifestações disponibilizadas nos recursos digitais disponíveis é, muitas vezes, construída através de práticas descoloniais.

A liberdade de expressão e posicionamento oferecidos pelo advento da expansão de acesso à internet fortalece as perspectivas críticas do feminismo e embasa também a produção acadêmica.

Ao utilizar-se de ferramentas de busca em língua portuguesa, a palavra “feminismo” evoca mais de 7 milhões de resultados. Os termos “feminismo descolonial” e “descolonização do feminismo” são mais modestos em número total de resultados, não chegando aos 50 mil.

Entretanto, nem sempre os termos estão assim dispostos. As autoras e os autores que utilizam o meio digital muitas vezes estão colocando na prática a reflexão dos modelos impostos do patriarcado etnocêntrico, mesmo sem ter conhecimento das teorias e discussões desta temática no espaço da Academia.

Se as tecnologias possibilitam avanços extraordinários na produção de bens e performances, o mesmo também se aplica às produções e campos das Ciências Sociais.

4 LA CIUDAD DE LAS DIOSAS

Como citado na introdução deste artigo, muitos são os exemplos de endereços eletrônicos que atuam de forma crítica aos conhecimentos tradicionais⁸ acerca do feminismo. A internet tornou-se um espaço de expressão com possibilidades infinitas.

8 Entenda-se por tradicionais os conhecimentos já validados na Academia, com grande difusão e histórico de utilização de teorias e classificações.



O contexto de produção dos blogs é diferente por não possuir os mesmos requisitos e regras estipulados pela Academia. Qualquer indivíduo com acesso à grande rede e máquina adequada pode desenvolver suas habilidades e introduzir-se nesse espaço. Logicamente a extensão de suas postagens e o quanto sua produção irá repercutir são itens bastante complexos, que não serão objeto de análise neste trabalho.

Como exemplo das possibilidades de compartilhamento e exposição de temáticas referente às mulheres, apresentamos uma página hospedada no Chile, porém oferecida por um grupo de militantes feministas de vários países da América Latina: *La Ciudad de las Diosas*

Assinam como coordenadoras Daniela Andrade Zubia e Giulia Tarducci, e são citadas no perfil da página como colaboradoras dos artigos Ana Silvia Monzón, Macarena Trujillo Cristoffani, Marcia Quezada Bracho, María Magdalena T Benavides, Teresa Molla Castells, Karina Vergara Sánchez, Vanessa Naranjo Inostroza, Victoria Morales Aldunate, Rosa Montalvo Reinoso.

Os acessos ao site recebem logo na página inicial o convite de adesão e participação nas discussões e publicações:

Ciudad de las Diosas: Esta es una ciudad, conformada por quienes queremos expresar, sentir y nombrar un mundo en femenino. Te invito a que nos cuentes tus vivencias de lo que recibes de las otras ciudades y comencemos a contar la historia de la mujer como parte de la sociedad y el día a día. (La ciudad de las diosas, 2014)

Como o próprio nome sugere, este espaço na web é um refúgio onde todas as mulheres compartilhem de uma mesma posição social, um mesmo patamar hierárquico de importância e poder.

As cidades são construções coletivas que, muito além da materialidade de seus prédios, asfaltos e delimitações geográficas, são moldadas e moldam grupos repletos de subjetividades.

Estas subjetividades muitas vezes não são alinhadas aos valores oficiais do sistema que representa politicamente estes grupos, e há uma dificuldade para que estas resistências encontrem espaço para a voz dentro de estruturas muitas vezes secularizadas.

O próprio site se define como:

Una comunidad Virtual de interés para la creación, el intercambio y la difusión del conocimiento con enfoque de género. Aquí quedan a tu disposición los proyectos de análisis, investigaciones, tesis, trabajos con Perspectiva de Género en: Género y Desarrollo, Movimiento feminista y de mujeres; Derechos



Humanos; Mujer y migración; Mujer y salud; Participación política; Paridad; Pobreza y; Violencia. (La ciudad de las diosas, 2014)

Há uma página específica (*formación com perspectiva de género*, 2015) dedicada à formação com a perspectiva de gênero, que elenca diversos centros de estudos que oferecem formação formal ou complementar na perspectiva de gênero. Pode-se ver informações sobre cursos de pós-graduação na área de gênero em Instituições pelo mundo todo, bem como eventos, campanhas e grupos de promoção do feminismo latino-americano.

As postagens incluem temáticas diversas que representem as mulheres do mundo todo. Através de manchetes do tipo “*Las mujeres kurdas están liderando una lucha radical que puede desafiar el statu quo*”, ou ainda “*Las mujeres de Angola: de la batalla por la liberación del país a la lucha por la supervivencia*”, as mulheres são retratadas como agentes ativos na construção de sua história, capazes de incitar alterações nas estruturas de poder existentes (*La ciudad de las diosas*, 2014).

O discurso prometido e visível ao longo das postagens disponibilizadas é de utilizar o ciberespaço por e para as mulheres, através de diferentes abordagens tais como produção e edição de artigos, pesquisas, divulgação de campanhas e chamadas de ações urgentes, cursos e seminários, chamadas para congressos, reuniões e oficinas, entre outros.

Para fazer valer tais intenções foi necessário também um trabalho de rede em nível nacional e internacional, buscando parcerias e divulgando a iniciativa, mantendo assim a atualização contínua das produções do tema.

Além das atividades na internet, as autoras do Blog informam participações efetivas também em atividades presenciais no Chile, participando de manifestações e eventos naquela região.

A missão é apresentada como:

Aportar información actualizada en diferentes contextos mundiales que contribuya al alcance de la igualdad real entre mujeres y varones en la formación de las bases, legitimación y consolidación de derechos en nuestro presente y en un futuro próximo el alcance definitivo de una sociedad más justa y equitativa (La ciudad de las diosas, 2014).

Dentre os objetivos do coletivo, além de produzir, editar, difundir e compartilhar informação, é também colocado como uma preocupação manter além do Blog, outras mídias como Facebook e Twitter.



Também demonstram que, através da rede solidária construída, é possível promover organizações que trabalhem em prol dos direitos das mulheres em todos os âmbitos da vida.

Além disso, uma outra abordagem é feita no sentido de promoção da independência financeira da mulher. Há uma seção específica para apoio a iniciativas de projetos individuais de mulheres: *Sección Mujer Emprendedora Atrévete!*

A preocupação com o desenvolvimento de pesquisas pelo coletivo também é um imperativo. A proposta é de que ao menos uma produção ao ano seja realizada em determinada área sobre um tema latente que visibilize a situação da mulher.

Há ainda o objetivo citado pelas idealizadoras do site em implementar a rádio web, a partir de experiências compartilhadas com a rádio *Tierra e La Morada – Radio Escuela Mujer*.

Segundo análise do próprio site, *la Ciudad*, como é citada, funciona como uma via de comunicação que atravessa fronteiras por meio do ciberfeminismo, onde por meio de uma rede solidária é possível tornar real o sentido comum que une os interessados e interessadas nas lutas e histórias feministas, tornando todos e todas cidadãos e cidadãs também nas comunidades virtuais.

Esta prática funciona como afirmação dos espaços feministas e presta suporte ao desenvolvimento dos atores para ampliar os conhecimentos e dar segurança nos debates diários da luta feminista.

Pode-se inferir em uma apresentação um tanto descolonial dos conteúdos apresentados, ainda que não necessariamente assim nominados, pois é um exercício de repensar a sociedade em que as autoras estão inseridas a partir do olhar delas mesmas, a partir de um olhar descolonizado.

5 RESULTADOS ALCANÇADOS

Por meio dos textos visitados e revisitados, bem como da experiência de análise da página *La ciudad de las Diosas*, foi possível verificar que os meios de comunicação digitais estão sendo amplamente utilizados não somente para divulgação de frentes feministas, mas também de coletivos que se preocupam em dar espaço para as mulheres locais como voz ativa na construção de sua história e reivindicação de seus direitos enquanto latino-americanas cidadãs do mundo.



As análises de correlação entre produção acadêmica e digital apontam para uma direção de construção de uma identidade própria no que diz respeito às teorias e práticas feministas atuais.

Certamente ainda há uma série de dificuldades para que todas as vozes possam ser ouvidas, porém é evidente o auxílio dos recursos tecnológicos para dar o suporte necessário à ampliação da participação nos espaços sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, que o meio web é uma das ferramentas possíveis da produção e promoção de conhecimento crítico aos saberes hegemônicos, no sentido de permitir um maior acesso de mulheres que não estão dentre os círculos acadêmicos, nem precisam necessariamente incluir seu Currículo Lattes na subscrição de uma reportagem ou demais tipos de produção textual.

Não precisam inclusive, fazer-se valer na normativa grafia imperante na ciência moderna, expressando-se também em imagens, vídeos, desenhos carregados de emoção e veracidade.

Escutar a voz das mulheres latino-americanas se apresenta como um desafio para os pesquisadores interessados em construir discursos teóricos mais inclusivos e representativos para as diversas sociedades latino-americanas.

O mundo digital pode ser uma imensa fonte de captação das questões feministas atuais, bem como um meio acessível de promoção da luta e de suporte a todos os atores envolvidos nesta causa.

A aliança entre os diferentes espaços de expressão, seja no âmbito acadêmico ou na *práxis* cotidiana, demonstra-se como um exemplo de aproximar as pesquisas e teorias das ciências sócias à sociedade na qual e pela qual ela é escrita e cotidianamente transformada.

Cabe às feministas da academia também evocarem essas múltiplas vozes e produzir um conhecimento que abarque diversos formatos e diversas concepções de mulheres e de feminismos.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Rev. Bras. Ciênc. Polít. [online]. 2013, n.11. ISSN 0103-3352.

BIDASECA, Karina. **Mujeres blancas buscando salvar a mujeres color café** – Desigualdad, Colonialismo Jurídico y Feminismo Pós-colonial. Redalyc – Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal - 2011. Vol. 8, nº 17. Disponível em: www.redalyc.org/src/Artpdfred.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. *En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278.

LUGONES, Maria. Colonialidad y género. *Tábula rasa*, n. 9, 2008, pp 73-101. Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca, Bogotá, Colombia.

MOHANTY, Chandra Talpade. **Bajo los ojos del Occidente: Feminismo académico y discursos coloniales**. In: NAVAZ, Liliana Suárez; HERNÁNDEZ, Rosalva Aida (eds). Cap. III. *Descolonizando el feminismo: Teorías y prácticas desde los márgenes*. Madrid : Cátedra, 2008.

ROMAGUERA, Daniel Carneiro Leão; TEIXEIRA, João Paulo Allain; BRAGATO, Fernanda Frizzo. **Por uma crítica descolonial da ideologia humanista dos direitos humanos**. *Revista Derecho y Cambio Social*. Disponível em: http://www.derechocambiosocial.com/revista038/por_uma_critica_descolonial_da_ideologia_humanista_dos_direitos_humanos.pdf. Consulta em 10 de Novembro de 2014.

SEGATO, Rita Laura, **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial**, *e-cadernos ces* [Online], 18 | 2012, posto online no dia 01 Dezembro 2012. Disponível em: <http://eces.revues.org/1533> ; DOI : 10.4000/eces.1533. Consultado em 30 de Novembro de 2014.

TIJOUX, Ana. **Música Antipatriarca**. Disponível em: <http://letras.mus.br/ana-tijoux/anti-patriarca>. Consultado em: 21 de Novembro de 2014.



TRISTAN, Maria Barroso. **Feminismo decolonial**: Una ruptura con la visión hegemónica, eurocéntrica, racista y burguesa. Entrevista con Yuderkys Espinosa Miñoso. **Revista red de estudios sociales**. Año 2, Número III. Disponível em: <http://iberoamericasocial.com/feminismo-decolonial-una-ruptura-con-la-vision-hegemonica-eurocentrica-racista-y-burguesa>

REFERÊNCIAS EXCLUSIVAS WEB

La Ciudad de las Diosas – www.laciudaddelasdiosas.blogspot.com.br

<http://laciudaddelasdiosas.blogspot.com.br/>



AUTOEFICÁCIA EM ESCRITA DE REDAÇÃO E GÊNERO: UMA ANÁLISE COM PRÉ-VESTIBULANDOS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

BRITO, Martha Caroline Duarte de.

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem (PPGCL-UENF)

marthacarolduarte@hotmail.com

219

RESUMO:

A autoeficácia é um elemento de grande relevância na Teoria Social Cognitiva, construto teórico que explica o comportamento humano, elaborado pelo psicólogo Albert Bandura. Além disso, os julgamentos de uma pessoa em relação a sua capacidade para realizar determinada tarefa é um assunto que vem sendo muito debatido no contexto da Psicologia Educacional. Este trabalho, inspirado em uma pesquisa realizada por Bandura e Barry Zimmerman (1994), tem como objetivo analisar as crenças de autoeficácia em escrita de redação de alunos de um Curso Pré-Vestibular em Campos dos Goytacazes/RJ, verificando se existem diferenças entre a eficácia pessoal de pré-vestibulandos do sexo masculino e feminino.

Palavras-chave: Crenças de Autoeficácia em Escrita. Gênero. Pré-Vestibulandos.

RESUME:

Self efficacy is a major element of relevance in the Socio-Cognitive Theory, theoretical construct that explains human behavior, developed by psychologist Albert Bandura. In addition, the judgments of a person in relation to their ability to perform a certain task is a subject that has been much debated in the context of educational psychology. This work, inspired by a survey conducted by Bandura and Barry Zimmerman (1994), aims to analyze the self-efficacy beliefs in students essay writing of a Pre-College Course in Campos / RJ, making sure that there are differences between personal effectiveness of pre-school students male and female.

Keywords: Self-efficacy Beliefs in writing. Genre. Pre-school students.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a Língua Portuguesa, enquanto disciplina escolar, é considerada um componente curricular de grande importância e determinante, em alguns aspectos como em exames nacionais, concursos públicos e processos seletivos. Além disso, geralmente, a nota neste campo disciplinar tem um grande peso, principalmente na parte de Redação, a qual exige do aluno um olhar crítico, argumentos definidos, o domínio da norma culta, além de outras habilidades.

Ao tratarmos das redações para o Enem e/ou as dissertações-argumentativas, percebe-se que elas são temidas por muitos estudantes, os quais não se sentem muitas vezes preparados para escrever sobre determinado tema, demonstrando-se inseguros e não acreditando nos seus potenciais frente à escrita.



O presente trabalho foi reforçado e motivado por uma pesquisa realizada por dois psicólogos, Albert Bandura e Barry Zimmerman (1994), os quais verificaram que as crenças de eficácia pessoal estavam relacionadas diretamente aos resultados acadêmicos de estudantes universitários em escrita de redação, ou seja, quanto maior a crença de autoeficácia, melhores eram os resultados apurados nos textos dos participantes.

Assim, este estudo pretende analisar as crenças de autoeficácia em escrita de redação, ou seja, os julgamentos dos sujeitos em sua própria capacidade para organizar, planejar e desenvolver uma redação, destacando-se como objetivo geral verificar se existem diferenças entre os níveis de autoeficácia de pré-vestibulandos dos sexos masculino e feminino.

Algumas pesquisas já realizadas apontam que estudantes do sexo feminino estão mais propensas a ter um alto nível de ansiedade, se comparado aos estudantes do sexo masculino em relação ao processo do vestibular (RODRIGUES & PELISOLI, 2008). O que se busca com este trabalho é observar se com a crença de eficácia pessoal o mesmo ocorre ou não, especificamente em relação à escrita de uma dissertação argumentativa.

Para alcançar o intuito do trabalho, foram aplicados questionários de caracterização dos sujeitos, o Teste de Autoeficácia em Escrita, elaborado por Bandura e Zimmerman (1994) – o referido inventário foi analisado a fim de averiguar a sua adequação aos participantes e à realidade da pesquisa – e também foi aplicada uma Proposta de Redação aos pré-vestibulandos, elaborada conforme o modelo avaliativo do ENEM.

Vale destacar que a escolha do Curso Pré-Vestibular não foi aleatória: foi feito um levantamento dos cursos da cidade que tiveram as melhores notas em redação no ENEM; e o referido curso destacou-se nos últimos anos com resultados bastante satisfatórios.

Este trabalho inicia-se com uma breve discussão a respeito da crença de autoeficácia, apresentando suas respectivas fontes e relevância no campo da educação. Em seguida, são destacadas algumas pesquisas que tiveram como elementos pontuais a autoeficácia e a variável *gênero*. Por fim, são explicitados os resultados e as análises realizadas, assim como as conclusões devidas.

Desse modo, esta pesquisa torna-se relevante e justifica-se, especialmente por ser aplicada a um grupo que ainda está em processo de preparação para a entrada em universidades, além de tratar de uma temática tão discutida nos últimos anos, que é a redação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).



1. A CRENÇA DE AUTOEFICÁCIA

A Crença de Autoeficácia está inserida na Teoria Social Cognitiva de Albert Bandura, e foi cunhada em 1977 no seu artigo *Self-efficacy: Toward a Unifying Theory of Behavioral Change*. Neste trabalho o autor apresentava um quadro teórico evidenciando a crença de autoeficácia como elemento central para a análise de mudanças comportamentais de evitação por medo (AZZY & POLYDORO, 2006).

Ao longo dos seus estudos, percebe-se que a definição de autoeficácia em seus artigos foi evoluindo, e constituindo-se, como mostram as últimas pesquisas, como as crenças que alguém tem em relação a sua capacidade para organizar e executar determinada atividade, consoante ele próprio (1999, p.21) ressalta:

Entre os mecanismos da ação humana, nenhum é mais nuclear do que as crenças das pessoas em suas eficácias pessoais. A autoeficácia refere-se às crenças nas próprias capacidades para organizar e executar uma ação. As crenças de autoeficácia agem sobre o modo de pensar, de sentir, de motivar-se e de atuar das pessoas (BANDURA, 1999, p.21)

Diante dessa afirmativa, verifica-se que a autoeficácia está intimamente relacionada ao aspecto motivacional, uma vez que – conforme pesquisas demonstram (PINTRICH e SCHUNK, 1996) – alunos com maiores índices de autoeficácia sentem-se mais motivados a persistirem em uma tarefa, e conseqüentemente apresentam melhores resultados.

Por ser um elemento tão importante e determinante nas diversas situações que o homem enfrenta, a autoeficácia também se constitui como regulador dos pensamentos e do comportamento dos indivíduos. Assim a autoeficácia está intimamente ligada às metas que um sujeito estabelece para si próprio, aos seus pensamentos otimistas e/ou pessimistas que ele cria ao executar certa tarefa, além de permitir a autorregulação e o autocontrole, conforme Zimmerman destaca: “as crenças de autoeficácia influenciam sobre as metas que as pessoas selecionam e sobre o compromisso que adquirem com elas. Quanto mais capaz uma pessoa se considera, mais fortes são as metas que estabelece para si mesma” (1999, p.193).

Bandura (1998) diz que há quatro aspectos responsáveis por esta crença: as experiências de êxito (realizações do próprio sujeito); as experiências vicárias (observação e comparação com modelos sociais); a persuasão verbal (julgamentos); e os estados fisiológicos (percepção dos estados físicos e emocionais).

É importante destacar que a crença de autoeficácia varia conforme o contexto, sofrendo influências dos fatores descritos (não necessariamente todos ao mesmo tempo). O que é válido



ressaltar é que tal crença permite ao indivíduo refletir a respeito da realização de determinada tarefa, mobilizando os aspectos emocionais, cognitivos e comportamentais.

2. AUTOEFICÁCIA E GÊNERO: ESTUDOS CORRELATOS

A partir do momento que uma pessoa nasce, já encontra pronto e firmado um modelo ou um estilo a ser seguido, conforme o seu sexo. Meninas são educadas para serem vistas pela sociedade como sensíveis, meigas, sendo – conseqüentemente – consideradas frágeis. Já os meninos são instruídos, desde cedo, a evidenciarem sua masculinidade por meios de suas palavras e ações.

Todavia, com a ascensão da figura feminina em diversos âmbitos (profissional, familiar, política), muitos estereótipos exigidos socialmente, – os quais caracterizam-se machistas – mediante o gênero, foram sendo desconstruídos, paulatinamente.

Hoje, o que se vê são mulheres conquistando patamares tão altos quanto os que os homens atingem. Mulheres que lutam para ser respeitadas nesse ambiente que, outrora, era de hegemonia masculina.

Tendo como base essa breve reflexão, muitas pesquisas têm se dedicado, nos últimos anos, a analisar as diferenças de crenças de autoeficácia entre homens e mulheres. Considerando que a referida crença é a convicção e/ou julgamento da sua própria capacidade para realizar uma atividade específica, vários estudiosos enveredam por tentar desvendar se o gênero de uma pessoa influencia ou não nas avaliações de autoeficácia.

Destaca-se aqui um estudo realizado em São Bernardo do Campo (SP), com 27 adolescentes, com o intuito de verificar se o “perfil de resiliência – capacidade de enfrentar obstáculos da vida – era mais característico entre o gênero masculino e feminino” (RIPAR et al, 2008, p.33). De acordo com os autores do trabalho, a resiliência é composta por sete fatores; dentre eles, a autoeficácia. A pesquisa revelou que as meninas obtiveram resultados mais positivas em relação às suas crenças que os meninos.

Uma outra investigação, em Portugal, interessou-se em averiguar a percepção de autoeficácia de 447 estudantes do 9º ano. O estudo concluiu que não houve diferenças de gênero nos resultados de autoeficácia no que se refere às disciplinas cursadas naquele ano de escolaridade. Todavia, em relação à escolha de uma carreira profissional, as meninas demonstraram-se mais confiantes para o desempenho de atividades “consideradas” femininas. As pesquisadoras ainda assinalaram que quanto menor o nível econômico dos estudantes, mais baixos eram os índices de autoeficácia (COIMBRA & FONTAINE, 2010).



Em relação à linguagem, uma das temáticas deste artigo, alguns estudos apontam que as mulheres se consideram mais capazes e eficazes do que os homens; os quais, em contrapartida, apresentam uma maior autoeficácia em atividades relacionadas a matemática, ciência e tecnologia, por exemplo (OLAZ, 2003; PAJARES & VALIANTE, 1999).

O que se observa nestes e em outros trabalhos que tratam da autoeficácia e do gênero é que, em suma, sempre haverá, ou melhor, espera-se que haja uma desproporção entre as crenças de homens e mulheres. A seguir, serão anunciadas as interpretações dos dados obtidos a fim de ratificar essa hipótese ou não.

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

Participaram desta pesquisa 39 pré-vestibulandos. Três instrumentos foram aplicados: um questionário de identificação dos Sujeitos, o Teste de Eficácia Autorreguladora em Escrita (BANDURA & ZIMMERMAN, 1994), composto por 25 questões e a Proposta de Redação.

Iniciou-se a análise descritiva do trabalho com uma distribuição de frequências, através do Programa Estatístico SPSS.

A seguir, estão apresentados os aspectos relevantes encontrados na referida análise.

3.1. Sujeitos

Como a variável de destaque neste estudo é o Gênero, as verificações do trabalho foram baseadas a partir desse foco. Dos 39 participantes, com idade entre 17-20 anos, 28 são mulheres e 11 são homens.

Em relação ao nível de escolaridade dos mesmos, grande parte já concluiu o ensino médio, conforme é mostrado na tabela 1:

**Tabela 1: Nível de escolaridade**

Nível de escolaridade * Sexo do aluno			Sexo do aluno		Total
			Feminino	Masculino	
Nível de escolaridade	ensino médio incompleto	Contagem	4	2	6
		% dentro de Sexo do aluno	14,30%	18,20%	15,40%
	ensino médio completo	Contagem	22	9	31
		% dentro de Sexo do aluno	78,60%	81,80%	79,50%
ensino superior completo	Contagem	2	0	2	
	% dentro de Sexo do aluno	7,10%	0,00%	5,10%	
Total		Contagem % dentro de Sexo do aluno	28	11	39
Total			100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: dados da pesquisa

Ao serem indagados sobre o tipo de escola em que realizaram seus estudos, a maioria declarou que estudou tanto em instituições públicas quanto privadas. Entretanto, dos estudantes que afirmam ter estudado somente em escola pública, a porcentagem do sexo feminino sobrepõe-se ao masculino:

Tabela 2: Tipo de escola

Em que tipo de escola você realizou ou realiza seus estudos? *			Sexo do aluno		Total
			Feminino	Masculino	
Em que tipo de escola você realizou ou realiza seus estudos?	Somente em escola particular	Contagem	6	3	9
		% dentro de Sexo do aluno	21,40%	27,30%	23,10%
	Somente em escola pública	Contagem	7	1	8
		% dentro de Sexo do aluno	25,00%	9,10%	20,50%
Em escolas		Contagem	15	7	22



	pública e particular	% dentro de Sexo do aluno	53,60%	63,60%	56,40%
		Contagem	28	11	39
		% dentro de Sexo do aluno	100,00%	100,00%	100,00%
Total					

Fonte: dados da pesquisa

225

Outro levantamento revelou que 42,9% das estudantes estão fazendo o curso Pré-Vestibular com o objetivo de prestar o Enem e tentar ingressar, através da nota obtida, em universidade pública ou particular. Esse índice também se revela com os estudantes do sexo masculino (45,5%).

No que concerne ao curso que pretendem cursar, a Medicina é o alvo da maioria: 50% das meninas e 36% dos meninos. Vale ressaltar que os outros cursos também desejados pelos meninos são os referentes à Engenharia (de produção, civil, mecânica, etc).

O que chama a atenção também nos dados apurados no questionário refere-se à cor/raça dos pré-vestibulandos. Das 28 meninas, 17 consideram-se brancas e apenas 5 negras. Já, dentre os meninos, 7 afirmaram-se da cor branca e nenhum se considera como da raça negra.

Tabela 3: Cor/Raça**Cor/Raça * Sexo do aluno Tabulação cruzada**

		Sexo do aluno		Total
		Feminino	Masculino	
Branca	Contagem	17	7	24
	% dentro de Sexo do aluno	60,7%	63,6%	61,5%
Parda	Contagem	5	4	9
	% dentro de Sexo do aluno	17,9%	36,4%	23,1%
Negra	Contagem	5	0	5
	% dentro de Sexo do aluno	17,9%	0,0%	12,8%
amarela	Contagem	1	0	1
	% dentro de Sexo do aluno	3,6%	0,0%	2,6%
Total	Contagem	28	11	39
	% dentro de Sexo do aluno	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: dados da pesquisa



Porém, ao ser perguntado se pretendiam fazer uso da política de Cotas, os dados revelam uma certa incoerência, como a Tabela 4 apresenta:

Tabela 4: Política de cotas

Ao se inscrever para o ENEM e/ou para o Vestibular, pretende fazer uso da política de Cotas? * Sexo do aluno **Tabulação cruzada**

		Sexo do aluno		Total	
		Feminino	Masculino		
Ao se inscrever para o ENEM e/ou para o Vestibular, pretende fazer uso da política de Cotas?	Não	Contagem	12	5	17
		% dentro de Sexo do aluno	42,9%	45,5%	43,6%
	sim	Contagem	12	4	16
		% dentro de Sexo do aluno	42,9%	36,4%	41,0%
	Não sei	Contagem	4	2	6
		% dentro de Sexo do aluno	14,3%	18,2%	15,4%
Total		Contagem	28	11	39
		% dentro de Sexo do aluno	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: dados da pesquisa

A tabela acima nos mostra que 12 meninas disseram que desejam utilizar a política de cotas ao se inscrever no ENEM/Vestibular, assim como 4 estudantes do sexo masculino também afirmaram positivamente em relação à pergunta.

3.2. Posicionamento dos pré-vestibulandos em relação às suas capacidades

Além das perguntas de caracterização dos sujeitos, havia no mesmo questionário uma parte destinada ao posicionamento ou julgamento do próprio pré-vestibulando em relação ao seu potencial para determinados aspectos.

Primeiramente, indagou-se como o aluno avaliava a sua possibilidade de ser aprovado no curso Superior pretendido. A tabela 5 demonstra as respectivas respostas:

Tabela 5: Avaliação da possibilidade de aprovação no Curso Superior

Como você avalia a sua possibilidade de aprovação para o ingresso no Curso superior pretendido? * Sexo do aluno **Tabulação cruzada**



		Sexo do aluno		Total
		Feminino	Masculino	
	Contagem	0	1	1
Baixa possibilidade	% dentro de Sexo do aluno	0,00%	9,10%	2,60%
Como você avalia a sua possibilidade de aprovação para o ingresso no Curso superior pretendido?	Contagem	20	8	28
Média possibilidade	% dentro de Sexo do aluno	71,40%	72,70%	71,80%
Alta possibilidade	Contagem	8	2	10
	% dentro de Sexo do aluno	28,60%	18,20%	25,60%
	Contagem	28	11	39
	% dentro de Sexo do aluno	100,00%	100,00%	100,00%
Total				

Fonte: dados da pesquisa

Ambos os sexos, revelaram em suas respostas que acreditam ter uma média possibilidade de ingressarem no curso que almejam. Também foi perguntado como os estudantes se julgam capazes, especificamente, em relação as suas respectivas notas na Redação do ENEM.

É importante lembrar que a dissertação-argumentativa do Enem é avaliada seguindo 5 competências, cada uma equivalendo a 200 pontos, totalizando 1000 pontos na redação.

Figura 1: Competências avaliadas na Redação do ENEM

- Competência 1:** Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa.
- Competência 2:** Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
- Competência 3:** Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
- Competência 4:** Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
- Competência 5:** Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

Fonte: Guia de redação Enem 2013 (INEP)



Partindo desse pressuposto, os estudantes do Pré-Vestibular disseram qual nota se consideravam capazes de alcançar na redação:

Tabela 6: Avaliação da própria capacidade para alcançar determinada nota na Redação do ENEM Independentemente de pretender fazer ou não o ENEM, quantos pontos você acredita ser capaz de atingir na escrita da dissertação-argumentativa, considerando que a nota máxima em redação no Exame Nacional do Ensino Médio é de 1000 pontos e que o modelo aval * Sexo do aluno Tabulação cruzada

		Sexo do aluno		Total
		Feminino	Masculino	
de 401 a 600 pontos	Contagem	4	1	5
	% dentro de Sexo do aluno	14,30%	9,10%	12,80%
de 601 a 800 pontos	Contagem	21	8	29
	% dentro de Sexo do aluno	75,00%	72,70%	74,40%
de 801 a 1000 pontos	Contagem	3	2	5
	% dentro de Sexo do aluno	10,70%	18,20%	12,80%
Total	Contagem	28	11	39
	% dentro de Sexo do aluno	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se que tanto os meninos quanto as meninas acham que irão obter uma nota na redação do ENEM entre 601 a 800 pontos, o que demonstra uma consideração positiva. Todavia, ao analisarmos as notas que os mesmos tiveram nas redações aplicadas (como um dos instrumentos desta pesquisa), observa-se que não houve uma equivalência entre os mesmos dados:

Tabela 7: Notas obtidas na redação

**Nota Total por Faixa * Sexo do aluno Tabulação cruzada**

		Sexo do aluno		Total
		Feminino	Masculino	
2ª Faixa (de 201 a 400 pontos)	Contagem % dentro de Sexo do aluno	4 14,30%	1 9,10%	5 12,80%
3ª Faixa (de 401 a 600 pontos)	Contagem % dentro de Sexo do aluno	13 46,40%	6 54,50%	19 48,70%
4ª Faixa (de 601 a 800 pontos)	Contagem % dentro de Sexo do aluno	9 32,10%	4 36,40%	13 33,30%
5ª Faixa (acima de 800 pontos)	Contagem % dentro de Sexo do aluno	2 7,10%	0 0,00%	2 5,10%
Nota Total por Faixa	Contagem % dentro de Sexo do aluno	28	11	39
Total		100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: dados da pesquisa

As redações foram aplicadas após 15 dias da aplicação do questionário e do Teste de autoeficácia em escrita, e foram corrigidas pela própria professora de Redação do respectivo Curso, seguindo o modelo de avaliação do Enem. A proposta de redação tratou de um assunto muito discutido tanto em 2014 quanto nos últimos meses, tendo a seguinte temática: “Os responsáveis pela falta de água no Brasil”.

Ao analisarmos os dados, nota-se que a maioria dos estudantes, tanto do sexo masculino quanto do feminino, alcançaram uma média entre 401 a 600 pontos. Apenas 2 alunas obtiveram uma média na faixa máxima, enquanto nenhum estudante do sexo masculino alcançou uma nota entre 801 a 1000 pontos.

3.3. Gênero e Autoeficácia em escrita

Para analisar a crença de autoeficácia em escrita de redação dos pré-vestibulandos, foi utilizado – como instrumento principal – o Teste ou Inventário de Autoeficácia em Escrita, elaborado pelos pesquisadores Albert Bandura e Barry Zimmerman (1994). O Teste é



composto por 25 questões que englobam aspectos referentes ao processo de autorregulação durante a escrita e também a itens relacionados a própria produção textual.

O referido teste foi reformulado, apresentando uma Escala Likert de 4 pontos: Nunca -1, Algumas Vezes – 2, Frequentemente – 3 e Sempre – 4, tendo como base alguns trabalhos também realizados que verificaram crenças de autoeficácia (WOOLFOLK & HOY, 1990; BZUNECK & GUIMARÃES, 2003). Assim, quanto mais próximas as respostas entre 3-4 (Frequentemente e Sempre), maiores seriam os índices de autoeficácia em escrita. Em contrapartida, as respostas entre 1 e 2 (Nunca e algumas vezes) demonstrariam um baixo nível de autoeficácia. Na tabela 8, relacionamos a autoeficácia total ao Sexo dos pré-vestibulandos:

Tabela 8: Autoeficácia em Escrita

**Autoeficácia total * Sexo do aluno Tabulação cruzada**

		Sexo do aluno		Total	
		Feminino	Masculino		
Autoeficácia total	Nunca	Contagem % dentro de Sexo do aluno	1 3,60%	0 0,00%	1 2,60%
	Algumas vezes	Contagem % dentro de Sexo do aluno	21 75,00%	6 54,50%	27 69,20%
	Frequente mente	Contagem % dentro de Sexo do aluno	4 14,30%	4 36,40%	8 20,50%
	Sempre	Contagem % dentro de Sexo do aluno	2 7,10%	1 9,10%	3 7,70%
	Total	Contagem % dentro de Sexo do aluno	28 100,00%	11 100,00%	39 100,00%

Fonte: dados da pesquisa

Ao calcular a autoeficácia total em escrita dos estudantes, tendo como ponto de partida os números referentes às respostas de cada variável (a escala de 1 a 4 pontos), estamos verificando a moda obtida a partir da variável “gênero”. De acordo com Spiegel, moda “é o valor que ocorre com maior frequência num conjunto de dados, isto é, o valor mais comum” (1976, p. 74).

Desse modo, observando a tabela 8, é verificado que 28 estudantes dos 39 (do total) demonstraram uma baixa crença de autoeficácia, visto que tiveram como moda a escala de ponto 1 ou 2 em suas respostas nas variáveis do Teste.

Em relação ao sexo, 75% das meninas obtiveram moda 2 (baixa crença) e 54,5% dos meninos também. Contudo, o que se destaca nesta tabela diz respeito ao índice de alta crença de autoeficácia. Mesmo que o número de participantes homens seja visivelmente inferior ao de mulheres, nota-se que, dos 11 alunos do sexo masculino, 5 apresentam uma crença positiva (o



que representa 45,5% dos meninos, tendo como princípio as modas 3 e 4, “Frequentemente” e “Sempre”, respectivamente). Em contrapartida, das 28 mulheres, apenas 6 demonstram um alto índice de autoeficácia, que equivale a 21,4% das participantes.

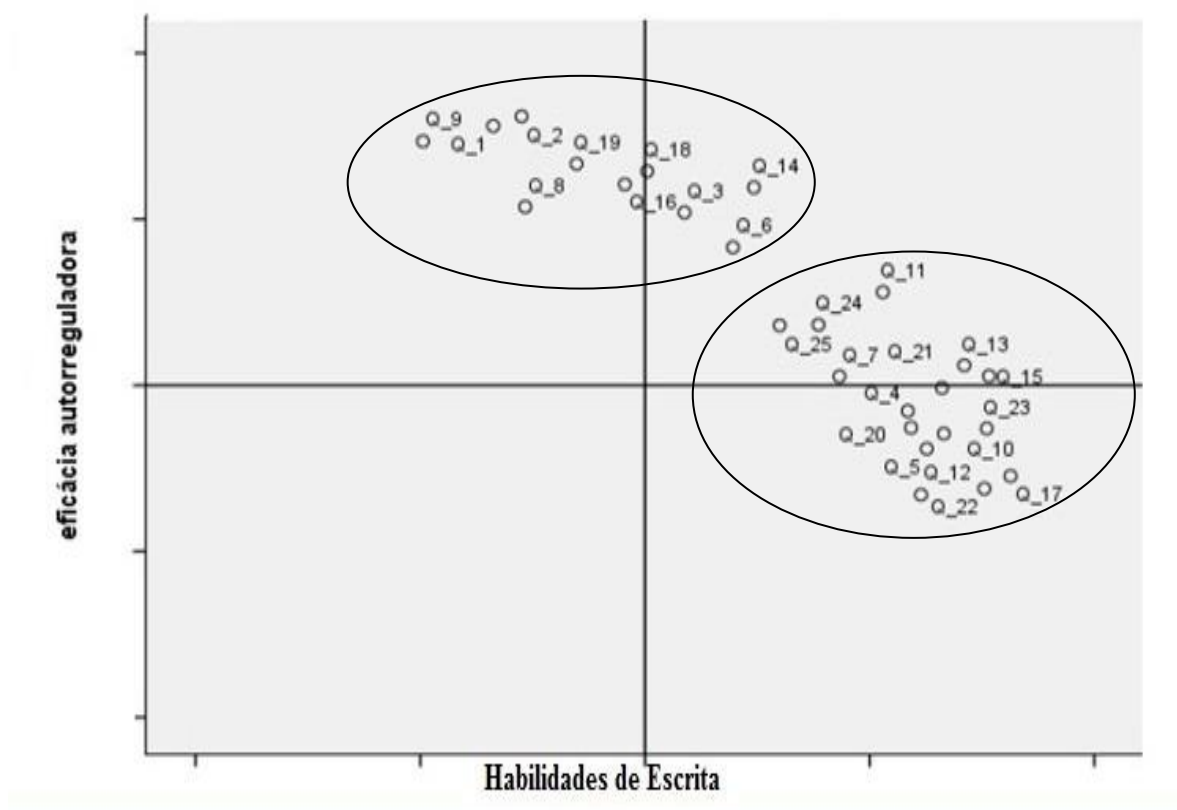
Outra análise interessante refere-se a cada uma das variáveis do Teste de autoeficácia. Como foi mencionado, as perguntas do teste compreendem tanto questões relativas a autorregulação da escrita quanto à escrita, propriamente dita. Assim, foi realizada uma análise fatorial com o propósito de apurar em quais áreas específicas os pré-vestibulandos apresentam baixa e alta crença de autoeficácia. Segundo Figueiredo e Silva (2010), “a principal função das diferentes técnicas de análise fatorial é reduzir uma grande quantidade de variáveis observadas em um número menor de fatores”.

Após a aplicação da técnica de análise fatorial, observou-se que é estatisticamente aceitável agrupar as variáveis do teste em duas dimensões, que foram denominadas *Habilidades de escrita* e *Eficácia Autorreguladora* (tais nomenclaturas foram dadas às duas dimensões baseando-se no trabalho realizado por Bandura e Zimmerman, porém apresentando suas singularidades em relação à realidade deste estudo e aos dados apurados, especificamente).

Como *Habilidades de escrita*, entendem-se todos os aspectos relativos aos mecanismos linguísticos necessários para escrever um texto, no caso, a dissertação-argumentativa: domínio da norma culta, coesão, coerência, elementos inerentes à gramática. Por outro lado, a eficácia autorreguladora funcionaria como um complemento para um total desempenho satisfatório na redação, já que envolve as ações de planejar, elaborar e executar tanto os recursos referentes à Habilidade em escrita, como também os aspectos autorregulatórios (monitoramento do tempo, visão antecipatória, atenção e concentração, gestão dos recursos internos e externos, avaliação) para uma realização autônoma e segura no ato da redação. O Gráfico 1 aponta como as variáveis foram distribuídas em cada uma das dimensões:



Gráfico 1 : Dimensões do Teste de Autoeficácia em escrita



Fonte: dados da pesquisa

Nota-se no gráfico 1 que, das 25 variáveis, 10 estão agrupadas na dimensão *Eficácia Autorreguladora*; enquanto, que 15 pertencem, ou melhor, estão mais próximas da dimensão *Habilidades de escrita*. Para entender melhor o respectivo gráfico, dividimos no quadro a seguir cada uma das variáveis do Teste relacionando ao gênero. As variáveis que obtiveram uma moda entre 1-2, considerando o sexo dos estudantes (e não o total), receberam a sigla B (baixa crença) e as que alcançaram uma moda entre 3-4, foram nomeadas com a letra A (alta crença).

VARIÁVEIS	SEXO	SEXO
	FEMININO	MASCULINO
Q1 Quando me é dada uma tarefa específica de redação, posso ter uma ideia para um tópico adequado em um curto período	B	B
Q2 Posso começar a escrever sem dificuldade	B	B



Q3 Posso construir uma boa frase introdutória rapidamente	B	A
Q4 Posso criar um parágrafo inicial pouco usual para capturar o interesse do leitor	B	B
Q5 Posso escrever um breve mas interessante resumo que preparará os leitores para a ideia principal de meu texto	B	A
Q6 Posso usar minhas primeiras tentativas de escrever para melhorar minhas ideias sobre um tema	A	A
Q7 Posso ajustar meu estilo de escrever para atender às necessidades de qualquer leitor	A	B
Q8 Posso encontrar uma maneira de me concentrar em escrever mesmo quando há muitas distrações ao redor	B	B
Q9 Quando tenho um prazo curto para entregar meu trabalho, consigo controlar meu tempo com eficiência	B	A
Q10 Posso atender aos padrões de escrita de um avaliador muito exigente	A	A
Q11 Posso prontamente oferecer exemplos importantes para ilustrar um ponto importante	BIMODAL: A e B	A
Q12 Posso reescrever claramente parágrafos muito longos ou confusos	B	A
Q13 Quando preciso tornar uma ideia sutil ou abstrata mais clara, consigo usar palavras para criar uma imagem vívida	B	B
Q14 Consigo localizar e utilizar fontes de referência adequadas quando preciso documentar um ponto importante	B	B
Q15 Consigo passar de um parágrafo para outro, durante a escrita, de forma coesa e coerente	A	A
Q16 Consigo trazer minha atenção de volta à escrita, quando me pego pensando em outras coisas	A	A
Q17 Quando vou escrever um tópico longo, posso criar bons esboços para as seções principais de meu texto	A	B
Q18 Quando quero persuadir um leitor sobre um ponto de vista divergente, posso oferecer uma citação convincente de uma autoridade	B	A
Q19 Quando ocorre um bloqueio durante minha escrita, consigo encontrar maneiras de superar o problema	B	A
Q20 Consigo encontrar maneiras de me motivar a escrever, mesmo quando o assunto é de pouco interesse para mim	B	A
Q21 Após escrever um texto longo, consigo encontrar e corrigir erros gramaticais	A	A
Q22 Consigo revisar o primeiro rascunho de qualquer texto para que fique mais curto e bem organizado	A	A
Q23 Quando edito um texto, posso encontrar e corrigir todos os meus erros gramaticais	BIMODAL: A e B	B
Q24 Posso encontrar pessoas para opinar sobre os primeiros rascunhos de meu texto	B	A
Q25 Quando meu texto é sobre um tema complicado, consigo criar um título informativo e curto	A	A

As variáveis que estão *em itálico* são referentes a Dimensão *Eficácia Autorreguladora*.

O quadro acima nos oferece apreciações pertinentes. Em relação à Dimensão *Habilidades de Escrita*, tanto os meninos quanto as meninas demonstraram altas crenças de autoeficácia. Entretanto, em relação à *Eficácia Autorreguladora*, o resultado direciona-nos a uma interessante análise: os pré-vestibulandos do sexo masculino apresentaram um melhor índice de crença de autoeficácia dos que as estudantes.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, foi evidenciado o quanto se esperava que a variável gênero fosse determinante nos resultados apurados. Como já foi dito, a crença de autoeficácia pode ser alterada em circunstância de diversos fatores, o que a torna específica diante de determinadas tarefas.

Em relação à crença de autoeficácia dos pré-vestibulandos que participaram deste estudo, o gênero em algumas análises se impôs como diferencial. De uma forma geral, ambos os sexos apresentaram uma baixa crença de eficácia pessoal em escrita de redação. Porém, os alunos do sexo masculino apresentaram maiores índices do que as meninas, considerando as escalas de eficácia positiva e o número de participantes por sexo.

Outro resultado que demonstrou que os pré-vestibulandos homens se consideram mais capazes que as mulheres diz respeito às dimensões do teste de autoeficácia. Enquanto, todos acreditam em suas capacidades frente às habilidades de escrita, em relação à Eficácia Autorreguladora, somente os homens confiam, de uma forma mais fiel, em suas potencialidades. Tal verificação revela que as estudantes deste curso necessitam de direcionamentos que as habilitem e as preparem para o planejamento, execução e avaliação de uma redação escrita por elas mesmas.

É lógico que estes resultados não podem ser direcionados ou generalizados a outros cursos pré-vestibulares, já que se trataram de um local e de sujeitos específicos para a pesquisa. Porém, nada impede que futuros trabalhos sejam realizados a fim de verificar até que ponto a variável gênero pode ser relevante na análise das crenças de autoeficácia.

REFERÊNCIAS

AZZI, Roberta Gurgel & POLYDORO, Soely A. J. (orgs). **Autoeficácia em diferentes contextos**. Campinas, SP, Editora Alínea, 2006.

_____. (Ed.) **Auto-eficacia: Cómo afrontamos los câmbios de La sociedad actual**. Biblioteca de Psicología Desclée de Brouwer, 1999.

BANDURA, A. & ZIMMERMAN, B.J. **Impacto of self-regulatory influences on writing course attainment**. American Educational Research Journal Winter 1994, Vol. 31, n4, p. 845-862.



COIMBRA, S., FONTAINE, A.M.. **Será que sou capaz? Estudo diferencial de auto-eficácia com alunos do nono ano.** Revista Brasileira de Orientação Profissional jan.-jun. 2010, Vol. 11, No. 1, 5-22.

FIGUEIREDO, D. e SILVA, J. **Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial.** OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol 16, n1, junho 2010, p. 160-185

OLAZ, F. **Autoeficacia, diferencias de género y comportamiento vocacional.** Revista Electrónica de Motivación y Emoción. V. 6, n.13, 2003.

PAJARES, F., VALIANTE, G. **Grade Level and Gender Differences in the Writing Self-Beliefs of Middle School Students.** Contemporary Educational Psychology, 24, 390-405, 1999

PINTRICH, P. R. & SCHUNK, D. H. **Motivacion in Education: Theory Research and Applications.** Englewood Cliffs, N. J.: Prentice Hall, Inc.. 1996

RIPAR, A.A.; EVANGELISTA, F.; PAULA, F.V..**Resiliência e gênero.** Psicólogo InFormação ano 12, n 12,p.33-52, jan/dez 2008

RODRIGUES, D.G. & PELISOLI, C. **Ansiedade em vestibulandos: um estudo exploratório.** Revista Psiq Clín. 2008;35(5):171-7

SPIEGEL, M. R. **Estatística.** São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.

ZIMMERMAN, Barry J. **Auto-eficacia y desarrollo educativo.** In Auto-eficacia: Cómo afrontamos los cambios de La sociedad actual (Albert Bandura – Ed.). Biblioteca de Psicología Desclée de Brouwer, 1999.



AUTOEFICÁCIA EM ESCRITA DE REDAÇÃO E GÊNERO: UMA ANÁLISE COM PRÉ-VESTIBULANDOS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

BRITO, Martha Caroline Duarte de.

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem (PPGCL-UENF)

marthacarolduarte@hotmail.com

219

RESUMO:

A autoeficácia é um elemento de grande relevância na Teoria Social Cognitiva, construto teórico que explica o comportamento humano, elaborado pelo psicólogo Albert Bandura. Além disso, os julgamentos de uma pessoa em relação a sua capacidade para realizar determinada tarefa é um assunto que vem sendo muito debatido no contexto da Psicologia Educacional. Este trabalho, inspirado em uma pesquisa realizada por Bandura e Barry Zimmerman (1994), tem como objetivo analisar as crenças de autoeficácia em escrita de redação de alunos de um Curso Pré-Vestibular em Campos dos Goytacazes/RJ, verificando se existem diferenças entre a eficácia pessoal de pré-vestibulandos do sexo masculino e feminino.

Palavras-chave: Crenças de Autoeficácia em Escrita. Gênero. Pré-Vestibulandos.

RESUME:

Self efficacy is a major element of relevance in the Socio-Cognitive Theory, theoretical construct that explains human behavior, developed by psychologist Albert Bandura. In addition, the judgments of a person in relation to their ability to perform a certain task is a subject that has been much debated in the context of educational psychology. This work, inspired by a survey conducted by Bandura and Barry Zimmerman (1994), aims to analyze the self-efficacy beliefs in students essay writing of a Pre-College Course in Campos / RJ, making sure that there are differences between personal effectiveness of pre-school students male and female.

Keywords: Self-efficacy Beliefs in writing. Genre. Pre-school students.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a Língua Portuguesa, enquanto disciplina escolar, é considerada um componente curricular de grande importância e determinante, em alguns aspectos como em exames nacionais, concursos públicos e processos seletivos. Além disso, geralmente, a nota neste campo disciplinar tem um grande peso, principalmente na parte de Redação, a qual exige do aluno um olhar crítico, argumentos definidos, o domínio da norma culta, além de outras habilidades.

Ao tratarmos das redações para o Enem e/ou as dissertações-argumentativas, percebe-se que elas são temidas por muitos estudantes, os quais não se sentem muitas vezes preparados para escrever sobre determinado tema, demonstrando-se inseguros e não acreditando nos seus potenciais frente à escrita.



O presente trabalho foi reforçado e motivado por uma pesquisa realizada por dois psicólogos, Albert Bandura e Barry Zimmerman (1994), os quais verificaram que as crenças de eficácia pessoal estavam relacionadas diretamente aos resultados acadêmicos de estudantes universitários em escrita de redação, ou seja, quanto maior a crença de autoeficácia, melhores eram os resultados apurados nos textos dos participantes.

Assim, este estudo pretende analisar as crenças de autoeficácia em escrita de redação, ou seja, os julgamentos dos sujeitos em sua própria capacidade para organizar, planejar e desenvolver uma redação, destacando-se como objetivo geral verificar se existem diferenças entre os níveis de autoeficácia de pré-vestibulandos dos sexos masculino e feminino.

Algumas pesquisas já realizadas apontam que estudantes do sexo feminino estão mais propensas a ter um alto nível de ansiedade, se comparado aos estudantes do sexo masculino em relação ao processo do vestibular (RODRIGUES & PELISOLI, 2008). O que se busca com este trabalho é observar se com a crença de eficácia pessoal o mesmo ocorre ou não, especificamente em relação à escrita de uma dissertação argumentativa.

Para alcançar o intuito do trabalho, foram aplicados questionários de caracterização dos sujeitos, o Teste de Autoeficácia em Escrita, elaborado por Bandura e Zimmerman (1994) – o referido inventário foi analisado a fim de averiguar a sua adequação aos participantes e à realidade da pesquisa – e também foi aplicada uma Proposta de Redação aos pré-vestibulandos, elaborada conforme o modelo avaliativo do ENEM.

Vale destacar que a escolha do Curso Pré-Vestibular não foi aleatória: foi feito um levantamento dos cursos da cidade que tiveram as melhores notas em redação no ENEM; e o referido curso destacou-se nos últimos anos com resultados bastante satisfatórios.

Este trabalho inicia-se com uma breve discussão a respeito da crença de autoeficácia, apresentando suas respectivas fontes e relevância no campo da educação. Em seguida, são destacadas algumas pesquisas que tiveram como elementos pontuais a autoeficácia e a variável *gênero*. Por fim, são explicitados os resultados e as análises realizadas, assim como as conclusões devidas.

Desse modo, esta pesquisa torna-se relevante e justifica-se, especialmente por ser aplicada a um grupo que ainda está em processo de preparação para a entrada em universidades, além de tratar de uma temática tão discutida nos últimos anos, que é a redação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).



1. A CRENÇA DE AUTOEFICÁCIA

A Crença de Autoeficácia está inserida na Teoria Social Cognitiva de Albert Bandura, e foi cunhada em 1977 no seu artigo *Self-efficacy: Toward a Unifying Theory of Behavioral Change*. Neste trabalho o autor apresentava um quadro teórico evidenciando a crença de autoeficácia como elemento central para a análise de mudanças comportamentais de evitação por medo (AZZY & POLYDORO, 2006).

Ao longo dos seus estudos, percebe-se que a definição de autoeficácia em seus artigos foi evoluindo, e constituindo-se, como mostram as últimas pesquisas, como as crenças que alguém tem em relação a sua capacidade para organizar e executar determinada atividade, consoante ele próprio (1999, p.21) ressalta:

Entre os mecanismos da ação humana, nenhum é mais nuclear do que as crenças das pessoas em suas eficácias pessoais. A autoeficácia refere-se às crenças nas próprias capacidades para organizar e executar uma ação. As crenças de autoeficácia agem sobre o modo de pensar, de sentir, de motivar-se e de atuar das pessoas (BANDURA, 1999, p.21)

Diante dessa afirmativa, verifica-se que a autoeficácia está intimamente relacionada ao aspecto motivacional, uma vez que – conforme pesquisas demonstram (PINTRICH e SCHUNK, 1996) – alunos com maiores índices de autoeficácia sentem-se mais motivados a persistirem em uma tarefa, e conseqüentemente apresentam melhores resultados.

Por ser um elemento tão importante e determinante nas diversas situações que o homem enfrenta, a autoeficácia também se constitui como regulador dos pensamentos e do comportamento dos indivíduos. Assim a autoeficácia está intimamente ligada às metas que um sujeito estabelece para si próprio, aos seus pensamentos otimistas e/ou pessimistas que ele cria ao executar certa tarefa, além de permitir a autorregulação e o autocontrole, conforme Zimmerman destaca: “as crenças de autoeficácia influenciam sobre as metas que as pessoas selecionam e sobre o compromisso que adquirem com elas. Quanto mais capaz uma pessoa se considera, mais fortes são as metas que estabelece para si mesma” (1999, p.193).

Bandura (1998) diz que há quatro aspectos responsáveis por esta crença: as experiências de êxito (realizações do próprio sujeito); as experiências vicárias (observação e comparação com modelos sociais); a persuasão verbal (julgamentos); e os estados fisiológicos (percepção dos estados físicos e emocionais).

É importante destacar que a crença de autoeficácia varia conforme o contexto, sofrendo influências dos fatores descritos (não necessariamente todos ao mesmo tempo). O que é válido



ressaltar é que tal crença permite ao indivíduo refletir a respeito da realização de determinada tarefa, mobilizando os aspectos emocionais, cognitivos e comportamentais.

2. AUTOEFICÁCIA E GÊNERO: ESTUDOS CORRELATOS

A partir do momento que uma pessoa nasce, já encontra pronto e firmado um modelo ou um estilo a ser seguido, conforme o seu sexo. Meninas são educadas para serem vistas pela sociedade como sensíveis, meigas, sendo – conseqüentemente – consideradas frágeis. Já os meninos são instruídos, desde cedo, a evidenciarem sua masculinidade por meios de suas palavras e ações.

Todavia, com a ascensão da figura feminina em diversos âmbitos (profissional, familiar, política), muitos estereótipos exigidos socialmente, – os quais caracterizam-se machistas – mediante o gênero, foram sendo desconstruídos, paulatinamente.

Hoje, o que se vê são mulheres conquistando patamares tão altos quanto os que os homens atingem. Mulheres que lutam para ser respeitadas nesse ambiente que, outrora, era de hegemonia masculina.

Tendo como base essa breve reflexão, muitas pesquisas têm se dedicado, nos últimos anos, a analisar as diferenças de crenças de autoeficácia entre homens e mulheres. Considerando que a referida crença é a convicção e/ou julgamento da sua própria capacidade para realizar uma atividade específica, vários estudiosos enveredam por tentar desvendar se o gênero de uma pessoa influencia ou não nas avaliações de autoeficácia.

Destaca-se aqui um estudo realizado em São Bernardo do Campo (SP), com 27 adolescentes, com o intuito de verificar se o “perfil de resiliência – capacidade de enfrentar obstáculos da vida – era mais característico entre o gênero masculino e feminino” (RIPAR et al, 2008, p.33). De acordo com os autores do trabalho, a resiliência é composta por sete fatores; dentre eles, a autoeficácia. A pesquisa revelou que as meninas obtiveram resultados mais positivas em relação às suas crenças que os meninos.

Uma outra investigação, em Portugal, interessou-se em averiguar a percepção de autoeficácia de 447 estudantes do 9º ano. O estudo concluiu que não houve diferenças de gênero nos resultados de autoeficácia no que se refere às disciplinas cursadas naquele ano de escolaridade. Todavia, em relação à escolha de uma carreira profissional, as meninas demonstraram-se mais confiantes para o desempenho de atividades “consideradas” femininas. As pesquisadoras ainda assinalaram que quanto menor o nível econômico dos estudantes, mais baixos eram os índices de autoeficácia (COIMBRA & FONTAINE, 2010).



Em relação à linguagem, uma das temáticas deste artigo, alguns estudos apontam que as mulheres se consideram mais capazes e eficazes do que os homens; os quais, em contrapartida, apresentam uma maior autoeficácia em atividades relacionadas a matemática, ciência e tecnologia, por exemplo (OLAZ, 2003; PAJARES & VALIANTE, 1999).

O que se observa nestes e em outros trabalhos que tratam da autoeficácia e do gênero é que, em suma, sempre haverá, ou melhor, espera-se que haja uma desproporção entre as crenças de homens e mulheres. A seguir, serão anunciadas as interpretações dos dados obtidos a fim de ratificar essa hipótese ou não.

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

Participaram desta pesquisa 39 pré-vestibulandos. Três instrumentos foram aplicados: um questionário de identificação dos Sujeitos, o Teste de Eficácia Autorreguladora em Escrita (BANDURA & ZIMMERMAN, 1994), composto por 25 questões e a Proposta de Redação.

Iniciou-se a análise descritiva do trabalho com uma distribuição de frequências, através do Programa Estatístico SPSS.

A seguir, estão apresentados os aspectos relevantes encontrados na referida análise.

3.1. Sujeitos

Como a variável de destaque neste estudo é o Gênero, as verificações do trabalho foram baseadas a partir desse foco. Dos 39 participantes, com idade entre 17-20 anos, 28 são mulheres e 11 são homens.

Em relação ao nível de escolaridade dos mesmos, grande parte já concluiu o ensino médio, conforme é mostrado na tabela 1:

**Tabela 1: Nível de escolaridade**

Nível de escolaridade * Sexo do aluno			Sexo do aluno		Total
			Feminino	Masculino	
Nível de escolaridade	ensino médio incompleto	Contagem	4	2	6
		% dentro de Sexo do aluno	14,30%	18,20%	15,40%
	ensino médio completo	Contagem	22	9	31
		% dentro de Sexo do aluno	78,60%	81,80%	79,50%
ensino superior completo	Contagem	2	0	2	
	% dentro de Sexo do aluno	7,10%	0,00%	5,10%	
Total		Contagem % dentro de Sexo do aluno	28	11	39
Total			100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: dados da pesquisa

Ao serem indagados sobre o tipo de escola em que realizaram seus estudos, a maioria declarou que estudou tanto em instituições públicas quanto privadas. Entretanto, dos estudantes que afirmam ter estudado somente em escola pública, a porcentagem do sexo feminino sobrepõe-se ao masculino:

Tabela 2: Tipo de escola

Em que tipo de escola você realizou ou realiza seus estudos? *			Sexo do aluno		Total
			Feminino	Masculino	
Em que tipo de escola você realizou ou realiza seus estudos?	Somente em escola particular	Contagem	6	3	9
		% dentro de Sexo do aluno	21,40%	27,30%	23,10%
	Somente em escola pública	Contagem	7	1	8
		% dentro de Sexo do aluno	25,00%	9,10%	20,50%
Em escolas		Contagem	15	7	22



	pública e particular	% dentro de Sexo do aluno			
		53,60%	63,60%	56,40%	
		Contagem	28	11	39
		% dentro de Sexo do aluno	100,00%	100,00%	100,00%
Total					

Fonte: dados da pesquisa

Outro levantamento revelou que 42,9% das estudantes estão fazendo o curso Pré-Vestibular com o objetivo de prestar o Enem e tentar ingressar, através da nota obtida, em universidade pública ou particular. Esse índice também se revela com os estudantes do sexo masculino (45,5%).

No que concerne ao curso que pretendem cursar, a Medicina é o alvo da maioria: 50% das meninas e 36% dos meninos. Vale ressaltar que os outros cursos também desejados pelos meninos são os referentes à Engenharia (de produção, civil, mecânica, etc).

O que chama a atenção também nos dados apurados no questionário refere-se à cor/raça dos pré-vestibulandos. Das 28 meninas, 17 consideram-se brancas e apenas 5 negras. Já, dentre os meninos, 7 afirmaram-se da cor branca e nenhum se considera como da raça negra.

Tabela 3: Cor/Raça**Cor/Raça * Sexo do aluno Tabulação cruzada**

		Sexo do aluno		Total
		Feminino	Masculino	
Branca	Contagem	17	7	24
	% dentro de Sexo do aluno	60,7%	63,6%	61,5%
Parda	Contagem	5	4	9
	% dentro de Sexo do aluno	17,9%	36,4%	23,1%
Negra	Contagem	5	0	5
	% dentro de Sexo do aluno	17,9%	0,0%	12,8%
amarela	Contagem	1	0	1
	% dentro de Sexo do aluno	3,6%	0,0%	2,6%
Total	Contagem	28	11	39
	% dentro de Sexo do aluno	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: dados da pesquisa



Porém, ao ser perguntado se pretendiam fazer uso da política de Cotas, os dados revelam uma certa incoerência, como a Tabela 4 apresenta:

Tabela 4: Política de cotas

Ao se inscrever para o ENEM e/ou para o Vestibular, pretende fazer uso da política de Cotas? * Sexo do aluno **Tabulação cruzada**

		Sexo do aluno		Total	
		Feminino	Masculino		
Ao se inscrever para o ENEM e/ou para o Vestibular, pretende fazer uso da política de Cotas?	Não	Contagem	12	5	17
		% dentro de Sexo do aluno	42,9%	45,5%	43,6%
	sim	Contagem	12	4	16
		% dentro de Sexo do aluno	42,9%	36,4%	41,0%
	Não sei	Contagem	4	2	6
		% dentro de Sexo do aluno	14,3%	18,2%	15,4%
Total		Contagem	28	11	39
		% dentro de Sexo do aluno	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: dados da pesquisa

A tabela acima nos mostra que 12 meninas disseram que desejam utilizar a política de cotas ao se inscrever no ENEM/Vestibular, assim como 4 estudantes do sexo masculino também afirmaram positivamente em relação à pergunta.

3.2. Posicionamento dos pré-vestibulandos em relação às suas capacidades

Além das perguntas de caracterização dos sujeitos, havia no mesmo questionário uma parte destinada ao posicionamento ou julgamento do próprio pré-vestibulando em relação ao seu potencial para determinados aspectos.

Primeiramente, indagou-se como o aluno avaliava a sua possibilidade de ser aprovado no curso Superior pretendido. A tabela 5 demonstra as respectivas respostas:

Tabela 5: Avaliação da possibilidade de aprovação no Curso Superior

Como você avalia a sua possibilidade de aprovação para o ingresso no Curso superior pretendido? * Sexo do aluno **Tabulação cruzada**



		Sexo do aluno		Total
		Feminino	Masculino	
	Contagem	0	1	1
Baixa possibilidade	% dentro de Sexo do aluno	0,00%	9,10%	2,60%
Como você avalia a sua possibilidade de aprovação para o ingresso no Curso superior pretendido?	Contagem	20	8	28
Média possibilidade	% dentro de Sexo do aluno	71,40%	72,70%	71,80%
Alta possibilidade	Contagem	8	2	10
	% dentro de Sexo do aluno	28,60%	18,20%	25,60%
	Contagem	28	11	39
	% dentro de Sexo do aluno	100,00%	100,00%	100,00%
Total				

Fonte: dados da pesquisa

Ambos os sexos, revelaram em suas respostas que acreditam ter uma média possibilidade de ingressarem no curso que almejam. Também foi perguntado como os estudantes se julgam capazes, especificamente, em relação as suas respectivas notas na Redação do ENEM.

É importante lembrar que a dissertação-argumentativa do Enem é avaliada seguindo 5 competências, cada uma equivalendo a 200 pontos, totalizando 1000 pontos na redação.

Figura 1: Competências avaliadas na Redação do ENEM

- Competência 1:** Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa.
- Competência 2:** Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
- Competência 3:** Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
- Competência 4:** Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
- Competência 5:** Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

Fonte: Guia de redação Enem 2013 (INEP)



Partindo desse pressuposto, os estudantes do Pré-Vestibular disseram qual nota se consideravam capazes de alcançar na redação:

Tabela 6: Avaliação da própria capacidade para alcançar determinada nota na Redação do ENEM Independentemente de pretender fazer ou não o ENEM, quantos pontos você acredita ser capaz de atingir na escrita da dissertação-argumentativa, considerando que a nota máxima em redação no Exame Nacional do Ensino Médio é de 1000 pontos e que o modelo aval * Sexo do aluno Tabulação cruzada

		Sexo do aluno		Total
		Feminino	Masculino	
de 401 a 600 pontos	Contagem	4	1	5
	% dentro de Sexo do aluno	14,30%	9,10%	12,80%
de 601 a 800 pontos	Contagem	21	8	29
	% dentro de Sexo do aluno	75,00%	72,70%	74,40%
de 801 a 1000 pontos	Contagem	3	2	5
	% dentro de Sexo do aluno	10,70%	18,20%	12,80%
Total	Contagem	28	11	39
	% dentro de Sexo do aluno	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se que tanto os meninos quanto as meninas acham que irão obter uma nota na redação do ENEM entre 601 a 800 pontos, o que demonstra uma consideração positiva. Todavia, ao analisarmos as notas que os mesmos tiveram nas redações aplicadas (como um dos instrumentos desta pesquisa), observa-se que não houve uma equivalência entre os mesmos dados:

Tabela 7: Notas obtidas na redação

**Nota Total por Faixa * Sexo do aluno Tabulação cruzada**

		Sexo do aluno		Total
		Feminino	Masculino	
2ª Faixa (de 201 a 400 pontos)	Contagem % dentro de Sexo do aluno	4 14,30%	1 9,10%	5 12,80%
3ª Faixa (de 401 a 600 pontos)	Contagem % dentro de Sexo do aluno	13 46,40%	6 54,50%	19 48,70%
4ª Faixa (de 601 a 800 pontos)	Contagem % dentro de Sexo do aluno	9 32,10%	4 36,40%	13 33,30%
5ª Faixa (acima de 800 pontos)	Contagem % dentro de Sexo do aluno	2 7,10%	0 0,00%	2 5,10%
Nota Total por Faixa	Contagem % dentro de Sexo do aluno	28	11	39
Total		100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: dados da pesquisa

As redações foram aplicadas após 15 dias da aplicação do questionário e do Teste de autoeficácia em escrita, e foram corrigidas pela própria professora de Redação do respectivo Curso, seguindo o modelo de avaliação do Enem. A proposta de redação tratou de um assunto muito discutido tanto em 2014 quanto nos últimos meses, tendo a seguinte temática: “Os responsáveis pela falta de água no Brasil”.

Ao analisarmos os dados, nota-se que a maioria dos estudantes, tanto do sexo masculino quanto do feminino, alcançaram uma média entre 401 a 600 pontos. Apenas 2 alunas obtiveram uma média na faixa máxima, enquanto nenhum estudante do sexo masculino alcançou uma nota entre 801 a 1000 pontos.

3.3. Gênero e Autoeficácia em escrita

Para analisar a crença de autoeficácia em escrita de redação dos pré-vestibulandos, foi utilizado – como instrumento principal – o Teste ou Inventário de Autoeficácia em Escrita, elaborado pelos pesquisadores Albert Bandura e Barry Zimmerman (1994). O Teste é



composto por 25 questões que englobam aspectos referentes ao processo de autorregulação durante a escrita e também a itens relacionados a própria produção textual.

O referido teste foi reformulado, apresentando uma Escala Likert de 4 pontos: Nunca -1, Algumas Vezes - 2, Frequentemente - 3 e Sempre - 4, tendo como base alguns trabalhos também realizados que verificaram crenças de autoeficácia (WOOLFOLK & HOY, 1990; BZUNECK & GUIMARÃES, 2003). Assim, quanto mais próximas as respostas entre 3-4 (Frequentemente e Sempre), maiores seriam os índices de autoeficácia em escrita. Em contrapartida, as respostas entre 1 e 2 (Nunca e algumas vezes) demonstrariam um baixo nível de autoeficácia. Na tabela 8, relacionamos a autoeficácia total ao Sexo dos pré-vestibulandos:

Tabela 8: Autoeficácia em Escrita

**Autoeficácia total * Sexo do aluno Tabulação cruzada**

		Sexo do aluno		Total	
		Feminino	Masculino		
Autoeficácia total	Nunca	Contagem % dentro de Sexo do aluno	1 3,60%	0 0,00%	1 2,60%
	Algumas vezes	Contagem % dentro de Sexo do aluno	21 75,00%	6 54,50%	27 69,20%
	Frequente mente	Contagem % dentro de Sexo do aluno	4 14,30%	4 36,40%	8 20,50%
	Sempre	Contagem % dentro de Sexo do aluno	2 7,10%	1 9,10%	3 7,70%
	Total	Contagem % dentro de Sexo do aluno	28 100,00%	11 100,00%	39 100,00%

Fonte: dados da pesquisa

Ao calcular a autoeficácia total em escrita dos estudantes, tendo como ponto de partida os números referentes às respostas de cada variável (a escala de 1 a 4 pontos), estamos verificando a moda obtida a partir da variável “gênero”. De acordo com Spiegel, moda “é o valor que ocorre com maior frequência num conjunto de dados, isto é, o valor mais comum” (1976, p. 74).

Desse modo, observando a tabela 8, é verificado que 28 estudantes dos 39 (do total) demonstraram uma baixa crença de autoeficácia, visto que tiveram como moda a escala de ponto 1 ou 2 em suas respostas nas variáveis do Teste.

Em relação ao sexo, 75% das meninas obtiveram moda 2 (baixa crença) e 54,5% dos meninos também. Contudo, o que se destaca nesta tabela diz respeito ao índice de alta crença de autoeficácia. Mesmo que o número de participantes homens seja visivelmente inferior ao de mulheres, nota-se que, dos 11 alunos do sexo masculino, 5 apresentam uma crença positiva (o



que representa 45,5% dos meninos, tendo como princípio as modas 3 e 4, “Frequentemente” e “Sempre”, respectivamente). Em contrapartida, das 28 mulheres, apenas 6 demonstram um alto índice de autoeficácia, que equivale a 21,4% das participantes.

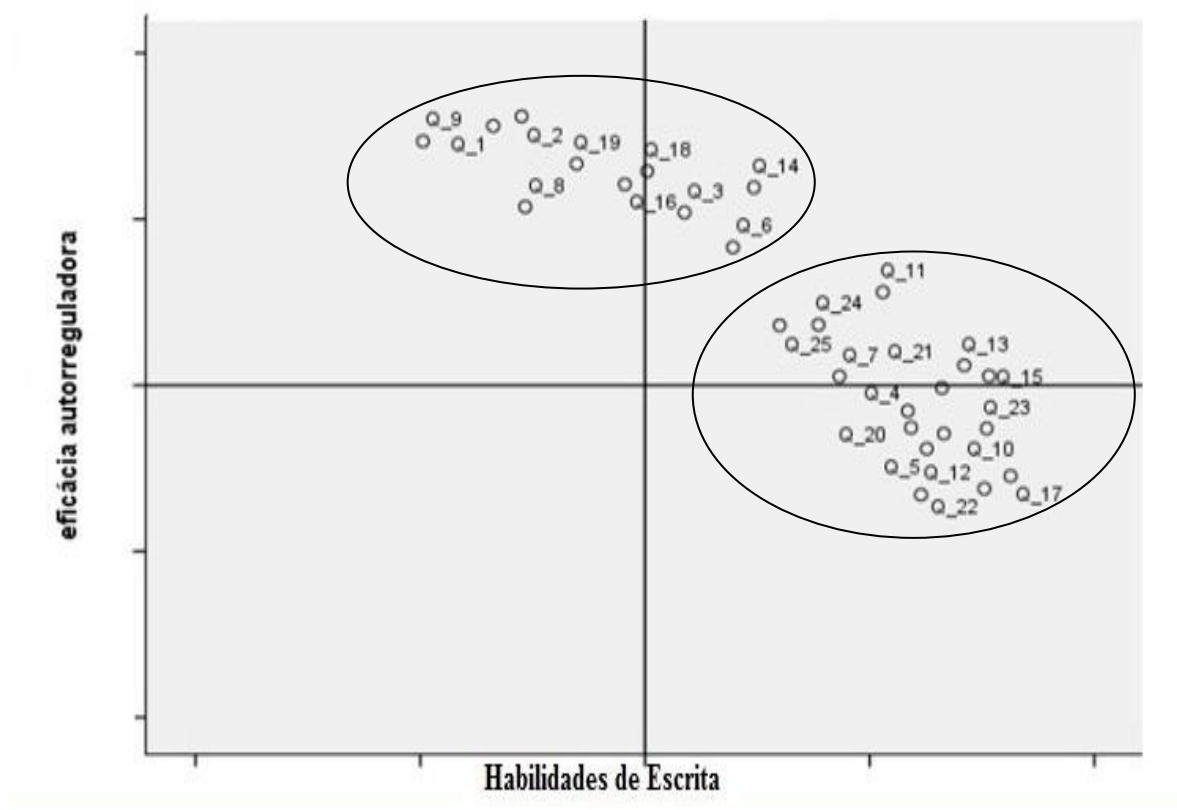
Outra análise interessante refere-se a cada uma das variáveis do Teste de autoeficácia. Como foi mencionado, as perguntas do teste compreendem tanto questões relativas a autorregulação da escrita quanto à escrita, propriamente dita. Assim, foi realizada uma análise fatorial com o propósito de apurar em quais áreas específicas os pré-vestibulandos apresentam baixa e alta crença de autoeficácia. Segundo Figueiredo e Silva (2010), “a principal função das diferentes técnicas de análise fatorial é reduzir uma grande quantidade de variáveis observadas em um número menor de fatores”.

Após a aplicação da técnica de análise fatorial, observou-se que é estatisticamente aceitável agrupar as variáveis do teste em duas dimensões, que foram denominadas *Habilidades de escrita* e *Eficácia Autorreguladora* (tais nomenclaturas foram dadas às duas dimensões baseando-se no trabalho realizado por Bandura e Zimmerman, porém apresentando suas singularidades em relação à realidade deste estudo e aos dados apurados, especificamente).

Como *Habilidades de escrita*, entendem-se todos os aspectos relativos aos mecanismos linguísticos necessários para escrever um texto, no caso, a dissertação-argumentativa: domínio da norma culta, coesão, coerência, elementos inerentes à gramática. Por outro lado, a eficácia autorreguladora funcionaria como um complemento para um total desempenho satisfatório na redação, já que envolve as ações de planejar, elaborar e executar tanto os recursos referentes à Habilidade em escrita, como também os aspectos autorregulatórios (monitoramento do tempo, visão antecipatória, atenção e concentração, gestão dos recursos internos e externos, avaliação) para uma realização autônoma e segura no ato da redação. O Gráfico 1 aponta como as variáveis foram distribuídas em cada uma das dimensões:



Gráfico 1 : Dimensões do Teste de Autoeficácia em escrita



Fonte: dados da pesquisa

Nota-se no gráfico 1 que, das 25 variáveis, 10 estão agrupadas na dimensão *Eficácia Autorreguladora*; enquanto, que 15 pertencem, ou melhor, estão mais próximas da dimensão *Habilidades de escrita*. Para entender melhor o respectivo gráfico, dividimos no quadro a seguir cada uma das variáveis do Teste relacionando ao gênero. As variáveis que obtiveram uma moda entre 1-2, considerando o sexo dos estudantes (e não o total), receberam a sigla B (baixa crença) e as que alcançaram uma moda entre 3-4, foram nomeadas com a letra A (alta crença).

VARIÁVEIS	SEXO	SEXO
	FEMININO	MASCULINO
Q1 Quando me é dada uma tarefa específica de redação, posso ter uma ideia para um tópico adequado em um curto período	B	B
Q2 Posso começar a escrever sem dificuldade	B	B



Q3 Posso construir uma boa frase introdutória rapidamente	B	A
Q4 Posso criar um parágrafo inicial pouco usual para capturar o interesse do leitor	B	B
Q5 Posso escrever um breve mas interessante resumo que preparará os leitores para a ideia principal de meu texto	B	A
Q6 Posso usar minhas primeiras tentativas de escrever para melhorar minhas ideias sobre um tema	A	A
Q7 Posso ajustar meu estilo de escrever para atender às necessidades de qualquer leitor	A	B
Q8 Posso encontrar uma maneira de me concentrar em escrever mesmo quando há muitas distrações ao redor	B	B
Q9 Quando tenho um prazo curto para entregar meu trabalho, consigo controlar meu tempo com eficiência	B	A
Q10 Posso atender aos padrões de escrita de um avaliador muito exigente	A	A
Q11 Posso prontamente oferecer exemplos importantes para ilustrar um ponto importante	BIMODAL: A e B	A
Q12 Posso reescrever claramente parágrafos muito longos ou confusos	B	A
Q13 Quando preciso tornar uma ideia sutil ou abstrata mais clara, consigo usar palavras para criar uma imagem vívida	B	B
Q14 Consigo localizar e utilizar fontes de referência adequadas quando preciso documentar um ponto importante	B	B
Q15 Consigo passar de um parágrafo para outro, durante a escrita, de forma coesa e coerente	A	A
Q16 Consigo trazer minha atenção de volta à escrita, quando me pego pensando em outras coisas	A	A
Q17 Quando vou escrever um tópico longo, posso criar bons esboços para as seções principais de meu texto	A	B
Q18 Quando quero persuadir um leitor sobre um ponto de vista divergente, posso oferecer uma citação convincente de uma autoridade	B	A
Q19 Quando ocorre um bloqueio durante minha escrita, consigo encontrar maneiras de superar o problema	B	A
Q20 Consigo encontrar maneiras de me motivar a escrever, mesmo quando o assunto é de pouco interesse para mim	B	A
Q21 Após escrever um texto longo, consigo encontrar e corrigir erros gramaticais	A	A
Q22 Consigo revisar o primeiro rascunho de qualquer texto para que fique mais curto e bem organizado	A	A
Q23 Quando edito um texto, posso encontrar e corrigir todos os meus erros gramaticais	BIMODAL: A e B	B
Q24 Posso encontrar pessoas para opinar sobre os primeiros rascunhos de meu texto	B	A
Q25 Quando meu texto é sobre um tema complicado, consigo criar um título informativo e curto	A	A

As variáveis que estão *em itálico* são referentes a Dimensão *Eficácia Autorreguladora*.

O quadro acima nos oferece apreciações pertinentes. Em relação à Dimensão *Habilidades de Escrita*, tanto os meninos quanto as meninas demonstraram altas crenças de autoeficácia. Entretanto, em relação à *Eficácia Autorreguladora*, o resultado direciona-nos a uma interessante análise: os pré-vestibulandos do sexo masculino apresentaram um melhor índice de crença de autoeficácia dos que as estudantes.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, foi evidenciado o quanto se esperava que a variável gênero fosse determinante nos resultados apurados. Como já foi dito, a crença de autoeficácia pode ser alterada em circunstância de diversos fatores, o que a torna específica diante de determinadas tarefas.

Em relação à crença de autoeficácia dos pré-vestibulandos que participaram deste estudo, o gênero em algumas análises se impôs como diferencial. De uma forma geral, ambos os sexos apresentaram uma baixa crença de eficácia pessoal em escrita de redação. Porém, os alunos do sexo masculino apresentaram maiores índices do que as meninas, considerando as escalas de eficácia positiva e o número de participantes por sexo.

Outro resultado que demonstrou que os pré-vestibulandos homens se consideram mais capazes que as mulheres diz respeito às dimensões do teste de autoeficácia. Enquanto, todos acreditam em suas capacidades frente às habilidades de escrita, em relação à Eficácia Autorreguladora, somente os homens confiam, de uma forma mais fiel, em suas potencialidades. Tal verificação revela que as estudantes deste curso necessitam de direcionamentos que as habilitem e as preparem para o planejamento, execução e avaliação de uma redação escrita por elas mesmas.

É lógico que estes resultados não podem ser direcionados ou generalizados a outros cursos pré-vestibulares, já que se trataram de um local e de sujeitos específicos para a pesquisa. Porém, nada impede que futuros trabalhos sejam realizados a fim de verificar até que ponto a variável gênero pode ser relevante na análise das crenças de autoeficácia.

REFERÊNCIAS

AZZI, Roberta Gurgel & POLYDORO, Soely A. J. (orgs). **Autoeficácia em diferentes contextos**. Campinas, SP, Editora Alínea, 2006.

_____. (Ed.) **Auto-eficacia: Cómo afrontamos los câmbios de La sociedad actual**. Biblioteca de Psicología Desclée de Brouwer, 1999.

BANDURA, A. & ZIMMERMAN, B.J. **Impacto of self-regulatory influences on writing course attainment**. American Educational Research Journal Winter 1994, Vol. 31, n4, p. 845-862.



COIMBRA, S., FONTAINE, A.M.. **Será que sou capaz? Estudo diferencial de auto-eficácia com alunos do nono ano.** Revista Brasileira de Orientação Profissional jan.-jun. 2010, Vol. 11, No. 1, 5-22.

FIGUEIREDO, D. e SILVA, J. **Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial.** OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol 16, n1, junho 2010, p. 160-185

OLAZ, F. **Autoeficacia, diferencias de género y comportamiento vocacional.** Revista Electrónica de Motivación y Emoción. V. 6, n.13, 2003.

PAJARES, F., VALIANTE, G. **Grade Level and Gender Differences in the Writing Self-Beliefs of Middle School Students.** Contemporary Educational Psychology, 24, 390-405, 1999

PINTRICH, P. R. & SCHUNK, D. H. **Motivacion in Education: Theory Research and Applications.** Englewood Cliffs, N. J.: Prentice Hall, Inc.. 1996

RIPAR, A.A.; EVANGELISTA, F.; PAULA, F.V..**Resiliência e gênero.** Psicólogo InFormação ano 12, n 12,p.33-52, jan/dez 2008

RODRIGUES, D.G. & PELISOLI, C. **Ansiedade em vestibulandos: um estudo exploratório.** Revista Psiq Clín. 2008;35(5):171-7

SPIEGEL, M. R. **Estatística.** São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.

ZIMMERMAN, Barry J. **Auto-eficacia y desarrollo educativo.** In Auto-eficacia: Cómo afrontamos los cambios de La sociedad actual (Albert Bandura – Ed.). Biblioteca de Psicología Desclée de Brouwer, 1999.



POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO À DIVERSIDADE: O PROGRAMA PRÓ-EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA NAS EMPRESAS

DIAS, Erica da Cruz Novaes Gonçalves
Professora Colaboradora da Universidade Estadual do Paraná
ericacngdias@gmail.com

MARQUES, Maria Inez Barboza
Professora Adjunta da Universidade Estadual do Paraná
marques@sercomtel.com.br

237

RESUMO

As relações sociais entre homens e mulheres, socialmente e culturalmente construídas, se consolidam no espaço e no tempo e se materializam na divisão social do trabalho, sendo consubstanciadas na divisão sexual do trabalho. Desta maneira, programas como o Pró-Equidade de Gênero e Raça constituem tentativas de promoverem a inclusão de sujeitos que sofrem os reflexos desse sistema desigual construído historicamente. A partir disso, este trabalho tem por objetivo fazer um levantamento do perfil das empresas participantes das edições do programa, identificar as áreas às quais elas pertencem e, posteriormente, analisar as políticas por elas adotadas, que resultaram na obtenção do chamado “Selo Pró-Equidade de Gênero”. Este, que representa o reconhecimento de ações incorporadas pelas organizações nos seus respectivos âmbitos institucionais. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratória, descritiva e analítica, baseada em estudo de casos múltiplos, a fim de conhecer de maneira mais aprofundada as características das empresas e das ações por elas adotadas. A coleta de dados se baseou em pesquisa bibliográfica e documental, sendo esta última, principalmente em documentos publicados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) referentes às todas as edições do Programa Pró-equidade de Gênero e Raça. A partir disso, foram identificadas as características gerais das empresas e das ações por ela dotadas, a fim de dirimir as discriminações de gênero e raça em seus âmbitos internos.

Palavras-chave: Políticas públicas. Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. Gênero.

ABSTRACT

Social relations between men and women, socially and culturally constructed, are consolidated in space and time and materialize the social division of work, being embodied in the sexual division of work. In this way, programs like Pro-Equity Gender and Race are attempts to promote the inclusion of subjects who suffer the consequences of that unequal system built historically. From this, this paper aims to make a profile of the lifting of the participating companies of program issues, identify areas to which they belong and subsequently analyze the policies adopted by them, which resulted in the development of the "Pro Gender equity label". This, which is the recognition of actions by organizations incorporated in their respective institutional frameworks. For this purpose, a qualitative, exploratory and descriptive research was conducted, based on multiple case study in order to know in greater depth the characteristics of companies and the actions adopted by them. Data collection was based on bibliographic and documentary research, the latter mainly in documents published by the Secrety of Policies for Women (SPW) related to all editions of the Pro-Equity Gender and Race Program. From this, the general characteristics of companies and shares that it provided were identified in order to eliminate gender and race discrimination in their workplaces.



Key-words: Public Policies. Pro-Equity Gender and Race Program. Gender.

INTRODUÇÃO

Uma portaria de 22 de setembro de 2005, publicada pela então Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, representou o início da execução de compromissos assumidos pelo Brasil diante de convenções internacionais no que se refere à implementação de políticas públicas voltadas à cidadania, empoderamento das mulheres e igualdade no mundo do trabalho. Nela, foi oficialmente lançado o Programa Pró-equidade de Gênero e Raça.

Quando de sua criação, o Projeto visava ações apenas em empresas públicas, tendo como principais objetivos:

Contribuir para a eliminação de todas as formas de discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego; Conscientizar e sensibilizar empregadoras/es e estimular as práticas de gestão que promovam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres dentro das empresas; Reconhecer publicamente o compromisso das empresas com a equidade de gênero no mundo do trabalho; Criar a rede Pró-Equidade de Gênero Construir um banco de “boas práticas” de gestão que promovam a equidade de gênero no mundo do trabalho (BRASIL, 2005, p.335).

Desde então, o Programa ocorreu em cinco biênios e atualmente está em sua sexta edição (biênio 2015-2016). Neste período algumas mudanças foram percebidas em suas regras e ações, o que incluiu a autorização e incentivo de participação de empresas privadas de médio e grande porte.

Diante do exposto, este trabalho tem por objetivo fazer um levantamento do perfil das empresas participantes das edições do programa, identificar as áreas às quais elas pertencem e, posteriormente, analisar as políticas por elas adotadas, que resultaram na obtenção do chamado “Selo Pró-Equidade de Gênero”. Este, que representa o reconhecimento de ações incorporadas pelas organizações nos seus respectivos âmbitos institucionais.

A análise daquelas ações pretende indicar o alcance do Pró-equidade de Gênero e Raça nas organizações, tendo em vista que as corporações de médio e de grande porte são, por vezes, orientadas a apresentarem ações voltadas à responsabilidade social, o que inclui a promoção da diversidade em seu âmbito interno. Para tanto, faz-se essencial realizar um levantamento das



informações disponibilizadas pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, que divulga dados sobre as contempladas.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratória, descritiva e analítica baseada em estudo de casos múltiplos, a fim de conhecer de maneira mais aprofundada as características das empresas e das ações por elas adotadas. A coleta de dados se baseou em pesquisa bibliográfica e documental, sendo esta última, principalmente em documentos publicados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) referentes às todas as edições do Programa Pró-equidade de Gênero e Raça.

1. POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE

Em um cenário no qual as mudanças na sociedade ocorrem de forma acelerada, a produtividade e competitividade não constituem os únicos elementos aos quais as empresas devem se atentar. A sustentabilidade dos negócios organizacionais depende cada vez mais de considerar a diversidade como elemento fundamental para a relação com os consumidores, fornecedores, sociedade e qualidade de vida no trabalho. Como diversidade, neste artigo trabalharemos com o conceito que se baseia na “busca por oportunidades iguais e de respeito à dignidade de todas as pessoas”, sendo um “princípio básico de cidadania, que visa assegurar a cada um condições de pleno desenvolvimento de seus talentos e potencialidades” (ETHOS, 2000, p.11).

Todavia, para a formulação e implementação de ações que tendam a promover a diversidade, as entidades empresariais têm de se atentarem ao contexto brasileiro, caracterizado por significativas diferenças sociais, de gênero e de raça. O que requer, portanto, uma visão sistêmica e, por vezes, ações conjuntas com a sociedade e o governo. Em relação ao governo, historicamente foram adotadas medidas legislativas no âmbito federal para o combate às diversas formas de discriminação (idem). Entretanto, as práticas discriminatórias em diferentes meios ainda se fazem comum, como no âmbito das relações de trabalho, o que por vezes tornam as empresas, portanto, protagonistas de situações discriminatórias.

Diante deste cenário, ações governamentais de incentivo às práticas que combatam a discriminação nas organizações empresariais se faz de suma importância na busca por uma qualidade de vida para a sociedade como um todo. Isto, tendo em vista que as empresas representam o chamado espaço existencial, no qual seus funcionários estabelecem relações interpessoais e institucionais. No mais, o fato de as políticas organizacionais de combate à



discriminação terem como base ações governamentais já existentes pode contribuir para o estabelecimento e efetivação de práticas mais adequadas às necessidades das empresas.

Por outro lado, apesar de o Brasil desenvolver ações governamentais de combate à discriminação, principalmente no âmbito legislativo e no que diz respeito à assinatura de acordos internacionais, medidas efetivas ainda são deficitárias e não incluem uma boa parte da população. Neste sentido, o Programa Pró-equidade de Gênero e Raça surge como uma tentativa de preencher um hiato histórico no que diz respeito à defesa dos direitos das mulheres, principalmente das mulheres negras. No capítulo seguinte iremos abordar as características do Programa detalhadamente.

1.1. O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça consiste em uma iniciativa da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM), da Presidência da República. Como tal, possui abrangência nacional e, desde sua primeira edição no ano de 2005, apresenta uma crescente expansão de suas ações. Seus objetivos baseiam-se em planos que visam eliminar formas de discriminação nas empresas, ou seja, inclui práticas de gestão e de cultura organizacional capazes de promover igualdade entre homens e mulheres nas organizações.

Lançado como uma ação voltada às empresas públicas, atualmente permite também a participação de empresas privadas, desde que atendam a alguns requisitos como porte (apenas empresas de médio e grande porte podem participar), que não tenham sido denunciadas por trabalho escravo ou por não apuração de abusos e discriminação e que estejam em dia com todas as obrigações trabalhistas exigidas por lei.

A adesão ao Programa é voluntária e as empresas interessadas precisam inicialmente se inscrever no site da SPM quando do lançamento do edital. Em seguida, é elaborado um plano de ação. A execução deste plano consiste na etapa seguinte e tem duração de dois anos. Neste período a SPM realiza um monitoramento deste plano e, caso a empresa inscrita consiga atingir ao menos 70% das ações estabelecidas, há a concessão do chamado Selo Pró-equidade de gênero e Raça. Este selo representa o reconhecimento por parte da SPM de que a empresa atingiu os objetivos dentro dos prazos estabelecidos, além de ter participado das atividades presenciais promovidas pela Secretaria e de ter recebido avaliações de desempenho consideradas como satisfatórias ou muito satisfatórias.



Em sua trajetória histórica, o Programa apresentou um significativo aumento de adesões. Na edição do biênio 2005-2006, o número de empresas públicas participantes foi de 11. No biênio seguinte houve 23 adesões. Em 2009, quando as empresas privadas iniciaram a participação no programa, as adesões chegaram a 56. Na edição posterior este número chegou a 57 e, finalmente, na 5ª edição houve adesão de 83 empresas (tabela 1). Sobre esta última, vale ressaltar a participação ainda representativa das empresas públicas, que chegaram a 48 do total de inscritas e a concessão de 68 Selos. O que representa, portanto que, do total de empresas, 82% conseguiram atingir as metas estabelecidas para a promoção da igualdade das condições de trabalho entre homens e mulheres em seus âmbitos institucionais.

Tabela 1. Participação de empresas no Programa Pró-equidade de Raça e Gênero – por edição

Edição do Programa – Biênio	Número de adesões
1ª edição – 2005/2006	11
2ª edição – 2007/2008	23
3ª edição – 2009/2010	56
4ª edição – 2011/2012	57
5ª edição – 2013/2014	83

Fonte: SPM. Elaboração própria.

Sendo assim, o Programa possui uma tendência de aumento de suas ações na disseminação de concepções capazes de diminuir as desigualdades e opressões sofridas pelas mulheres nas empresas que se comprometem a garantir direitos de suas trabalhadoras. Para tanto, como a adesão é voluntária, cabe às organizações empresariais terem a percepção inicial da relevância e benefícios do Programa para seus respectivos ambientes de trabalho.

1.2. A diversidade nas organizações empresariais

A valoração da diversidade pelas organizações empresariais pode ser estudada sobre diversos vieses. Como bem aponta Baldissera & Araújo (2007) as pesquisas de comportamento e estratégias das empresas se faz rotineiro e pretende refletir o comportamento da sociedade analisada. Porém, mais do que isso: nem sempre é possível limitar ou separar as questões da sociedade da realidade das empresas.

Assim, comumente é perceptível a reprodução de cenários da sociedade que são desfavoráveis às mulheres nas relações de trabalho dentro das organizações. Aspectos que se traduzem em discriminação racial, divisão sexual horizontal e vertical e a consequente diferença salarial em relação aos homens, segmentação de mercado baseada em gênero, formas de recrutamento seletivas,



permanência no mercado de trabalho, flexibilização das relações trabalhistas, dentre outras, e que representam algumas das dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mundo globalizado de trabalho (LIMA; RIOS; FRANÇA, 2014; YANNOULAS, 2002; BRUSCHINI, 2007; BARROS, 2008; OIT, 2010).

O conjunto daquelas discriminações, por sua vez, contrasta com a grande representatividade das mulheres no mercado de trabalho. Como afirma Abramo (2004), discriminação e desigualdades de raça e gênero atinge a camada que compõe a maioria da população brasileira e não grupos específicos.

A partir deste cenário, a implementação de políticas públicas de trabalho e renda voltadas às mulheres (como é o caso do “Pró-equidade de Gênero e Raça”), representa uma relevante tentativa tanto de incorporação na agenda pública dos problemas que afetam as mulheres no mercado de trabalho, especialmente as mulheres negras, quanto de sensibilização de diferentes atores no processo de fomento às relações igualitárias.

A sensibilização dos atores, no caso as empresas, pode representar inicialmente um compartilhamento de tarefas entre as organizações e o governo. Porém, cabe às empresas considerarem a diversidade como um ponto estratégico para seus negócios e realizar proposições capazes de modificar suas culturas organizacionais. Assim, o reconhecimento da diversidade, e mais especificamente, da igualdade de direito entre mulheres e homens nos âmbitos empresariais inclui a avaliação de como este assunto é considerado pela alta administração e de como a organização como um todo o incorpora em seu quadro de funcionários.

No caso do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, os esforços das empresas participantes são reconhecidos através da concessão do Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça, pela SPM. Esta concessão representa uma espécie de premiação às participantes que conseguem desenvolver o Plano de ação de forma satisfatória, de forma a promovê-las publicamente. O que representa, portanto, um benefício direto às entidades reconhecidas.

Por fim, tendo em vista a complexidade inerente ao tema diversidade nas empresas, para realizarmos uma melhor compreensão sobre as ações dos diferentes atores envolvidos, os desafios e que o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça pretende dirimir, faz-se essencial compreendermos alguns aspectos inerentes às opressões sofridas pelas mulheres no mercado de trabalho. No próximo tópico, portanto, nos aprofundaremos em algumas destas questões e conceitos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao iniciar a discussão sobre o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça nas Empresas, é pertinente mencionar, em princípio, com base em Delphy (2009), que não existe



total consenso a respeito do uso dos termos “patriarcado”, “gênero” ou “sistema de gênero”, “relações sociais de sexo” ou “relações sociais de gênero”. Tais termos, na concepção da autora “[...] não têm definição estrita e tampouco uma com a qual todos (e todas) estejam de acordo” (DELPHY, 2009, p. 178).

Delphy (2009) explica que os três termos ou conceitos têm em comum a pretensão de descrever não atitudes individuais ou ainda de setores precisos da vida social, mas sim permitir a realização de leituras de um sistema total que impregna e comanda o conjunto das atividades humanas, sejam elas coletivas ou individuais. Nesse sentido, esclarece Delphy: “[...] os três termos têm a mesma pretensão à generalidade e a mesma denotação de organização, que não é absolutamente casual” (DELPHY, 2009, p. 178).

No que se refere à discussão sobre gênero, é pertinente introduzi-la com o conceito atribuído por Londa Schienbinger. A autora esclarece aspectos intrínsecos à categoria gênero, como o determinismo biológico e o fato do termo ser usado para justificar relações de poder e a hierarquia entre os sexos, além da sua expropriação para uso impróprio.

O termo "gênero" foi introduzido na década de 1970 em tentativas de refrear o então avassalador determinismo biológico, no sentido de distinguir formas culturalmente específicas de masculinidade e feminilidade de "sexo" biológico, construído como cromossomos, fisiologia e anatomia. Os deterministas biológicos, na época, como agora, fundamentavam certas características masculinas, como relações especiais agudas, na anatomia do macho. A popularidade do termo "gênero", contudo, resultou em sua expropriação. Gênero hoje é com frequência, usado impropriamente como uma palavra de código para "sexo", "mulher", ou "feminista" (SCHIENBINGER, 2001, p.45).

É possível concordar com Saffioti (2004), que esclarece a necessidade do uso fundamental das categorias gênero e patriarcado, não sendo viável abrir mão de nenhuma delas.

Problematizando a discussão, em princípio, Saffioti (2004) ressalta que gênero pode ser entendido de forma mais vasta que o patriarcado, na medida em que no patriarcalismo as relações entre seres socialmente desiguais são hierarquizadas, enquanto o gênero dá a possibilidade de análise mais ampla, pois compreende também relações igualitárias. "Desta forma, o *patriarcado* é um caso específico do gênero" (SAFFIOTI, 2004, p. 119). Citando Johnson (1997), destaca que o autor foi "muito feliz em perceber que o patriarcado se baseia no controle e no medo" (Saffioti, 2004, p.119).



De acordo com Saffiotti (2004), estreitamente ligado ao patriarcado encontra-se o sexismo¹, e este não se constitui somente em um preconceito², porque, ao agir, exerce poder. Nesse sentido, o portador do preconceito está investido de poder, tornando-se habilitado pela sociedade para tratar de forma legítima as pessoas sobre quem recai esse preconceito. A partir dessa compreensão, Saffiotti argumenta:

Em outras palavras, os preconceituosos - e este fenômeno não é individual, mas social - estão autorizados a discriminar categorias sociais, marginalizando-as do convívio social comum, só lhes permitindo uma integração subordinada, seja em certos grupos, seja na sociedade como um todo (SAFFIOTTI, 2004, p. 123).

Essa, porém, não é a interpretação geral e cotidiana de sexismo, que é também um preconceito. Até os intelectuais consideram o sexismo (ou machismo) uma mera ideologia. Em alguns casos, admitem apenas o termo patriarcal, isto é, o adjetivo de machismo. "Como quase nunca se pensa na dimensão material das idéias, a ideologia é interpretada como pairando acima da matéria" (SAFFIOTTI, 2004, p. 123).

A partir desse posicionamento da autora, é possível perceber que a ideologia vai se corporificando em sentido literal e também figurado. Sendo assim, esse fenômeno, o sexismo,

¹ Segundo Delphy (2009) Sexismo ou machismo são termos que expressam mais o nível de atitudes e/ou relações interindividuais. De acordo com a autora, os termos podem ser tanto opostos como também tratados como sinônimos ou complementares, mas ambos denotam a existência de um sistema sociopolítico.

² Em uma compreensão própria, preconceito pode ser entendido como um juízo pré-concebido, que se manifesta em atitudes discriminatórias, tendo como base estereótipos criados a partir da visão de mundo baseada nas diferenças de gênero, classe, raça, etnia, orientação sexual e outros. De acordo com Heller, 2008, p. 63: "O preconceito é a categoria do pensamento e do comportamento Cotidiano". Entende-se então que refletir sobre os preconceitos supõe, em princípio, inscrevê-los no movimento da história e na dinâmica da vida cotidiana, que se constitui em *locus* privilegiado de sua reprodução. Para Heller, 2008, p. 66: "A estrutura provisória da vida cotidiana tem conseqüências problemáticas quando se coloca em jogo a orientação nas relações sociais. Na maioria das vezes, (...) o homem costuma orientar-se num complexo social dado através das normas, dos estereótipos (e, portanto, das ultrageneralizações), de sua integração primária (sua classe, camada, nação)". Assim, a autora explica que os preconceitos são obra da própria integração social, seja da nação, camada, sobretudo da classe. Os preconceitos servem para consolidar e manear a estabilidade e a coesão da integração social dada. Heller ressalta que a classe burguesa produz preconceitos em maior medida que todas as outras classes e que isso está ligado aos seus esforços hegemônicos, pois a burguesia aspira à universalização da sua ideologia. Entende-se então, que os preconceitos têm sua sustentação em bases afetivas e irracionais amparadas na desinformação, na ignorância, no moralismo, no conservadorismo e no conformismo. Numa palavra, na naturalização dos processos sociais. Tais determinações por estarem inscritas numa dada formação sócio-cultural poderão até explicar atitudes de discriminação, mas nunca justificá-las. Com o apoio de Heller, é possível afirmar que o preconceito, via de regra, apresenta-se com conteúdo axiológico negativo. Numa palavra, "é sempre moralmente negativo". Isso porque "todo preconceito impede a autonomia do homem (e das mulheres), ou seja, diminui sua liberdade relativa diante do ato de escolha, ao deformar e, conseqüentemente, estreitar a margem real de alternativa do indivíduo" (Heller, 2008, p. 84).



que gera preconceito, tem o poder de atingir materialmente o corpo dos(as) portadores(as) e também daqueles sobre quem isso recai.

A postura corporal das mulheres enquanto categoria social não tem uma expressão ativa. Evidentemente, há mulheres que escapam a este destino de gênero (SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995), mas se trata de casos individuais, jamais podendo ser tomados como expressão da categoria mulheres, extremamente diversificada (SAFFIOTI, 2004, pp. 123-124).

É interessante refletir sobre a afirmação de Saffioti, que a voz grave significa poder, mesmo que a pessoa fale em tom baixo. Mas o porquê desse poder encontrar-se na posição social dos homens como categoria social em relação à posição das mulheres. No entanto, ela lembra que "a voz grave do assalariado não o *empodera* diante do seu patrão, pois o código na estrutura de classes é outro" (SAFFIOTI, 2004, p. 124).

Ao incluir as categorias classe social, raça e etnia na discussão sobre gênero e relações sociais de sexo, cabe lembrar também, de acordo com Saffioti (2004, p. 124), que "*sexismo e racismo são irmãos gêmeos*", pois a gênese do escravismo mantinha um tratamento diferenciado para os homens e as mulheres.

O racismo, que é a base para o escravismo, nasceu no mesmo contexto histórico em que nasceu o sexismo. Assim, é necessário lidar com a realidade, considerando as três subestruturas: gênero, classe social, raça/etnia, "[...] já que é presidida por uma lógica contraditória, distinta das que regem cada contradição em separado" (SAFFIOTI, 2004, p. 125).

Souza-Lobo (2011, p. 288) considera que "[...] sexismo e racismo são questões políticas, que fazem parte da nossa vida, do dia a dia das que procuram emprego, vão a hospitais ou postos de saúde, abortam escondidas como criminosas, amam, andam pelas ruas, cuidam dos filhos". Entende-se, então, que tais questões estão presentes na vida das mulheres e no seu cotidiano. Portanto, não devem ser tratadas num plano abstrato, mas sim ser compreendidas como relações sociais concretamente presentes em suas vidas.

Na discussão sobre relações de trabalho, após mencionar formas de seleção que excluem, por exemplo, mulheres grávidas, negras, gordas, Souza-Lobo (2011) problematiza manifestações de sexismo e racismo em tais experiências:

Se o sexismo (e o racismo também) é, às vezes, transparente e não se aplica para homens o mesmo tipo de critérios aplicado às mulheres, o sutil processo de desqualificação do trabalho feminino é bem mais complicado. (SOUZA-LOBO, 2011, p. 288).



Ampliando a discussão, Kergoat apresenta outra categoria fundamental que dá suporte à construção que vem se processando na constituição deste texto. Trata-se da categoria “consustancialidade das relações sociais”.

Kergoat (2010) defende a tese de que as relações sociais são consustanciais³, ou seja, formam um nó que de maneira alguma pode ser desatado em nível de práticas sociais, mas sim através da análise sociológica. Para a autora, as relações sociais são coextensivas⁴ no sentido de que, ao se desenvolverem tais relações de classe, gênero e “raça”⁵, se reproduzem e se coproduzem mutuamente.

Kergoat (2010) esclarece também que os diferentes estudos feministas ressaltam a necessidade do cruzamento entre gênero, “raça” e classe, mas a autora considera que, na verdade, o cruzamento privilegiado deve ser entre “raça” e gênero, levando em conta que, para a autora, a referência à classe social não passa, muitas vezes, de uma citação obrigatória.

No contexto dos estudos de gênero, e, para fundamentar a análise sobre o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça nas Empresas, é importante introduzir a discussão sobre a categoria *divisão sexual do trabalho* a partir da compreensão de Danièle Kergoat, uma das estudiosas que se constitui em referência nos estudos das relações sociais entre os sexos.

Kergoat (2009) assinala que homens e mulheres vivem em condições que não são produtos de um destino biológico, mas, sim, de construções sociais. Lembra também que homens e mulheres não se constituem em uma ou duas coleções de indivíduos que são biologicamente distintos. Pelo contrário, eles formam dois grupos sociais, engajados em uma específica relação social: as relações sociais de sexo. Como todas as relações sociais, elas têm uma base material, nesse caso o trabalho, e se manifestam através da divisão social do trabalho

³ De acordo com Kergoat, “Falar em consustancialidade sugere que a diferenciação dos tipos de relações sociais é uma operação por vezes necessária à sociologia, mas que é analítica e não pode ser aplicada inadvertidamente à análise das relações sociais concretas” (2010, p. 2). Assim, consustancialidade não implica que tudo está vinculado a tudo, mas que existe uma forma de leitura da realidade social. Na verdade, significa o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto das relações sociais, cada uma imprimindo a sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca.

⁴ Quanto à coextensividade, Kergoat esclarece que ela “aponta para o dinamismo das relações sociais”. O conceito procura dar conta do fato de que elas se produzem mutuamente. (2010, p.7)

⁵ A autora coloca o termo “raça” entre aspas para deixar claro que ele é utilizado da mesma forma que classe ou sexo, isto é, como categoria socialmente construída, portanto, também resultado de discriminação e produção ideológica. Explica que ainda não existe uma alternativa teórica e ideologicamente consensual entre os sociólogos, por isso faz uso estratégico da palavra raça, apontando para um conceito político, cultural e social que não deve ser tomado no sentido biológico.



entre os sexos, denominada concisamente de divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009, p. 67).

Para Kergoat (2009), a noção de divisão sexual do trabalho "[...] foi primeiro utilizada pelos etnólogos para designar uma repartição 'complementar' das tarefas entre os homens e as mulheres nas sociedades que eles estudavam" (KERGOAT, 2009, p. 67).

De acordo com a autora, Lévi Strauss fez da divisão sexual do trabalho o mecanismo pelo qual explicou a estruturação da sociedade em família. No entanto, foi responsabilidade das antropólogas feministas o conteúdo novo atribuído à categoria, demonstrando que ela traduzia, *além da complementaridade de tarefas, uma relação de poder dos homens sobre as mulheres.*

Concordando com Kergoat, deve-se ter clareza que as relações sociais sofrem transformações relacionadas ao espaço e ao tempo, ao próprio processo histórico e conjunturas específicas. Assim, a autora afirma que a "divisão sexual do trabalho é a forma da divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo, essa forma é adaptada a cada sociedade" (KERGOAT, 2009, p. 67).

Em outro texto, publicado em 2010, Daniéle Kegoat reforça a questão da consideração do tempo e do espaço, alertando, porém, quanto aos princípios organizadores da divisão sexual do trabalho.

[...] suas formas são extremamente instáveis no tempo e no espaço, mas isso não afeta o fato de que há dois princípios organizadores – o princípio da separação (o trabalho do homem é distinto do trabalho da mulher) e o princípio da hierarquia (o trabalho do homem “vale” mais que o trabalho da mulher) (KERGOAT, 2010, p. 8).

Na sua essência, a divisão sexual do trabalho tem a característica da destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva. Assim, simultaneamente, são destinadas aos homens (culturalmente) as funções de forte valor social agregado (Kergoat, 2009). Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: "[...] o princípio da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio da hierarquização (um trabalho de homem 'vale mais' do que um trabalho de mulher)" (KERGOAT, 2009, p. 67-68).

Os princípios citados por Kergoat, em geral, podem ser aplicados, porque existe um processo de legitimação, a chamada ideologia naturalista, que empurra o gênero para o sexo biológico, reduzindo, assim, as práticas sociais a "papéis sociais" sexuados, que remetem ao destino natural da espécie. No entanto, num sentido bastante oposto, "[...] a teorização em



termos de divisão sexual do trabalho afirma que as práticas sexuadas são construções sociais, elas próprias resultado de relações sociais” (KERGOAT, 2009, p. 68).

É possível considerar a divisão sexual do trabalho como uma das expressões da questão social, levando em conta que esta se dá no contexto da contradição capital/trabalho.

Torna-se evidente então, que as relações sociais entre homens e mulheres são socialmente e culturalmente construídas, e que essas vão se consolidando no espaço e no tempo. Fica claro também, que essa construção se materializa na divisão social do trabalho e é consubstanciada na divisão sexual do trabalho. Por isso, programas como o Pró-Equidade de Gênero e Raça, instituídos pela Secretaria de Políticas para Mulheres, se constituem em tentativas de promoverem a inclusão de sujeitos que sofrem os reflexos desse sistema desigual construído historicamente.

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

No decorrer das análises até o momento realizadas, foram percebidas algumas tendências em relação à aplicabilidade do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça nas empresas. A primeira delas diz respeito à participação das empresas do setor público. Mesmo diante da possibilidade de participação atual das instituições privadas no projeto, ao contrário do que ocorria na fase inicial do Programa, as organizações públicas ainda representam a maioria das organizações participantes. No caso da 5ª edição, por exemplo, cerca de 58% das participantes representavam a esfera pública. Com isso, o setor de serviços públicos marca forte presença entre as empresas que se utilizam do Programa para investir em equidade de gênero e raça em suas estruturas.

Ainda em relação às características das empresas participantes do Programa, é perceptível a presença das organizações do setor de Energia, de diferentes regiões do país, seguidas por prestadoras de serviço, instituições de ensino e pesquisa, instituições financeiras e de empresas que atuam no varejo.

Sobre a localização daquelas organizações, ainda que haja participação de entidades de todas as regiões do país, faz-se visível uma concentração das participantes no eixo sul-sudeste, e no Distrito Federal, tendo em vista que as sedes das empresas públicas (em sua maioria), localizam-se nestas regiões. Esta tendência foi levemente diluída nas últimas edições, inclusive em função da inserção de empresas privadas no Programa.



No mais, foi observado também o aumento significativo do número de participantes, que variou de 11 na sua primeira edição em 2005, para 83 na edição finalizada em 2015.

Sobre as ações adotadas pelas empresas que aderiram ao Programa, a SPM indica que há um esforço no sentido de promover benefícios às mulheres que atuam nas organizações, como creche, sala de amamentação ou ainda licença maternidade e paternidade. As ações tidas como de destaque, como o estabelecimento de um plano de carreira para as mulheres, a inclusão das mulheres negras nas publicidades organizacionais e a disseminação da cultura de equidade de gênero ainda não são desenvolvidas por todas as participantes. O que, inicialmente, indica uma extensão ainda limitada das ações organizacionais na tentativa de promover a equidade de gênero e raça. Todavia, há de se fazer uma análise mais detalhada deste fato, para identificar possíveis incentivos e limitações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Políticas públicas voltadas à promoção da diversidade nas empresas constituem em ações escassas na história recente do país. Diante disso, o surgimento do Programa Pró-equidade de Gênero surgiu para cobrir possíveis hiatos no contexto das empresas atuantes no Brasil, a fim de que nelas sejam disseminadas concepções de gestão capazes de proporcionar equidade de oportunidades.

Até o momento, a pesquisa identificou resultados positivos no que diz respeito ao aumento da adesão das empresas e dos diferentes tipos de organizações ao programa. Todavia, se faz presente ainda uma concentração de esforços em setores bem delimitados de atividades econômicas e de localização geográfica, bem como dos tipos de ações adotadas no âmbito organizacional.

Por outro lado, tendo em vista a adoção crescente nas empresas de políticas de diversidades, voltadas principalmente às questões de gênero e à positiva trajetória histórica do programa, as perspectivas para um sucesso cada vez maior do programa se fazem evidente.

Por fim, o levantamento inicial feito neste trabalho sobre o perfil das participantes do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, bem como das ações gerais adotadas pelas empresas inscritas, permitiu ter uma visão geral sobre as ações desenvolvidas nos diferentes âmbitos organizacionais, as limitações e os desafios que envolvem o combate às discriminações existentes dentro das empresas e que impactam de forma mais severa as mulheres, especialmente as mulheres negras.



REFERÊNCIAS

ABRAMO, LAÍS. Perspectiva de gênero e raça nas políticas públicas. **Nota técnica IPEA: Mercado de Trabalho**, n.25, nov.2004.

BARROS, Aline. Cidadania, relações de gênero e relações de trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Regional**, Belo Horizonte, v.47, n.77, p.67-83, jan./jun.2008.

BRASIL. Portaria nº 39, de 22 de setembro de 2005. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 de setembro de 2005.

BRUSCHINI, Maria C.A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n.132, p. 537-573, set/dez. 2007.

DELPHY, Chistine. Patriarcado (teoria do) **Dicionário Crítico do Feminismo** / Helena Hirata... [ET AL]. (orgs.). São Paulo. Editora UNESP, 2009.

ETHOS. **Como as empresas podem (e devem) valorizar a diversidade**. São Paulo: Instituto Ethos, 2000.

HELLER. Agnes. **O cotidiano e a história**. / Agnes Heller; tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. – São Paulo: Paz e Terra. 2008.

KERGOAT. Daniëlle. Divisão Sexual do Trabalho e relações sociais de sexo. **Dicionário Crítico do Feminismo** / Helena Hirata... [ET AL]. (orgs.). São Paulo. Editora UNESP, 2009.

_____. Le rapport social de sexe de La reproduction des rapports sociaux à leur subversion. Dans Les rapport social de sexe, coordoneé par Annie Bidet, PUF, **collection actuel**. Marx, 2010, p. 60-75.

LIMA, M.; RIOS, F.; FRANÇA, D. **Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009)**. In: MARCONDES, M. *Et al.* Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil (Org.) Brasília: IPEA, 2013, p.53-80.

OIT. **Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios**. Brasília: OIT, 2010.

SAFFIOTTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2004.

SCHIENBINGER, Londa. **O Feminismo Mudou a Ciência?** Bauru/SP: EDUSC, 2001.

SOUZA-LOBO. Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 2. ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. 304 p.



DESAFIOS ATUAIS NA GARANTIA DA SAÚDE AS MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS.

CHIRLENE OLIVEIRA DE JESUS PEREIRA

*Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e
Feminismo da Universidade Federal da Bahia*
chirlenepereira@hotmail.com

Bolsista Fapesb

251

COAUTORA: SILVIA LÚCIA FERREIRA

*Prof.^a Dra. do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e do Programa
de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da*

Universidade Federal da Bahia

silviaf100@gmail.com

RESUMO

A garantia à saúde das mulheres quilombolas se configura como um grande desafio para o Estado brasileiro na atualidade. Os quilombolas até 2013 representavam mais de 1,17 milhão de pessoas, com 214 mil famílias, com mais de três mil comunidades remanescentes de quilombos espalhadas em todo território nacional. Desse contingente populacional, supõe-se que mais da metade são mulheres, sendo a maioria delas, negras, já que essas comunidades são marcadas expressivamente pela presença de negras e negros. A maioria das comunidades remanescentes de quilombos ficam isoladas, o que dificulta o acesso aos serviços de saúde. Assim, este estudo tem como objetivo discutir os desafios atuais para a garantia da saúde das mulheres negras e quilombolas na política de saúde do Sistema Único de Saúde e quais estratégias o Estado tem adotado para garantir o acesso dessas mulheres nos serviços de saúde, especialmente no âmbito da atenção primária em saúde, por ser considerada a porta de entrada do SUS.

Palavras-chaves: Quilombo. Saúde. Mulheres negras e quilombolas.

ABSTRACT

To guarantee the health of Quilombola women is configured as a challenge to the State today. The Maroons until 2013 represented more than 1.17 million people, with 214 thousand families, with more than 3,000 remaining quilombos communities scattered throughout the national territory. Of this population, suppose that more than half are women, most of them black, as these communities are dramatically marked by the presence of black women and black men. Most of the remaining quilombos communities are isolated, which makes the access to health services. Thus, this study aims to discuss current challenges to ensuring the health of black women and Maroon on health policy of the unified health system and what the State has adopted strategies to ensure women's access to health services, especially in the context of primary health care, as the gateway of the SUS.

Key-words: Quilombo. Health. Black women and quilombolas.



INTRODUÇÃO

A saúde como direito e dever do Estado se institui com a aprovação da Constituição de Federal de 1988 sendo fruto de árduas lutas de vários movimentos sociais de modo particular, o movimento de Reforma Sanitária e o movimento feminista, que tiveram atores sociais importantes que lutaram por uma saúde que fosse pública e atendessem a todas as pessoas igualmente sem discriminação e com acesso universal.

No contexto da luta pelos direitos sociais da população negra registra-se a forte atuação do movimento negro que lutava para que seus direitos fossem garantidos e suas especificidades de saúde fossem contempladas na constituição, já que existiam disparidades étnico-raciais no processo de adoecer e morrer desta população. Um dos fatores determinantes disto é a discriminação racial indistintamente inseparável do racismo, oriundo de um período histórico de escravidão, mas que ainda permanece na sociedade atual.

Ao lado de vários movimentos que foram emergindo e ganhando maior visibilidade a partir da década de 70 destaca-se o movimento de mulheres ou feminista que lutava também para que os direitos das mulheres ganhassem visibilidade na arena pública e a saúde estava como um dos pilares no contexto destas discussões e da luta pelos direitos sexuais e reprodutivos e do poder de decidir sobre seu corpo. Esse protagonismo deu lugar à criação do Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher em 1984 e posteriormente em 2004 com a aprovação da Política de Assistência Integral a Saúde da Mulher que se consolidaram como importantes mecanismos para uma atenção mais integral e inclusiva.

Mesmo com avanços, as mulheres negras ainda são expostas a riscos que exige do Estado respostas para o atendimento de suas especificidades e necessidades de saúde. A mulher negra neste cenário mesmo após a aprovação de alguns programas e/ou políticas ainda convivem com dificuldades de acesso nas instituições de saúde, fruto tanto da discriminação étnico-racial como também por residirem em territórios de difícil acesso, configurando-se como grande desafio para o Estado.

O percentual de mulheres brancas de 40 anos ou mais que, em 2008, havia realizado exame clínico de mamas, no período inferior a um ano, foi de 45,1%, e, para aquelas que realizaram mamografia, foi de 40,2%. Já para as mulheres negras na mesma faixa etária, este percentual foi de 33,1% e 28,7%, respectivamente (IPEA, 2011, p. 23).



O mesmo fato já estava presente entre mulheres negras de 25 anos ou mais. Mulheres brancas dessa faixa etária realizam mais exames preventivos de que as mulheres negras. “A ocorrência mais frequente de realização de exames nas mulheres brancas indica um acesso mais amigável e de maior qualidade aos serviços de saúde, importante indicador das diferenças socioeconômicas provocadas pela situação raça/cor” (PNAD, 2003).

No exame clínico de mamas, exame preventivo básico para a saúde feminina, a pesquisa identificou que 78,5% das mulheres brancas de 25 anos e mais já haviam feito este exame, contra 70,8% das negras no mesmo segmento etário. A desigualdade de acesso foi verificada, também, em relação à situação de exame de mamografia, que já havia sido realizado em 57,6% das brancas e em 49,2% das negras (PNAD, 2003).

Assim, este texto pretende construir uma reflexão sobre a política de saúde em terras quilombolas, o que as leis dizem a respeito e de como funciona com base em reflexões teóricas sobre o acesso das mulheres negras e quilombolas no Sistema Único de Saúde, apontando os desafios para garantia da saúde as mulheres negras e quilombolas.

1. A POLÍTICA DE SAÚDE EM TERRAS QUILOMBOLAS.

Os remanescentes de quilombos¹ assim como são definidos² e reconhecidos são grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-definição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, sendo, portanto, cidadãos e cidadãs portadores de direitos.

As comunidades remanescentes de quilombos no Brasil representam mais de um milhão da população brasileira em mais de três mil comunidades quilombolas oficialmente reconhecidas espalhadas pelo território brasileiro com mais de 214 mil famílias presentes nestes territórios. Assim, as principais questões que se apresentam giram em torno de como o Estado

¹ Consideram-se terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos toda a terra utilizada para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural (Art. 4º IN nº 54 de 20 de outubro de 2009).

² Essa definição é retirada da Instrução Normativa nº 57, de 20 de outubro de 2009, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinstituição, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.



vem atuando para garantir e promover o acesso da população negra quilombola nos serviços de saúde? Quais medidas têm sido adotadas frente a demandas dessa população e principalmente frente às necessidades de saúde das mulheres negras e quilombolas? No decorrer deste texto tentaremos responder a essas questões pontuando elementos para esta discussão.

A população negra quilombola por muito tempo permaneceu invisível na história, alijada de vários direitos sociais, a exemplo do direito a terra, educação, assistência e saúde. As mudanças neste cenário e principalmente no cenário da saúde passaram a ocorrer a partir da década de 80 com a Constituição brasileira, sendo possível pensar um sistema de saúde mais inclusivo e que levasse em conta as diferenças étnico-raciais e de gênero. Mesmo num contexto restrito e ainda de perpetuação forte do racismo, do sexismo, a saúde da população na CF “passou a fazer parte como direito universal, independentemente de cor, raça, religião, local de moradia e orientação sexual a ser provido pelo SUS” (PNSIPN, 2006, p. 18).

O Estado a parti daí começou a criar algumas estratégias para que a política de saúde de fato atendesse a população negra e remanescente quilombola no intuito de diminuir alguns indicadores de adoecimento que levam ao adoecimento e morte da população quilombola e negra. Uma dessas estratégias adotadas foi à aprovação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra³ em 2006 que no seu propósito está:

Garantia de maior equidade no que tange à efetivação do direito humano à saúde, em seus aspectos de promoção, prevenção, atenção, tratamento e recuperação de doenças e agravos transmissíveis e não-transmissíveis, incluindo aquele de maior prevalência nesse segmento populacional (PNSIPN, 2006, p. 14).

Outras estratégias adotadas para incluir a população negra quilombola nas diversas políticas públicas estão contidas nos documentos intitulados: Programa Brasil Quilombola (PBQ) lançado em 2004 e o Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas em 2013 como mecanismos de consolidação dos marcos da política de Estado para os territórios quilombolas.

Com o desdobramento do PBQ foi instituída a Agenda Social quilombola por meio do Decreto 6261/2007, com ações voltadas para as comunidades quilombolas em vários eixos⁴

³ A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra foi convertida em lei pelo Estatuto da Igualdade Racial – Lei 12.228/2010.

⁴ São quatro eixos estruturantes instituída na agenda social, quais sejam: Eixo 1: Acesso á terra; Eixo 2: Infraestrutura e Qualidade de vida; Eixo 3: Inclusão produtiva e Desenvolvimento local; Eixo 4: Direitos e Cidadania.



estruturantes. No eixo 2, Infraestrutura e Qualidade de Vida, é dada ênfase na saúde colocando a necessidade de construção de equipamentos sociais destinados a atender demandas de saúde, educação e assistência social da população quilombola. O campo da saúde está voltado para a priorização das ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde da população das comunidades quilombolas de forma integrada, articulada e contínua.

Para isso, o Departamento de Atenção Básica junto a Secretaria de Atenção à Saúde com o Ministério de Saúde publicou em 17 de janeiro de 2008 a Portaria 90/GM que atualiza a base populacional quilombola e destina recurso para as equipes de saúde da família e saúde bucal:

A Portaria 90/GM atualiza as bases populacionais da população quilombola e assentada da reforma agrária, de forma a beneficiar, com repasse de recursos financeiros federais fundo a fundo, com os municípios que implantam equipes de Saúde da Família e equipe de Saúde Bucal que atuam nas comunidades em seus territórios. No anexo desta Portaria está contemplado um total de 774 municípios. Os repasses é 50% superior para municípios com presença de quilombolas e assentados, listados no anexo desta portaria (Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas, 2013, p. 55).

Essa portaria considera entre outros fatores o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que cria o Programa Brasil Quilombola, que tem por objetivo garantir o desenvolvimento social, político, econômico e cultural dessas comunidades, conforme preconizado nos arts 215 e 216 da Constituição Federal, no art. 68 do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (BRASIL, Portaria 90/2008/GM).

Neste sentido, a política de saúde em territórios quilombolas tem avançado em termos de legislação, mas não existem dados de pesquisas nacionais que apontam avanços ou retrocessos sobre o acesso e a utilização dos serviços de saúde pela população negra de etnia quilombola⁵. Identificam-se, apenas dados que medem o acesso e a utilização de mulheres negras e de mulheres brancas apontando-se as diferenças raciais entre estas conforme aponta o relatório das desigualdades. O relatório Anual das desigualdades Raciais no Brasil 2009-2010

⁵ A escassez de estudos e, conseqüentemente, de dados e informações sobre o perfil demográfico de populações remanescentes de quilombos aponta a relevância de pesquisas que realizem uma análise oportuna de indicadores epidemiológicos para a implementação de políticas públicas que busquem a distribuição equitativa de serviços de atenção em saúde e distribuição eficiente de gastos sociais (Romero-M, 2002). Essas intervenções devem ser destinadas aos contextos de forma a evitar a perda de muitas vidas (Guerrero, et. al, 2007, p. 104).



revela que mulheres negras tem maior dificuldade para acessar e utilizar os serviços de saúde, como podemos destacar:

(...) as mulheres pretas e pardas, que formam a grande massa que busca atendimento na saúde pública, seja para si ou para seus entes familiares, têm dificuldades de acesso aos serviços. Segundo os dados, 40,9% das pretas e pardas nunca haviam feito mamografia, contra 22,9% das brancas. Outras 18,1% das mulheres pretas e pardas nunca haviam feito o exame de Papanicolau, contra 13,2% das brancas. Em relação ao pré-natal, 71% das mães de crianças brancas fizeram mais de sete consultas; o número de mães de crianças pretas e pardas que passaram pelos mesmos exames é 28,6% inferior (BASTHI, 2011, p.24).

Dados da população negra e de mulheres negras em particular afirmam que mulheres e homens negros acessam menos serviços de saúde se comparados a mulheres e homens brancos e com isso adoecem e morrem mais, estando mais vulneráveis a doenças, muitas delas oriundas de origem étnico-racial.

O Atlas Racial Brasileiro registra que a população negra tem maior dificuldade de acesso aos serviços de saúde, pois o percentual de pessoas que conseguiu atendimento médico nas últimas duas semanas antes da pesquisa é substancialmente maior entre os brancos (83,7%) do que entre os negros (69,7%). E, em relação a atendimento ambulatorial, apenas 66% dos homens negros foram atendidos, contra 82% dos homens brancos, 85% das mulheres brancas e 72% das mulheres negras (GOES e NASCIMENTO, 2012, p, 262, apud, PNUD, 2004).

Estes dados ora apresentados demonstram a desigualdade no acesso aos serviços de saúde pelas mulheres e homens negros. Assim,

Além da inserção social desqualificada, desvalorizada (vulnerabilidade social) e da invisibilidade de suas necessidades reais nas ações e programas de assistência, promoção de saúde e prevenção de doenças (vulnerabilidade programática), mulheres e homens negros vivem em um constante estado defensivo (LOPES, 2005, p.09).

A ausência de dados oficiais não possibilita a análise de acesso das mulheres negras quilombolas no Sistema Único de Saúde parcialmente justificada pela difícil localização de muitos dos territórios quilombolas, no entanto isto não isenta o Estado de suas obrigações em



garantir a saúde a todas e a todos universalmente, independente de raça/cor, religião, etnia, gênero.

O documento intitulado “**A SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA E O SUS: Ações Afirmativas para Avançar na Equidade**” elaborado pelo Ministério da Saúde em 2005 menciona a questão da saúde em territórios quilombolas com atuação dos três entes federativos de governo afirmando as responsabilidades destes no desenvolvimento de ações em saúde para garantir uma maior inclusão dessa população no sistema de saúde. Por outro lado, o Ministério da Saúde tenta assegurar nos documentos a cobertura de ações de saúde a partir da estratégia de saúde da família:

Garantir a cobertura da Estratégia de Saúde da Família (ESF) nas comunidades quilombolas de áreas rurais e urbanas; Assegurar referência e contra-referência para os serviços de média e alta complexidade nas comunidades quilombolas; Identificar e reconhecer os quilombos urbanos; Buscar a ação intersetorial para orientar e organizar o modo de produção das comunidades quilombolas, visando a melhorar a qualidade de vida (BRASIL, 2005, p.48).

A Estratégia de Saúde da Família é um importante mecanismo para reduzir indicadores sociais que infelizmente incidem sobre a saúde da população negra e quilombola, especialmente das mulheres negras dessa etnia. No entanto, é necessário priorizar ações dirigidas às comunidades quilombolas, de modo a incluí-las nas ações do SUS, para que as mulheres negras quilombolas possam ter um acesso digno aos serviços de saúde evitando ou ao menos diminuído os riscos de adoecimento e morte dessas mulheres.

2. O ACESSO DAS MULHERES NEGRAS E QUILOMBOLAS NA POLÍTICA DE SAÚDE DO SUS: BREVE DISCUSSÃO.

O direito a saúde é fundamento constitucional e condição substantiva para o exercício pleno da cidadania. É o eixo estratégico para a superação do racismo e garantia de promoção da igualdade racial, desenvolvimento e fortalecimento da democracia (PNSIPN, 2006) onde mulheres e homens possam desfrutar dos mesmos direitos e igualdade de acesso as mais variadas políticas públicas para superação da desigualdade social. “Nesta perspectiva, as desigualdades resultam no prejuízo no acesso aos direitos definidos como fundamentais, como



a educação, saúde, previdência social, habitação, informação e bens culturais para os grupos sociais historicamente excluídos” (GOES, 2013).

A desigualdade étnico-racial e de gênero no acesso ao sistema de saúde é de fato um dos principais problemas que favorece o adoecimento e morte de mulheres negras por causas externas se comparado às brancas⁶. Essa desigualdade ocorre devido tanto às condições precárias de vida e conseqüentemente de saúde pela constante violação de seus direitos e ausência de políticas públicas, quanto pelo fator do preconceito e da discriminação étnico-racial que influem sobre o estado de saúde dessas mulheres e no acesso digno aos serviços de saúde. Neste sentido, Cordeiro e Ferreira (2009) concluem que:

A discriminação racial está frequentemente associada à discriminação de gênero: as mulheres negras têm menos acesso à educação e são inseridas nas posições menos qualificadas do mercado de trabalho. Estas condições se refletem na ausência de informações, de conhecimento e de acesso aos serviços de saúde (CORDEIRO e FERREIRA, 2009, p. 353).

Para Travassos e Martins (2004), “o acesso pode ser explicado por uma característica da oferta de serviços importantes para explicação do padrão de utilização de serviços de saúde” (DONABEDIAN, 1973, apud, TRAVASSOS e MARTINS, 2004, p. 192). A partir deste conceito podemos afirmar que há um acesso desigual das mulheres negras quilombolas nos serviços de saúde e na não utilização dos serviços incidindo negativamente nas condições de saúde dessas mulheres.

Santos, Guimarães e Araújo (2007) destacam a necessidade de reconhecer as questões que comprometem a saúde da mulher cujas origens estão assentadas nas desigualdades de gênero e étnico-raciais. Nesta direção é fundamental enfatizar “a importância de se identificar, medir e informar os problemas de saúde que atingem mulheres negras que, no cotidiano, têm as garantias constitucionais frequentemente violadas” (BARBOSA, 1998, apud, SANTOS, GUIMARÃES, ARAÚJO, 2007, p. 89). Portanto, os estudos sobre o acesso das mulheres negras quilombolas nos serviços de saúde, são relevantes e necessários já que os quilombos por estarem localizados em regiões de difícil acesso faz com que as mulheres quilombolas fiquem impedidas de acessar serviços básicos de saúde, resultando como consequência o agravamento de problemas de saúde que poderiam ser tratados ou evitados. A diabetes mellitus tipo II, a

⁶ As barreiras geradas pelas desigualdades raciais e de gênero são determinantes para o processo de saúde e doença das mulheres, especificamente as mulheres negras. Estas barreiras geradas, muitas vezes, pelo racismo institucionalizado, impedem a utilização e o acesso das mulheres negras aos serviços de saúde (...) (GÓES, 2013).



anemia falciforme, mortalidade materna, hipertensão arterial, câncer do colo de útero, doenças de chagas entre outras, são exemplos clássicos disto, pois tem uma maior incidência na população negra e nas mulheres negras.

O diabetes tipo II, por exemplo, considerando o critério da raça, mostra que o nível da doença entre os negros é maior que os brancos, alcançando uma estimativa de 9% a mais dos homens negros desenvolverem a doença e esse número é ainda mais alarmante entre as mulheres negras que aumenta 50% a mais de probabilidade de desenvolverem esta doença, comparada às mulheres brancas, principalmente no período gestacional. Acredita-se que isso ocorra pelo motivo das mulheres negras terem menos acesso aos serviços de saúde ou se frequentam recebe um atendimento diferenciado. “Situações como estas podem indicar dificuldades de acesso aos serviços de saúde, diagnóstico tardio, baixa qualidade da atenção oferecida, ausência de tratamento, inadequação ou ineficiência”. (CRIOLA, 2010, p. 25).

A falta de acesso aos serviços básicos de saúde é a principal causa de adoecimento e morte das mulheres negras. A ausência de um diagnóstico prévio e um acompanhamento regular pelos profissionais de saúde é outro fator determinante sobre o risco e morte das mulheres negras. Um estudo feito por Santos, Guimarães e Araújo no estado do Recife entre 2001-2003 revelou que o risco de morte por doenças isquêmicas do coração e por doenças cerebrovasculares por mulheres negras foi 1,7 vezes superior a das mulheres brancas.

O risco de morte por doenças isquêmicas do coração e por doenças cerebrovasculares foi de duas a três vezes maior em negras nas faixas etárias a partir de 30 anos. Quanto às doenças hipertensivas, foi observado na faixa etária de 40 a 49 anos, para as mulheres negras, um risco de morte quase duas vezes maior que o das brancas. (...) O câncer de colo de útero destacou-se entre as cinco causas específicas na faixa etária entre 40 e 49 anos, com maior risco de morte de mulheres negras (SANTOS, GUIMARÃES e ARAÚJO, 2007, p. 93/94).

Segundo essas autoras “os achados revelam iniquidades na saúde das mulheres negras, decorrentes da violação de direitos que dificultam a ascensão social e o acesso a condições dignas de saúde” (SANTOS, GUIMARÃES e ARAÚJO, 2007, p. 87). Desta maneira, há um índice deficitário de uma atenção mais humanizada e eficaz em saúde com as mulheres negras quilombolas. Estudar o impacto dessas quanto de outras doenças na saúde das mulheres, ligando diretamente ao acesso e utilização dos serviços de saúde se faz muito importante. Neste contexto, a Estratégia de Saúde Família é um importante mecanismo para prevenção,



recuperação, promoção de saúde, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes da saúde, devendo atuar na manutenção da saúde das mulheres negras de etnia quilombola, cabendo-o levar em consideração suas especificidades, com uma abordagem interseccional para uma maior eficácia das políticas de saúde.

3. DESAFIOS ATUAIS PARA A GARANTIA DA SAÚDE DAS MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS: BREVES RESULTADOS.

260

Mulheres negras quilombolas sofrem com uma dupla discriminação na política de saúde: a étnico-racial e a de gênero. Alguns estudos e pesquisas que vem sendo realizado apontam as dificuldades que implicam ser mulher e ser uma mulher negra no Brasil. É de fato comprovando que mulheres negras estão mais vulneráveis ao acessar, procurar e receber atendimentos nas instituições e de saúde. Alguns indicadores de saúde fazem esta comprovação. Góes (2013) traz uma explanação bem contundente acerca destes estudos que vem sendo desenvolvidos e coloca justamente a falha deles que é de não considerar a dimensão étnica com a racial nas pesquisas em saúde com mulheres negras.

No entanto, as pesquisas sobre as desigualdades sociais em saúde no Brasil privilegiam as análises a partir das condições socioeconômicas em seus modelos explicativos, não havendo uma produção sistemática com a dimensão étnico-racial na expressão diferenciada dos agravos à saúde, visto que a qualidade de vida dos cidadãos determina a forma de adoecer e morrer, as pesquisas mostram desigualdades no perfil de saúde entre regiões e diferentes segmentos de classe social, poucos associam a inserção social desqualificada/desvalorizada da população negra na sociedade e nos indicadores de saúde (BATISTA; ESCUDER, 2005; BARATA, 1997, apud, GOES, 2013).

Na sociedade atual ainda estamos convivendo com os fatores da discriminação étnico-racial, de gênero, de classe e etc. que excluem e matam mulheres negras todos os dias que são vitimas de um sistema perverso instalado no Brasil cerca de 400 anos atrás, sendo a cor o denominador principal dessa discriminação.

As desigualdades raciais, ao limitarem a capacidade de inclusão da população negra na sociedade brasileira, impedem a construção de um país democrático



com igualdade de oportunidades para todos (HERINGER, 2002, apud, SANTOS, GUIMARÃES e ARAÚJO, 2007, p. 88).

O preconceito, racismo, sexismo, patriarcalismo, com a opressão de classe e de gênero fruto desse passado opressor impôs padrões que mesmo no sistema atual (que se diz ter avançando muito) fazem com que mulheres, principalmente negras sejam assassinadas todos os dias, vítimas desses “padrões estabelecidos” do que é ser mulher e ser uma mulher negra nesta sociedade.

É fácil constatar que o acesso aos serviços de saúde varia para os diferentes grupos que compõem a população, com maior desvantagem para os negros, e que os diferentes níveis de reprodução da desigualdade social e de saúde têm suas origens fortemente fincadas no gênero, raça e classe (CORDEIRO e FERREIRA, 2009, p. 353).

As mulheres negras quilombolas são as principais vítimas desse sistema perverso que se reflete inclusive nas instituições de saúde, com o acesso desigual no sistema de saúde. Como aponta Goes e Nascimento (2013) às mulheres negras experimentam diferentes tipos de discriminação de raça e gênero, que, quando se interseccionam, comprometem a sua inserção na sociedade como um sujeito de direito, principalmente no que tange à saúde, onde as desigualdades impostas pelo racismo e sexismo diferenciam as mulheres negras das brancas no acesso e na utilização dos serviços de saúde assim como no processo de adoecimento. Sobre esta questão o Relatório das Desigualdades 2009-2010 aponta as assimetrias das desigualdades entre mulheres brancas e negras na mortalidade de câncer de mama por 100 mil habitantes. O relatório coloca que “segundo os dados do SIM, no período 2001-2007, ocorreu um aumento de 16,4% da mortalidade por aquele agravo. Aquela informação também se repetia em ambos os grupos: 17,4%, entre as mulheres brancas, e 39,0%, entre as pretas & pardas” (Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010 p. 96). Os dados sobre as desigualdades no acesso e utilização também se repetem na realização de pré-natal.

No caso das mulheres com filhos de cor ou raça preta & parda, 42,6% haviam feito mais de sete consultas (28,6 pontos percentuais inferior ao que ocorria entre as mães de filhos brancos); 42,4%, entre 4 e 6 consultas; 11,3%, entre 1 e 3 consultas; e 2,8%, nenhuma consulta (proporção quase três vezes superior ao ocorrido entre as mães de filhos brancos) (Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010, p. 107).



As desigualdades no acesso e utilização nos serviços de saúde é fato real e presente como podemos facilmente constatar. Mulheres negras morrem mais sendo as principais vítimas desse sistema desigual de saúde. Os problemas de saúde que atingem as mulheres, “incidem de forma diferenciada entre as mulheres negras e brancas, como resultado das relações desiguais de gênero, raça e classe social, que são determinantes das condições de vida e experiências de busca/utilização dos serviços saúde” (DOMINGUES, 2013)

Neste sentido, podemos colocar que a saúde é eixo estratégico importante, pois ela é uma das condições substantivas para o bem-estar dessas mulheres aliadas a outras políticas públicas como habitação digna, saneamento básico, emprego, educação, renda, entre outros fatores intrinsecamente relacionado com ao fator saúde. Outrossim, para que os índices de doenças e morte nas mulheres negras sejam reduzidas é necessário desenvolver ações articuladas com essas políticas públicas, pois essas mulheres tendo acesso a essas políticas, com certeza incidirá mudanças no seu estado de saúde.

Infelizmente as comunidades quilombolas estão alijadas de várias políticas sociais, que muitas delas apesar de estarem garantidas para estes territórios acabam ficando somente no papel que não muda de facto esta realidade apesar de serem importantes. Quando colocamos a questão da saúde das mulheres negras quilombolas neste contexto, discutindo o acesso delas no sistema de saúde constatamos o quanto o Estado ainda tem se esquivado diante de suas realidades e necessidades de saúde.

Desta forma, o grande desafio colocado para o Estado para superação das desigualdades étnico-raciais e de gênero, no acesso e na utilização dos serviços de saúde pelas mulheres negras quilombolas é de justamente garantir e ampliar o acesso dessas mulheres no Sistema Único de Saúde, que se dará por meio de ações estratégicas que possam melhor atender as suas necessidades de saúde. No entanto as políticas públicas, inclusive a política de saúde para as mulheres negras deverão obrigatoriamente, apoiar-se em mecanismos consistentes que busquem garantir sua perpetuação a curto, médio e longo prazo (CRIOLA, 2010). Assim, pontua-se que “políticas para as mulheres negras devem reconhecer as diferenças e desigualdades entre nós, as diferentes necessidades, as diferentes capacidades e potencialidades entre nós, para que sejam capazes de produzir soluções adequadas e específicas” (CRIOLA, 2010, p.14) respondendo as suas demandas de saúde e dando condições para isto. As mulheres negras quilombolas que estão na maioria das vezes isoladas em seus territórios, tem enfrentado



muitas barreiras o que tem impossibilitado o acesso dessas mulheres nos serviços de saúde e consequentemente na utilização dos serviços.

Assim, é preciso identificar essas necessidades e/ou demandas para planejar, definir prioridades e traçar estratégias para que a política de saúde atenda as mulheres negras quilombolas, para que elas de fato possam ter um acesso digno às políticas de saúde do SUS, pensando também no sentido de redirecionar as práticas de saúde que na maioria das vezes por não ter um viés mais humanizador e integrativo as excluem ainda mais. É fundamental ter como critério uma abordagem interseccional ao propor e pensar ações e políticas de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como sabemos o acesso desigual nos serviços de saúde provoca sequelas gravíssimas na vida das mulheres negras quilombolas. Jurema Werneck (2005) alerta justamente do acesso desigual entre mulheres negras e brancas nos serviços de saúde, afirmando que isso ocorre por que há uma desigualdade racial e de gênero no acesso aos serviços de saúde. Neste sentido, as desigualdades étnico-raciais e de gênero no sistema de saúde assim como o racismo são estruturantes para que o SUS não atenda a todos igualmente. Dessa forma, as desigualdades raciais e o de gênero são grandes obstáculos para o não acesso às ações de promoção e prevenção de saúde das mulheres negras e têm impactado nas condições de vida e no processo de adoecimento.

O déficit na atenção a saúde das mulheres negras no atual sistema de saúde provoca iniquidades sociais que acometem o seu estado de saúde. Um dos fatores incidentes está na discriminação de gênero e étnico-racial que colocam essas mulheres numa posição de desvantagem em inúmeras situações. Desta forma, “as desigualdades de gênero combinam-se com a discriminação social e étnico-racial”. Mulheres negras de etnia quilombola têm dificuldade de acesso aos serviços básicos de saúde e a políticas públicas eficazes para a superação das desigualdades. Destarte, “desigualdades sociais nas condições de saúde e no acesso e na utilização de serviços de saúde expressam oportunidades diferenciadas em função da posição social do indivíduo e caracterizam situações de injustiça social, ou seja, de iniquidades” (TRAVASSOS e CASTRO, 2012, p. 183)



Para superação dessa desigualdade que se coloca também como desafio para implementação e execução das políticas de saúde é necessário pensar a transversalidade nas políticas e principalmente a interseccionalidade entre gênero, raça, etnia e classe.

A interseccionalidade permite a visibilização das diferenças – desigualdades e privilégios – entre mulheres e no interior da população negra e, desse modo, possibilita que se produzam respostas individualizadas, diretamente ligadas às vivências e necessidades de grupos específicos. (CRIOLA, 2010, p. 07).

Assim, é preciso não só propor políticas, mas pensar o modo pela qual serão executadas para sua real efetivação. A interseccionalidade e a transversalidade seriam um possível caminho para diminuir os efeitos do racismo, da discriminação de gênero e étnico-racial que excluem e marginaliza a população negra, especialmente, as mulheres negras quilombolas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **A saúde da população negra e o SUS: ações afirmativas para avançar na equidade**. Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. – Brasília : Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Legislação quilombola condensada.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. Brasília – DF, 2007.

BRASIL. Portaria nº 90, de 17 de janeiro de 2008. Atualiza o quantitativo populacional de residentes em assentamentos da reforma agrária e de remanescentes de quilombos, por município, para cálculo do teto de Equipes Saúde da Família, modalidade I, e de Equipes de Saúde Bucal da estratégia Saúde da Família. Diário Oficial da União, Brasília, p. 97 a 101, 18 jan. 2008. Seção 1.

BRASIL. Secretaria de Políticas Afirmativas de Promoção da Igualdade Racial. Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais. **Guia de Políticas Públicas para Comunidades Tradicionais**. Programa Brasil Quilombola. Brasília, 2013.

BRASIL. Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010.



BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir. Programa Brasil Quilombola. Brasília, 2004.

CORDEIRO, Rosa Cândida. FERREIRA, Silvia Lúcia. **DISCRIMINAÇÃO RACIAL E DE GÊNERO EM DISCURSOS DE MULHERES NEGRAS COM ANEMIA FALCIFORME**. Esc Anna Nery Rev Enferm 2009 abr-jun; 13 (2): 352-58.

265

CRIOLA. **Cadernos sobre Saúde da População Negra**. Rio de Janeiro – RJ 2010.

DOMINGUES, Patrícia Mallú Lima. Autoavaliação do estado de saúde de mulheres brancas e negras e fatores associados. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Escola de Enfermagem, 2013.

GÓES, Emanuelle F. **DESIGUALDADES SOCIORACIAIS E DE SAÚDE EM MULHERES NO ESTADO DA BAHIA, PNAD 2008**. III SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES. 15 a 17 de Maio de 2013 Universidade do Estado da Bahia – Campus I - Salvador – BA.

GOES, Emanuelle Freitas. NASCIMENTO, Enilda Rosendo do. Mulheres negras e brancas e os níveis de acesso aos serviços preventivos de saúde: uma análise sobre as desigualdades. Revista *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 571-579, out/dez 2013.

GUERRERO, Ana Felisa Hurtado. SILVA, Denise Oliveira e. TOLEDO, Luciano Medeiros de. GUERRERO, José Camilo Hurtado. TEIXEIRA, Pery. Mortalidade Infantil em Remanescentes de Quilombos do Município de Santarém - Pará, Brasil. Revista Saúde Soc. São Paulo, v.16, n.2, p.103-110, 2007.

LOPES, Fernanda. **Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra no Brasil**. . In: Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade. Brasília: Funasa, 2005. p. 09 - 48.

SANTOS, Sony Maria dos. GUIMARÃES, Maria José Bezerra. ARAÚJO, Thália Velho Barreto de. Desigualdades Raciais na Mortalidade de Mulheres Adultas no Recife, 2001 a 2003. In: Saúde e Sociedade. São Paulo, v. 16, n.2, p.87-102, 2007.

TRAVASSOS, Cláudia. CASTRO, Mônica Silva Monteiro. Determinantes e desigualdades sociais no acesso e na utilização de serviços de saúde. In. GIOVANELLA, Lígia et. al (org.).



Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. 2. ed. rev. E amp. – Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012. P. 183 – 206.

TRAVASSOS, Claudia; MARTINS, Mônica. Uma revisão sobre os conceitos de acesso e utilização de serviços de saúde. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Revisão Review, n.20, Ano XXV, 2004. p. 190-198.

WERNECK, Jurema. **Iniquidades raciais em saúde e políticas de enfrentamento: as experiências do Canadá, Estados Unidos, África do Sul e Reino Unido. In:** Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade. Brasília: Funasa, 2005. p. 315 – 386.



HOMOSEXUALIDADE EM “AQUELES DOIS” DE CAIO FERNANDO

ABREU

OLIVEIRA, Raíza Brustolin

*Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Foz do Iguaçu/PR
raiza_brustolin@hotmail.com*

SAVIO, Thayná Davilla

*Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Foz do Iguaçu/PR
thaynadavilla@gmail.com*

267

RESUMO: Tendo em vista a atual situação de repressão social e luta pela liberdade vivida pela comunidade homossexual, faz-se necessário discutir a temática de como sociedade reage a esse tipo de envolvimento e qual o impacto desta reação na vida das pessoas. Assim, esse assunto será abordado a partir do conto *Aqueles Dois* de Caio Fernando Abreu que retrata de forma clara como homossexuais podem ser repreendidos, por ter uma orientação sexual que se difere da maioria, e que a regulação de uma moral afeta a forma como os sujeitos se comportam em espaço público. Desta forma, esse trabalho busca analisar os papéis desempenhados pelos persoagens que permitem serem livres em alguns momentos e serem repreendidos em outros. Essa análise será realizada tendo como base os conceitos de Butler (1993) que trabalha a performatividade de gênero, Goffman (1985), que trabalha o comportamento em locais públicos e a teatralidade na vida pública e Luiz Fernando Lima Braga Júnior (2006) que escreveu uma tese de doutorado sobre homoerotismo em Caio Fernando Abreu.

Palavras Chave: Homossexualidade. Estigma. Conto.

ABSTRACT: Considering the current situation of social repression and fight for freedom lived by the homosexual community, it is necessary to discuss how society reacts to this kind of relationship and what is the impact of this reaction on people's lives. Therefore, the subject will be broached from the tale "Those Two", from Caio Fernando Abreu, which portrays clearly how homosexuals can be repressed for having a different sexual orientation than most people, and how the regulation of morals affects the way the characters behave in public spaces. Thus, this paper seeks to analyze the roles performed by the characters that allow them to be free in some moments and repressed in others. This analysis will be made based on the concepts of Butler (1993), who discuss gender performativity, Goffman (1985), who studies behavior in public places and theatricality in the public life and Luiz Fernando Lima Braga Júnior, who wore a PDH thesis on homoerotism in Caio Fernando Abreu's works.

Key Words: Homosexuality. Tale.

1. CAIO FERNANDO ABREU

Caio Fernando Loureiro de Abreu nasceu em 1948 na cidade de Santiago no Rio Grande do Sul, estudou Letras e Artes Cênicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mas abandonou ambos os cursos para trabalhar como jornalista. Atuou nos principais jornais do Rio Grande do Sul, como o Zero Hora, e nos principais jornais do país como Folha de São Paulo. Foi jornalista e escritor num período político conturbado do Brasil, a ditadura militar.



Como intelectual e homossexual assumido, sofreu com a censura, tendo que se refugiar no sítio de Hilda Hilst e posteriormente na Europa. Voltando ao Brasil, morou em São Paulo, Rio de Janeiro, então, foi convidado pela Casa dos Escritores Estrangeiros para ir à França, no mesmo ano, voltou ao Brasil após descobrir que era portador do vírus HIV.

Com uma intensa representatividade no Brasil, Caio foi patrono da 41ª Feira do Livro de Porto Alegre, foi agraciado 3 vezes pelo Prêmio Jabuti de Literatura, e premiado pela revista Isto É como melhor livro, pelo livro de Contos Morangos Mofados. O escritor morreu em aos 47 anos, em Porto Alegre, dois anos após descobrir que estava doente.

Caio Fernando Abreu é um escritor irreverente que questiona estigmas, e por sua grande capacidade de representar em sua essência a crise existencial do sujeito do seu tempo, é muitas vezes considerado fotógrafo da fragmentação contemporânea, assim, a morte, o medo, o sexo e a solidão são temas frequentes nos textos do autor. Essa temática está presente em todos os gêneros literários pelos quais o autor circulou com propriedade, tendo escrito novelas, romances, teatros e contos. Nesse sentido, o foco temático do autor é próprio sujeito em conflito, refletindo em seus textos em personagens e contextos dúbios expressando dualidades, como propõe Júnior (2006):

Os dualismos imaturidade/maturidade e passado/presente, que perpassam diversas narrativas de Caio Fernando Abreu, comprovam que a tônica transgressora de sua poética se faz, antes de mais nada, antes de qualquer revolução política, no interior do próprio sujeito, multiplicado em narradores e personagens mal-resolvidos enquanto identidades descentradas. (JÚNIOR, 2006, p.37)

Entre esses conflitos e dualidades, está a questão na homossexualidade, retratada por vezes de forma sexualizada e escrachada e outras de forma sutil e com ênfase na afetividade, porém sempre buscando mostrar a repressão sofrida pelo pela predominância de um modo de pensar que privilegia a hétero normatividade, e que percebe a homossexualidade como algo ilícito, pecaminoso (ressaltando a ênfase do cristianismo na manutenção deste padrão de comportamento), um erro biológico, praticamente como uma doença. Além disso, na abordagem do tema, inclui-se os conflitos internos do indivíduo com tendência a se envolver afetiva e sexualmente com alguém do mesmo sexo, como propõe Júnior (2006):

exposição, em seu processo escritural, do tema *atração entre pessoas do mesmo sexo*, a partir de tensões interiores que rendem frutos (personagens e situações)



híbridos e incertos sobre a alma homoeroticamente inclinada. (JÚNIOR, 2006, p.)

Esta abordagem nem sempre é clara, como foi colocado anteriormente, há casos em que a sutileza predomina na apresentação desse tema, privilegiando a afetividade, tornando o contato físico em si, e a relação comprovadamente homossexual, implícita.

“Madrugada” encena um caso típico na ficção de Caio Fernando Abreu: a construção de uma inclinação à homofilia, sem que se explicita o ato sexual: o desejo é manifesto, os laços e afinidades estéticas, também, mas, em muitos casos, não se fala em homossexualidade. Daí que a homofilia, em seus textos, é uma forma de resgatar os laços espirituais que unem os seres humanos. (JÚNIOR, 2006, p.)

Como exemplo de enredo em que a homossexualidade não aparece de forma clara, existe o conto *Aqueles Dois*, em que o possível relacionamento entre os dois personagens homens não é revelado, apesar de ser insinuado por e o conto termina se apresentar essa informação ao leitor, e esse silêncio, é fundamental para a catarse que o conto proporciona.

2. *AQUELES DOIS*

O conto *Aqueles dois* foi escrito por Caio Fernando Abreu e publicado em seu livro chamado *Morangos Mofados* em 1982- livro que, como apresentado anteriormente, foi premiado pela revista *ISTO É*. Relata história de dois jovens rapazes que se mudaram para uma nova cidade, pois passaram num concurso, conheceram-se no novo emprego e foram se aproximando aos poucos até passarem a ser bons amigos. Essa amizade foi vista com maus olhos pelos colegas de trabalho que supuseram que os dois estavam tendo um relacionamento homossexual e comunicando ao chefe através de cartas anônimas levaram à demissão de ambos os rapazes.

3. *HOMOSEXUALIDADE EM AQUELES DOIS*

A narrativa tece gradativamente o envolvimento de ambos os personagens Raul e Saul, desde quando se conhecem na repartição pública, há então uma descrição deles de maneira individual, e então o início da amizade. Aos poucos se conheceram melhor e tornaram-se grandes amigos, de maneira gradativa e intensa: “pouco a pouco, se aproximarem, se conhecerem, se misturarem? Pois foi o que aconteceu. Mas tão lentamente que eles mesmos mal perceberam.” No decorrer da diegese o narrador insinua o quanto os dois fazem um belo par “Sem terem exatamente



consciência disso, quando juntos os dois aprumavam ainda mais o porte” ou o quanto se completavam “Como se houvesse, entre aqueles dois, uma estranha e secreta harmonia.”.

A relação é distante e as conversas são baseadas na rotina de trabalho, até o dia em que Saul chegou atrasado e perguntando o motivo por mera educação Raul deu início a conversa, e foram tomar um café. Quando não estão juntos sentem falta um do outro “Durante aquele fim de semana obscuramente desejaram, pela primeira vez, um em sua quitinete, outro no quarto de pensão, que o sábado e o domingo caminhassem depressa para dobrar a curva da meia-noite e novamente desaguar na manhã de segunda-feira, quando outra vez se encontrariam para: um café.”.

Passaram a se encontrar nos finais de semana, e passar datas especiais juntos, como aniversários e lutos, Natal, Ano Novo. Esses momentos só faziam com que os laços se estreitassem, e é com delicadeza que o narrador descreve o carinho de um pelo outro:

Sem tempo para compreenderem, abraçaram-se fortemente. E tão próximos ficaram que um podia sentir o cheiro do outro: o de Raul, flor murcha, gaveta fechada; o de Saul, colônia de barba, talco. Durou muito tempo. A mão de Saul tocava a barba de Raul, que passava os dedos pelos caracóis miúdos do cabelo do outro. (ABREU, p.)

Neste trecho é possível que o leitor infira que há um carinho além da amizade, mas o roteiro que se segue não afirma, mas também não contradiz a ideia. Nesse sentido, o envolvimento de ambos está subentendido, inclusive na troca de presentes de aniversário. É como se um doasse um pouquinho de si para o outro, o que cada um mais gostava era dado de presente ao outro como numa relação amorosa romântica idealizada:

Saul fez aniversário. Porque achava seu amigo muito solitário ou por outra razão assim, Raul deu a ele a gaiola com Carlos Gardel. No começo do verão, foi a vez de Raul fazer aniversário. E porque estava sem dinheiro, porque seu amigo não tinha nada nas paredes da quitinete, Saul deu a ele a reprodução de Van Gogh. (ABREU, p.)

Além disso, os hobbies que os caracterizam parecem completá-los no que diz respeito a sentido/sensorial: Um gosta de filmes e artes plásticas remete ao sentido da visão e o outro gosta de música e de ouvir o canto do seu pássaro, remete a audição, é como se ambos os sentidos se complementassem:

Raul tinha um telefone alugado, um toca-discos com rádio e um sabiá na gaiola, chamado Carlos Gardel. Saul, uma televisão colorida com imagem fantasma, cadernos de desenho, vidros de tinta nanquim e um livro com



reproduções de Van Gogh. Na parede do quarto, uma outra reprodução também de Van Gogh. (ABREU, p.)

O fato do autor não deixar esse envolvimento claro, faz com que o leitor perceba que se essa relação existe ou não, se é aceitável ou não, não é importante; mas o leitor é chamado a observar as consequências sociais que a hipótese dessa relação trouxe aos dois. Pois na história os colegas de trabalho criticam um possível relacionamento homossexual existente, e mandam cartas anônimas ao chefe mostrando que eles encaravam essa relação diferente como algo errado que deveria ser delatado.

Suarento, o chefe foi direto ao assunto. Tinha recebido algumas cartas anônimas. Recusou-se a mostrá-las. Pálidos, ouviram expressões como "relação anormal e ostensiva", "desavergonhada aberração", "comportamento doentio", "psicologia deformada", sempre assinadas por Um Atento Guardião da Moral. (ABREU, p.)

Todos estes termos mostram a não aceitação de uma relação homossexual, o repúdio ao ser humano que possui esse tipo de orientação, e o entendimento de que por ser assim essa pessoa não merece um emprego nesta repartição pública. Nota-se então que o local de trabalho, é um local portador e regulador da moral que visa a manutenção do decoro. Neste caso, “O ambiente de trabalho representa o aparelho burocrático que fala uma linguagem heteronormativizada, cujo léxico impõe modos de pensar e de agir a todos que ali estão presentes, e que reverbera uma estrutura binária nas relações entre gêneros.” (JÚNIOR, 2006, p.46).

Tendo em vista esta excessiva regulação moral, bem como a intensa burocratização, não só a nível de trabalho, mas a nível de relações humanas, as pessoas que trabalham aí são julgadas pelo narrador como infelizes, e o local em que trabalhavam – Deserto de Almas. Raul e Saul, não se sentiam parte deste ambiente, isso, entre outros fatores, propiciou o processo de afinidade entre ambos, que involuntariamente (ou não) os afastou dos colegas. Assim, é possível perceber que quem estava submetido às normas regulamentadas e impulsionadas naquele ambiente, a ponto de tornarem-se fiscais do cumprimento delas, como a própria heteronormatividade, eram, de acordo com o narrador, pessoas sem alma, e sem felicidade. Desta maneira:

A infelicidade, pois, segundo o ficcionista, é a condição inevitável daqueles que optam por atitudes de discriminação. Conclusão ousada de um escritor em plena sociedade rastreada, mapeada e vigiada, enfim, pela retórica pública do segredo vazio. (JÚNIOR, 2006, p.)



Esta diferenciação entre os que, reguladores da moral que discriminam e os que supostamente a infringem, ou no mínimo não se importam com ela, é um posicionamento já tomado pelo narrador, posicionamento este que julga como medíocre a atitude de repressão por parte do ambiente de trabalho. Assim, apresentar um narrador que faz esta diferenciação “é posicionar-se criticamente em relação às estruturas heteronormativizadas e homofóbicas que se perpetuam pelos ambientes de trabalho.” (JÚNIOR, 2006, p.46)

Esta diferenciação não é neutra, mas valoriza um em detrimento de outro, neste caso, retrata com empatia e delicadeza o relacionamento entre Raul e Saul, enquanto apresenta de forma crítica e julgando-os, como visto anteriormente, como seres destituídos de alma e felicidade. E isso é claro no final, quando os dois são demitidos e saem felizes, e os outro permanecem no trabalho, “infelizes para sempre”. Complementando esta ideia Júnior (2006) acrescenta que:

Esse movimento ascendente da minoria sexual e descendente da postura homofóbica pode ser visto na voz cínica do narrador, simpático aos personagens homoeroticamente inclinados, uma vez que, no desenvolvimento do enredo, há um episódio final de segregação, no qual a sexualidade minoritária perde terreno, mas ganha em dimensão espiritual e conscienciosa. (JÚNIOR, 2006, p.51)

Esta dualidade e diferenciação não estão presentes somente no valor atribuído pelo narrador, mas apresenta ângulos completamente distintos pelos quais a narrativa permeia sem ao final definir sob qual perspectiva o autor deveria ter lido, pois a riqueza está e conduzir a narrativa mostrando a dualidade, de um lado a suposta e criminosa ideia de um comportamento homoafetivo, e de outro o simples ato de gostar de alguém, e viver carinhosamente uma amizade, sem uma definição clara de relacionamento homossexual ou não. Assim, Júnior propõe que:

A relação vivida entre Raul e Saul é vista sob dois ângulos: aquela construída entre os dois, através dos sentimentos e do compartilhar de determinadas afinidades, e outra, “imaginada” pelos sujeitos homofóbicos, que a difundem em seus cochichos e maledicências, quando trazem, para o interior do ambiente de trabalho, a ação metafórica da praça pública. (JÚNIOR, 2006, p.48)

Essa situação de possível relacionamento homoafetivo que provoca uma repressão que tem como consequência a demissão, que por sua vez compõe duas perspectivas, enfatiza a discriminação, o preconceito, a intolerância em relação ao diferente, e a repressão como controlador da vida alheia, que influencia, e muitas vezes, define o modo como as pessoas



devem agir em público, e a restrita liberdade que só lhes é permitiva quando sob a égide do privado.

3.1 Estigma e Performatividade

No conto, vemos que os personagens Raul e Saul possuem uma grande preocupação em agir de tal maneira que os colegas de trabalho não desconfiem do relacionamento que há (ou não?) entre ambos. O próprio autor prefere deixar nas entrelinhas, e a critério do leitor, a existência de um relacionamento afetivo entre os personagens. De maneira brilhante, Caio Fernando Abreu reflete no conto o estigma – a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena (GOFFMAN, 1982) – que recai sobre os homossexuais até hoje.

O próprio título do conto, “Aqueles dois”, já é um sinal da estigmatização dos personagens. Ao tratá-los por “aqueles”, e não “estes”, o autor injeta o desprezo com o qual a relação de ambos era percebida pelos colegas de trabalho, que os viam como desviantes dos padrões sociais considerados corretos. Se ao conhecê-los as moças da repartição ficavam nervosas com o prospecto de conquistá-los (segundo deduz-se do conto, pois os convidavam para bares, gafieras e festas), após Saul pernoitar na casa de Raul, esse interesse sumiu, como mostra o trecho “dia seguinte, chegaram juntos à repartição, cabelos molhados do chuveiro. As moças não falaram com eles”.

Quando se fala em homossexualidade, parece inevitável abordar a maneira com que as relações homoafetivas são vistas pela sociedade. Cotidianamente, a mídia mostra casos de pessoas homossexuais que são agredidas, humilhadas e mortas, puramente em razão de sua orientação sexual. No conto, embora Raul e Saul não tenham sido diretamente atacados como tantas pessoas são, foram vítimas de um ataque bastante cruel, traduzido nas cartas que qualificavam o relacionamento de ambos como uma “*relação anormal e ostensiva*”, uma “*desavergonhada aberração*”, fruto de uma “*psicologia deformada*”, e que culminaram em suas demissões.

Essa postura, de nítida não aceitação da condição dos personagens, é algo que se repete na sociedade brasileira atual, tradicionalmente heteronormativa. Apesar das conquistas dos movimentos feministas de segunda e terceira ondas, que impulsionaram as mulheres para fora do ambiente doméstico e garantiram direitos civis igualitários, homens e mulheres continuam tendo papéis fixos na sociedade. E é apenas quando Raul e Saul parecem, aos olhos dos companheiros,



desviar desses papéis socialmente fixados, é que são repreendidos e começam a sofrer um tratamento diferenciado.

Erving Goffman (1982), em sua obra “Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada”, explica que a sociedade estabelece as maneiras com as quais as pessoas serão categorizadas e as categorias que são consideradas desejadas. Ao conhecer uma pessoa nova, diz o autor, automaticamente catalogamo-as em categorias previamente estabelecidas socialmente, tais como “trabalhador”, “honesto”, “trapaceiro”, etc. Existem, portanto, dois tipos de identidades sociais: a virtual – o caráter que imputamos ao indivíduo – e a real, ou seja, os atributos que esse indivíduo realmente possui (GOFFMAN, 1982, p. 12). Esse processo de classificação gera expectativas, que, quando quebradas, levam à estigmatização do transgressor. Segundo ele,

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (GOFFMAN, 1982, p. 12)

Esse abismo existente entre as identidades virtuais e reais é mutável, pois uma pessoa pode inicialmente ser classificada de uma forma, e, posteriormente, ser reclassificada em outra categoria mais positiva, ou mais negativa. GOFFMAN (1982, p. 14) classifica os estigmas em três categorias: as abominações do corpo, as culpas de caráter individual – onde se encaixa a homossexualidade – e os estigmas de raça, nação e religião.

Ainda, segundo a terminologia adotada pelo mencionado autor, a homossexualidade é integrante dos grupos de estigmas chamados “desacreditáveis”, ou seja, que não são percebidos em um primeiro olhar (como uma deficiência física), sendo possíveis de serem escondidos. Entretanto, como podemos observar no conto, a suspeita ou confirmação desse estigma faz com que os indivíduos sejam isolados e passem a ser tratados de maneira diferente pelos ditos “normais”. E, conforme cita o autor,

Em todos esses exemplos de estigma, entretanto, inclusive aqueles que os gregos tinham em mente, encontram-se as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social



quotidiana possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. (GOFFMAN, 1982, p. 14)

O fato de alguém ser estigmatizado, qualquer que seja a fonte do estigma, principalmente na vida social, onde convive em presença próxima de pessoas “normais” (sem estigmas), pode levar o estigmatizado a tentar corrigir o defeito que possui. Exemplificando, pessoas com deformidades físicas se submetem à cirurgias plásticas, o inculto busca educação formal, tudo com o objetivo de neutralizar o ponto que as distancia do restante da sociedade. No conto ora analisado, Raul e Saul adotam essas mediadas, pois o cuidado demonstrado com suas atitudes, falas e gestos, de modo que nunca fica claro ao leitor se ambos formam ou não um casal, bem como as reações dos colegas de trabalho, denotam a preocupação de ambos com a maneira que são vistos pela sociedade.

Essa preocupação de Raul e Saul tem relação com a questão dos papéis, anteriormente mencionada. Ainda, em nossa sociedade, os papéis de gênero são tradicionalistas e pouco flexíveis. Desde a gestação, a criança ainda não nascida já tem em si depositada simbolismos e práticas que identificam seu gênero – feminino ou masculino. Existem coisas apropriadas para garotos e coisas apropriadas para garotas, simbolicamente representadas por cores - rosa para meninas, azul para meninos. Tudo isso permanece muito presente em nossa cultura, e de maneira direta reflete na maneira como as pessoas se comportam, em especial no espaço público.

Essa ideia, quando analisada sob a teoria de Judith Butler (1993), nos permite visualizar o quão ingrenados nas dinâmicas sociais os papéis de gênero estão. Segundo a referida autora, sexo biológico e gênero são coisas distintas, sendo que o gênero desempenhado por alguém se mantém através da repetição de atos, gestos e signos que reforçam a construção do masculino e feminino do ponto de vista social. É, nas palavras da autora, nada mais que uma questão de performatividade (BUTLER, 1993). Ou seja, quando alguém se declara homem, por exemplo, é porque desempenha dos papéis tradicionalmente considerados masculinos. A sociedade, como um todo, possui ideias do que é adequado para determinado gênero, e cabe aos indivíduos performatizarem esses papéis, ou, como coloca a autora,

[...] é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser (BUTLER, 2003, pg. 59).

A medida que a relação de Raul e Saul evolui e ambos se aproximam, esses papéis vão se quebrando. Se no início *“tentaram afastar-se quase imediatamente, deliberando limitarem-se a*



um cotidiano oi, tudo bem ou, no máximo, às sextas, um cordial bom fim de semana, então”, com o passar do tempo passam a ir aos eventos organizados pelas colegas de trabalho, “mas quase sempre enfiavam-se pelos cantos e sacadas para contar suas histórias intermináveis”. Ana Paula Trofino Ohe (2010), esmiuça a quebra de papéis existente no conto,

Se até então Raul e Saul correspondiam aos papéis que caracterizam a ideia dominante de masculinidade, a aproximação de ambos faz com que esses papéis comecem a deixar de corresponder àquela imagem inicial: homens heterossexuais disponíveis para relacionamentos. (OHE, 2010, p. 28)

A partir do momento em que essa quebra de papéis acontece para os colegas de trabalho, o estigma da homossexualidade é projetado nos personagens. E o estigma, por natureza, apaga todas as qualidades que antes poderiam ser valorizados na pessoa estigmatizada. Se antes as moças da repartição “[...] casadas, solteiras, ficaram nervosas quando eles surgiram, tão altos e altivos”, agora “[...] As moças em volta espiavam, às vezes cochichando sem que eles percebessem”.

Toda essa questão de papéis e de performatização, junto com o cuidado demonstrado pelos personagens em não assumir publicamente a existência de uma relação amorosa entre si, tem amparo na obra de Erving Goffman, *Comportamento em Lugares Públicos* (1963), segundo a qual as interações humanas, em especial nos espaço públicos, são sempre performativas. Isso permite esmiuçar os personagens de Raul e Saul, de tal maneira que pode-se concluir que ambos só demonstram suas verdadeiras “faces” quando estão juntos, Ou seja, é apenas nos momentos de intimidade que ambos se permitem tocar, elogiar e debater os anseios e desejos mais íntimos.

CONCLUSÕES

Neste conto a homossexualidade não está explícita, a ênfase está nas consequências sofridas pelas pessoas devido ao possível envolvimento homoafetivo, bem como na troca de carinhos não sexuais.

A análise do conto na perspectiva da sexualidade proposta pelos autores citados mostra que a homossexualidade é muitas vezes vista como algo imoral, algo não digno, principalmente porque considera-se o caráter sexual da relação como impuro. Devido a essa forma de perceber a relação entre duas pessoas do mesmo sexo, eles desempenhavam papéis diferentes quando estavam juntos e quando estavam na presença dos colegas de trabalho. Além disso, justamente essa tonalidade sexual que o autor oculta na narrativa, mostrando que se ela não for considerada, ou enfatizada, um casal homossexual é comum como qualquer dupla de amigos.



PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Caio Fernando. **Aqueles Dois**. In: Morangos Mofados. São Paulo: Editora, 1994.

BUTLER, Judith. **Bodies that Matter: On the Discursive Limits of 'Sex'**. New York and London: Routledge, 1993.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Vozes. 1985

JÚNIOR, Luiz Fernando Lima Braga. **Caio Fernando Abreu: Narrativa e Homoerotismo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG. 2006



PARTO NO BRASIL: COLONIALIDADE, EUROCENTRISMO E RELAÇÕES DE PODER

FONSECA, Inara

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade
Federal de Mato Grosso
Bolsista CAPES
inarafferreira@gmail.com*

278

LEITE, José

*Professor Associado VI da Universidade Federal de Mato Grosso
jcleite343@gmail.com*

RESUMO

Este trabalho pretende analisar e compreender a realidade obstétrica brasileira através das perspectivas dos estudos decoloniais, da crítica antropológica e do feminismo decolonial. Para isso, tratamos do desenvolvimento dos saberes e da prática obstétrica dialogando com alguns conceitos derivados de tais abordagens. Escolhemos a opção decolonial (epistêmica, teórica e política) crendo que é necessária uma renovação crítica e utópica nas produções científicas na América Latina, a qual compreenda e atue no mundo a partir de saberes outros que não o eurocêntrico. Quanto a crítica feminista, acreditamos que nada mais justo que num trabalho no qual se pretenda investigar a condição das mulheres grávidas, haja vozes de mulheres analisando criticamente as práticas de parturição num contexto sócio-histórico. Interessa-nos compreender como o eurocentrismo como subjetividade hegemônica colaborou para formação do cenário obstétrico atual brasileiro.

Palavras-chaves: colonialidade, eurocentrismo, parto.

ABSTRACT

This paper aims to analyze and understand the Brazilian obstetric reality through the perspectives of decolonial studies, anthropological critique and decolonial feminism. For this, we take care of the development of knowledge and obstetric practice dialoguing with some concepts derived from such approaches. We chose the decolonial option (epistemic, theoretical and political) believing that it is necessary a critical renewal and utopian in scientific production in Latin America, which understand and act in the world from knowledge other than the eurocentric. The feminist critique, we believe it is fair that a work in which it is intended to investigate the condition of pregnant women, there are women's voices critically analyzing the childbirth practices in a socio-historical context. We are interested in understanding how eurocentrism as the hegemonic subjectivity collaborated to form the current obstetric Brazilian scene.

Key-words: colonialidad, eurocentrism, labor.



INTRODUÇÃO

Madrugada, 1º de abril de 2014, Adelir Carmen Lemos de Goes, 29 anos, em trabalho de parto aguarda juntamente com o marido e sua doula¹ o momento ideal para dirigir-se ao hospital e ter o tão sonhado parto normal. Entre uma contração e outra, recebe massagens da doula. O marido oferece castanhas para que tenha mais energia, afinal não sabem quantas horas o parto durará. A doula faz exercícios de agachamento juntamente com Adelir, o movimento ajuda a parir, relembra a profissional. Em toda a casa, ressoa o som calmo das músicas meditativas, escolhidas a dedo por Adelir e o marido durante o período gestacional. A campainha toca. Todos se surpreendem, quem poderia ser àquela hora? Na porta, um oficial de justiça acompanhado de dois policiais armados indica que Adelir não terá direito a escolher o seu parto: ela deve partir imediatamente para o hospital e realizar uma cirurgia cesárea. Adelir tenta resistir, mas é informada que possuem um mandato judicial. Adelir, então, é amarrada na ambulância, medicada e nada mais vê. No hospital, o marido e a doula são impedidos de entrar na sala cirúrgica, embora Adelir tenha garantido por lei (PL11108/2005) o direito a acompanhante. Adelir é submetida a uma cirurgia cesariana contra sua vontade.

Apesar de uma parcela da descrição do relato ser ficção, a história, os personagens, a coerção estatal e os abusos não o são. Na cidade de Torres (RS), Adelir sofreu uma série de violências obstétricas em decorrência de uma denúncia médica. De acordo com Adelir², durante à tarde do dia 31 de março, a parturiente havia se consultado com uma obstetra, no Hospital Nossa Senhora dos Navegantes, e a médica ordenado internação para realização de uma cirurgia cesárea. Recebendo uma negativa de Adelir, que se sentindo bem retornou para sua casa, a obstetra acionou a Justiça em nome do bem-estar do nascituro (supostamente a gravidez era de risco e o parto normal prejudicaria o bebê) para concessão de liminar, condução e intimação. Um mandato foi expedido no mesmo dia. O caso, amplamente divulgado pela mídia, mobilizou profissionais da área da saúde, da sociedade civil e foi considerado um grave desrespeito aos direitos humanos.

Embora outras situações de coerção estatal no parto não sejam constantemente midiáticas, as relações de poder e a violência no momento do parto são comuns no Brasil³.

¹ Profissional do sexo feminino que acompanha a mulher grávida no pré-parto, nascimento e pós-parto a fim de garantir conforto físico e emocional a parturiente.

² Entrevista cedida a jornalista Anelize Moreira, da Rede Brasil Atual, em 07/04/2014. Disponível em: <https://soundcloud.com/redebrasilatual>

³ De acordo com pesquisa *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços públicos e privados - 2010*, realizada pela Fundação Perseu Abramo, uma em cada quatro mulheres brasileiras sofre algum tipo de violência durante o parto.



Este trabalho é parte da pesquisa de doutorado intitulada atualmente como *A colonialidade do parto: hierarquização dos saberes e condição das mulheres grávidas no Brasil* e tem como objetivo demonstrar como o eurocentrismo como modo hegemônico de subjetividade foi fundamental para constituição do cenário obstétrico atual brasileiro. Para isso, tratamos do desenvolvimento da prática obstétrica dialogando com alguns conceitos derivados da perspectiva decolonial e da crítica feminista através da revisão bibliográfica.

1. A COLONIALIDADE DO PODER

Em *O encobrimento do Outro – a orixe do mito da Modernidade*, Dussel (1992) explica que o primeiro momento da constituição histórica da Modernidade deu-se entre 1492 e 1636. Para o filósofo, ao tratar do fato Habermas comete um equívoco ao apontar que apenas a Revolução Francesa, a Reforma Protestante e o Iluminismo foram constitutivos da Modernidade. Dussel defende que foi justamente o descobrimento e a conquista da América que permitiram a constituição do ego moderno.

De acordo com Dussel, antes do descobrimento, o mundo para a Europa Ocidental se dividia em três partes: Europa-África-Ásia. Sendo a segunda, na perspectiva eurocêntrica e racista, indigna de constar na história universal devido ao caráter bruto que sua população se encontrava (HEGEL, x) e a última em processo de desenvolvimento. É entre 1502 e 1506 que, ao descobrir uma quarta parte na Terra, a Europa “produz uma auto interpretação de si mesma” (DUSSEL 1992:41) – de provinciana e renascentista, ela torna se moderna. Assim, com o surgimento da Modernidade, a Europa Ocidental constitui-se como centro do mundo e coloca todas as demais culturas como periféricas.

Quijano (2005) afirma que três fatores colaboraram para esse eurocentramento: 1) controle do ouro das colônias na América que assegurava uma posição de privilégios; 2) vantajosa localização na vertente do Atlântico por onde eram feitas as rotas do mercado mundial; 3) controle do mercado mundial (capital comercial, trabalho e recursos de produção) devido a progressiva monetarização que os metais preciosos da América estimulavam e permitiam. Do eurocentramento, surgia uma relação assimétrica entre o centro e as demais periferias, tanto na produção de conhecimento como na distribuição do poder.

A noção de colonialidade do poder, conceito criado por Anibal Quijano (1989), é amplamente utilizada pelos autores decoloniais para denunciar a persistência de estratégias de dominação coloniais após o fim do processo de colonização dos países da América Latina. De



acordo com Castro-Gómez e Grosfoguel (2007) o conceito decolonial surge para transcender o discurso de que com o fim das administrações coloniais ocorre a transformação das antigas colônias em Estado-nação.

A expressão “colonialidade do poder” designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. Os Estados-nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da “colonialidade global” imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do Pentágono e da OTAN. As zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial. (GROSFOGUEL, 2008:16)

Os estudos decoloniais apontam que se a política imperialista de colonização se findou, as estratégias de relações de poder produzidas por ela permanecem na América Latina. Sobre isso, Quijano afirma que o processo de nacionalização das sociedades no tempo moderno ocorreu através de uma relativa (dentro dos limites do capitalismo), mas importante e real democratização do controle de trabalho, dos recursos produtivos e do controle de gestão das intuições públicas. Fato que jamais ocorreu na América Latina, visto que não houve uma revolução nacional, social e racial. Ou seja, uma descolonização real do poder.

Para Anibal Quijano a noção de poder que temos hoje se relaciona com a consolidação da América como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial. O autor explica que a constituição da América e o desenvolvimento do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado estruturam a colonialidade do poder, pois elementos coloniais da forma de distribuição do poder passam a ter um alcance mundial. Com os dois processos históricos convergidos e associados estabelece-se a raça (suposta distinção na estrutura biológica que coloca uns em função de superioridade em relação a outros) como eixo fundamental do novo padrão de poder. Para Quijano, a ideia de raça, constituída dentro da relação Europa/centro→colônia/periferia, legitimou e reforçou as relações de dominação e exploração impostas pelas conquistas europeias, possibilitando assim a formação de hierarquias entre os saberes específicos de cada grupo racial. Utilizaremos os argumentos derivados da colonialidade do poder não para falar de raça, mas de uma das relações de poder mais antigas: a dominação de gênero, exposta aqui através da análise do modelo hegemônico de assistência ao parto.



2. O EUROCENTRISMO NA COLONIALIDADE DO PARTO

Historicamente, as práticas de parturição nem sempre estiveram centralizadas. Robbie Davis-Floyd (1984), em *Birth as an American rite of passage*, narra que apenas no século XVIII, acompanhando uma série de transformações na atenção à saúde de um modo geral, o parto começa a ser vivenciado através da lógica do pensamento científico ocidental. Até então, os partos eram uma experiência feminina, na qual as mulheres eram auxiliadas por outras mulheres (parteiras, mães, irmãs, amigas, etc.) através de chás, rezas, massagens e rituais próprios de cada cultura. Nesse cenário, o parto era um evento privado, familiar e exclusivista (homens não eram bem-vindos) e os conhecimentos eram repassados para cada mulher através da história oral e da memória, ou seja, através da própria prática. O parto, portanto, era encarado como uma questão biológica, social e cultural.

Com advento da modernidade, é estabelecida uma ordem “correta e natural” para parir instituindo-se assim uma hierarquização dos saberes. Brigitte Jordan (1993) explica que o saber obstétrico, originário das primeiras faculdades de Medicina europeias, inseriu-se na sociedade de forma autoritária deslegitimando e desautorizando outras formas de conhecimento. De acordo com Brenes (1991), o conhecimento obstétrico apropriou-se do saber tradicional das parteiras, para logo depois bani-las da assistência ao parto corroborando para a hierarquização dos saberes e propagação da racionalidade técnica eurocentrada.

Assim como a história do desenvolvimento da clínica médica obstétrica europeia é marcada por violências e relações assimétricas, a da brasileira também é por estratégias de dominação. Del Priori (1993), em *Ao Sul do Corpo. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*, narra que o modelo civilizatório de normatização dos corpos femininos é feito no Brasil Colônia majoritariamente através dos discursos e das práticas da Igreja e dos médicos. Com a necessidade de dominar a colônia, o modelo europeu é transportado para o Brasil, “o trópico dos pecados”, e para as mulheres a maternidade torna-se sinônimo de remissão. No âmbito das práticas de parturição, o parto com mínimo de dor e com o corpo nu das mulheres indígenas é associado ao pecado. A autora narra que o discurso religioso era apoiado pelo normativo médico que ao estudar o funcionamento do corpo da mulher compreendia que ele servia apenas para um propósito: procriar. E gerar de uma maneira específica, circunscrita nas práticas morais e éticas desenvolvidas pela ciência europeia.



Dussel (1992) aponta que a colonização da vida cotidiana da população indígena foi o primeiro processo europeu de modernização. Os ataques aos saberes locais eram a prática necessária para a conquista e a domesticação do modo como os nativos viviam e reproduziam a vida humana. Era necessário alienar o Outro como o Mesmo para dominá-lo. Mignolo (2010:12) aponta que a matriz colonial do poder “é uma estrutura de níveis entrelaçados”, assim há colonialidade em vários níveis, incluindo nos saberes. A colonialidade do saber está diretamente ligada com a dimensão epistemológica. Quijano explica que para legitimar a epistemologia colonial eurocentrada os colonizadores exerceram operações para o controle das subjetividades: 1) expropriaram as populações colonizadas; 2) reprimiram as formas de produção de conhecimento dos colonizados; 3) forçaram a aprender a cultura dos dominantes.

A expansão do colonialismo europeu expandiu a perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela a naturalização das relações coloniais entre europeus e não europeus. Assim, a epistemologia colonial se espalha: a perspectiva europeia racionalista deve se impor a outras visões de mundo. O processo de invisibilidade e alienação das formas de existências não-europeias (indígenas e negros) é fundamental para compreensão de como ainda hoje admitisse a “ideologia eurocêntrica sobre a modernidade como uma verdade universal” (QUIJANO, 2005:24). Da colonização construiu-se a América Latina atual que embora jamais se constituirá como o Mesmo insiste em identificar-se com o ideal eurocentrado. Excluindo e deslegitimando as práticas cotidianas das populações a margem do sistema mundo patriarcal e capitalista, ainda que novas identidades ditas nacionais tenham sido assumidas com o fim do período colonial.

Para Lander (2005), o discurso científico é uma das estratégias mais eficazes para naturalizar as relações sociais assimétricas e o entendimento da realidade. Com uma concepção de sociedade que se pretende hegemônica e universal o conhecimento outro e o conhecimentos do Outro é impedido de se desenvolver. A diversidade de saberes e experiências são substituídas por intersubjetividades eurocentradas.

No caso do parto, com o eurocentrismo “como modo de produção e de controle da subjetividade e, em especial, do conhecimento” (QUIJANO, 2005:10), a experiência da parturiência torna-se engendrada pela racionalidade técnica e quaisquer outras vias que não sejam a medicalização no parto são reprimidas. O reflexo dessa lógica é claramente visualizado nos dados estatísticos sobre as práticas de parto no Brasil. Ainda que sejamos fruto da mistura de raças, a diversidade de saberes na partagem desaparece quase que totalmente para reinar



nos espaços públicos ou privados a biomedicina. Saberes científicos desenvolvidos no início da obstetrícia se perpetuam e ao mesmo tempo se atualizam com novas práticas cada vez mais tecnocráticas, como a cirurgia cesariana como método mais seguro de parturição.

De acordo com o *Estado Mundial de la infancia 2014*, pesquisa realizada pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF), e com a Pesquisa Nacional sobre Parto e Nascimento *Nascer no Brasil*, realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculada ao Ministério da Saúde e divulgada em 2014, o Brasil é campeão mundial em cesárea com aproximadamente 50% dos nascimentos mediante essa prática na esfera pública. Em clínicas privadas, os nascimentos por cesárea alcançam cerca de 90%. A realidade brasileira acompanha a de quase toda América Latina, o México, por exemplo, fica em 2º lugar no *ranking* das cirurgias cesáreas com 46%, seguido pela Columbia (44%) e pela República Dominicana (42%).

Emily Martin (2001), em *The Woman in the body: a cultural analysis of reproduction*, destaca que a cirurgia cesárea, no âmbito da assistência ao parto, tornou-se a maior representante da prática tecnocrática e industrial. Associada com linha de produção em série, a cesariana deixa de ser instrumento para salvar vida das mulheres grávidas e de recém-nascidos e entra na lógica do mercado. A pesquisa *Trajetória das mulheres na definição pelo parto cesáreo*, realizada pela Fiocruz em 2008, aponta que no início do pré-natal, 70% das mulheres acompanhadas não tinham a cesárea como preferência. Entretanto, 90% acabaram tendo seus filhos e filhas assim. O convencimento pelo qual essas mulheres passaram estaria ligado mais ao bem-estar ou a questões sócios-econômicas? Já que para um hospital e para os médicos, a cirurgia cesárea é uma possibilidade de controlar variáveis (data, tempo de duração e custo) que não são controláveis em um parto normal.

Dialogando com Jordan nos parece que o conhecimento obstétrico instituído pela biomedicina – com ênfase no profissionalismo, burocracia hierárquica e tecnologia especializada – colabora mais para manutenção da distribuição de poderes do que para uma experiência positiva da parturição.

3. O PARTO E A COLONIALIDADE DE GÊNERO

“Vou dar logo no cu!” Fala de um médico plantonista em resposta a um pedido realizado no meio da noite para prescrição de medicação para dor na cicatriz da episiotomia. Prescreveu um anti-inflamatório via retal.

**Maternidade Pró-Matre, Vitória-ES. (PARTO DO PRINCÍPIO – MULHERES EM REDE PELA MATERNIDADE ATIVA, 2012: 138)**

No ano de 2000 dois importantes fatos ocorreram para o possível melhoramento da condição das mulheres grávidas brasileiras: 1) o Brasil, junto com mais 189 países, assinou o compromisso de redução de 75% da mortalidade materna até 2015; 2) políticas públicas de humanização a assistência da saúde sexual e reprodutiva das mulheres começaram a ser instauradas e incentivadas pelo Ministério da Saúde. Concomitantemente, nos últimos 10 anos, a Medicina Baseada em Evidências tem desenvolvido estudos profícuos na tentativa de deslegitimar algumas práticas enraizadas nos saberes obstétricos (reproduzidos pela a maioria das faculdades de Medicina), como a episiotomia, e de propagar novas alternativas para as práticas de parturição.

Entretanto, o impacto dessas iniciativas não assume materialidade visto que permanecemos com elevadas taxas de mortalidade materna e de violência obstétrica. De um lado temos, entre 2000 e 2009, um coeficiente de mortalidade materna no país de 65,13 mortes maternas a cada 100 mil nascidos vivos, sendo o parto e o puerpério responsáveis por 17,1% dos óbitos maternos (FERRAZ e BORDIGNON, 2012). Do outro, humilhações, constrangimentos, procedimentos médicos sem autorização, negligências, mordaza e restrição de informações no cotidiano das práticas de parturição brasileiras.

Davis-Floyd assinala que, na Modernidade, o parto deixa de ser vivenciado como um ritual de passagem, o qual acarreta transformações corporais, familiares e sociais, para se restringir à dimensão biológica. Essa visão anatomopatológica imposta ao longo dos últimos séculos, principalmente no Ocidente, através de políticas estatais e do desenvolvimento da clínica médica, transforma o hospital no único local para o momento do parto. Se a instituição do hospital como local oficial da assistência ao parto pode ser considerada um dispositivo de colonialidade do saber (na medida que colabora na produção e manutenção da hierarquização dos saberes), também pode ser de colonialidade de gênero.

Ao normatizar e engendrar o corpo feminino num modelo único inventando a partir de um imaginário eminentemente masculino, embora se afirme científico, o médico torna-se protagonista do evento e não a mulher. Uma relação assimétrica entre curador e paciente é então estabelecida. Vale ressaltar que a mulher durante anos não teve espaço dentro das universidades, assim o desenvolvimento do conhecimento médico especializado obstétrico foi eminentemente masculino.



A antropóloga também argumenta que o atual modelo hegemônico, intervencionista e tecnocrático, no campo da parturição reproduz a lógica do patriarcado: construindo o imaginário social do corpo da mulher como um ente fraco que necessita da intervenção e controle da tecnologia masculina. Assim, o nascimento passa para o controle do homem branco médico, as intervenções no corpo feminino são legitimadas e práticas que desfavorecem a parturiente são instauradas sendo propagadas até hoje. Davis-Floyd demonstra que muitas das práticas obstétricas que ocorrem rotineiramente nos hospitais não são cientificamente eficazes, mas sim rituais simbolicamente fortes que reafirmam o domínio da ciência masculina. Como exemplo, temos a posição litotômica (mulher deitada de costas com as pernas erguidas e abertas) a qual, se facilita que o médico apare o bebê no momento do expulsivo no parto normal, em nada favorece a parturiente, já que a força da gravidade ajudaria a mulher grávida a expelir o bebê caso ela estivesse de cócoras ou em pé.

Fica claro que a construção sócio-histórica da clínica médica obstétrica acompanhou a lógica de dominação do corpo da mulher. Se as relações de poder foram instauradas no campo da parturição tanto para as mulheres do centro (europeias) quanto para as da periferia (latino-americanas), por que as realidades obstétricas se diferem tanto? Por que nas estatísticas sobre cirurgias cesarianas e violência obstétrica os países da América Latina ocupam os primeiros lugares?

María Lugones (2014), em *Rumo a um feminismo descolonial*, afirma que a dicotomia central da Modernidade colonial se localiza na hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano. No processo de colonização toda a população indígena e negra era vista como animais bestializado, ou seja, não humanos. A autora explica que a leitura do colonizador dos corpos se dava pelo dimorfismo aparente da forma, assim os não humanos poderiam ser machos ou fêmeas, mas não se atualizavam em homens e mulheres.

Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental. Ela veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres. Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/ agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e



razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. (LUGONES, 2014:936)

Ao apontar a não humanidade da população colonizada a autora defende que “a consequência semântica da colonialidade do gênero é que “mulher colonizada” é uma categoria vazia: nenhuma mulher é colonizada; nenhuma fêmea colonizada é mulher” (LUGONES, 2014:939). Se Beauvoir (1980) enunciava que torna-se mulher através da construção social, Lugones surge afirmando que indígenas, negras, latino-americanas sequer se enquadram na categoria universal de mulher, sendo necessária a criação de outra categoria para as especificidades das mulheres que passaram pelo processo de colonização.

Em *Colonialidad y género*, Lugones (2008) cita estudos sobre tribos nativo-americanas gineocráticas focadas no espiritual nas quais a fêmea é altamente valorizada pois simboliza o princípio da deidade feminino, como consequência desse pensamento a equidade entre os sexos era preservada. “*La Vieja Mujer Araña, La Mujer Maíz, la Mujer Serpiente, la Mujer Pensamiento son algunos de los nombres de creadoras poderosas*”. (LUGONES, 2008:89). Além das sociedades ameríndias, a autora também traz uma pesquisa sobre a sociedade africana Yoruba, onde não havia um sistema de gênero institucionalizado tendo surgido apenas após a colonização relações de gênero binárias e hierárquicas. Antes, os corpos femininos e masculinos podiam ser *obinrin* ou *okunrin* não sendo construídos biologicamente.

A autora traz os exemplos para demonstrar como, antes da colonização, muitas sociedades não se organizavam socialmente através da lógica de gênero. O que nos leva considerar que se o patriarcado foi fundamental para desenvolvimento e constituição do capitalismo na sociedade europeia, a colonização foi fundamental para o desenvolvimento e constituição do patriarcado em muitas sociedades da América Latina que tiveram, assim, suas bases estruturais modificadas. Lugones aponta que rapidamente os machos colonizados incorporaram a lógica de gênero do colonizador e passaram a subjugar aquelas que seriam pares. Dentro de uma conjuntura de opressão seria a oportunidade dos homens não humanos estabelecerem uma relação de poder e, quem sabe, se atualizarem em homens.

Com a dominação colonial, as tribos gineocráticas sofrem transformações importantes, e chegam a ser destruídas para se tornarem tribos patriarcais. As mudanças nas bases das instituições vigentes, causam impactos extremamente negativos, que podem ser a dizimação de populações pela



fome, doenças, e rompimento das estruturas sociais, espirituais e econômicas. (LUGONES, 2007, p. 199, tradução minha).

Para nós o pensamento de Lugones parece fundamental para uma compreensão da realidade obstétrica atual. Com o eurocentrismo como subjetividade hegemônica, fica claro que a colonialidade do poder, do saber e do gênero se materializam diariamente no Brasil. Suspeitamos, e usamos o verbo em face do caráter ainda inicial da pesquisa, que as fêmeas latino-americanas ainda não se atualizaram em mulheres. Talvez essa hipótese explicasse a naturalização sistêmica da violência obstétrica (e de outras formas de violência), do controle dos corpos femininos e da mercantilização do parto através das cirurgias cesarianas. Tendo passado por um processo sócio histórico de relativa distribuição do poder, as mulheres europeias se atualizaram em mulheres. Conquistando, assim, mais direitos sociais, o que poderia inferir nas boas práticas no campo da parturição e conseqüentemente nas estatísticas relativas ao parto no mundo. Quanto a nós, jamais fomos mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre as práticas de parturição demonstram que aparentemente a violência obstétrica no Brasil não diferencia classe ou idade: basta que seja fêmea. Estatisticamente, o país é campeão em cirurgias cesarianas e em violência obstétrica tendo o fato sido classificado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como epidêmico. Apesar dos dados, a naturalização do saber biomédico como única alternativa legítima tem fortalecido a racionalidade técnica dentro das práticas de assistência ao parto, na medida que contribui para um processo de “patologização” do parto através da construção de uma cultura de medo que desqualifica o corpo feminino como sujeito de sua própria experiência.

Através do cruzamento das perspectivas antropológicas e decoloniais, fica claro que: 1) o modelo hegemônico de assistência ao parto impossibilita a diversidade de experiências e simbolismos relativos a tal evento; 2) a biomedicina pode ser compreendida como um projeto de colonialidade e, portanto, produtora de assimetrias e relações de poder; 3) a colonialidade do gênero se materializa no cotidiano das práticas de parturição colaborando para naturalização da violência obstétrica.

Um provérbio africano afirma que *“hasta que los leones tengan sus propios historiadores, las historias de cacería seguirán glorificando al cazador”*. Dialogando com Davis-Floyd, acreditamos ser necessário construir novas perspectivas teóricas-práticas de



assistência ao parto que valorizem o conhecimento da mulher sobre o seu próprio corpo e a diversidade de saberes existentes, descolonizando as relações de gênero e de saberes. Mais, se o eurocentrismo – como estratégia de dominação colonial – permanece nas obscuridades da Modernidade faz-se mais do que necessário construir uma teoria de gênero crítica não-eurocentrada. Só será possível despatriarcalizar, se primeiro nos descolonizarmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Fundação Perseu. *Mulheres Brasileiras e Gênero Nos Espaços Público e Privado*, 2010. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf>
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. As cesarianas no Brasil: situação no ano de 2010, tendências e perspectivas. (Cap. 16). In: *Saúde Brasil 2011 : uma análise da situação de saúde e a vigilância da saúde da mulher*. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação de Saúde. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012.

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo: A Experiência Vivida*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSGOUEL. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico, em CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSGOUEL, Ramon (coords.) *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

DEL PRIORI, Mary. *Ao Sul do Corpo. Condição feminina, matemidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Brasília, Rio de Janeiro: EdUnB, José Olímpio, 1993.

DAVIS-FLOYD, R. *Birth as an American rite of passage*. Berkeley: University of California Press, 1984.

_____; SARGENT, Carolyn F. *Childbirth and the authoritative knowledge : cross-cultural perspectives*. Berkeley: University of California Press, 1997.

DINIZ, Carmen Simone Grillo. *Assistência ao parto e relações de gênero: elementos para uma releitura médico-social*. Dissertação (Mestrado em Medicina Preventiva) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

DOSSIÊ Humanização do Parto/Rede Nacional Feminista de Saúde. Direitos sexuais e direitos reprodutivos – São Paulo, 2002.

JORDAN, Brigitte. *Birth in four cultures: a cross-cultural investigation of childbirth in Yucatan, Holland, Sweden and the United States*. Long Grove: Waveland Press, 1993.



LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In _____. (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LUGONES, María. Colonialidad y género, *Tabula Rasa*. Bogotá - Colombia, No.9: 73-101, julio-diciembre 2008.

_____. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014.

MARTIN, Emily. *The women in the body*. Boston: Beacon Books, 2001.

MIGNOLO, Walter. *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Argentina: Ediciones del signo, 2010

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In Edgardo Lander (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005.

_____. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Estudos Avançados*, v.19 n.55 São Paulo set./dez. 2005

TORNQUIST, Carmen Susana. *Parto e poder: o movimento pela humanização do parto no Brasil*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

UNICEF. *El Estado Mundial de la infancia 2014*. Disponível em: <http://www.unicef.org/spanish/sowc2014/numbers/>



UM ESTUDO SOBRE MULHERES COTISTAS NA UFABC

RAMOS, Jussara Ap. Fernandes

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em
Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC*
jussara.ramos@ufabc.edu.br

PINEZI, Ana Keila Mosca

Professora Associada da Universidade Federal do ABC
ana.pinezi@ufabc.edu.br

291

RESUMO

O Brasil ainda mostra traços notáveis de machismo. Isso se mostra, entre outras situações cotidianas, pelo alto índice de ocorrências ligadas à violência contra a mulher e à menor remuneração das mulheres em relação à dos homens que exercem os mesmos cargos. Quando essa desigualdade compreende também a raça, as mulheres negras estão em uma situação de maior vulnerabilidade ainda. Elas, quando escolarizadas, possuem as piores médias salariais se comparadas às da mulher branca, por exemplo. Nessa luta por melhores condições de vida, a Educação aparece como possibilidade para mudar esse quadro e viabilizar a ascensão social desse grupo marginalizado. Nesse aspecto, o sistema de cotas implementado pelas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, especificamente nas IES federais, mostra-se como uma possibilidade de mitigar a situação de marginalização e discriminação em que se encontram as mulheres negras, dentre outros grupos socialmente vulneráveis. Diante desse quadro, o objetivo central desta pesquisa é analisar a trajetória de alunas afrodescendentes cotistas, ingressantes na UFABC no ano 2012.

Palavras-chave: Ação afirmativa; Educação; Cotas afrodescendentes.

ABSTRACT

Brazil still shows remarkable traits of male chauvinism. It has been showed, among other everyday situations, the high rate of incidents related to violence against women and lower payment of women compared to the men salaries who work at the same positions. When this inequality also includes race, black women are still in a situation of greater vulnerability yet. They, when educated, have the worst average salaries compared to the white women, for example. In this struggle for better conditions of life, education appears as a possibility to change this situation and enable the upward mobility of this marginalized group. In this respect, the racial quota system implemented by the Higher Education Institutions (HEIs) public, specifically in federal IES, shows up as an opportunity to mitigate the situation of marginalization and discrimination that black women are, among other socially vulnerable groups. According to this situation, the aim of this research is to analyze the trajectory of Afro-descendant students that joined UFABC in 2012 using the racial quota system.

Key-words: Affirmative action; Education; Racial quotas.



INTRODUÇÃO

Esse trabalho é parte integrante da pesquisa de mestrado em andamento que tem como objeto de estudo a política de cotas para acesso à universidade pública. A pesquisa visa analisar a trajetória de alunas cotistas afrodescendentes da Universidade Federal do ABC (UFABC) e compreender de que forma essas alunas pensam sua inserção na universidade e como a questão do gênero e da raça, marcadores sociais, são (res)significados no ambiente acadêmico universitário. A UFABC é uma universidade pública criada em 2006 que nasce com um percentual (50%) significativo de suas vagas destinado a cotas para candidatos oriundos de escola pública e, dentro dessa categoria, um percentual voltado para negros e indígenas, ou seja, são também cotas etnicorraciais.

Em 2008 quando assumi o cargo de técnica administrativa na UFABC pude constatar que o público estudantil ainda era um público formado por maioria de jovens brancos(as) e poucos negros(as). Ao longo dos anos, esse quadro foi mudando e acredito que muito dessa mudança se deva à implementação da política de cotas na universidade. Hoje, depois de sete anos, podemos verificar um público estudantil um pouco mais diversificado, com algumas histórias pontuais de alunos(as) que superaram suas condições adversas e conquistaram seu espaço. Entretanto, essas histórias são individuais e não retratam uma totalidade. Foi por isso que me propus a estudar estudantes cotistas, mais especificamente alunas cotistas afrodescendentes.

Neste trabalho, então, pretende-se analisar a trajetória de alunas afrodescendentes cotistas ingressantes na UFABC no ano 2012. Esse recorte se deu em função da maior possibilidade dessas alunas terem percorrido uma grande parte de sua trajetória acadêmica na graduação e já estarem em rumo da conclusão de seu curso, o que proporciona uma maior vivência dessas alunas no ambiente universitário.

E por que concentrar a pesquisa na aluna negra, porque o objetivo central desse trabalho é compreender como a questão de gênero e raça para alunas cotistas são marcadores sociais importantes que identificam seu lugar social na universidade.

A partir desse objetivo formulamos a hipótese de que o acesso ao ensino superior público propiciado pelas cotas interrompe o processo de exclusividade do ensino público pelas(os) jovens das classes mais favorecidas economicamente, entretanto não interrompe o preconceito e a discriminação racial demonstrando que o racismo brasileiro se reproduz culturalmente de maneira implícita e assimilacionista.



A experiência de ser mulher negra está concretizada nas diferentes formas de entrecruzamento das desigualdades sofridas no preconceito e na discriminação racial vivida pela mulher afrodescendente. Para Crenshaw (2002), o problema interseccional reside no fato de que uma gama de violações de direitos humanos fica obscurecida quando não se consideram as vulnerabilidades de mulheres marginalizadas.

Para o desenvolvimento desse trabalho será utilizada a análise qualitativa que foi definida de acordo com a proposta de pesquisa que tem como objeto a compreensão aprofundada de um aspecto, relativo ao acesso e à permanência no espaço universitário, de um grupo social específico.

Na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc (GOLDENBERG, 1997, p.14).

De certo que a pesquisa qualitativa produzirá resultados subjetivos, visto que seus resultados não poderão ser testados ou generalizados. Entretanto, conforme aponta Goldenberg (1997) serão os procedimentos metodológicos utilizados que a tornarão menos subjetiva possível. Além disso, a subjetividade é parte fundamental da compreensão de mundo dos indivíduos. Portanto, pretende-se analisá-la, com base no referencial teórico-metodológico utilizado.

Diante dessa subjetividade é extremamente necessária muita atenção para que o objeto estudado não se torne um objeto produzido conforme os valores da pesquisadora, pois, de acordo com Goldenberg (1997), a simples escolha do objeto foi realizada conforme meus significados e compreensão do meio social em que vivo.

A realidade (familiar ou exótica) sempre é filtrada por determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada. Mais uma vez não estou proclamando a falência do rigor científico no estudo da sociedade, mas a necessidade de percebê-lo enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa (VELHO, 1978, p.42-43).

Como o objetivo desse estudo é aprofundar o conhecimento sobre um grupo social específico, optamos por utilizar o método etnográfico, que pressupõe a entrevista aberta e a observação participante, além do trabalho de campo.

Com esses procedimentos já utilizados e ainda em curso, espera-se entender o significado de um contexto social para uma determinada parcela de alunas cotistas NEGRAS da



Universidade Federal do ABC (UFABC), sua trajetória acadêmica, suas dificuldades e sua percepção de pertencimento (ou não) do grupo universitário.

1. *Etapas da pesquisa*

Como este estudo está voltado para a análise de alunas cotistas afrodescendentes ingressantes no ano de 2012, fez-se necessário o acesso ao banco de dados cadastrais da Pró-Reitoria da Graduação dos(as) alunos(as) para a identificação dessas alunas. Para tanto, foi elaborado um pedido formal junto à Pró-Reitoria de Graduação para o acesso aos dados das alunas cotistas como e-mail, curso de ingresso e coeficiente de rendimento (CR).

No primeiro contato com a Pró-Reitoria de Graduação deixei clara a minha preocupação com o sigilo das informações cedidas para que as alunas não se sentissem constrangidas na minha abordagem inicial que foi feita via e-mail. Assim, tive acesso aos e-mails de todas as alunas regulares da UFABC, sem a distinção de cotas. Enviei e-mail para todas as alunas, especificando que a pesquisa era sobre cotas e que precisava de voluntárias cotistas raciais afrodescendentes.

Paralelo ao acesso dos e-mails obtive também acesso as vagas disponibilizadas para as cotas no edital de ingresso de 2012 e sua posterior efetivação na concretização das matrículas por curso:

Tabela 1 – Quadro geral de vagas disponibilizadas por curso para o ingresso de cotistas em 2012 e sua tipologia

	Tipo de cota	Vagas	Total
Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	Candidatos que se declararem de origem indígena	4	780
	Candidatos que se declararem negros	270	
	Candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em instituições públicas de ensino	506	
Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Humanidades	Candidatos que se declararem de origem indígena	2	200
	Candidatos que se declararem negros	70	
	Candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em instituições públicas de ensino	128	

(Site: PROGRAD, disponível em <http://prograd.ufabc.edu.br/ingressos-antiores> – Edital de ingresso 132/2011)

**Tabela 2 – Cotistas afrodescendentes efetivos em 2012 por curso - distribuição de vagas por gênero**

Campus	Curso	Vagas	Masculino	Feminino	Alunas regulares
Santo André	Bacharelado em Ciência e Tecnologia	270	186	89	60
São Bernardo do Campo	Bacharelado em Ciências e Humanidades	70	50	26	15

(Fonte: Divisão de Sistemas e Segurança de Informações da Pró-Reitoria de Graduação/UFABC alunas cotistas regulares em 2015)

Dos dados expostos, podemos constatar que das 115 matrículas efetivadas por alunas cotistas afrodescendentes, em 2012, apenas 75 alunas continuam matriculadas na UFABC.

Chama atenção a diferença entre o número de estudantes a partir da variável gênero no curso BC&T. Há mais que o dobro de vagas efetivas preenchidas pelo gênero masculino. No BC&H não há muita diferença, pois praticamente o dobro de vagas também foram preenchidas pelo gênero masculino.

Como relatado anteriormente, o primeiro convite foi endereçado a todas as alunas regulares da UFABC. Nesse, não obtive nenhum retorno. Ao todo foram enviados três convites com solicitação de voluntárias para as entrevistas abertas que eu havia planejado realizar. Importante registrar que uma aluna (não sei se cotista ou não) publicou no facebook minha solicitação de voluntárias, ressaltando que a pesquisa era importante para a temática das cotas e pedia para as pessoas colaborarem.

As alunas tinham total liberdade para definirem o melhor dia, horário e local para sua participação. Todas as que retornaram o e-mail marcaram suas entrevistas no Campus Santo André com exceção de uma aluna que preferiu o Campus São Bernardo do Campo.

Do universo total de alunas apresentado anteriormente e que foram contatadas por mim, até o momento tivemos a participação de 07 (sete) alunas que se voluntariaram a participar da entrevista. Elas têm idade entre 21 a 37 anos e cursam o Bacharelado Interdisciplinar de Ciência e Tecnologia.

Foram, então, realizadas as entrevistas abertas com essas estudantes. Todas as entrevistadas são alunas que ingressaram em 2012. Não houve, na minha seleção, determinação



de bacharelado que elas cursavam e nem de campus. Contudo, curiosamente somente alunas do curso Bacharelado Interdisciplinar de Ciência e Tecnologia (BCT) se ofereceram para participar da pesquisa.

É importante ressaltar que a delimitação do ano de 2012 aconteceu em função do maior tempo percorrido por essas alunas no ambiente acadêmico e também de sua maior exposição às relações interpessoais no espaço universitário.

As entrevistas seguiram um roteiro de entrevista pré-determinado, o qual foi elaborado de acordo com os objetivos da pesquisa, sem, portanto, representar um engessamento no momento da entrevista. Era preenchida também uma ficha de identificação antes da entrevista e que serve para caracterizar as participantes com informações sobre idade, estado civil, filhos, curso, se era bolsista ou não, qual o curso específico que pretende fazer após a finalização do bacharelado interdisciplinar e se a flexibilidade do projeto pedagógico tinha colaborado com a escolha/definição do curso específico ou não.

Tabela 3 - Caracterização das participantes da pesquisa

Ordem	Nome fictício	Idade	Estado Civil	Filhos	Curso	Bolsista	Quais bolsas/atividade remunerada	Curso Específico
1	Sara	29	Solteira	01	BC&T	Sim	Permanência/Auxílio Refeição e Estágio	Eng. Ambiental e Urbana
2	Ruth	26	Solteira	não	BC&T	Sim	Permanência/Moradia/Auxílio Refeição/Iniciação Científica	Energia
3	Rebeca	21	Solteira	não	BC&T	Não	Já recebeu 2 anos Permanência/Moradia. Agora tem trabalho remunerado	Eng. Ambiental e Urbana
4	Rita	37	Casada	02	BC&T	Não	Trabalho remunerado	Bacharelado de Ciências Biológicas
5	Rafaela	21	Solteira	não	BC&T	Não	Estágio	Eng. de Gestão
6	Tereza	23	Solteira	não	BC&T	Não	Estágio	Eng. de Gestão
7	Raquel	21	Solteira	não	BC&T	Não	Estágio	Bacharelado de Matemática



As alunas entrevistadas, como já mencionado, são todas alunas do BCT. Todas já definiram o seu curso específico após formação no bacharelado interdisciplinar. A única casada está na faixa etária acima de 35 anos e apenas 03 recebem ou receberam bolsas socioeconômicas ou acadêmicas.

Ainda não iniciamos as observações participantes, pois estamos reavaliando essa etapa visto que as entrevistadas não participam das mesmas turmas de sala de aula.

É importante notar que os nomes das entrevistadas são fictícios, de maneira a preservar a identidade delas.

Vale a pena também uma breve contextualização sobre o local da pesquisa.

A Universidade Federal do ABC (UFABC) foi criada em 2006 como parte integrante do Programa de Expansão das Universidades Federais apresentado pelo governo federal, em 2004.

Essa Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) está situada na região metropolitana do Estado de São Paulo, conhecida como a rica região do ABC Paulista, que é composta pelos municípios de Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires, Mauá, Diadema, São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul. Apesar de ser assim conhecida, ao mesmo tempo era e ainda é grande deficitária de vagas de ensino superior público.

A região possui aproximadamente 2,5 milhões de habitantes para uma oferta de 45.000 vagas no ensino superior alocadas predominantemente nas instituições de ensino particular (PROJETO PEDAGÓGICO DA UFABC, 2006).

Dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados do Estado de São Paulo (SEADE) mostram que das 110.659 matrículas nos cursos de graduação presencial na região do ABC, em 2013, somente 13.537 matrículas estavam concentradas no ensino público, ou seja, um pouco mais de 10%.

Nesse contexto, a UFABC é criada com uma forte proposta de inclusão social e com a perspectiva de ser responsável sozinha por gerar um pouco mais de 80% das vagas no ensino superior para a região (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI, 2013).

O Projeto Político Pedagógico da UFABC mostra-se inovador. Previa, inicialmente, apenas um curso de entrada, o Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (BC&T), concentrado num único campus na cidade de Santo André. Em 2010, foi implementado o Bacharelado em Ciências e Humanidades (BCH). Portanto, atualmente, a UFABC possui dois



bacharelados interdisciplinares de ingresso e três *campi* de atuação: Santo André, São Bernardo do Campo e Mauá¹.

Após a conclusão dos dois bacharelados interdisciplinares de ingresso, o Bacharelado de Ciência e Tecnologia e o Bacharelado de Ciências e Humanidades, o aluno poderá continuar sua formação em mais dois cursos denominados cursos específicos. Os Bacharelados Interdisciplinares (BIs) são cursos superiores e, portanto, ao termina-los, o(a) aluno(a) recebe o diploma de conclusão de curso superior.

Com a missão de aumentar a oferta de vagas no ensino superior público e com um projeto pedagógico inovador, a UFABC destinou desde o seu primeiro ingresso 50% de suas vagas de graduação para as cotas (para candidatos oriundos de escola pública e, dentro desse percentual, para negros e indígenas).

Com a implementação da lei 12711/2012 e com a previsão do critério de renda mínima de até 1,5 salário mínimo per capita, as cotas foram subdivididas e seguem esse critério de distribuição até hoje (UFABC - Edital de Ingresso 153/2012), ou seja, dentro da quantidade de vagas para alunos egressos do ensino médio de escola pública houve a divisão dessa cota em duas modalidades candidatos com renda de até 1,5 salário mínimo e candidatos com renda maior que 1,5 salário mínimo, dentro dessas duas modalidades as subdivisões para candidatos autodeclarados PPI e candidatos sem autodeclaração.

Vale ressaltar que, para o ingresso em 2013 e nos anos seguintes, a UFABC disponibilizou um total de 1960 (mil e novecentas e sessenta) vagas para os seus dois cursos de entrada (os bacharelados interdisciplinares), destinando 982 (novecentas e oitenta e duas) vagas para as cotas e o restante para a ampla concorrência.

As cotas reservadas para pessoas com deficiência (PcD) foram implementadas no ingresso de 2014 e não alteram a quantidade de vagas destinadas aos candidatos egressos de escola pública, pois foram subtraídas das vagas reservadas para a ampla concorrência.

As ações afirmativas na UFABC visam propiciar condições de igualdade para que parcelas da população mais carente e discriminada possam prosseguir seus estudos. Não há

¹ Nesta unidade está prevista somente atividades de extensão.



apenas a preocupação com o acesso de indivíduos desses grupos no ensino superior. Há também a preocupação com a permanência deles por meio de bolsas socioeconômicas.

Como forma de fortalecer as políticas afirmativas, em 2010, o Conselho Universitário (CONSUNI), aprovou a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (PROAP), que dentre suas atribuições está a de formular, propor, avaliar e conduzir as políticas afirmativas da UFABC. O CONSUNI aprovou no mesmo ano, ainda, a criação de uma Comissão de Políticas Afirmativas, responsável em propor políticas e programas de apoio à permanência dos alunos(as), acompanhar e propor medidas de aprimoramento às políticas de ações afirmativas da UFABC.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A construção histórica de participação da mulher nas conquistas da sociedade ficou restrita ao seu papel de mãe e dona de casa. Como sexo “frágil” foi imposto a ela submissão e a dominação masculina do sexo “forte”.

Idealizada pela sociedade com conotações religiosas, a mulher deveria ser a figura angelical e obediente, sempre disposta a sacrificar sua vida enquanto solteira pelos pais e, mais tarde quando casada, pelo marido e pelos filhos.

Essa visão do que era ser mulher começa a ser questionada e discutida por grupos feministas brasileiros no início do século XX.

Inicialmente se faz uma discussão binária de oposição biológica entre o homem e mulher, mais tarde estudos voltam-se para as desigualdades consequentes das relações de poder e submissão.

O gênero passa a ser analisado como categoria social, o que inclui relações de poder, não mais calcado no binarismo biológico, do feminino e do masculino (SCOTT, 1995).

Para Scott (1995), as relações de gênero se alteram em virtude das necessidades do Estado. Assim, a partir do século XX, alguns regimes democráticos têm transformado em políticas concretas formas de proteção à mulher.

Nessa transformação, a educação aparece como um mecanismo importante de empoderamento da mulher para a conquista de novos espaços sociais e profissionais.

Até o início dos anos 1980 a participação da mulher na educação brasileira era relegada a um papel coadjuvante se comparada com a participação do homem.



O desenvolvimento econômico brasileiro da década de 1950 propiciou o aumento dos níveis de escolaridade feminina. Se no final do século XVIII as mulheres estavam fadadas a serem educadas para o lar com aulas de bordado e outros afazeres domésticos, na década de 1950, conforme Pinsky (2013), a proporção de mulheres no ensino elementar e médio já estava próximo ao dos homens; nesse mesmo ano, a proporção de homens para mulheres com curso superior era de 8,6 para 1 e, em 1960, baixou para 5,6.

De acordo com Silva (2013), embora as mulheres adquirissem independência econômica pelo trabalho extradoméstico, esse fato não representava o fim das desigualdades entre homens e mulheres porque essas desigualdades são culturais, estão no imaginário coletivo e não apenas na esfera econômica e material.

Louro (2008) corrobora com Silva e explica que esse imaginário coletivo é resultado da construção dos gêneros que acontece por meio de aprendizagens e práticas que são ensinadas na família, na escola, na igreja, nas instituições legais e médicas.

Para a mulher estava reservado, conforme aponta Rago (2013), os cargos de menores salários e de pouca especialização. Os altos cargos de direção e supervisão que tinham os melhores salários eram preenchidos pelos homens.

Para Giuliani (2013), a partir dos anos 1980, com a redemocratização da sociedade brasileira, as mulheres começam a participar de vários movimentos sociais e sindicatos que contribuíram para as várias transformações importantes, quais sejam: a politização do cotidiano doméstico, o fim do isolamento das mulheres no seio familiar, a abertura de importante reflexão coletiva sobre as mulheres e sua inserção social, a definitiva integração das mulheres nas lutas sociais e seu papel de destaque na renovação da própria cultura sindical.

As conferências mundiais de educação que aconteceram nos anos 1990 também reafirmaram a necessidade da igualdade de acesso educacional entre os sexos (ROSEMBERG, 2001).

O Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) fundado em 1989 por um grupo de mulheres ativistas em Brasília assumiu como papel a luta pela promoção da igualdade de gênero. Mais tarde, em 2003, a criação das secretarias de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para Mulheres pelo governo federal intensificaram estudos de políticas e estatísticas sobre a condição das mulheres negras, auxiliando o aprofundamento da discussão em torno desse tema. Entretanto, vale ressaltar que mesmo com todas as mudanças conquistadas em relação às mulheres, ainda há desigualdades de acesso às condições de cidadania delas em



comparação com os homens. Há de se apontar também outros níveis de desigualdade que se encontram entre a própria população feminina. Estamos falando da exclusão social à qual são submetidas as mulheres negras que sofrem as consequências do preconceito racial (Silva, 2013).

A questão de gênero me parece uma questão fundamental para entendermos uma dupla discriminação que se dá em nossa sociedade: ser mulher e ser negra. Sabemos que as estatísticas mostram um quadro difícil para a mulher que se desdobra em duas, três jornadas de trabalho diário e se essa mulher é negra essa luta diária é ainda mais árdua em razão das diversas formas de discriminação que sofre.

Muller (2006) complementa que, na história oficial do Brasil, aos negros(as), índios(as) e mestiços(as) foi reservado um lugar subalterno, pois eram considerados indivíduos degenerados.

Esse estado subalterno incutiu no imaginário coletivo posições sociais possíveis para os negros e negras, pois, conforme Gonçalves (2010), essa ideologia de branqueamento da sociedade brasileira prejudicou a autoestima e projetos de vida dos indivíduos negros.

Somente no início do século XXI, com implementação de políticas de ações afirmativas, que juntamente com a luta de movimentos sociais negros pelo reconhecimento da identidade negra, registrou-se uma elevação na porcentagem de mulheres negras no ensino superior.

É de fundamental importância para os negros a adesão a pautas afins ao multiculturalismo: a questão da afirmação de uma beleza negra é o componente fundamental na política contra o racismo, e tal afirmação de uma estética envolve aspectos culturais variáveis como a música, a dança, a religião etc. Esse é o componente de luta pela autenticidade cultural que é objetivamente indispensável para os negros no Brasil. Mas a luta pelo reconhecimento de uma estética negra não necessariamente se vincula a uma exaltação mistificadora de especificidades culturais intranacionais cuja opressão seria colocada como o principal problema dessa classe especial de pessoas que temos chamado de ralé estrutural (SOUZA, 2009, p383).

Embora a ampliação do acesso à educação superior para as mulheres não tenha se dado por meio de ações afirmativas exclusivas ao gênero, não podemos deixar de considerar que essas ações, de maneira geral, colaboram na redução das desigualdades que se entrecruzam para as mulheres negras.

Sotero (2013) adverte que a inserção das mulheres no ensino superior acontece mais fortemente a partir da década de 1990 por meio do ensino superior privado e em cursos de



menor prestígio², e chama atenção para o que ela define como hierarquização do ensino, ou seja, a disparidade no tipo de instrução recebida e no perfil das carreiras cursadas, permanecendo muito altas as diferenças dos retornos advindos da formação educacional, as quais podem ser medidas por meio do acesso ao emprego, trajetória profissional e pela renda.

Esse fenômeno demonstra que o acesso desigual tanto nas instituições de ensino como na definição das carreiras ainda estão pautadas, de acordo com Sotero (2013), em concepções tradicionais compartilhadas no senso comum sobre papéis sociais desempenhados por homens e mulheres.

Se a afirmação de que o senso comum determina os papéis entre homens e mulheres, podemos afirmar também que o senso comum determina o papel social entre mulheres negras e brancas? E, conseqüentemente, a escolha de suas carreiras?

Começamos essa tentativa de resposta ressaltando que o grande desafio atual para as mulheres escolarizadas, de um modo geral, é conseguir igual participação em ocupações notadamente masculinas, em que salários e status são mais elevados. Se as mulheres não possuem as mesmas condições profissionais que os homens em uma mesma carreira, podemos inferir que isso ocorre não por uma formação precária, mas em virtude de um cenário de discriminação associado ao gênero, discriminação essa relacionada à definição social das carreiras nas quais a mulher poderá adquirir algum sucesso.

Ressalta-se, ainda, que sua (da mulher) concentração e participação em setores específicos é fruto de um forte viés de gênero nas carreiras universitárias. As mulheres, embora mais escolarizadas, frequentam cursos menos valorizados no mercado de trabalho (FRANÇA, LIMA E RIOS, 2013, p. 54).

Como podemos notar, um bom desempenho acadêmico e uma maior escolarização não são, necessariamente, sinônimo de boas posições no mercado de trabalho. Embora as mulheres negras apresentem melhores rendimentos educacionais do que os homens negros e haja um crescente aumento de sua escolarização em comparação com homens negros e brancos, seus rendimentos ainda são inferiores ao dos homens e a ocupação de posições de comando ainda é restrita.

² Para a definição de prestígio a autora considerou como fatores principais a concorrência no vestibular, o custo monetário do curso e a média de remuneração para os profissionais formados (SOTERO, 2013).



Conforme França, Lima e Rios (2013), essas desigualdades fazem relação direta à condição de gênero, em virtude de menor média de horas de trabalho ocasionada pela dupla jornada e sua concentração em atividades com menores salários na área da saúde e educação.

Outro fator que também pode prejudicar a ascensão profissional da mulher negra de acordo com França, Lima e Rios (2013) é o seu ingresso precoce no mercado de trabalho, o que pode trazer consequências ao seu desempenho profissional e escolar, reduzindo suas chances de melhores empregos e ascensão.

De maneira geral, concluímos que tanto a luta de movimentos sociais negros como a luta de movimentos feministas trouxeram à tona a discussão sobre o preconceito e a discriminação racial vivenciados por uma parte da população brasileira.

Segundo Ribeiro (2006), no Brasil existe um racismo assimilacionista que produz no negro os comportamentos do branco causando uma sensação de democracia, quando na verdade essa sensação de igualdade de todos não deixa o negro perceber as violências sociais às quais é submetido, transformando a situação do negro numa força alienante que o impede de assumir a própria identidade. Ainda o autor ressalta que uma grande parte dos grupos sociais excluídos e marginalizados que constitui a base da estrutura de classe é formada por negros, mulatos e indígenas.

E nesse contexto uma das inúmeras formas de combate, por parte do Estado, a esse quadro de exclusão e marginalização se dá com a implementação de políticas afirmativas, pois, de acordo com Gomes e Silva (2004), além de propiciar a igualdade de oportunidades, as políticas afirmativas também induzem transformações culturais, pedagógicas e psicológicas com o objetivo de subtrair do imaginário coletivo a ideia de supremacia e subordinação de uma raça em relação à outra ou de um gênero em relação a outro.

E diante desse cenário evidenciamos a importância das cotas nas instituições federais de ensino superior que possibilita a inclusão de alunas negras das camadas mais populares da sociedade no ensino público o que até o início dos anos 2000 era exclusividade dos jovens das classes mais privilegiadas. Contudo, Sotero (2013) alerta, com base na teoria de Bourdieu (2014) que é necessário mais do que ações afirmativas para a verdadeira democratização no acesso a educação, pois além da expectativa de ascensão social e econômica trazida pela educação, é também por meio da educação que acontece o empoderamento do indivíduo enquanto cidadão (ã).



O indivíduo, que nesse caso é a mulher afrodescendente, que não tem o capital cultural apontado por Bourdieu que lhe possibilite manter-se em posição de dominação, não pode ser vista como alguém que esteja fadada ao fracasso e à sua condição de pobreza. O próprio Bourdieu aponta que são as políticas educacionais que poderão mudar esse status quo, que é o que ele chama de pedagogia racional. O conceito de pedagogia racional, empregado pelo sociólogo francês, diz respeito a considerar as desigualdades culturais dos indivíduos para a construção do conhecimento transmitido na escola e nesse ponto nos atrevemos a incluir também a desigualdade de gênero. Para ele, não basta admitir a democratização do ensino como um fim.

Na ausência de uma pedagogia racional que coloque tudo em prática para neutralizar metodicamente e continuamente, da escola maternal à universidade, a ação dos fatores sociais da desigualdade cultural, a vontade política de oferecer a todos chances iguais diante do ensino não consegue vencer as desigualdades reais, ainda que se arme todos os meios institucionais e econômicos; e reciprocamente, uma pedagogia realmente racional, isto é, fundada numa sociologia das desigualdades culturais poderá, sem dúvida contribuir para reduzir as desigualdades diante da escola e da cultura, mas somente poderá concretizar-se efetivamente se forem oferecidas todas as condições de uma democratização real do recrutamento dos mestres e dos alunos, a começar pela instauração de uma pedagogia racional (BOURDIEU E PASSERON, 2014, p. 101).

Ou seja, o investimento em educação (aqui entendemos investimento como também a construção de mecanismos que possibilitem de fato a inclusão dessas estudantes) associado a políticas de ação afirmativa auxiliam no processo de desenvolvimento de um país e de mudança da própria estrutura social, pois podem propiciar oportunidades mais equânimes aos cidadãos (ãs) e a apropriação de capital social e cultural pelo indivíduo no ambiente acadêmico que lhe proporcione ascensão social, rompendo com níveis de desigualdade e exclusão.

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o momento, a análise de dados e das entrevistas indica que uma política de acesso ao ensino superior, à universidade pública, precisa ser combinada com uma política de permanência para que haja sucesso. As alunas pesquisadas que recebem esses subsídios citam que se não fosse por eles dificilmente permaneceriam na universidade.

Relatam, ainda, que não se sentem discriminadas pelos colegas ou professores, mas de forma curiosa e até paradoxal, relatam que se sentem, de alguma forma, pressionadas por melhores resultados acadêmicos.



As estudantes entrevistadas dizem ser favoráveis às cotas, mas não a um modelo de assistencialismo. Em seu discurso, as cotas são vistas como uma oportunidade de realizar o curso superior de graduação numa instituição pública com alto nível de qualidade, o que não seria possível se essa ação afirmativa não existisse, e alegam que a conclusão do curso possibilitará melhores oportunidades no mercado de trabalho.

Embora o discurso dessas estudantes seja bastante positivo em relação às ações afirmativas, há algumas contradições por trás deles que mostram que essa política pública não pode prescindir de outras, como a de permanência, e de espaços de discussão sobre questões relativas à desigualdade e ao racismo à brasileira. Uma mulher, negra e pobre que frequenta uma universidade pública ainda não é algo comum e 'normal', pelo menos no imaginário social, que inclui o delas também sobre si e sobre sua atuação e desempenho acadêmico.

CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda em fase de entrevistas, podemos concluir preliminarmente que embora o discurso, num primeiro momento, das entrevistadas seja o de que sentem-se completamente adaptadas e à vontade no ambiente universitário, há indícios, nas entrelinhas, de que elas sentem-se pressionadas por si e pela comunidade acadêmica a melhorar seu desempenho acadêmico como uma maneira de corresponder à expectativa de aproveitar uma concessão que lhes foi feita de estar na universidade pública e não de um direito que lhes cabe.

Podemos também refletir sobre um possível processo de alienação vivenciado pelas pesquisadas em relação à falta de percepção de discriminação e preconceito sofridos no ambiente universitário, ocasionado de alguma maneira pelo processo de internalização do racismo, o que Darcy Ribeiro chama de racismo assimilacionista.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. (2014) Os herdeiros: os estudantes e a cultura. Tradução Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Santa Catarina. Editora UFSC.
- FRANÇA, Danilo; LIMA, Márcia; RIOS, Flavia. (2013) Articulando gênero e raça: a participação das mulheres no mercado de trabalho (1995-2009). Livro dossiê das mulheres negras. IPEA. 2013, p. 53-80.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SEADE. Educação. Matrículas e concluintes nos cursos de graduação presencial, por



redes de atendimento. Disponível em <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>. Acesso em 07/11/2015

GIULANI, Paola Cappellin. (2013) Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, Mary Del; PINSKY, Carla Bassanezi. *Historia das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, p. 640-668.

GOLDENBERG, Mirian. (1997) A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8ed. Ed. Record. Rio de Janeiro.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa; SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas. (2004) As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva. Seminário Internacional – As minorias e o Direito. *Revista série cadernos do CEJ*, vol. 24.

GONÇALVES, Maria das Graças. (2010) Subjetividade e negritude. Cadernos Penesb 12. Revista do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Faculdade de Educação. Niterói. UFF. ISSN 1980-4423.

LOURO, Guacira Lopes. (2013) Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del; PINSKY, Carla Bassanezi. *Historia das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, p. 443-481.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. (2006) Produção de sentidos e institucionalização de ideias sobre as mulheres negras. Cadernos Penesb 08. Revista do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Faculdade de Educação. Niterói. UFF. ISSN 1980-4423.

PINSKY, Carla Bassanezi. (2013) Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, Mary Del; PINSKY, Carla Bassanezi. *Historia das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, p. 607-639.

RAGO, Margareth. (2013) Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del; PINSKY, Carla Bassanezi. *Historia das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, p. 578-606.

RIBEIRO, Darcy. (2006) O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo. Companhia das Letras.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. Estudos feministas. Ano 9, p.515-540. 2º semestre/2001.

SCOTT, J. W. (1995) Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação & Realidade*. Vol. 20, nº 2. Porto Alegre: Editora UFRGS, jul./dez 1995, p. 71-99.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. (2013) De colona a boia-fria. In: PRIORE, Mary Del; PINSKY, Carla Bassanezi. *Historia das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, p. 554-577.

SOTERO, Edilza Correia. Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. Livro dossiê das mulheres negras. IPEA. 2013, p.35-52.

SOUZA, Jessé. (2009) Ralé Brasileira. Quem é e como vive. Belo Horizonte. Ed UFMG.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC). Projeto Pedagógico. Santo André. 2006. Disponível em <http://www.ufabc.edu.br/images/stories/pdfs/institucional/projetopedagogico.pdf>. Acesso em 01/11/2015

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2022. Santo André. 2013. Disponível em http://propladi.ufabc.edu.br/images/PDI/livro_pdi.pdf. Acesso em 01/11/2015

_____. Edital de ingresso 153/2012 - Editais de ingresso anteriores de 2012/2013. Disponível em <http://prograd.ufabc.edu.br/ingressos-antigos>. Acesso em 10/11/2015

VELHO, G. (1978) Observando o Familiar. In: NUNES, E. O. A Aventura Sociológica, Rio de Janeiro, Zahar.



BREPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE “MASCULINIDADES”: UM ESTUDO SOBRE SUA (RE)CONSTRUÇÃO ATRAVÉS DA INTERNET

ALVES, Franciele Koehler

*Estudante de Mestrado no Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa
alvesfk@gmail.com*

308

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar como aparecem as representações sociais de masculinidades nas publicações de um blog sobre homens que na atualidade digital é amplamente acessado pelo público. Nossa pergunta principal é sobre quais as Representações Sociais sobre o que se espera em relação ao “ser homem” (ou seja, das masculinidades) são (re)construídas/difundidas através deste blog escrito por homens, que é voltado para público masculino. Assim sendo, nos perguntamos se os grupos virtuais favorecem/possibilitam uma reconstrução social a respeito das masculinidades ou reafirmam ideais reificados e difundidos historicamente em outros âmbitos de socialização (em que há valorização da ideia de uma masculinidade hegemônica). Para tanto utilizamos a pesquisa bibliográfica, documental e análise de conteúdo.

Palavras-chave: Masculinidades. Representações Sociais. Internet.

ABSTRACT

This paper aims to analyze as appear the social representations of masculinity in the publications of a blog about men that is widely accessed by the public. Our main question is about what the social representations about what is expected in relation to "be a man" (ie, masculinities) are (re)constructed / disseminated through this blog written by men, which is aimed at male audience. Therefore, we wonder if the virtual groups allow a social reconstruction about the masculinity or reaffirm ideal reified and historically widespread in other socializing areas (where there is appreciation of the idea of a hegemonic masculinity). For this is used the literature review, document search and content analysis.

Key-words: Masculinities. Social Representations. Internet.

INTRODUÇÃO

É de conhecimento comum que os seres humanos se comportam da forma como a sociedade espera, sendo que o “esperado” costuma variar de uma sociedade para outra, assim como pode se modificar na progressão histórica e cultural de um mesmo grupo. Definir o que é



ser homem e/ou ser mulher é pensar sobre os papéis de gênero em cada espaço sociotemporal específico e nos remete, direta ou indiretamente, às representações sociais.

A forma como homens agem é diferente daquela demonstrada/adotada pelas mulheres, muito embora estejam intrinsecamente relacionadas uma à outra. Ambos se comportam de acordo com os modelos e representações que lhes são transmitidos ao longo da vida. Refletir sobre isto nos remete ao conceito de gênero, que conforme Gomes (2010)

se refere às formas como somos socializados, como nos comportamos e agimos, tornando-nos homens e mulheres; refere-se também à forma como estes papéis e modelos, usualmente estereotipados, são internalizados, pensados e reforçados. [...] não bastam determinadas características corporais, como pênis e vagina, para que as pessoas sejam vistas como homem ou como mulher. É preciso que pensem e ajam de acordo com os modelos de masculinidade e de feminilidade. Esses modelos são transmitidos por meio da nossa educação, dos veículos de comunicação e da nossa simples convivência com os outros (GOMES, 2010, p.14).

Isto é, estes modelos são produtos e produtores de representações sociais, as quais são capazes de influenciar o comportamento dos indivíduos que participam invariavelmente de coletividades. Moscovici (2013), principal referência quando se pensa em Representações Sociais, defende que estas são fruto de nossas ações e comunicações e representam, portanto, um processo coletivo que penetrou ao pensamento individual. Isto porque não são

[...] criadas por um indivíduo isoladamente. E uma vez criadas, contudo, elas adquirem vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem (MOSCOVICI, 2013, p. 40).

Assim, pode-se dizer que as representações se desenvolvem da infância à maturidade dos seres humanos, estando sempre relacionadas a determinados contextos históricos e sob influência da coletividade (ou seja, social/grupos sociais). Com o advento da internet, houve um avanço e, nos tempos atuais, a coletividade passou a ser reconhecida/entendida para além dos contextos físicos na medida em que também pode se “materializar” por meio de redes de colaboração e discussões virtuais – oriundas dessa *cibercultura*, onde há a transição da cultura de massa para uma cultura interativa e através da qual se relativiza questão do tempo e espaço (CASTELLS, 1999).



Sá (1998), quando propõe discutir a construção do objeto de pesquisa em Representações Sociais, indica que para gerar uma representação o objeto deve ser relevante culturalmente e ter espessura social, ou seja, deve ser identificado a partir de um grupo representativo. Desta maneira, para realização de uma investigação sobre as representações sociais, deve-se partir do pressuposto de que estas configuram um sistema simbólico socialmente construído, no qual sujeito e objeto são indissociáveis e diretamente relacionados – ou seja, um só existe na inter-relação com o outro.

Assim sendo, neste trabalho – elaborado a partir de reflexões sobre nosso objeto de pesquisa em associação com conteúdos trabalhados na disciplina “Realidade, Conceitos Sociais, Representação e Imaginário”, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa – questionamos quais as Representações Sociais sobre o que se espera em relação a ‘ser homem’ (ou seja, das masculinidades) são (re)construídas/difundidas através de um blog escrito por homens, que é voltado também para público masculino. Ou seja, nos perguntamos se os grupos virtuais favorecem/possibilitam uma reconstrução social a respeito das masculinidades ou reafirmam ideais reificados e difundidos em outros âmbitos de socialização (em que há historicamente a valorização do ideal de masculinidade hegemônica).

Para tanto, optamos pela realização de uma pesquisa bibliográfica para construção de um referencial teórico sobre o tema, bem como documental visto que a principal coleta de dados se deu na internet. Desta primeira aproximação teórica, inicialmente elencamos como categoria principal a questão da existência de diversas masculinidades e, posteriormente, através da análise de conteúdo do material coletado no blog, ampliamos a discussão de forma a contemplar outras categorias que se mostraram relevantes.

Acreditamos que a possibilidade de acessar a opinião dos homens sobre o que é ser homem através a internet favoreceu a coleta da produção discursiva sobre o fenômeno selecionado e possibilitou o acesso as grupos/redes que se formaram apesar da distância geográfica e (re)constróem representações sociais a respeito da masculinidade. Cabe mencionar que como estratégia para reafirmar a relevância/representatividade de tais representações, procuramos selecionar um blog que em sua descrição se propõe de fato a discutir questões referentes à masculinidade (aos “antigos e novos homens”) e que amplamente acessado e/ou premiado perante o publico considerado.



Da mesma maneira, como sujeitos elegemos através da rede (virtual) o discurso de homens que na contemporaneidade escrevem sobre o que é “ser homem”. Como recorte temporal para seleção dos textos optamos por seguir o critério da CAPES de (pelo menos) três anos, selecionando publicações com maior número de acessos da categoria “comportamento”/“ser homem” nos últimos anos.

1. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E SUA INTERLOCUÇÃO COM A CIBERCULTURA

Representações sociais estão relacionadas, de maneira geral, às produções e reelaborações de significados sobre, do e no cotidiano. Ou seja, pode-se dizer que no esforço para entender e dar sentido ao mundo em que vive, o ser humano utiliza as representações sociais como forma de compreender a relação diária da vida em sociedade – a partir de um processo sócio cultural local entre os sujeitos sociais.

As representações são construídas e reforçadas pela percepção de si e do outro; por meio das quais aparecem o caráter simbólico e imaginário dos saberes sociais. De acordo com Moscovici (2013) as representações sociais estão, portanto, relacionadas a assimilação do conhecimento científico pelo senso comum e as orientação de condutas, configurando-se enquanto “preparadoras” da ação. Sobre isto o autor esclarece que

[...] se uma representação social é uma “preparação para a ação”, ela não o é somente na medida em que guia o comportamento, mas sobretudo na medida em que remodela e reconstitui os elementos do meio ambiente em que o comportamento deve ter lugar. Ela consegue dar sentido ao comportamento, integra-os numa rede de relações às quais está ligado seu objeto (MOSCOVICI, 2013, p. 47).

Ou seja, é como se o homem juntasse as informações assimiladas por todos os meios (leituras, conversas, notícias, entre outros) com o objetivo de “ficar por dentro, não ser ignorante, não ficar de fora do circuito coletivo” numa espécie de colagem constante e repetida que dá, então, origem as representações sociais.

O espírito que aí em ação transforma os membros da sociedade numa espécie de “sábios amadores”. Como os “curiosos” e os “virtuosos” que, em séculos



passados povoaram academias, sociedades filosóficas e universidades populares, cada um procura manter contato com as ideias que pairam no ar e responder às interrogações que nos atormentam. [...] O importante é poder integrá-los num quadro coerente do real ou adotar uma linguagem que permita falar daquilo que todo mundo fala. Esse duplo movimento de familiarização com o real, pela extensão de um sentido ou de uma ordem através do que é relatado e pela manipulação dos átomos de conhecimentos dissociados de seu contexto lógico normal, desempenha um papel capital (Moscovici, 1961, apud MAZZOTTI; CAMPOS, 2015, p. 11).

Sobre tal assunto, Mazzotti e Campos (2015, p. 11) destacam que a cibercultura facilita a troca de ideias e o acesso a informações, apresentando ao sujeito uma possibilidade de co-construção de conhecimentos. “Nesse sentido, a cibercultura está plena de *sábios amadores*, que ‘pesquisam’, discutem e formulam teorias [...]” difundidas através do senso comum e geradoras de representações sociais.

Tais representações sociais sempre vão representar a expressão de uma coletividade, de um grupo social que pode ser constituído por meio do convívio físico/presencial diário e/ou através do contato virtual mediante redes de compartilhamento – como a internet de maneira geral ou com a utilização de ferramentas de rede/comunidade social propriamente ditas (facebook, Orkut, twitter, tumblr, Snapchat, entre outros) (MAZZOTTI; CAMPOS, 2015).

Castells (1998) destaca que a comunicação mediada pela internet é um fenômeno social recente demais cujo significado social ainda não foi mensurado solidamente pela pesquisa científica. O autor destaca que tanto as comunidades de grupo quanto as comunidades pessoais funcionam, independente de sua natureza ser *on-line* ou *off-line*.

Nessa perspectiva, as comunidades substituem as redes sociais, com as comunidades locais, sendo uma das muitas opções possíveis para a criação e manutenção de redes sociais, e a internet oferece mais uma dessas alternativas. [...] sendo que arquitetura da rede é, e continuará sendo, aberta sob o ponto de vista tecnológico, possibilitando amplo acesso público e limitando seriamente restrições governamentais ou comerciais a esse acesso, embora a desigualdade social se manifeste de maneira poderosa também no domínio eletrônico (CASTELLS, 1998, p. 441).

No entanto, Mazzotti e Campos (2015) afirmam que

com o surgimento da Web 2.0 ampliaram-se significativamente as possibilidades de interação nas redes sociais. A Web 1.0 é mais identificada com o “portal” e com o “site” por onde o internauta navega, baixa ou troca arquivos, cria conteúdo, encontra interlocutores. Na Web 2.0 ganham



destaque os blogs e as redes sociais co-criados com a finalidade de **permitir a liberação da palavra, o compartilhamento, a colaboração** favorecendo o uso globalizado das mídias sociais e das redes sociais. **É possível, mesmo sem conhecimentos de programação, criar um blog para expor ideias, apresentar um conteúdo, integrar-se a uma rede social e interagir em uma comunidade.** O fórum também é amplamente utilizado para a discussão de temas de interesse comum. A participação no fórum facilita a expressão de ideias, pensamentos e sentimentos em mensagens compartilhadas com os demais usuários. **Uma comunidade mantém-se coesa pelo conhecimento que constrói coletivamente, compartilhando crenças, experiências e formas de solucionar problemas.** Essa busca por identidade do participante com a comunidade, bem como o reconhecimento de suas habilidades pelo grupo, o leva a tornar-se cada vez mais engajado, mais integrado à comunidade (MAZZOTTI; CAMPOS, 2015, grifo nosso).

Assim como nas redes físicas pessoais, a maioria dos vínculos das comunidades virtuais são especializados e diversificados, conforme as pessoas vão criando seus próprios “portfólios pessoais”. Os usuários da Internet ingressam em redes ou grupos *on-line* com base em interesses em comum e valores; e já que tem interesses multidimensionais, também o terão em suas afiliações *on-line*. Ou seja, vão (re)criando representações sociais conforme aquilo que já tem um prévio interesse (CASTELLS, 1998).

A internet favorece a expansão e a intensidade dos laços que geram uma camada fundamental de interação social para as pessoas que vivem num mundo tecnologicamente desenvolvido e com acesso iminente às informações. Tanto que Castells já em 1998 chega a questionar:

Assim, no fim das contas, as comunidades virtuais são comunidades reais? Sim e não. São comunidades, porém não são comunidades físicas e não seguem os mesmos modelos de comunicação e interação das comunidades físicas. Porém não são ‘irreais’, funcionam em outro plano de realidade. São redes sociais interpessoais, em sua maioria baseadas em laços fracos, diversificadíssimas e especializadíssimas, também capazes de gerar reciprocidade e apoio por intermédio da dinâmica da interação sustentada. (CASTELLS, 1998, p. 445-6).

Para dar conta de nosso objeto de pesquisa, além destas questões sobre Representações Sociais levantadas na fundamentação teórica deste artigo, construída por meio de revisão de literatura/pesquisa bibliográfica, faz-se necessária elucidação sobre aspectos teóricos/conceituais em relação a gênero, que são apresentados no próximo tópico deste texto.



2. GÊNERO E MASCULINIDADES (PLURAIS): UMA APROXIMAÇÃO

De acordo com Judith Butler (2014) Gênero é performativo, produzido e alimentado por práticas discursivas no cotidiano. Desta forma, pode-se dizer que é também imposto pelas práticas reguladoras da coerência de gênero e, portanto, constituinte de uma “identidade de gênero” – que é normativa e reguladora. Assim sendo, gênero também pode ser entendido como um sistema/mecanismo que regula as práticas humanas, criando ficções e representações sociais de feminilidades e masculinidades (enquanto naturais) que se sustentariam, num primeiro momento, através da linearidade entre sexo, desejo e gênero.

Partindo destes pressupostos, o gênero enquanto categoria de compreensão social nos leva a ideia de que homens e mulheres devem ser compreendidos para além de seus corpos, ou seja, também pelos papéis sociais que lhes são atribuídos culturalmente. Isto porque o gênero não existe em si, mas sim através de representações (performances) que ganham concretude na vivência cotidiana em determinadas espacialidades (SILVA; ORNAT, 2011).

Assim sendo, como já foi mencionado anteriormente, pode-se dizer que masculinidade equivale a forma como homens expressam seu gênero, indicando portanto um modelo que serve para formar (e delimitar) a identidade e a maneira de ser homem, “[...] prescrevendo as atitudes, os comportamentos e as emoções a serem seguidas. [...] um conjunto de características e valores que se espera que um homem tenha em determinada cultura” (GOMES, 2010, p. 18).

Logo, se há uma forma diferente para exercer a masculinidade em cada cultura, devemos nos referir às variadas masculinidades, no plural, para designar as características do que é ser homem e suas relações com os âmbitos da vida cotidiana. E, em havendo tal variedade na expressão das masculinidades, há que se destacar a existência de um modelo que por ser mais valorizado, é considerado “hegemônico” e/ou dominante. A masculinidade hegemônica, segundo Connel (1997 apud GOMES, 2010) procura garantir a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres, valorizando

[...] algumas características que os homens devem ter, como **ser forte, corajoso, resistente, invulnerável e ativo** (entendido como o contrário de passivo, inclusive na vida sexual), bem como ter poder sobre os mais fracos (que podem ser as mulheres ou outros homens). [...] esse modelo costuma ser considerado normal, levando as pessoas a ver suas características e suas condutas prescritas como ‘naturais’, como se pertencessem a natureza biológica dos homens. Isso faz com que – às vezes – alguns homens que não



seguem esse modelo sejam discriminados (GOMES, 2010, p. 18-19, grifo nosso).

Para além, cabe lembrar também que homens e mulheres nunca serão apenas homens e mulheres exclusivamente. Isso se deve ao fato de que o gênero é sempre interseccionado por outras categorias que demarcam os corpos e existências humanas, como por exemplo: cor da pele, classe social, sexualidade, religião e etc.. Sobre isto, Silva e Ornat (2011) em seu artigo “Espaço e Múltiplas Masculinidades: um desafio para o conhecimento científico geográfico brasileiro” destacam que:

[...] os homens não são somente homens, embora, como um recorte de grupo social, detenham uma posição dominante. Pelo fato de serem também negros e brancos, pobres e ricos, efeminados e másculos, expressam um movimento de aproximação e afastamento da **imagem ideal de masculinidade hegemônica**. Essa masculinidade hegemônica se consolida pela ideia de superioridade que é simbolicamente reconhecida e aceita nas práticas culturais cotidianas, e ela é construída em oposição à feminilidade e a outros tipos de masculinidades que não correspondem ao tipo ideal (SILVA; ORNAT, 2011, p. 32, grifo nosso).

Rossi (2011, p. 131), por sua vez, afirma que “nem todas as masculinidades fazem parte do discurso hegemônico”. Desta forma, ao se considerar a questão masculina, é necessário compreender que as diversas “[...] masculinidades se constituem num complexo amálgama de práticas, valores e significados envolvendo lugares e contextos situados” (ROSSI, 2011, p. 131). Ainda sobre o assunto, o referido autor aponta que

A oposição bipolar entre o feminino e o masculino [por muito tempo] empobreceu as possibilidades de análise e tomou por universal a representação social das masculinidades consideradas de modo simplista, como se todas as vivências masculinas pudessem ser hegemônicas e representadas pelo inabalável poder masculino da sociedade patriarcal capitalista.[...] As representações consideradas hegemônicas de masculinidade dizem respeito a determinados grupos sociais que possuem o poder de projetar seus símbolos e significados. Tais representações constituem o discurso da sociedade heteronormativa, que exerce sua pressão sobre grupos não hegemônicos com a intencionalidade de produzir homens padronizados pelo poder instituído. A partir deste ponto de vista, a sociedade da ‘dominação masculina’ exerceria seu poder implacável sobre seres que não desempenham o papel social preconizado socialmente (ROSSI, 2011, p. 131).



Sobre os demais tipos de masculinidade existentes, para além da considerada hegemônica (homem branco, heterossexual e em posição dominante), Silva e Ornat (2011) citam as formas elencadas por Connel (1995), quais sejam: marginais, subordinadas e cúmplices.

As **masculinidades subordinadas** são aquelas experienciadas pela via da orientação sexual, em que a orientação homoafetiva é oprimida pela violência legal e física daqueles que estão posicionados no grupo hegemônico dos homens. A **masculinidade cúmplice** é aquela vivida pela maioria dos homens que dificilmente vivem o ideal de masculinidade, mas que, em geral, tiram proveito do fato de serem homens em uma sociedade patriarcal. Por fim, a **masculinidade marginal** é aquela que se baseia na combinação do gênero e os elementos de classe e raça/etnia, constituindo hierarquias entre diferentes grupos de homens, associadas ao poder aquisitivo e à cor da pele. (SILVA; ORNAT, 2011, p. 32-3, grifo nosso).

Cabe mencionar que o próprio Connel e Messerschmidt (2013), no texto “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito” publicado na Revista Estudos Feministas da UFSC, destaca que

[...] a masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A **masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estático; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens** [e dos homens que não correspondem ao padrão hegemônico em relação aos que a atingem]. (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245, grifo nosso).

Sobre isto, Silva e Ornat (2011) complementam – com base em Kaufmann (1987; 1994) – que as expressões contraditórias do poder entre os próprios homens são também decorrentes das intersecções, ou seja,

[...] a partir interações de classe, orientação sexual, etnicidade e outros fatores revelam a relação entre a sociedade e vivência concreta e individual dos homens. O trabalho genérico da sociedade se individualiza, portanto, nas formas de interação e nas vivências individuais. No fazer-se homem, a sociedade brutaliza os sujeitos da mesma forma como o sistema social lhes atribui o poder. Assim, **a ordem de gênero instituída não oprime apenas mulheres, mas também aos homens**, que, para manterem o poder como



homens, oprimem tanto as mulheres como outros homens e inclusive a si mesmos (SILVA; ORNAT, 2011, p. 34, grifo nosso).

Sendo assim, as masculinidades devem ser analisadas a partir de contextos espaciais e/ou temporais específicos. O que nos leva, por sua vez, ao conceito de interseccionalidade, o qual permite articular variados “[...] eixos identitários que revelam múltiplas e simultâneas pertenças identitárias que estruturam as desigualdades sociais e geram posição [hierarquia] relativa em determinado espaço-tempo” (SILVA; SILVA, 2014).

Apesar das categorias sociais de gênero, classe e idade poderem ser objeto de reflexão realizada em separado, os sujeitos as vivenciam simultaneamente em sua vida cotidiana. Como exemplo, podemos citar a expressão de uma masculinidade que se torna periférica em razão da vivência de uma situação de pobreza:

A utilização da expressão masculinidade periférica se constitui como uma forma de expressar a posição conceitual adotada com relação ao gênero, distanciando-se de um posicionamento essencialista de ambos. Contudo, há um ideal socialmente construído que cria os parâmetros de uma ‘boa conduta’ a ser seguida por pessoas do sexo masculino. Assim, [como mencionado anteriormente] o exercício da masculinidade não segue um padrão universal, mas é desenvolvido através das temporalidades e espacialidades. Portanto, a sociedade classifica formas de masculinidades que são organizadas hierarquicamente como sendo superiores ou inferiores. [...] Ao mesmo tempo em que são pressionados socialmente em seu cotidiano pela representação hegemônica, que articula as figuras do homem forte, responsável, racional, provedor e assertivo no trabalho, se veem incapazes de corresponder ao papel instituído em sua completude, já eu a sociedade não lhes oferece as condições econômicas e sociais para isso. Eles vivem masculinidades periféricas, se apropriam de elementos hegemônicos, como a força bruta e o desejo de consumo, por exemplo, mas subvertem a masculinidade hegemônica a partir de suas vivências concretas [...] (ROSSI, 2011, p. 135).

Especificamente sobre as representações sociais sobre gênero, vemos que estão são constantemente revistas ou reificadas através das relações sociais, podendo ser abordadas também no contexto cybercultural. Desta forma, no próximo tópico pretendemos analisar como um blog, enquanto espaço de produção/reprodução de significados pode (ou não) contribuir para ressignificação de representações que estão postas em relação ao que é ser homem/ser mulher.



3. CARACTERIZAÇÃO DO BLOG, SELEÇÃO DOS TEXTOS E ANÁLISE

Como mencionado, a internet favorece a expansão e a intensidade dos laços de interação social entre as pessoas, que podem ou não estar geograficamente distantes, mas que vivenciam um mundo tecnologicamente desenvolvido e com acesso iminente às informações. Nestes espaços de rede virtual e consolidação de uma cybercultura existem espaços para debate que podem ser utilizados de forma a difundir/disseminar representações sociais que já estão postas ou ressignifica-las.

Os blogs se configuram como um espaço de fala que permite a democratização e liberação da palavra, pois podem ser criados por qualquer pessoa que tenha interesse e crie um espaço pra falar sobre determinado assunto, compartilhar ideias, opiniões e gerar debates. Para atingir os objetivos deste trabalho, optamos por escolher um blog que tivesse representatividade em âmbito nacional em relação ao público alvo e assunto delimitado (homens e masculinidades).

A relevância e alcance dos conteúdos do blog foi avaliada conforme a quantidade de acessos recebidos, bem como premiações em decorrência do reconhecimento conquistado ao longo dos anos em que o site está no ar. O Testosterona, blog selecionado, foi fundado por Eduardo Mendes em 2008 e propõe ser um blog de humor sobre o universo masculino. Em sua descrição, consta que foi criado com o intuito de

[...] de informar (pouco) e divertir (muito), o blog aborda temas sobre o universo masculino, como futebol, cerveja, comportamento, e, é claro, belas mulheres. Afinal, amamos tanto as mulheres que achamos que cada um de nós deveria ter ao menos umas 8.

Ao longo dos anos o Testosterona foi crescendo, expandindo seu conteúdo e se desmembrando em novos blogs, como o Testosterona Sports, dedicado apenas à curiosidades sobre o mundo dos esportes, e o Acidez Feminina, que começou como uma coluna no blog e virou um blog sobre o universo feminino, liderado pela garota Acid Girl. Entre 2011 e 2013, Eduardo Mendes foi responsável pela coluna Testosterona na Revista Sexy. (TESTOSTERONA, 2015, s. p.)

O blog consta ainda com espaços em outras ferramentas/redes de compartilhamento, como o facebook, twitter e tumblr – proporcionando e inclusive mais interação/diálogo com



seus leitores sobre os temas abordados. Em relação a sua representatividade na mídia, são citadas as seguintes informações:

Reportagem do portal UOL sobre mulheres e Copa do Mundo; Reportagem na TV Record sobre o post #NeymarRiquinho; Reportagem na revista do Jornal Correio Brasiliense **sobre o Testosterona**; Entrevista para o jornal **O Globo**; Reportagem no portal UOL sobre a **Marcha da Cerveja**; Lista da revista Super Interessante com os **215 perfis mais interessantes do twitter**; Lista no site Yahoo: **Os 10 blogs mais famosos do Brasil**; Lista no site The Brazil Business: **Os 100 blogs mais influentes do Brasil (TESTOSTERONA, 2015, s.p., grifo do autor)**.

Diante do conteúdo expressivo publicado na blogosfera, optamos por seguir o critério da CAPES de (pelo menos) três anos, selecionando as postagens com maior número de acessos da categoria “comportamento”/“ser homem” desde o lançamento do blog. Foram definidos textos publicações 2008 (ano de criação), 2010, 2013 e o corrente ano (2015), com assuntos que versavam sobre “pensamentos de macho” e “mundo macho”.

Com base na leitura e análise das publicações emergiram três categorias principais que vão de encontro inclusive ao referencial teórico previamente levantado sobre o tema, a saber: associação entre a condição masculina e o consumo de bebidas alcoólicas; masculinidade hegemônica; e machismo/patriarcalismo.

Sobre a associação entre homem e bebidas aparecem afirmativas como: *“E com o tempo, descobrem-se modos de evitar ou diminuir a ressaca. Preservando os bons momentos vividos no bar, e as boas mentiras de bêbado”*; *“Beber é uma das batalhas da vida. E o álcool, como maior e verdadeiro inimigo do homem, deve ser enfrentado até que não reste dele nem mesmo a mísera gota no copo. Verás que amigo teu não foge a luta, nem teme a própria ressaca”*; *“E o homem será homem quando encarar a ressaca”* (TESTOSTERONA, 2015, s.p).

Isto pois, historicamente,

os espaços também se definem: ao homem se reserva a esfera pública e à mulher, a privada. A solidariedade masculina é exercitada particularmente no bar, no botequim, espaço de encontro, de desabafo, de conversar com os amigos, de troca de experiências, indo em sentido contrário ao das representações no discurso médico, em que esses espaços eram apresentados como antro e espaço do perigo. [...]

As representações masculinas e femininas construídas nesses discursos não só consolidam diferenças como contêm hierarquias. Ao mesmo tempo que



manifestam críticas à ordem estabelecida, determinam as características ideais do masculino e do feminino. Exagera-se nas diferenças, minimizam-se as características comuns, assim definem-se e se estabelecem as hierarquias. Identidade e diferenciação surgem como faces de um mesmo processo permeado pelo poder. Cabe destacar, no entanto, que não há uma masculinidade ou uma feminilidade únicas, modelos universais, válidos para todos os tempos e lugares. São imagens de poder que explicitam visões mais voltadas para o dever-ser do que para o ser, num processo de construção das representações de gênero regido por uma dinâmica de relações de dominação e exclusão. (MATOS, 2001, p. 99)

As principais questões que aparecem nos textos que dizem respeito ao reforço das características referentes à masculinidade hegemônica – aquela que como mencionado valoriza determinadas características como bravura, virilidade, força e superioridade em relação as demais representações de masculinidade e/ou da mulher – e ao machismo/patriarcalismo a ele diretamente associado enquanto característica ‘natural’ da chamada ‘dominação masculina’. São exemplos destas representações frases como:

Ser homem não é apenas pertencer a um gênero, possuir um par de bolas, cuspir no chão e arrumar briga na rua. Ser homem é mais do que não perguntar o caminho quando está perdido, desejar uma mulher com todas as suas forças quando ela aparece com um vestidinho curto, mesmo que “ela” seja uma total desconhecida.

Ser homem é um estilo de vida, estilo este que não optamos ou escolhemos, apenas somos.

é ser impaciente no trânsito, impulsivo, tarado, ao contrário das mulheres, nós vivemos de bem com a vida, sem aquela ânsia de julgar tudo importante, urgente.

passar mais da metade do dia dele pensando em sexo, mulheres, futebol, mais sexo, mais mulheres, mais futebol...

17 – Nenhum dos seus colegas de trabalho tem o poder de fazer você chorar; não existe aquela carga emocional e todo aquele drama que as mulheres fariam na mesma situação.

36 – Mundo é bem mais simples e menos dramático para você.

40 – Mesmo emprego, mais salário!

43 – Ninguém fica olhando para seu peito enquanto conversa.

Eu diria que tamanho é documento sim, afinal, quem fala que não é porque tem complexo com o seu meninão (no caso, menininho).



O homem é capaz de qualquer coisa até que o mesmo se prove o contrário;

É quando percebemos que não somos capazes de tudo. Quando abaixamos a cabeça e pensamos em uma solução, para colocar a culpa no cachorro, na crise da Ucrânia, em qualquer coisa, menos na nossa incapacidade de controlar aquela situação. (TESTOSTERONA, 2015, s.p.)

Que como mencionamos, vem para reforçar as representações sociais em torno de uma masculinidade almejada historicamente em relação aos homens do Brasil e do mundo e portanto são valorizadas como a expressão daquilo que é ou deveria ser hegemônica, já que a grande maioria dos homens não alcançam todos estes critérios/status. Pois, como disse Connel (1997 apud GOMES, 2010) sobre o assunto, tal posição hegemônica procura garantir a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres, valorizando

algumas características que os homens devem ter, como **ser forte, corajoso, resistente, invulnerável e ativo** (entendido como o contrário de passivo, inclusive na vida sexual), bem como ter poder sobre os mais fracos (que podem ser as mulheres ou outros homens). [...] esse modelo costuma ser considerado normal, levando as pessoas a ver suas características e suas condutas prescritas como ‘naturais’, como se pertencessem a natureza biológica dos homens. Isso faz com que – às vezes – alguns homens que não seguem esse modelo sejam discriminados (GOMES, 2010, p. 18-19, grifo nosso).

Além disso,

[...] a masculinidade hegemônica é sustentada e mantida por grande parte do vasto segmento dos homens que se sentem gratificados; usufrui de seus benefícios e, dependendo da situação e da relação estabelecida, pode acionar diferentes atribuições de masculinidade, mas é também mantida por boa parte das mulheres que concedem a tal hegemonia. [...] A masculinidade hegemônica pressupõe a predominância de uma certa configuração de feminilidade, que estabelece uma bipolaridade linear e gera um diálogo difícil e tenso entre a complexidade polimorfa das experiências femininas e o simplismo autoritário dos padrões orientadores. Constrói uma ação que cria e recria, transforma e ressignifica, provocando rupturas ou permitindo a continuidade e a legitimação das ideias predominantes. Assim, esse processo contém a luta contínua que envolve marginalização, contestação, mobilização, resistência e subordinação. Mas como luta, tem ritmo e variáveis próprias e não está conscientemente vinculada a um grupo de homens nela interessados, mas a uma trama de relações complexas, em que se procura ajustar, legitimar e velar as características históricas e culturais da masculinidade, tornando-o estabelecida, terna, natural e, portanto, a-histórica (MATOS, 2001, p. 20)



Historicamente é comum valorizar-se o homem por sua capacidade de ação, praticidade e objetividade, sucesso, força e iniciativa, e vinculavam-se os atributos da virilidade ao trabalho, que deveria desempenhar uma função central na vida do homem, fazendo-o sentir-se reconhecido e aceito socialmente – aspectos que ainda hoje aparecem claramente nos trechos selecionados das publicações do blog (MATOS, 2001).

Indo mais além, cabe mencionar o trabalho cumpria também a função de nomear o mundo objetivo do homem, fazendo-o por meio de uma tentativa de eliminar o que nele havia de duvidoso, impreciso e disforme. O emprego trazia status ao homem, que sempre deveria ser mais valorizado e remunerado que a mulher. O medo do desemprego, por sua vez, gerava nos homens um sentimento de abandono, falta de referencia, medo da miséria, que faz com que compulsivamente mantenham com o trabalho uma relação mediada pelo emprego. A angústia gerada pela condição de desempregado era produzida pela ameaça que o modelo centrado nos valores capitalistas e pelo sentimento de que os homens, fora desta especificação não existiam como pessoas (MATOS, 2001).

O machismo e patriarcado, por sua vez, também aparecem em falas que desvalorizam a condição feminina e colocam o homem em posição superior (de ‘chefe’, proprietário) e representam ainda um grande esteriótipo de gênero associado a cultura posta cujos estudos feministas (e de gênero) tentam problematizar, ressignificar e superar. Pois, historicamente, a representação de masculinidade inclui(a)

além da identificação com posse e poder do chefe da família, ser assertivo sexualmente, sendo os homens instigados desde cedo a valorizar o sexo. Os elementos apontados como centrais na masculinidade – virilidade, capacidade para o trabalho, honra, sucesso – foram reforçados como incompatíveis com o alcoolismo e destacados como ideais e desejáveis em todos os homens, vitais para a construção da masculinidade (MATOS, 2001, p. 45).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa se mostrou relevante na medida em que propôs investigar o que os homens produzem em relação aos comportamentos exigidos pelo ‘ser masculino’ e por favorecer a percepção/identificação de como tem sido tratado na contemporaneidade esse tipo de conteúdo



pelos sujeitos; e, portanto, quais as representações sociais que são criadas/reificadas nestes espaços dinâmicos e interativos como são os sites/blogs/redes sociais na atualidade.

Questionamos se os grupos/comunidades virtuais formados em torno de uma rede social e/ou outra ferramenta da internet, como os blogs favorecem uma (re)construção social a respeito das masculinidades ou terminam reafirmando representações sociais amplamente diem outros âmbitos de socialização – onde, em geral, há valorização de uma masculinidade hegemônica. Através da análise pudemos perceber que de fato, no contexto virtual estudado, são reproduzidos os estereótipos de gênero que reforçam a ideia de existência de uma masculinidade hegemônica, superior as demais formas de expressão das masculinidades, bem como das feminilidades. Fato que também corrobora para manutenção de uma cultura em que o homem é considerado provedor, chefe, patriarca e há desvalorização do feminino (machismo).

Desta maneira, acreditamos que os espaços de debates virtuais podem ser geradores de reflexão e consequente construção de novas representações sociais que implicariam também tomada de novos posicionamentos. Mas, no blog estudado, ainda que os autores se coloquem de forma a fazer postagens de “humor”, o conteúdo das publicações acaba reiterando as representações que historicamente se colocam em relação a figura masculina.

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CASTELLS, M. *A Sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CONNEL, R. W.; MESSERSCHIMIDT, J. W. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. Em: *Revista Estudos Feministas* (Universidade Federal de Santa Catarina), v. 21, n.1/2013. Florianópolis, UFSC, 2013.

GOMES, R. *Sexualidade Masculina, Gênero e Saúde*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

_____. *A Saúde do Homem em Foco*. São Paulo: UNESP, 2010.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001



MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em Psicologia Social*. Petropolis, RJ: Vozes, 2013.

MAZZOTTI, A. J. A.; CAMPOS, P. H. F. *Cibercultura: uma nova 'era das representações sociais'*?. Disponível em: <http://ticpe.files.wordpress.com/2013/02/mazzotticampos_rscibercultura.pdf> Acesso em: fev 2015.

ROSSI, R. Masculinidades e interseccionalidade na vivência de territórios instituídos por adolescentes em conflito com a lei. Em: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN Jr, A. B. (org) *Espaço, Gênero e Masculinidades Plurais*. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2011.

SÁ, C. *A construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SILVA, J. M.; SILVA, M. das G. S. N. Introduzindo as Interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: em direção às pluriversalidades do saber geográfico. Em: SILVA, M. das G. S. N.; SILVA, J. M. (org) *Interseccionalidades, Gênero e Sexualidades na Análise Espacial*. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2014.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J. Espaço e Múltiplas Masculinidades: um desafio para o conhecimento geográfico brasileiro. Em: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN Jr, A. B. (org) *Espaço, Gênero e Masculinidades Plurais*. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2011.

TESTOSTERONA, Blog. Disponível em: <<http://www.testosterona.blog.br>>; Acesso em fev 2015.



FEMINIZAÇÃO DA GRADUAÇÃO EM MEDICINA: INTERFERÊNCIAS REGIONAIS EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

MINELLA, Luzinete Simões

Profa. do PPG Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC

simoesluzinete@gmail.com

325

Resumo

O artigo dá continuidade a uma pesquisa anterior e analisa o perfil sócio-econômico, geracional e étnico dos/as estudantes e aspirantes dos cursos de graduação em Medicina em dois estados brasileiros, Bahia e Santa Catarina. A abordagem se respalda nas contribuições de autoras do campo de Gênero e Ciências, bem como nos estudos que abordam a participação das mulheres na área da medicina no Brasil. As interseções entre gênero, gerações, classe e etnia são privilegiadas, de modo a contribuir para o debate sobre a feminização da área, observando as interferências regionais na configuração dos perfis encontrados nas instituições. Além da revisão da literatura, a metodologia da pesquisa incluiu o levantamento de dados secundários sobre sexo, renda familiar, idade, cor e origem dos/as estudantes entre 2005 e 2015, registrando-se pequenas variações nestas datas limite, conforme a instituição. Os dados foram obtidos em universidades públicas (UFBA e UFSC), bem como em universidades da rede privada (FTC e EBMSM na Bahia e UNIVALI e UNESC em Santa Catarina). Na UFBA e na UFSC, foram sistematizadas as informações sobre os/as estudantes classificados/as, contidas nos questionários sócioeconômicos aplicados durante a inscrição no Concurso Vestibular. Quanto à rede privada, os dados foram levantados de acordo com as informações disponíveis nas bases das instituições consultadas. Assim, na FTC os dados se referem aos candidatos/as, ou seja aos/às inscritos/as nos exames de seleção. Na UNIVALI, dizem respeito aos/às formandos/as. Na EBMSM e na UNESC, se referem aos/às classificados/as e aprovados/as, respectivamente. O trabalho integra um projeto em andamento intitulado “Graduação em Medicina: perfil dos/as estudantes, impacto das cotas e interferências de gênero”, financiado pelo CNPq.

Palavras-chave: Gênero. Interseções. Feminização. Medicina.

Abstract

The article resumes a previous research and analyzes the socio-economic, generational and ethnic profile of the students and aspirants to undergraduate courses in medicine in the states of Bahia and Santa Catarina in Brazil. The approach is based on the contributions of authors from the Gender and Sciences field, as well as on studies that address the participation of women in the medical area in Brazil. I privilege the intersections between gender, generations, class and ethnicity, aiming at contributing to the debate about the feminization of the area, observing the regional interferences in the configuration of profiles found in the institutions. In addition to the literature review, the research methodology included the collection of secondary data on sex, family income, age, color and origin of the students between years 2005 and 2015, registering slight variations in these deadlines, according to each institution. The data were collected from public universities (UFBA and UFSC) as well as from private universities (FTC and EBMSM in Bahia, and UNIVALI and UNESC in Santa Catarina). UFBA and UFSC systematized the information about the students who passed the university entrance exam (vestibular),



which was collected from the socioeconomic questionnaires given during their registration for the exam. As for the private universities, data were collected according to the information available on the basis of the institutions surveyed. Thus, in FTC the data refer to candidates i.e., to the people registered in the selection examination. In UNIVALI, they are concerned with the graduates. In EBMSP and UNESC, the data refer to the ranked and the approved, respectively. The work is part of an ongoing project entitled "Graduate in Medicine: profile of the students, the impact of quotas and gender interferences", funded by CNPq.

Key words: Gender. Intersections. Feminization. Medicine.

INTRODUÇÃO

Nos países ocidentais tem sido crescente a participação das mulheres nas carreiras acadêmicas, inclusive na área da Medicina, conforme apontam os estudos de Nathalie Lapeyre e Nicky Le Feuvre (2005), na França; Maria do Céu Soares Machado(2003), em Portugal; Elianne Riska (2001) e Magdalena Rosende (2008), sobre distintos países europeus, entre outros. Pesquisas realizadas em trinta países pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2009) revelaram que as mulheres são maioria desde os anos 2000 nas escolas de medicina dos Estados Unidos e do Canadá, do mesmo modo queconstataram um processo de feminização acelerada em países europeus, tais como Inglaterra, Irlanda e Noruega.

Analisando a situação no contexto brasileiro, entre os anos de 1910 e 2010, Mário Scheffer e Alex Jones F. Cassenote consultaram e sistematizaram os dados dos vinte e sete Conselhos Regionais de Medicina, da Comissão Nacional de Residência Médica e da Associação Médica Brasileira e concluíram que a presença das mulheres se incrementou gradativamente nesse período, destacando que“[...] desde 2009, entre os novos médicos em atividade, os homens ainda predominam (60,1%), mas no grupo com 29 anos ou menos as mulheres já são maioria” (2013, p. 168).

O ingresso das mulheres no ensino superior brasileiro teve início no final do século XIX, expandindo-se de modo significativo em várias carreiras a partir dos anos setenta do século XX, gerando um processo que tem sido chamado de feminização. Com esse termo, entendemos que a literatura especializada se refere não apenas a um aumento estatístico, mas às interferências de gênero nas escolhas e no exercício das atividades profissionais. Consideramos ainda que tal



processo é tributário de vários fatores, notavelmente os avanços da escolarização das mulheres, apontados em pesquisas de Nara Azevedo e Luís Octávio Ferreira (2006), bem como em um estudo posterior liderado por este último em 2008, por exemplo.

A primeira pesquisa constata que as políticas educacionais implantadas no Brasil a partir da década de 1920, gradativamente institucionalizadas no período Vargas, favoreceram a inserção profissional das mulheres na academia e na produção do conhecimento, tendo impacto significativo nos sistemas de gênero (AZEVEDO; FERREIRA, 2006). A segunda dá continuidade ao tema e investiga a crescente escolarização das mulheres no nível superior a partir dos anos 40, indicando suas repercussões na institucionalização do conhecimento científico e na profissionalização da pesquisa. Os/as autores analisam artigos de quatro revistas científicas publicadas entre os anos de 1939 e 1969, observando que, embora aqueles elaborados pelas mulheres não atingissem nem mesmo a metade da produção masculina, constituíam um avanço em relação a períodos anteriores (FERREIRA et al., 2008).

Na década anterior, Maria Helena B. Trigo (1994) constatou a importância da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, para o ingresso das mulheres na academia e as consequentes mudanças de valores de gênero dentro e fora dessa instituição. O estudo sugere justamente que essa entrada em certas carreiras exerce, direta ou indiretamente, influência sobre escolhas e projetos profissionais, contribuindo para uma visão mais ampla das oportunidades e uma revisão dos valores tradicionais.

Em um livro que se tornou um marco referencial na área, Fanny Tabak (2002) afirmou que até os anos 90 do século XX as carreiras científicas e tecnológicas ainda não eram uma prioridade para as estudantes do segundo grau. No caso da medicina, a autora ressalta a feminização do campo a partir dos anos 70, lembrando, por exemplo, que na Universidade Federal do Rio de Janeiro apenas 35% do contingente do curso de graduação era composto por mulheres no ano de 1977, ao passo que em 1990 a proporção quase dobrava, chegando a 62,0%. Os dados levantados pela autora nessa instituição mostraram que uma situação semelhante ocorreu na engenharia, outra área ocupada majoritariamente pelos homens.

Moema de Castro Guedes, em uma perspectiva também histórica, focalizou a presença das mulheres nos cursos universitários e nas pós-graduações, situando-a no contexto das grandes mudanças da sociedade brasileira. A autora analisou os resultados de quatro Censos Demográficos do IBGE, de 1970 a 2000, constatando que, neste período, as mulheres já



representavam a maioria (60%) dos formados entre os mais jovens. Os dados confirmavam também uma “expressiva entrada feminina em cursos tradicionalmente masculinos” (2008, p. 117).

Além desses avanços, a elaboração deste trabalho leva em conta também que o aumento expressivo da participação das mulheres na academia e na produção do conhecimento científico é tributário das conquistas dos movimentos feministas, que sem dúvida impulsionaram direta ou indiretamente várias mudanças a nível mundial, favorecendo uma maior igualdade de gênero – juntamente com outros fatores. Conforme aponta o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (BANCO MUNDIAL, 2011), entre os avanços nesse sentido se destacam: o aumento da expectativa de vida para mulheres, atingindo 71 anos em média global, contra 67 anos para os homens; a queda do número de filhos por mulher, mesmo nos países mais pobres; um expressivo aumento do número de matrículas escolares de meninas e mulheres na educação fundamental, secundária e no ensino superior, a partir de 1970.

Políticas educacionais como transferências condicionais de renda, implantadas em mais de trinta países, também têm contribuído nessa luta pela igualdade, sendo muitas delas explicitamente voltadas para crianças em geral e meninas em particular (BANCO MUNDIAL, 2011). Essas e outras políticas, bem como as mudanças na formação das famílias, resultantes do casamento tardio e da fertilidade reduzida, entre outros fatores, tiveram um impacto significativo sobre a participação das mulheres na força de trabalho, registrando-se em dez países da América Latina um incremento de aproximadamente dois terços dessa participação. Devido ao aumento da renda que ocorreu em muitos países, desde os anos 80, “a taxa de participação feminina em cada nível de renda tem aumentado acentuadamente ao longo do tempo” (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 12).

Evidentemente, o Relatório também destaca a persistência dos “hiatos de gênero”¹ e das desigualdades de gênero² (entre elas a segregação e as disparidades salariais), elaborando

¹Segundo o Relatório (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 12), os hiatos de gênero permanecem grandes para as populações seriamente desfavorecidas, “onde a pobreza é combinada com outros fatores de exclusão, tais como etnia, casta, distância, raça, deficiência física ou orientação sexual”.

² Entre elas, as mulheres participam mais de atividades de baixa produtividade do mercado informal, recebendo salários mais baixos. A mortalidade de meninas e mulheres continua alta, devido às preferências por filhos homens e à mortalidade materna, às epidemias (AIDS) etc. Persistem também diferenças de gênero na utilização do tempo, no acesso a bens e créditos (terra e outros insumos) e no tratamento por parte do mercado e das instituições formais, além de menos voz para as mulheres na sociedade e na tomada de decisões nos domicílios (BANCO MUNDIAL, 2011).



assimvárias recomendações para uma agenda global desua superação, na qual as políticas educacionais de estímulo à formação profissional das mulheres ocupam lugar central(BANCO MUDIAL, 2011).

No Brasil, dados atuais do IBGE (2012) também sinalizam avanços importantes coexistindo com as desigualdades. Uma análise do perfil educacional das mulheres no mercado nacional de trabalhorevelou que, em 2009, 61,2% das trabalhadoras haviamatingido onze anos ou mais de estudos (com pelo menos o ensino médio completo), enquantoque no caso dos homens o percentual correspondia a 53,2%. Assim como “a parcela de mulheres ocupadas com curso de nível superior completo era de 19,6%, superior ao dos homens (14,2%) [...] nos grupos com anos de estudos com menos escolaridade, a participação dos homens era superior a das mulheres” (IBGE, 2012, p. 05).

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego,as mulheres eram maioria entre estudantes universitários dos 18 aos 24 anos no ano de 2010, correspondendo a 57,1% do total nessa faixa etária. Considerando a população total nessa faixa, as mulheres também estão em vantagem, com 15,1% contra 11,4% de homens. Uma diferença maiorfoi encontrada no nível superior completo, onde 12,5% das mulheres concluíram cursos de graduação, contra 9,9% dos homens. Coincidindo com o balanço mundial arespeito dos hiatos de gênero, a pesquisa constatou também que, no Brasil, não obstante os avanços, persistemdesigualdades de rendimento, principalmente entre as pessoas mais escolarizadas, e os homens continuam recebendo salários mais altos do que as mulheres (IBGE, 2010).

Considerando os resultados desses estudos e visando a contribuir para os debates e para as políticas educacionais, esta pesquisa focaliza a feminização da carreira médica a partir de uma perspectiva de gênero, analisando o perfil sócio-econômico, geracional e étnico dos/as estudantes, aspirantes e egressos dos cursos de graduação em Medicina das redes pública e privada de ensino, em dois estados brasileiros – Bahia e Santa Catarina³.A investigação nesses estados permitirá identificar algumas semelhanças e diferenças entre diferentes contextos regionais do país.

³Este trabalho dá continuidade a estudos anteriores e integra um projeto em andamento intitulado “Graduação em Medicina: perfil dos/as estudantes, impacto das cotas e interferências de gênero”, iniciado em março de 2015 e com previsão de conclusão em fevereiro de 2018. Financiamento: CNPq.



GÊNERO E CIÊNCIAS: MULHERES NA CARREIRA MÉDICA

A abordagem adotada e detalhada no próximo tópico, situa-se no campo que vem sendo denominado mais amplamente de Gênero e Ciências⁴. Torna-se importante evidenciar que uma revisão da literatura no Brasil, feita em estudo precedente (MINELLA, 2013b), procurou identificar as tendências de investigação e observou que a maioria dos estudos tem sido influenciada por algumas obras de referência, produzidas principalmente no contexto anglo-saxão dos anos 80 do último século, nas quais são elaboradas várias críticas feministas às interferências de gênero nas construções científicas. Entre elas, as de Donna Haraway (1994; 1995), Sandra Harding (1996), Londa Schiebinger (2001) e Evelyn Fox Keller e Longino (1996) e Fox Keller (2001), autoras que também têm inspirado um debate sistematizado por Maria Margaret Lopes (1998; 2006a; 2006b) – uma das pioneiras do debate no Brasil, entre outras.

O presente estudo pode ser identificado mais especificamente com uma das vertentes do campo citado, que inclui investigações sobre a participação das mulheres nas carreiras científicas, o acesso, as escolhas profissionais, a permanência e as interferências de gênero em sua construção. No que se refere aos debates no Brasil, destacamos significativas contribuições de publicações pioneiras da Fundação Carlos Chagas, publicadas na década de 1970; inúmeros artigos publicados pelos *Cadernos Pagu*, a partir do final dos anos 90; pelos *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/Pr) e pela *Revista Tecnologia e Sociedade*, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PPGTE/UTFPR). Inspiram ainda vários artigos publicados nessas e em outras fontes, de autoras como Hildete Pereira de Melo (2010), Melo e Casemiro (2004), Melo e Lastres (2006), Melo e Oliveira (2006), Melo e Rodrigues (2006), Carla Giovana Cabral (2005; 2006a; 2006b; 2008), Maria Rosa Lombardi (2005; 2006a; 2006b; 2008), entre outras. Os avanços representados por este conjunto de contribuições foram analisados em um artigo referido anteriormente (MINELLA, 2013b).

⁴ A partir dos debates que têm ocorrido no âmbito da História das Ciências, destaca-se o artigo de Maria Margaret Lopes, intitulado “Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade”, *Cadernos Pagu* (27), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 2006, pp.35-61. Esta autora explora as especificidades epistemológicas das áreas denominadas gênero e ciências, gênero em ciências e estudos feministas da ciência.



Pode-se dizer que o enfoque pretendido aproxima ainda de vários estudos mais recentes sobre a questão da feminização das profissões em várias carreiras, tais como: odontologia (COSTA, DURÃES, ABREU, 2011); ciência e tecnologia (OLINTO, 2011; ABREU et al., 2014); advocacia e magistratura (BARBALHO, 2008; BONELLI, 2013); várias carreiras de ensino superior (CRUZ, 2012); física (LIMA, 2013), além da coletânea organizada por Yannoulas (2013), que inclui vários textos sobre a feminização das profissões e ocupações.

A visão sobre o perfil atual dos/as estudantes da graduação em Medicina no Nordeste e no Sul do país se ampara também na análise da literatura específica sobre mulheres na medicina, apresentada em estudo anterior sobre as trajetórias das pioneiras (MINELLA, 2015), segundo pesquisas realizadas por Maria Lúcia Mott (1994; 1998; 2005) e Mott et al. (2008) sobre Madame Durocher e Marie Renotte; por Elisabeth Juliska Rago (2007), a respeito da médica baiana Francisca Prager Froés; Iole Vanin (2008), sobre as primeiras médicas, farmacêuticas e odontólogas formadas pela Faculdade de Medicina da Bahia entre 1879 e 1949 e ainda análises de Monica Schpun (1999; 2010) acerca da carreira profissional e política da médica e deputada federal Carlota Pereira de Queiróz. A partir do resgate de variadas e ricas fontes históricas, essas autoras revelaram as peculiaridades do horizonte histórico enfrentado pelas pioneiras, cuja entrada na área se deu entre os finais do século XIX e o início do século XX.

No caso de pesquisas voltadas para períodos mais recentes, este estudo leva em conta valiosos escritos como os de Léa Camillo-Coura, Célia Lúcia Monteiro Castro e Lúcia Camillo-Coura (1995), a respeito das percepções das médicas sobre a discriminação profissional; da coletânea intitulada “Os médicos no Brasil: um retrato da realidade”, organizada por Maria Helena Machado (1997); de Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi (1999), sobre mulheres “em carreiras de prestígio”; de Fanny Tabak (2002), sobre a situação das mulheres em várias categorias profissionais, incluindo a medicina; de Hildete Pereira de Melo e Maria Carolina Pereira Casemiro (2004), acerca das desigualdades de gênero na composição da Academia Nacional de Medicina e a Academia Brasileira de Ciências; de Tania Steren dos Santos (2004), sobre as interferências do gênero e das gerações nas percepções das médicas sobre preconceitos e discriminações e as relações entre a vida doméstica e a profissional; de Luiz Roberto Millan (2005), a respeito das relações entre a vocação médica e o gênero junto aos alunos da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.



Finalmente, ressaltamos que o enfoque privilegia as interseções do gênero com outros marcadores da diferença - classe, raça/etnia e gerações - de modo a refletir sobre o acesso das mulheres à carreira médica. Autoras como Kimberlé Creenshaw (2002), Avtar Brah (2006), Verena Stolcke (2006) e Adriana Piscitelli (2008) contribuem para uma compreensão das sobreposições entre os sistemas discriminatórios, suas interações e os distintos tipos de opressão que representam e que potencializam uns aos outros, gerando múltiplas desvantagens.

ABORDAGEM E PROCEDIMENTOS: LIMITES E POSSIBILIDADES

Apresentamos e discutimos aquidados das instituições pesquisadas, procurando identificar semelhanças e diferenças entre os procedimentos adotados nas instituições das redes pública e privada⁵. Até o momento, a abordagem tem sido quantitativa, mas nas etapas posteriores está prevista a realização de entrevistas, no intuito de indagar sobre as interferências de gênero na escolha da carreira e das especialidades médicas, principalmente entre cotistas.

Entre as instituições da rede pública, foram selecionadas a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Informações sobre 1.259 e 805 estudantes foram sistematizadas, respectivamente, sendo obtidas através dos questionários socioeconômicos aplicados durante a inscrição nos exames vestibulares de cada instituição; foram selecionadas somente as variáveis sexo, faixa etária, renda familiar, cor/etnia e origem escolar dos aprovados e classificados entre 2005 e 2012. O levantamento foi realizado junto às pró-reitorias e aos núcleos de processamento de dados, entre os anos de 2012 e 2014, por meio de consulta aos vários relatórios disponíveis nos sites dessas instituições. Entretanto, não foi possível desagregar as variáveis de forma a considerar como independente a primeira delas

⁵Na Bahia eram, em 2012, cinco cursos funcionando nas seguintes instituições: a) Faculdade de Medicina da Bahia (FMB/Universidade Federal da Bahia), criado em 1832; b) Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, nascido em 1952; c) Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC, 2000; d) Universidade Estadual de Feira de Santana/UEFS, 2003; e) Faculdade de Ciência e Tecnologia/FCT, fundado em 2004. Em Santa Catarina, os cursos encontrados foram criados em período mais recente, entre 1960 e 2005, instalados nas seguintes instituições: a) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1960; b) Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Campus da Grande Florianópolis, Unidade Pedra Branca, 1998; c) Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Campus Tubarão, 1998; d) Universidade de Joinville (UNIVILLE), 1998; e) Graduação em Medicina da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Campus de São Miguel do Oeste, 2001; f) Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), 2005; g) FURB – Universidade de Blumenau, 1989; h) Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), 1998; i) Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), 2003; j) Universidade do Vale de Itajaí (UNIVALI), 1998.



(sexo); por consequência, as categorias mulheres e homens não foram separadas nas discussões sobre idade, renda, origem escolar e cor/etnia. Avaliamos que, apesar desse limite, os dados obtidos contribuem para o entendimento geral do perfil dos/as estudantes e para uma compreensão do processo de feminização da área.

Quanto às instituições privadas, várias dificuldades foram enfrentadas, desde a falta de respostas às nossas insistentes solicitações até a carência de informações minimamente sistematizadas. Depois de várias tentativas, as universidades com cursos de medicina previamente selecionadas – Universidade de Joinville (UNIVILLE), em Santa Catarina, e Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), na Bahia – foram substituídas, acrescentando-se outras instituições. Assim, em Santa Catarina foram incluídas a Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) e a Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), campus Criciúma. No estado da Bahia, a Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP) e a Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC). Os segmentos abordados também foram redefinidos a partir dos dados aos quais tivemos acesso. O levantamento de dados nessas instituições iniciou-se em 2013 e se estendeu até o segundo semestre de 2015.

Na EBMSP sistematizamos os dados sobre sexo, idade, renda e origem escolar de 1.300 estudantes classificados no exame seletivo entre 2006 e o primeiro semestre de 2013. Não encontramos informações sobre cor nem os dados relativos ao ano de 2009. No caso da FTC, na impossibilidade de acessar as informações sobre aprovados/as e classificados/as no exame vestibular, foram sistematizados os dados dos/as 32.536 inscritos/as no curso entre 2009 e 2013. Não encontramos registros sobre cor e/ou pertencimento étnico, nem sobre origem escolar. Em Santa Catarina, obtivemos os dados sobre sexo, idade e cor dos/as 476 egressos/as do curso da UNIVALI, entre 2005 e 2012, não tendo sido encontradas informações sobre renda e origem escolar; esta instituição parece não contar com informações sistemáticas sobre os/as classificados/as. No caso UNESC, foram levantados os dados sobre sexo, idade e origem escolar dos/as 519 classificados/as entre 2010 e 2015. A instituição não sistematiza dados sobre renda familiar e cor/etnia dos/as estudantes.

De um modo geral, portanto, os dados sobre o perfil dos/as estudantes nas instituições públicas estão mais completos. Conforme o Quadro I, a seguir, os dados foram sintetizados a partir das informações disponíveis, sendo considerados segmentos distintos e uma pequena diferenciação nos períodos (iguais em três instituições e ligeiramente distintos em três delas).

**QUADRO 1 – INSTITUIÇÕES, PERÍODOS E SEGMENTOS**

Instituições	Período	Segmentos	Total de estudantes
UFSC	2005 a 2012	Classificados/as	805
UFBA	2005 a 2012	Classificados/as	1.259
UNIVALI	2005 a 2012	Formados/as	476
EBMSP	2006 a 2013.1	Classificados/as	1.300
FTC/BA	2009 a 2013	Inscritos/as	22.536
UNESC	2010 a 2015.1	Classificados/as	519

Fonte: Levantamento de campo feito pela autora entre 2012 e 2015.

Tem-se portanto, seis instituições, duas públicas federais (uma em cada estado) e quatro privadas, sendo duas em cada estado. Os dados da UFSC, da UFBA, da EBMSP e da UNESC dizem respeito aos/às estudantes que foram aprovados e classificados nos exames seletivos. Os dados da FTC se referem aos inscritos/as no vestibular e os da UNIVALI aos/às egressos/as que se formaram. Quanto aos períodos, houve uma coincidência nos casos da UFSC, UFBA e UNIVALI, de 2005 a 2012; na FTC, encontramos informações de 2009 a 2013.1; na Baiana, de 2006 a 2013.1, faltando apenas o ano de 2009. Em todas as instituições foi possível obter informações sobre sexo e idade. Em três instituições privadas (FTC, EBMSP e UNESC) a falta de registros institucionais sobre a cor talvez possa ser explicada pela inexistência de cotas – fato que, no entanto, não ocorreu na UNIVALI, onde conseguimos informações sobre a cor daqueles/as que se formaram.

Ressaltamos ainda que a revisão da literatura tem se dado paralelamente aos demais procedimentos da pesquisa, focalizando desde a trajetória das pioneiras no campo da medicina no Brasil até um balanço dos temas abordados e das metodologias utilizadas em diferentes estudos sobre as relações entre gênero e ciências, com o objetivo de identificar suas lacunas e interrogar até que ponto as interseções gênero, classes, gerações e etnia tem sido contempladas (MINELLA, 2013a; 2013b).



O PERFIL NAS REDES PÚBLICA E PRIVADA: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

Do ponto de vista interseccional, os resultados do levantamento sinalizam que o perfil dos/as estudantes da rede pública se caracteriza pela crescente participação das mulheres; pela presença majoritária de jovens; por uma maior diversidade de pertencimento aos estratos sócio-econômicos, aliada aos avanços no quesito cor, estes últimos mais expressivos na UFBA. Na rede privada, as duas primeiras características também foram constatadas, mas há diferenças em relação às demais. Na UFBA, entre os/as 1.259 classificados no curso entre 2005 e 2012, para uma média de 160 vagas, a maioria foi do sexo masculino – 58,9% contra 41,1% de mulheres⁶. A UFSC apresenta proporções semelhantes (Tabela 1 em anexo), para uma média de 100 vagas por ano, prevaleceram também os homens (55,29%) contra um número significativo de mulheres (44,71%).

Tanto na Bahia quanto em Santa Catarina, a tendência à feminização da rede privada se assemelha à da rede pública, com ligeiras variações. Na FTC, entre os/as inscritos/as no exame vestibular, as mulheres também constituíram maioria, ou seja, 20.447, correspondendo a 62,8%, enquanto os homens representaram 12.089, totalizando 37,16%; em 2009, inscreveram-se 2.068 mulheres (61,0%), contra 1.369 homens (39,0%); em 2013, a proporção de mulheres que realizaram a inscrição aumentou, sendo 4.262 (66,8%) contra 2.178 (33,2%) homens. Na EBMS, dos 1.300 aprovados entre 2006 e 2013, embora faltem as informações sobre o ano de 2009, é possível observar a mesma tendência: o número de mulheres chegou a 728 (56,0%) enquanto os homens atingiram 547 (42,1%); vinte e cinco estudantes não declararam o sexo, chegando a representar 1,92%.

Em Santa Catarina, observa-se tendência semelhante: entre os/as classificados/as da UNESC entre 2010 a 2015, tem-se 59,8 homens contra 40,2% mulheres. Na UNIVALI, dos/as 476 formados/as entre 2005 e 2012, as mulheres também prevaleceram, totalizando 240 (50,4%) sobre os 236 homens (49,6%). Observando a evolução ao longo dos anos, constatamos que em 2005 apenas 15 mulheres contra 20 homens concluíram o curso; já em 2012, o número delas subiu para 30 e o deles para 31.

Os estudos de June Hahner (2003), Elizabeth Rago (2007) e Monica Schpun (1999; 2010), revelam que as pioneiras da medicina no Brasil foram uma exceção em turmas

⁶Vale ressaltar que a proporção de homens foi mais alta no curso de Medicina da UFBA do que aquela registrada como média em todas as áreas entre 2005 e 2008: homens, 50,6% e mulheres, 49,4 (UFBA, 2008).



majoritariamente constituídas por homens. Também ressaltam que elas atuaram nas áreas de ginecologia, obstetrícia e pediatria, tal como a maioria daquelas que entraram na academia nas décadas subsequentes, configurando um nicho profissional.

Como demonstra José Tavares-Neto (2008), entre os anos 1812 – quando a primeira turma da Faculdade de Medicina da Bahia concluiu seus estudos – e 1912, ou seja, no espaço de um século, 2.691 homens se diplomaram contra apenas sete mulheres (0,26%). Aproximadamente um século depois, entre 1913 e 2008, embora a presença delas tenha se tornado numericamente significativa a partir da década de 50, tem-se um total de 7.518 homens titulados, contra 2.731 mulheres (73,45 contra 26,6%), segundo o pesquisador. Considerando o total de diplomados/as ao longo de dois séculos, tem-se portanto, 10.209 homens e 2.738 mulheres (12.947 no total geral, sendo 78,8 homens contra 21,2% de mulheres) e tais números são importantes justamente porque ressaltam a forte assimetria de gênero que se instalou no período.

Iole Vanin (2008) resalta que, na Bahia, o incremento da participação das mulheres deu-se mais nos cursos de farmácia e odontologia e menos no curso de medicina, pois entre os anos de 1879 e 1949 (quando esses três cursos eram ofertados pela Faculdade de Medicina) formaram-se 168 mulheres em Farmácia, 160 em Odontologia e 84 em Medicina. A autora assinala que havia mais mulheres naquelas áreas menos prestigiadas, ligadas ao atendimento às próprias mulheres e às crianças.

Maria Lúcia Mott et al. (2008) analisam o perfil de médicos e médicas que se diplomaram em São Paulo entre os anos de 1892 e 1932, mediante consulta aos dados disponíveis no Centro de Memória da Saúde Pública de São Paulo, concluindo que o número de médicas registrado no período equivalia a apenas 1,0%. Essa proporção se manteve durante décadas no país. Maria Helena Machado (1997) sinaliza que o processo de feminização da carreira teria se iniciado depois da metade do século XX, mostrando que, se em 1940 o contingente feminino equivalia a apenas 1,0%, na década de 1990 a proporção tinha atingido 35,0% –sendo que no segmento com menos de trinta anos as mulheres representavam 50,0%. Também Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi (1999), já citadas neste artigo, encontram percentual semelhante (38,0%) nesse último período, quando analisam a presença das mulheres “em carreiras de prestígio”, ou seja, atuantes nas áreas de medicina, arquitetura,



direito e engenharia, ponderando inclusive diversos aspectos relativos às especificidades desse processo.

Estudos mais recentes feitos no Brasil, por exemplo, evidenciam a intensificação da feminização do campo da medicina. Ao observar a evolução da população de médicos segundo o sexo, a partir de uma ampla base de dados, Scheffer e Cassenote (2013, p. 270) assinalam que “as mulheres aparecem com 22,0% e 21,0% nos anos de 1910 e 1920, em relação ao total”. O percentual recua para 19,10% em 1930 e cai mais ainda nos anos posteriores, atingindo 12,99% em 1960. Mas a partir de 1970 é possível observar que o percentual sobe paulatinamente para 23,47% em 1980; 30,80% em 1990; 35,82% em 2000; até atingir 39,91% em 2010” (2013, p. 270).

Conforme assinalamos no início deste artigo, esta tendência nacional reflete o panorama internacional. Riska (2001) afirma que, em 1950, a proporção de mulheres na profissão médica diferia muito de um país para o outro: nos Estados Unidos 6% eram mulheres; na União Soviética, 77%; na Finlândia, 21%. Nos demais países escandinavos (Dinamarca, Noruega e Suécia), em torno de 10,0%. Cinquenta anos depois, a situação na Rússia se manteve, nos países escandinavos há um equilíbrio e nos EUA as mulheres alcançaram 25%. Diante desse incremento, a autora levanta algumas questões relevantes que, sem dúvida, merecem estudos específicos e análises comparativas: as mulheres estão mudando a medicina? A medicina tem se transformado num trabalho para mulheres? As políticas da área estão preparadas para absorver essa mudança e promover os ajustes necessários?(RISKA, 2001).

Com relação à idade, observamos que as instituições trabalham com intervalos ligeiramente distintos. Evitamos uma padronização para manter uma fidelidade aos seus critérios, considerando que devem refletir, de alguma forma, peculiaridades regionais. Os dados levantados, tanto na rede pública quanto na privada, mostram a predominância de uma população jovem, confirmando as tendências observadas no país, segundo o Censo de Educação Superior(INEP, 2013).

Na UFBA, rede pública da Bahia, a faixa entre 17 e 19 anos representa 60,7%, destacando-se no período considerado; entre 20 e 25 anos, o percentual é significativo, atingindo 31,76%; a partir dos 25 anos poucos foram os que ingressaram, registrando-se apenas 6,04% entre 25 e 47 anos e mais. Do ponto de vista geracional, observamos um perfil jovem também entre os anos de 2005 e 2008 em todos os cursos da área das Ciências Biológicas e



Profissões de Saúde, quando os/as inscritos/as atingiram 77,0% a 85,0%, configurando os maiores percentuais entre todas as áreas (UFBA, 2008, p. 20). Os dados da UFSC mostram proporções semelhantes: a maior parte se concentra na faixa entre 19 a 24 anos, correspondendo a 77,86%; até 18 anos, eram 13,11%, com significativo declínio a partir dos 25 anos. Entre esse limite e os 29 anos, tem-se apenas 6,61% de estudantes; entre 30 a 34 anos, 1,65% e, finalmente, acima dos 35 anos, apenas 0,77%.

Na rede privada, especialmente na FTC e na EBMSp, observamos uma concentração maior na faixa até 18 anos. Entre os/as inscritos/as na FTC, tem-se 15.949, ou seja, uma maioria com até 18 anos, representando 49,2%; na faixa seguinte, entre 19 e 25 anos, há também um número expressivo: 10.991 (33,8%); apenas 17,2% do total se concentra acima dos 26 anos, sendo que apenas 3,0% tinha 40 anos e mais. Na EBMSp, também constatamos uma alta concentração até os 20 anos de idade: 1.090 estudantes, correspondendo a 83,9%; entre 21 e 24 anos há uma queda expressiva: 141 estudantes, ou seja, 10,8%; entre 25 e 40 anos registraram-se apenas 43 estudantes, isto é, 3,3%, e ninguém acima dos quarenta anos.

Na rede privada de Santa Catarina, a mesma tendência foi constatada. Na UNESC, cerca de 17,0% tem entre 18 e 20 anos, a maioria se concentra entre 21 e 25 60,0% e apenas 14,4% encontra-se entre 26 e 30 anos. A partir desse limite, as frequências mostram-se rarefeitas. Entre os 476 formados/as da UNIVALI, 292 deles concluíram o curso entre 23 e 25 anos, ou seja, uma maioria que representa 61,3%; em segundo lugar, tem-se a faixa entre 26 e 28 anos, representativa de 147 formados/as (30,9%); entre os 29 e os 40 anos, o percentual atingiu apenas 6,7% e não houve formados acima de 41 anos.

A diplomação em torno dos vinte e poucos anos se mantém na área, sendo frequente também entre as pioneiras. Por exemplo, Rago (2007) mostra que Francisca Prager Froés se formou em 1893 aos 21 anos e Hahner (2003) esclarece que Rita Lobato se formou aos 21 anos e Ermelinda Lopes Vasconcelos aos 22 anos. Segundo os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), o percentual de estudantes que frequentavam a educação superior representava cerca de 30,0% da população do Brasil na faixa etária de 18 a 24 anos em 2012 (PNAD/IBGE, 2012)⁷.

⁷Dados detalhados sobre juventude e ensino superior, incluindo idade versus cor, estão disponíveis em: MESQUITA, Marcos Roberto; MARQUES JÚNIOR, Gessé; SIMÕES, Anderson Azevedo. A Juventude Brasileira e a Educação. Disponível em <cemj.org.br/RevistasPDF/Revista_Juventude_dezembro_2012_p.4.pdf>.



Quanto à origem escolar, no caso da rede pública, constatamos diferenças regionais. Na UFBA, prevaleceram as escolas privadas (54,5% contra 45,5% das públicas) em todo o período considerado. Na UFSC, os dados do vestibular de 2012 mostram que também houve uma prevalência maior das escolas privadas (70,0% contra 30,0% das públicas). Certamente nos períodos anteriores à implantação do Programa de Ações Afirmativas (PAA) o predomínio das escolas privadas era maior. Os dados deste Programa na UFSC evidenciam que, antes da sua implantação, entre 2004 e 2007, o percentual médio de classificados/as oriundos/as de escolas públicas equivalia a apenas 18,1%. Entre 2008 e 2012, o percentual médio passou para 32,1%. Portanto, no caso da UFSC, o percentual daquelas/as que realizaram o ensino secundário nas escolas públicas e que ingressaram em 2012, ficou dentro da média. Além de outras peculiaridades socioculturais e econômicas regionais, as diferenças certamente se explicam também devido à implantação do PAA na UFBA ter antecedido em três anos a da UFSC. No caso da rede privada baiana, não encontramos os dados da FTC sobre origem escolar. Já na EBMSP, prevaleceu nitidamente a escola particular, representando 92,0%. O mesmo ocorreu na UNESC, tendo-se encontrado uma maioria que estudou em escolas privadas (85,8%), contra apenas 14,2% que frequentou escolas públicas. Em Santa Catarina, na UNIVALI, também não foram encontrados registros a esse respeito.

No que se refere à renda familiar na rede pública, predominou, tanto na UFBA quanto na UFSC, a faixa entre cinco a dez salários mínimos (25,4% e 31,8%, respectivamente). No caso da UFBA, esta faixa pode ser considerada alta, em comparação com outros cursos, pois entre 2005 e 2008 os dados gerais mostram que 45,2% dos classificados/as situavam-se no intervalo inferior a cinco salários mínimos. Em seguida, encontram-se os intervalos correspondentes a três a cinco, sendo 18,4% na UFBA e 14,8% na UFSC. Uma concentração maior nas faixas mais altas foi encontrada na UFSC: 24,3% dos estudantes declararam uma renda familiar entre dez a vinte salários mínimos, contra 18,1%.

Apesar da alta concorrência – que chegou a 39 candidatos por vaga em 2011 e 49 em 2012 na UFBA – observamos que, nessa instituição, entre 2,05 e 10,9% dos/as estudantes provêm de famílias cuja renda corresponde a um salário e entre um e três salários mínimos, respectivamente. Na UFSC, as proporções dessas faixas foram menores, correspondendo a 0,55 e 7,60%. No entanto, segundo as informações sobre a implantação do PAA nessa instituição, se antes de 2008 40% dos/as classificados/as declararam serem provenientes de



famílias com renda entre dez a vinte e de sete a dez salários mínimos (de acordo com dados de 2012), após 2008 as faixas de um a três e de três a cinco salários mínimos passaram a ocupar 47% das vagas⁸.

Observa-se portanto, um perfil mais diversificado na UFBA do que na UFSC e, em ambas, o sistema de cotas tem contribuído significativamente para esse resultado também em termos mais gerais. No caso da UFBA, além da Medicina, em outras carreiras dentre as mais concorridas (Psicologia, Direito, Comunicação com habilitação em Jornalismo e Enfermagem), os percentuais das famílias com renda mensal entre um a cinco salários mínimos também foram altos (UFBA, 2008, p. 29).

Embora estes dados não estejam desagregados por sexo, assinala-se as diferenças em relação ao perfil das pioneiras, que ingressaram na área entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Conforme a literatura citada, em geral elas provinham de famílias da elite ou das camadas médias, setores que embora tivessem, em alguns casos, vínculos originários com o meio rural, se estabeleceram nas grandes cidades. Também era comum que, entre esses segmentos, se encontrassem filhos e filhas de migrantes europeus – situação que provavelmente se prolongou até poucas décadas atrás.

As camadas médias e alta prevalecem claramente na rede privada baiana. Na FTC, houve a prevalência de renda mensal familiar acima de R\$10.500,00 (30,66%), seguida de entre R\$7.000,00 a 10.500,00 (14,16%); apenas 1.293 inscritos/as declararam renda familiar de até R\$700,00, representando 4,06%. Na EBMSP, a faixa acima de trinta salários mínimos, foi majoritária num total de 253 (19,5%). No cômputo geral, considerando todas as faixas nesta última, predominou claramente a renda acima de dez salários mínimos (72,3%); apenas 06 estudantes declararam entre 1 a 2 salários mínimos. Na UNIVALI e na UNESC não foram encontrados dados sobre renda.

Quanto ao quesito cor, observamos claramente as interferências dos perfis étnicos regionais na rede pública. Na UFBA, a maior parte se declarou parda (53,4%); em seguida, prevaleceu a cor branca (24,1%) e a preta (8,49). Pardos e pretos predominam, portanto, atingindo 61,8%. Indígenas e amarelos representam os menores contingentes, com 2,0 e 1,1%

⁸Certamente essa diversificação maior do perfil sócio-econômico (e também étnico) tenderá a se ampliar tendo em vista as políticas de inclusão. No vestibular de 2013 por exemplo, a UFSC aumentou de 30, para 35,0% o ingresso através do PAA, sendo 25,0% das vagas reservadas para egressos das escolas públicas e 10,0% para candidatos/as negros/as.



respectivamente. Não obstante a pequena proporção destes últimos, a diversidade se explica tanto em razão do amplo contingente de afrodescendentes no Estado da Bahia, estimado em cerca de 73,0% em 2009, pela PNAD (IBGE, 2009), quanto pela implantação do sistema de cotas e ainda pela criação do Programa Permanecer, no ano de 2007, que visa a consolidação das políticas de ações afirmativas (UFBA, 2008, p. 4)⁹.

Segundo os dados da UFBA, “os cursos nos quais o ingresso dos candidatos de cor preta – e mesmo dos pardos – era bem inferior em relação aos brancos em períodos anteriores, notadamente aqueles que conferem um maior status social e econômico, apresentam mudanças consideráveis. Cursos como Medicina, Direito e Odontologia, a representação de pretos e pardos foi visivelmente maior (Medicina 72,5%; Direito 69,7% e Odontologia 72,6%)” (UFBA, 2008, p. 20).

Já na UFSC, instituição cujos estudantes são originários principalmente do próprio Estado de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Paraná, predominaram claramente os brancos (82,9%), os pardos representaram 9,6% e os pretos apenas 3,7%. Esta predominância era esperada de certa forma, haja vista que trata-se de regiões nas quais significativos contingentes de imigrantes de origens italiana e alemã se estabeleceram nos meios rurais e urbanos, e onde a proporção de negros é bem menor do que no Nordeste. Segundo o IBGE, a proporção de autodeclarados brancos em Santa Catarina atingiu 84,0% em 2010. A articulação do perfil étnico com a condição de classe é evidente, dado que na UFSC, as faixas de rendimento foram mais altas do que na UFBA. De qualquer forma, os avanços na primeira foram também consideráveis. Os dados sobre o quesito cor na UFBA e na UFSC (Tabela 2 em anexo) confirmam os resultados das pesquisas do IBGE (2010) sobre o aumento de pretos e pardos no ensino superior no país entre 2000 e 2010.

De acordo com o Relatório de Avaliação do PAA da UFSC, elaborado pela Comissão Institucional de Acompanhamento e Avaliação, “o percentual de pretos aumentou significativamente a partir de 2008. De 2004 a 2007, eles eram 1,0% dos ingressantes, e passaram a ser 4,6%. Os pardos aumentaram de 7,5% (de 2004-2007) para 8,7% (2008-2012). Os negros passaram de 8,5% de 8,5% para 13,3% de antes para depois do PAA” (UFSC, 2012, p. 11). A Comissão conclui que houve um aumento de 56% no percentual de negros do

⁹ Em 2005, quinze universidades públicas (federais e estaduais) tinham adotado políticas de ação afirmativa. Entre elas, as pioneiras dessas ações: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Universidade do Estado da Bahia e a Universidade de Brasília.



PAA, configurando um aumento considerável, bem como tem constatado que estudantes negros são os que apresentam a menor taxa de evasão, contrariando as expectativas dos opositores às políticas de cotas.

As vagas por cotas têm sido preenchidas na Medicina da UFBA, com base nas normas sobre reservas de vagas da Resolução n° 01/04, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, aprovada em julho de 2004¹⁰. No caso da UFSC, as reservas são definidas atualmente pela Resolução n° 26, aprovada pelo Conselho Universitário em outubro de 2012. Este documento ajusta as normas anteriormente vigentes à Lei Resolução n° 12.711 e outras deliberações do governo federal.

Infelizmente, na rede privada baiana (FTC e EBMSp) não constam dados sobre cor. Em Santa Catarina, na UNESC tampouco foram encontradas informações sobre este quesito, enquanto na UNIVALI, entre os formados a maioria (447) se declarou branca, chegando a 93,9%; 18 se declararam pardos (3,78); 07, amarela (1,47). Apenas 03, ou seja, 0,63% se declararam pretos e apenasum, indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os limites da pesquisa, destacamos primeiro, a escassez de informações sobre a rede privada. Sem dúvida, houve um avanço bem maior no levantamento na rede pública nos dois Estados. Novas tentativas estão sendo feitas com vistas a estabelecer uma visão mais completa sobre o perfil da rede privada nas próximas etapas da pesquisa. Segundo, em virtude das dificuldades e peculiaridades dos bancos de dados das instituições da rede privada, se tornou necessário trabalhar com segmentos distintos da população estudantil (classificados/as nos exames de seleção na EBMSp da UNESC; inscritos/as nos exames de seleção, na FTC; formado/as e egressos/as, na UNIVALI) e houve também uma pequena diferenciação nos

¹⁰O artigo terceiro da Resolução n° 01/04 estabelece que “43% (quarenta e três por cento) das vagas de cada curso serão preenchidas na seguinte ordem de prioridade: a) estudantes que tenham cursado todo o ensino médio e pelo menos uma série entre a quinta e a oitava do ensino fundamental na escola pública, sendo que, desses, pelo menos 85% (oitenta e cinco por cento) de estudantes que se declarem pretos ou pardos; b) no caso de não preenchimento dos 43% (quarenta e três por cento) de vagas reservadas em conformidade com os critérios estabelecidos na alínea antecedente, as vagas remanescentes desse percentual serão preenchidas por estudantes provenientes das escolas particulares que se declarem pretos ou pardos; c) havendo, ainda, vagas remanescentes daquele percentual, as mesmas serão destinadas aos demais candidatos”. A Resolução na íntegra consta no Manual do Candidato ao Vestibular da UFBA, 2013, e no site www.vestibular.ufba.br.



períodos, iguais em três instituições (2005 a 2012) e ligeiramente distintos em três delas (2006 a 2013; 2009 a 2013.1; 2010 a 2015.1).

Não obstante tais limites, avaliamos que os resultados obtidos permitem uma compreensão geral das diferenças e semelhanças do perfil das/os estudantes em três âmbitos: a) em instituições públicas e privadas; b) nas mais tradicionais - as duas públicas - e nas mais modernas - privadas; c) nas capitais e no interior de um dos Estados, favorecendo as reflexões sobre as possibilidades de absorção das mulheres e de estudantes não brancos, não jovens e de baixa renda. Permitem também uma confirmação e atualização de informações apontadas em várias das pesquisas referidas no início desse artigo.

Sintetizando, os resultados mostram que o perfil dos/as estudantes nas redes pública e privada tem se caracterizado pela expansão da participação das mulheres e pela presença majoritária de jovens entre 17 e 25 anos, confirmando as tendências do país, segundo o Censo de Educação Superior (INEP, 2013). Foram constatadas diferenças regionais quanto à origem escolar na rede pública e também diferenças entre as redes. Tanto na UFBA quanto na UFSC predominaram as escolas privadas, sendo que na primeira numa proporção menor. Na EBMSP e na UNESC, como se esperava em instituições privadas, predominou claramente a escola particular com 92,0% e 85,8% respectivamente. Na FTC e na UNIVALI não foram encontrados registros.

Em termos sócio-econômicos, identificamos um perfil mais diversificado nas instituições públicas, principalmente na UFBA. Nelas, foi mais frequente a presença de estudantes que declararam renda familiar entre R\$5.000,00 e R\$10.000,00. Consideramos que, em ambas, o sistema de cotas tem contribuído significativamente para esse resultado. No caso da UFBA, além da Medicina, em outras carreiras entre as mais concorridas (Psicologia, Direito, Comunicação com habilitação em Jornalismo e Enfermagem), os percentuais das famílias com renda mensal entre 1 a 5 salários mínimos também foram altos (UFBA, 2008, p. 29). Faixas de renda mais alta predominaram claramente na rede privada baiana, pois a maioria afirmou que a renda familiar ultrapassava R\$10.000,00 – tanto na EBMSP quanto na FTC.

No que se refere à cor, no caso da rede pública, também foram observadas diferenças que podem ser atribuídas às interferências dos perfis étnicos regionais: a maior parte se declarou parda na UFBA e branca na UFSC. Em termos gerais, a proporção de autodeclarados pretos, revela uma tendência ascendente; a dos descendentes dos índios mostra também um



incremento, embora estes continuem representando uma minoria. O perfil étnico da rede pública, juntamente com a diversidade das faixas de renda das famílias de origem, aponta para a democratização das universidades públicas federais. Embora os homens continuem sendo maioria, os dados sinalizam avanços no sentido da equidade de gênero que sem dúvida, tem ocorrido não apenas na área da Medicina, mas no campo acadêmico de modo geral.

No entanto, há limites que precisam ser superados. Por exemplo, do ponto de vista geracional, a absorção tanto de homens quanto de mulheres não jovens, ou seja, com trinta anos ou mais, é mínima. Os patamares de renda revelam que no sul o pertencimento aos estratos sócio-econômicos mais elevados é mais pronunciado. Na UFSC, os percentuais de pretos e pardos continua baixo, mesmo com a implantação do regime de cotas. Uma análise preliminar do perfil étnico na rede privada ficou prejudicada pela carência de informações nos bancos de dados das instituições. Quanto aos egressos da UNIVALI, a grande maioria (93, 9%) se declarou branca.

Consideramos que a revisão da literatura, bem como os dados aqui apresentados, estimulam a continuidade desse estudo. Posteriormente, prosseguiremos com o levantamento de dados quantitativos sobre o perfil dos/as estudantes, com ênfase na rede privada. Mediante procedimentos qualitativos, pretendemos também analisar o impacto das políticas de ações afirmativas na rede pública, dialogando com estudantes cotistas sobre suas trajetórias, sondando as interferências de gênero na escolha das especialidades médicas e verificando permanências e mudanças em relação aos resultados de pesquisas anteriores.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alice Rangel de Paiva; OLIVEIRA, Maria Coleta F. A.; VIEIRA, Joice M.; MARCONDES, Gláucia S. (orgs.) 2014. Equidade de Gênero na Sociedade do Conhecimento no Brasil: presença feminina na ciência e tecnologia. *Document de Travail du Mage*, v. 18, p. 93-120.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920-1940. *Cadernos Pagu*, n. 27. Campinas/SP: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, Unicamp, Julho-dezembro 2006, p. 217-254.

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2012. Igualdade de Gênero e Desenvolvimento. 2011. Disponível em:



<http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2012/Resources/7778105-1299699968583/7786210-1315936231894/Overview-Portuguese.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2015.

BARBALHO, Renné Martins. A feminização das carreiras jurídicas: construções identitárias de advogados e juízes no âmbito do profissionalismo. Tese.2008. 194f. (Doutorado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2008.

BONELLI, Maria da Glória. Profissionalismo, diferença e diversidade na advocacia e na magistratura paulistas. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 83. São Paulo: ANPOCS, outubro de 2013, pp. 125-140.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: *Cadernos Pagu*, n. 26. Campinas/SP: Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu, Unicamp, 2006, pp.329-365.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras de prestígio. In: *Revista Estudos Feministas*, vol. 7, ns. 1 e 2. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, 1999, p. 9-24.

CABRAL, Carla e BAZZO, . As mulheres nas escolas de engenharia brasileiras: história, educação e futuro. In: *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, vol. 1: n. 4. Curitiba: Editora do CEFET/PR, 2005, p. 3-9..

_____. Pelas telas, pela janela: o conhecimento dialogicamente situado. In: *Cadernos Pagu*, n. 27. Campinas-SP: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, Unicamp, 2006a, pp.63-97.

_____. Investigando o caráter situado do conhecimento: reflexões sobre epistemologias feministas e educação científica e tecnológica. In: *Revista Tecnologia e Sociedade*, n. 3. Curitiba-Pr: PPG em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2006b, pp. 23-41.

_____. Mapeando e Refletindo a Construção do campo disciplinar “Estudos Feministas da ciência e da tecnologia” no Brasil nos percursos do Fazendo Gênero. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 8 - CORPO, VIOLÊNCIA e PODER. Florianópolis, 25 a 28 de agosto de 2008. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

CAMILLO-COURA, Léa; CASTRO, Célia Lúcia Monteiro; CAMILLO-COURA, Lúcia. Mulher médica: a discriminação profissional. Anais da Academia Nacional de Medicina, n. 155, v. 3. Rio de Janeiro: ANM, julho-setembro, 1995, p. 135-139.

COSTA, Simone de Melo; DURÃES, Sarah Jane Alves; ABREU, Mauro Henrique Nogueira Guimarães de. Feminização do curso de Odontologia da Universidade Estadual de Montes Claros. In: *Ciência & Saude Coletiva*, vol. 15, suppl. 1. Rio de Janeiro, junho de 2010, pp. 1.875-1.873.

CREENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: *Revista Estudos Feministas*, vol. 10, n. 1. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, 2002, pp. 171-188.



CRUZ, Maria Helena Santana (Org). *Mapeando diferenças de Gênero no Ensino Superior*. São Cristóvão: UFS, 2012.

FOX KELLER, Evelyn; LONGINO, Helen. (eds.) *Feminism and Science*. Oxford, New York, Oxford University Press (Oxford Readings in Feminism), 1996.

FOX KELLER, Evelyn. Making a Difference: Feminist Movement and Feminist Critiques of Science. In: CREAGER, A.; LUNDBECK; E., SCHIEBINGER; L. (eds.) *Feminism in twentieth-century science, technology, and medicine*. Chicago/London, The University of Chicago Press, 2001, pp. 98-109.

_____. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? In: *Cadernos Pagu*, n. 27. Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 2006, pp.13-34.

HARAWAY, Donna. Um Manifesto para os *Cyborgs*: Ciência, Tecnologia e Feminismo Socialista na Década de 80. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.) *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: ROCCO, 1994, pp. 243-287.

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: *Cadernos Pagu*, n. 5. Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1995, pp.07-42.

HARDING, Sandra. *Ciencia y Feminismo*. Madrid: MORATA, 1996.

FERREIRA, Luis Otávio; AZEVEDO, Nara; GUEDES, Moema; CORTES, Bianca. Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil (1939-1969). In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 15, Suplemento 0. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2008, pp. 43-71.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia de universidade como espaço masculino. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 15, supl. 0. Rio de Janeiro: Fundação OswaldoCruz, 2008, p. 117-132.

HAHNER, June. *Emancipação do Sexo Feminino. A luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940*(2003) Florianópolis: Editora Mulheres, Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010. Educação de Deslocamento. Resultados da Amostra* (2010) Rio de Janeiro: IBGE.

_____. *Pesquisa Mensal de Emprego. Algumas características da inserção das mulheres no mercado de trabalho. Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre 2003-2008* (2009) Rio de Janeiro: IBGE.

_____. *Estatísticas de Gênero – uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010*. Sistema Nacional de Informações de Gênero. Disponível em: <www.ibge.gov.br/apps/smig/v.1>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. *Mulher no Mercado de Trabalho. Perguntas e Respostas*(2012) Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

_____. *Síntese de Indicadores Sociais* (2012) Rio de Janeiro: IBGE.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo de Educação Superior* (2013) Ministério da Educação, INEP. Disponível



em:

<inep.gov.br/educação_superior/censo_superior/apresentação/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf>. Acesso em: 29 ab. 2015.

LAPEYRE, Nathalie; LE FEUVRE, Nicky. Féminisation du corps médical et dynamiques professionnelles dans le champs de la santé. In: *Revue Française des Affaires Sociales*, vol. I, n. 1. Paris/Fr: Ministère des Affaires sociales, de la Santé et des Droits des femmes, 2005, p. 59-81.

LIMA, Betina Stefanelo. O labirinto de cristal: as trajetórias de cientistas na Física. In: *Revista Estudos Feministas*, vol. 21, n. 3. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, 2013, p. 883-903.

LOPES, Maria Margaret. “Aventureiras” nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil. *Cadernos Pagu*, n.10. Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1998, pp. 345-368.

_____. Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade. *Cadernos Pagu*, n. 27. Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 2006a, pp. 35-61.

_____. “Vencer barreiras”, até quando? Aspectos da trajetória científico-política de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976). In: SANTOS, Lucy Woellner dos et al. (Orgs.) *Ciência, Tecnologia e Gênero. Desvelando o feminino na construção do conhecimento*. Londrina: IAPAR, 2006b, pp. 203-232.

LOMBARDI, Maria Rosa. Perseverança e resistência: a engenharia como profissão feminina. 2005. 292f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Unicamp, São Paulo, 2005.

_____. A engenheira brasileira contemporânea e a contribuição das mulheres nas mudanças recentes no campo profissional. In: *Revista Tecnologia e Sociedade*, n.2. Curitiba-PR, PPG em Tecnologia, Universidade Tecnológica do Paraná, 2006a. Disponível em: <www.ppgte.ct.utfpr.edu.br/>. Acesso em: 07 ab. 2015.

_____. Engenheira & Gerente: desafios enfrentados por mulheres em posições de comando na área tecnológica. In: *Revista Tecnologia e Sociedade*, n. 3. Curitiba-Pr, PPG em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2006b. Disponível em: <www.ppgte.ct.utfpr.edu.br/>. Acesso em: 05 ab. 2015.

_____. *As mulheres nas Forças Armadas brasileiras: a Marinha do Brasil* (2008) São Paulo, Fundação Carlos Chagas.

MACHADO, Maria Helena (Coord.) *Os médicos no Brasil: um retrato da realidade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

MACHADO, Maria do Céu Soares. A feminização da medicina. In: *Análise Social*, v. 38, n. 166. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2003, p. 127-137.

MELO, Hildete Pereira de. Um olhar de gênero sobre o sistema de concessão de Bolsas de Pesquisa no CNPq – 2001/2008. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Pensando Gênero e Ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – 2009, 2010*. Brasília, SEPM, 2010, p.176-191.



_____; CASEMIRO, Maria Carolina Pereira. A Ciência no Feminino: uma análise da Academia Nacional de Medicina e da Academia Brasileira de Ciência. In: *Revista Rio de Janeiro*, n. 11. Rio de Janeiro: UERJ/Fiocruz, 2004, pp.117-134.

_____; LASTRES, Helena Maria Martins. Ciência e Tecnologia numa perspectiva de Gênero: o caso do CNPq. In: SANTOS, Lucy Woelner dos et al. *Ciência, Tecnologia e Gênero. Desvelando o feminino na construção do conhecimento*. Londrina: IAPAR, 2006, pp.129-160.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. In: *Inclusão Social*, vol. 5, n. 1. Brasília DF: IBICT, 2011, pp. 68-77.

_____; OLIVEIRA, André Barbosa. A produção científica brasileira no feminino. In: *Cadernos Pagu*, n. 27. Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 2006, pp.301-331.

_____; RODRIGUES, Lígia Maria. *Pioneiras das Ciências no Brasil*. Rio de Janeiro, SBPC, 2006.

MILLAN, Luiz Alberto. *Vocação Médica. Um estudo de Gênero*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

MINELLA, Luzinete Simões. Pioneiras no campo da Medicina: trajetórias nas interseções (2013) SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10 – DESAFIOS ATUAIS DOS FEMINISMOS. 16 a 20 de setembro de 2013, Florianópolis/SC. *Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013a, 12 p. Disponível em <www.fazendogenero.ufsc.br/10/site/anaiscomplementares>.

_____. Temáticas prioritárias no campo de Gênero e Ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna? In: *Cadernos Pagu*, n. 40. Campinas-SP: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, 2013b, p. 95-140.

_____. Graduação em Medicina no Nordeste e no Sul do Brasil: um enfoque interseccional sobre o perfil dos/as estudantes. In: MINELLA, Luzinete Simões; SARDENBERG, Cecília (Orgs.) *Gênero e Ciências – mulheres em novos campos*. Salvador, Editora da UFBA, 2015, p. 126-144. No prelo.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. Madame Durocher: modista e parteira. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 2, n. 3. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1º. semestre de 1994, pp. 101-116.

_____. *Parto, parteiras, parturientes: Mme. Durocher e sua época* (1998) São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 331 p.

_____. Gênero, medicina e filantropia: Maria Renotte e as mulheres na construção da nação. In: *Cadernos Pagu*, n. 24. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, Unicamp, 2005, p.41-67.

_____; MUNIZ, M. A.; ALVES, Olga Sofia Fabergé; MAESTRINI, Karla; SANTOS, Taís. Médicos e médicas em São Paulo e os Livros de Registros do Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional (1892-1932). In: *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Saúde Coletiva 2008, p. 853-868.



ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION and DEVELOPMENT. *OECD health data 2009: comparing health statistics across OECD countries*. [Internet]. OECD, 2009. Disponível em:

<http://www.oecd.org/document/57/0,3746,en_21571361_44315115_43220022_1_1_1_1,00.html>. Acesso em: 02 ab. 2015.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. In: *Sociedade e Cultura*, vol. 11, n. 2. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, julho/dezembro de 2008, p. 263-274.

RAGO, Elisabeth Juliska. *Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)* (2007) São Paulo: Annablume/FAPESP.

RISKA, Elianne. *Medical Careers and Feminist Agendas. American, Scandinavian and Russian Women Physician* (2001). New York: Aldine de Gruyter.

ROSENDE, Magdalena. *Parcours féminins et masculins spécialisation en médecine* (2008). Genève, Ed. Seismo. 416 p.

SANTOS, Tania Steren dos. Gênero e carreira profissional na Medicina. In: *Mulher e Trabalho*, v. 4. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, p. 73-88, 2004.

SCHEFFER, Mário; CASSENOTE, Alex Jones Flores. A feminização da medicina no Brasil. In: *Revista Bioética*, vol. 21, n. 2. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 2013, p. 268-277.

SCHIEBINGER, Londa. *O Feminismo mudou a ciência?* (2001) Bauru, São Paulo: EDUSC.

SCHPUN, Monica. Entre feminino e masculino: a identidade política de Carlota Pereira de Queiróz. In: *Cadernos Pagu*, n. 12. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, Unicamp, 1999, pp. 331-377.

SCHPUN, Monica Raisa. A médica Carlota Pereira de Queiróz e seus colegas: amizade e relações profissionais em meio predominantemente masculino. In: MONTEIRO, Yara Nogueira. (Org.). *História da saúde: olhares e veredas*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2010, p. 239-250.

STOLCKE, Verena. O enigma das interseções: classe, “raça”, sexo e sexualidade: a formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao século XIX. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 1. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, 2006, p. 15-42.

TABAK, Fanny. *O Laboratório de Pandora. Estudos sobre a ciência no feminino* (2002) Rio de Janeiro: Garamond.

TRIGO, Maria Helena Bueno. A mulher universitária: códigos de sociabilidade e relações de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila. (Orgs.) *Novos Olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1994, pp. 89-110.

TAVARES-NETO, José. *Formados de 1812 a 2008 pela Faculdade de Medicina da Bahia* (2008) Academia de Medicina de Feira de Santana: Feira de Santana/Bahia.

YANNOULAS, Silvia Cristina (Org). *Trabalhadoras: Análise da feminização das profissões e ocupações* (2013) Brasília: Abaré, v. 1, 302 p.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pró- Reitoria de Planejamento e Administração. *Perfil sócio-econômico dos candidatos inscritos e classificados no concurso vestibular da UFBA. 2005-2008*. Salvador: UFBA, junho 2008. Disponível em: <www.ufba.br/>. Acesso em: 13 ab. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Relatório de Avaliação do Programa de Ações Afirmativas*. Florianópolis: UFSC, 2012.

VANIN, Iole Macedo. *As damas de branco na biomedicina baiana (1879-1949): médicas, farmacêuticas e odontólogas*. 2008. 275f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2008.



ANEXOS

TABELA 1 - SEXO DOS/AS CLASSIFICADOS/AS NA GRADUAÇÃO EM MEDICINA -UFBA e UFSC (2005 a 2012)

SEXO	2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		TOTAL		%	
	BA	SC	BA	SC	BA	SC	BA	SC	BA	SC	BA	SC	BA	SC	BA	SC	BA	SC	BA	SC
Masculino	86	62	98	48	102	46	104	41	96	67	97	63	89	55	70	60	742	442	58,94	54,91
Feminino	74	38	63	52	58	54	58	59	66	34	65	38	73	46	60	42	517	363	41,06	45,09
TOTAL	160	100	161	100	160	100	162	100	162	101	162	101	162	101	130	102	1259	805	100	100

Fonte: Levantamento realizado pela autora em 2012 e 2013.

TABELA 2 – COR DOS CLASSIFICADOS/AS NA GRADUAÇÃO EM MEDICINA - UFBA e UFSC (2005 a 2012)

COR OU RAÇA	2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		TOTAL		%	
	BA	SC	BA	SC	BA	SC	BA	SC	BA	SC	BA	SC	BA	SC	BA	SC	BA	SC	BA	SC
Branca	34	89	31	94	39	92	40	75	41	82	28	85	52	79	39	79	304	675	24,15	83,85
Parda	107	6	97	3	86	5	87	16	88	11	54	9	82	11	72	13	673	74	53,46	9,19
Preta	10	0	10	0	14	0	20	6	12	3	8	6	21	7	12	5	107	27	8,50	3,35
Amarela	2	5	3	3	3	3		3	2	4	1	0		3	3	3	14	24	1,11	2,98
Indígena	4	0	3	0	2	0	2	0	6	1	3	1	5	1	1	2	26	5	2,07	0,62
Não Declarada	3	-	17	-	16	-	13	-	13	-	68	-	2	-	3	-	135	-	10,72	-
TOTAL	160	100	161	100	160	100	162	100	162	101	162	101	162	101	130	102	1259	805	100	100

Fonte: Levantamento realizado pela autora em 2012 e 2013.